Anais da FVJ & Ciência 2022.1 do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

ANAIS

ISSN 2763-8375
Ano 3 - Volume 3 - Edição 1

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Aracati-CE
Julho – 2022

ISSN 2763-8375
Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Aracati-CE
2022.1

Local: Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Reitoria do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Reitor: Antonio Henrique Dummar Antero
Pró-Reitora Acadêmica: Dra. Darcielle Bruna Dias Elias
Pró-Reitor de Operações e Expansão: Francisco Garcia de Sousa Junior
Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Lutiano Almeida Elmiro

Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência
Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Prof. Me. Cícero Philip Soares do Nascimento
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias
Prof. Me. Francisco das Chagas da Silva
Prof. Dr. Márcio de Oliveira Mota

Expediente

Endereço postal
Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Rodovia Ce-040 S/N, Km 138
Bairro Aeroporto – Aracati-CE
Fone: (88) 3421-9750

Editor-Chefe dos Anais FVJ & Ciência
Prof. Dr. Marcio Mota, Faculdade do Vale do Jaguaribe, FVJ

Equipe Editorial
Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes
Profa. Dra. Aline Maria Barbosa Domício Souza
Profa. Dra. Anielle Torres de Melo
Prof. Dr. Bruno de Castro Amoni
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias
Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Profa. Dra. Márcia Skibick Araújo

Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal
Prof. Dr. Marcio Mota
Doutor em Administração
Faculdade do Vale do Jaguaribe
Rodovia Ce-040 S/N, Km 138
Bairro Aeroporto – Aracati-CE
Fone: (88) 3421-9750
Telefone: (88) 3421-9775
Fax: (88) 3421-9750
E-mail: marciomota@fvj.br

Apresentação

A FVJ & Ciência é um evento semestral organizado pelo **Centro Universitário do Vale do Jaguaribe** – UNIJAGUARIBE em que trabalhos de discentes vinculados aos docentes de graduação e pós-graduação de todas as áreas de pesquisa são selecionados como coletânea no intuito de tornar público à comunidade as atividades de pesquisa da FVJ.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, consequentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade: Semestral

Centro de Gestão e Hospitalidade

Administração

Ciências Contábeis

Administração

A IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS NA GESTÃO FINANCEIRA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Willame Oliveira Arruda (Aluno do Curso de Administração da Faculdade do Vale do Jaguaribe e-mail: willame_oliveira@outlook.com), Orientador: (Professor Eliezio Gomes de Queiroz Neto da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: eliezio.neto@fvj.br).

RESUMO

Introdução: O gerenciamento dos recursos financeiros de uma organização é de grande importância, e é um ponto importante que define a sobrevivência no mercado em que ela atua. As micro e pequenas empresas são fortemente afetadas no que diz respeito a esse assunto. Objetivo: verificar o entendimento dos gestores das micro e pequenas empresas sobre a gestão financeira e bem como compreender as possíveis falhas na área financeira encontrada nas rotinas das empresas. Metodologia: Esta pesquisa é de natureza descritiva e tem com abordagem quantitativa e com a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistêmica. Foi utilizada a estratégia de estudo de múltiplos casos. A pesquisa foi realizado em sete empresas localizadas na cidade de Limoeiro do Norte, Ceará em diversos segmentos. Resultados: Verifica-se que os gestores ou empresários da MPEs analisadas reconhecem a importância em conferir as informações financeiras. Contudo, observaram dificuldades encontradas pelas empresas em entender as informações financeiras e a importância para tomadas de decisões. Percebemos que empresas que possuem uma boa gestão financeira, que utilizando dos dados para planejar sua empresa, embora as outras empresas com incertezas em crescer ou investir.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas; Gestão financeira. Fluxo de caixa; Gestores.

INTRODUÇÃO

O gerenciamento dos recursos financeiros de uma organização é de grande importância, e é um ponto fundamental que define a sobrevivência no mercado em que ela atua. As micro e pequenas empresas são fortemente afetadas no que diz respeito a esse assunto. Isso ressalta a relevância de um profissional de administração, no auxílio de tomadas de decisões sobre o setor, no qual as empresas possuem limitações em seus recursos financeiros e com suas gestões inadequadas, lhes aproximando cada vez mais das altas taxas de mortalidades das empresas desses portes.

Diante do que foi exposto, surgiu a seguinte pergunta: Quais as dificuldades enfrentadas na gestão financeira nas micro e pequenas empresas?

Deste modo, esse trabalho tem como objetivo geral compreender as dificuldades enfrentadas na gestão financeira nas micro e pequenas empresas. E tem como objetivos específicos: verificar o entendimento dos gestores das micro e pequenas empresas sobre a gestão financeira e compreender as possíveis falhas na área financeira encontrada nas rotinas das empresas;

MICROS E PEQUENAS EMPRESAS - MPE'S

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPE), foi constituída pela Lei complementar n.º 123 de 14 de dezembro 2006, também conhecida como Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Esta possibilita tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor, conforme disposto na Constituição Federal. O objetivo principal desta lei é promover o crescimento e o aumento da competitividade das Micro empresas e Empresas de

Pequeno Porte, favorecendo a criação de novos empregos, desenvolvimento da economia local, distribuição de renda e redução da informalidade.

GESTÃO FINANCEIRA

É a área da administração que trata dos recursos financeiros da organização, fazendo avaliações e análise para tomar decisões estratégicas que visam potencializar os ganhos da empresa.

A gestão financeira torna-se uma área de grande importância para as organizações, principalmente para as micros e pequenas empresas, pois por muitas vezes com o capital reduzido, torna-se crucial uma avaliação dos cenários organizacionais, para tomar uma decisão de investimento que não comprometa suas operações diárias.

A gestão financeira é algo imprescindível nas organizações, não importa qual tipo de empresa, privada ou pública, grande ou pequena, com ou sem fins lucrativos. Os administradores financeiros devem estar acompanhando ativamente os assuntos financeiros da organização, sendo umas das diversas tarefas o planejamento, a análise de concessão de crédito para clientes, a apreciação de projetos de investimentos e a obtenção de fundos para financiar as atividades da empresa. Devido as mudanças dos ambientes econômicos nos últimos anos, tem aumentando a relevância e a dificuldade das tarefas dos administradores financeiros (GITMAN, 2004).

METODOLOGIA

Esta pesquisa de natureza descritiva e tem como objetivo identificar as falhas na gestão financeira das MPEs da cidade de Limoeiro do Norte, CE, com base no entendimento dos gestores para desenvolver uma gestão financeira eficaz capaz de gerar sucesso em seu empreendimento. Segundo GIL (2009) a pesquisa descritiva tem como uma de suas características mais significativas, a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistêmica.

O Estudo em questão faz uma abordagem quantitativa das informações. Segundo Richardson (1999, p. 70), "[...] Caracteriza-se pelo uso de quantificação na forma como as informações são coletadas e processadas através de técnicas estatísticas".

A pesquisa utilizou o método de estudo de casos múltiplos. Esta estratégia não oferece uma amostra específica mostrando significância estatística, nem o processo de seleção aleatória do alvo atual pesquisa (Eisenhart, 1995). A pesquisa foi realizada em sete empresas localizadas na cidade de Limoeiro do Norte do Estado do Ceará concentram-se suas atividades nos segmentos de Mercearia, Panificadora, Oficina, Carcinicultura, Confecção, Frutaria e Estética Automotiva para identificar as possíveis falhas na gestão financeira, com base no conhecimento dos seus gestores.

RESULTADOS

Analisando as percepções dos gestores das micro e pequenas empresas estudadas, percebe-se que eles iniciaram seus negócios com base em sua experiência profissional correspondendo 85,7%, e não tinham um plano claro para traçar os objetivos da empresa sendo 71,4%. As tomadas de decisões com ausência de dados, tais como fluxo de caixa, DRE, e a falta de um

SOFTWARE, dificultam à trajetória da empresa e sua continuidade representando uma média de 57,12%.

Em relação ao controle das finanças foi observado que 28,6% dos gestores não sabem diferenciar as finanças pessoais com a da empresa, e que cercar de 42,9% dos gestores não sabem definir se houve lucro ou prejuízo no final do mês trabalhado.

Com ausência de um sistema de gerenciamento dificulta ainda mais, por falta de coleta de dados, para serem analisados posteriormente sendo 57,1% dos entrevistados.

Este estudo foi realizado em um contexto limitado, focado principalmente na gestão financeira, e com base no entendimento dos gestores das MPEs sobre informações gerenciais tais como fluxo de caixa, DRE e planejamento financeiro, não foram permitidos generalizações de resultados. Vale ressaltar que para analisar esta atividade, deve haver outras questões que o departamento de gestão financeira contate e estude. Espera-se que os resultados deste estudo ajudem os gerentes de MPE a entender a relevância de controlar efetivamente suas transações financeiras dentro de sua organização. Pesquisas futuras são recomendadas para realizar um estudo mais aprofundado de mais empresas, ao mesmo tempo, em que analisam os dados contábeis exigidos pelos contadores para auxiliar os gestores na tomada de decisões e obter dados que possam ampliar seus horizontes e entender o verdadeiro quadro das pequenas e micro empresas de Limoeiro do Norte – CE.

REFERÊNCIAS

ANDRICH, Emir Guimarães; CRUZ, June Alison Westarb. **Gestão Financeira Moderna: uma abordagem prática.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro**. 3.ed.São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

CORREA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e Estatística**. 2. ed. Minas Gerais: Pucminas, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. Barueri, Sp: Manole Ltda, 2014.

GITMAN, Lawrence J.. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. [s.i]: Pearson, 2004

HOME OFFICE E O BEM ESTAR DOS EMPREGADOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Rafael de Araújo Souza[1] Aluno do Curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, rafael.souza@fvj.br; Eliezio Gomes de Queiroz Neto[2], orientador - Professor do Cento Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: eliezio.neto@fvj.br

RESUMO

A pandemia da Covid-19 tem modificado bastante o cenário global, causando vários impactos negativos para empresas e funcionários. O setor econômico e de mercado de trabalho foi um dos mais afetados, com diversas empresas fechando as portas e dispensando funcionários. Diante deste cenário, foi pensado em várias alternativas de tentar contornar a situação, o *home office* foi um dos melhores e mais eficazes métodos a ser implantado em meio a pandemia tendo em vista que o mercado de trabalho iria fluir de forma constante, com um maior bem-estar e flexibilidade para o funcionário. A pesquisa foi de natureza descritiva abordando o método qualitativo-quantitativo, para a coleta de dados por base de questionário. A amostra contou com 20 funcionários entrevistados que trabalham em *home office* entre o período de início de 2020 até os dias atuais. Os resultados encontrados com base no questionário apontam que o *home office* faz-se de grande importância para a conservação do mercado de trabalho e melhora do bem-estar do trabalhador, com o isolamento social, flexibilidade, autonomia, entre outras vantagens.

Palavras-chave: pandemia; home office; bem-estar; funcionários; mercado de trabalho; empresas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos o mundo vem sofrendo muito com a pandemia da Covid-19, e vem causando um alto índice de desemprego devido ao grande risco de contágio e os sintomas causado pela doença. Pensando no fato de as pessoas voltarem aos seus empregos de forma que não corram risco de contaminação e que possam ter um bem-estar mais favorável se faz necessário a adaptação ao trabalho, e o *home office* surge como uma ferramenta essencial para que isso ocorra.

Desse modo, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta: Quais os impactos do *home office* para o bem-estar do funcionário durante a pandemia da Covid-19?

Tendo como objetivo geral, apresentar os impactos do *home office* para o bem-estar do funcionário durante a pandemia da Covid-19. Destacando o método do *home office* e sua eficácia para evitar a transmissão e contágio pelo vírus, sua aplicação que implica no trabalho realizado de forma remota com o funcionário em sua própria casa como meio de flexibilizar e diversificar a realização das tarefas em diferentes locais, com mais bem-estar. (QUEIROGA, 2020).

PANDEMIA DA COVID-19

O vírus da Covid-19 surgiu por volta do final do ano de 2019 na China, com alto grau de contágio e com reações diversas que em casos mais graves levando a morte do contaminado. A Covid-19 comprometeu drasticamente atividades econômicas consideradas essenciais, sendo um grande desafio para empresas e empregados adotarem medidas para minimizar os efeitos causados.

HOME OFFICE

O *home office* surgiu no Brasil em meados dos anos de 1970 com intuito de estabelecer um novo meio de crescimento na economia, por conta da crise do petróleo que se instalava no território nacional. (SEVERINO, 2021). Que por sua vez proporciona várias vantagens tanto para os funcionários quanto para os empresários, como, maior autonomia, flexibilidade, agilidade, comprometimento e motivação com a organização e aumento do bem estar. Porém com algumas desvantagens, tais como stress e acesso tecnológico.

BEM-ESTAR

Diante do estudo em questão o *home office* e o bem-estar do funcionário em meio à pandemia da Covid-19, houve vários relatos de pessoas relacionadas a pesquisas e autores com obras pertinentes ao tema afirmando que o *home office* está sendo e será uma ferramenta essencial para o bom relacionamento e funcionamento entre empresas e funcionários de alguns setores específicos. Fato é que o bem-estar está diretamente ligado à forma de trabalho e que com o *home office* foi de fundamental importância para o andamento do setor empregatício e, principalmente para evitar a propagação do vírus da Covid-19 no ambiente de trabalho. Fato é que o *home office* veio para ser uma grande ferramenta para o mercado de trabalho durante e após a pandemia da Covid-19 por ser de grande valia para empresas no

fator econômico, para os funcionários como meio de flexibilidade e autonomia nas atividades, também sendo de vital importância para o avanço tecnológico, setor empregatício, na educação em escolas e faculdades entre outros, e na saúde e bem-estar do funcionário.

METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza-se do método de pesquisa descritiva, visando analisar o objeto de estudo para maior entendimento do assunto, no tema em questão o *home office* como oportunidade em meio à pandemia. Objetivo principal da pesquisa descritiva é descrever as características de determinada população ou fenômeno, relacionando as variáveis encontradas na pesquisa, de modo a possibilitar uma maior compreensão, serão realizados levantamentos bibliográficos, entrevistas e análises de dados.

Aplicado o método qualitativo-quantitativo que segundo Gil (2002), no método quantitativo as perguntas serão respondidas com precisão, e de acordo com os dados obtidos quantificar esse processo de informações. E no método qualitativo depende de muitos fatores tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra e instrumentos de pesquisa.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Para obter os resultados da pesquisa, foi realizado um questionário com vinte funcionários que trabalharam no regime de *home office* entre o período de 2020 a 2022 na cidade de Beberibe-CE.

Entre o público entrevistado para a caracterização da amostra, 55% são do sexo masculino e 45% do sexo feminino, também como tópico de pesquisa a região que moravam foi de influência significativa, onde 60% afirmaram ser moradores de centro urbano e 40% de região praiana. Com relação à faixa etária, 40% relataram ter idade entre 23 e 27 anos, 35% de 33 anos ou mais, 20% entre 28 e 32 anos, enquanto apenas 5% afirmaram ter entre 18 e 22 anos. No qual, 75% afirmaram não ter filhos, enquanto 25% relataram ter filhos

Com base nas consequências *do home office* no ambiente de trabalho na vida social, 55% relataram que foram boas com diversos benefícios. Enquanto 30% relataram que, as consequências foram complicadas. Enquanto os outros 15% relataram ter consequências regulares, boas e complicadas, com benefícios e malefícios.

Com a pergunta se o bem-estar melhorou com o método *do home office*, 45% dos entrevistados afirmaram que melhorou parcialmente, 40% relataram que sim, e os demais 15%, disseram que não. Outra pergunta relevante ao tema em questão foi sobre as dificuldades encontradas para se adaptar ao modelo *home office*, com respostas de múltipla

escolha, onde 55% responderam a organização do tempo como grande dificuldade, 30% citaram não ter ambiente adequado na casa, 65% afirmaram a falta de compreensão das pessoas, 5% que no *home office* se trabalha mais tempo do que é de fato e mais 5% citando as distrações como perturbação. (Pergunta com múltiplas respostas/entrevistado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho apresentado, é notório destacar que o bem-estar social do funcionário esteve diretamente ligado com o meio ao qual se trabalhava, destacando que o período de pandemia foi bastante influente para requerer mudanças e inovações no mercado de trabalho. E que com o método *home office* houve muitas mudanças nas rotinas das pessoas em relação ao trabalho e com a vida social, influenciando diretamente com o bem-estar do mesmo, tais quais foram positivas e negativas. Fato é que o método do *home office* foi de fato um grande aliado para o mercado de trabalho, disponibilizando para os funcionários uma maior flexibilidade, segurança, saúde física e mental, entre outros benefícios. Em contrapartida, muitos entrevistados relataram que além da dedicação ao trabalho remoto tiveram que cuidar dos filhos simultaneamente ou de afazeres caseiros. Todavia o *home office* passa a ser pensado como um método a ser mais utilizado por empresários e funcionários até mesmo pós pandemia, pelo fato de trazer ganhos consideráveis.

REFERÊNCIAS

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

QUEIROGA, F. **Orientações para o home office durante a pandemia da COVID-19**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2020.

SEVERINO, S. N. **Impacto do home office em três empresas do ramo alimentício na cidade de Belo Horizonte**. 2021, 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Estratégica de Finanças Empresariais) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE – UFMG), Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36574/1/artigo_financas_nikolas-silva-severino_2021.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

.

RESUMO EXPANDIDO

Conteúdo de valor no Instagram: estratégia de marketing digital utilizada pelas empresas.

Natanaele da Silva Marques[1] (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: natanaele.silva@fvj.br.), Márcio de Oliveira Mota[2] (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: marciomota@fvj.br).

RESUMO

O presente artigo mostra a importância do conteúdo de valor como estratégia de marketing digital utilizada pelas empresas, visando realizar a verificação e categorização das publicações da empresa em estudo. Do mesmo modo que apresenta como conteúdo de valor, colabora para o relacionamento positivo com o cliente. Sendo essa pesquisa de caráter qualitativo, foi realizada uma entrevista para conhecimento de suas estratégias no Instagram. Por conseguinte, foi realizada a análise de conteúdo dividido por três categorias, dispostas em benefícios do Instagram, interação e estratégia. Isto posto, os resultados mostram que a estratégia de utilizar o conteúdo de valor como base para conteúdo no Instagram tem proporcionado expansão da marca, posicionamento de mercado e prospecção e fidelização de clientes.

Palavras-chave: marketing digital; Instagram; conteúdo de valor.

INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico, o marketing digital conquistou grande espaço nas empresas, pois proporciona através das redes sociais, em específico o Instagram, muitos benefícios devido a sua facilidade para aplicar diferentes estratégias. Com isso, o artigo tem como objetivo principal analisar a importância do conteúdo de valor como estratégia de marketing digital utilizado nas empresas. Trata de realizar uma análise do conteúdo de valor publicado pela empresa Alpha e, por fim, apresenta como a utilização dessa estratégia colabora no relacionamento com o cliente por meio do perfil da empresa.

MARCO TEÓRICO

É notório que a concorrência atual se mostra pelo perfil das empresas no Instagram, pois é capaz de mostrar a forma como ele conversa com os usuários, apresenta seu produto e recebe feedbacks. Visto que o Instagram se tornou uma grande plataforma de compra e fidelização de clientes, sendo extremamente necessária para a expansão do negócio, muitas empresas hoje fazem parte do aplicativo e o que as diferenciam é o conteúdo publicado para atrair mais pessoas a conhecerem seu negócio, principalmente após a pandemia do COVID-19 o qual gerou isolamento social. As empresas que conseguem se destacar no Instagram, são as que fazem uso do conteúdo de valor como estratégia de marketing digital, com publicações que agregam valor no cotidiano dos usuários, fazendo

com que o seu produto ou serviço seja algo essencial, se tornando referência no ramo na hora da compra ou indicação.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos, o método aplicado foi uma entrevista com o gestor de marketing, para então realizar a técnica de análise de conteúdo por meio da categorização do conteúdo de valor publicado no perfil da empresa em três principais características, que são os benefícios do Instagram, a interação e a estratégia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por conseguinte, os resultados obtidos foram capazes de mostrar que o conteúdo de valor pode ser aplicado em diferentes ramos e alcançar grandes resultados a depender do objetivo da empresa, seja uma interação mais rápida e precisa com os clientes, seja a expansão da marca através do engajamento e algoritmo do Instagram, criando conteúdos e aprimorando as estratégias para a melhoria contínua na relação empresa-cliente.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; KARTAJAYA Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0 [recurso eletrônico]: tecnologia para a humanidade.** Tradução de André Fontenelle. 1 ed. - Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

MINCIOTTI, Silvio Augusto; KIYOHARA, Jefferson Hiroyoshi. **Atenção Total ao Cliente: "Comitê de Clientes" do Sé Supermercados.** IV Semead, Outubro de 1999. São Paulo, Brasil, 1999.

PULIZZI, Joe. **Marketing de conteúdo épico: como contar uma história diferente, destacar-se na multidão e conquistar mais clientes com menos marketing** / Joe Pulizzi; [Leonardo Abramowicz]. - São Paulo: DVS Editora, 2016.

O *INSTAGRAM* COMO FERRAMENTA DE VENDAS E EXPANSÃO COMERCIAL

Menso Alves da Silva Rodrigues[1] (Aluno do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe),email: alvesmenso@gmail.com ,Orientador: Ms. Fabrício José de Holanda(Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: fabricio@fvj.br.).

RESUMO

As redes sociais vêm se tornando espaços abundantes em recursos para que grandes e pequenos empreendedores possam comercializar seus produtos e serviços, de maneira a alcançar a cada dia mais clientes. Esse estudo teve como objetivo identificar quais as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendedores do município de Aracati/Ce quanto à inserção e realização de vendas diretamente pelo *Instagram*. Para a construção do presente estudo inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa em livros, revistas e artigos científicos, bem como uma pesquisa exploratória por meio da aplicação de questionários, onde seus dados foram tabulados e disponibilizados em tabelas e gráficos utilizando o formulário do *Google Forms*. Esta pesquisa possibilitou conhecer os aspectos e as características do uso do *Instagram* tanto pelos empresários mais tradicionais quanto pelos empreendedores mais jovens.

Palavras-chave: Instagram. Empreendedor. Vendas.

INTRODUÇÃO

O ritmo acelerado do consumo vem a tornar as decisões de compra mais rápidas e dinâmicas. Nesse contexto, os compradores não possuem mais tempo para se deslocarem até um estabelecimento comercial, porque atualmente existem milhões de consumidores que recorrem aos seus próprios dispositivos (celular, computadores, tablets entre outros) para realizar as suas compras (KOTLER, 2017).

Com o surgimento da pandemia do vírus Covid-19, diversas mudanças ocorreram no ambiente empresarial. Comerciantes e prestadores de serviços que antes se recusaram anteriormente a utilizar a internet como um instrumento de aproximação de clientes foram condicionados pelas circunstâncias a mudarem seus paradigmas a respeito das tecnologias por compreenderem a importância de inserir suas empresas nas plataformas de *e-commerce.*

Os decretos de *lockdown* que foram implementados durante a pandemia condicionaram as lojas de diversas cidades do Brasil a uma situação de incerteza se seus empreendimentos iriam permanecer de portas abertas, o que fomentou ainda mais a necessidade de migração das lojas físicas para o ambiente digital (TERRAZZAN, 2021).

Atualmente, existe uma infinidade de plataformas e redes sociais onde as empresas estão presentes, porém, a pesquisa proposta neste artigo terá como foco a plataforma do Grupo Metas Instagram, pois é uma ferramenta com grande alcance no mercado contemporâneo.

O estudo dessa temática se faz relevante porque embora o espaço da internet se apresenta como um novo ambiente promissor, também possui suas vulnerabilidades. De fato, a rede de computadores (internet) trouxe e continua trazendo mudanças que acontecem de forma muito rápida e, muitas vezes, inesperada.

A adesão das mídias sociais acarreta inúmeros benefícios, entretanto, é plausível os riscos a que são expostos seus negócios, haja vista, que cada vez mais o *e-commerce* se aproxima de ser o principal meio de ligação entre o consumidor e o mercado.

Diante do que foi exposto, o presente artigo visa responder o seguinte questionamento: Quais demandas implicam para que o empreendedor recorra ao meio digital, considerando os desafios e as vantagens desse ambiente?

Isto posto, o objetivo geral da pesquisa foi: Analisar quais os tipos de demandas dos empresários de médio e pequeno porte acerca da necessidade de estarem incorporados à realidade das redes sociais. Os objetivos específicos foram: i) Traçar o perfil dos empresários ambientados nas mídias digitais; ii) Analisar se as redes sociais são eficientes no *e-commerce*; iii) Qual o motivo mais comum para a utilização do *Instagram* no comércio?

Marco Teórico

Segundo Kotler (2018), atualmente grande parte das empresas, que buscaram o *Instagram* para se inserir, foi devido à notória capacidade da plataforma de formar opiniões sobre os produtos e a respeito da marca, com o intuito de minimizar barreiras entre empresa e clientes.

O potencial do *Instagram* pode ser avaliado pela alta presença de grandes empresas como a Coca-Cola, a Adidas, a Nike, dentre tantos gigantes varejistas, fabricantes e distribuidoras que estão constantemente produzindo marketing e conteúdo para a plataforma.

O *Instagram* se tornou uma excelente ferramenta de vendas partindo do princípio que os comércios devem estar onde haja uma concentração de pessoas. O *Instagram* é uma comunidade virtual repleta de pessoas de várias classes, etnias e crenças.

No entanto, mediante tantos recursos presentes nesta plataforma ainda é necessário que haja um interesse do cliente para com o conteúdo ofertado pelo perfil do empreendimento, seja por meio de sorteios, vídeos, fotos, enquetes e *story*, pois, assim o empreendedor passa não somente a mostrar seus produtos e serviços, mas também a produzir conteúdo relacionado para manter seus seguidores da plataforma.

METODOLOGIA

Foi realizado nos meses de fevereiro e março do ano de 2022 uma pesquisa bibliográfica a partir de textos acadêmicos, artigos científicos e livros que versam sobre os principais temas abordados neste trabalho: empreendedorismo, marketing, internet e comércio.

De forma complementar, também foi realizado em um segundo momento uma pesquisa de campo, por meio de um questionário auto aplicado com perguntas fechadas.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de fevereiro a março em que foram enviados questionários por meio da rede social *WhatsApp*. A pesquisa teve uma amostra de 10 (dez) empresários (para que não haja saturação de respostas), na qual 55.6% atuavam apenas em ambiente virtual e os outros 44.4% tanto no ambiente físico como virtual.

Após a aplicação dos questionários desenvolvidos no *Google Forms*, os dados da pesquisa foram apresentados em forma de gráficos de pizza ou setores para facilitar a análise dos dados.

A pesquisa foi realizada na cidade de Aracati, município localizado no litoral leste do Ceará à 150 Km de distância da capital Fortaleza. Conforme o IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística, a população estimada no ano de 2021 era de 75.392 habitantes.

ANÁLISES E CONCLUSÕES

Mediante as pesquisas bibliográficas, pôde ser entendido que o uso do *Instagram* como ferramenta de vendas não se deu somente por demandas advindas da pandemia, mas também, por sua praticidade conforme visto na pesquisa de campo.

Tal pesquisa expôs que o maior motivo dos empresários da cidade de Aracati para utilizar o *Instagram* é a captação de novos clientes e a maior exposição dos produtos e serviços prestados.

Nessa conjuntura, constatamos que o perfil dos empresários que estão utilizando o *Instagram* é, em sua maioria, jovens entre 18 e 28 anos de idade, motivados, dentre outras coisas, pela facilidade em começar a empreender nessa plataforma.

Nesse contexto, pudemos observar a eficiência do *Instagram* sendo destacada por um dos gestores das empresas pesquisadas, em que afirma que tal aplicativo já supre as necessidades da empresa sem os custos de um ambiente físico.

Contudo, alguns autores como Ferraz (2015) afirmam que, mesmo com várias facilidades provindas do *e-commerce*, inúmeros gestores de empresa são apoiados pela premissa de que a experiência da compra presencial deverá ser mantida, para que seja mantida a relação face a face entre vendedor e cliente, dentre inúmeras outras razões estratégicas e pessoais.

Assim, com o presente trabalho, compreendemos que o *Instagram* é uma ferramenta excepcional para as empresas que possuem boa adaptabilidade às inovações ou para pessoas que desejam empreender com baixo custo. No município de Aracati, o aplicativo se mostrou como uma ferramenta bastante popularizada entre os comerciantes e prestadores de serviços destacando sua acessibilidade e alcance como pontos fortes da plataforma.

REFERÊNCIAS

FERRAZ, E. **Negocie qualquer coisa com qualquer pessoa:** estratégias práticas para obter ótimos acordos em suas relações pessoais e profissionais. São Paulo: Editora Gente, 2015.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0:** do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. MAGRANI. E. A internet das coisas.1. ed. Rio de Janeiro,2018.

TERRAZZAM. M. **O e-commerce cresceu, amadureceu e precisa mais do que uma boa tecnologia para levar a melhor experiência ao consumidor.** ABACOMM, 2021. Disponível em: < https://abcomm.org/noticias/o-e-commerce-cresceu-amadureceu-e-precisa-mais-do-que-uma-boa-tecnologia-para-levar-a-melhor-experiencia-ao-consumidor/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

RESUMO EXPANDIDO

PRÁTICAS DE LOGÍSTICA REVERSA DE UMA EMPRESA NO SEGMENTO DE BEBIDAS NO MUNICIPIO DE ARACATI

Lourena Rebouças Silva[1] (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: lourena.silva@fvj.br). Bruna Valessa Dias Rodrigues (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: bruna.rodrigues@fvj.br).

RESUMO

A logística reversa é um ramo da logística empresarial, considerada nova no mercado, mas seu conceito evoluiu com o aumento das preocupações com o meio ambiente, ela apresenta-se ainda, em harmonia com a visão atual de gerenciamento de resíduos sólidos, uma vez que compreende todas as atividades enfocadas na redução, reutilização e reciclagem. Este trabalho tem como objetivo principal analisar como uma empresa do segmento de bebidas pratica a logística reversa, tomando-se por base os produtos de uma revenda autorizada da Ambev localizada no Aracati - CE, que são os vasilhames de vidro. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, utilizando roteiro semiestruturado para a coleta de dados, por meio de entrevistas com quatro funcionários do setor de logística da empresa. A análise dos resultados permitiu a descrição do fluxo das logística reversa utilizada pela organização e indicou as motivações, as dificuldades e benefícios.

Palavras-chave: Logística reversa; Vasilhames; Processos reversos; Resíduos sólidos.

INTRODUÇÃO

A logística reversa - LR é um ramo da logística empresarial, ainda considerada novo quando observado do ponto de vista acadêmico e de mercado, mas vem ganhando espaço no mercado. No Brasil os primeiros estudos sobre o tema foi somente na década de 70. Com isso o artigo tem como objetivos as Práticas de logistica reversa nas empresas de Aracati e busca verificar as motivações para a utilização da logística reversa; descrever os fluxos reversos das empresas do segmento de bebidas e entender quais as dificuldades e os benefícios do uso dos processos reversos das empresas desse segmento.

MARCO TEÓRICO

Há diversas difinições para logística reversa e é nítido como ela é de fundamental importância e as empresas estão cada vez mais aderindo essa prática, pois quando bem executada e administrada se torna uma exelente ferramenta, pode – se citar diversas vantangens como por exemplo a legislação ambiental que tem como principal objetivo a consciência ambiental que modifica o comportamento de consumo das pessoas. E esse crecimento além de ser usado para amenizar os impactos ambientais e ter uma redução nos custos, existem as razões competitivas, ou seja, a diferenciação por serviços, que agrega valor à imagem organizacional, mas também existem alguns obstáculos na

implementação da logística reversa, como a falta de direcionamento da política da empresa, falta de sistemas de apoio a gestão dos fluxos inversos, etc.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos dessa pesquisa foi aplicada uma entrevista com 4 pessoas responsáveis pelo setor de logística da empresa, possui abordagem qualitativa, foi utilizada a técnica de análise dos núcleos de sentidos (ANS) proposta por Mendes (2007) ao adaptar a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1997).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com os resultados obtidos na pesquisa, foram capazes de mostrar que a logística reversa trás grandes benefícios para as empresas, tanto financeiros, como sua imagem perante seus clientes, nota-se também, que a logística reversa exige integração de todas as áreas da empresa, o que traz algumas dificuldades de comunicação e gestão. Mas é importante destacar algumas limitações dessa pesquisa, por ser feita em apenas uma empresa, não foi possível fazer comparações com outras empresas, o que poderia enriquecer as análises. No mais como a logística reversa é muito abrangente e está em constante evolução, sempre há temas interessantes a serem abordados, sugere-se que a pesquisa seja aplicada em outros segmentos, além do de bebidas como foi o caso dessa pesquisa. Ainda, sugere-se para trabalhos futuros, pesquisar de forma mais aprofundada o atendimento da lei de resíduos sólidos. Conclui – se que a logística reversa oferece grandes vantagens competitivas para as empresas tanto financeiros, ao reduzir os custos com embalagens, como também gera uma imagem positiva para marca ao implementar um projeto que respeita o meio-ambiente e procura um resultado sustentável.

REFERÊNCIAS

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa: meio ambiente e competitividade.** São Paulo: Prentice Hall, 2003

MARÇAL, Luciano Lobato; SILVA, Ana Carolina Alcântara da. Análise da Gestão de Logística Reversa de Vasilhames de Vidro em uma Fábrica de Refrigerantes. In: XXVIII. ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 18., 2008, Rio de Janeiro.

ROGERS, D. S.; TIBBEN-LEMBKE, R. S. **Going Backwards: Reverse Logistics Trends and Practices.** University of Nevada. Reno: CLM, 1998.

MUELLER, C.F. **Logística Reversa: Meio-ambiente e Produtividade**. Grupo de Estudos Logísticos, Universidade Federal de Santa Catarina. GELOG-UFSC. 2005.

CHAVES, Gisele de Lorena Diniz; BALISTA, Wagner Cezario and COMPER, Indiana Caliman. Reverse logistics: the state of the art and future perspectives. Eng. Sanit. Ambient. [online]. 2019, vol.24, n.4, pp.821-831

A INFLUÊNCIA DO *MERCHANDISING* NOS SUPERMERCADOS SOBRE A DECISÃO DE COMPRA POR IMPULSO DOS CONSUMIDORES: uma pesquisa no município de Aracati/CE

Francisco Thiago Barroso Maciel (aluno do curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: thiagomaciel55@hotmail.com), Orientador: Valberson da Silva Viana (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa discorre sobre a importância do *merchandising* nas empresas de supermercados, visando que por meio de estratégias dos vendedores e suas organizações nas prateleiras seja possível chamar a atenção dos clientes, e estes efetivem compra de produtos que não tinham na sua lista antes de sair de casa. Dessa forma, a pesquisa ainda apresenta como o marketing tem repensado os produtos a depender do cotidiano vivido pela sociedade, acerca de seu visual, sendo que este é fator preponderante para chamar atenção dos compradores. Assim, cabe salientar que o objetivo geral da pesquisa é verificar a influência do merchandising na compra por impulso de clientes em supermercados. Para alcançar este, foi realizada uma pesquisa de cunho misto, já que efetiva-se uma pesquisa de campo, com especificamente 05 gestores da área de supermercados, entre setores como Recursos Humanos e Administrativo. Para além desse cenário, também realiza uma investigação de cunho bibliográfico, responsável por fundamentar as informações alcançadas com os entrevistados. Como resultado do estudo percebeu-se que os gestores investigados afirmam que a exposição dos produtos com é relevante para que os clientes escolham determinada marca, pois o visual chama a atenção. Apresentam ainda que alinhada a exposição, o que garante a compra por impulso relaciona-se a exposição do preço e quantidade de mercadorias que se encontram expostas. Concluir-se que o *merchandising* é fundamental para a rentabilidade das organizações.

Palavras-chave: Comportamento de compra do consumidor; Marketing; Visual Merchandising.

INTRODUÇÃO

O uso de técnicas mercadológicas são indispensáveis para que uma organização consiga se desenvolver plenamente, visando que suas vendas (de produtos ou serviços) aconteça de forma significativa. Isso porque essas técnicas tratam-se de estratégias para que uma organização consiga alcançar os objetivos que almeja. É compreendendo essa informação que as grandes empresas têm usado das mais diversas práticas para colocar as mesmas no cronograma de planejamento e, consequentemente, no direcionamento das escolhas que são realizadas. Nas empresas de supermercado, por exemplo, visando conseguir vender seus produtos, as organizações tem usado de estratégias como *merchandising*, sendo estes responsáveis por direcionar um cliente a uma compra realizada por impulso. O *merchandising* consegue, por meio de interferências emocionais, fazer com que o cliente sinta a necessidade de comprar algum produto não programável. Isso ocorre porque nas prateleiras, os produtos ficam devidamente expostos, na tentativa de chamar atenção das pessoas que entram no ambiente. Compreende-se que um ambiente prazeroso é capaz de fazer com o que cliente compre produtos que ele não almejava, inicialmente. Os autores ainda discorrem que o comprador sente desejo pelo que enxerga e, portanto, quanto maior a organização das prateleiras, maior chance de que a venda seja realizada. Compreendendo esse cenário, a pergunta norteadora do estudo, busca saber é: Como o *merchandising* influencia na compra de

clientes em supermercados? Assim, o objetivo geral desse estudo é: verificar a influência do merchandising na compra por impulso de clientes em supermercados. Com relação aos objetivos específicos, estes buscam: Entender sobre *merchandising* e seu impulsionamento nas vendas de uma organização; e Discorrer sobre estratégias de merchandising no impulsionamento de vendas em supermercados.

METODOLOGIA

O estudo é desenvolvido de maneira qualitativa descritiva, pois investiga um cenário social e não especificamente a questões de números, porcentagens e afins. É considerado também descritivo, pois depois de aplicado um questionário, as informações apresentadas pelos participantes da pesquisa serão discorridas e analisadas pelo autor do projeto. A pesquisa será desenvolvida em supermercados do município de Aracati/CE, sendo a mesma conhecida por está distante 150 km da capital cearense, Fortaleza e ser considerado um patrimônio nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo o mesmo tombado no ano de 2000. O local tem uma área de 1.229 km² e compreende uma população de 74.975 habitantes. A técnica utilizada para que o estudo tenha êxito é considerado investigativo, pois trata-se da aplicação de um questionário. A pesquisa será realizada sob uma perspectiva mista, já que utiliza um cenário de pesquisa de campo, pois aplica questionário junto a dez gestores de supermercados do município de Aracati/CE, mas também apresenta uma vertente bibliográfica para fundamentar as ideias do estudo, que buscam entender como *merchandising* é relevante para manipular a decisão de compra de um cliente. O público-alvo na pesquisa trata-se de gestores dos supermercados investigados, sendo eles profissionais da área comercial dos estabelecimentos: gerentes comercias e gerentes de lojas. A amostra compreende 10 gestores atuantes em supermercados do município de Aracati/CE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda, de acordo com os entrevistados, quatro desses são gerente e um é administrador do supermercado em que atua. E, quando se trata do tempo exercem a função nas organizações distintas, 60% afirma que já trabalha há mais de cinco anos e 40% entre 1 e 5 anos. De acordo com as informações que se apresentam, vê-se que o gênero masculino sobressai-se quando o assunto é a gerencia de uma unidade de supermercados, com 60% dos entrevistados. Com relação a faixa etária 60% compreende 31 anos, e no que tange a suas formações acadêmicas, apenas 01 (20%) tem ensino superior incompleto, ao passo que os demais já encontram-se formados. Ainda, de acordo com os entrevistados, quatro desses são gerente e um é administrador do supermercado em que atua. EE, quando se trata do tempo exercem a função nas organizações distintas, 60% afirma que já trabalha há mais de cinco anos e 40% entre 1 e 5 anos. Conforme aponta os gestores dos supermercados, eles percebem que a organização das prateleiras, de forma estratégica, possibilita que o cliente compre o produto, sendo este o papel do vendedor. Dalcol, Siluk (2012, p.11) concorda com os discursos, quando diz que “a diferenciação que a marca deseja passar para os seus clientes começa desde a vitrine da loja, passando pelo aroma e sabores, até a seleção de produtos e a disposição nas prateleiras”, sendo assim deve ser fomentado com os vendedores das empresas, sobretudo, com capacitação acerca desse contexto. De acordo com os entrevistados, o cliente precisa ter acesso facilitado ao produto, ajudando-o na decisão da compra, mas discorrem que esse cenário deve estar associado a outros, tal como a apresentação de preços. Apenas um indivíduo acredita que já identificar o preço do produto é que mais vale para o cliente. No estudo de Bastos (2020) discorre-se que na verdade o que faz com que os sujeitos escolham determinado produto, relaciona-se, as indicações realizadas por familiares e amigos. Isto porque, segundo o autor, a importância do visual nas prateleiras (produto e preço) de exposição é importante, mas ele não enxerga o cenário como fator preponderante para a

escolha dos produtos. Sendo assim, podemos dizer que não apenas os entrevistados tem posicionamentos distintos com relação a exposição dos produtos em prateleiras de supermercados, devidamente organizados, serem preponderantes na escolha dos produtos, porém todos concordam que é um fator que favorece a compra.

CONCLUSÕES

Frente as informações que se apresentam, pode-se salientar que a pesquisa atendeu as suas necessidades, quando percebe-se que a exposição dos produtos nas prateleiras dos supermercados é fundamental para que os clientes identifiquem qual pretende levar para casa. Compreende-se ao longo do texto, que quase sempre os produtos são escolhidos por impulso, ou seja, apenas porque o cliente gostou do visual deste. Sendo assim, claramente o *merchandising* permite o impulsionamento das vendas, auxiliando as empresas a aumentarem sua lucratividade, e por esse motivo apresenta-se como fundamental que as organizações capacitem seus profissionais para esse tipo de organização das prateleiras dos supermercados. Fica evidente também que entre as estratégias utilizadas pelos profissionais, para que o *merchandising* ocorra de fato, encontram-se a localização onde os produtos são expostos, a forma que agrupamento acontece, o posicionamento dos produtos, a comunicação desse produto junto ao cliente e o volume das mercadorias que são expostas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Danilo Ribeiro. **Efeitos do tempo de envio das recomendações online e do portfólio de produtos sobre o processo de tomada de decisão de compras.** 2020. Tese de Doutorado. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28990. Acesso em: 02 jun. 2022.

DALCOL, Charlene; SILUK, Júlio. **Gestão estratégica de marketing e o posicionamento competitivo:** o caso da cacau SHOW 2012. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T12_0533_3024.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (INTELIGENTE) PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Cleyton Henrique Rebouças Barbosa[1] Aluno do Curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, cleytonplh@gmail.com; Eliezio Gomes de Queiroz Neto[2], Orientador - Professor do Cento Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: eliezio.neto@fvj.br

RESUMO

Tendo em vista como os sistemas inteligentes vêm transformando a forma das empresas trabalharem para o seu crescimento, intencionou-se a importância de pesquisar qual a importância e em média quantas micro e pequenas empresas da cidade de Palhano-CE utilizam os sistemas inteligentes. O presente estudo visa demonstrar a importância dos sistemas de informação e sistemas inteligentes para as micro e pequenas empresas. Esta pesquisa foi de natureza descritiva com o método qualitativo-quantitativo, com a coleta de amostra por base de questionário. A amostra contou com 16 respostas sendo elas de proprietários e gestores de micro e pequenas empresas da cidade de Palhano-CE. Os resultados obtidos mostram que os sistemas inteligentes e os sistemas de informação fazem-se de grande importância para o processo de auxílio na correta tomada de decisões nas micro e pequenas empresas, onde grande parte dos empreendedores sabem o que são os sistemas inteligentes e estão inserindo esta ferramenta aos poucos em suas atividades.

Palavras-chave: sistemas inteligentes; empreendedores;pesquisa.

INTRODUÇÃO

Na atualidade é essencial que as organizações saibam o que são dados, informação e conhecimento, porque o sucesso de uma empresa depende muito da correta aplicação desses elementos dentro do processo de resolução de problemas e tomada de decisões na empresa. Com isso surge a necessidade de destacar os sistemas de informação inteligentes como uma indispensável ferramenta para o processo de gestão de pequenos e médios empreendimentos.

Sendo assim, este estudo visa responder a seguinte pergunta: Qual a importância dos sistemas de informação inteligente para as micro e pequenas empresas da cidade de Palhano-CE?

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar qual a visão dos pequenos e médios empreendedores da cidade de Palhano-CE quanto a importância dos sistemas inteligentes, quantos deles usam esses sistemas e também quantos deles acreditam nas vantagens dos sistemas inteligentes. Esta pesquisa pretende ainda descobrir os motivos que influenciam as empresas a utilizarem estes sistemas e identificar quais problemas podem ser gerados se os mesmos não o utilizarem.

OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NAS EMPRESAS

Os Sistemas de informações (SI) assumem uma importância crescente dentro do papel de gestão, seja ela no setor financeiro, educacional, saúde etc. Dificilmente uma empresa consegue se desenvolver, gerar escalabilidade ou qualquer que seja o processo de inovação seguindo estratégias lineares. Por esse motivo, torna-se fundamental a nível da empresa o uso de tecnologia moderna, na exploração de novas oportunidades de investimento e também na planificação da atividade industrial. (BRAGA; ASCENÇÃO 2011).

Segundo Teófilo (2007), um sistema de informação (SI) é um sistema que usa a tecnologia da informação para armazenar, manipular, transmitir, capturar ou expor informações utilizadas em um ou vários processos de negócio.

Para Baltzan e Phillips (2012), grande parte das empresas são dependentes da utilização de recursos da tecnologia da informação. Seja para compra, transporte de mercadorias, interação com os clientes ou outras práticas de negócios, realizados essas tarefas de uma maneira mais eficiente e eficaz. Além de que através

Ainda segundo Baltzan e Phillips (2012), A tecnologia permite que sejam dos sistemas de informação os gestores podem ter um controle gerencial dos negócios das organizações e, assim garantir um alto grau de competitividade no mercado que o saber usufruir.

Com a utilização dos sistemas de informações, as organizações que as possuem, tendem a ter um controle mais eficiente sobre suas operações e, consequentemente, garantem melhores resultados, sendo então, uma ferramenta eficiente e segura para os usuários. (TEÓFILO, 2007)

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Segundo Valentim (2002), informação vem através da estruturação dos dados, dando assim aos gestores a oportunidade de seguir com uma referência pautada em um conjunto relevante de informação. É válido ressaltar que em alguns casos os sistemas de TI, precisam

de gestores que acompanhem o processo de construção do conhecimento tendo como base a construção de funções que recebam os parâmetros corretos, porque somente assim é possível desenvolver uma informação que gere conhecimento.

Para Semidão (2014), todo conhecimento gerado só vem devido a uma etapa de processamento de dados, até se tornar um conteúdo estruturado e homogêneo no qual pode ser representado por um gráfico e só depois da socialização ou descoberta do resultado oriundo através destas etapas metodológicas, o conhecimento é extraído com base na interpretação dos indivíduos.

USO DE SISTEMAS INTELIGENTES E BUSINESS INTELLIGENCE

GARAVITO TRIANA (2010), explica que inteligência aplicada a negócios já é uma realidade comentada pelos estudiosos desde 1994, foi através de um estudo de Furlan, neste mesmo ano, que os Sistemas de Informação executivo que no inglês fica Executive Information Systems (EIS) foi mencionado pela primeira vez.

Um fator importante a ser considerado é o surgimento dos algoritmos de Big Data, que revolucionaram o processo de tomada de decisão. (TAURION, 2013)

O processo computacional, bem como a inteligência artificial, já conta com um caminho que vem em constante crescimento dentro dos EIS. Por isso, é notável que a aplicação de todos esses processos mencionados, reforçam o surgimento de inteligência aplicada aos negócios que deu origem ao termo Business Intelligence - BI. Em outras palavras, o uso de tecnologia da informação nas empresas é de fato um processo importante para os empreendedores que querem ficar na vanguarda do mercado.

METODOLOGIA

A pesquisa teve seu desenvolvimento baseado em métodos de pesquisa descritiva, que segundo Gil (2008), tem como principal objetivo, descrever características de determinado fenômeno ou população, onde podem ser incluídas pesquisas com objetivo de levantar opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população, e a principal característica deste tipo de estudo é a realização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Em relação a abordagem da pesquisa, trata-se de uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2002), esse tipo de pesquisa trabalha com crenças, motivos, valores, entre outros significados mais pessoais. Este tipo de pesquisa tem uma abordagem mais profunda quanto aos processos e fenômenos das ações e relações humanas.

RESULTADOS E ANÁLISES DE DADOS

A coleta de dados foi realizada em empresas localizadas na cidade de Palhano-CE, por meio de um questionário online aos seus respectivos gestores.

Iniciando com os resultados extraídos com os gestores e proprietários das pequenas e médias empresas do município de Palhano-CE, percebe-se que 48,3% têm idade entre 18 à 25 anos, 37,5% têm idade entre 25 à 35 anos e apenas 18,8% têm idade entre 35 à 45 anos .

Uma informação importante encontrada pelo resultado desta pesquisa é que 62,5% dos gestores sabem o que são os sistemas inteligentes e apenas 37,5% não sabem o que são, como mostra o gráfico 3. A partir deste dado é notório que grande parte dessas empresas já têm algum conhecimento quanto ao que são os sistemas inteligentes e também sabem as vantagens que os mesmos podem trazer para a organização.

Vale ressaltar que embora grande parte destas empresas tenham conhecimento sobre o que são os sistemas inteligentes, apenas 43,8% usam algum sistema inteligente e 56,3% não usa nenhum tipo de sistema em suas atividades.

No final do questionário foi realizada a seguinte pergunta: A automação comercial através dos sistemas inteligentes podem fazer sua empresa ter um melhor controle de dados e informações? A partir dos resultados do gráfico 6 podemos notar que 93,8% dos entrevistados relatam que sim e apenas 6,3% afirmam que não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados da pesquisa é notório destacar que quase 100% dos empreendedores acreditam que os sistemas inteligentes podem fazer com que seu empreendimento tenha um melhor controle de dados e informações, fazendo assim com que os mesmos tenham vantagens competitivas em meio ao mercado.

Com base nos resultados podemos observar que grande parte das micro e pequenas empresas já sabem o que são os sistemas inteligentes e estão inserindo esta ferramenta aos poucos em suas atividades. Também nota-se que os sistemas de informação. são de fato grandes aliados para os micro e pequenos empreendedores, trazendo informações rápidas, fáceis e confiáveis gerando assim um grande auxílio para a gestão de todos os tipos de negócios.

REFERÊNCIAS

MINAYO, M. C. S. **Amostragem e Saturação em pesquisa qualitativa**: consensus. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 5n.7, p.01-12, abr. 2017. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82. Acesso em: 23 jun. 2022.

SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron. **Dados, informação e conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da ciência da informação: contribuições teóricas.** 2014. 198 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/110783. Acesso em: 31 maio 2021.

TAURION, Cezar. **Big data**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

TEÓFILO, Romero Batista; DE FREITAS, Lucia Santana. O Uso de tecnologia da informação como ferramenta de gestão. **IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGET),** Resende, RJ, p. 1-12, 2007.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dados, informação e conhecimento. **DataGramaZero, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 4, p. 1-13, 2002. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/3837. Acesso em: 23 jun. 2022.

Ciências Contábeis

Uma Revisão Integrativa da Literatura sobre a Importância da Contabilidade para o Microempreendedor Individual (MEI)

Ricardo Gregório da Silva (Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: ricardo.gregorio@fvj.br), Orientador (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: marciomota@fvj.br).

RESUMO

O Microempreendedor Individual (MEI) é um tipo de categoria empresarial para pequenos negócios que possibilitou que vários autônomos saíssem da informalidade e garantindo diversos benefícios. Mesmo sendo uma categoria empresarial, o MEI não é obrigado a contratar um contador, e na maioria das vezes não sabem conduzir seu negócio. O presente artigo tem como objetivo apresentar a importância da contabilidade ao Microempreendedor individual. Tratou-se de um estudo de revisão de integrativa da literatura. A busca foi realizada entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022 por meio de bases online. Os descritores foram: contabilidade, microempreendedor individual, gerenciamento, tomada de decisão. Esta revisão integrativa foi composta por 10 artigos científicos, publicados entre os períodos de 2014-2021. Os achados foram as dificuldades do microempreendedor individual sobre gestão; a falta de informação que dificulta o gerenciamento do negócio do microempreendedor e; não interesse do microempreendedor em procurar soluções.

Palavras-chave: Microempreendedor, contabilidade, gerenciamento.

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo vem se destacando, com o alto índice de desempregos no país, os trabalhadores buscam alternativas para seu sustento, e assim criando seu próprio negócio. Mas na maioria das vezes não sabem conduzir seu negócio

Ao passar dos anos, a contabilidade vem assumindo um papel indispensável no âmbito empresarial, a orientação de um profissional contábil é de extrema importância para qualquer tipo de negócio, desde pequenas a grandes empresas

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar a importância da contabilidade ao Microempreendedor individual.

O trabalho se torna importante à sociedade, principalmente voltada para os Microempreendedores individuais, que no ato do gerenciamento de seu negócio acaba se perdendo certas questões sem ter conhecimento adequado para gerir receitas suficiente e manter seu negócio em bom estado. Já para os contadores, o artigo vem a ser fundamental relevância devido a carência participação aos Microempreendedores, eles poderiam ampliar sua área de atuação

MARCO TEÓRICO

O Brasil passou por um período de instabilidade no mercado profissional, afetado por fatores externos, causando desemprego e levando pessoas para a informalidade, que se tornou a garantia de renda extra ou até mesmo a única forma de trabalho (REZENDE; SOUZA, 2016 apud LIMA; ALMEIDA, 2020).

Para diminuir a informalidade no Brasil o governo adotou medidas, por meio de estudos e aprimoramento da legislação ou de assistência aos trabalhadores, surgindo o

enquadramento legal como o MEI, que oferece benefícios e retirando os trabalhadores da informalidade. (SOUSA, 2010 apud LIMA; ALMEIDA, 2020).

O micro empreendedorismo vem se destacando no Brasil nos últimos anos, com a Lei 128/08 que possibilitou pequenos comerciantes que trabalhavam de forma informal pudessem iniciar seu empreendimento com pouca burocracia, comparado a outro tipo empresarial.

Para Chupel, Sobral e Barella (2014), devido à falta de informações adequadas, o microempreendedor acredita que o papel da contabilidade em seu negócio não seja importante. Com o acompanhamento da contabilidade junto ao MEI, pode prestar assessoria necessária o andamento do negócio e dar suporte de crescimento de forma eficiente.

De acordo com Simões (2015) apud Araújo (2019), o profissional contábil pode trazer diversas soluções ao MEI, mas infelizmente não tem o hábito de buscar soluções para o seu negócio, e acaba resultando em falência. Azevedo (2018) apud. Araújo (2019) complementa que a contabilidade usa diversos instrumentos que podem auxiliar o microempreendedor, no intuito de fornecer credibilidade no desempenho contábil da empresa, e, consequentemente, na gestão de qualidade.

A aplicação da contabilidade nas empresas tem o objetivo de fornecer informações sobre aspectos econômicos, financeiros e físicos ao empresário, realizando registos, demonstrações, diagnósticos, análises sob forma de relatos, planilhas e outros meios. Assim, pode-se dizer que a contabilidade é uma ferramenta importante para o processo de mutações do patrimônio da empresa (MORAIS, 2019).

A contabilidade é um fator fundamental no mundo dos negócios, é importante para o crescimento constante e contribuição positiva para o sucesso das empresas, fornecendo informações aos seus usuários, com o objetivo de trazer benefícios ao empreendimento. A contabilidade se torna importante para qualquer porte empresarial (ARAÚJO, 2019). Com a contabilidade, o microempreendedor pode saber o valor dos seus ativos, receitas, custos e despesas, também da rentabilidade e lucro de seu negócio, além de um planejamento tributário. A contabilidade é de extremo auxílio para tomadas de decisões (BARBOSA, 2017).

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, a qual é definida como um tipo de estudo que inclui análise de artigos relevantes já publicados sobre um determinado tema ou questão, de modo sistêmico e ordenado, favorecendo o conhecimento mais profundo do tema investigado, possibilitando elaborar conclusões de um tema específico de uma questão particular (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na internet; publicação portuguesa (Brasil); versão online e gratuita; publicações entre os anos de 2008-2021.

Os descritores foram: contabilidade, microempreendedor individual, gerenciamento, tomada de decisão. A busca foi realizada entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022 pelo acesso online, para realização deste trabalho foram coletados dados em materiais bibliográficos de preferência a partir do ano de 2008.

Do total de 20 artigos, foram selecionados 10 artigos, sendo 4 de repositórios de IES (Instituição de Ensino Superior) e 6 de revistas científicas

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa apontou a falta de conhecimento em gestão de negócios dos microempreendedores individuais, pois muitos iniciam a empresa sem nenhum conhecimento adequado para gerir seu negócio e não buscam auxílio de contadores para fornecer suporte a decisões sobre fluxo de caixa, desempenho organizacional, dentre outros.

Os profissionais de contabilidade podem usufruir da falta de conhecimento do MEI, para ampliar sua área de atuação, visando o crescimento do microempreendedor a longo prazo, podendo levá-lo a uma categoria empresarial maior (EPP, ME ou SLU), onde é obrigatório um contador.

Concluiu-se que os Microempreendedores Individuais enfrentam dificuldades relacionadas ao gerenciamento e tomada de decisões de suas empresas, e que a contabilidade mesmo não sendo obrigatória para esse tipo de categoria, é considerada como um auxílio e garante o tempo de vida da sua empresa.

REFERÊNCIAS

CHUPEL; SOBRAL; BARELLA. **A importância da contabilidade para microempreendedor individual**. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, 2014. Disponível em: < http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/161>. Acesso em: 16 de outubro de 2021

COSTA, M. L.; FEITOSA FILHO, R. I. **A importância da contabilidade no processo de desenvolvimento do microempreendedor individual (MEI)**. Revista Brasileira de Administração Científica, v.10, n.2, p.154-163, 2019. Disponível em: < http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2019.002.0011>. Acesso em: 21 de setembro de 2021

LIMA, Bruna Matos de Souza. CASTOR, Viviane Roberta. COSTA, Elaine Doro Mardegan**. Contabilidade gerencial como ferramenta de gestão para o crescimento dos Microempreendedores Individuais (MEI)**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 10, Vol. 01, pp. 14-28. Outubro de 2020. Disponível em: < https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/microempreendedores-individuais>. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

SOUZA, A. L.; ALENCAR, A. S., 2021. **A Importância da Contabilidade para o Microempreendedor Individual**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.3, p. 13341-13354 2021. Disponível em: < https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/31523>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

A APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NO ENSINO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIJAGUARIBE

Matheus Florêncio da Silva[10] (Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: matheus.silva@fvj.br), Eliezio Gomes Queiroz Neto (Professor do Cento Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: eliezio.neto@fvj.br)

RESUMO

Com o mundo globalizado a necessidade de agrupar, selecionar e disseminar as informações ficou cada vez mais necessário para que as empresas pudessem se manter vivas neste novo cenário. Com isso a contabilidade, que tende a acompanhar os avanços que pelos quais toda sociedade passa, também precisou se adaptar ao mundo informatizado. Diante de tantas mudanças a tecnologia da informação virou uma ferramenta imprescindível para o exercício da profissão contábil, dessa forma a presente pesquisa buscou ter ciência de como estavam os níveis de habilidades dos alunos do curso ciências contábeis da UNIJAGUARIBE com relação ao uso da tecnologia da informação. A Pesquisa foi de natureza exploratória tendo como o método quantitativo o delineamento da pesquisa, para a coleta de dados foi utilizado a plataforma do *Google Forms***.** Os dados foram expostos em gráficos e feito uma análise descritiva simples. Os resultados obtidos mostram que a maioria dos alunos do curso de ciências contábeis da UNIJAGUARIBE tem bons níveis com relação ao uso da tecnologia da informação e vêm essa ferramenta como uma aliada para o aprendizado e para a produtividade dentro dos escritórios de contabilidade, porém quando se trata do conhecimento de sistemas governamentais para a prestação de informações das empresas, muitos alunos não conhecem ou até conhecem, mas nunca utilizaram.

Palavras-chaves: Contabilidade; Tecnologia da informação; Ensino Superior; discentes;

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização, a necessidade de agrupar, coletar e sistematizar as informações ficou cada vez mais frequente dentro das organizações. Neste contexto, as empresas usufruem de diversas ferramentas tecnológicas que as auxiliam neste controle de dados, através dos Sistemas Informatizados (SIS), dando suporte maior para que as tomadas de decisões dentro das instituições sejam mais eficientes (MATANA, 2018).

Existe um consenso na literatura de que a utilização da Tecnologia da Informação (TI) é uma importante ferramenta ao profissional contábil, pois possibilita uma melhor execução dos processos e táticas gerenciais usadas em seus escritórios. Os sistemas gerenciais que a tecnologia da informação propõe, geram maior agilidade, praticidade e segurança no

desenvolvimento das atividades cotidianas, como folha de pagamento, auditoria financeira, escrituração contábil, documentações fiscais e relatórios. Com isso, reduz o risco de fraudes, porém demanda um aprimoramento do profissional contábil (FERNANDES; SOLFA; TIOSSI, 2018).

Uma vez que o ensino superior transcende a visão técnica e a prática profissional, continua a ser um desafio no contexto da interação entre a estrutura de aprendizagem e a capacidade de atuação (CAPACCHI et al., 2007). Neste contexto, a pesquisa irá abordar a seguinte questão: Como estão as habilidades dos alunos do curso de ciências contábeis da UNIJAGUARIBE com relação a tecnologia da informação?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Hoje, devido a informatização do fisco, para atender as obrigações e prestações de conta com o governo, o mercado contábil necessitou passar por mudanças que forçaram o contador a ter domínio sobre ferramentas tecnológicas, das quais nem todo profissional tinha conhecimento. Isso fez com que a profissão se tornasse cada vez mais exigente por profissionais, que além de ter conhecimentos técnicos contábeis, também tenham competências na área tecnológica. Entende-se que a prática é uma das principais ferramentas para a formação de um profissional que atenda aos requisitos que o mercado de trabalho exige (MOREIRA, 2015).

O principal desafio dos docentes de ciências contábeis é que para formar profissionais capacitados, para que este impacte de forma positiva tanto no mercado de trabalho, quanto na sociedade, a fim de acompanhar os avanços sociais. A utilização de *softwares,* para auxiliar a formação de discentes, é uma das peças fundamentais para que o aluno se torne um perfil profissional qualificado (BARRETO, 2015).

De acordo com a pesquisa realizada por Peleias (2005) que examinou os conteúdos das disciplinas ofertada na matriz dos cursos de ciências contábeis na grande São Paulo, que identificou, em algumas disciplinas, a presença de sistemas informatizados contábeis, mas ao comparar com a demanda que o mercado contábil necessitava, na região, observou-se que os escritórios buscam por profissionais com noções e habilidades em sistemas integrados de gestão, como por exemplo o pacote *Microsoft Office*.

3 METODOLOGIA

A primeira etapa desta pesquisa é encontrar bibliografias sobre o tema para obter conhecimentos que ajudem a desenvolver o tema proposto. Compreende-se a pesquisa bibliográfica como, todo levantamento bibliográfico já publicado através de livros, revistas, teses, anais de congressos, indexados em bases de dados em formato on-line ou cd-rom (UEG, 2021).

A segunda etapa do projeto será a pesquisa de campo, que servirá como ferramenta para o levantamento das documentações diretas, que tem por objetivo registrar os dados, especificamente de, onde os fatos ocorreram. Assim podendo fazer a análise dos registros, obtidos através da observação, utilizando ferramentas de pesquisa, tais como: Questionários, formulários e etc. (LAKATOS,2003). Com a finalidade de se obter respostas sobre as seguintes hipóteses: Os alunos tendem ter menos habilidades com sistemas usuais nos escritórios de contabilidade; Alunos que trabalham tendem a ter a tecnologia da informação como aliada; ter menos conhecimentos relacionados a tecnologia, faz com que o aluno enxergue a informática como algo indiferente para o desenvolvimento da profissão. O método que se utiliza é Quantitativo-Descritivo e apresenta o estudo de descrição de população, que consiste em um estudo quantitativo, buscando levantar dados sobre características populacionais que podem ser quantificadas (LAKATOS,2003).

A população examinada neste estudo são os alunos, devidamente matriculados, que estão cursando a graduação de Bacharelado em Ciências Contábeis na UNIJAGUARIBE. O instrumento utilizado para a coleta de dados é um questionário que será aplicado através do Google forms, e que contém 15 questões distribuídas em dois grupos a fim de poder levantar: o perfil do discente e o nível de habilidade com a tecnologia da informação. Quanto a técnica de análise estatística, será utilizado analise descritiva de dados, com base nos dados coletados o instrumento de pesquisa irá expor através de gráficos os resultados obtidos. Para o processamento dos dados será utilizado o *software* Microsoft Excel, possibilitando sua apresentação

4 ANÁLISES DOS DADOS

Ao analisar os dados de forma ampla consegue-se identificar que o perfil dos alunos de ciências contábeis da UNIJAGUARIBE é na maioria do sexo masculino com idade entre 19 e 25 anos tendo a renda per capita de até de 1 a 3 salários mínimos, estando a maior parte

matriculada no 7º semestre, e 64,9% de todos os alunos atualmente estão ocupando algum cargo profissional.

Ao pedir que os alunos classificassem em níveis suas habilidades com relação ao uso das tecnologias digitais e os pacotes de programas do *Microssoft Office* e *Google Workspace* para criação de arquivos e documentos, eles avaliaram como tendo um nível "Bom" de conhecimento sobre o uso desses programas básicos. Porém quando perguntados sobre o nível de habilidade para a elaboração de planilhas e gráficos há uma peculiaridade, pois, a maioria dos alunos se dividem entre o nível "Bom" e o nível "Regular" ficando 32,4% para cada nível de habilidade

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar que os alunos em sua maioria se apresentaram como tendo um bom nível de habilidade com as ferramentas básicas para o exercício da profissão. Contudo os conhecimentos com relação ao Sistema Público de Escrituração Digital, que faz parte do cotidiano dos escritórios de contabilidade, a maior parte dos alunos não conhecem ou conhecem, mas nunca utilizaram. Com isso, há importância das demonstrações dos sistemas que são frequentemente usados por profissionais contábeis, principalmente aqueles usados para fins do poder público.

REFERÊNCIAS

CAPACCHI, M**. A prática do ensino contábil no Estado do Rio Grande do Sul**: uma análise da grade curricular frente às exigências legais e necessidades acadêmicas. Congresso ANPCONT 1, 2007

FERNANDES, M. M. V; SOLFA, D. O; TIOSSI F. M. **Software Em Nuvem: Aplicabilidade Na Consultoria Contábil.** Anais do 9° Fórum Científico da FUNEC: Educação, Ciência e Tecnologia, Santa Fé do Sul (SP), v.9, n.9, 2018. I

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATANA, L. L; FAUSTO, V. T. **Relevância dos conhecimentos de tecnologia da informação para atuação do profissional contábil**. Universidade Tecnológica Federal Do Paraná Departamento De Ciências Contábeis, 2018.

PELEIAS, I. R. **Construção e Validação de Uma Escala de Atitude Para a Avaliação do Ensino de Sistemas de Informação nos Cursos de Ciências Contábeis da Cidade de São Paulo**. Anais do ENANPAD, 2005.

GESTÃO DE ESTOQUE, MÉTODOS UTILIZADOS EM SUPERMERCADOS NA CIDADE DE JAGUARUANA: UM ESTUDO DE CASO

Francisco Róbson Fernandes de Carvalho[1] (aluno do curso de ciências contábeis do centro universitário do vale do Jaguaribe, email: robsoncarvalhoadm@gmail.com), Cicero Philip Soares do Nascimento[2] (professor do centro universitário do vale do Jaguaribe email: cicero.philip@fvj.br).

RESUMO

No atual cenário em que estamos inseridos, a necessidade de utilizarmos de métodos de controle de estoques que nos auxiliam em melhorias para o nosso ambiente de trabalho é de extrema importância, o artigo abordou a importância da gestão de estoque em supermercados na cidade de Jaguaruana. Foi realizado uma pesquisa para embasamento teórico, assim como uma pesquisa quantitativa com supermercados da cidade. Foi possível constatar que mesmo em um ambiente tão uniforme, existem diversas formas de se manter o controle de estoque apesar de os funcionários não possuírem formações acadêmicas, dando destaque para as mulheres que se mantem no controle de estoque mesmo sendo a minoria trabalhando no segmento, em vista disso foi perceptível a necessidade de formações ou treinamentos sobre o assunto para que tragam melhorias para os trabalhadores e uma melhor liberdade financeira para os comerciantes.

Palavras-chave: gestão; estoque; supermercados.

INTRODUÇÃO

No passar do tempo muitos métodos foram surgindo para um melhor controle das mercadorias, como PEPS, UEPS, preço médio entre outros. A utilidades desses métodos é de grande importância pois podem ajudar a controlar a sobrevivência financeira da empresa. O controle de estoque mau gerido pode ocasionar vários empecilhos como capital parado, espaço para armazenagem além da fragilidade de diversos produtos.

No brasil, um dos métodos mais utilizados é o método primeiro que entra, primeiro que sai (PEPS). Este método advindo da contabilidade de custos é utilizado para que a mercadoria que chegou primeiro que pressupomos que tenha uma validade mais próxima ela gira primeiro para que não acarrete validade na mercadoria.

Em supermercados utiliza-se muito esse método de controle, mas para que aconteça tudo de forma correta e as validades não se misturem é necessário um bom controle desde o recebimento da mercadoria, até a exposição e manutenção da mesma na área de venda funciona como uma forma de controle compartilhado do estoque.

METODOLIGIA

Com estreitamento Quali-quantitativo na realização de análise das respostas obtidas a partir da resposta do questionário aplicado ao público alvo da pesquisa.

Buscamos diretamente com funcionários de alguns supermercados da cidade para entendermos o que se passava e quais eram as suas dificuldades e necessidades, foi aplicado um questionário de 19 perguntas abertas e objetivas, por meio das objetivas podemos analisar de forma estatísticas alguns dados para nos basearmos para os resultados e as descritivas podemos ver a necessidade e o déficit que essas pessoas enfrentam, facilitando uma análise das necessidades e demonstrar o objetivo deste projeto.

O questionário foi aplicado em 8 mercados varejistas da cidade, onde obtivemos retorno de 6 deles, os papeis foram entregues a uma pessoa para que direcionasse a um funcionário da empresa, do setor de estoques, ou que utilizasse métodos de controle de estoques em seu dia a dia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado que os entrevistados possuem um conhecimento sobre o assunto apesar de não possuírem uma formação acadêmica, o que leva a ver que a pratica dos métodos de controle pode ser utilizada de forma simples e fácil, sem complicações basta ter conhecimentos sobre o assunto e colocá-los em pratica, diante disso é necessária uma forma de treinamento ou cursos com frequência para que cada vez mais se possa transformar profissionais de qualidade para o mercado o que traria apenas benefícios para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAS

A partir do estudo buscou-se aprofundar-se mais no contexto de controle de estoques, para compreender e analisar os conhecimentos e técnicas utilizadas nos supermercados da cidade de Jaguaruana.

Observou-se um grande interesse da parte dos funcionários de melhorias e conhecimento sobre o assunto abordado, pois consequentemente trariam melhorias não só para o trabalho que exercem, mas são conhecimentos que levarão para a vida e poderão por em pratica em qualquer ambiente em que estejam.

Conclui-se então que os métodos de controles nos supermercados precisam de um treinamento ou formação de conhecimentos melhoradas do assunto, podendo trazer vantagens para ambas as vias do comercio, desde suprir a real demanda do cliente e até a real necessidade dos produtos em estoque, podendo diminuir os gastos das empresas com mercadorias que não precisem estar em excesso, levando a uma baixa margem de erros e de procedimentos inadequados.

REFERENCIAS

OLIVEIRA, Diogo. Você sabe o que é PEPS e como aplicar em seu estoque?. **blog soften sistemas.** 2019. Disponível em: https://blog.softensistemas.com.br/o-que-e-peps/ acesso em: 22 de março 2022

BRASIL, BLB. Cpc 16 – estoque: custos e critérios de valorização. **BLB brasil artigos de auditoria contabilidade**. São Paulo, SP, 2020 disponível em: https://www.blbbrasil.com.br/blog/cpc-16-custos-valor-estoque/ acesso em: 21 de março 2022

IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRIBUTÁRIA NA VISÃO DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIJAGUARIBE[1]

Alice Dias Segundo[2]
Larissa Karolina Souza Silva[3]

RESUMO

A reforma tributária no Brasil é discutida, entre os poderes públicos, há mais de uma década. Na Câmara dos Deputados e Senado Federal, há dois principais projetos que tratam da Reforma Tributária no Brasil: PEC nº 45/2019 e n. º 110/2019. A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre as implicações da reforma tributária na percepção dos estudantes de graduação do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. O estudo realizado tem o objetivo de analisar a percepção dos discentes sobre a aprovação de uma Reforma Tributária, com destaque na PEC nº 45/2019. A metodologia utilizada para a realização do estudo possui natureza descritiva e caráter qualitativo, os dados foram coletados por meio de um questionário elaborado online, através da plataforma do *Google Forms*, e enviado aos alunos que cursam do quinto ao oitavo semestre. A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que que os alunos possuem conhecimento básico sobre o que é tributo, as espécies, e como funciona o processo de tributação. Os estudantes acreditam que existe uma necessidade de modificações no processo de tributação, entretanto, não possuem certeza se as alterações propostas são eficientes para promover mudanças relevantes.

Palavras-chave: PEC nº 45/2019; Reforma Tributária; Tributação.

INTRODUÇÃO

A Reforma Tributária no Brasil é discutida, entre os poderes públicos, há mais de uma década. Na Câmara dos Deputados e Senado Federal, há dois principais projetos que tratam da Reforma Tributária no Brasil: Propostas de Emenda Constitucional (PEC) n. º 45/2019 e n. º 110/2019). Essas Propostas de Emenda Constitucional foram consideradas prioritárias para a realização da votação e aprovação em 2020. No entanto, com objetivo de realizar alterações no sistema tributário, também foi elaborado o Projeto Lei 3887/2020.

Existe um interesse da sociedade que o nosso sistema tributário atual passe por atualizações, entretanto não existe um consenso sobre o conteúdo de uma proposta de Reforma tributária, visto que existem diversas propostas de emenda constitucional, dentre elas a PEC nº 45/2019 é a que mais teve destaque nas discussões. A PEC nº 45/2019 da Reforma Tributária, foi apresentada pelo Deputado Baleia Rossi (PMDB- SP), a proposta tem por finalidade a criação do Imposto sobre operações de bens e serviços (IBS), o imposto visa a substituição dos tributos sobre consumo, são eles o IPI, PIS e COFINS de competência federal, o ICMS de competência estadual e o ISS de competência estadual. A proposta prevê que o IBS seria instituído por Lei complementar adotando assim um caráter nacional, sendo adotado pelas 3 esferas de competência.

---

[1] Artigo apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UniJaguaribe, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, Aracati-CE, 2022.

[2] Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UniJaguaribe, e-mail: alice.dias@fvj.br.

[3] Orientadora – Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UniJaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br.

OBJETIVO

O estudo teve por objetivo analisar a perspectiva dos estudantes sobre as implicações da aprovação de uma Reforma Tributária no Brasil, com destaque para a PEC nº 45/2019, entre os discentes do 5º ao 8º semestre do curso de graduação de Ciências Contábeis, do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, localizado no município de Aracati-CE. Além disso, a pesquisa é relevante pela importância que o tema possui para a sociedades empresárias e a atuação dos profissionais da contabilidade, uma vez que é uma temática relevante para o processo de desenvolvimento econômica de um país.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa descritiva e com pesquisa bibliográfica com a literatura publicada sobre a temática, optou-se neste projeto por uma análise de caráter qualitativo. Isso porque a pesquisa qualitativa tem como preocupação reconhecer a realidade segundo a interpretação dos participantes da pesquisa, sem a necessidade de utilizar elementos estatísticos para analisar os dados.

O trabalho de campo para coleta de dados ocorreu no período de março a abril de 2022 com as turmas do 5º ao 8º semestre. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário virtual, no *Google Forms*.

Sendo assim, o estudo tem por finalidade a busca do conhecimento sobre qual o perfil desses alunos e a sua opinião acerca do tema, a pesquisa conseguirá coletar dados e descrever a realidade sobre o conhecimento e a visão dos alunos. Por meio da técnica de análise de conteúdo, pois ela possibilita a descrição e a interpretação detalhada do fenômeno que está sendo estudado.

RESULTADOS

Esta pesquisa dividiu-se em quatro etapas e contempla questões sobre o perfil dos alunos do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, determinando o conhecimento dos alunos sobre a tributo, a visão dos discentes sobre o processo de tributação no Brasil e as implicações de uma Reforma Tributária. O questionário aplicado foi elaborado online, através da plataforma do *Google Forms* e enviado para os alunos do 5º ao 8º semestre do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe.

O primeiro bloco do questionário buscava traçar um perfil dos alunos. No que refere ao perfil dos participantes pode-se notar uma diversidade:

Tabela 1: Perfil dos participantes.

		Frequência	(%)
Gênero	Feminino	8	33,3%
	Masculino	16	66,7%
Faixa etária	Entre 19 e 21 anos	12	50%
	Entre 22 e 24 anos	9	37,5%
	Entre 25 e 27 anos	2	8,3%
	Entre 28 e 30 anos	1	4,2%
Período	5º Semestre	9	37,5%
	6º Semestre	4	16,7%
	7º Semestre	7	29,2%
	8º Semestre	4	16,7%
Cidade de Residência	Aracati – CE	15	62,5%

	Fortim - CE	5	20,8%
	Jaguaruana – CE	1	8,3%
	Itaiçaba – CE	1	4,2%
	Beberibe - CE	2	4,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Analisando o segundo bloco de afirmativas, percebe-se uma concordância positiva entre os alunos sobre os conceitos tributários e identificação das espécies tributárias. Com isso é possível afirmar que os alunos possuem conhecimento básico teórico sobre tributo.

No terceiro bloco, notou-se que os possuem uma visão negativa sobre como o processo de tributação ocorre no Brasil. Por fim, o quarto bloco que apresenta afirmativa sobre ponto de uma Reforma tributária, apresentou uma elevada concordância neutra sobre as afirmativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta pesquisa, vale reforçar que a pesquisa teve por principal objetivo identificar o posicionamento dos alunos entre o 5º semestre e o 8º semestre do curso de graduação em Ciências Contábeis da UniJaguaribe, sobre a uma reformulação no Sistema Tributário Nacional, com destaque na Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019. A realização dessa pesquisa aconteceu por meio de um questionário online encaminhado aos alunos.

Após comparar os resultados obtidos, pode-se concluir que os alunos possuem conhecimento básico sobre o que é tributo, quais os tributos, e como funciona o processo de tributação. Os estudantes acreditam que existe uma necessidade de modificações no processo de tributação, entretanto, não possuem certeza se as alterações propostas são eficientes para promover mudanças relevantes.

Embora tenham alguns alunos não tenham cursado as disciplinas de Direito Tributário e Contabilidade Tributária, isso não interferiu no resultado final da pesquisa, podendo assim concluir que o objetivo principal do trabalho foi atingido.

REFERÊNCIAS

LEÃO, Martha Toribio. **Reforma Tributária no Brasil: Entre a promessa e a realidade**. 2019. Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFGS. Porto Alegre, 2019.

MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2012.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição: 45/2019**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>. Acesso em 01 mar. 2021.

Centro de Educação

Educação Física (Licenciatura)

Pedagogia

Educação Física (Licenciatura)

A RELAÇÃO ENTRE A DEPENDÊNCIA DIGITAL E O NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DE UNIVERSITÁRIOS NUM CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE JAGUARIBANO

Leonara Cristina da Silva Lima Paiva[1], Aluna do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, leonara.paiva@fvj.br
Ana Karênina Sá Fernades[2] Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: karenina.safernandes@fvj.br

RESUMO
A atividade física é muito importante para a saúde física, emocional, psicológica e social. O objetivo deste trabalho foi verificar a relação do nível de dependência digital com a atividade física. A metodologia utilizada foi a pesquisa correlacional, de campo com abordagem quantitativa. Foram utilizados três questionários: um para avaliar o perfil dos participantes, IPAQ versão curta e o Teste de Dependência Digital. O perfil da amostra foi: idade entre 18 e 45 anos; 69,9% de pessoas do sexo feminino e 28,9% do sexo masculino. Todos os sujeitos tinham equipamentos de uso tecnológico e acesso à internet. Possuíam leve dependência digital (69,3%) e a maioria era irregularmente ativo (65,7%). Não houve correlação estatisticamente significativa entre essas variáveis. Assim, a tecnologia está presente na vida das pessoas e que esses indivíduos estão com baixo nível de atividade física. Deve-se ter atenção ao tema buscando assim um uso mais seguro da tecnologia e um estilo de vida fisicamente ativo.

Palavras-chave: Dependência digital, Inatividade física, Universitários.

INTRODUÇÃO
São visíveis as inúmeras inovações e a presença constante de avanços tecnológicos em nossa sociedade. A Organização Mundial da Saúde considera um vício ligado ao uso exagerado da tecnologia com doença: é a nomofobia. Porém, a relação dessas transformações com o nível de atividade física se estabelece tanto nas facilidades proporcionadas, quanto nos novos problemas causados pela falta de atividade física, fazendo com que o ser humano se torne cada vez menos ativo fisicamente. Aumentar os níveis de atividades físicas podem resultar em menores riscos no que diz respeito a risco de mortalidade por diversas causas. Nesse sentido, objetivou-se relacionar o nível de dependência digital com o nível de atividade física de universitários.

MARCO TEÓRICO
A atividade física vem crescendo cada vez mais e diferentes perspectivas de estudo, pesquisa e aplicação veem se estabelecendo entre embates e aproximações para soluções para a saúde. Contudo, a iminência do assunto pode ser visualizada, dentre outras formas, mediante mudanças de estilo de vida recorrentes durante a pandemia da COVID-19 iniciada no ano de 2019 que diminuiu esta prática da atividade física para muitas pessoas devido ao isolamento social e confinamento das pessoas em suas residências. Assim, viu-se a importância de estudar o nível de atividade física de universitários de um centro universitário do vale Jaguaribano do Ceará e a dependência de tecnologias digitais neste período pandêmico.

METODOLOGIA
A pesquisa é do tipo correlacional, de campo com abordagem quantitativa (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). O público alvo do estudo foram 166 jovens universitários

de diversos cursos da área da saúde que estivessem cursando entre o terceiro e oitavo semestre e que possuam um smartphone ou computador com acesso à internet. A amostragem foi aleatória e por adesão. Foram utilizados três questionários: um para avaliar o perfil dos participantes elaborado pela autora desta pesquisa; o Questionário Internacional de Atividade Física - IPAQ em sua versão curta para avaliar o nível de atividade física e o Teste de Dependência Digital para avaliar a influência e o nível de dependência digital no uso de tecnologias.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os dados do questionário do perfil dos estudantes mostram que todos os sujeitos possuíam algum tipo de equipamento de uso à tecnologia e que também todos eles possuíam acesso a internet. O teste de dependência digital apresentou que 69,3% dos universitários obtiveram uma leve dependência digital e 30,1% uma dependência digital do tipo moderada. A maioria dos indivíduos são irregularmente ativos (tipo A é 38,6% e o tipo B é 27,1%) e 26,5% são muito ativos; nenhum universitário obteve a classificação do nível sedentário. Na análise estatística foi verificada que não houve correlação com diferença estatisticamente significativa entre a dependência digital e o nível de atividade física. Apesar de todos os universitários participantes deste estudo terem acesso e uso de tecnologias digitais a dependência digital é leve, contudo ele não possuem um bom nível de atividade física o que requer cuidados e atenção a saúde para que essa situação não venha a piorar e doenças relacionadas a inatividade física e/ou ao comportamento sedentário venham a se desenvolverem.

REFERÊNCIAS

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. **Diretrizes de ACSM para os testes de esforço e sua prescrição**. Porto alegre: Tradução Dilza Balteiro Pereira de Campos. 9. ed. Guanabara Koogan, 2014.

CARVALHO, F. F. B.; FREITAS, D. D.; AKERMAN, M. O "novo normal" na atividade física e saúde: Pandemias e uberização?. **Movimento**, v. 27, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mov/a/V7pnKJN9nhgrr5CTX5xkd5x/?format=html&lang=pt. Acesso em: jun 2022.

GONÇALVES, D. M. Self-Reporting Questionnaire (SRQ). In: Gorenstein C, Wang YP, Hungerbühler I, organizadores. **Instrumentos de avaliação em saúde mental.** Porto Alegre: Artmed; 2016.

MATSUDO, S. **et al.** Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ): Estudo de Validade e Reprodutibilidade no Brasil. **Atividade física e saúde.** v. 6, n. 2, p. 5, 2001. Disponível em: http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/931/1222. Acesso em: maio. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Três em cada cem mortes no país tem influência do sedentarismo.** Disponível em: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45341-tres-em-cada-cem-mortes-no-pais-podem-ter-influencia-do-sedentarismo. Acesso em: abr 2020.

NUNES, C. H. S.; HUTZ, C. S.; NUNES, M. O. **Bateria Fatorial de Personalidade – Manual Técnico.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PREUHS, S. A. **et al**. Adaptação e validação de escala de dependência digital no Brasil. In: **Congresso Internacional em Saúde**. 2021. Disponível: file:///C:/Users/21854/Downloads/19463-Texto%20do%20artigo-52940-1-2-20210705.pdf. Acesso em: jun 2022.

SALES, H. F. S. **et al.** Adaptação da escala de uso compulsivo de Internet para avaliar dependência de smartphone. **Avances en psicología latinoamericana**, v. 36, n. 1, p. 155-166, 2018.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 6ª ed. Artmed Editora. 2012.

WHO. **WHO guidelines on physical activity and sedentary behaviour.** Geneva: World Health Organization; 2020. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

INFERÊNCIAS DA (NA) EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO

Leandro Emanuel de Oliveira1 (Aluno do curso de Bacharelado em Educação Física da Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.oliveira@fvj.br), Orientador2: Pedro Henrique Silvestre Nogueira, (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Pedro.silvestre@fvj.br).

RESUMO

Em boa parte das Instituições de Ensino Superior faz-se necessário a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso para fins de obtenção do diploma de graduação. Os TCCs revelam as tendências e os aportes teóricos da produção científica, como é o caso da Educação Física, que após a implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares (2018) dividiu o curso em duas formações distintas, licenciatura e bacharelado. O objetivo geral desse estudo é analisar as temáticas publicadas nos TCCs elaborados pelos alunos de um Centro Universitário localizado no município de Aracati-CE. A pesquisa é bibliográfica, a qual se aportou numa abordagem mista, predominando o viés quantitativo. Para a análise dos dados obtidos no site FVJ&Ciência, foi empregado a estatística descritiva simples. O recorte temporal contemplou o período um ano e meio, de 2020.2 à 2021.1. Os resultados evidenciaram que, ao contrário de outros estudos, pesquisas realizadas no campo da licenciatura tiveram um maior número (90%). Os tipos de pesquisas mais realizadas foram estudos de casos, relatos de experiência e pesquisas bibliográficas, ambas ancoradas em uma perspectiva qualitativa. Por não termos encontrados publicações no último semestre 2021.2, acreditamos que pode ser uma relação ocasionada pela pandemia por Covid-19, que aumentou fortemente o número de evasão no ensino superior, sobretudo as mulheres. Como considerações finais, algumas descobertas foram trazidas à tona. Por exemplo, metade dos TCCs foram escritos por mulheres. Essa evidência traz uma ruptura nos processos de produção científica, uma vez que a ciência sempre foi tida como uma atividade realizada somente por homens.

Palavras-chave: Trabalho de Conclusão de Curso; Educação Física; Produção do Conhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Podemos dizer então que o TCC é uma atividade de caráter acadêmico e profissional que articula as habilidades, capacidades e conhecimentos teóricos e instrumentais aprendidos no curso relacionado com o mundo do trabalho e a realidade das organizações. Ele trata, por escrito, de temas específicos que revelam uma leitura, reflexão e interpretação sobre um assunto relacionado ao curso que o aluno irá concluir, demonstrando ser produto de uma construção intelectual, estimulando o raciocínio crítico em sua respectiva área de estudo (ASSER, 2012).

Para que esta especificidade da resolução seja cumprida de maneira legal, faz-se necessário que no início do 4° semestre (último semestre da etapa comum) a instituição

deverá realizar uma consulta oficial com todos os alunos a fim de identificar a formação específica que desejam seguir. Sendo assim, é a primeira vez, desde a criação do primeiro programa para formação de professores de Educação Física em 1934, que a divisão entre duas áreas de atuação especifica (educação e saúde) ficou nítida, fato que, em nossa visão poderá acarretar novas implicações nesta área de conhecimento.

Para o fechamento desta seção introdutória, esse estudo possui como objetivo geral: analisar as temáticas publicadas nos TCCs elaborados pelos alunos da UNIJAGUARIBE. Como objetivos específicos procuramos classificar as temáticas investigadas em cada semestre e determinar quais delas são oriundas do campo da licenciatura e do campo do bacharelado.

2 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou o método exploratório, seguida de uma abordagem mista (quanti-qualitativa), com predominância quantitativa. A coleta de dados permeou a pesquisa documental, pois esta permitiu a investigação da problemática em questão não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio de minuciosos estudos de documentos são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social (SILVA et al., 2009).

Podemos afirmar que o cenário de pesquisa foi o site destinado às publicações científicas da UNIJAGUARIBE, denominado FVJ & CIÊNCIA[1]. Este repositório é alimentado de forma semestral por um determinado grupo de professores pertencentes à instituição. Desta maneira, está expresso nesse site oficial que são publicados "os trabalhos de discentes vinculados aos docentes de graduação e pós-graduação de todas as áreas de pesquisa são selecionados como coletânea no intuito de tornar público à comunidade as atividades de pesquisa da FVJ" (UNIJAGUARIBE, 2002, s/p.).

O material utilizado para a coleta dos dados foram os resumos expandidos, oriundos das monografias e artigos dos alunos do curso de Graduação em Educação Física desse centro universitário, defendidas no período de 2020.2 a 2021.2, já de acordo com a resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018.

Como procedimentos éticos foram respeitadas as descrições dos respectivos autores, mantendo a fidelidade ao que foi escrito e todas as informações utilizadas pelo

[1] Disponível em: https://www.fvj.br/revista/anais-fvj-ciencia/

pesquisador foram para fins exclusivo da pesquisa. Por ser uma pesquisa bibliográfica, não foi preciso a aprovação pelo comitê de ética da instituição.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que se buscou nessa seção foi analisar os TCCs (vale lembrar mais uma vez que esses para efeitos de publicação na FVJ & CIÊNCIA foram convertidos para o modelo de resumo expandido) apresentados pelos discentes do Curso de Educação Física da UNIJAGUARIBE no período que compreendeu os semestres de 2020.1 à 2021.2. Lembramos que foi realizado a leitura na íntegra dos materiais publicados. Ao final foram encontrados um quantitativo de 14 estudos.

De acordo com o quadro acima, foi possível observar que apenas um estudo (10%), "*Conhecimentos dos profissionais de Educação Física sobre condromalácia patelar: uma revisão integrativa*", pertenceu ao campo do bacharelado.

Com a análise dos trabalhos publicados no semestre 2020.2 realizadas, avançou-se para o semestre 2021.1. O que foi detalhado no quadro a seguir se constitui num reflexo do que foi encontrado no semestre anterior, ou seja, apenas um trabalho (20%) pertenceu ao campo do bacharelado, embora em um número de produções tenha sido reduzida à quatro (100%). Provavelmente isso é devido ao fato do início do curso com especificidade no bacharelado, como preconiza a resolução Nº 6/2018, ter iniciado coincidentemente no ano de 2018.

Por meio do exposto, acreditamos que a grande descoberta foi ter evidenciado um fenômeno oposto do atual cenário. Fatores como a desvalorização docente e precarização das condições de trabalho, têm contribuído para a estagnação das pesquisas em Educação Física escolar (SILVA SOUZA; RAMOS, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao "término" provisório deste estudo, afirmamos que o objetivo proposto na seção introdutória foi alcançado com êxito, a saber: analisar as temáticas publicadas nos TCCs elaborados pelos alunos da UNIJAGUARIBE nos últimos semestres. Sendo assim, algumas descobertas foram trazidas à tona. Por exemplo, de 14 estudos analisados (100%), 7 deles (50%) foram escritos por mulheres. Essa evidência traz uma ruptura, pelo menos no que compete à Educação Física, nos processos de produção científica, uma vez

que, historicamente a ciência e as questões que a envolvem sempre foi ocupada por homens (ROSA; LETA, 2010).

De certa forma, as constatações vão de encontro as preocupações e temas ainda emergentes no campo da Educação Física, porque as transformações ocorridas no cenário educacional neste século demandam, formação acadêmica geral e específica, pautadas em competências, habilidades e atitudes, contemplando conhecimentos e experiências reais, problematizadas e contextualizadas, com a garantia da incorporação de inovações científicas e tecnológicas, sem desprezar as evidências científicas, na busca da valorização da aprendizagem e da educação emancipatória, cidadã e ética.

REFERÊNCIAS

ASSER - Escola Superior de Tecnologia e Educação de Rio Claro, mantenedora: Associação de Escolas Reunidas. **Regulamento:** Trabalho De Conclusão De Curso. Rio Claro, 2012. Disponível em: http://www.asser.com.br/rioclaro/graduacao/administracao/docs/20121/REGULAMENTOTCC2012.pdf. Acesso em: 04 jun. 2022.

SILVA, Lidiane da. et al. **Pesquisa Documental:** Alternativa Investigativa na Formação Docente. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Paraná, 9, 2009.

SILVA SOUZA da, Maristela; RAMOS, Fabrício Krusche. Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual reforma do Ensino Médio. **Motrivivência**, v. 29, n. 52, p. 71-86, 2017.

ROSA, Suely; LETA, Jacqueline. Tendências atuais da pesquisa brasileira em educação física: parte 1: uma análise a partir de periódicos nacionais. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 1, p. 121-134, 2010.

O MÉTODO BIKE FIT E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERFORMANCE DE PRATICANTES DE CICLISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

João Victo da Silva Costa1 (Aluno do curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: silvacostajoaovicto@gmail.com), Orientador2: Pedro Henrique Silvestre Nogueira, (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: pedro.silvestre@fvj.br).

RESUMO

Em busca de melhores desempenhos, ciclistas amadores e profissionais passaram a aderir o recurso de realizar melhorias em suas *bikes*, dando maior atenção ao Bike Fit. Técnica essa, baseada nos princípios da biomecânica e cinesiologia. Esse estudo possui como principal objetivo analisar no universo da produção científica o que se diz sobre a temática do Bike fit, associada ao ciclismo por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura. A pesquisa ocorreu entre os meses de abril e maio de 2022. As bases de dados analisadas foram os indexadores SciELO, Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Revista Brasileira de Educação Física e Esportes (USP) e Google Acadêmico. Após a aplicação dos filtros da pesquisa, apenas quatro estudos que relacionam o Bike Fit ao ciclismo foram encontrados. Como resultados encontrados destacam a preocupação com o percentual de gordura entre os ciclistas profissionais e amadores, mas que não houve grande diferença entre eles por meio da pletismografia aplicada. Outro dado relevante foi o de que quase metade dos ciclistas amadores já usaram a técnica do Bike Fit. Embora o ciclismo seja área de atuação de pessoas oriundas do campo dos esportes, faz-se imprescindível que profissionais da saúde se apropriem desse método para o acompanhamento/tratamento de lesões ocasionadas pelo esforço repetitivo. Concluímos que, pesquisas realizadas com a temática do Bike Fit ainda possuem um número ínfimo em periódicos brasileiros, o que é visto como novas possibilidades para profissionais de diversas áreas, sobretudo no período pós pandemia.

Palavras-chave: Revisão de Literatura; Ciclismo; Tecnologias; Bike Fit.

1 INTRODUÇÃO

Podemos observar que a tecnologia se abrange em todas as áreas, e no meio esportivo não seria diferente. Pensando nesse aspecto, o tema escolhido retrata sobre a prática do ciclismo em um olhar mais amplo tecnologicamente. Nesse caso, inclui-se a modalidade do *Bike Fit*, essa técnica tem como alicerce principal a biomecânica e cinesiologia. Fazendo dessa forma, o *Bike Fit* como um esporte que foi abraçado por essa fase mais ampla da tecnologia, mm síntese, o ciclismo enquanto modalidade esportiva é uma atividade rítmica e cíclica querer equilíbrio e força aplicados à uma bicicleta, dividindo-se em competições de pista, ou seja, o velódromo, e de rua, mas conhecida por estrada. Para Di Alencar e Matias (2009) o ciclismo demanda uma maior sobrecarga dos membros inferiores, pois estes músculos e as articulações são responsáveis pela maior produção da energia que será transmitida à bicicleta. Dessa forma, podemos que no atual cenário tecnológico se aventurar no ciclismo vai muito além do saber

pedalar e de ter um bom condicionamento físico. entre os recursos mais utilizados pelos praticantes, podemos citar a incorporação do Bike Fit, técnica essa que se baseia nos princípios da biomecânica e cinesiologia, que só passou a ser utilizada no Brasil no início desta década.

2 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, nos ancoramos na Revisão Sistemática da Literatura. A opção por esse aparato metodológico nos fornece uma dimensão das lacunas, das características, dos problemas, e das contribuições do objeto investigado sem cair no bojo de uma estrutura rígida. De fato, por ser flexível e inventiva, demandará do pesquisador maior rigor e criatividade. Nessa linha de raciocínio, Galvão e Ricarte (2019, p. 59) consideram que a Revisão Sistemática da Literatura é composta por seus próprios objetivos, problemas de pesquisa, metodologia resultados e conclusão, não se baseando apenas como mera introdução de uma pesquisa maior", o trabalho esse que foi realizado no período de abril a maio de 2022, utilizando os seguintes descritores: "Ciclismo" e "Bike fit". Os sites de buscas foram os indexadores SciELO, Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Revista Brasileira de Educação Física e Esportes (USP) e Google Acadêmico, além disso, para conseguir uma maior abrangência da quantidade de trabalhos, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no período de 2000 ao final de 2021, avaliados por pares disponíveis na íntegra, e gratuitos; escritos somente em língua portuguesa. Já os elementos de exclusão constituíram-se em ser do tipo "cartas ao editor", estudos incompletos e artigos pagos, no período de coleta de dados, foi feita uma leitura a partir do título e a leitura dos resumos, para a compreensão da temática apresentada na pesquisa. Logo após para concluir, foi desenvolvida uma leitura para selecionar o material que foi importante para a elaboração do trabalho

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme expresso acima, de todos os sites de busca selecionados para a realização das pesquisas, apenas o Google Acadêmico contemplou estudos que abarcam a temática investigada. Esse período de abordagem, foi necessária para que nossas pesquisas sejam feitas com excelência. Ao nos aprofundarmos sobre as particularidades dos achados, especificamente o primeiro deles, denominado de: "*A importância do Bike Fit no ciclismo de estrada e de montanha: uma visão subjetiva dos ciclistas*", o qual foi realizado com 58 ciclistas do Triângulo Mineiro e Alto do Parnaíba, traz à tona uma evidência de que 54% desses ciclistas realizam o ajuste da bicicleta por um profissional especialista com a técnica do Bike Fit. Vale ressaltar

que, o profissional no qual procede com o Bike Fit é chamado de fitter. Outro dado relevante foi de que, 43% dos ciclistas iniciantes que participaram da pesquisa fazem a técnica do Bike Fit para melhoria do desempenho. Esse número soma a totalidade (100%) dos ciclistas profissionais (AGOSTINI, 2021).Essa preocupação desses ciclistas, pode estar relacionada ao fato de evitar o desgaste ou lesões ao usarem a bike para várias demandas, pois tendo em vista o cenário de pandemia que se instalou nos últimos anos, as vendas de bicicletas subiram quase 120%, devido as pessoas adquirirem a bicicleta como meio de evitar aglomerações, principalmente por meio dos transportes públicos, de acordo com o site oficial do Jornal da Universidade de São Paulo (USP, 2020). Com a compreensão de que avaliar vai muito além de diagnosticar uma lesão ou patologia, Di Alencar e Matias, (2009), em uma minuciosa análise da literatura publicada entre os anos de 1984 a 2009, focam-se sobre: coluna, quadril, joelho, ângulo Q, perimetria, força, flexibilidade muscular, e comprimento dos membros inferiores. Assim como também, na rotação da tíbia e posição dos pés, como os principais elementos a serem levados em consideração pelos novos adeptos do ciclismo na hora de ajustar a bicicleta. Reforçam que "[...] a avaliação musculoesquelética combinada ao Bike Fit*,* ajuda no tratamento das lesões diagnosticadas" (DI ALENCAR; MATIAS, p. 90, 2009)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse estudo, acreditamos que o objetivo proposto na seção introdutória, no qual se deu por analisar no universo da produção científica, o que se diz sobre a temática do Bike Fit associada ao ciclismo por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, foi alcançado com êxito. Concebemos que, a grande contribuição apresentada se deu em evidenciar a lacuna existente entre os estudos relacionados ao método Bike Fit em publicações realizadas no Brasil. Haja vista que , somente quatro estudos foram encontrados nos principais sítios de buscas, sendo que um grande quantitativo dessas produções pode ser encontrado em revistas e repositórios estrangeiros, endossando a descoberta de Di Alencar e Matias (2009), os quais realizaram um levantamento de estudos publicados sobre o ciclismo e o Bike Fit entre os anos de 1989 a 2008 e veio à tona que todas esses estudos foram publicado em línguas e periódicos estrangeiros, apesar do número ínfimo, essa descoberta ao contrário de fragilizar a importância de nosso estudo, só abre mais possibilidades para se aprofundar sobre essa temática. Embora, apenas mencionado ao longo dessas páginas, a figura do fitter que no qual é o profissional responsável por desenvolver o trabalho de ajustes na bicicleta, não foi sequer citado nos estudos utilizados para a concretização desse estudo, sobre a importância do Bike Fit para melhoria do

desempenho no ciclismo, não nos restam dúvidas que é o principal método utilizado entre os ciclistas. Porém, vale ressaltar que para tornar-se um fitter, é necessário observar quais os aspectos de sua formação, quais as diferenças e semelhanças entre o trabalho dos fitters, quais competências e que habilidades são necessárias para o trato com essa profissão. São análises como essas, que merecem um diálogo mais ampliado. Pois, sabe-se que o profissional de Bike Fit, precisa ser um profissional completo, ou seja, um profissional que entenda de biomecânica e compreender sobre a mecânica da bicicleta, conhecer os componentes, peças e ferramentas. Vale salientar que para ser um fitter não é necessário ter ensino superior, porém é uma vantagem a mais.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Guilherme Goularte et al. A importância do Bike Fit no ciclismo de estrada e de montanha: uma visão subjetiva dos ciclistas, 2021. 17 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Educação Física). Universidade Federal de Uberlândia (MG), 2021. Disponível em: http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32161. Acesso em 25 mai. 2022.

DIEFENTHAELER, Fernando; VAZ, Marco Aurélio. Aspectos relacionados à fadiga durante o ciclismo: uma abordagem biomecânica. **Revista brasileira de medicina do esporte**, v. 14, p. 472-477, 2008.

DI ALENCAR, Thiago Ayala Melo; MATIAS, Karinna Ferreira de Sousa. Bike fit e sua importância no ciclismo. **Revista Movimenta**, v. 2, n. 2, 2009.

DI ALENCAR, Thiago Ayala Melo; MATIAS, Karinna Ferreira de Sousa. **I**mportância da avaliação musculoesquelética e biomecânica para o *bike fit*. **Revista Movimenta**, v.2, n.3, 2009.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

Pedagogia

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA.

Withana da Silva Valente[1] (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: withana.valente@fvj.br), Kamillo Karol Ribeiro e Silva[2] (Orientador, Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: kamillo.silva@fvj.br).

RESUMO

O racismo é uma das problemáticas sociais que necessita ser debatido e superado, pois sustenta-se diante da prática do preconceito, da exclusão e da violência. A escola, enquanto instituição responsável pelo desenvolvimento da sociedade, precisa realizar um trabalho focado na superação desse problema. Nessa perspectiva, a pesquisa objetiva compreender como ocorre o processo de construção de uma proposta de educação antirracista, desde a formação dos professores, suas percepções sobre a temática, como se organiza o material didático. Essa temática tem ganhado visibilidade nas pesquisas referentes à educação objetivando contribuir com o pleno desenvolvimento das propostas de trabalho nesses espaços. Para a realização dessa pesquisa foi essencial o estudo de vários autores e documentos tais como: Carlos Hasenbalg (2005), a Constituição Federal (1988), Brasil (2003), LDBN (1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), Dias (2017), Troyna e Carrington (1990), Silva (2008), Gomes (2001), Marconi e Lakatos (1992), Gil (2008), Gonçalves (2001). Realizou-se também uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de questionário estruturado, direcionado a profissionais de ensino da educação básica, com o objetivo de conhecer as diferentes percepções dos mesmos sobre a temática, bem como suas práticas pedagógicas em sala frente a essas questões. A partir disso, observou-se que durante o processo de formação as profissionais estudaram o tema, durante suas práticas pedagógicas tiveram que mediar conflitos ocasionados pelo o racismo. No entanto, verificamos também que as mesmas ainda possuem uma visão limitada no que diz respeito ao assunto, indicando uma ausência do processo formativo das mesmas.

Palavras-chave: Racismo; Práticas Pedagógicas; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição onde valores sociais são agregados todos os dias. É o lugar onde os sujeitos se desenvolvem, convivem com pessoas de diferentes raças, jeitos e personalidades. Contudo, uma realidade visível nas escolas é a reprodução de posturas racistas que trazem o preconceito em falas e ações. Partindo disso, esse trabalho busca estudar a postura dos professores da educação básica, bem como suas percepções sobre o tema e suas ações para evitar esses acontecimentos no ambiente escolar, assim como os impactos que tais ocorrências podem causar no universo educacional. Por outro lado, a escola também é vista como palco de muitos preconceitos e desigualdades. Presente na sociedade como um todo, ele também se encontra nas instituições de ensino e no meio educacional, através de atos discriminatórios, por isso, a escola e seus agentes precisam analisar suas ações e planejar sempre um ambiente que zele pela pluralidade, promovendo o respeito entre todos, preservando a diversidade e suas manifestações. Assim nasceu o desejo de observar e pesquisar sobre o papel do professor e sua qualificação para atuar como mediador e incentivador dos processos de formação do cidadão, promovendo e

incentivando a criação de um ambiente plural e igualitário para todos, visto que é em seu ambiente de trabalho que se formam os futuros cidadãos, de maneira responsável.

MARCO TEÓRICO

Exemplos de práticas racistas em nossa sociedade não são novidades. A ilusão da democracia racial ainda se faz presente em muitas mentes no século XXI, devido ao conservadorismo da sociedade e falta de percepção dos acontecimentos, isso tem gerado o silenciamento dessas questões. De acordo com Carlos Hasenbalg (2005), como construção ideológica, "a democracia racial não é um sistema desconexo de representações. Ela está profundamente entrosada numa matriz mais ampla de conservadorismo ideológico, em que a preservação da unidade nacional e a paz social são as preocupações principais." Diante disso, a Lei nº 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9.394/96, por meio dos artigos Art. 26A 79A e 79B –, introduz, obrigatoriamente, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no conteúdo didático escolar, além da inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra nas instituições da rede pública e privada de ensino. No mais, a lei permite e garante o acesso das crianças conhecerem e perceberem as demais culturas e variadas formas de viver que existem. Dessa forma estudar sobre o racismo é de fundamental importância para o corpo escolar, pois as ações de diminuição dessas práticas na escola dependem deles. Para Gomes (2001), os estudos sobre racismo devem iniciar-se entre os professores, pois as discussões sobre essas questões raciais, a importância desse assunto assim como o porquê de se trabalhar com elas, devem estar bem definidas e compreendidas entre os educadores e funcionários da escola. É de suma importância que os educadores adquiram conhecimento em relação à cultura e tradição africana no Brasil, para estarem embasados no desenvolvimento do trabalho pedagógico, para desenvolver um trabalho que assegure a todos o direito previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

METODOLOGIA

A intenção de escrever sobre essa temática surgiu da necessidade já antiga e pessoal sobre o racismo, tema esse que acompanha nossa acadêmica desde cedo. Ainda como criança e por todo o seu caminho pela educação básica foi possível perceber os problemas referentes ao racismo que existiram em nossa passagem pela escola pública, por isso, surgiu o interesse em debater sobre esse tema. Para o desenvolvimento desse estudo realizou-se uma análise bibliográfica exploratória, por meio da leitura de artigos científicos e livros já elaborados que abordam a temática proposta. Também foi realizada uma pesquisa de campo a partir da aplicação de um questionário com 9 perguntas objetivas aplicado por meio do *Google Forms*, com profissionais da educação básica para entender as percepções destes sobre o assunto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Procurando investigar a percepção e as práticas pedagógicas de profissionais da educação básica no que diz respeito à temática racismo e procurando mostrar a importância de trabalhar esse tema para intervir sobre ele no contexto educacional, aplicou-se no processo de averiguação um questionário utilizando o Google Formulários. A seguinte pergunta do questionário quis saber das entrevistadas sobre a existência do racismo nas instituições escolares. As professoras um e dois, bem como a gestora um

afirmaram que: *"Sim, o racismo existe no contexto da educação."* Dessa forma, pode-se concluir que as profissionais se alinham num mesmo pensamento, alegando e reconhecendo que existe racismo nas instituições de ensino. Em seguida, as profissionais foram questionadas se durante as suas práticas pedagógicas haviam vivenciado alguma situação de racismo na escola e se poderiam citar algum exemplo. A professora um, em concordância com a afirmação respondeu: *"Sim. A criança não queria sentar perto de outra criança negra. E uma outra situação foi a discriminação com relação ao colega não saber ler e não ter boa aparência em relação as vestes."* Por sua vez, a professora dois relatou: *"Sim. Por exemplo, crianças negras foram apelidadas devido sua cor da pele, chamadas de nomes que hoje entendemos ser preconceituosos."* O relato da gestora um foi ainda mais forte. Relembrou que, numa determinada vez, *"alguns alunos da turma do 4 ano fizeram uma lista dos negros e feios da sala."* A partir das respostas percebe-se que há uma discriminação com as crianças negras. Elas são alvos de discriminação por parte dos colegas, muita das vezes por conta das vestes e por pertencer a classes sociais mais baixas, fatos estes que precisaram urgentemente de intervenção das professoras e de outros profissionais da educação, como relataram as entrevistadas. O questionário deu seguimento indagando-as sobre situações caracterizadas racistas em sala de aula e sobre o comportamento das profissionais frente às situações. A professora um relatou que: "*Na minha responsabilidade é necessário intervir orientando os alunos sobre a condição de sermos iguais diante de Deus, e da sociedade. Que devemos acolher, respeitar as nossas diferenças.*" Já a professora dois disse que "*De início convidei os alunos envolvidos para uma conversa, esclarecendo a importância do respeito entre todos. Depois coloquei essa temática nos meus planejamentos*." Como fizeram as entrevistadas, nós também, por fim, queremos salientar a importância do combate ao racismo e a necessidade de falar sobre a temática em sala de aula, dentro das instituições escolares e também em formações continuadas para profissionais da educação. O antirracismo necessita fazer parte de todas as esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS

HASENBALG, C. **Relações Étnico-Raciais na Escola**. Paraná. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1410-8.pdf. Acesso em: 02 de jun. 2022.

BRASIL, **Ministério da Educação. Lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 14 mar. 2022.

GOMES, N. L. **Racismo implícito:** Um olhar para a educação infantil. Curitiba, PR, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5643_3318.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. P. 16. Disponível em: https://culturapolitica2018.files.wordpress.com/2019/09/ideias-paraadiar-o-fim-do-mundo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

LOPES, V. N. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.185-200.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

O PAPEL DO BRINCAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Pamela Amaral Barreto (Aluna do curso de Pedagogia da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: pamela.amaral@fvj.br), Orientadora Adriana Valentim Wandermurem (Professora da Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo entender a importância do brincar em tempos de pandemia. Por meio de aulas virtuais, quais brincadeiras os docentes trabalhavam com público infantil durante as atividades *online*. Adicionalmente, visou compreender a brincadeira, os direitos do brincar, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o brincar na pandemia, entre outras temáticas. A metodologia utilizada foi qualitativa, os dados desse artigo foram coletados por meio de um questionário criado no *google forms* com dez questões sobre a temática brincadeira, cada uma das entrevistadas respondeu às perguntas baseadas nas experiências que elas possuem em seu cotidiano como professoras da educação infantil. Os pontos principais desse questionário eram conhecer: os objetivos, métodos, desafios e cada um deles foi respondido pelas docentes e aplicado em uma escola do município de Palhano-CE, com as professoras da educação infantil, para entender suas perspectivas a partir da brincadeira na pandemia e os desafios enfrentados, quais métodos foram aplicados para que as brincadeiras atingissem os objetivos esperados. Os resultados alcançados pela pesquisa foram satisfatórios, pois todas as dúvidas apresentadas durante o trabalho foram sanadas pelas análises dos dados coletados.

Palavras Chave: Brincadeira; Educação infantil; Pandemia.

INTRODUÇÃO

A educação infantil vem ganhando cada vez mais espaço no cenário educacional, visto que, é a partir dela que o aluno compreende o que é a vida escolar, Albuquerque (2020) assegura que a educação infantil no ciclo dois com crianças de 3, 4 e 5 anos, é a etapa onde se inicia o processo da educação, diante disso tudo que for realizado durante o processo de aprendizagem terá um grande impacto na vida escolar de cada criança. Em razão disso, recorre a Base Nacional Comum Curricular que define os objetivos de aprendizagem, direitos, habilidades e competências para que assim se possa compreender a finalidade do que está sendo ofertado. Em março de 2019 o planeta foi assolado por uma pandemia mundial. Nessa situação o ensino online passou a ser obrigatório para que as escolas não ficassem sem aulas diante disso, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar a percepção dos professores em relação ao brincar nas aulas *online,* como foram adaptadas as brincadeiras para a forma remota, quais documentos eram usados para programar as aulas, as metodologias que eram empregadas, as maiores limitações enfrentadas nesse contexto.

MARCO TEÓRICO

Segundo kishimoto (2002, p. 139) a brincadeira é uma atividade que a criança começa

desde seu nascimento no âmbito familiar. A Declaração Universal Do Direito Das Crianças prevê em seu princípio VII (1959) que a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito. Toda criança reproduz no brincar o que acabou de vivenciar, a brincadeira nasce da imitação é a partir dela que elas irão ter experiencias antes de ir para o concreto. Pois nos anos iniciais ela tem apenas uma absorção do outro e de si. (WALLON, 2007, p.65). Para Flores e Albuquerque (2020, p. 142) algumas brincadeiras possíveis de ocorrer em lugares fechados, de modo que crianças e adultos possam compartilhar experiências, aprendizagens e vínculos afetivos. Com o surgimento da pandemia no ano de 2020, o brincar ficou bastante comprometido com a falta das atividades presenciais, contudo a brincadeira não deixou de ser importante no âmbito educacional mesmo que de forma online, visto que, brincadeira amplia a autoconfiança, estimula a criatividade, dentre outros. Os jogos e as brincadeiras contribuem com o desempenho escolar, pois ela estimula as crianças e as fazem sentirem prazer nas atividades propostas. (SILVA, 2016, p. 4),

METODOLOGIA

Para realização dessa pesquisa, utilizou-se um levantamento bibliográfico, a partir de leitura de autores que discorrem com a temática abordada. Além disso, realizou-se também pesquisa de campo a partir da aplicação de um questionário com professoras que atuam na educação infantil. O questionário é um instrumento de investigação para qualquer assunto, ele recolhe informações de pessoas que possam falar sobre o assunto e mostra os resultados significativos onde foi aplicado. O mesmo foi realizado pelo *Google Forms,* com dez perguntas subjetivas, na qual o público alvo estaria à vontade para responder às questões da forma como ele teve a vivência dele no que foi perguntado. A investigação realizada para a elaboração dessa pesquisa é de natureza qualitativa para a obtenção de resultados. O público-alvo escolhido foram dez professoras de uma escola de Educação Infantil, destas dez apenas sete responderam ao questionário, todas docentes da creche que fica localizada no município de Palhano-CE. O assunto do questionário foi o brincar, como a finalidade de saber o que os professores tinham de conhecimento sobre o tema e quais suas táticas para colocá-lo em sala, quais as metodologias, a didática e os objetivos que foram empregados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para o levantamento de dados dessa pesquisa e compreender a visão que as professoras têm sobre o assunto abordado foi feito um questionário na plataforma *Google Forms,* sobre o brincar na pandemia as docentes que estavam trabalhando de maneira direta nessa área responderam a dez perguntas sobre a temática. Para validar está pesquisa foi necessário o resultado das respostas das docentes sobre a brincadeira na forma remota. Os resultados foram organizados em tabela, dividida com respostas semelhantes e dessemelhantes, ao observamos conseguimos notar que algumas das docentes tiveram respostas iguais para as perguntas e outras respostas divergentes. Esse questionário foi importante para essa discussão em relação ao tema que foi abordado, vejamos as respostas da primeira pergunta se o brincar era importante, obtivemos a mesmas respostas de todas as docentes que sim, o brincar é importante, podemos observar que todas as profissionais concordam que a brincadeira é

importante para a criança, outro tópico abordado foi sobre os desafios do planejamento, duas profissionais responderam de forma semelhante alegando a dificuldade dos seus alunos em participarem, as outras responderam de forma diferente, compreendemos houve dificuldades na hora de planejar sim, pois cada uma delas discorreram sobre a temática. Um dos itens foi sobres os aspectos avaliados, a metade das professoras responderam os seguintes físico, motor, emocional, afetivo e cognitivo, a outra metade deram respostas diferentes, no entanto com o mesmo objetivo. É de suma importância observar as crianças e os aspectos que vem se desenvolvendo com o brincar, sabemos que ele melhora a coordenação motora da criança, faz com que ela crie afeto com outras crianças ao redor e demonstre mais suas emoções, assim sendo esse item foi muito importante para o questionário e as observações das professoras sobre esse assunto também. A última pergunta foi sobre as limitações no ensino remoto, através das respostas percebeu-se que cada uma das docentes trouxe uma limitação diferente, então nessa questão constatou que cada uma das profissionais possuiu limitações, pois o ensino remoto foi uma nova modalidade para elas e assim um grande desafio, por mais que os objetivos tenham sido alcançados, igualmente houve limitações nessa área. Consequentemente, este trabalho sanou todas as dúvidas que houveram ao longo deste trabalho, cada uma das professoras responderam as questões apresentadas acima com base no seu cotidiano no período pandêmico em que as aulas ficaram de forma remota, essas questões frisaram os pontos principais desta linha de pesquisa e tudo que estava em questão foi constatado no questionário.

REFERÊNCIAS

Declaração Universal dos Direitos Crianças, 1959. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf . Acesso em 15 mai.2022.

FLORES, Maria Luiza Rodrigues; ALBUQUERQUE, Simone Santos de. **O direito das crianças ao brincar no contexto da pandemia.** Lima, Samantha Dias de (Org.). Notas sobre o brincar: experiências na constituição de uma brinquedoteca. Estância Velha: Z Multi Editora, 2021. P. 135-147, 2021. Disponível em: https://www.zmultieditora.com.br/flipbook/deploy/pdf/5ef805d0903a0ae1db1e6f198563ca33432a4e8b.pdf. Acesso em: 15 mai.2022.

KISHIMOTO, T. M. (2002). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning. Disponível em: https://www.monografias.com/pt/docs/Resumo-do-livro-O-brincar-e-suas-PKQ8536XHX. Acesso em:15 mai. 2022.

SILVA, Lília Moreira Roque da. **A contribuição do lúdico no processo de ensino-aprendizagem: uma visão psicopedagógica**. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1823/1/LMRS13062016. Acesso em: 19 mai. 2022.

WALLON, Henry. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4686.pdf. Acesso: 15 mai. 2022.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES EM UM CONTEXTO DE ESCOLA CONFESSIONAL CATÓLICA E LAICA EM ARACATI-CE

Francisca Aucicleide Alves de Oliveira1(Aluna do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: francisca.aucicleide@fvj.br), Marcia Ribeiro de Lima2 (Orientadora – Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: marciaribeiro@fvj.br).

RESUMO

Essa pesquisa busca identificar qual a percepção dos professores em relação a sua prática nos contextos de escola confessional católica e laica. Como eles se percebem nessas duas realidades? Quais os desafios encontrados ao estarem na escola confessional católica e laica? Ademais, apresenta o contexto histórico de como surgiu no Brasil, essas duas realidades de escolas confessionais católicas e laicas. Para isso, utilizamos a abordagem bibliográfica e qualitativa, em que se fez um estudo a partir de alguns teóricos, que discorrem sobre essa temática como: Azevedo (2018), Trujillo e Trujillo (2017), Levy e Cunha (2018), Domingos (2009), Moreto e Mansur (2000), dentre outros, que puderam contribuir sobre conceitos importantes como a confessionalidade, laicidade e o que define um professor a partir desse tema. Dessa forma, foi aplicado também um questionário semiestruturado com um grupo de professores de uma escola confessional católica, do município de Aracati-CE. Compreendemos o referido espaço como um ambiente propício para a realização da pesquisa, por ter sido o lugar em que surgiu o interesse por esse tema e por achar a temática relevante, uma vez que é pouco abordada nos sites e plataformas de pesquisa. Dessa forma pode se tornar um aporte teórico que irá contribuir com a formação dos professores. A partir da entrevista, foi realizada a análise e a discussão dos resultados obtidos por meio das falas dos professores que expuseram a sua visão acerca de suas práticas nesses espaços e de como isso os impacta e os difere de outros educadores.

Palavras-Chave: Escola Confessional Católica; Escola Laica; Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo abordar a prática pedagógica dos professores nos contextos de escola confessional católica e laica. Dessa forma a pesquisa irá abordar sobre pontos como: os conceitos de confessionalidade, laicidade, e de que forma chega ao Brasil essas duas realidades. Essa pesquisa é de cunho qualitativo e tem por finalidade, levar a uma reflexão a partir dos pontos abordados acerca do tema. Dos três colégios confessionais existentes no município de Aracati-CE, foi escolhido apenas um como *corpus* de pesquisa, uma vez que foi nesse espaço em que surgiu o interesse pela pesquisa, através de relatos informais, de alguns professores desse colégio e consequentemente por haver a presença de professores que atuam também na rede pública municipal, ditas escolas laicas. A partir disso, utilizamos a revisão bibliográfica, que segue a linha de pensamento de alguns autores que discorrem sobre de laicidade, confessionalidade e o que define o professor? Aplicamos um questionário semiestruturado e após as entrevistas, fizemos a análise e as discussões, para assim seguir para a conclusão final. que foram divididas em três categorias a fim de obter maior compreensão e organização dos dados e, assim, alcançar o objetivo da pesquisa.

MARCO TEÓRICO

É necessário compreender o que entendemos por confessionalidade, que é: "um conjunto de crenças, princípios, símbolos e práticas que se explicitam na vida de uma pessoa ou instituição. É a atitude de assumir e confessar como valioso um conjunto de valores, princípios de conduta e respostas para os questionamentos da vida" (BORGES, 2013). Foi a partir do século XVIII que começaram a chegar várias congregações religiosas e diversas denominações protestantes, que passaram a ser responsáveis pela educação confessional em terras brasileiras. Os Jesuítas, foi a ordem que mais influenciou na formação do povo brasileiro. "Os religiosos da Companhia de Jesus marcaram a educação no Brasil durante 210 anos (TRUJILLO; TRUJILLO, 2017, p. 151). É preciso também entender o conceito de laicidade, que segundo Levy e Cunha (2018) é, "[...]a laicidade é uma garantia do pluralismo, próprio da democracia, e do respeito às formas culturais e religiosas, próprio da liberdade, da igualdade e da paz" (LEVY; CUNHA, 2018, p. 51). O ensino laico se dá início no Brasil a partir da primeira constituição brasileira, promulgada em 1891, que determinou a separação entre o Estado e igrejas. Como aponta Domingos (2009, p. 3), ao dizer que: "Fruto da separação entre Estado e Igreja, onde a mesma é excluída do poder político e administrativo e, em particular, do ensino, o Estado laico nasceu de um longo processo de laicização, de uma emancipação e construção progressiva, através de um afastamento dos dogmas, do clero e, sobretudo, do poder da Igreja Católica". Com base nas afirmações acima, é preciso destacar o papel do professor, que ao longo do tempo também sofreu a influência desse contexto histórico. Sendo preciso que ele esteja em constante processo de formação, como diz Vieira (2009), "o professor é um executor da cultura" e para que ele seja essa pessoa que promove e executa a cultura, é necessário que esteja bem atualizado e que acompanhe as transformações que constantemente o mundo passa.

METODOLOGIA

Os métodos utilizados, foram a Revisão Bibliográfica que foi dividida em três partes, tendo como base diversos autores que abordam a temática. E a pesquisa de campo, sendo utilizado um questionário semiestruturado, com um grupo de 5 (cinco) professores que responderam à entrevista por meio da gravação de áudio como forma de registro dessas respostas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dos cinco professores entrevistados, 3 deles são formados em Pedagogia, 1 formado em Educação Física e 1 formado em Letras Inglês e Português com média de idade entre, 29 a 45 anos, 1diz ser, Cristão Evangélico, 2 Cristão Católico, 1 Espírita. Um diz acreditar em Deus, mas não segue nenhuma doutrina, outro afirma ser ateu. Dos entrevistados, 3 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Um dos pontos abordados foi: Reconhecimento e identificação com o espaço de atuação, na busca de saber se os professores têm conhecimento sobre os conceitos e se eles se identificam com esses espaços. O P3 diz que *"Confesso que esse termo confessionalidade eu vim aprender há pouco tempo, dentro da escola confessional católica, nas formações. [...] Eu confesso que ainda estou estudando alguns conceitos."* O P4, vai falar sobre o que é para ele a laicidade, *"Para mim, a escola laica atua no fomento do respeito à diversidade religiosa ou até mesmo a inexistência de uma fé religiosa."* Percebe-se nas falas o conceito de laicidade está mais claro que sabem sobre confessionalidade. Um outro ponto discutido foi sobre os desafios que influencia a prática dos professores em diferentes contextos. O

P5 diz que*: "[...] na escola laica, eu tenho que dar mais atenção aos conteúdos e aqui, eu tenho que dar atenção aos conteúdos e a esses eventos religiosos. Então, é completamente diferente, porque nosso planejamento depende dessas práticas que acontecem na escola confessional."* O P3 já afirma que, *"O desafio é: como eu vivo metade da semana dentro de uma escola católica, quando eu vou para outra escola que ela é laica, o desafio é de respeitar as religiões dos outros e, vez ou outra, eu me pego falando sobre essas questões religiosas, obviamente, sem perder a questão do respeito, então assim, é meio confuso."* Nesse sentido o P3 demonstra um certo receio quanto a sua prática nos dois contextos. No último ponto abordado, o professor, a espiritualidade e os valores, é sobre como se vêm nesses aspectos, o P3 afirma que para ele, *"A espiritualidade em si são virtudes e habilidades que o ser humano pode desenvolver. Isso torna a minha prática diferente de outros professores. Acho que é um diferencial. E as crianças são tão espirituais quanto nós."* A partir de diferentes visões, observamos que eles nunca haviam parado para se perceberem dentro dos dois contextos e de como se dava a sua prática, na escola confessional católica e laica. Por meio das análises e discussão, chegamos ao resultado de que os professores se percebem de forma diferente nesses contextos e que as suas práticas são distintas de um espaço para o outro, mas que ambos contribuem na sua formação e naquilo que os definem como professores. E procuram respeitar acima de tudo a crença de cada um de seus alunos.

REFERÊNCIAS

BORGES, Inez Augusto. O que é Confessionalidade? **Revista Nossa Fé, com o tema O que é isso? –** Parte 2 **–** Estudos de temas relevantes e contemporâneos, pela Cultura Cristã, 2013.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância. **Revista de Estudos da Religião** setembro / 2009 / pp. 45-70. Acesso em: 15 abr. 2022.

LEVY, Claudia Masini d'Avila, CUNHA, Luiz Antônio. **Embates em torno do estado laico**. SBP. São Paulo. 2018.

TRUJILLO Albeiro Mejia, TRUJILLO Maria Francisca Ferreira. **As Escolas Confessionais Cristãs e a Educação no Brasil.** International Journal of English Literature and Social Sciences (IJELS). Vol-2, Issue-5, Sep - Oct, 2017.

VIEIRA, Marili Moreira da Silva. Tornar-se professor em uma escola confessional: Um estudo sobre a constituição identitária na perspectiva da dimensão da espiritualidade. **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, PUC-SP. 2009.

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA A PRÁTICA DA DOCÊNCIA NO PERÍODO PÓS-PANDÊMICO

Ezabely Smenny Pereira da Silva[1] (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe. E-mail: ezabely.silva@fvj.br), Albano Nunes Oliveira[2] (Orientador, Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: albanooliveirabr@yahoo.com.br.).

RESUMO

A nova pandemia do COVID-19 em 2020, promoveu mudanças significativas nas diversas esferas sociais, sendo necessário a adoção de medidas de controle para doença como o isolamento social obrigatório, com isso a população precisou se ajustar a novas realidades de interações sociais. Sobretudo, a educação foi muito impactada durante este período atípico, precisando buscar alternativas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem, neste momento voltou-se para as Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDIC). Nesse sentindo, a pesquisa tem como objetivo principal, identificar quais foram as contribuições das tecnologias para os docentes no período de pandemia, compreender como a tecnologia era utilizada antes e como será utilizada após a pandemia. Portanto, para aprofundar essa investigação, fez-se necessário uma revisão bibliográfica de autores como, Aguiar (2008), Miranda, Moret e et al (2020), Branco, Zanatta e et al (2020), Cordeiro (2020) e o documento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018). Ainda ocorreu uma pesquisa de campo com professores que atuaram no período da pandemia, onde foi possível analisar as suas colocações. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo, utilizando o G*oogle Forms* para tal investigação. Nessa vertente, as tecnologias foram cruciais para os docentes, pois fizeram uso para a pratica pedagógica e perceberam o quanto elas podem contribuir para a educação, tornando as aulas interativas. Assim, o processo de inclusão ainda precisa ser continuado para que essas ferramentas sejam inseridas no cotidiano escolar de forma positiva e significativa.

Palavras-chave: Tecnologias; Pandemia; Educação; Prática docente.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) em 2020, ocorreram várias mudanças de hábitos na sociedade, devido ao isolamento social, que foi uma das principais medidas de proteção para conter o avanço dos casos de COVID. Com isso, os vários setores da sociedade, dentre eles, o educacional, precisaram se adaptar à uma nova realidade. Dessa forma, os docentes se depararam com uma aprendizagem totalmente desafiadora, onde foi preciso se adequar, mais intensamente, ao ensino que ocorreu através do uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), mesmo não sendo novo, mas era recusado por muitos. Esta mudança de postura foi de fundamental importância para a continuação dos processos de ensino-aprendizagem durante o período pandêmico. Partindo do pressuposto de que houveram várias transformações que ocorreram durante esse período tão atípico e da aversão a aceitação das tecnologias, a pesquisa delimita-se a identificar quais foram as contribuições das tecnologias para os docentes, verificando se estes permaneceram utilizando as ferramentas tecnológicas em suas aulas de modo a beneficiar o processo de ensino e aprendizagem no período posterior a pandemia.

MARCO TEÓRICO

Com o advento da Pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e da persistência do isolamento social obrigatório, todas as esferas de convívio social foram afetadas, precisando se adequar a uma nova realidade em que os encontros presenciais não eram possíveis. Portanto, o uso das tecnologias teve destaque nesse processo de adaptação e foi de fundamental importância para a continuidade de diversas atividades, tornando-se ainda mais presente no cotidiano dos indivíduos. Segundo Pierre Lévy (2011, p.03) muito antes da pandemia, já afirmava que o aprendizado da geração atual depende do que foi deixado pelas gerações anteriores, o que torna a geração de hoje mais adepta a essas transformações. Diante disso, a Base Nacional Comum Curricular (2018, p.61), diz que a cultura digital tem proporcionado mudanças sociais significativas na sociedade atual. Devido a esse avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação, tem-se progressivamente aumentado o acesso e a disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins. Miranda e *et al* (2020, p.1), sobre as tecnologias discorrem: "A tecnologia tornou-se uma aliada quando o assunto é processo ensino-aprendizagem; é uma ferramenta para ajudar a personalizar as atividades em sala de aula; além disso, facilita no processo de aquisição de conhecimento dos alunos e professores." Branco e *et al* (2020, p.2) corroboram dizendo que elas podem colaborar para as práticas pedagógicas onde professores e alunos podem ter uma correlação entre os conhecimentos, além de favorecer para a transformação, cooperação e auxiliar para a evolução do fazer pedagógico.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se como método de pesquisa a análise bibliográfica, através de leituras de artigos científicos, livros que abordavam estudos compatíveis com o tema proposto. Visando enriquecer ainda mais o artigo, realizou-se também uma pesquisa de campo, de cunho descritivo. A técnica utilizada para reunir as informações foi a aplicação de um questionário com profissionais da educação que atuaram, especificamente, durante o cenário da pandemia. O questionário utilizado foi do tipo Likert.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Visando a compreensão do assunto dos docentes sobre o uso das tecnologias, mais precisamente na educação no período pandêmico e pós-pandêmico, aplicou-se um questionário de múltipla escolha utilizando o *Google Forms*, com profissionais da área da educação, onde obteve-se a participação de 25 docentes. Para fomentar a pesquisa, foram questionados sobre: "A pandemia de covid-19 exigiu mudanças no contexto educacional" 100% (25) dos pesquisados afirmaram que concordam completamente com esta assertiva. Diante do exposto, é possível perceber que esses profissionais sentiram e reconheceram o quanto a pandemia trouxe mudanças, visto que, eles se alinham ao mesmo pensamento. Ao serem questionados sobre as suas atuações docentes, se conseguiram se adaptar à nova realidade trazida pela pandemia, as porcentagens se dividiram, sendo, 56% (14) responderam que concordam completamente, já os 40% (10) concordaram parcialmente e 4% (1) discorda completamente. Nessa perspectiva, as respostas não coincidem, mas pode ser observado que grande parte dos entrevistados conseguiram se alinhar às novas vivências geradas pela pandemia. Em outra pergunta que discorre a respeito de: "Antes da pandemia, muitos docentes tinham receio de usar as tecnologias na sala de aula." os dados coletados se dividem, dos questionados 40% (10) concordaram completamente, 48% (12), concordaram parcialmente, 8% (2) discordaram parcialmente e 4% (1) discorda completamente. A partir dos dados coletados, pode-se concluir que 88% dos docentes enxergam uma aversão ao uso de tecnologias no processo pedagógico, sendo este um preconceito internalizado por parte de profissionais da educação. Podendo estar relacionada a falta de preparo e/ou de recursos, mesmo que os documentos norteadores estimulem a valorização, os professores não têm o hábito de inseri-las como método de ensino e talvez não acreditassem ser

tão significativas. Para finalizar, a última pergunta abordava se as tecnologias contribuíram para suas práticas educativas no período pós-pandemia, sendo, 76% (19) concordaram completamente, 20% (5) concordaram parcialmente e 4% (1) discorda completamente. Assim, é notório uma grande diferença quando foram perguntados sobre se as utilizavam antes da pandemia, mostrando que agora eles aparentam ter uma nova perspectiva, pois, grande parte dos docentes afirmaram que as tecnologias contribuíram para sua metodologia. Com o intuito de descobrir mais sobre as contribuições das tecnologias deixadas para a educação na visão dos docentes, foi realizada uma pergunta de cunho subjetivo. Quando foram questionados sobre "Para você quais foram as principais contribuições que as tecnologias deixaram para a educação?" o **grupo 1** relataram sobre as melhorias imediatas trazidas pelo uso das tecnologias, discorrem que as aulas se tornaram mais dinâmicas e interativas: fazendo uso de slides, mensagens, jogos, desafios e entre outros. Ressaltando que, de acordo com um dos professores, as tecnologias, neste sentido o Professor 12 diz que, *"trouxeram os educadores para mais perto das realidades dos alunos de hoje, como por exemplos os jogos educativos inseridos nas aprendizagens"*. Partindo desse pressuposto, ao fim da pesquisa nota-se que parte dos docentes passaram a enxergar as tecnologias com um novo olhar, quebrando a estranheza inicial e reconhecendo suas potencialidades para o ensino.

REFERÊNCIAS

AVANCINI, M.; CONTE, F.; GOUVEIA, F. **Pierre Lévy:** Um dos mais conhecidos pensadores da cibercultura, o filósofo Pierre Lévy falou sobre conhecimento e interação com as tecnologias de informação e comunicação, em entrevista coletiva no Auditório da Coordenadoria de Tecnologia da Informação da USP. Com Ciência, Campinas, n. 131, 2011. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000700013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2022.

BRANCO, E. P.; ADRIANO, G.; ZANATTA, S. C. **Educação e TDIC**: contextos e desafios das aulas remotas durante a pandemia da COVID-19. Debates em Educação, [S. l.], v. 12, n. Esp2, p. 328–350, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12nEsp2p328-350. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10712. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília**: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 08 dez. 2021.

MIRANDA, R. V.; MORET, A. S.; DA SILVA, J. C.; SIMÃO, B. P. **Ensino Híbrido:** Novas Habilidades Docentes Mediadas pelos Recursos Tecnológicos. EaD em Foco, V10, e913. 2020. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/913. Acesso em: 11 dez. 2021.

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM FORTIM/CE.

Carla Ranielle da Silva Leite[1] (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: carla.silva@fvj.br), Maria das Graças Silva[2] (Orientadora, Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: maria.silva@fvj.br).

RESUMO

Ao analisar o cenário mundial, verifica-se que as desigualdades de gênero configuram-se como um problema social há ser superado, sendo urgente debater e examinar as causas que contribuem para a manutenção dessa problemática. Compreendendo que as relações de gênero são construídas socialmente, é válido analisar como a escola, enquanto espaço de socialização, vem conduzindo esses debates e qual visão possui acerca da temática. Nesse contexto, a pesquisa propõe-se a investigar a percepção de professores que atuam na Educação Infantil em relação às questões de gênero, estimulando a reflexão sobre suas práticas pedagógicas, de forma que não colaborem para reafirmar estereótipos e que realizem um trabalho pautado na busca pela igualdade entre todos os sujeitos. Dessa forma, a investigação foi fundamentada a partir de referencial bibliográfico, valendo-se da contribuição de autores, como Felipe (2008), Reis (2011), Dias (2014) e de documentos que norteiam a educação, como as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010). Para maior aprofundamento, realizou-se também pesquisa de campo, a partir da aplicação de um questionário, com professoras que atuam na Educação Infantil de uma escola da rede pública de ensino, localizada na cidade de Fortim – CE. Diante da análise dos dados, verificou-se que grande parte das profissionais pesquisadas tiveram acesso durante o processo formativo às discussões de gênero e que as mesmas englobam esses debates em suas aulas e reconhecem a importância. Em contrapartida, observou-se também que ainda existe uma pequena parcela que desconsidera o papel de sua profissão e da escola na transformação da sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Educação Infantil; Professores.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o cenário mundial é constituído por uma cultura patriarcal, na qual o sexo feminino é visto como inferior, sendo atribuído a ele diversos papéis sociais que o coloca em desigualdade quando comparado ao masculino. Assim, faz-se necessário refletir sobre as principais causas que contribuem para a persistência dessa realidade na sociedade. Considerando que a instituição escolar é um dos espaços frequentados diariamente pelos indivíduos, é válido analisar como as relações de gênero estão sendo construídas nesse local, observando se estereótipos vêm sendo reforçados ou se as instituições de ensino estão compromissadas com a modificação dos padrões vigentes. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo principal investigar a percepção de professores que atuam na Educação Infantil em relação às questões de gênero, estimulando a reflexão sobre suas práticas pedagógicas, de forma que não colaborem para reafirmar estereótipos e que realizem um trabalho pautado na busca pela igualdade entre todos os indivíduos. Ademais, pretende-se identificar como as discussões sobre a temática estão sendo abordadas no cotidiano escolar, perpassando pelo processo de formação dos docentes e pelos limites e possibilidades do exercício da docência ao trabalhar sobre gênero.

MARCO TEÓRICO

O ambiente escolar é permeado pelos mais variados tipos de sujeitos, se configurando como um cenário aberto à pluralidade, onde os indivíduos vão ampliando suas experiências, bem como internalizando comportamentos que observam em outros sujeitos. Nesse contexto, Felipe (2008) defende que a escola, como um espaço fundamental na formação dos indivíduos, tem um papel primordial a cumprir, que vai além dos conteúdos didáticos, devendo analisar os debates presentes na sociedade e se articular com eles. Destaca ainda que essa instituição não pode se eximir da responsabilidade de discutir determinados temas, como os relacionados a gênero. Colaborando com a discussão, Reis (2011) pontua que pensar a escola como instituição responsável pela formação humana, é pensá-la comprometida com as relações interpessoais de seus alunos, promovendo relações de gênero mais equitativas, livres de discriminações e estereótipos. Ao falar da Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010) apontam que as práticas pedagógicas dessa fase estudantil devem garantir que as crianças aprendam sobre respeito e igualdade social. Dessa forma, torna-se fundamental observar o processo de formação dos professores para trabalhar às questões de gênero, visto que são os profissionais responsáveis pela sala de aula, devendo estar realizando um trabalho comprometido com esses debates. Nessa perspectiva, Finco (2011) aponta que ao observar pesquisas sobre a formação acadêmica ou sobre a formação de professores que já exercem a profissão, o que se observa é que esta não tem respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate dos temas. Contudo, Dias (2014) menciona que é fundamental um processo formativo sobre as questões de gênero, para conscientizar graduandos e professores a terem atitudes com os alunos que não repassem modelos sexistas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada a partir de revisão bibliográfica, fazendo a leitura de autores que discorrem sobre a temática abordada, utilizando artigos e livros já publicados como embasamento para refutar ou concordar com as discussões apresentadas. Entretanto, para maior aprofundamento do tema, realizou-se também pesquisa de campo, a partir da aplicação de um questionário, realizado através do *Google Forms,* com sete professoras da Educação Infantil, que atuam em uma instituição pertecente à rede pública de ensino da cidade de Fortim – CE, visando reunir dados acerca da percepção dessas profissionais sobre às questões de gênero.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Buscando investigar a percepção de docentes que atuam na Educação Infantil em relação às questões de gênero na escola, aplicou-se o questionário com sete professoras, que foram nomeadas de professora 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, visando manter a integridade e segurança das mesmas. Um dos questionamentos levantados procurou saber se durante o processo de formação, as professoras tiveram componentes curriculares que abordassem a temática gênero. Das sete, seis afirmaram que sim e uma alegou não lembrar no momento. As docentes também foram questionadas sobre qual elas acreditam ser a importância de trabalhar as questões relacionadas a gênero na sala de aula. A professora 1, que atua no infantil 3, afirma: *"Para minha turminha por serem bem pequenos não acho ser o momento apropriado"* e a professora 2 defende que é importante apenas para que a

criança saiba definir o masculino e o feminino, nada mais. Analisando as duas respostas, compreende-se que ambas possuem uma visão limitada sobre a importância de abordar as temáticas relacionadas a gênero no âmbito educacional. Em contrapartida, a professora 3, 4, 5, 6 e a 7, possuem um outro posicionamento, ao defenderem que abordar as temáticas relacionadas a gênero podem estimular o respeito ao próximo e a construção de valores. Quando perguntadas se as questões relacionadas a gênero fazem parte de suas aulas, a professora 1 e a 7 responderam que não, a 2, 4, 5 e 6 afirmaram que sim e a professora 3 respondeu: "*Sempre prezo em minhas aulas a importância do respeito, da tolerância e da igualdade."* Um outro questionamento levantado foi: "Você acredita que o trabalho na educação infantil pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero, com vista a diminuir problemas sociais como a violência de gênero? De que forma?". Das sete professoras, apenas a professora 1 parece não reconhecer a função da escola nesse sentido, pois escreve: *"Acho que isso deve começar em casa."*A partir da resposta dada pela profissional, observa-se que ela não visualiza a instituição escolar como um espaço onde as questões sociais podem ser discutidas junto com os alunos, responsabilizando apenas a família desse papel. Diante dos dados levantados, notou-se que na realidade das docentes, as questões de gênero foram englobadas dentro de suas formações, não se configurando como algo ausente. Ademais, verificou-se que muitas das profissionais inserem em suas práticas pedagógicas elementos que contribuem para a equidade entre os gêneros, mesmo que de forma implícita, promovendo o respeito e a valorização de todos os sujeitos e não reforçando estereótipos. Entretanto, ainda há uma pequena parcela de docentes que não reconhecem a importância da escola e o papel de sua profissão na transformação da sociedade, sendo necessário intensificar o debate sobre as questões de gênero no exercício da docência.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 24 fev. 2022.

DIAS, Alfrancio Ferreira. **Introduzindo a perspectiva de gênero na formação docente para uma educação não discriminadora**. 18º REDOR – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE. p.1873-1887, 2014. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/765/760. Acesso em: 24 fev. 2022.

FELIPE, Jane. **Educação para a igualdade de gênero:** proposta pedagógica Salto para o futuro, TV Escola, Ano XVIII - Boletim 26 - Novembro de 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

FINCO, Daniela. **Infância, cidadania e igualdade de gênero:** desafios para educação infantil. Santiago: Chile, 2018. Disponível em: https://docplayer.com.br/9091210-Infancia-cidadania-e-igualdade-de-genero-desafios-para-educacao-infantil.html. Acesso em: 25 mar. 2022.

REIS, Greissy Leoncio. **O gênero e a docência:** uma análise de questões de gênero na formação de professores do instituto de educação euclides dantas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12015/1/Greissy%20Leoncio%20Reis.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EMPRESARIAL – CURIOSIDADES E DESAFIOS

ALINE GAMA LIMA[2] (Aluna do curso de pedagogia da Faculdade doVale do Jaguaribe. Email: alylima4@gmail.com

ARTEMÍZIA RIBEIRO LIMA COSTA[3] (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe e da Secretaria Municipal de Educação de Aracati). Email: artemizia@fvj.br

RESUMO

A pedagogia empresarial é uma área de conhecimentos em ambientes administrativos, que busca desenvolver um trabalho em equipe, mostrando e aprimorando as capacidades de um trabalho feito em grupo, onde um respeita o outro independente de sua classificação trabalhista dentro da empresa. Tem como objetivo desempenhar atividades relacionadas à qualificação e requalificação de mão de obra, elevando o nível de melhorias em ambas às áreas a serem trabalhadas no dia a dia. O intuito deste artigo é buscar conhecer um pouco da atuação do pedagogo no meio organizacional e compreender a sua real função em um ambiente empresarial. Para a elaboração do artigo foram realizadas pesquisas em *web sites*, livros e artigos científicos, levando em consideração autores como: Libâneo (1996), Hotz (2006) e Paz e Carvalho (2010). Após alcançar o breve conhecimento sobre a atuação do pedagogo no meio empresaral, foi elaborado um questionário contendo sete perguntas para ser aplicado aos profissionais atuantes neste meio, para entender de fato como eles na perspectiva da pedagogia empresarial. O processo para a obtenção de resultados foi difícil, então foram utilizados os meios de comunicação como o *Instagram* na busca por resultados. Através deste processo conclui-se que hoje poucos empresários sabem sobre a atuação do pedagogo neste mundo empresarial e quase não se tem profissionais atuantes neste meio pelo menos no Litoral Leste e Vale do Jaguaribe cearense.

Palavras-chave: Atividades. Pedagogia Empresarial. Ambiente administrativo.

INTRODUÇÃO

A pedagogia é a ciência que estuda a educação, o ensino e a aprendizagem, onde busca desenvolver no individuo um conhecimento desde o prévio ao científico, com os objetivos de buscar refletir, ordenar e sistematizar os princípios e métodos utilizados no ensino de crianças e jovens, além de buscar formar seres participantes em sociedade.

Dentre as demais pedagogias iremos enfatizar a Pedagogia Empresarial, que é o ramo em que os conhecimentos de gestão e metodologia de ensino, próprios da formação pedagógica, são aplicados no segmento corporativo.

A formação do pedagogo empresarial surgiu relacionada à ideia da necessidade de elaboração e formação dos recursos humanos nas empresas.

Mas você deve estar se perguntando, o que faz um pedagogo empresarial? O profissional pedagógico tem por finalidade desenvolver estratégias de educação voltadas para os funcionários empresarial com foco nas necessidades da organização, visando capacitá-los

O papel deste Pedagogo é, entre outras palavras, o mediador e o articulador de ações educacionais na administração de informações dentro do processo contínuo de mudanças e de gestão do conhecimento.

A proposta dessa pedagogia é trazer conceitos pedagógicos para desenvolver e evoluir os colaboradores de uma empresa no âmbito profissional e pessoal, reforçando

conceitos que são construídos nos primeiros anos da educação básica, como trabalho em equipe, criatividade, empatia, confiança e respeito. Nesse sentido, o pedagogo empresarial é o profissional que estimula o desenvolvimento de capacidades nos funcionários de uma empresa.

O artigo tem como objetivo geral buscar conhecer como é a atuação do pedagogo nas organizações empresariais , qual as suas funções e mediante isso compreender sua importância neste meio.

MARCO TEÓRICO

A concepção das profissões se alterou muito nas últimas décadas, mudanças estas que acompanham não apenas a ideia de globalização, mas também trazem as alterações tecnológicas. Tudo isso, se reflete no mercado de trabalho, onde a competitividade influencia para mudanças comportamentais e de conhecimento. A pedagogia não poderia ficar de fora e assim a necessidade de novos campos de atuação surgiram, abrindo oportunidades para àqueles que não se identificando com a sala de aula, poderiam atuar em espaços diversos como empresas, hospitais, Organizações não Governamentais (ONGs), Centros de Referências da Assistência Social (Cras), etc.

Libâneo (1996) relata que o pedagogo é o profissional que atua em várias áreas da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista a formação humana definida em sua contextualização histórica. Logo, é possível enfatizar a importância do pedagogo para a formação humana e essa especificidade pode contribuir para as organizações além do ambiente escolar.

Neste caso como relata Holtz (2006, p. 31), “Então, a função da Pedagogia é mostrar. E apresenta atividades práticas que levam a atingir o objetivo determinado, de maneira mais construtiva e produtiva para si, para os outros e para a sociedade. Ela apresenta atividades práticas que levam a atingir o objetivo determinado”. No caso deste artigo, o tema central é a pedagogia empresarial, que é o ramo em que os conhecimentos de gestão e metodologia de ensino, próprios da formação pedagógica, são aplicados no segmento corporativo. O profissional com problemas pessoais ou de relacionamento dentro das organizações dificilmente procura o Departamento de Recursos Humanos (RH) para resolver suas dificuldades por medo ou insegurança. É aí que entra o trabalho do pedagogo empresarial, cabe a ele trazer para perto e descobrir o porquê da baixa estima. Quando esse problema é resolvido e o trabalhador sente-se valorizado seu rendimento no ambiente de trabalho crescerá trazendo resultados positivos para a organização.

A proposta da pedagogia empresarial é trazer conceitos pedagógicos para desenvolver e evoluir os colaboradores de uma empresa no âmbito profissional e pessoal, reforçando conceitos que são construídos nos primeiros anos da educação básica, como trabalho em equipe, criatividade, empatia, confiança e respeito. Nesse sentido, o pedagogo empresarial é o profissional que estimula o desenvolvimento de capacidades nos funcionários de uma empresa.

METODOLOGIA

O artigo traz uma abordagem qualitativa e descritiva, como objetivo de compreender a pedagogia empresarial. leva como fonte conhecimento as pesquisas realizadas em web sites, artigos e livros como fonte de aprendizagem para coleta de informações . Dessa forma, para coletar informações sobre a atuação do profissional de Pedagogia no ambiente empresarial, foi elaborado uma entrevista/questionário como pesquisa de campo, este material foi inicialmente feito para ser enviado aos profissionais atuantes em empresas que estão no interior do Ceará, no entanto, não foi encontrado nenhum pedagogo atuando em empresas.

Diante deste fato, o questionário foi colocado no *Google Forms* e postado na rede social *Instagram*, e dessa forma foi obtido a resposta de um profissional.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para os profissionais pedagógicos atuantes na área empresarial foi elaborado um questionário como fonte de conhecimento pessoal, como o perfil do pedagogo em relação as suas especializações e sobre atuação do mesmo na organização. Apenas obtivemos a resposta de uma participante pelo material que foi postado no *Google Forms* e lincado no *Instagram*. Neste questionário havia perguntas como quanto tempo de atuação, seu ponto de vista sobre essa pedagogia e quais as dificuldades a ser enfrentada no mundo coorporativo entre outras.
Enfim, esta pesquisa de campo trouxe aspectos além dos esperados, quando vista inicialmente o foco era conhecer as funções de um pedagogo na empresa, mas ao adentrar foi possível perceber que ainda é um campo de atuação muito pequeno, fato este comprovado pela falta deste profissional nas cidades foco inicial da pesquisa. Foi até encontrado pedagogos nestas empresas, mas não com a atuação de pedagogo empresarial, mas em outras atribuições que estão distantes de sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante do processo de pesquisa, pode-se perceber que o mercado para esses profissionais ainda é um tabu, onde grandes empresas ainda não sabem a importância que é ter um profissional pedagógico para gerir a sua organização. Devido a isso, durante o encaminhar da pesquisa, foi notório o número de empresas que buscávamos profissionais atuantes e não havia.

Mediante todo o processo conclui-se que o meio empresarial ainda precisa conhecer a importância da atuação desses profissionais na área, os benéficos que os mesmo podem acrescentar na empresa, na equipe que ele poderá evoluir, falamos não somente no pessoal mais também profissional, o treinamento que ele pode gerir para trabalhar em grupo elevando assim o nível almejado pela organização , além disso tudo, ele também contribui ajudando a tornar o dia a dia dos trabalhadores mais agradável e produtivo deixando de lado aquela rotina cansativa e desagradável que muitas vezes impede que a pessoa se levante da cama com vontade, com motivação para encarar mais um dia de trabalho.

REFERÊNCIA

HORTZ, M. L. M. **Lições de Pedagogia Empresarial.** Sorocaba, 2006. Disponível em: <https://educaretransformar.net.br/wp-content/uploads/2017/04/licoes_de_pedagogia_empresarial.pdf>. Acesso em: 28/04/2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia, Ciência da Educação?** Selma G. Pimenta (org.). São Paulo; Cortez, 1996, p. 127. Disponível em : https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16596_10509.pdf PEDAGOGIA

OS EFEITOS DA PANDEMIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA - ESTUDO DE CASO

Letícia Maria de Oliveira Araújo* (Aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, email: leticia.maria@fvj.br), Renildo Franco da Silva (Professor do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, email: renildo.franco@fvj.br).**

RESUMO

A pandemia afetou diversos setores da sociedade, e um deles foi a educação, que teve que buscar meios para desenvolver suas atividades durante este período de isolamento social. Nessa perspectiva, este trabalho analisa de que forma a pandemia afetou no processo de ensino e aprendizagem de crianças autistas. O objetivo desta pesquisa é investigar o processo de ensino e aprendizagem voltado para uma criança autista durante o período de pandemia. Este propósito foi conseguido mediante um estudo de caso, realizado através de um questionário enviado por meio do aplicativo *WhatsApp,* com uma educadora que também é mãe de uma criança autista. Como embasamento teórico, foram utilizadas as ideias dos seguintes autores: Alves (2010), APA (2014), Hackenhaar e Grandi (2020), Mascarenhas e Franco (2020) e o documento regulamentar da educação a Lei de Diretrizes e Base 9394/96. A análise dos dados comprovou que o processo de ensino e aprendizagem foi bastante prejudicado durante o período de pandemia, por diversas questões que serão apresentadas no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Pandemia; Educação; Autismo.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do Coronavírus, que chegou de forma avassaladora no mundo inteiro, mas precisamente no Brasil, e afetou a vida humana. Foi necessário um rígido isolamento social, que fez com que muitas empresas, instituições e outros órgãos tivessem suas atividades interrompidas. Essa nova realidade também afetou diretamente as instituições escolares, tendo em vista que, não havia uma data prevista para quando tudo voltaria ao normal. Então rapidamente, traçaram estratégias e começaram a desenvolver suas atividades de forma remota, as aulas aconteciam através do *Google Meet,* que é uma plataforma de videoconferência. Diversas foram as dificuldades encontradas durante esse processo, pois era algo novo para todo mundo, para a escola, para a família e também para a criança. Cada um passava pelo processo de adaptação a este novo formato da sala de aula. Foi um processo difícil, mas que era totalmente necessário. A partir desse contexto, esta pesquisa reflete a seguinte problemática: De que forma a pandemia afetou no processo de ensino e aprendizagem de uma

criança autista? O objetivo geral desta pesquisa é investigar o processo de ensino e aprendizagem voltado para uma criança autista durante o período de pandemia. Como objetivos específicos buscou-se pesquisar quais foram as metodologias adotadas por um educador, como também identificar quais as principais dificuldades enfrentadas por ele durante esse processo. Além disso, apresentar o ponto de vista da mãe quanto ao processo de aprendizagem do seu filho neste período, entender de que forma ela viu esse processo e como o seu filho passou por ele.

MARCO TEÓRICO

O autismo está no rol das dificuldades de aprendizagem, sendo necessário apoio para possibilitar a aprendizagem, cerca de 70% das pessoas com TEA tem pelo menos uma comorbidade e 40% tem duas ou mais. Pode ser dividido em três níveis, de acordo com a gravidade dos déficits na comunicação, interação social e comportamentos. (APA, 2014). A escola deve conhecer as características das crianças para promover as acomodações físicas e metodológicas necessárias, buscar conhecimento e treinar os profissionais. Ter em sua equipe profissionais que possam avaliar e conhecer cada criança, entendendo a forma como ela aprende e respeitando suas particularidades. O professor precisa estar ciente de que os autistas não são iguais, cada um tem diferentes potencialidades e que é necessário a adaptação, inclusive das avaliações da aprendizagem (ALVES, 2010). De acordo com Mascarenhas e Franco (2020), as atividades realizadas de forma remota, por meio de mídia digital, requerem uma estrutura mais complexa, pois para que o aluno consiga desenvolver suas atividades, a família terá que dispor de um computador ou celular com acesso a internet para acessar as plataformas e links enviados pela escola. “Nesse momento, os pais encontravam-se eufóricos, pois teriam que administrar melhor o tempo do seu dia, para dar lugar a educação dos seus filhos. E isso seria por tempo indeterminado. Cabia a família a função de transmitir e apoiar o trabalho da escola. Eles se questionavam sobre como poderiam ajudar, pois não eram educadores e não sabiam ensinar, essa era uma das falas trazidas. Diversas eram as indagações.” (Hackenhaar e Grandi, 2020).

METODOLOGIA

A investigação feita é de cunho qualitativo, pois busca analisar um determinado fenômeno social, que ocorre em determinado local e tempo, compreendendo os fatos. Para coleta de dados, utilizou–se o aplicativo *WhatsApp,* pelo qual foram enviadas perguntas direcionadas à temática da pesquisa. Foram enviadas oito perguntas subjetivas, sendo cinco direcionados ao profissional pedagogo e três direcionadas à família. Para o estudo de caso, foi escolhida uma professora da rede municipal de ensino de Aracati-CE, que atua nas turmas de quarto e quinto ano, multisseriadas do ensino fundamental, que também é mãe de uma criança autista que é regularmente matriculada na educação infantil. A escolha da aplicação com esta professora se deu a partir da observação de como ela, enquanto professora e mãe, pôde lidar com as questões trazidas nesta análise.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para compreender melhor as duas perspectivas, que se trata da visão da escola e a da família, foram feitos dois questionários e foram enviados em parte, o primeiro sendo direcionado a professora, contendo cinco perguntas, e outro para a mãe e a entrevistada respondeu os dois por meio de áudios, que foram transcritos para que as falas pudessem ser analisadas com mais profundidade. Ana tem 45 anos de idade e há 24 anos atua como professora, tem graduação em pedagogia e matemática, pós-graduação em língua portuguesa: leitura e produção de texto. Atualmente leciona nas turmas do 4° e 5°, multisseriados, da rede municipal de Aracati/CE, em sua turma há alunos típicos e atípicos, com síndrome de down, transtorno desafiador de oposição - TOD e com autismo. O seu filho, Joaquim tem 5 anos, é autista e estuda na educação infantil, em uma escola da rede privada do mesmo município. Em sua primeira fala, já se pode ver como ela percebeu o impacto da pandemia na educação, principalmente nas crianças da sua turma, que segundo ela, foram "desaprendendo" coisas que antes eles sabiam fazer. É possível observar que a professora foi bem direta e sincera quanto à questão da inclusão durante o período de pandemia, em que não foi possível incluir esses alunos por diversas questões, mas posteriormente, ela falará sobre quais metodologias foram adotadas, e que mesmo com todas as adversidades, ela não desistiu de tentar incluir estes alunos. Ela buscou utilizar metodologias que naquele momento eram as únicas que poderiam fazer com que ela alcançasse a criança, pois tudo tinha que ser de forma virtual, tentar ter um momento somente com a criança seria o ideal, mas infelizmente não é algo tão simples, como ela mesma relatou. Com os relatos da entrevistada, percebe-se que Joaquim teve dificuldades para se adaptar a rotina de aulas remotas, como também da realização das atividades, pois ele chorava e apresentava certa resistência. Acredita-se que o que facilitou esse processo foi justamente a ajuda da mãe, que teve essa sensibilidade e esse olhar atento para com ele, e conseguia adaptar as atividades para que ele realizasse, sempre buscando fazer com que ele participasse da forma como conseguia. Analisando todas as respostas, pode-se concluir que o processo de inclusão durante a pandemia não foi tão eficaz, pois as crianças não conseguiram participar e acompanhar os outros alunos. E que o esforço não cabia somente a escola e a professora, mas também a família que estava em casa com a criança e poderia dar um auxílio maior. A pandemia dificultou bastante a inclusão e muitas crianças acabaram sendo prejudicadas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia de Mesquita Cardoso; LISBOA, D. de O.; LISBOA, D. de O. Autismo e inclusão escolar**. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2010. Acesso em: 13 mar. 2022.

APA, AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Acesso em: 23 abr. 2022.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; FRANCO, Amélia do Rosário Santoro. Reflexões Pedagógicas em tempos de Pandemia: Análise do Parecer CNE 05/2020. **Revista Olhar**

de professor. Ponta Grossa, v.23. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16011/209209213645. Acesso em: 25 abr. 2022.

BORSTEL, Vilson Von; FIORENTIN, Mariane Jungbluth; MAYER, Leandro. Educação em tempos de pandemia: Constatações da coordenadoria Regional de Educação em Itapiranga. In: PALU, Janete; MAYER, Leandro; SCHUTZ, Jenerton Arlan (org.) **Desafios da Educação em tempos de pandemia.** Cruz Alta: Ilustração, 2020. Acesso em: 23 abr. 2022.

Centro de Saúde

Enfermagem

Farmácia

Fisioterapia

Nutrição

Psicologia

Enfermagem

ANÁLISE DOS FATORES RELACIONADOS À DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Wirys Lânkyer Maia Alves (Estudante do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: wirysma@gmail.com.). **Amália Gonçalves Arruda (Orientadora – Mestre em Saúde Pública pela UECE, docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe. E-mail: amaliagoncalves@fvj.br.).**

RESUMO

A depressão é um transtorno mental ligado ao humor e se caracteriza como um episódio patológico em que se perde interesse por diversas atividades. O diagnóstico de depressão em adolescentes tem sido cada vez mais comum, com maior incidência em pessoas do sexo feminino, transformando essa situação em um grave problema de saúde pública, uma vez que apresenta várias consequências, dentre eles, o suicídio. O objetivo da pesquisa é compreender como a depressão se desenvolve na adolescência. Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, de natureza básica, cunho qualitativo e objetivo descritivo. A coleta de dados foi realizada entre maio e junho de 2022 nas bases de MEDLINE, LILACS e BDENF. Os descritores empregados foram "depressão", "adolescente", "fatores", "causas" e "sintomas" e suas combinações com auxílio do operador AND. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão para a pesquisa: artigos disponíveis na íntegra, com data de publicação entre 2017 e 2022 e escritos em português, sendo excluídos artigos que não atenderam a esses critérios. Foram identificados 137.722 artigos nas bases de dados, sendo 134.450 da base MEDLINE, 3.153 da LILACS e 119 da BDENF, tendo sido incluídos 6 artigos para compor esta revisão, sendo 5 extraídos da base de dados LILACS e 1 da base BDENF. Os achados apresentaram três categorias temáticas, sendo elas: desenvolvimento da depressão na adolescência, sintomas e fatores associados. A depressão não apresenta origem linear, resultando de um conjunto de fatores, de forma que se encontra, com frequência, dificuldades para a construção de um quadro preciso de depressão em adolescentes, haja vista a quantidade de variáveis. Assim, é necessário levar em consideração diversos aspectos, como idade e gênero a fim de melhor compreender o problema. Dentre alguns fatores, citam-se o contexto familiar, os relacionamentos desenvolvidos pelos adolescentes, uso de álcool e drogas e dificuldades de interagir socialmente. Esses fatores podem criar um quadro depressivo, de modo que é fundamental olhar com mais atenção e cuidado para esse grave problema de saúde pública e impedir que a doença se agrave e provoque consequências danosas para a vida do adolescente.

PALAVRAS-CHAVE: Transtorno depressivo. Adolescentes. Fatores estressores.

INTRODUÇÃO

A depressão é um transtorno mental ligado ao humor e se caracteriza como um episódio patológico em que se perde interesse por diversas atividades (PANDINI, 2019). O termo depressão era empregado para se referir a certos estados mentais e era conhecida como melancolia. A partir do século XX, passou a ser considerada doença, tendo sido identificada como um dos transtornos mentais mais comuns na sociedade (COUTINHO et al., 2016). No mundo todo, a depressão é a nona causa de doença e incapacidade entre os adolescentes (PASINI et al., 2020). A OMS estima que 350 milhões de pessoas no mundo estão deprimidas (SILVA et al., 2019). No Brasil, os números também são expressivos: a depressão atinge 11,5 milhões de pessoas e estima-se que, em 2030, o distúrbio será a doença mais comum. A depressão é responsável por muitas mortes decorrentes de suicídio e por afastamentos laborais. No Brasil, nos sete primeiros meses de 2021, 108.263 benefícios foram concedidos em razão de problemas mentais e comportamentais, dentre os quais, a ansiedade e a depressão, que se apresentam como as principais causas do afastamento. Essas concessões representam aumento de 29% em comparação com o ano de 2019 para 2020. Em 2019, foram 224.527 concessões,

enquanto que em 2020, registraram-se 289.677 liberações decorrentes dos efeitos da pandemia (CAVALLINI, 2021).

MARCO TEÓRICO

A adolescência é marcada por conflitos interpessoais e intrapessoais, aumento de responsabilidades, transições e aprendizagem. A adolescência é vista como o período de instabilidade, crises de identidade, autoaceitação, descobrimento e desafios. Além disso, é uma fase de desenvolvimento físico e emocional, que influencia na construção da personalidade (PASINI et al., 2020). A depressão é um fenômeno complexo que afeta a qualidade de vida, a saúde mental, a vida social e que apresenta muitos fatores, não possuindo apenas uma causa determinante para seu desencadeamento. Exposição a fatores estressores, como *bullying*, abuso de álcool, uso de drogas e transtorno de ansiedade, pode ocasionar o surgimento de sintomas. Fatores psicológicos, sociais e genéticos podem afetar o indivíduo levá-lo ao desenvolvimento de depressão (PANDINI, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura, de natureza básica, cunho qualitativo e objetivo descritivo. A coleta de dados foi realizada entre maio e junho de 2022 nas bases de dados Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Literatura Latino-americana de Ciência da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF), disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Os descritores empregados foram extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo eles “depressão”, “adolescência”, “fatores”, “causas” e “sintomas” e suas combinações com auxílio do operador AND. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão para a pesquisa: artigos disponíveis na íntegra, com data de publicação entre 2017 e 2022 e escritos em português.

RESULTADOS

Foram identificados 137.722 artigos nas bases de dados, sendo 134.450 da base MEDLINE, 3.153 da LILACS e 119 da BDENF, dos quais foram excluídos 136.742 artigos por não estarem disponíveis na íntegra e estarem escritos em outro idioma que não o português e selecionados 980 artigos por atenderem a tais critérios, dos quais foram excluídos 687 artigos por datarem de antes de 2017. Em seguida, foram eleitos 293 artigos para análise, dos quais foram eliminados 95 por estarem duplicados ou em mais de uma base de dados. Assim, foram eleitos para análise de inclusão 198 registros, dos quais foram excluídos 192 por não apresentarem relação com o tema da presente pesquisa. Portanto, 6 artigos foram incluídos para compor esta revisão, sendo 5 extraídos da base de dados LILACS e 1 da base BDENF. **Compreendendo o desenvolvimento da depressão na adolescência:** A fase da adolescência é caracterizada por transformações significativas no comportamento. Tais mudanças caracterizam a fase da adolescência “como uma fase de reorganização, tornando-a extremamente propensa ao desenvolvimento de alguns distúrbios, estando a depressão entre os principais”. (MELO; SIEBRA; MOREIRA, 2017, p. 24). **Sintomas recorrentes em adolescentes com depressão:** Os sintomas de depressão em adolescentes assemelham-se aos que se manifestam em adultos. Entretanto, para um enfrentamento mais eficaz do distúrbio, é crucial a realização de um diagnóstico preciso. Desse modo, é possível apontar algumas características que são próprias da doença em adolescentes, dentre as quais humor irritável, ansiedade, inquietação, ansiedade, sentimentos de baixa autoestima, sentimentos de inferioridade, redução no desempenho escolar, alteração do sono etc (MELO; SIEBRA; MOREIRA, 2017). A questão da idade é uma das diferenças nas manifestações de depressão, porém há também uma frequente manifestação do distúrbio em pessoas do sexo feminino (MELO; SIEBRA; MOREIRA, 2017). Os sintomas da depressão são, dentre outros, tristeza, falta de esperança e de motivação, redução do interesse ou prazer, perder ou ganhar peso, problemas com sono, redução da capacidade de se concentrar etc., além de comportamento autodestrutivo e ideação suicida (PASINI et al., 2020). **Fatores associados à depressão na adolescência:** Identifica-se uma maior prevalência da doença em

adolescentes do sexo feminino e maior vulnerabilidade à depressão quando comparadas aos adolescentes do sexo masculino. Em relação aos eventos estressores, não há apenas um fato isolado causador da depressão na adolescência, mas um conjunto de fatores desencadeantes do distúrbio. Portanto, a depressão na adolescência pode resultar de fatores estressores ambientais prévios e recentes, de tal modo que "a separação dos pais, problemas maternos de saúde mental, conflito familiar, abandono, experiências de violência física e psicológica são circunstâncias capazes de desarranjar o estado de bem-estar físico e mental" (PASINI et al., 2020, p. 8-9). Experiências de grande e forte impacto emocional e psicológico, que ocorram simultaneamente e de forma contínua podem constituir-se em gatilhos para a doença. Um ambiente familiar de má qualidade, conflitos frequentes entre pais e filhos, baixos níveis ou inexistência de apoio familiar são alguns elementos que podem ocasionar o surgimento e desenvolvimento da depressão em adolescentes (COSTA; MATOS; COSTA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A depressão não apresenta origem linear, resultando de um conjunto de fatores, de forma que se encontra, com frequência, dificuldades para a construção de um quadro preciso de depressão em adolescentes, haja vista a quantidade de variáveis. Desse modo, é preciso levar em consideração diversos aspectos, como idade e gênero a fim de melhor compreender o problema. Há diversos fatores que potencializam o surgimento da depressão em adolescentes, sendo necessário identifica-los e reduzi-los, quando não os eliminar, para se evitar maiores consequências. Dentre alguns fatores, citam-se o contexto familiar, os relacionamentos desenvolvidos pelos adolescentes, uso de álcool e drogas e dificuldades de interagir socialmente. Esses fatores podem criar um quadro depressivo, de modo que é fundamental olhar com mais atenção e cuidado para esse grave problema de saúde pública e impedir que a doença se agrave e provoque consequências danosas para a vida do adolescente.

REFERÊNCIAS

CAVALLINI, Marta. Pandemia faz crescer concessões de auxílio-doença para doenças psicológicas. **G1**, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/16/pandemia-faz-crescer-concessoes-de-auxilio-doenca-para-doencas-psicologicas.ghtml. Acesso em: 03 nov. 2021.

COSTA, Bárbara Salgado; MATOS, Ana Paula; COSTA, José Joaquim. O efeito moderador da satisfação com a vida na associação entre a qualidade da relação pais/filhos(as) e depressão na adolescência. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. spe6, p., nov. 2018. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602018000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2022.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima et al. Relação entre depressão e qualidade de vida de adolescentes no contexto escolar. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 17, n. 3, p. 338-351, dez 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36249164003. Acesso em: 03 nov. 2021.

MELO, Anna Karynne; SIEBRA, Adolfo Jesiel; MOREIRA, Virginia. Depressão em adolescentes: revisão da literatura e o lugar da pesquisa fenomenológica. **Psicologia**: **ciência e profissão**, v. 37, p. 18-34, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/xxLzwTVJrHKW7fZkWhQwjJq/?lang=pt. Acesso em: 08 jun. 2022.

PANDINI, Rosa Maria Pacheco. Uma análise sobre a depressão na adolescência. **Inova Saúde**, v. 9, n. 1, p. 129-141, 2019. Disponível em: http://periodicos.unesc.net/Inovasaude/article/view/3585/4722. Acesso em: 03 nov. 2021.

PASINI, Amanda Luiza Weiler et al. Suicídio e depressão na adolescência: fatores de risco e estratégias de prevenção. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 4, p. e36942767-e36942767, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2767/2131. Acesso em: 03 nov. 2021.

SILVA, Daniel Oliveira et al. Fatores que influenciam a depressão na adolescência. **Revista Educação em Saúde**, v. 7, 2019. Disponível em: http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/educacaoemsaude/article/view/3791/2635. Acesso em: 03 nov. 2021.

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS EM MULHERES COM PERDA GESTACIONAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Sarah Adna da Silva Maia[1] (Aluna do Curso de Enfermagem da UniJaguaribe, email: sarahadna@icloud.com), Fabianne Ferreira Costa Rosáceo[2] (Professora da UniJaguaribe, email: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

O aborto é considerado um problema complexo de saúde pública, impactando diretamente nos aspectos psicossociais de mulheres que vivenciam essa condição, bem como causa elevados índices de mortalidade e gastos no setor público. As implicações psicológicas do pós-aborto evidenciam-se por sentimentos de tristeza, remorso e culpa. Assim objetivou-se descrever as repercussões psicossociais vivenciadas por mulheres no pós-aborto. Tratou-se de uma revisão integrativa com delineamento qualitativo, desenvolvida entre fevereiro e março de 2022, utilizando-se de artigos indexados nas bases de dados Lilacs (BVS), SciELO e Pubmed. Incluíram-se artigos publicados no período de 2012 a 2021, em português, inglês e espanhol, gratuitos e disponíveis na íntegra que respondiam a questão norteadora e ao objetivo proposto. Excluíram-se monografias; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado, fichamentos, e estudos duplicados. Os estudos evidenciaram que existem múltiplos impactos no pós-aborto para a saúde emocional e nas relações sociais da mulher, destacando: estresse traumático crônico, ansiedade, depressão, comportamentos neuróticos e depreciativos, pensamentos suicidas, sensação de remorso, dificuldades de trabalhar, sair de casa, além de fobias sociais. A vivência do luto foi marcada por sofrimento intenso maximizado pelas crenças religiosas e culturais. Os fatores associados compreenderam crenças, nível de escolaridade, estado conjugal, faixa etária e condições de saúde. O enfermeiro mostra-se essencial no atendimento às mulheres no pós-aborto garantindo uma assistência sistemática e individual. Desse modo, os impactos psicossociais pós-aborto fomentam a criação de estratégias de saúde que visem à informação, orientação e tratamento de mulheres que experimentam a perda gestacional.

Palavras-chave: Aborto. Estresse Pós-traumático. Luto. Enfermeiro.

INTRODUÇÃO

A necessidade de se identificar as consequências da perda gestacional para a qualidade de vida da mulher, a vivência do luto pós-aborto, bem como a relevância científica e clínica do estresse pós-traumático, quadros depressivos e demais alterações psicossociais para as ações empreendidas pelo profissional enfermeiro em situações de aborto, justificou o presente estudo. Partindo de tal justificativa, tornaram-se necessários estudos bem fundamentados que integraram diversos conhecimentos sobre a temática proposta e buscaram responder à seguinte pergunta norteadora: Quais os impactos psicossociais sofridos por mulheres no pós-aborto? O estudo baseou-se na seguinte hipótese: O enfermeiro é um profissional capacitado para identificar, dar assistência e promover a saúde de mulheres em situações de perda gestacional? O abortamento causa impactos psicossociais na saúde da mulher? Desse modo, o

objetivo do estudo foi descrever as repercussões psicossociais vivenciadas por mulheres no pós-aborto.

MARCO TEÓRICO

O aborto é considerado um problema complexo de saúde pública, com maior incidência em países em desenvolvimento, sendo uma das principais causas de mortalidade materna no mundo (ETAPECHUSK; COSTA, 2016). O aborto reflete uma das principais causas de morte materna no Brasil. Dados mostram que em todos os estados e no Distrito Federal, demonstrou-se a constância de alto percentual de mortalidade materna no país, distintamente do que acontece em regiões desenvolvidas, onde essa proporção de morte, principalmente por aborto, se reduz (ARCIPRETE *et al.,* 2021). As fragilidades, tais como: a disparidade de gênero, regras culturais e religiosas que restringem a liberdade de escolha, diferença de ações de promoção à educação, e múltiplas dimensões da pobreza – como a deficiência de recursos econômicos e de opções, o problema de acesso ao conhecimento e direitos humanos, entre outros – auxiliam para que o aborto ilegal alcance e sacrifique, de maneira mais agressiva, mulheres de comunidades carentes e marginalizadas (CISNE; CASTRO; OLIVEIRA, 2018). Segundo Faria *et al.* (2021), as consequências psicológicas causadas pelo aborto são poucas vezes mencionadas em estudos médicos especializados, de modo que existem desde a antiguidade, sendo elas a Síndrome Pós-Aborto (SPA) e suas implicações físicas, psicológicas e sociais. Posteriormente ao aborto, a mulher pode exibir comportamentos com remorso e culpa; também apresentar mudanças de ânimo e depressão; choro sem razão, temores e pesadelos. No que tange ao sentimento de culpa, presumiram que está associado às crenças religiosas (SILVA; SILVA, 2020).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura com delineamento qualitativo. As bases de dados foram: Lilacs (BVS), SciELO e Pubmed por meio de estudos publicados nos últimos 10 (dez) anos utilizando os descritores: Aborto, Estresse Pós-Traumático, Luto e Enfermeiro com o uso do booleano *AND* foram os descritores utilizados em português, inglês e espanhol. Dentre os critérios de inclusão, destacaram-se: estudos gratuitos, publicados em inglês, português e espanhol que respondiam ao objetivo e pergunta norteadora, publicados no período de 2012 a 2021. Eliminaram-se teses, cartas ao editor, monografias, estudos duplicados, entre outros. O caráter de análise e seleção dos estudos se deu através da leitura do título e resumo. Identificaram-se no total 2.111 artigos, contudo, após filtros específicos, restaram 16 estudos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O resultado do refinamento científico selecionou para a amostra 16 estudos. Diante dos achados elaborou-se três categorias temáticas. Na categoria I, discorreu-se acerca dos impactos do aborto: estresse pós-trauma, ansiedade e depressão, destacando o estudo de Inger *et al.* (2017), no qual as mulheres que desenvolveram TEPT após o aborto tiveram pontuações mais altas do que o grupo de comparação em vários dos traços de personalidade associados ao neuroticismo, especificamente: ansiedade somática, psíquica, suscetibilidade ao estresse e amargura. Na categoria II, evidenciaram-se as reações à perda de uma pessoa como significativa para o

comprometimento temporário da função do dia-a-dia, segundo o estudo de Kersting e Wagner (2012). Além disso, no estudo de Consonni e Petean (2013) compreendeu-se que as narrativas após a perda do filho exibem um momento de intensa angústia, marcada por memórias, pensamentos, idealizações e indagações com relação a todo o período vivenciado. O retrocesso para casa e para as atividades diárias, após a interrupção, foi exposto como uma ocasião de muita infelicidade para essas mulheres. Na categoria III, Pitilin *et al.* (2016) explanam que nas ações de enfermagem identificadas nas situações de aborto provocado/induzido, perceberam-se a prevalência de uma consulta tecnicista, fundamentada nas necessidades físicas expostas pelas mulheres, seguida de um cuidado discriminatório, julgatório e burocrático. Por sua vez, Cardoso *et al.* (2021) afirmam que a mulher precisa ser acolhida desde a sua entrada na unidade de saúde, devendo a equipe multiprofissional se responsabilizar por ela, escutando as suas necessidades e proporcionando que ela expresse os seus sentimentos para um melhor entendimento dos diversos significados do aborto tanto para a mulher quanto para os familiares. Tornaram-se perceptíveis as implicações psicológicas e sociais que o aborto exerce na vida de mulheres nesta condição, culminando em alterações somáticas, emocionais e relacionais. Os principais impactos psicossociais presentes no período pós-aborto são: estresse crônico, transtornos de personalidade, atitudes agressivas em razão do sentimento de culpa, comportamentos neuróticos, como também problemas de autoestima e dificuldades nas relações interpessoais. A experiência do luto e os significados do momento traumatizante são marcados, especialmente, por eventos fantasiosos, lembranças tristes e idealizações acompanhadas de torturas psíquicas.

REFERÊNCIAS

ARCIPRETE, Ana Paula Rodrigues; FIORATI, Regina Célia; GOMES-SPONHOLZ, Flávia Azevedo; MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos. Aborto e determinantes sociais da saúde: uma reflexão teórica sobre as políticas públicas de saúde no Brasil. **Revista Científica de Enfermagem.** São Paulo, v. 11, n. 35, p. 398 – 407, 2019. Disponível em: http://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/468. Acesso em: 18 Mar. 2022 às 20h00.

CISNE, Mirla; CASTRO, Viviane Vaz; OLIVEIRA, Giulia Maria Jenelle Cavalcante. Aborto inseguro: um retrato patriarcal e radicalizado da pobreza das mulheres. **Revista Katálysis.** Florianópolis/SC, v. 21, n. 3, p. 452 – 470, set/dez, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/sVLLgJKMPHdvmxgr6JQSVDP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 Mar. 2022 às 19h10.

ETAPECHUSK, Jéssica; COSTA, Eldessandra. Aborto: uma questão de saúde pública. **Psicologia.pt.** Roraima, v. 10, n. 5, p. 1 – 13, 2016. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1193.pdf. Acesso em: 18 Mar. 2022 às 19h48.

FARIA, Dayanna da Silva Carvalho; SILVA, Lara Stefhanny Oliveira; LEAHY, Lorena Leão Gomes; VIANA, Maria Paula Colombini Ferreira; TOURINHO, Luciano de Oliveira Souza; AZEVEDO, Fernanda Luiza Andrade. As perspectivas dos direitos humanos sobre aborto e saúde pública no Brasil: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. São Paulo, v. 13, n. 12, p. 1 – 7, 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9297/5680. Acesso em: 18

Mar. 2022 às 19h26.

SILVA, Liviah Anne Medeiros; SILVA, Matheus Tayrone Cachina. As consequências jurídicas e psicológicas diante do aborto induzido no Brasil. **Revista Transgressões.** Campina/PB, v. 8, n. 2, p. 247 – 261, jan/2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/22544. Acesso em: 18 Mar. 2022 às 19h52.

CÂNCER DE MAMA E A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO RASTREAMENTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sabrina Candido Teixeira1 (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: candidosabrina67@gmail.com, Idaclece Rodrigues de Matos Orientador2 (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: idaclece.matos@fvj.br).

RESUMO

O câncer de mama (CM) atualmente é um dos problemas de saúde mais temido entre as mulheres brasileiras e do mundo, por sua frequência e efeitos psicológicos que causam nas mulheres quando diagnosticadas com CM. Assim, o objetivo principal é refletir sobre a atuação e importância da enfermagem na prevenção ao câncer de mama nas mulheres a partir dos 40 anos de idade. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo exploratória nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), que abordam a temática estudada, buscando artigos publicados no período de 2010 a 2020, utilizando como fatores de exclusão artigos repetidos, monografias, dissertações e teses. Como resultados, verificou-se que o CM é a infecção que mais acomete as mulheres brasileiras a partir dos 40 anos de idade, embora possa acontecer em mulheres com idade inferior com menos frequência e as vezes em homens. Nesse contexto, comprovou-se que ação educativa desenvolvida pelos profissionais de enfermagem como sendo de grande relevância na orientação as mulheres quanto a realização do exame para a detectar esta infecção. O câncer de mama representa um grave problema de saúde pública em todo o mundo, pela sua alta incidência, morbidade, mortalidade, e pelo seu elevado custo no tratamento. Conclui-se que o exame preventivo é a melhor forma de combater o CM, pois é comprovado pelos profissionais da saúde que diagnosticado precocemente tem maiores chances de cura.

Palavras-chave: Câncer de Mama. Promoção. Prevenção. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

O câncer de mama (CM) atualmente é um dos problemas de saúde mais temido entre as mulheres, por sua frequência e efeitos psicológicos que causas nas mulheres, abalando dessa forma seu emocional e atingindo as mulheres geralmente a partir dos 35 anos de idade, de acordo com o (INCA, 2021). No Brasil, o câncer de mama, vem aumentando progressivamente desde a década de 1960, mesmo com os programas e ações educativas desenvolvidas pelo sistema de saúde pública (SUS) do país.

Para o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2020), estima que para cada ano do triênio 2020/2022, sejam diagnosticados no Brasil 66.280 novos casos de câncer de mama, com um risco estimado de 61,61 casos a cada 100 mil mulheres. Logo, o tipo diagnosticado como sendo o mais comum de câncer de mama é o carcinoma de células epiteliais, que se divide em lesões in situ e invasoras. Os carcinomas mais frequentes são os ductais ou lobulares (INSTITUTO ONCOGUIA, 2021).

No entanto, é importante destacar que independente da condição socioeconômica do país, a incidência desse câncer se coloca entre as primeiras posições das neoplasias malignas femininas. Por outro lado, observou-se um declínio na tendência das taxas de incidência em alguns países desenvolvidos, parte atribuída à diminuição do tratamento da reposição hormonal em mulheres pós menopausa (BRASIL, 2021).

Para tanto, no Brasil dados de 2021, revelam que a taxa de mortalidade por CM, ajustada pela população mundial foi de 14,23 óbitos/100.000 mulheres em 2019, sendo que as maiores taxas ocorrem nas regiões Sudestes e Sul, com 16,14 e 15,08 óbitos/100.000 mulheres

respectivamente (INCA, 2021).

É importante destacar, que embora a incidência aconteça nas mulheres a partir dos 40 anos de idade, mas encontra-se casos também nas mulheres com idade inferior, o que reforça nosso entendimento quanto a importância da prevenção e no desenvolvimento de ações educativas que possam contribuir para evitar e ou prevenir o câncer nas mulheres com idade inferior a 50 anos e quando atingirem essa idade ser diagnosticado um declínio no número de casos (BRASIL, 2021).

Portanto, este trabalho justifica-se pela necessidade de pesquisas que venham discorrer sobre esta temática esclarecendo sobre medidas preventivas no tocante a saúde feminina, no sentido de ser realizado exames constantes no sentido de contribuir com a saúde das mulheres e quando diagnosticado novos casos, ter-se maiores possibilidades de cura.

É notório que o diagnóstico precoce é a principal arma contra esta doença, pois a educação em saúde desempenha um papel importante ao levar conhecimento e esclarecer sobre os fatores de risco e a realização do autoexame de mama e da mamografia, mas proporcionando maiores oportunidades de prosseguir com a vida e alcance da cura.

A principal motivação para este estudo deve-se ao fato de estar cursando enfermagem no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (Unijaguaribe), conhecendo nesse percurso acadêmico os riscos dessas doenças podendo contribuir para esclarecer sobre a temática e melhores formas de prevenção, possibilitando dessa forma, maiores chances de cura.

MARCO TEÓRICO

Na fase da puberdade, homens e mulheres possuem mamas idênticas, sendo, portanto, necessário o cuidado de ambos se prevenindo contra o CM. É importante frisar que as mulheres estão, mas propensas ao câncer de mama por possuir estrogênio e outros hormônios que iniciam seu desenvolvimento na puberdade.

Mais o que é câncer de mama? Bem, a palavra “câncer” é originária no latim e significa “caranguejo”, por ser proveniente de uma infiltração desorganizada e descontrolada das células de um tecido qualquer. Nessa circunstância, cada núcleo celular contém aproximadamente 100 mil genes, que controla o comportamento das células (ALMEIDA *et al*., 2001).

De acordo com o INCA (2022), o CM é um grupo heterogêneo de doenças, com comportamentos distintos. O espectro de anormalidade proliferativas nos lóbulos e ductos da mama inclui hiperplasia, hiperplasia atípica, carcinoma in situ e carcinoma invasivo, em que o carcinoma ductal infiltrante é o mais comum e alcança entre 80% e 90% do total de casos de câncer no Brasil. (INCA, 2022).

Conforme o Ministério da Saúde, “esse carcinoma que se infiltra nos ductos mamários é o que mais prevalece entre os outros, apresentando maiores chances de cura, já os linfomas, melanomas e sarcomas podem ocorrer também na mama, mas apresentam os piores prognósticos, (BRASIL, 2013b).

, o câncer de mama (CM) tem se tornado uma das mais temidas infecções sofridas pelas mulheres brasileiras, pois sabe-se que os números são crescentes, ou seja, os casos ocorrem com alta frequência, causando diversos efeitos abalando o emocional dessas mulheres, efeitos estes que afetam a percepção de sua sexualidade, bem como de sua imagem pessoal.

Logo, segundo Bergamasco; Ângelo, (2001); D’Avila *et al*., (2000), quando uma mulher descobre que estar com câncer, esta vivencia uma trajetória “onde a representação de ser doente remete às razões para o sofrimento, trazendo à lembrança significados de vulnerabilidade e determinação, medo e coragem, fraqueza e força”.

Contudo, por ser considerada uma doença temida entre as mulheres em geral, pois acomete órgãos que identificam sua sexualidade, apresenta-se em maior incidência entre as mulheres a partir dos 40 anos de idade, sendo que se evidencia um aumento de 10 vezes para as mulheres que se encontram na faixa etária dos 60 anos de idade de acordo com o INCA (2020).

Logo, o Programa Estratégia e Saúde da Família (PSF) do Ministério da Saúde surge como política pública, atendendo aos preceitos da Constituição Federal de 1988, onde afirma que “a saúde é um direito e dever do Estado” (BRASIL, 2012).

Este programa é uma estratégia que visa atender os indivíduos e as famílias brasileiras de maneira integral e contínuo, de modo a desenvolver ações de promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde daquelas que tiveram sua saúde acometida por alguma infeção, ou no caso CM. Evidencia-se, portanto, que o PSF tem como principal propósito o trabalho em equipe, sendo estes formados por diversos profissionais que trabalharão em equipe como forma de melhor assistir as famílias participantes do programa em cada setor, área ou município.

O enfermeiro tem uma proximidade maior das mulheres no PSF, estreitando assim os laços de convivência, orientando-as e contribuindo assim para a promoção da saúde, ajudando as mulheres a vencerem o medo, a vergonha e realizarem o exame preventivo regularmente como melhor forma de combater os casos de câncer de mama. A atuação do enfermeiro na atenção básica à saúde no combate ao câncer de mama, deve acontecer de forma interdisciplinar, destinando momentos de orientações gerais, de realização dos exames precoces, além de alerta constantemente a todas as mulheres dos malefícios no consumo excessivo de álcool, tabaco, dentre outros.

Sobre a importância das ações desempenhadas pelo enfermeiro nesse contexto, Camargo et al, (2007, p. 05), destaca que "O enfermeiro poderá atuar nos diversos níveis de atenção à saúde, hierarquizados segundo grau de complexidade, desenvolvendo ações de coordenação e de execução, que incluem a necessidade de enfermagem, educação comunitária e profissional". Para tanto, faz-se necessário possuir capacidade de comunicação técnica, popular e compreensível, um bom diálogo entre o paciente e o enfermeiro.

A enfermagem tem como um de seus principais papeis, contribuir com a promoção da saúde através da educação continuada em saúde, carregando consigo a função de educador em saúde na comunidade, na orientação adequada e realização do rastreamento ao câncer de mama por meio dos exames preventivos, fazendo a inclusão de todos e fazendo valer o princípio da universalidade e equidade. Assim, o enfermeiro precisa entender tamanha a responsabilidade que lhe é atribuído, desenvolvendo ações responsáveis e criando estratégias que possam contribuir para prevenção e prolongamento da vida.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, de abordagem qualitativa. Pesquisa bibliográfica por ser elaborada a partir de estudos já realizados e publicados em livros, artigos, periódicos, dentre outros. Neste mesmo sentido, Gil (2010, p. 44) explica que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são: investigações sobre ideologias ou pesquisas que se propõem à análise das diversas posições sobre um problema. Pesquisa Exploratória, por objetivar proporcionar maior familiaridade com o problema, envolvendo um levantamento bibliográfico de trabalhos já publicados na literatura.

Pesquisa de abordagem qualitativa, por considerar que existe uma relação entre o mundo e os sujeitos além daquela traduzida por números, objetivando, portanto, entender a explicação de fenômenos de forma subjetiva. Logo, a pesquisa exploratória aconteceu mas bases de dados: : Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE).

Foram utilizados como critérios de incluso os textos que abordavam à atuação e importância da enfermagem na prevenção ao câncer de mama, textos nacionais (objetivando aproximar a discussão ao nosso contexto), e textos publicados entre 2010 e 2020 (pela preferência em pesquisar publicações recentes). Assim, foram encontrados ao todo 106 artigos nas bases de dados pesquisadas, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios estabelecidos.

Ao final, foram selecionados 10 artigos, sendo organizados em categorias temáticas nas quais constavam dados de identificação dos artigos e uma síntese para apreender as sobre a atuação da enfermagem na prevenção do câncer de mama.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em análise das diversas discussões literárias observa-se que a atenção primária desempenha papel importante no rastreamento ao CM, destacando o profissional de enfermagem que desenvolve a ação educativa com as mulheres que estão ligadas a atenção primária. Neste ínterim, a realização do exame preventivo torna-se de grande relevância, pois de acordo com os trabalhos analisados e dos teóricos que embasaram este estudo é comprovado que o diagnóstico precoce proporciona as infectadas maiores chances de cura, contribuindo assim para a promoção da saúde.

Diante desse contexto, evidencia que é por meio da ação educativa desenvolvido pelo enfermeiro que se pode orientar as mulheres na realização do auto exame, trabalhando seu emocional contribuindo para vencerem seus medos e encontrarem motivação para viver e vencer o CM quando venha a surgir na vida das mulheres, abalando seu psicológico e de seus familiares.

Verificou-se que a desinformação ainda é um grande problema entre as mulheres, principalmente as de maiores vulnerabilidade socioeconômica e por habitarem em cidades distantes de onde estão instaladas as unidades de saúde. Nesse contexto, o enfermeiro conta com o auxílio das agentes comunitárias de saúde que podem contribuir para a disseminação das informações e orientações prestadas pelos profissionais de enfermagem.

Portanto, fica claro a importância e a necessidade de intervenções dos programas governamentais como também a atuação dos profissionais da saúde para as ações de prevenção ao câncer de mama como atuar em conjunto na execução do exame clínico como medida de acompanhamento e detectar precocemente. Nesse sentido, o trabalho dos profissionais da enfermagem é de grande relevância no desenvolvimento da ação educativa, prevenção e promoção da saúde, orientando em sua prática diariamente a forma correta de realizar este exame contribuindo dessa forma para a saúde da mulher e controle do CM em cada região onde estes trabalham e no Brasil, por meio dos programas desenvolvidos visando apoiar o sistema único de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. et al. Construindo o significado da recorrência da doença: a experiência de mulheres com câncer de mama. **Revista Latino-Americana de Enfermagem.** Ribeirão Preto, v. 9, n. 5, set. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Saúde da Família (ESF).** Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, 2022. Disponível em: https://aps.saude.gov.br/ape/esf/. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

BERGAMASCO, R.B.; ANGELO, M. **O sofrimento de descobrir-se com câncer de mama:** como o diagnóstico é experienciado pela mulher. Revista Brasileira de Cancerologia, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 82-227, 2001.

CAMARGO, E.F.F. et al. **O papel do enfermeiro frente à prevenção do câncer de colo uterino na saúde coletiva.** 2007. Tese de Conclusão de /curso – Centro Universitário Campos de Andrade, Escola de Enfermagem, UNIANDRADE, Curitiba, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM UNIDADES DE EMERGÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Kércia Rebeca Araújo de Sousa (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Unijaguaribe. Aracati-CE, 2022. E-mail: Kercia.rebeca@gmail.com.). Idaclece Rodrigues de Matos (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: idaclece.matos@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde mundial, sendo de 13% a 61% a prevalência da violência cometida pelo parceiro. Apesar das altas taxas, a violência contra a mulher é pouco abordada nos sistemas de saúde e a dificuldade de reconhecimento pelos profissionais, entre outros obstáculos, acontece pela ausência de treinamento, falta de segurança e apoio para as vítimas. **Objetivo:** Compreender como é realizado o atendimento da equipe de enfermagem prestado em unidades de emergência às mulheres vítimas de violência sexual. **Metodologia:** trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa cujos dados foram coletados a partir das bases de dados eletrônicas da Literatura Latino-americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e da Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Os descritores utilizados foram: violência sexual, violência contra a mulher, saúde da mulher, serviços médicos de emergência e cuidados de enfermagem. Para seleção da amostra, foram aplicados os seguintes critérios: artigos científicos disponíveis na íntegra, que abordam a temática da violência sexual, escritos no idioma português, publicados entre 2017 e 2022. **Resultados e Discussão:** Foram identificados 1.309 artigos, sendo 851 da base de dados LILACS e 458 da BDENF. Desse total, foram selecionados 11 artigos para compor a revisão integrativa deste estudo a partir dos quais foram identificados três núcleos temáticos: Importância e caracterização dos primeiros atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual; Qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde às vítimas de violência sexual; e Capacitação dos profissionais da saúde para assistência às vítimas de violência sexual. **Conclusão:** Constata-se a necessidade de maiores investimentos e a correção das deficiências existentes, uma vez que o atual cenário apresenta-se distante dos resultados almejados. Aponta-se a necessidade de capacitação e preparação dos profissionais da saúde, devendo estes estarem aptos e seguros a fim de fornecerem suporte às vítimas, sendo importante também adequada estrutura e ampliação da divulgação das informações. A enfermagem desempenha papel primordial no combate à violência contra a mulher, sendo necessário a capacitação de enfermeiros, a fim de prestar um atendimento adequado e o acolhimento necessário à vítima nessa situação.

Palavras-chave: Violência sexual. Violência contra a mulher. Saúde da mulher. Serviços médicos de emergência. Cuidados de enfermagem.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é considerada um problema de saúde mundial, sendo de 13 a 61% a prevalência da violência cometida pelo parceiro. Apesar das altas taxas, a violência contra a mulher é pouco abordada nos sistemas de saúde e a dificuldade de reconhecimento pelos profissionais, entre outros obstáculos, acontece pela ausência de treinamento, falta de segurança e apoio para as vítimas (BARALDI et aI., 2012).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Brasil é um dos países com maior incidência de violência contra as mulheres, tanto que, em 2012, de

47.555 registros de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher, 26.939 foram referentes à violência física, sendo elas classificadas como lesão corporal leve, grave e gravíssima, tentativa de homicídio e homicídio. Entre os casos de violência sexual, como estupro e exploração sexual, foram registrados 2.318 casos em 2010 e 915 em 2012 (IBGE, 2012).
Com esses indicadores, cada vez mais se faz necessário a conscientização de profissionais da área da saúde de seu papel em relação à violência contra as mulheres. Dito isto, este estudo pretende caracterizar os cuidados em unidades de emergência às mulheres vítimas de violência sexual, a fim de saber como o atendimento é prestado.
A partir do que foi evidenciado, surge a seguinte indagação: Como se caracteriza o atendimento da equipe de enfermagem às mulheres vítimas de violência sexual em unidades de emergência do Brasil? Desse modo, tem-se como objetivo Compreender como é realizado o atendimento da equipe de enfermagem prestado em unidades de emergência às mulheres vítimas de violência sexual.

METODOLOGIA

Este estudo, de abordagem qualitativa, trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL). os dados foram coletados nas bases de dados eletrônicas da Literatura Latino-americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e da Base de Dados de Enfermagem (BDENF), por se tratar de bases de dados que utilizam critérios formais para a indexação dos periódicos. Os descritores utilizados foram: violência sexual, violência contra a mulher, saúde da mulher, serviços médicos de emergência e cuidados de enfermagem, tendo sido possível realizar a combinação dos descritores por intermédio da aplicação do operador booleano AND. Para seleção da amostra, foram aplicados os seguintes critérios: Dos critérios de inclusão: artigos científicos disponíveis na íntegra, que abordam a temática da violência sexual, escritos no idioma português, publicados entre 2017 e 2022.

RESULTADOS

Foram identificados 1.309 artigos, sendo 851 da base de dados LILACS e 458 da BDENF. Desse total, foram selecionados 11 artigos para compor a revisão integrativa deste estudo a partir dos quais foram identificados três núcleos temáticos: Importância e caracterização dos primeiros atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual; Qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde às vítimas de violência sexual; e Capacitação dos profissionais da saúde para assistência às vítimas de violência sexual.

DISCUSSÕES

Importância e caracterização dos primeiros atendimentos às mulheres vítimas de violência sexual

A prevenção de doenças em casos de violência sexual é reduzido quando o atendimento à vítima é realizado em 72 horas e quando esta recebe contracepção de emergência, constituindo-se como fator de proteção (DELZIOVO et al., 2018). Quanto ao atendimento especializado, não há unidades de saúde destinadas exclusivamente ao atendimento às vítimas desse tipo de violência, devendo as vítimas serem atendidas em serviços de saúde não especializados. Comumente, a vítima dirige-se a unidades policiais a fim de registrar o ocorrido e a unidades de saúde, sendo hospitais e unidades básicas de saúde como as instituições mais procuradas (MATOS; SALES JÚNIOR, 2021).

Qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde às vítimas de violência sexual

A qualidade do atendimento nos serviços de saúde "está associada à presença ou ausência do julgamento dos profissionais e pelos serviços ofertados durante o atendimento e internação." (BEZERRA et al., 2018, p. 8). Um atendimento de qualidade à vítima desse tipo de violência precisa estar pautado no acolhimento, no protagonismo da vítima e no sigilo por parte dos profissionais que prestam a assistência (MATOS; SALES JÚNIOR, 2021). A legislação brasileira apresentou evolução identificada por meio de uma intervenção constante e crescente do Estado para exercício do controle da violência (PINTO et al. 2017).

Capacitação dos profissionais da saúde para assistência às vítimas de violência sexual

Constata-se que muitos profissionais da saúde não adotam ações preventivas capazes de promover a saúde, fazendo uso de métodos tradicionais apresentando uma visão fragmentada, tratando casos de violência sexual contra mulheres como sendo de responsabilidade da política e ausentando-se de prestar o devido auxílio, o que negativamente no processo de assistência à vítima (BEZERRA et al., 2018). Menciona-se a importância da capacitação do profissional que presta a assistência, uma vez que este deve possuir conhecimentos e habilidades a fim de tornar o atendimento mais humanizado e acolhedor, além da importância de uma estrutura dos estabelecimentos destinados a esse fim, devendo estes apresentarem adequação e capacidade de atender às demandas (BEZERRA et al., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se a necessidade de maiores investimentos e a correção das deficiências existentes, uma vez que o atual cenário apresenta-se distante dos resultados almejados. Aponta-se a necessidade de capacitação e preparação dos profissionais da saúde, devendo estes estarem aptos e seguros a fim de fornecerem suporte às vítimas, sendo importante também adequada estrutura e ampliação da divulgação das informações. A enfermagem desempenha papel primordial no combate à violência contra a mulher, sendo necessário a capacitação de enfermeiros, a fim de prestar um atendimento adequado e o acolhimento necessário à vítima nessa situação.

REFERÊNCIAS

BARALDI, Ana Cyntia Paulin et al. Violência contra a mulher na rede de atenção básica: o que os enfermeiros sabem sobre o problema? **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 12, p. 307-318, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/srn8QmbMt6S9Vr9CcGSL7jf/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 abr. 2022.

BEZERRA, Juliana da Fonseca et al. Assistência à mulher frente à violência sexual e políticas públicas de saúde: revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 1, 2018. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6544/pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

DELZIOVO, Carmem Regina et al. Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina–Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1687-1696, 2018.

Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2018.v23n5/1687-1696/pt. Acesso em: 16 jun. 2022.

FREITAS, Rodrigo Jácob Moreira de et al. Atuação dos enfermeiros na identificação e notificação dos casos de violência contra a mulher. **HU rev**, p. 91-97, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/2585/pdf_1. Acesso em: 16 jun. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Teen. **Violência Contra a Mulher**, 2012. Disponível em: https://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/2822-violencia-contramulher. Acesso em: 26 abr. 2022.

MATOS, Larissa dos Santos; SALES JUNIOR, Carlos Antonio Farias. Assistência de enfermagem ao indivíduo vítima de violência. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/245965/39054. Acesso em: 16 jun. 2022.

PINTO, Lucielma Salmito Soares et al. Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1501-1508, 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2017.v22n5/1501-1508/pt. Acesso em: 16 jun. 2022.

PORTO, Maria Laura; AMARAL, Waldemar Naves do. Violência sexual contra a mulher: Histórico e conduta. **Femina**, p. 209-215, 2014. Disponível em: http://files.bvs.br/upload/S/0100-7254/2014/v42n4/a4594.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

TEIXEIRA, Júlia Magna da Silva; PAIVA, Sabrina Pereira. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, p. e310214, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrkX7RXrC7XFT3jDs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 jun. 2022.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; HASSE, Mariana. Percepções dos profissionais de uma rede intersetorial sobre o atendimento a mulheres em situação de violência. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 52-62, 2016. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/icse/2017.v21n60/52-62/pt. Acesso em: 16 jun. 2022.

ENFERMAGEM FORENSE NO ÂMBITO HOSPITALAR

Jonathan de Sousa Carvalho (Aluno do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Unijaguaribe e-mail: Jonathan.carvalho@fvj.br), José Ossian Almeida Souza Filho2 (Mestre em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Docente do Centro Universitário Unijaguaribe E-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

A enfermagem forense é considerada como encontro da ciência da enfermagem com a prática forense, onde os profissionais utilizam de seus conhecimentos técnico-científicos para saber quando usar a aplicação da lei e como tratar vítimas de violência. O objetivo do presente trabalho foi apresentar a atuação da enfermagem forense no âmbito hospitalar. A coleta de dados foi realizada nos indexadores SciELO, Google Acadêmico, LILACS, PubMed, com os seguintes descritores: Enfermagem Forense; Agressão Sexual; Prova Pericial; Assistência Hospitalar. Os critérios de inclusão foram: Artigos publicados nos anos 2017 a 2022, em inglês, espanhol e português, texto completo, originais e gratuitos. Foram excluídos anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado; artigos publicados em dois ou três indexadores. Foram encontrados 946 artigos, dos quais somente 10 foram selecionados e incluídos na amostra. A enfermagem forense centra-se numa visão especializada, para estabelecer uma assistência completa para vítimas de trauma, além de orientações específicas para estas. Ainda, devem saber coletar e guardar vestígios de forma correta, bem como fazer a ponte entre saúde e justiça. Necessita-se ainda a elaboração e adesão de um protocolo institucional de atuação do enfermeiro forense no ambiente hospitalar. Concluiu-se que a enfermagem forense atua no ambiente hospitalar, de modo humanizado e empático, na assistência a vítimas de traumas.

PALAVRAS-CHAVES: Enfermagem Forense. Agressão Sexual. Prova Pericial. Assistência Hospitalar.

INTRODUÇÃO

A Enfermagem Forense Hospitalar é uma nova especialidade, responsável pela aplicação das práticas de enfermagem à população e à justiça. Esta desempenha o papel fundamental ao longo de investigações criminais, criando uma ponte entre a ciência da enfermagem com os aspectos forenses no cuidado biopsicossocial e, principalmente, no cuidado especializado em vítimas de traumas intencionais ou inesperados (PEREIRA, 2017). É evidente que os casos de traumas, intencionais ou não, estão aumentando; desse modo, vê-se a necessidade de profissionais para um atendimento especializado às vítimas de tais eventos. Percebe-se que o enfermeiro forense tem um olhar mais especializado, quando se trata de vítimas de violência, fazendo-se importante para identificação mais rápida de casos e coletas de provas de forma adequada; ainda, sua atuação é imprescindível no enfrentamento da crescente violência, preparando os profissionais da área para o cuidar dos pacientes (SOUZA et al., 2020). Além de constatar a importância dos profissionais forenses para assistência aos envolvidos nos casos de violência, estes também têm papel fundamental quanto a casos relacionados à

criminalidade, por poderem depor com informações críticas para determinar a inocência ou culpa do acusado, quando solicitado pela justiça. Esta especialidade da enfermagem está ganhando seu espaço e lugar de atuação, já sendo reconhecidos por promotores, policiais, detetives de homicídios e patologistas forenses em relação ao seu papel auxiliar nas resoluções de casos, em comparação a seu olhar especializado aos não especializados (MAGUIRE; RASO, 2017).

MARCO TEÓRICO

A presente pesquisa justifica-se pela relevância em se explorar esta nova especialidade de enfermagem. É importante discutir sobre a atuação do enfermeiro forense e sua importância no ambiente hospitalar, além de seus deveres, suas competências, a ponte tracejada por esses profissionais e a justiça, além dos benefícios proporcionados tanto para a unidade de saúde quanto para o paciente vítima de trauma. Definiu-se como objetivo temático apresentar a atuação da enfermagem forense no âmbito hospitalar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa e qualitativa, a qual é caracterizada por pesquisas realizadas com bases em fontes disponíveis, sob o ponto de vista teórico ou contextual, por intermédio da análise e interpretação da produção científica existente. Para responder à pergunta norteadora “Como se dá a atuação da Enfermagem Forense no âmbito hospitalar?” foram utilizados os seguintes indexadores: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a maio de 2022 para o levantamento de dados dos anos 2017 a 2022. Esse procedimento envolveu etapas de leitura exploratória do material, obtido a partir do título e leitura completa do resumo. Ainda foi realizada leitura analítica com fins de sumarizar as informações contidas nas fontes, marcar citações dos autores mais relevantes para objetivo e tema da pesquisa, a fim de facilitar o alcance de respostas a problemática da pesquisa. Para seleção do material utilizado neste estudo foram utilizados os critérios de inclusão: artigos dos anos 2017 a 2022; temática de acordo com os descritores citados; estudos publicados na língua portuguesa, inglesa e espanhola; texto completo e artigos originais. Já os elementos de exclusão foram: monografias; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado; artigos publicados em dois ou três indexadores. Foram encontrados no total 946 trabalhos, destes foram selecionados 41 para análise, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Ao final foram incluídos 10 artigos na revisão, com objetivo de responder ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tal atuação pode ser exemplificada pelo estudo de Berishaj et al. (2020), no qual esclarecem que, em primeiro lugar, enfermeiros forensistas prestam cuidados com enfoque na vítima; e, informados sobre traumas, intencionais ou não, estes são ágeis em examinar e considerar necessidades físicas e psicológicas das vítimas de trauma, tal como circunstâncias sociais, financeiras e legais que cruzam e impactam na direção do

atendimento a estes clientes. Esclarecem, também, que é de competência destes um exame médico-forense, para identificar e documentar com precisão as lesões, envolver-se em fotografia médico-forense, coletar evidências, manter a cadeia de custódia e testemunhar em tribunal. Ainda de acordo com o referido autor, o enfermeiro forense hospitalar é dedicado e internado onde oferece atendimento especializado, coordenação de serviços, colaboração com a equipe multiprofissional médico-forense, ao desenvolver plano de atendimento de alta qualidade, seguro e eficaz para pacientes altamente vulneráveis. Ainda, exerce liderança no ambiente hospitalar, onde tem implicações forenses correlacionadas ao seu atendimento. Dessarte, este profissional pode servir como recurso especializado para sistemas de saúde, no desenvolvimento de políticas e iniciativas educacionais críticas, fornecendo cuidados ideais para pacientes que sofreram traumas. Além de o enfermeiro forense servir à unidade como recurso especializado e garantir a coleta de vestígios de forma correta, segundo o Gomes (2022) explica, também há um padrão para todo o processo de custódia, desde o nome de quem recolheu as amostras até o local onde estas serão mantidas, sempre com vigilância. E, caso o vestígio seja transferido para autoridades policiais, deve ser registrado nas notas de enfermagem. Ademais, o autor enfatiza a importância da técnica e procedimento utilizado pelo enfermeiro forense quanto à coleta, pois refere que vestígios eram destruídos quando as feridas eram limpas, desinfectadas e tratadas. Ainda de acordo com o referido autor, na atuação profissional em relação ao exame físico, deve-se: assinalar em diagrama corporal a localização e tipos de lesões; documentar a localização, tamanho e aparência das lesões, antes da intervenção e após intervenção, citando se as lesões foram alteradas e documentando tais alterações; não documentar orifícios de entrada e saída, se existir dúvida; se a vítima foi agredida por arma de fogo, documentar a presença/ausência de resíduos de pólvora; documentar a aparência da vítima à chegada; documentar a presença de odores, documentar o comportamento e atitude da vítima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se nas informações apresentadas anteriormente, concluiu-se que a enfermagem forense atua no ambiente hospitalar, de modo humanizado e empático, na assistência às vítimas de traumas. Suas ações oferecem: atendimento especializado a vítimas, agressores e familiares; desenvolvimento de políticas e iniciativas educacionais; coleta de vestígios etc. Portanto, o enfermeiro forense apresenta-se como um profissional científico de grande relevância, para garantir uma assistência adequada às vítimas de traumas, intencionais ou não. Por fim, necessita-se de aprofundamento das ciências forenses na área de enfermagem do país, para garantir capacitação profissional mais eficiente e adesão de protocolos específicos, garantindo, assim, assistência adequada aos envolvidos em trauma, tendo como foco as necessidades destes pacientes.

REFERÊNCIAS

BERISHAJ, Kelly et al. Forensic Nurse Hospitalist: The Comprehensive Role of the Forensic Nurse in a Hospital Setting. **Journal of Emergency Nursing**, v. 46, n. 3, p. 286–293, 2020. Disponível em:

https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099176720300830. Acesso em: 11 maio. 2022.

GOMES, Albino. ENFERMAGEM FORENSE NO SERVIÇO DE URGÊNCIA. **ResearchGate**. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/357630525_ENFERMAGEM_FORENSE_NO_SERVICO_DE_URGENCIA. Acesso em: 13 maio. 2022.

MAGUIRE, Kathleen; RASO, Marisa. Reflections on Forensic Nursing: An Interview With Virginia A. Lynch. **Journal of Forensic Nursing**, v. 13, n. 4, p. 210–215, 2017. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29176521/. Acesso em: 18 abr. 2022.

PEREIRA, Joana de Sousa. **Enfermagem Forense no Centro Hospitalar de Leiria: Realidade dos Serviços de Urgência**. 2017. Mestrado - Politécnico de Leiria, p. 1-93. 2017. Disponível em: https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/3064/1/JoanaPereira5140008.pdf. Acesso em: 3 mar. 2022.

SOUZA, Jhuliano Silva Ramos de et al. A formação do enfermeiro no âmbito da enfermagem forense. **Revista Científica da UNIFENAS.** v. 2, n. 1, p. 1–8, 2020. Disponível em: https://revistas.unifenas.br/index.php/revistaunifenas/article/view/343/0. Acesso em: 13 maio. 2022.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA DESCONSTRUÇÃO DOS PARADIGMAS RELACIONADOS A SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE

João Thomáz de Lima[1] (Aluno do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Unijaguaribe email: thomaz23lima@hotmail.com), Emanuelle Sampaio Almeida Pinto[2] (Docente do Centro Universitario Unijaguaribe. Mestre em Fitotecnia com ênfase em Bioquímica e Fisiologia Vegetal) UFC. Gaduação Em Engenharia Agronômica - UFERSA. MBA em Gestão Estratégica em IES – FVJ. Graduanda em Ciências Biológicas – UNIASSELVI. E-mail: emanuelleprof@fvj.br)

RESUMO

Na contemporaneidade, todas as inquietações sobre o envelhecimento da população idosa, caracterizam uma melhoria nesse aspecto. Porém, quando se trata de questões sexuais nesta fase da vida, o tema estará cercado de mitos e preconceitos. Com isso, tem-se como objetivo temático explanar como o enfermeiro pode auxiliar na desconstrução dos paradigmas que circundam a sexualidade na terceira idade. Revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa, onde o levantamento bibliográfico foi realizado através do endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e a PubMed, utilizando Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Idoso; Enfermagem; Sexualidade. A sexualidade durante o envelhecimento tem sido historicamente negada e influenciada por instituições, como escolas, igrejas e mídia. Observou-se também que a sexualidade nessa fase da vida não é levada a sério nos serviços de atenção à saúde do idoso, pois estes se concentram em queixas ou doenças e que nesse contexto o enfermeiro tem grande importância na construção de hábitos e na prática sexual saudável, por estar habilitado para orientar e abordar este tema com os idosos. Como resultado de um processo histórico, a sexualidade ligada a terceira idade surge como um tabu, cabendo aos profissionais de saúde e ao poder público tomarem ações de inclusão dessa temática na atenção à saúde integral do idoso, onde os enfermeiros podem atuar neste cenário descontruindo os estereótipos acerca desse comportamento, proporcionando um atendimento integral à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem. Sexualidade. Terceira Idade.

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, a concepção sobre o envelhecimento foi erroneamente considerada patológica, o que dificultou o progresso de pesquisas no campo da geriatria e gerontologia. Na contemporaneidade, todas as inquietações sobre o envelhecimento da população idosa, caracteriza uma melhoria nesse aspecto. Felizmente, uma percepção mais positiva e bem-sucedida está sendo estabelecida para os idosos. Porém, quando se trata de questões sexuais nesta fase da vida, o tema estará cercado de tabus sociais, até mesmo entre pessoas mais velhas que vivem em mitos e preconceitos. No que tange a sexualidade, muitos mitos e tabus socioculturais e assistenciais impedem os idosos de exercerem a sua vida de forma íntegra. Princípios religiosos, opressões familiares e singularidades individuais reforçam esse estigma social. O enfermeiro, por estar inserido neste contexto de saúde, deve reconhecer os aspectos dos idosos afim contribuir, ajudar e orientar, de acordo com as particularidades e limitações de cada um, reformulando o atendimento no campo assistencial, reconhecendo os valores e as culturas dos indivíduos.

MARCO TEÓRICO

Diante do exposto e da complexidade do tema, justifica-se a importância desse estudo, visto que possui como foco a sexualidade em toda sua extensão e traz para o centro das discussões a sexualidade na terceira idade, expondo como este comportamento pode vir a impactar diretamente na vida dos idosos tendo em vista que a sexualidade humana é fundamental para a totalidade da vida em qualquer etapa da vida. A partir deste contexto e diante do conhecimento construído sobre o assunto, definiu-se como objetivo temático explanar como o enfermeiro pode auxiliar na desconstrução dos paradigmas que circundam a sexualidade na terceira idade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com abordagem qualitativa. A busca dos estudos foi realizada no período de janeiro a abril de 2022, onde o levantamento bibliográfico foi realizado através do endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas seguintes bases de dados de dados, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e a PubMed, utilizando o emprego dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Idoso", "Enfermagem", "Sexualidade", juntos ao operador booleano "AND" e aos critérios de inclusão que foram aplicados para composição da amostra. Foram inclusas publicações que estavam disponíveis na íntegra, gratuitos, no período de 2016 a 2021, nos idiomas: português e artigos em inglês e espanhol que tenham sua versão traduzida para o português; e que estejam de acordo com o objetivo do estudo. Foram excluídos da amostra cartas ao editor, teses, artigos de opinião e dissertações, assim como estudos sem metodologia clara e com impossibilidade de acesso à publicação completa impressa ou on-line e publicações repetidas.

RESULTADOS

Após leitura dos estudos selecionados, foi possível identificar os resultados da pesquisa, foram localizados três arquivos de estudo descritivos com abordagem qualitativa, um arquivo de estudo descritivo do tipo relato de experiência, cinco arquivos de metodologia de revisão integrativa e um de estudo quantitativo, observacional, do tipo transversal. Desses estudos, cinco deles foram localizados na base de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), outros dois na base Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e os outros três no PubMed. Dessa forma, a amostra final do trabalho constituiu em 10 pesquisas publicadas nas bases de dados designadas.

DISCUSSÕES

Mitos e tabus socioculturais relacionados a sexualidade na terceira idade

De acordo com Gomes et al. (2018) a sexualidade durante o processo de envelhecimento tem sido historicamente negada a partir de normas socioculturais que complicam a experiência sexual na velhice, ou seja, a sexualidade quando relacionada ao envelhecimento evidencia mitos e preconceitos, provindo da percepção de que os idosos são pessoas assexuadas e de que esses devem ser impossibilitados de demonstrar tal comportamento, partido da suposição de que a sexualidade na terceira idade é um tabu, ou seja, é algo exclusivo só para os jovens. Uchôa et al. (2016) falam em seu estudo que decorrente de um processo histórico, a percepção sobre sexualidade é vista pela influência de ações de instituições, como a escola, igreja e mídia. Sendo o sexo, por exemplo, visto como algo impuro, relacionado exclusivamente à reprodução e não ao prazer.

A sexualidade do idoso no campo assistencial da saúde

Segundo Gomes et al. (2018) a palavra sexualidade é discutida na sociedade, mas no que se refere à prática sexual masculina e feminina, majoritariamente em jovens. Raramente são discutidas e, por vezes, ignoradas pelos profissionais no processo de envelhecimento, pois a atenção à saúde se concentra em queixas ou doenças. Vieira et al. (2016) afirmaram que no campo assistencial, a sexualidade da população idosa é ignorada pelo setor da saúde e pelo poder público, e a vida sexual destes é vista como algo que não existe.

A sexualidade do idoso e a atuação do enfermeiro

O público idoso não pode ser esquecido por profissionais da saúde, principalmente por enfermeiros, que por estarem inseridos nesta perspectiva de saúde, devem conhecer os aspectos dos idosos para contribuir, ajudar e orientar respeitando as particularidades e limitações de cada pessoa, reformulando o atendimento no campo assistencial, reconhecendo os valores e as culturas dos indivíduos. De acordo com Santos et al. (2019) cabe ao enfermeiro, construir um plano de cuidado voltado a esta população com ações como: criar estratégias e movimentos que estimulem seus gostos e a sua criatividade em relação à sexualidade, buscar formas que motivem os idosos a descobrirem novas formas de satisfação, além de ouvi-los atentamente quanto a seus sentimentos e apreensões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, pode-se concluir que, construir pautas acerca desse comportamento e entender que este vai além das genitálias é com toda certeza o ponto inicial para trazer mais aceitação sobre o assunto, bem como promover a atuação dos enfermeiros diante da temática, considerando as particularidades sociais e os fatores que podem influenciar na sexualidade do idoso, uma vez que eles podem atuar neste panorama com programas de cuidado direcionados, descontruindo os estereótipos acerca desse comportamento, durante a assistência a esse público.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, B. J. et al. Qualidade de vida e sexualidade na população da terceira idade de um centro de convivência. **Rev. Cient. Sena Aires**. v. 6, n. 2, p. 85-94, 2017. Disponível em: < http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/282> Acesso em: 19 abr. 2022.

GOMES, R. M. et al. Sexualidade na terceira idade: as representações sobre sexo. **Id on Line Rev. Mult. Psic**., 2018, vol.12, n.40, p.939-955. Disponível em: < https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1168 > Acesso em: 18 abr. 2022.

SANTOS, A. C. et al. Sexualidade na Terceira Idade: a Percepção dos Idosos Usuários de um Serviço de Apoio a Melhor Idade. **Atas CIAIQ 2019**, v. 2, n. 1, p. 1414-1422, 2019. Disponível em: < https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2309> Acesso em: 18 abr. 2022.

UCHÔA, Y. S. et al. A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v. 19, n. 6, p. 939-949, 2016. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562016019.150189> Acesso em: 14 jan. 2022.

VIEIRA, K.F.L. et al. A sexualidade na velhice: representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 196-209, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002392013> Acesso em: 11 mar. 2022.

PARTICIPAÇÃO PATERNA NO DESENVOLVIMENTO DO PRÉ-NATAL

Ivana Moreira da Silva 1 (aluna do curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: ivana.silva@fvj.br), Orientadora: Amália Gonçalves Arruda 2 (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

O período gestacional requer cuidados e preparação para receber um novo ser cabendo a enfermagem integrar os outros membros da família aqui destacada a participação paterna. Estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa com objetivo de averiguar a participação paterna no pré-natal e no período puerperal, tendo como sujeitos cinco (05) companheiros das gestantes que realizam consulta de pré-natal em uma unidade básica de saúde localizada no município de Beberibe-CE. Os sujeitos responderam a uma entrevista semiestruturada e os dados coletados foram analisados por meio de categorização temática, originando três categorias temáticas: 1) Pré-natal e puerpério: conhecendo os conceitos elaborados pelos pais; 2) Participação paterna no pré-natal e puerpério: papel do pai e benefícios de sua participação e 3) Participação paterna no pré-natal e puerpério: desafios enfrentados e propostas de solução. Verificou-se que os conceitos paternos de pré-natal e puerpério são limitados; que o homem compreende seu papel principalmente como provedor de necessidades para a mãe e criança não reconhecendo esse espaço mais direto de cuidado no período gestacional e puerperal; que os principais desafios na sua participação são de ordem social, principalmente em relação ao trabalho, mas também ao transporte. Concluiu-se que os pais precisam de apoio e incentivo dos profissionais da saúde, assim como da família e de seus chefes para terem mais condições e motivações para participar do período gravídico e puerperal da esposa.

Descritores: Gravidez. Paternidade. Relações pais e filhos. Cuidado pré-natal.

INTRODUÇÃO

A participação paterna no desenvolvimento do pré-natal é de essencial importância na gestação, mas é uma prática pouca desenvolvida pelos pais durante o pré-natal no acompanhamento gestacional devido algumas condições impostas pela sociedade. Com a inclusão paterna nesse momento importante de acompanhamento do desenvolvimento fetal, todos vivenciam sentimentos intensos que ajudam a impor uma melhor relação entre pai, mãe e filho. Ademais, o comprometimento do pai reflete no êxito da vida conjugal pois representa um momento familiar de grandes descobertas e fortes emoções sentidas por ambos desde a gestação até o puerpério. Segundo Cavalcante e Holanda (2019) a inclusão paterna no desenvolvimento da gestação está relacionada a diversos fatores que contribuem e não contribuem para a presença do pai durante essa fase da vida que envolve mudanças e adaptações durante a gestação e chegada do filho. Fatores esses que envolve o emocional, a interação, cuidados e preparação para o acolhimento de mãe e filho durante essa fase gestacional, pós-parto e puerpério. Ambos têm a participação nesse período, não

somente em bens materiais, mas em afetividade e companheirismo durante essa jornada. No início da gravidez, o homem não tem qualquer prova física de que gerou um filho, logo pode ser para ele mais difícil de aceitar do que para a mulher. Muitas vezes o envolvimento paterno surge quando é possível visualizar a criança, por exemplo, numa ultrassonografia onde normalmente cria-se um sentido de responsabilidade. A partir do exposto o estudo tem como objetivo averiguar a participação paterna no pré-natal e período puerperal.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa realizada em uma Unidade Básica de Saúde localizada no município de Beberibe-Ce. A amostra foi composta por 05 (cinco) pais que estavam acompanhando sua companheira na consulta de pré-natal respeitando os seguintes critérios de inclusão: 1) companheiros de mulheres que realizam acompanhamento de pré-natal; 2) maiores de 18 anos. E por critérios de exclusão: 1) pais com comprometimento na saúde física e psíquica. entrevista semiestruturada. A organização e análise dos dados foi feita utilizando-se da categorização temática de Minayo (2002). O projeto foi submetido ao comitê de ética e pesquisa do Centro Universitário Unijaguaribe, sendo aprovado sob parecer ético n° 5.072.574.

RESULTADOS E DISCURSÕES

Após a análise dos discursos surgiram 03 categorias temáticas: pré-natal e puerpério: **Categoria 1: pré-natal e puerpério: conhecendo os conceitos elaborados pelos pais.** *Eu não sei não, está falando de pré-natal de gravidez? Eu não sei. (E 4.) Uma forma de cuidar da criança antes que ela nasça sabe, ver como que está, se está bem com a criança e com a mãe. (E 2).* Pode-se observar um conhecimento básico sobre o que é o pré-natal. Para a maioria dos entrevistados o conceito de pré-natal perpassa um processo e forma de acompanhar o desenvolvimento da criança na barriga da mãe. Segundo Ribeiro et al. (2015), o homem tem vontade de participar do período gravídico-puerperal, mas existe ausência de orientação e direcionamento trazendo distanciamento e o não conhecimento sobre o período, causando um distanciamento familiar, onde não se permite desfrutar e vivenciar o prazer de estar junto a família. **Categoria 2: participação paterna no pré-natal e puerpério: papel do pai e benefícios de sua participação.** *Ótimo, e outras coisas que fica sabendo o que está acontecendo e principalmente aqui no interior porque as coisas são mais difíceis, ela fica mais segura. (E 3).* O acompanhamento paterno traz um maior benefício no vínculo com a família, uma vez que a paternidade é um fator essencial para o crescimento saudável da criança e saúde da esposa já que sua presença as consultas resultam em felicidade, segurança, companheirismo, afeto, preocupação e cuidado com ambos, facilitando a consulta e desenvolvimento do feto. *Tenho que participar das consultas junto com ela, tenho que incentivar ela a vim porque aqui nós aprende como cuidar do nosso filho e saber se ele está bem. (E 5).* Ressalta-se a fala do E5 ao mencionar que é relevante participar das consultas do pré-natal pela possibilidade de aprender como cuidar do filho e se certificar do bem-estar da mãe. Este demonstra o reconhecimento de que esse momento tem a ver com os dois em uma corresponsabilização de entendimento e cuidados. **Categoria 3: desafios enfrentados e propostas de solução na participação paterna no pré-natal e puerpério.** *A falta que tem é porque tenho que faltar o trabalho, porque muitas vezes é difícil, pois posso perder o emprego. (E 2). (...) mesma forma a mulher ela tem um emprego, ela tem aquele período de afastamento do emprego, da mesma forma poderia ser com homem também, porque o homem também*

faz parte da mulher porque ele é pai né, porque eu tenho que estar junto com ela nesse momento. (E 3). Segundo Costa et al. (2017), as principais justificativas para o não comparecimento e acompanhamento dos pais no pré-natal é o fato de que os horários das consultas coincidem com o horário de trabalho, sendo assim um problema a participação e comparecimento, visto que não podem faltar o trabalho. Segundo Ribeiro et al. (2015), os pais não têm espaços para compartilhar suas necessidades, experiências em relação a gravidez e aprender sobre o período gravídico-puerperal, principalmente por não terem liberação do trabalho para participar das consultas. Na constituição federal consta a licença-maternidade de 5 dias que o pai tem por direito para esta junto a esposa. O Ministério da Saúde também preconiza o acompanhamento do pai durante o pré-natal, inclusive com direito a todos os exames, vacinação, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo foi possível averiguar a participação paterna no pré-natal e período puerperal onde está ainda ocorre de forma incipiente e superficial, não havendo um envolvimento adequado dos pais seja devido a aspectos culturais, a falta de motivação dos profissionais de saúde, as condições sociais adequadas para que estes homens possam comparecer a essas consultas sem prejuízos, uma vez que a presença do pai influencia, de forma significativa, no fortalecimento de vínculo afetivo familiar, na tríade pai, mãe e filho. A paternidade, no acompanhamento da gestação e puerpério traz a vida do homem diversas responsabilidades. Sabe-se que a paternidade é um momento único para o homem e com isso traz consigo um grau de competências e complexibilidade em adaptar-se aos deveres e comprometimento com a família, onde foi possível perceber, entre alguns sujeitos do estudo falta de interesse e conhecimento sobre o ciclo gravídico puerperal. As consultas de pré-natal e puerpério também devem envolver os homens no seu cuidado, onde estes poderiam ser escutados sobre suas necessidades, dúvidas e aproveitar o momento para sua avaliação clínica, além de sua companheira. O estudo é relevante para a enfermagem por abordar a temática do masculino na abordagem do pré-natal e puerpério, uma vez que há muitas fragilidades e lacunas na participação e comparecimento dos homens nos serviços de saúde, sejam para se cuidar ou acompanhar outros membros da família. Concluiu-se que os pais precisam de apoio e incentivo da área da saúde, assim como da família e de seus chefes para terem mais condições e motivações para participar do período gravídico e puerperal da esposa.

REFERENCIAS

CAVALCANTI, T. R, L; HOLANDA, V.R. Participação paterna no ciclo gravídico-puerperal e seus efeitos sobre a saúde da mulher. **Enferm. Foco**, 2019; 10 (1): 93-98. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.21675/2357-707X.2019.v10.n1.1446.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora atlas S.A, 01203-904, São Paulo (SP). Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf

MINAYO, M.C.S, GOMES, F.S.D.R. Pesquisa social. **Teoria, método e criatividade,** 26. Ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2007. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf.

RIBEIRO, J. P. et al. Participação do pai na gestação, parto e puerpério: refletindo as interfaces da assistência de enfermagem. **Revista espaço para a saúde londrina**, v. 16 n. 3 p. 73-82 jul/set. 2015. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.22421/15177130-2015v16n3p73.

PLANEJAMENTO FAMILIAR: A VISÃO DO HOMEM SOBRE A REALIZAÇÃO DA CIRURGIA DE VASECTOMIA

Guilherme Rodrigues Castro 1 (aluno do curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: guilhermerodriguescastro@hotmail.com), Orientadora 2: Amália Gonçalves Arruda (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: amaliagoncalves@fvj.br).

RESUMO

Na população masculina há *tabus* e paradigmas em relação ao uso de métodos contraceptivos, dentre eles a vasectomia. Estudo exploratório descritivo com abordagem qualitativa realizada em um centro de saúde sexual e reprodutiva, localizado em Aracati/CE, tendo como sujeitos 08 homens. Foi realizada entrevista semiestruturada que gerou 3 categorias temáticas: Planejamento familiar e vasectomia: dialogando sobre conceitos masculinos; Métodos anticoncepcionais: escolhas masculinas e fontes de informação; Cirurgia de vasectomia: o que dificulta a adesão masculina. Verificou-se que há uma limitação de compreensão sobre o conceito de planejamento familiar e vasectomia; que o método anticoncepcional de escolha masculina é o preservativo e que esse uso envolve questões antropológicas; que a vasectomia ainda é pouco cogitada pelos homens devido a desconhecimento e receios de ordem sexual. Concluiu-se que há necessidade de maior sensibilização dos espaços acadêmicos, assim como dos serviços de saúde para conhecer um pouco mais sobre a clientela masculina e assim desenvolver estratégias que possibilitem maior promoção a saúde, dentre elas, no contexto do planejamento familiar.

Palavras-chave: Vasectomia. Planejamento Familiar. Saúde do homem.

INTRODUÇÃO

Em meio ao planejamento familiar, quando se fala em saúde reprodutiva do homem e métodos contraceptivos, é inevitável a referência as questões voltadas ao procedimento de vasectomia. Esta é efetivada por meio de cirurgia, considerada relativamente simples e que consiste em uma interrupção dos ductos deferentes os quais são responsáveis de levar os espermatozoides até a uretra, garantindo assim, até 99,5% de eficácia da não fecundidade. Neste sentido, cabe a abordagem acerca da Lei nº 9263/96, que enfatiza em seu artigo 10º sobre os critérios e as condições obrigatórias para realização do procedimento da vasectomia, sendo eles: idade igual ou superior a 25 anos de idade; ter no mínimo, dois filhos vivos. Além disso, deve obedecer a um prazo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o processo cirúrgico. Existem vários mitos que rodeiam a cirurgia de vasectomia e acabam causando medos sobre o procedimento. Esses mitos relacionam-se ao fato da impotência sexual, sendo este um fator que a afeta a condição de masculinidade do homem. Compreende ressaltar que essa questão se relaciona diretamente a falta de informações desses indivíduos sobre o assunto discorrido. Portanto, considerando baixos níveis de participação de homens no planejamento familiar e na busca por métodos contraceptivos masculinos, surgiu-se a necessidade de realizar esse estudo, que visa responder as seguintes questões norteadoras: Qual a compreensão do homem em relação a sua participação no planejamento familiar? Qual sua visão acerca da

cirurgia de vasectomia? Entendendo esse cenário, o estudo tem por objetivo geral: analisar a percepção dos homens sobre a cirurgia de vasectomia e como objetivos específicos: conhecer a concepção do homem sobre o planejamento familiar; verificar o conceito de vasectomia para os homens; descrever os motivos que levam o homem a optar, ou a não, a cirurgia de vasectomia; e identificar as inseguranças masculinas ao executar o procedimento cirúrgico.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo utilizando o método exploratório/descritivo, realizado em um centro de saúde sexual e reprodutiva, localizado no município de Aracati-Ce. Os participantes do estudo trataram-se de indivíduos do sexo masculino que frequentam o centro de saúde sexual e reprodutiva do município de Aracati-Ce. A composição amostral foi de 08 homens. Os critérios de inclusão foram: serem maiores de 25 anos ou já ter filhos. Os critérios de exclusão eliminaram homens com *déficits* cognitivos ou psiquiátricos. A coleta ocorreu através de entrevista semiestruturada. A abordagem dos participantes da pesquisa foi executada no período diurno, de acordo com o horário de funcionamento da unidade, de forma que não comprometeu a qualidade e a pontualidade dos atendimentos, nem interferiu no fluxo da unidade. A análise ocorreu de acordo com a categorização temática de Minayo (2002) gerando três categorias: Planejamento familiar e vasectomia: dialogando sobre conceitos masculinos; Métodos anticoncepcionais: escolhas masculinas e fontes de informação; Cirurgia de vasectomia: o que dificulta a adesão masculina. O estudo foi submetido ao Conselho de Ética do Centro Universitário Unijaguaribe, através da Plataforma Brasil, sendo aprovado com número de parecer: 5.400.510.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando resguardar a identidade dos participantes do estudo, seus relatos são apresentados utilizando o termo Entrevistado seguindo da numeração de 1 a 8: ***E I, E II, E III, E IV, E V, E VI, E VII e VIII.*** Importante destacar que entre os participantes da pesquisa, apenas 1(um) tem escolaridade de ensino superior, 5 (cinco) detém ensino médio completo e 2 (dois) com ensino fundamental, sendo um completo e outro incompleto. **Planejamento familiar e vasectomia: dialogando sobre conceitos masculinos:** *"Planejamento familiar deve ser a organização da família toda assim, eu acho que é isso. Organização"* ***(E IV)****"Não sei muito bem, mas acredito que seja uma coisa boa"* ***(E VIII)*** É evidente, nos discursos apresentados, que o planejamento familiar é desconhecido pelos homens. Aqueles que foram ouvidos, apesar de saberem que se trata de se organizar para ter uma estrutura com relação a casa, a alimentação e a saúde, não apresentam organização pessoal, culpabilizando inclusive o momento vivido pela sociedade. Cabe destacar, que de acordo com Mozzaquatro e Arpini (2017, p. 02) "o planejamento familiar é entendido como o conjunto de ações de regulação da fecundidade, que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole". **Métodos anticoncepcionais: escolhas masculinas e fontes de informação :** *"Preservativo só, camisinha"* ***(E I)****"Com minha esposa eu não uso preservativo, mas com outras mulheres eu uso preservativo, a camisinha"* ***(E II)****.* Apesar de haver uma pressão social para que as mulheres usem métodos contraceptivos para não engravidar, inclusive sendo esta uma cobrança masculina, na fala dos entrevistados, o único método conhecido ou mencionado pelos homens foi o preservativo. Um fato que precisa ser amplamente discutido trata-se do método contraceptivo escolhido estar relacionado apenas a gravidez e não aos problemas que envolve doenças, como as

IST´s. Essa pauta torna-se ainda mais relevante porque o entrevistado II destaca que tem relações extraconjugais. Soares *et al.,* (2014, p. 06) apontam que essa relação onde o homem não quer fazer uso dos métodos em suas relações fixas levanta a questão da "subordinação da mulher quanto ao uso do contraceptivo". **Cirurgia de vasectomia: o que dificulta a adesão masculina:** *"Eu não realizaria no momento, pois ainda tenho pensamento de ter mais uma filha, só tenho uma já grande" **(E I)** "Só se fosse algo muito necessário mesmo" **(E VI)**.* Mesmo sem amplo conhecimento sobre planejamento familiar, como já foi relatado, os homens preferem não realizar procedimentos que evitem a gravidez indesejada. Neste sentido é que se percebe a importância de o planejamento familiar tornar-se uma abordagem mais incisiva junto ao público masculino. Compreende-se que esse é também o papel do enfermeiro, fazendo uso da PNAISH, que se apresenta desde o ano de 2008 como fundamental para "contribuir significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos" (BEZERRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 02), ou seja, garantindo sua promoção a saúde, por meio de ações preventivas.

CONCLUSÕES

O estudo buscou analisar a percepção dos homens sobre a cirurgia de vasectomia, e percebeu-se que as informações que eles detêm são limitadas, condicionadas a aspectos culturais e tabus relacionados a pensamentos e comportamentos "machistas" e de inseguranças quanto a vivência da sexualidade após o procedimento cirúrgico. Percebe-se que para minimizar os impactos desse contexto, faz-se necessário maior abordagem sobre o assunto nos espaços acadêmicos, nas salas de espera dos serviços de saúde, nas mídias, dentre outros, permitindo que homens e mulheres entendam a relevância do planejamento familiar, como algo que deve ser pensado em conjunto e não de forma isolada. Esta pesquisa, para o cenário da enfermagem, é relevante porque é necessário que os profissionais percebam as lacunas existentes no processo de educação em saúde e que haja sensibilização para a atenção ao homem identificando suas fragilidades para o planejamento de ações estratégicas que possam ampliar o vínculo da população masculina nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Elizabeth Aline Ferreira; DE ALMEIDA JÚNIOR, José Jailson. O papel do enfermeiro na promoção à saúde do homem: o contexto das unidades básicas de saúde da cidade de Macaíba/RN. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, v. 13, n. 2, 2014.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

MOZZAQUATRO, C. O; ARPINI, D. M. Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 37, p. 923-938, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/YHbftQd6ZRqS5M49BLysfKb/abstract/?lang=pt. Acesso em: 18 jun. 2022.

SOARES, M. C. S *et al*. Conhecimento masculino sobre métodos contraceptivos. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 27, n. 2, p. 232-238, 2014. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/rbps/article/view/2580. Acesso em:

10 jun. 2022.

USO DA PELE DE TILÁPIA COMO ALTERNATIVA PARA TRATAMENTO DE QUEIMADURAS

Allan Barros Martins (Aluno do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Unijaguaribe e-mail: allanmartinsbarros21@gmail.com), José Ossian Almeida Souza Filho2 (Mestre em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Docente do Centro Universitário Unijaguaribe E-mail: ossian@fvj.br).

Resumo

A queimadura é uma das agressões de maior impacto que o organismo pode sofrer, variando desde uma simples bolha até a destruição da pele ou mesmo a ocorrência de morte. O objetivo da pesquisa é analisar o uso da pele de tilápia como alternativa para o tratamento de queimaduras. Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura com abordagem de cunho qualitativo. As buscas foram realizadas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), por meio da qual foi possível acessar a Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Os termos utilizados para as buscas foram: "Pele de Tilápia"; "Queimaduras"; "Ferimentos"; "Tratamento" e suas combinações com o uso do operador booleano AND. A pesquisa teve como critérios de inclusão: artigos a partir de 2017; temática de acordo com os descritores citados; estudos publicados na língua portuguesa; texto completo e artigos originais e gratuitos. Já os elementos de exclusão foram: monografias; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado; artigos publicados em dois ou três indexadores. Foram identificados 1419 artigos nas bases de dados, dos quais foram excluídos 1413 artigos (após aplicação dos critérios supracitados), sendo selecionados apenas seis para compor a amostra. Todos os artigos selecionados foram extraídos das bases de dados LILACS. Nos achados da pesquisa, verificou-se a definição de queimaduras, bem como a identificação do número de queimaduras anuais no Brasil e apresentação das alternativas de tratamento para esse tipo de lesão. Dentre as possibilidades, menciona-se a utilização da pele de tilápia. Constatou-se que o uso da pele de Tilápia no tratamento de queimaduras, além de ser um método novo, tem se apresentado como um método muito eficaz não apenas como alternativa para tratamento de queimaduras, mas também como um potencial para uso em outras áreas da saúde.

Descritores: Pele de tilápia. Queimaduras. Ferimentos. Tratamento.

Introdução

A queimadura é uma agressão a qual o organismo está sujeito, caracterizando-se como uma lesão causada nos tecidos orgânicos em razão de um trauma de origem térmica, cuja variação pode ocorrer desde uma bolha pequena até uma maior gravidade, podendo desconfigurar, incapacitar e levar a óbito. Lesões de segundo e terceiro graus, quando atingem uma área ampla do corpo, são tratadas por uma equipe multidisciplinar (ALVES, 2015). Diante desse cenário, os materiais biológicos têm se apresentado como uma alternativa para o tratamento de feridas ocasionadas por queimaduras, haja vista os altos custos envolvendo o uso de curativos biossintéticos. Os tratamentos tradicionais, além de serem altamente dispendiosos, são também muito penosos para vítimas de queimaduras. Nesse contexto, a pele da tilápia vem se apresentar como um curativo biológico para casos de queimadura, uma vez que sua estrutura morfológica é semelhante à da pele humana (LIMA JÚNIOR, 2017). A pele da tilápia é um produto de alta qualidade, sendo considerada um produto nobre (ALVES, 2015). Estudos também apontam que a pele de peixe diminuiu o tempo de reepitelização (redução média, 1,43 dias), trocas de curativos

(redução média, 3,72 curativos) e escores de dor na escala analógica (LIMA JÚNIOR et al., 2020). O objetivo do presente trabalho é analisar o uso da pele de tilápia como alternativa para o tratamento de queimaduras.

Marco Teórico

O objetivo da pesquisa é analisar o uso da pele de tilápia como alternativa para o tratamento de queimaduras. É importante discutir sobre o uso da pele de Tilápia no tratamento de queimaduras, pois, além de ser um método novo, tem se apresentado como um método muito eficaz não apenas como alternativa para tratamento de queimaduras, mas também como um potencial para uso em outras áreas da saúde. Embora a pele de tilápia apresente-se como uma alternativa eficaz, importa destacar a necessidade de sua utilização seguir rigorosos protocolos e procedimentos relacionados à desinfecção e esterilização, a fim de garantir a segurança e saúde dos pacientes.

Metodologia

Trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura e qualitativa, a qual é caracterizada por pesquisas realizadas com bases em fontes disponíveis, sob o ponto de vista teórico ou contextual, por intermédio da análise e interpretação da produção científica existente (MARCONI; LAKATOS, 2017). As buscas foram realizadas na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), por meio da qual foi possível acessar a Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). O trabalho foi realizado no período de abril e maio de 2022, utilizando os descritores: “Pele de Tilápia”; “Queimaduras”; “Ferimentos”; “Tratamento”. As combinações foram realizadas através do uso do operador booleano “AND”. Ademais, para seleção do material utilizado neste estudo, foram utilizados dos critérios de inclusão: artigos a partir de 2017; temática de acordo com os descritores citados; estudos publicados na língua portuguesa; texto completo e artigos originais e gratuitos. Já os elementos de exclusão foram: monografias; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado; artigos publicados em dois ou três indexadores.

Resultados e discussões

No Brasil, ocorre cerca de 1 milhão de queimaduras por ano, onde apenas 10% das vítimas buscam atendimento hospitalar, o que resulta no óbito de 2.500 pacientes em decorrência das lesões provocadas (LEONTSINIS et al., 2018). Assim, é incontestável a importância de se pensar em alternativas que contribuam para redução desses números. O tratamento de queimaduras, na rede pública do Brasil, é feito com pomada sulfadiazina de prata e uso de curativos. No cenário internacional, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, já se observa o uso de pele humana e de animal como alternativa ao tratamento (LIMA JÚNIOR et al., 2020). Na pesquisa desenvolvida por Lima Júnior et al. (2020), os autores apresentaram a história do desenvolvimento da pele de tilápia como curativo biológico. Ficou evidenciado que a utilização da pele da tilápia apresenta-se como uma alternativa de cura biológica para tratamento de queimaduras. Ainda, os resultados da pesquisa desses autores apontaram que o uso da pele de tilápia tornou-se diversificado, ampliando-se para além do seu uso como curativo biológico para queimaduras, mas também na área da ginecologia, da odontologia e no campo da medicina veterinária, além do seu uso, ainda em análise, em outras áreas da saúde. O uso da pele de tilápia mostra-se seguro, oferecendo ao paciente menos sofrimento e dor, além de apresentar diversas outras vantagens, dentre as quais auxiliar no processo de cicatrização, diminuindo a perda de líquidos, demonstrando ter um significativo impacto benéfico nos pacientes e no serviço de tratamento de queimados, além da diminuição dos

custos e do trabalho da equipe (LIMA JÚNIOR et al., 2019). Ademais, o seu uso em outras áreas da saúde atesta seus benefícios e comprovam sua eficácia e segurança. Foi demonstrado o potencial da pele de tilápia para uso em diversas áreas da saúde, para além da sua utilização como alternativa para tratamento de queimaduras. A pele de tilápia é a primeira pele animal para o qual foi solicitado registro no Brasil, o que contribuiu destacar o país em termos científicos em cenário internacional (LIMA JÚNIOR et al., 2019).

Considerações Finais

Diante das informações expressas anteriormente, constatou-se que o uso da pele de Tilápia no tratamento de queimaduras, além de ser um método novo, tem se apresentado como um método muito eficaz, não apenas como alternativa para tratamento de queimaduras, mas também como um potencial para uso em outras áreas da saúde. Embora a pele de tilápia apresente-se como uma alternativa eficaz para o tratamento de queimaduras, importa destacar que é necessário que seu uso siga rigorosos protocolos e procedimentos relacionados à desinfecção e esterilização, a fim de garantir a segurança e saúde dos pacientes.

Referências

ALVES, Ana Paula Negreiros Nunes et al. Avaliação microscópica, estudo histoquímico e análise de propriedades tensiométricas da pele de tilápia do Nilo.

Revista Brasileira de Queimaduras, Limeira, v. 14, n. 3, p. 203-210, jul./ago./set.

2015. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16376/1/2015_art_apnnalves.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

LIMA JÚNIOR, Edmar Maciel et al. Elaboração, desenvolvimento e instalação do primeiro banco de pele animal no Brasil para o tratamento de queimaduras e feridas.

Rev. bras. cir. plást, v. 34, p. 349-354, 2019. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1047152/v34n3a08.pdf. Acesso em: 16 maio 2022.

LIMA JUNIOR, Edmar Maciel et al. Uso da pele de tilápia do Nilo em medicina regenerativa: Status atual e perspectivas futuras. **Rev. Bras. Queimaduras**, v. 19, n.

1, p. 78-83, 2020. Disponível em: http://www.rbqueimaduras.com.br/details/503/ptBR/uso-da-pele-de-tilapia-do-nilo-em-medicina-regenerativa--status-atual-eperspectivas-futuras. Acesso em: 31 maio 2022.

LIMA JUNIOR, Edmar Maciel et al. Uso da pele de tilápia (Oreochromis niloticus), como curativo biológico oclusivo, no tratamento de queimaduras. **Rev. Bras.**

Queimaduras, v. 15, n. 1, p. 2017. Disponível em: http://www.rbqueimaduras.com.br/details/341/pt-BR/uso-da-pele-de-tilapia-oreochromis-niloticus---como-curativo-biologico-oclusivo--no-tratamento-dequeimaduras. Acesso em: 22 maio 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 8. ed. São Paulo (Sp): Editora Atlas S.A. 2017-. *E-book*. p. 1-375. Disponível em: https://www.meulivro.biz/metodologia/3358/fundamentos-de-metodologia-cientifica-lakatos-marconi-8-ed-pdf/. Acesso em: 20 abr. 2022.

Farmácia

RESUMO EXPANDIDO

Cuidado farmacêutico nas interações medicamentosas de âmbito hospitalar em geriatria.

Yure Silva de Freitas (aluno do curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: yure.freitas@fvj.br)**;** Orientador: **Francisco Wanderlei Lima Silva** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: Wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar o perfil predominante dos pacientes idosos acometidos pelas Interações Medicamentosas (IM) em ambiente hospitalar, pontuando os riscos referentes às interações medicamentosas, elencando os tipos de interações mais descritas, descrevendo os fatores que resultaram nessa problemática e ressaltando o papel do profissional farmacêutico presente na equipe multiprofissional. As IM tratam-se de eventos indesejados que ocorrem frequentemente em pacientes idosos, devido a diversos fatores, como a presença de múltiplas patologias, o uso de polifarmácia caracterizada por utilização simultânea de 5 ou mais medicamentos, bem como, no ambiente hospitalar pode-se pontuar também o maior tempo de internação. Expõe-se sobre as classes farmacêuticas mais descritas nas interações medicamentosas, analisa-se os efeitos advindos dos eventos indesejados nos pacientes idosos do âmbito hospitalar, bem como o profissional farmacêutico pode atuar junto a equipe multiprofissional para minimizar tais interações e seus efeitos. A metodologia do estudo fundamenta-se em revisão integrativa de caráter qualitativo, de cunho bibliográfico e de natureza teórica. Infere-se que a população idosa, sobretudo as com múltiplas patologias, formam a principal esfera de pacientes hospitalizados acometidos pelas IM. Sendo assim, o profissional farmacêutico é um personagem indispensável na equipe multiprofissional hospitalar, assegurando e garantindo a segurança do paciente especialmente sobre o que se relaciona ao uso de medicamentos.

Palavras-chave: Idosos. Interações. Medicamentos. Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

O aumento da população idosa nos últimos anos deve-se a diversos fatores como: a redução da natalidade, melhores condições de vida, desenvolvimento de tecnologias e uma maior gama de substâncias de cunho farmacológico que visam principalmente o controle de patologias e ampliação da expectativa de vida. Entretanto, tal população apresenta uma maior gama de alterações fisiológicas decorrentes as mudanças que os indivíduos são expostos ao longo da vida. Dessa forma, observou-se um maior índice de morbidades em idosos, que acarreta um crescente índice do uso de múltiplos fármacos, deixando-os vulneráveis nesse processo. Corriqueiramente acometidos por diversas alterações, sejam elas, cardiovasculares, endócrinas, neoplásicas isoladas ou não, fazem desse grupo grandes usuários da polifarmácia que se caracteriza pelo uso de diferentes medicamentos.

Nesse contexto, a polifarmácia abundantemente utilizada no âmbito hospitalar em paralelo com a maior idade dos pacientes apresentou como consequência uma diminuição do metabolismo hepático e renal responsável pela excreção de toxinas, associa-se as Reações Adversas aos Medicamentos (RAM), Interações Medicamentosas (IM) e ao aumento dos custos da assistência à saúde.

Nesse sentido, onde os pacientes idosos presentes no âmbito hospitalar diagnosticados com múltiplas patologias e com a utilização de 5 ou mais fármacos caracterizando a polifarmácia, ocorrem em grande maioria dos casos as Interações Medicamentosas – IM, estas, caracterizam-se como eventos farmacológicos, entre dois ou mais fármacos, onde acarreta-se respostas diferentes as desejadas.

Diante disso, apontou-se que o perfil farmacológico de alguns medicamentos se apresenta como fator importante para que ocorram os eventos de interação, no ambiente hospitalar tais interações ocorrem de forma critica tendo em vista que os pacientes apresentam -se fragilizados, outro fator são as vias de administração de medicamento utilizadas, as mesmas são caracterizadas como vias de efeito sistêmico ou vias parenterais, como a Endovenosa (EV) que apresenta uma resposta fisiológica mais rápida, com isso, em uma situação de IM as decorrências acontecem de forma mais imediata, o que aumenta a periculosidade das interações.

Ressalta-se, que o farmacêutico é o profissional responsável pelas boas praticas ao uso de medicamentos sobretudo no ambiente hospitalar, através do cuidado farmacêutico o mesmo busca aperfeiçoar estratégias de saúde, por intermédio do contato entre o profissional, o paciente, e toda equipe envolvida no tratamento, afim de minimizar a exposição dos pacientes a esse tipo de evento.

Portanto, conclui-se que a população idosa, sobretudo as com múltiplas patologias, formaram a principal esfera de pacientes hospitalizados acometidos pelas IM. Sendo assim, o profissional farmacêutico é um personagem indispensável na equipe multiprofissional hospitalar, assegurando e garantindo a segurança do paciente especialmente sobre o que se relaciona ao uso de medicamentos.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, a priori foram utilizados artigos científicos obtidos através das bases digitais destacadas na metolodologia. Dessa forma, apresenta-se discussões conceituais sobre o tema pesquisado, destacando para as interações medicamentosas de cunho hospitalar em pacientes idosos.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo fundamenta-se em revisão integrativa de caráter qualitativo, de cunho bibliográfico e de natureza teórica, foram utilizados 11 artigos obtidos através das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Medical Literature Analysis (MEDLINE) que embasassem sobre o tema estabelecido.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo analisou sobre as interaçãoes medicamentosas em pacientes idosos acometidos em hospitais. Foi constatado, através da análise de dados dos artigos utilizados, que há uma alta taxa de interações medicamentosas no âmbito hospitalar principalmente no que se refere aos pacientes idosos. Os estudos trazem porcetagens a cerca de 70 á 100% de interações medicamentosas, sendo elas classificadas como moderadas ou graves, uma realidade perigosa para aqueles que estão sujeitos a essa problemática.

Observou-se que alguns fatores se atrelam para que haja tais eventos, como a polifarmácia caracterizada pelo uso de 5 ou mais medicamentos, as múltiplas patologias que cada indivíduo apresenta, um maior tempo de permanência nas unidades hospitalares, em paralelo com a falta de acompanhamento farmacêutico entre os pacientes.

Com isso, assegura-se que o farmacêutico é um profissional essencial no cuidado com a farmacoterapêutica de cada paciente, buscando sempre acompanhar em conjunto a equipe

multidisciplinar a melhor estratégia medicamentosa, afim de resguarda-los de possíveis ocorrências indesejadas que possam ocorrer.

REFERÊNCIAS

PETRI, A. A. et al. Interações medicamentosas potenciais em pacientes hospitalizados. Revista de Atenção à Saúde, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 63, 2020. Disponível em: < https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/6248>. Acesso em: 02 março. 2022.

CASANOVA, O.; PENTEADO, S. T. S.; LINARTEVICHI, V. F. Análise de interações medicamentosas em unidade de terapia intensiva em um hospital no sul do brasil. Fag Journal of Health (fjh), v. 1, n. 1, p. 81-88, 25 abr. 2019. Disponível em: < https://fjh.fag.edu.br/index.php/fjh/article/view/6>. Acesso em: 06 março. 2022.

SANTOS, L. S. de; BEZERRA, J. C. M; MARTINS, G. V. F. Atenção farmacêutica na adesão ao tratamento farmacológico de idosos que fazem uso da polifarmácia. Anais do VII CIEH, Campina Grande: Realize Editora, Paraiba, 2020. Disponivel em: < https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2020/TRABALHO_EV136_MD1_SA9_ID944_15072020221141.pdf>. Acesso em: 03 março. 2022.

CAVALCANTE, M. L. S. N. et al. Segurança medicamentosa em idosos institucionalizados: potenciais interações. Escola Anna Nery, Ceará, v. 24, n. 1, 2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ean/a/TGrJpLkFCn6C7tcDNh5KN5C/?lang=en >. Acesso em: 20 fevereiro. 2022.

RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO COM ANTIMICROBIANOS: UMA RELAÇÃO PERIGOSA

Tatyane Ribeiro Ventura 1 (Aluna do curso de Bacharelado em Farmácia pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: tatyane.ventura@fvj.br), Francisco Wanderlei Lima Silva 2 (Orientador – Professor Me. Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE, Email: wanderlei.lima@fvj.com.br).

RESUMO

A automedicação é um fenômeno bastante discutido na atualidade, e considerado como preocupante no Brasil, principalmente, pelo o uso dos antimicrobianos. O objetivo desse artigo foi evidenciar importância do uso racional de antimicrobianos e dos riscos da automedicação, assim como analisar a importância dos serviços farmacêuticos para o cuidado do paciente visando alcançar resultados terapêuticos concretos que melhorem a qualidade de vida. Por meio de uma revisão integrativa, com artigos publicados na Língua Portuguesa, inglês e gratuitos na plataforma na sua integralidade, como critérios de exclusão foram artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas, que não respondiam à pergunta problema e os artigos que se tratavam de revisão de literatura ou relatos de caso. Os estudos mostram que há desconhecimento da população acerca dos riscos da utilização abusiva de antimicrobianos por causa da falta de orientação e as informações que são ineficientes. Quanto à resistência antimicrobiana, observou-se que o uso irracional dos antibióticos é um dos fatores que contribuem para o crescimento da resistência bacteriana. Os medicamentos têm papel vital e estão incorporados à lógica capitalista de consumo e o acesso a eles é um direito humano fundamental. Nesse sentido, vê-se a importância dos serviços farmacêuticos para o cuidado do paciente com resultados terapêuticos concretos que melhorem a qualidade de vida do paciente.

Palavras-chaves: Automedicação. Antimicrobianos. Medicamentos.

INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática comum, vivenciada por civilizações de todos os tempos, com características peculiares a cada época e a cada região. A automedicação é um comportamento habitual no Brasil e pode ser definido como uma maneira de autocuidado, quando o indivíduo acaba usando medicamentos sem a indicação do profissional, com a finalidade de tratar e aliviar sintomas. Os medicamentos têm função central no tratamento contemporâneo, com potencial de aliviar sintomas e, em alguns casos, até curar doenças. O acesso a eles é respeitado como um direito humano fundamental, mas, mundialmente, os medicamentos estão incorporados à lógica capitalista de consumo. O uso irracional de medicamentos é considerado um problema global e extremamente sério. No Brasil é preocupante por apresentar alta prevalência de consumo de medicamentos e baixa adesão da população à prescrição, conforme a orientação dos serviços. Este problema é acentuado pelo processo da automedicação, muito presente na dinâmica social do Brasil (MENEZES *et, al*., 2004; SCHMID; BERNAL, SILVA, 2015).

MARCO TEÓRICO

A automedicação é uma prática comum de acordo Menezes et, al., (2004) vivenciada por civilizações de todas as épocas. É realizada desde a antiguidade, antes mesmo do surgimento dos fármacos, porque se usavam substâncias de origem naturais para tratar as doenças. Com a aparição das drogas farmacológicas essa prática tem crescido celeremente nos vários países. a automedicação é um fato que acontece já há muito tempo, é uma pratica habitual não só no Brasil como em muitos outros países, foi a partir dessa ação própria que a medicina começou a se desenvolver, possibilitando o tratamento de diversas doenças, economia para os indivíduos e para o sistema de saúde além de evitar os congestionamentos nos serviços ofertados (SCHMID; BERNAL, SILVA, 2015). A automedicação é uma prática muito frequente por tornar fácil o autocuidado, permitir a recuperação de pequenas indisposições e aliviar a sobrecarga dos serviços de saúde, mas existe a contingência de agravamento das enfermidades, e no caso das doenças infectocontagiosas a falta de tratamento apropriado provoca atraso na cura e faz com que os enfermos sejam transmissores (BORTOLON et al, 2008). Braoios et. al., (2013, p.1), Melo e Taveira (2010) compartilham do mesmo entendimento acerca do processo de resistência antimicrobiana e quanto ao desenvolvimento de resistência que é um fenômeno biológico natural que se seguiu à introdução de agentes antimicrobianos na prática clínica. Desse modo, o uso desmedido e irracional de tais agentes concorre para o aumento deste problema. As taxas de resistência variam de acordo com local na dependência do consumo de antimicrobianos. Em virtude dos esforços mundiais advertidos atualmente, especialmente envolvendo a Organização Mundial de Saúde (OMS), Santos, et. al. (2020), ressalta que no que se refere a resistência bacteriana é importante que a prescrição de antimicrobianos seja feita de forma consciente, auxiliando na redução do uso indiscriminado de antimicrobianos. Do mesmo modo que é indispensável analisar a necessidade de uso do antibiótico pelo paciente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda também que deve-se buscar a melhor escolha na prescrição do medicamento, levando em conta sua eficácia, relação custo/benefício e que o mesmo tenha baixo efeito tóxico, quer dizer, tenha toxicidade seletiva tendo de ser tóxico exclusivamente para o agente causador da infecção, mais que apresente capacidade mínima de desenvolvimento de resistência microbiana.

METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste numa revisão integrativa de cunho qualitativo, com a especificidade de um trabalho bibliográfico no que se refere à interação dos conhecimentos do tema que estão dispostos nos achados teóricos, com uma visão crítica e holística quanto aos resultados obtidos, fazendo com que o assunto pesquisado seja eficiente para cunho social. Foram realizados busca nas bases de dados, LILACS, SciELO, BVS, empregando os descritores: automedicação; antimicrobianos e medicamentos, disponível nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Por meio da análise ativa nas bases eletrônicas online, compreendeu a seleção e a avaliação de 60 artigos e que na fase final ficaram só 15 artigos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O estudo sobre os riscos da automedicação com antimicrobianos evidencia que o uso racional de antimicrobianos é um tema relevante e colabora para a saúde mundial, pois trata-se de problema universal, antigo e de grandes proporções. Os estudos mostram que há desconhecimento da população acerca dos riscos da utilização abusiva de antimicrobianos por causa da falta de orientação e as informações que são

ineficientes. Mesmo que o consumo de antimicrobiano seja sob prescrição médica, ainda assim a sociedade desconhece os perigos de sua utilização. Quanto à resistência antimicrobiana, observou-se que o uso irracional dos antibióticos é um dos fatores que contribuem para o crescimento da resistência bacteriana. Evidencia-se que os antimicrobianos foram desenvolvidos para o tratamento de doenças infecciosas, é foi uma descoberta obviamente revolucionária para a ciência, como também para o mercado farmacêutico no mundial. Os medicamentos têm papel vital e estão incorporados à lógica capitalista de consumo e o acesso a eles é um direito humano fundamental. É aconselhável o uso racional de medicamentos destacando que a automedicação pode ser considerada uma forma de não adesão às orientações médicas e de saúde. Nesse sentido, vê-se a importância dos serviços farmacêuticos para o cuidado do paciente com resultados terapêuticos concretos que melhorem a qualidade de vida. Espera-se promover conhecimento em relação a automedicação e o uso de antimicrobianos, assim como dos possíveis riscos à comunidade.

REFERÊNCIAS

BORTOLON, P. C. et al. **Análise do perfil de automedicação em mulheres idosas brasileiras.** Ciências saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1219-1226, jul./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n4/18.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRAOIOS, A. et al. **Uso de antimicrobianos pela população da cidade de Jataí (GO), Brasil. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2013, v. 18, n. 10 [Acessado 5 Junho 2022] , pp. 3055-3060. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001000030>. Epub 08 Maio 2013.** <https://www.scielosp.org/article/csc/2013.v18n10/3055-3060/#ModalArticles

MELO, F.H DE Q; TAVEIRA, V.C. **A prática da automedicação do contexto dos antimicrobianos** ,Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente Vol. 13, N. 20, Ano 2010 p. 147-159

MENEZES, E. A. et al. **Automedicação com antimicrobianos para o tratamento de infecções urinária em estabelecimento farmacêutico de Fortaleza** (CE). Professor Doutor de Microbiologia do Departamento de Análises Clínicas (DACT)/Faculdade de Farmácia Odontologia e Enfermagem(FFOE)/Universidade Federal do Ceará (UFC). Infarma, v.16, nº 11-12, 2004.

SCHMID, B.; BERNAL, R.; SILVA, N. N. **Automedicação em adultos de baixa renda no município de São Paulo**. Revista Univap – revista.univap.br São José dos Campos-SP-Brasil, v. 21, n. 37, jul.2015. ISSN 2237-1753 município de São Paulo. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 44, p. 10].

RESUMO EXPANDIDO

Aspectos farmacológicos da associação da Levotiroxina com medicamentos gastroprotetores: uma revisão de literatura.

Robson de Oliveira Rodrigues[1] (Aluno do curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, robson.rodrigues@fvj.br, Francisco Wanderlei Lima Silva[2] (Orientador – Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, wanderlei.lima@fvj.com.br)

RESUMO

O tratamento de hipotireoidismo é feito com a reposição do hormônio da levotiroxina, e o tratamento concomitante desse fármaco com os protetores gastrointestinais deve ser feito respeitando as peculiaridades da composição química do fármaco bem como o caso clínico. Para atingir os objetivos da pesquisa, realizou-se uma pesquisa que se configura como uma revisão narrativa de caráter qualitativo, sob os moldes de um artigo bibliográfico, de maneira sistemática e organizada. Como principais resultados, percebeu-se que o tratamento associado de levotiroxina com outros fármacos podem apresentar efeitos positivos bem como adversos e nocivos ao paciente que sofre de hipotireoidismo. Dessa forma, conclui-se que alguns artigos científicos demonstraram que os inibidores de bomba de prótons devem ser ligados a um tratamento concomitante levando em conta detalhes como a idade do paciente e se ele sofre de outras enfermidades, bem como se ele é cardiopata, uma vez que os níveis de dosagens são realizados de maneira que atenue possíveis efeitos adversos.

Palavras-chave: Medicamento, levotiroxina, farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Muitos fatores podem interferir no bem-estar do ser humano, e um dos papéis da farmacologia é fazer com que haja mais qualidade de vida para todos que usarem os medicamentos necessários. Como exemplo, podemos citar que a falta de levotiroxina, conhecida pela sigla (LT4), no corpo faz com que haja o aparecimento de sequelas quanto à imunidade, assim como seu excesso pode acarretar em outras disfunções. Diante da falta de tal hormônio, se faz necessário ressaltar que a reposição da levotiroxina se constitui como um fator importante para vários tratamentos, um deles sendo o hipotireoidismo (VINAGRE, SOUZA, 2010).

Nos dias atuais, percebe-se um crescente interesse da academia quanto ao estudo do uso de levotiroxina LT4, associado a outros medicamentos, principalmente quando se referem a pacientes que estão em cuidado ambulatorial, como o coma mixedematoso ou em pacientes hipertireoidicos, cuja presença de LT4 deve ser em quantidades específicas, e tais situações eram pouco pesquisadas, por isso a escassez de levantamentos bibliográficos acerca do assunto (VINAGRE, SOUZA, 2010).

Ainda em relação da LT4 em paralelo com o corpo, como proceder nessas situações que o sujeito sofre com tireoidismo? Qual a medida de reposição de LT4? Tais questionamentos são importantes no processo da busca da melhor intervenção tendo como parâmetro o estado clínico do paciente, sabendo que pode haver flexibilidade porque cada organismo possui suas peculiaridades (GOODMAN, GILMAN, 2012).

Os hormônios Tri-iodotironina, também conhecido como (T3), e a Tetraiodotironina, conhecido como (T4), possuem uma variabilidade de funções

biológicas na regulação do corpo humano, e quando um desses hormônios, ou a T3 ou a T4 estão em alteração no que se refere a sua concentração no organismo, o indivíduo pode sentir as seguintes sintomatologias: sensação de frio, fraqueza, perda de memória, falta de concentração, déficit de cognição, fala lenta e perda de cabelo, assim como ressecamento da pele, além de constipação e outras reações ou doenças que surgem dependendo se o paciente já possui histórico genético familiar (GERONIMO, SCHMIDT, SALVI, 2018).

A reposição de levotiroxina LT4 se percebe como um tratamento viável para o problema descrito e discutido, e seu uso isolado ou associado a outro fármaco é alvo de pesquisas e estudos por causa das ações que são feitas no corpo do ser humano em médio e longo prazo na perspectiva de resolução de problemas com hormônios específicos e que ao mesmo tempo seja um tratamento que tenha segurança no que se refere aos processos gastrointestinais (SOUZA, 2014).

O uso da levotiroxina dentro do tratamento medicamentoso em pessoas que possuem necessidade de reposição hormonal devido hipotireoidismo é um mecanismo que tem eficácia, porém, quando associado a outros fármacos podem gerar consequências em alguns sistemas e órgãos, como sendo as reações, o que varia muito para cada organismo, mas que na sua grande amostragem, provoca reações adversas (GOODMAN, GILMAN, 2012).

Pensar no bem-estar do paciente é estudar as possibilidades do uso de fármacos de modo que a redução dos danos sejam em menor quantidade possível, haja vista que os princípios ativos de um medicamento podem diminuir sua eficácia em associação com outros fármacos, uma vez que existem múltiplos cenários clínicos, uns mais simples outros mais complexos, e uns que necessitam associar mais de um medicamento para se fazer efeitos (BRENTA et., 2013).

Dessa forma a pesquisa objetivou discorrer sobre os aspectos farmacológicos envolvendo o tratamento da levotiroxina associado com fármacos de proteção gastrointestinais, de forma que possa servir de auxílio o campo ambulatorial envolvendo toda a equipe multiprofissional que atenda os pacientes submetidos a tais intervenções, bem como que possa servir de apoio para futuras pesquisas.

METODOLOGIA

A pesquisa se configura como uma revisão narrativa de caráter qualitativo, sob os moldes de um artigo bibliográfico, uma vez que a mediação teórica se faz na interação de saberes e postulados do tema, de maneira sistemática e organizada, tendo como primazia a observação analítica dos achados, respeitando a integridade e veracidade dos autores que flutuam acerca de um nicho específico, validando as informações de modo que ganhem congruência com o contexto social (SOARES, et al., 2014).

A composição do corpus da pesquisa se deu por trabalhos e artigos pesquisados no período que corresponde aos meses de julho e agosto de 2021, com foco nas bases conceituadas pela NBR, como a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), tendo como descritores: hormônios tireoidianos, medicação, farmacologia, proteção gastrointestinal disponível nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Diante disso, ressalta-se que os critérios de inclusão se constituíram nos seguintes requisitos, a saber: período de 12 anos de vigência da sua referida publicação, bem como ter relevância científica comprovada nos resultados, estarem

escritos ou traduzidos em língua Portuguesa, assim como estar disponível na sua integralidade na plataforma, e por fim, ter congruência com o tema, sem tangências.

Já os critérios de exclusão se constituem em artigos publicados nas bases de pesquisa sem ter congruência com o tema e não responder ao problema central da pesquisa. Através da pesquisa feita nas bases de dados, encontrou-se um total de 30 artigos acerca do tema, uma vez que é um tema com escassez de várias publicações, sendo assim, a etapa final ficou um total de 07 artigos, depois da seleção feita pelos motivos de exclusão: artigo com período de publicação fora do estipulado, artigos repetidos e com objetivos incongruentes com o problema central da investigação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Percebe-se que Schmidt e Salvi (2018) abordam aspectos importantes quanto à efetividade do tratamento bem como do controle dos sintomas do hipotireoidismo. Sousa *et al.* (2021) evidencia que não se há bases sólidas para afirmar que há uma melhora no tratamento de doenças com a associação dos medicamentos em estudo, uma vez que apenas dois estudos comprovam resultados significativos quanto a esse uso concomitante de fármacos.

Verifica-se, dessa forma, que se faz necessário o uso da levotiroxina para a reposição hormonal dos casos de hipotireoidismo, contudo, deve-se evitar ou minimizar fazer a associação desse fármaco, pois podem interferir na eficiência do tratamento bem como na saúde do paciente.

REFERÊNCIAS

BRENTA, G.; VAISMAN, M.; SGARBI, J. A.; BERGOGLIO, L. M.; ANDRADA, N. C.; BRAVO, P. P.; GRAF, H. **Diretrizes clínicas práticas para o manejo do hipotiroidismo.** Arq Bras Endocrinol Metab, 2013.

GERONIMO, A. A.; SCHMIDT. R. B.; SALVI, J. O. **Aspectos farmacológicos da levotiroxina sódica: uma breve revisão.** Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR. Vol.23,n.2,pp.128-134 (Jun - Ago 2018). Disponível em: < https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180704_092837.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GOODMAN, L.; GILMAN A. **As bases farmacológicas da terapêutica.** Porto Alegre: AMGH. 2012.

SOUSA, C. T. *et al.* **Alendronado de sódio, levotiroxina e inibidores da bomba de prótons:** há interação entre eles? Universidade Federal de São João del Rei. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Rio de Janeiro: 2021. Jan-Dez. Disponível em: <2486-Textodoartigo-19014-16799-10-20210926.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SOUZA, S. P. A. de. **Percepção da doença e adesão ao tratamento em um grupo de pacientes com hipotireoidismo.** (dissertação) São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. UFSE. São Cristóvão. 2014.

TONETO, M.G. & RONCUNI, C. **História da cirurgia da tireoide.** Sci Med. 2015.

VINAGRE, A. L. M.; SOUZA, M. V. L. **Interferências na absorção de levotiroxina**

e dificuldades no manuseio de pacientes com hipotireoidismo na unidade de terapia intensiva: relato de dois caoss e revisçao de literatura. Instituto Estadual de Diabtes e Endocrinologia Luiz Capriglione – Rio de Janeiro - Revista Brasileira Terapia Intensiva, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/zyHLfhw4qqY757N9Dtfpjns/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26 jan. 2022.

FARMACOTERAPIA NO CONTROLE DE ENXAQUECA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Maria Janaelvia Guimarães Paiva (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: janaelviapaiva@gmail.com), Orientador: Rodolfo de Melo Nunes (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: rodolfo.nunes@fvj.br).

RESUMO

A enxaqueca pode ser desencadeada por problemas diversos, estando entre eles: a falta de sono, os regimes ou jejum prolongado, o consumo do álcool ou a vivência relacionada ao estresse. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo geral identificar e avaliar as principais classes farmacológicas, bem como os medicamentos mais comumente prescritos dentro de cada classe para o tratamento da enxaqueca. Para tanto, realiza-se uma pesquisa de revisão de literatura integrativa, já que esta permite a sintetização de informações de pesquisas de campo já efetivadas por outros autores que trataram sobre o assunto. Entre as bases de dados escolhidas para busca de arquivos estão Literatura Latino-americana e do caribe em Ciências da Saúde (LILACS), BIREME, SCIELO, Biblioteca Virtual em Saúde (Portal Regional da BVS (PUBMED), e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE). Entre os resultados encontrados é possível destacar o uso das seguintes classes: Triptanos, AINES, antidepressivos e anti-hipertensivos, e em menor destaque estão anticonvulsivantes, antipsicóticos, imunossupressores e antieméticos. Entre os fármacos estão ibuprofeno, diclofenaco de sódio, paracetamol, naproxeno, topiramato, ácido valproico, propranolol, enalapril e candesartana, com e sem prescrição médica ou acompanhamento de um profissional farmacêutico, e ainda a toxina botulínica (BTA), que não é fármaco, mas salientamos por causa dos bons resultados. Por fim, identifica-se que é necessário avaliar o nível da enxaqueca sentido por cada sujeito, visando direcionar este ao medicamento adequado a seu caso. Também o estudo também aponta sobre a relevância de que o uso de medicamentos seja orientado, sobretudo, por médicos e/ou farmacêuticos, sendo estes profissionais responsáveis por tal processo, com o intuito de aumentar a efetividade e a adesão, por outro lado, dirimir as chances de reações adversas.

Palavras-chave: Enxaqueca; Farmacoterapia; Profissional farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A enxaqueca é uma patologia clínica diretamente ligada a cefaleia primária, de acordo com literatura é um dos principais fatores que leva a população a procurar o consultório médico. A Organização Mundial de Saúde (OMS), afirma que cerca de 15% da população mundial é acometida pela enxaqueca, e no Brasil estima-se que 30 milhões de pessoas sofram dessa doença. Dores de cabeça, sensação de irritação, náuseas, êmese, sensibilidade a luz (fotofobia), distúrbio de ansiedade pertencente ao som alto (fonofobia), cinesiofobia (intolerância aos movimentos da cabeça), osmofobia (sensibilidade a odores fortes), vertigens e tonturas, são alguns dos principais sintomas recorrentes a essa disfunção. Os ataques de enxaqueca podem ter até quatro ciclos, são eles: pródromo, aura, a fase de cefaleia em si e o pósdromo. No pródromo, os sintomas acontecem antes da fase característica das cefaleias e tendem a ser bastante diferentes, sendo determinado por disfunção neurológica, depressão e

ânsia por alimentos específicos. A aura é representada por um grupo de sintomas sensoriais, motores, visuais ou neurológicos, que opera ou ajuda a crise de enxaqueca, frequentemente encontrada na aura visual. A cefaleia é a etapa mais intensa da enxaqueca. O pósdromo é a última fase da crise, onde o indivíduo quase não sente mais dor, em contrapartida sente-se fadigado. Vale enfatizar que os pacientes mais acometidos são de dominância do sexo feminino, isso ocorre, pois, o organismo feminino é mais afetado por alterações hormonais, referentes ao período a que faz uso de medicamentos preventivos, sobretudo, durante o ciclo menstrual. Costuma-se surgir a cefaleia inicialmente na infância ou na adolescência e prevalece na população mundial na faixa dos 30 aos 45 anos de idade. Existem alguns fatores que podem desencadear crises de enxaqueca, são eles: falta de sono, consumo de álcool em excesso, estresse, jejum prolongado e alimentação. Pode-se associar o estado nutricional com as crises de enxaqueca, onde indivíduos desnutridos e obesos tem um aumento no índice de desenvolver essa enfermidade. Importante apontar ainda que alimentos em que apresentam a capacidade de liberação de noradrenalina e serotonina, causando alterações vasculares e consequentemente provocando crises dessa doença. Com o objetivo de compreender ainda mais o cenário da farmacoterapia da enxaqueca, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são as principais classes farmacológicas e os fármacos atualmente estudados para o tratamento da enxaqueca no Brasil? Além disso, no que tange aos objetivos específicos, estes buscam, quando disponível no estudo: identificar o perfil dos pacientes acometidos com enxaqueca e alertar sobre o risco da automedicação.

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida por meio da apresentação de uma revisão integrativa, que "foi um método que proporcionou a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática". (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p. 01). Com relação a escolha dos artigos, estes para serem usados passaram por critérios de inclusão, sendo eles: possuir versão em português, estar disponível na íntegra, estar na temporalidade de 2004 a 2021, não poderia ser citado por outras revisões sobre o mesmo tema; e responder à pergunta norteadora. Com relação aos de exclusão, compreendeu-se arquivos escritos em língua estrangeira, que não seja inglês, arquivos duplicados e que estejam disponíveis pela metade. Além disso, revisões, teses, dissertações, resumos simples e expandidos, editorial foram excluídos. Entre os artigos originais completos foram excluídos aqueles que dissertassem sobre plantas medicinais, fármacos experimentais, práticas alternativas, benefícios dos exercícios mesmo que associados ao uso de medicamentos e nutracêuticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados demonstram que os anti-inflamatórios não esteroides (AINES) foram os medicamentos mais utilizados no tratamento da enxaqueca (OLIVEIRA *et al*., 2011) Além disso, a cefaleia foi o principal motivo para o uso dos AINES, independentemente de serem prescrito ou não (MARQUES *et al*., 2015) Dentro dos AINES vale salientar o uso do ibuprofeno e diclofenaco de sódio entre mais consumidos por pessoas acometidas por enxaqueca (LIMA *et al*., 2015). Esses resultados estão de acordo com o Consenso da Sociedade Brasileira de Cefaleias sobre o tratamento da enxaqueca crônica (KOWACS *et al*., 2019). Segundo o Consenso os AINES são os mais utilizados e o principal sintoma é a cefaleia "dor de cabeça". O

uso dos AINES se deve a facilidade de acesso, uma vez que estão disponíveis em casa ou são facilmente comprados sem receita em qualquer estabelecimento farmacêutico. Além disso, já existe o hábito de ao sentir dor de cabeça imediatamente toma-se AINES, independentemente da origem da cefaleia. Salienta-se aqui também que embora exista um destaque para ibuprofeno e diclofenaco outros AINES, tais como apresentam-se no estudo, sendo eles: paracetamol e naproxeno, que recebem destaque no controle da cefaleia no quadro de enxaqueca. Entre os medicamentos que não são AINES que se destacam estão os anti-hipertensivos. Os anti-hipertensivos como os beta-bloqueadores (propranolol), inibidores da ECA (Enalapril) e a candesartana. Os beta-bloqueadores estão entre os aqueles medicamentos, que historicamente minimizam os problemas com relação a enxaqueca. Entretanto, importante salientar que não existe comprovação de ação acerca desse fármaco para melhorias com relação a enxaqueca.

CONCLUSÕES

Em síntese, conclui-se que os AINES e os triptanos individualmente ou associados ainda são os principais fármacos utilizados no tratamento na cefaleia proveniente de um quadro de enxaqueca. O estudo destaca ainda o uso da BTA, amplamente buscado nos últimos anos pelos pacientes com problemas com enxaqueca, sendo que a toxicina é comprovadamente eficaz e tem apresentado positividade junto aos pacientes com cefaleia. Nota-se também que os pacientes tem buscado os medicamentos mais por conta própria do que por prescrição médica, e que os profissionais farmacêuticos tem um papel relevante nessa busca por medicamentos, direcionando os pacientes as dosagens corretas, visando minimização de quadros mais complexos, envolvendo cenários com efeitos adversos.

REFERÊNCIAS

KOWACS, Fernando *et al.* Consensus of the Brazilian Headache Society on the treatment of chronic migraine. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 77, p. 509-520, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31365643/. Acesso em: 22 mai. 2022.

LIMA, Tiago Ventura Lourenço. **Perfil de utilização e consumo de anti-inflamatórios não esteróides**. 2015. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/93194. Acesso em: 25 abr. 2022.

MARQUES, Ana Filipa de Jesus. **Agentes anti-enxaqueca–perfil de utilização, efeitos secundários e interações medicamentosas**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/6487. Acesso em: 20 mai. 2022.

OLIVEIRA, Andréia Lúcia Martins de; PELÓGIA, Naira Correia Cusma. Cefaleia como principal causa de automedicação entre os profissionais da saúde não prescritores. **Revista Dor**, v. 12, p. 99-103, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdor/a/Hkrq74dZTxNPsLpKRwWByxL/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 mai. 2022.

RESUMO EXPANDIDO

O uso de anticoncepcionais injetáveis por mulheres e seus principais efeitos colaterais.

Lisiane Chaves Machado1 (Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: lisianemachado@fvj.br), Francisco Wanderlei Lima Silva2 ([2]Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: lisianemachado@fvj.br)

RESUMO

O uso de contraceptivo injetável é caracterizado muitas vezes pela escolha do uso do medicamento sem o devido conhecimento e avalição de um profissional de saúde. A presente pesquisa teve como objetivo discorrer sobre os principais efeitos e complicações que podem provocar na saúde das mulheres com o uso de anticoncepcionais injetáveis, identificando as principais complicações e efeitos colaterais desses medicamentos. O estudo foi uma revisão integrativa de caráter qualitativo, que utilizou artigos identificados nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizou como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos 06 anos, escritos em língua portuguesa e gratuitos na plataforma na sua integralidade. Os critérios de exclusão foram artigos repetidos e que não respondiam à pergunta problema, artigos de revisão e relatos de caso. Os contraceptivos hormonais injetáveis podem trazer efeitos colaterais como ganho de peso, amenorreia, cefaleia, perca da libido, entre outros. A falta de conhecimento sobre os efeitos colaterais pode influenciar na descontinuidade do uso dos anticoncepcionais injetáveis, assim como a educação permanente é fundamental como estratégia de fortalecimento do planejamento familiar e melhoria da adesão ao tratamento. O farmacêutico como detentor do conhecimento e provedor do cuidado pode direcionar os serviços de cuidado farmacêutico para promover a educação em saúde das usuárias desses medicamentos.

Palavras-chave: Anticoncepcionais. Efeitos colaterais. Farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Existem diversas apresentações dos métodos hormonais, tais como, injeção mensal ou trimestral, pílula de emergência, ou popularmente chamada de pílula do dia seguinte, implantes, adesivos cutâneos, dispositivo intrauterino (DIU), anticoncepcionais orais combinados ou contendo apenas o progestógenos, conhecido como minipílula. (PAZ; DITTERICH, 2009).

Os anticoncepcionais injetáveis oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil são nas apresentações mensal e trimestral. Os injetáveis mensais ou combinados contêm um éster de estrogênio natural, o estradiol, e um progestógenos sintético de 50mg de enantato de noretisterona mais 5mg de valerato de estradiol. Os injetáveis trimestrais ou exclusivos de progestógenos contêm acetato de medroxiprogesterona de depósito 150mg, um hormônio semelhante ao produzido pelo organismo feminino. Seu uso é indicado na vigência de doenças cardiovasculares, tabagismo associado à idade acima dos 35 anos, amamentação exclusiva e obesidade,

condições que contraindicam os injetáveis mensais combinados. (FINOTTI, 2015).

MARCO TEÓRICO

Uma forma de adquirir ou iniciar o uso de anticoncepcional injetável no Brasil é por meio de consulta com profissional de saúde nos serviços públicos ou privados de saúde. Outra possibilidade é a aquisição do medicamento no balcão da farmácia sem a obrigatoriedade da prescrição médica. Devido ao uso disseminado de anticoncepcional injetável sem prescrição, é provável o desconhecimento do uso contraindicado. Isso pode levar a efeitos adversos à saúde. Estudo recente avaliou o conhecimento de mulheres sobre os efeitos de anticoncepcional injetável na sua saúde em cinco cidades brasileiras e mostrou que usuárias conhecem pouco o método contraceptivo que utilizam (FINOTTI, 2015).

O acompanhamento do farmacêutico na orientação do uso de anticoncepcional injetável é de fundamental importância, pois vale destacar o cuidado e a interação direta entre o farmacêutico e o paciente, nas estratégias de uso racional dos medicamentos e na aquisição de resultados positivos para qualidade de vida dos pacientes. O cuidado farmacêutico está relacionado com a responsabilidade do profissional com o paciente no auxílio dos medicamentos, detectando e prevenindo sobre problemas relacionados aos medicamentos, de forma ordenada, contínua e documentada, com objetivo de conseguir resultados definitivos na qualidade de vida do paciente (BRASIL, 2002).

Nesse contexto, a presente investigação se constitui como uma revisão integrativa de caráter qualitativo, com o objetivo de identificar os principais efeitos colaterais com o uso de anticoncepcional injetável nas mulheres.

METODOLOGIA

O estudo tratou-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo. Buscou-se os artigos e estudos nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com o objetivo de encontrar publicações de artigos científicos relacionados ao tema de estudo do período de 2017 a 2022. As palavras e os descritores usadas para a busca foram: anticoncepcionais AND eventos adversos. Procedimento de análise dos dados, realizou-se a análise de conteúdo semântica, que permitiu a interpretação dos resultados, iniciada com uma leitura flutuante e depois uma leitura crítica do material selecionado. Os critérios de inclusão previamente determinados foram artigos publicados nas revistas eletrônicas SCIELO, LILACS e BVS que tivessem pelo menos 06 anos de vigência da publicação, além de estarem escritos em língua portuguesa e gratuitos na plataforma na sua integralidade. Desta forma, para critérios de exclusão: artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas e que não respondiam à pergunta problema, artigos de revisão e relatos de caso.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

E fundamental e urgente formular estratégias que promovam informações eficientes, e se invista na realização de ações educativas efetivas para as usuárias de métodos contraceptivos, visto que a educação pode ser um fator decisivo na manutenção do tratamento contraceptivo.

Com os dados apresentados e discutidos podemos inferir que os contraceptivos hormonais injet áveis podem trazer efeitos colaterais como ganho de peso, amenorreia, cefaleia, perca da libido, entre outros. A falta de conhecimento sobre os efeitos colaterais pode influenciar na descontinuidade do uso. A educação permanente é fundamental como estratégia de fortalecimento do planejamento familiar. O farmacêutico como detentor do conhecimento e provedor do cuidado pode direcionar os serviços de cuidado farmacêutico para promover a adesão no uso desses medicamentos.

REFERÊNCIAS

PAZ, E. C. M.; DITTERICH, R. G. O conhecimento das mulheres sobre os métodos contraceptivos no planejamento familiar. **Revista Gestão & Saúde**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-10. 2009. Acesso em: 10.08.2021. Disponível em: https://herrero.com.br/files/revista/file3fe203d363e8f0e7e07358ddaa3e4596.pdf.

FINOTTI, M. **Manual de anticoncepção**. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO), 2015. Acesso em 10.08.2021. Disponível em: https://central3.to.gov.br/arquivo/494569/.

BRASIL. Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta / Adriana Mitsue Ivama ...
[et al.]. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. Acesso em: 15.08.2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf.

O USO DE PROTETOR SOLAR NA PREVENÇÃO DO MELASMA: REVISÃO DE LITERATURA[*]

Klenilson Aquino da Silva[**]
Rodolfo de Melo Nunes[***]

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é avaliar o uso do protetor solar especifico na prevenção do melasma, identificar as substâncias presentes na composição desses produtos, a partir do conhecimento das causas e origens do processo patológico de hiperpigmentação ocorrido na pele. A metodologia aplicada foi por meio de uma revisão integrativa de caráter qualitativo, a pesquisa foi realizada no período entre novembro de 2021 e maio de 2022, através de plataformas virtuais de repositórios de estudos científicos, a pesquisa resultou na seleção de 15 artigos científicos que abordava questões relacionadas à temática presente trabalho. Por tanto este trabalho de pesquisa é de suma importância, pois, devido à explanação do uso correto dos protetores solares, das causas e origens da fisiopatologia do melasma, ajuda a impacta o leitor a ter consciência dos fatos e aderir à prevenção.

Palavras- chaves: Protetor Solar, Prevenção, Melasma.

1 INTRODUÇÃO

O texto trata-se da importância do protetor solar contra os raios ultravioleta (UV), do tipo A e do tipo B, ambos são prejudiciais à saúde da pele. O melasma são manchas apresentadas na pele devido a falta de proteção.

A melanina é o pigmento responsável da cor da pele humana. Na radiação UV quando a pele é lesionada, a melanina começa a ser produzida em excesso, com o objetivo de proteção ao DNA. Mas é esse excesso acaba provocando danos na pele. Manchas de cor amarronzada denominado de melasma. (HEXSEL; CASPARY; DINI; SHILLING-SOUZA; SIEGA, 2013).

Diante do exposto é possível perceber a importância da utilização dos protetores solares, como produtos essenciais na vida da população, a fim de se evitar doenças de pele, dentre elas o câncer de pele sendo a de maior gravidade. Por meio do estudo na prevenção do melasma, o uso correto dos fotoprotetores inibe o aparecimento de manchas e os perigos à saúde na pele causados pelos raios UV.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÕES DA PEQUISA

Trata-se de uma revisão narrativa, ao qual foi realizada uma busca de conteúdo, a partir de estudos científicos, dando ênfase a uma seleção predominante ao tema em estudo, e, por fim, uma análise com definição de questão norteadora, que servirá de embasamento para tomada de decisão no crescimento e melhoria da pesquisa.

A revisão narrativa tem como objetivo a investigação sobre uma temática específica, esse método é utilizado para descrever e discutir o desenvolvimento de dados obtidos a partir de estudos científicos, elaborar uma explanação mais completa desses estudos, com o intuito de impactar com propósitos teóricos e/ou intervencionistas e contribuir beneficamente no desenvolvimento do pensamento crítico a ser utilizada na prática diária. As etapas da realização

dessa pesquisa são: Problematização do tema; coleta de dados; analisar e sintetizar os dados além das descrições dos mesmos; apresentação dos resultados e conclusões.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Diversos Trabalhos foram pesquisado e analisado nas plataformas virtuais dos seguintes portais de revistas eletrônicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Redalyc Scientific Information System (Readalyc), e na Literatura Latino-Brasileiro e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Publicações a Sociedade Brasileira de Química (PubliSBQ), Biblioteca Nacional de Medicina dos Institutos Nacionais de Saúde dos EUA (PubMed Central).

Os trabalhos científicos considerado mais relevante e que exprimir a temática referente a revisão integrativa, foi o critério estabelecido para a inclusão, já para os critérios de exclusão foi avaliada as pesquisas que não atendia a temática do estudo proposto ou trabalho que se repetia.

2.3 ANÁLISES DOS DADOS

A análise de dados ocorreu de forma homogenia que promovesse a discussão entre autores, e se obter um resultado do assunto abordado através dessas discussões.

2.4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Baseado no critério de inclusão, o assunto abordado no estudo, apresenta varias pesquisas referentes à importância da prevenção e a extração de todo conhecimento científico sobre o assunto.

3 RESULTADOS

O estudo resulta que os protetores solares de amplo espectro, são os melhores para a prevenção do melasma. Os protetores de amplo espectro têm proteção para raios UVB e UVA, ambos prejudiciais a saúde da pele podendo desencadear além do melasma outras patologias mais graves como o câncer de pele. Evidência também a fisiopatologia do melasma suas causas e origens.

4 DISCUSSÃO

.

A qualidade e a eficácia dos protetores solares devem ter uma ampla absorção solar entre 290 e 400nm e o FPS que atenda o tempo de proteção correto diante da exposição solar. Alguns componentes no veiculo do protetor, tem que ser formulado a modo que não haja interação físico-química e não comprometa a eficácia do protetor. (DUTRA; et al, 2004).

A exposição à radiação ultravioleta sem proteção afeta a pele provocando lesão. Essa lesão por sua vez desencadeia uma resposta inflamatória, ativando substâncias que são mediadores inflamatórios que estimula a produção de melanina. O excesso de melanina que é produzido tem a finalidade de proteger o DNA da célula, mas, esse excesso deixa a pele manchada. A melasma é caracterizada por essas manchas de cor acastanhada adquiridas, e afeta em locais principalmente da face, fronte, têmporas, e em menos frequente no nariz, pálpebras, mento e membros superiores. (MIOT; et al, 2009).

A radiação UVA e UVB é altamente prejudicial a pele e desenvolve vários tipos de doenças. O uso de protetor solar pode gerar um risco de absorção sistêmica, diante desse risco

em estudo a FDA dos EUA classificou as substancias oxido de zinco e o dióxido de titânio como as únicas seguras e eficazes. (TSAI; CHIEN, 2022).

A classificação de fototipos de pele elaborada por Fitzpatrick, é de suma importância para se obter uma linha de tratamento adequado para cada caso específico, a classificação consiste em 6 tipos de pele, a variação é entre muito branca à muito escura. (SANTOS, et al, 2021).

A característica do tipo de pele influi na escolha do protetor solar, ao qual existe diversos tipos distintos de protetores para cada tipo de pele, mas como quesito mínimo para formulação de um protetor solar, deve ter dois componentes: o veiculo e substâncias ativas incorporadas. (CAMELO; KELLERMANNI, 2021).

Grande avanço tecnológico é a combinação de filtros solares químicos e físicos, que forneça proteção para raios UVB e UVA. Os principais filtros com essa proteção é o oxido de zinco e o dióxido de titânio, seus níveis bons de segurança e eficácia é muito utilizado em formulações para crianças e pessoas com pele sensível. (CABRAL; PERERA; PARTATA, 2013)

Os principais filtros solares químicos de amplo espectro comercializados no Brasil são: Bematrizinol (Bis-Ethylhexyloxyphenol), Drometrizol Trisiloxane (Drometrizole Trisiloxane), Iscotrinizol (Diethylhexyl Butamido Triazone), Ecamsule (Terephthalylidene Dicamphor Sulfonic Acid). (MASCARELLO; et al, 2019).

Os tipos tratamento são por meio de uso tópicos: como peeling químicos, ácidos, clareadores, despigmentantes, microagulhamento e laser. Estudos comprovam que combinações de diferentes tipos de tratamento, fornece resultado satisfatório no clareamento das manchas. (BORGES, 2021).

A hidroquinona, arbutin e ácido tranexâmico apresenta ação despigmentantes por meio da inibição da tirosinase, Ácido ascórbico, ácido kójico e ácido mandélico possui ação despigmentantes, peeling químicos e ácido lático ambos são esfoliantes, ácido glicólico, microagulhamento e o laser são estimuladores de colágeno e clareador da pele. (BORGES, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho ressaltou a importância dos protetores solares na prevenção do melasma, levando-se em consideração como principal agente etiológico a radiação solar sobre a pele sem proteção.

A exposição por um período limite de tempo aos raios UV, sem o uso do protetor solar, oferece sérios riscos a pele. A pesquisa aponta que os raios UV que oferece danos à pele se apresentam de dois tipos: tipo A e do tipo B, ambos dos tipos estimulam as células produtoras de melanina. Aumentando as concentrações de tirosinase e promovendo a síntese da L-tirosina em melanina. Esse excesso de melanina é que ocasiona a Melasma.

Entender toda essa cascata de resposta imunológica do organismo, ajudou a nortear os caminhos da pesquisa, de buscar alternativas de proteção a partir de filtros solares específicos, investigar as composições, segurança e eficácia.

Em virtudes dos dados mencionados pode-se concluir que o uso de protetores solares de amplo espectro, são os mais indicados para prevenir o melasma, o uso se faz necessário também aos indivíduos que já tem o patógeno, e os que fazem o tratamento ou não, ajuda a prevenir o aumento da mancha. Este trabalho de pesquisa é de suma importância, pois, devido à explanação do que foi apresentado, ajuda a impacta o leitor a ter esclarecimento e consciência dos fatos e aderir à prevenção.

REFERÊNCIAS

BORGES, Maysa Coelho. Melasma: tratamento e suas implicações estéticas. **Health of Humans.** V.3, n.1, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.6008/CBPC2674-6506.2021.001.0002. Acesso em: 20 de mai. 2022.

CABRAL, Lorena Dias da Siva; PEREIRA, Samara de Olveira; PARTATA; Anette Kelsei. Filtros solares e fotoprotetores – uma revisão. **Revista Infarma – Ciências Farmacêuticas**, v. 25, n. 2, 2013. Disponível em: https://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=447&path%5B%5D=433. Acesso em 22 de mai. 2022.

CAMELO, Pollyanna Tavares de Lira; KELLERMANNI, Raygoria Cabral Sales. Uso de fotoprotetores na prevenção de danos por exposição solar: conceitos, avaliação histórica e recomendações. **Scire Salutis.** v.11, n.2, p.171-180, 2021. Disponível em: http://www.sustenere.co/index.php/sciresalutis/article/view/CBPC2236-9600.2021.002.0020. Acesso em: 21 de mai. 2022.

DUTRA, Elisângela Abre. et al. Determinação do Fator de proteção solar (FPS) de protetores solares por espectrofotometra ultravioleta. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas.** Vol.40, no.3, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-93322004000300014. Acesso em: 24 de mai. 2022.

HEXSE, Doris. et al. Variação dos níveis de melanina da pele em áreas expostas e não expostas ao sol após o inverno e o verão. Dermatologia Cirúrgica e Cosmética. V.5, n.4, p.298-301, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2655/265530933006.pdf. Acesso em: 24 de mai. 2022.

MASCARELLO, Andressa de Freitas; et al. Análise de formulações, FPS e espectro fotoaucústico de protetores solares de diferentes fabricantes. **Revista Eletrônica de Farmácia.** V.16, n.E, 2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/REF/article/view/50596/34404. Acesso em: 23 de mai. 2022.

MIOT, Luciane Donida Bartoli et al. Fisiopatologia do melasma. **Anais Brasileiros de Dermatologia [online]**. v. 84, n. 6, p. 623-625, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/abd/a/gnfdb3Lp8fzRWqptsjfYtqr/?lang=pt. Acesso em: 21 de mai. 2022

NASCIMENTO, L. F.; SANTOS, E. P.; AGUIAR, A. P. Fotoprotetores Orgânicos: Pesquisa, Inovação e a Importância da Síntese Orgânica. **Rev. Virtual Quim.** 2014, *6* (2), 190-223. Disponível em: http://static.sites.sbq.org.br/rvq.sbq.org.br/pdf/v6n2a03.pdf. Acesso em: 22 de mai. 2022.

PURIM, Kátia Sheylla Malta; AVELAR, Maria Fernanda de Santana. Fotoproteção, melasma e qualidade de vida em gestantes. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [online].** v. 34, p.229, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-72032012000500007. Acesso em: 21 de mai. 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA; Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo) [online]**. v. 8, n. 1, pp. 102-106, 2010. Disponivel em:

https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 22 de mai.2022.

SANTOS, Cristina Guimarães, et al. Os principais ativos usados na prevenção e tratamento do melasma. **Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** v.7, n.11,2021**.** Disponível em: https://doi.org/10.51891/rease.v7i11.3125. Acesso em: 23 de mai. 2022.

TSAI, Jerry; CHIEN, Anna L. Photoprotection for Skin of Color. **Jornal Americano de dermatologia clinica.** Vol. 23, n 2, 2022. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35044638/. Acesso em 24 de mai. 2022.

USO DE MEDICAMENTOS PARA SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DO SARS-COV-2

José Edson dos Reis
Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa

Discente do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: josedsonreis@hotmail.com
[2]Docente do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe– FVJ. Doutorado em Ciências Médicas (UFC); E-mail: @fvj.br

RESUMO

A apresentação inicial da COVID-19 se assemelha a uma gripe, com sintomas de febre, tosse, dor de garganta e coriza. Aproximadamente 80% dos pacientes se recuperam sem complicações, sendo classificados como casos leves ou moderados (sem pneumonia ou com pneumonia viral leve). Muitas pessoas desenvolveram doenças como ansiedade e depressão durante a pandemia. Com o aumento das doenças neuropsíquicas, aumentou também o consumo de antidepressivos de primeira linha que atuam no controle de neurotransmissores do Sistema Nervoso Central (SNC) e também o uso de álcool, cigarro e outras drogas para lidarem melhor com as emoções. Dessa forma, o trabalho teve como objetivo correlacionar o aumento do uso de psicotrópicos durante a pandemia na população. O presente estudo utiliza como método a revisão integrativa da literatura, estabelecendo as seguintes bases de dados para pesquisa: SciELO; LILACS; BIREME e BVS. Os critérios de inclusão foram elegidos, como: (a) apresentar como data de produção o período entre 2019 a 2022; (b) ser escritos em português ou inglês; (c) ter como modalidade de produção científica: relatos de pesquisa, estudos de caso e revisão de literatura em formato de artigos, revisões, dissertações e teses que foquem como amostra os indivíduos que façam uso de medicamentos psicotrópicos; (d) palavras-chave, usando os termos: administração, psicotrópicos, pandemia, SARS-CoV-2, COVID-19, usados em separados e/ou combinados. Enquanto os critérios de exclusão foram: ser predominantemente teórico; não apresentar resumos na íntegra nas bases de dados e nas bibliotecas pesquisadas e apresentar duplicidade. Foram selecionados 10 artigos que compõem os resultados e a discussão dessa pesquisa. Nos casos em que existe um agravamento ainda pior da infecção que são desencadeados pelo novo coronavírus são caracterizados pela síndrome da angustia respiratória aguda (SARS). O uso de medicamentos psicotrópicos pela população em geral é feito, por vezes, de maneira exacerbada, seja pela automedicação ou erro na prescrição. A pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2) trouxe uma das crises sanitárias nunca vistas pela humanidade, trazendo um grande desafio para a ciência, bem como para toda a sociedade mundial. O farmacêutico nesse quesito entra como papel fundamental na mediação da utilização de certos medicamentos, pois ele tem a função de orientar sobre a tomada correta desses medicamentos, bem como o acesso a eles. No entanto, por se tratar de um tema relativamente novo, é necessário que aja ainda mais estudos relacionados a ele, principalmente para analisar e propor mecanismos que sejam essenciais nesse quesito.

Palavras-chave: Medicamento. Psicotrópicos. Pandemia. COVID-19. SARS-CoV-2.

INTRODUÇÃO

O vírus, chamado de 2019-nCoV, foi identificado pela primeira vez em pessoas expostas em um mercado de frutos do mar e de animais vivos em Wuhan, na província de Hubei, China, (ZHU, ZHANG, WANG et al., 2019; PERLMAN, 2020). O vírus se propagou rapidamente para o resto da Ásia, depois Europa e Estados Unidos. O Sars-Cov-2 chegou ao Brasil posteriormente, entre fevereiro e março de 2020. Em meio à detecção de casos no

Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia da Covid-19 (JARDIM; BUCKERIDGE, 2020).

A apresentação inicial da COVID-19 se assemelha a uma gripe, com sintomas de febre, tosse, dor de garganta e coriza. Aproximadamente 80% dos pacientes se recuperam sem complicações, sendo classificados como casos leves ou moderados (sem pneumonia ou com pneumonia viral leve). Os 20% restantes evoluem com dispnéia e hipoxemia secundárias à pneumonia viral extensa, e necessitam de internação para oxigenioterapia, além de outras intervenções (DAUMAS et al., 2020).

Com o aumento das doenças neuropsíquicas, aumentou também o consumo de antidepressivos de primeira linha que atuam no controle de neurotransmissores do Sistema Nervoso Central (SNC) e também o uso de álcool, cigarro e outras drogas para lidarem melhor com as emoções. Dados da OMS demonstram, que o Brasil está atrás somente dos Estados Unidos no ranking de países com incide mais alto de pacientes com o diagnóstico de depressão, e no topo, em primeiro lugar nos quadros de ansiedade (FIOCRUZ, 2020).

Com o isolamento social no período da pandemia, é notório que o uso de psicotrópicos aumentaram entre os anos de 2019-2021, pois a pandemia propiciou esse fato. Por tanto o presente trabalho visou com as plataformas acadêmicas, correlacionar o real aumento do uso de psicotrópicos nesse período na população. No decorrer do estudo de revisão analisou-se os artigos que trazem as melhores propostas para discutir sobre o assunto, e assim obteve-se uma análise efetiva relacionada ao tema.

METODOLOGIA

O presente estudo utiliza como método a revisão integrativa da literatura, a qual apresenta como finalidade reunir e concentrar o conhecimento científico já produzido sobre o consumo de psicotrópicos durante a pandemia do COVID-19, além do papel do farmacêutico nesse processo, oportunizando a busca e a síntese das evidências contidas na literatura para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na temática (SOUZA et al., 2010).

Foram estabelecidas as seguintes bases de dados, levando em consideração a facilidade e a gratuidade do acesso: SciELO; LILACS; BIREME e BVS.

Como passo seguinte, elegeu-se os critérios de inclusão e exclusão dos textos. Os de inclusão foram: (a) apresentar como data de produção o período entre 2019 a 2022; (b) ser escritos em português ou inglês; (c) ter como modalidade de produção científica: relatos de pesquisa, estudos de caso e revisão de literatura em formato de artigos, revisões, dissertações e teses que foquem como amostra os indivíduos que façam uso de medicamentos psicotrópicos; (d) palavras-chave, usando os termos: administração, psicotrópicos, pandemia, SARS-CoV-2, COVID-19, usados em separados e/ou combinados. Enquanto os critérios de exclusão foram: ser predominantemente teórico; não apresentar resumos na íntegra nas bases de dados e nas bibliotecas pesquisadas e apresentar duplicidade.

Os trabalhos que apresentavam o enfoque das informações foram lidos na íntegra e deram origem aos resultados e discussão desse artigo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foram selecionados 10 artigos que se encontram organizados no quadro 1. O respectivo quadro está voltado para a apresentação da amostra de acordo com título, autor/ano, tipo de estudo, e principais achados.

Quadro 1 – Caracterização amostral conforme especificações das pesquisas selecionadas.

TÍTULO/ANO	AUTOR	TIPO DE ESTUDO	PRINCIPAIS ACHADOS
1. Influência do uso de psicoativos na autopercepção da memória: análise durante a pandemia de SARS-CoV-2. 2022	GUEDES-GRANZOTTI et al.	Transversal, observacional e analítico	Quanto à frequência do uso de substâncias psicoativas, a maioria da amostra fez uso durante a pandemia de SARSCoV-2 de forma esporádica. A frequência de uso de remédios com e sem prescrição foi capaz de prever a pontuação total do PRMQ-10, evidenciando que o uso de substâncias psicoativas utilizados interferiram na autopercepção da memória retrospectiva e prospectiva.
2. Análise do uso de psicofármacos no Brasil no contexto da pandemia da COVID-19. 2022	GOMES et al.	Documental	Conclui-se que a ampliação do uso de psicofármacos durante a recente pandemia trará consequências negativas ao sistema de saúde que necessitará de constantes adaptações.
3. Dispensação de ansiolíticos e antidepressivos em farmácias privadas durante a pandemia de COVID-19. 2021	SILVA et al.	Documental e de campo	Nesse momento, observa-se indícios de um grande problema em saúde pública que pode permanecer por muito tempo e ocasionar outras limitações na saúde da população. Isso posto, é necessário a integração de novas práticas educativas em saúde com uma partilha interdisciplinar para a construção de novas políticas públicas em saúde mental.

4. Consumo de psicotrópicos em meio a pandemia do Sars-CoV-2. 2021	OLIVIRA, F. P. D.; SANTOS, F. M. P.; DALLAQUA, B.	Documental	O presente estudo aponta para um aumento do uso de fármacos psicotrópicos entre jovens e adultos, definindo uma correlação entre o aumento de transtornos como depressão e ansiedade e o uso de substâncias como forma de minimizar impactos causados pela pandemia. Porém, reforça-se a necessidade de mais estudos como este, sendo cruciais para identificação e verificação do consumo de medicamentos e outras substâncias nesse período entre jovens, e tornando-se mais uma ferramenta de gestão contra as repercussões causadas pelo coronavírus.
5. Avaliação do impacto da pandemia de COVID-19 na farmacoterapia de pacientes de saúde mental. 2021	CABRAL et al.	Descritivo e qualitativo	A atenção farmacêutica exerce papel importante no cuidado desses pacientes devido ao aumento da exposição ao risco de complicações terapêuticas. É dever do profissional farmacêutico avaliar a prescrição com psicofármacos e, se preciso, intervir e apontar ao paciente e/ou a equipe de saúde as possíveis interações e os riscos com o uso indiscriminado de medicamentos para o tratamento da Covid-19.
6. O uso de medicamentos controlados durante a pandemia da COVID-19 observado em uma drogaria. 2021	PENHA et al.	Longitudinal, retrospectivo, caso-controle	Os grupos mais comuns foram os Antidepressivos Inibidores Seletivos da Recaptação de Serotonina (32,9%), com destaque para a Fluoxetina (7,8%); os Benzodiazepínicos (24,5%) com o Clonazepam (13,8%); e antidepressivos tricíclicos (18,0%), a Amitriptilina (15,3%). Numa análise panorâmica, estudos mais profundos são capazes de identificar de forma precisa o cenário nacional e aliados às medidas de educação que orientem o uso e prescrição racional de medicamentos no Brasil podem diminuir o uso inapropriado e evitar prejuízos à saúde no país.

7. Depressão, ansiedade e o uso de psicofármacos na pandemia da COVID-19. 2021	FEITOSA, R. S.; JUNIOR, R. A. C.	Documental	O medicamento mais aceito foi o oxalato de escitalopram, sertralina e o bromazepam. Portanto, fica claro que a depressão passou a ter dados maiores que os casos de contaminação de COVID-19, acometendo todos os públicos no período de isolamento social, onde impõem as pessoas uma mudança radical no estilo de vida, somando o medo de contaminação, a impossibilidade de contato físico trazendo grandes transtornos a saúde mental.
8. Consumo de psicoativos lícitos durante a pandemia de COVID-19. 2021	GALLONI, L.; FREITAS, L. R.; GONZAGA, R. V.	Documental e descritiva	Em análise, foi possível estabelecer uma relação entre ou aumento do consumo de substâncias psicotrópicas e o impacto à saúde mental gerado pela pandemia da Covid-19, que é devido em grande parte ao isolamento social, as grandes mudanças na rotina e no perfil econômico de grande parte da população o que afetou negativamente a saúde mental, um dos pilares da saúde humana derrubado nesse período gerando grande alteração no consumo de medicamentos psicotrópicos, álcool e tabaco. Portanto, atualmente temos um grande problema de saúde pública que pode perdurar durante muito tempo e levar a outros problemas de saúde, sendo assim, são necessárias intervenções dos órgãos governamentais de orientação e promoção à saúde.
9. Uso de medicamentos psicotrópicos e ansiolíticos antes e durante o período da pandemia COVID-19. 2021	OLIVEIRA et al.	Transversal, descritiva, retrospectivo, de caráter quali-quantitativo	O presente estudo demonstrou que os ansiolíticos e psicotrópicos, que são medicamentos amplamente utilizados para tratamentos psicoterapêuticos, tem inúmeros benefícios desde que são utilizados e receitados pelo profissional adequado e fez se necessário estudos que evidencie os motivos pelos quais os usuários não procuraram os medicamentos durante a pandemia.

10. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. 2020	FARO et al.	Documental	São apresentadas questões relacionadas à emergência do cuidado em saúde mental, tanto aquele prestado pela Psicologia, como aquele que pode ser desenvolvido pelos demais profissionais de saúde, de modo a minimizar os impactos negativos da crise e atuar de modo preventivo.

Fonte: Próprio autor, 2022.

A pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2) trouxe uma das crises sanitárias nunca vistas pela humanidade, trazendo um grande desafio para a ciência, bem como para toda a sociedade mundial. Além disso, a mesma trouxe um sentimento de incerteza e insegurança não apenas sobre a saúde em si, mas em todas as esferas, seja ela social e/ou econômica, que por sua vez, desencadeia um aumento no consumo de medicamentos específicos para o tratamento de doenças advindas dessa nova realidade, como a ansiedade e a depressão. O farmacêutico nesse quesito entra como papel fundamental na mediação da utilização de certos medicamentos, pois ele tem a função de orientar sobre a tomada correta desses medicamentos, bem como o acesso a eles.

REFERÊNCIAS

BARROS M. A, et. al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, 2020; 29(4):e2020427, 2020.
BRASIL. Ministério da Saúde - Coronavirus – COVID-19. 2020. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/.

CABRAL, Vanessa Regina dos Santos; BARBOSA, Diego da Costa Moreira; VALÉRIO, Camila Campos; SILVA, Evelin Santos; PINHEIRO, Mariana Martins Gomes. AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA FARMACOTERAPIA DE PACIENTES DE SAÚDE MENTAL. **Saúde.Com-Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 230-245, 23 set. 2021.

FARO, André; BAHIANO, Milena de Andrade; NAKANO, Tatiana de Cassia; REIS, Catiele; SILVA, Brenda Fernanda Pereira da; VITTI, Laís Santos. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 37, p. 1-14, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074.

FEITOSA, Ritana da Silva; CRUZ JUNIOR, Raineldes Avelino da. DEPRESSÃO, ANSIEDADE E O USO DE PSICOFÁRMACOS NA PANDEMIA DA COVID-19. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 10, p. 2925-2937, out. 2021.

Plantas medicinais e suas propriedades terapêuticas – Um foco especializado ao capim-santo.

José Bonfim de Lima [1] (Aluno do Curso 101 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: lima.bonfim@yahoo.com.br), Bruno de Castro Amoni[2] (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, E-mail: bruno.amoni@fvj.br)

RESUMO

A prática do uso da fitoterapia nos últimos tempos tem recebido bastante atenção, em virtude da vasta gama de espécies de plantas medicinais que nos rodeiam, com as mais variadas preparações e propriedades terapêuticas, tornado-se uma alternativa a comunidades que tem a fitoterapia como acesso primário à saúde. O uso da fitoterapia é uma prática vigente não só no Brasil, mas também em outros países, devido a sua eficácia terapêutica, podendo o paciente adquirir o fitoterápico de maneira natural ou de forma industrializada. No entanto, a falta de conhecimento em relação às propriedades terapêuticas e os riscos do uso inadequado, são alguns dos principais fatores que promovem o manejo desregrado de plantas medicinais. O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa, na qual foi realizada uma busca de artigos nas bases de dados Lilacs e SCIELO o que resultou em 16 artigos para as discussões. Onde concluiu-se que o capim santo é um fitoterápico com inúmeras ações, dentre elas, ação calmante, diurética, antimicrobiana, anti-hipertensiva e analgésico. O emprego das propriedades fitoterápicas das plantas medicinais, surge no âmbito familiar, sendo uma alternativa no tratamento de doenças.

Palavras- chaves: Fitoterapia. Plantas Medicinais. Capim limão. Conhecimento popular

INTRODUÇÃO

A prática do uso da fitoterapia nos últimos tempos tem recebido bastante atenção, em virtude da vasta gama de espécies de plantas medicinais que nos rodeiam, com as mais variadas preparações e propriedades terapêuticas, o que acaba se tornando uma alternativa a comunidades que tem a fitoterapia como acesso primário à saúde (VEIGA JUNIOR et al., 2012).

O uso da fitoterapia é uma prática vigente não só no Brasil, mas também em outros países, devido a sua capacidade e eficácia terapêutica em atender o consumidor que pode adquiri-la de maneira natural ou de forma industrializada (SILVA et al., 2016).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008), 80% dos cidadãos de países desenvolvidos se beneficiam do saber terapêutico sobre o uso popular de plantas medicinais na atenção básica a saúde. No entanto, a falta de conhecimento em relação às propriedades terapêuticas e os riscos do uso inadequado, são um dos principais fatores que colaboram no manejo desregrado de ervas. Bastos (2007) cita que inúmeras espécies de plantas utilizadas por comunidades possuem características farmacológicas confirmadas, porém, fatores como modo de preparo e parte utilizada podem intervir na efetividade farmacológica.

Segundo a OMS práticas não convencionais de saúde, tais como fitoterapia, acupuntura e técnicas manuais estão cada vez mais em desenvolvimento, por serem alternativas complementares às terapias medicamentosas alopáticas. Ainda de acordo com a OMS as plantas medicinais são vistas como uma integrativa aos medicamentos sintéticos, visto que são considerados mais agressivos ao organismo. Automedicação assim como a disseminação do uso de plantas medicinais, deve-se principalmente ao baixo custo e fácil acesso à grande parcela da população (OMS, 2018).

Sabendo-se que as ações de práticas integrativas e complementares inseridas no SUS ocorrem prioritariamente na Saúde da Família, tornou-se necessário o fortalecimento da atenção primária por meio da criação da Estratégia Saúde da Família (ESF), como espaço privilegiado de práticas integrais em saúde, garantindo a oferta de serviços à população brasileira, por alternativas de ação de maneira à "promover a saúde, prevenir os riscos e recuperar a saúde de pessoas e de grupos populacionais a partir da realidade local" (BRASIL, 2016).

O capim-santo, cujo nome cientifico é Cymbopogon citratus Stapf, é também conhecida como capim-limão, capim-cidreira, capim-cheiroso, capim-cidrão, dentre outros. É uma planta original da Índia, mas muito comum nas regiões tropicais do Brasil (SANTOS et al., 2009). É muito utilizada na forma de chás, tanto com as folhas fervidas em água, como em infusão (PEIXOTO et al., 2015).

Estudos mostram que o capim santo, muito utilizado pela população brasileira empiricamente, tem efeitos antibacterianos (LUCEMA et al., 2015) e calmantes (PEIXOTO et al., 2015) comprovados cientificamente. O uso popular do fitoterápico para tratar cólicas abdominais, febres, dores abdominais e hipertensão, é muito frequente e com resultados satisfatórios. (BERNADINO; MARTINS; NUNES, 2015; LIMA et al., 2013; NETO, 2015; MARTINS, 2010).

Tendo em vista o Brasil, possuidor da maior biodiversidade do planeta e com o intuito de colaborar para o crescimento da prática cultural da utilização de plantas medicinais como alternativa no tratamento de doenças. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo descrever e analisar as ações terapêuticas do capim-santo.

METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter qualitativo, que baseada em Mendes, Silveira e Galvão (2008) apresentando as etapas descritas na figura 1. Utilizou-se com pergunta norteadora: Qual a importância do capim-limão como planta medicinal e suas propriedades?

O estudo foi desenvolvido a partir da busca por estudos na base de dados Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online).

Figura 1: Etapas da Revisão Integrativa

Fonte: Retirado de Oliveira (2021)

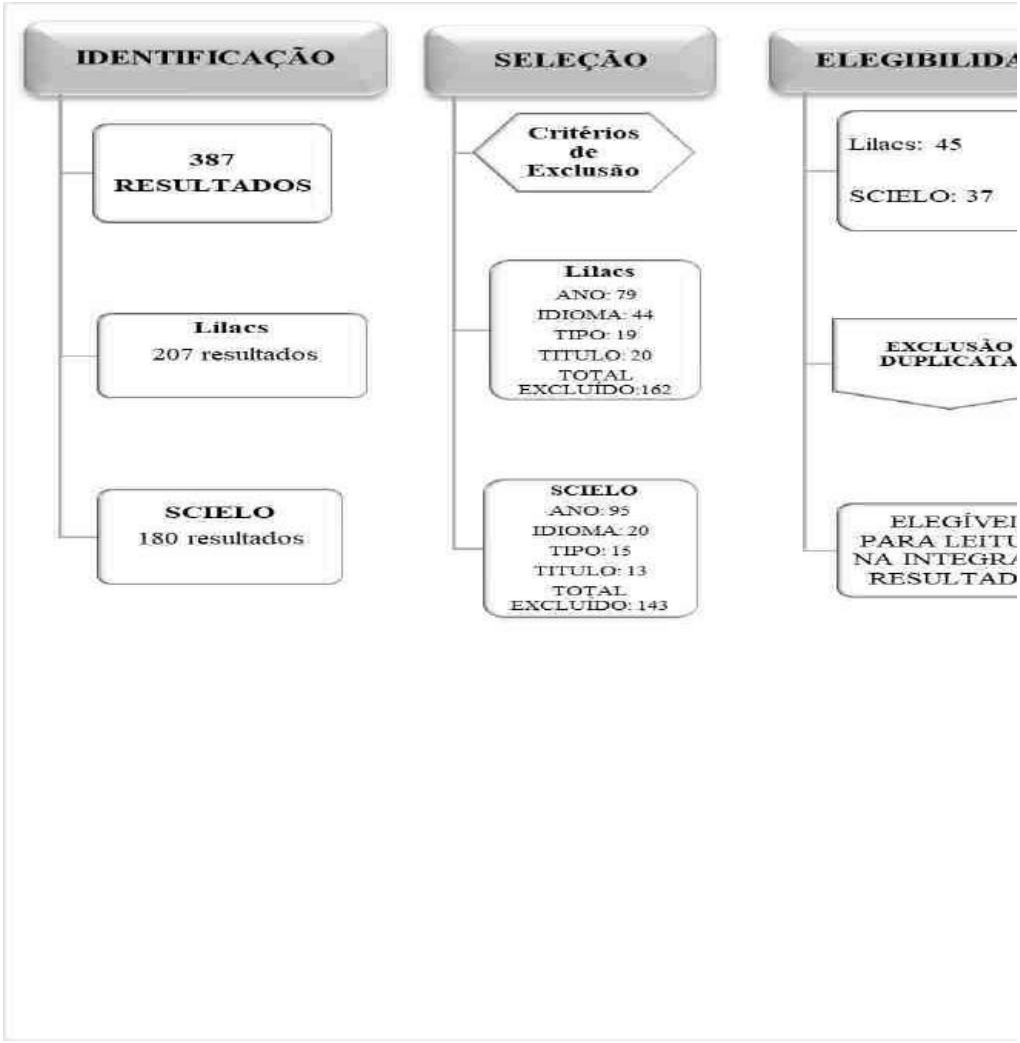
Foram utilizados os descritores: Fitoterapia. Plantas Medicinais. Capim limão. Conhecimento popular. Como critérios de inclusão para a seleção dos artigos, foram definidos: artigos completos e publicados em português; artigos na íntegra que retratam a temática, artigos publicados e listados nos referidos bancos de dados do ano 2012 a 2022 nos meses de janeiro a dezembro.

Como os critérios de exclusão estabeleceu-se para excluir os artigos de: revisão, editorial, cartas e discussão; títulos que não condizem com o objetivo de estudo desta revisão; artigos que apresentaram duplicatas entre as estratégias de buscas e entre as bases especializadas; publicados em língua diferente das citadas nos critérios de inclusão; fora do período delimitado para pesquisa; artigos que não disponibilizaram resumo, ou que estavam incompletos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na base de dados Lilacs, a utilização dos descritores selecionados, permitiu localizar 207 artigos enquanto que na SCIELO foram encontrados 180 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 16 artigos para leitura completa e discussão. O fluxograma na figura 2 mostra o processo de seleção.

Figura 2: Fluxograma de refinamento de busca dos artigos.


IDENTIFICAÇÃO
SELEÇÃO
ELEGIBILIDA
387
RESULTADOS
Lilacs
207 resultados
SCIELO
180 resultados
Critérios
de
Exclusão
Lilacs
ANO: 79
IDIOMA: 44
TIPO: 19
TITULO: 20
TOTAL
EXCLUÍDO:162
SCIELO
ANO: 95
IDIOMA: 20
TIPO: 15
TITULO: 13
TOTAL
EXCLUIDO: 143
Lilacs: 45
SCIELO: 37
EXCLUSÃO
DUPLICATA
ELEGÍVEI
PARA LEITU
NA INTEGRA
RESULTAD

Fonte: Próprio autor

O assunto abordado no estudo já vem sendo discutido há bastante tempo, O Capim santo é um fitoterápico com inúmeras ações, dentre elas, ação calmante, diurética, antimicrobiana, anti-hipertensiva e analgésico. A ação terapêutica se dá devido aos óleos essenciais da planta, o citral é a substância presente no capim limão. (PEIXOTO et al., 2015), (ARAUJO; OLIVEIRA, 2016), (BERNADINO; MARTINS; NUNES, 2015), (MARTINS, 2010).

Inúmeros autores relatam que o óleo essencial presente no capim santo é capaz de combater bactérias. Lucema et al. (2015) relata que o efeito dos antibióticos é potencializados quando associado ao óleo. Zago et al. (2009) & Santos et al., (2009), afirmam que pacientes diagnosticados com S. aureus quando utilizam gentamicina, cefalotina e cefepime combinado com o óleo essencial da planta o efeito do antibiótico é potencializado.

CONSTITUINTES

Os ácidos graxos de cadeia longa são os compostos presentes nas plantas medicinais e aromáticas, são constituídos de inúmeras substancias voláteis, tais como ácidos fenólicos, alcaloides, terpenos, hidrocarbonetos, taninos e derivados de cumarina (ZAGO, J.A.A. et al. 2016). Para MARTINS, L.S (2016) todos os órgãos vegetais da planta seja raiz, caule, folha, flor e fruto, os compostos são encontrados, sendo liberados para o ambiente por lixiviação, exsudação radicular, volatilização ou na decomposição da planta no solo.

Os efeitos alelopáticos nas plantas podem ocorrer sobre a regulação do crescimento a fotossíntese e a abertura estomática; a inibição da síntese de proteínas; a absorção de nutrientes; as mudanças no metabolismo lipídico (PEIXOTO, M.I. et al 2015). O uso de diversas espécies para a avaliação de potenciais alelopáticos vem se tornando cada dia mais comum.

O capim-limão é comercializado na forma de óleo essencial, e apresenta na sua composição os monoterpenos e mirceno. Seu óleo é utilizado para fabricação de inemros produtos, como, perfumes, sabonetes, colônias e desodorantes. Porém, seu maior destaque se dar no mercado farmacêutico na produção principalmente de vitamina A (Lucena, B.F.F. et al. 2015). Seu óleo essencial é constituído principalmente de citral, com 70 a 80%, o qual é empregado em perfumaria e indústria de alimentos (OLIVEIRA, C.J.; ARAUJO, T.L. 2016).

Dentre estas plantas o capim limão destaca-se por possuir efeitos alelopáticos, que uma vez identificados podem ser utilizados para a extração de moléculas de interesse agronômico pois são precursoras de herbicidas, inseticidas, fungicidas e outra moléculas com potenciais de uso (LIMA, L.L. et al., 2015).

TOXICIDADE

A uma percepção dentro da população que o uso de ervas naturais no tratamento de doenças é, além de barato e natural, seguro (BRITTO, V.L. M.Q. 2004). No entanto quando associadas a medicamentos industrializados para tratamento de doenças crônicas, pode trazer perigo, pois além de possuírem na sua estrutura diversas estruturas químicas, podem

produzem metabólitos tóxicos que apresentam atividades biológicas (LUCENA, B.F.F. et al. 2015). A ingestão, contato ou inalação desses metabolitos geram vários distúrbios e podem levar até mesmo ao óbito (MARTINS, L.S 2016).

Desde épocas remotas as plantas tóxicas são utilizadas pelo homem (Mengue et al., 2001), seja para uso em casos de envenenamentos intencionais, tais como, uso recreacional, suicídio, utilização indígena para caça, homicídio ou fabricação de novos medicamentos.

O estudo das plantas tóxicas vem ganhando importância, pois, além de esclarecer diferentes aspectos dos casos de intoxicações podem ainda fornecer compostos líderes para o desenvolvimento de fármacos (Lucena, B.F.F. et al. 2015). Um exemplo do uso de plantas tóxicas na descoberta de novos medicamentos foi o desenvolvimento dos bloqueadores neuromusculares a partir do curare. Segundo Viegas Junior et al. (2006) os curares são extratos obtidos de diversas espécies de Strychnos e Chondodendron utilizadas pelos índios, para envenenar flechas para caça e pesca (Mengue et al., 2001).

PROPRIEDADES TERAPÊUTICAS

Para BRITTO, et al. (2014) o capim-limão possui ações, sedativo, diurético, antimicrobiano, inseticida, anti-inflamatório, estimulante, febrífugo, analgésica, vasodilatador, antisséptico, problemas digestivos e frieiras. Já para SILVA, et al. (2007) pacientes com laringite, doenças infecciosas, dor de garganta e febre, suas propriedades antissépticas tornam-no muito útil no quarto do doente. Auxilia em cansaço, ansiedade. Aumenta a concentração e pode ser útil em casos de fadiga mental e de stress, antidepressivos, além de ser usado na perfumaria e também para aromatizar ambientes GAMA, SILVA (2014).

Melhora as condições de que tem pele oleosa e transpiração excessiva, além de auxiliar em casos de seborreia e queda de cabelo. É estimulante, revigorante e confere energia, pode ser útil em casos de fadiga mental e de stress, antidepressivos.

Os óleos essenciais são compostos voláteis com aromatização característica segundo a sua fonte de extração que pode ser feita através de raízes, caules, cascas, folhas, flores e semente. Eles possuem importância na indústria de cosméticos, alimentícia e farmacêutica. As principais formas de extração de óleos essenciais é a destilação por arraste a vapor o qual é muito utilizado devido a simplicidade e seu baixo custo e a destilação por extração supercrítica na qual apresenta um melhor rendimento, porém seus custos são maiores (ALBUQUERQUE, 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho proporcionou uma maior compreensão a respeito da origem da cultura, e das práticas sobre o uso da fitoterapia. Observa-se que o emprego das propriedades fitoterápicas das plantas medicinais, surge no âmbito familiar, sendo de grande importância na vida da população que ver a fitoterapia como uma alternativa no tratamento de doenças. Sendo um conhecimento passado de geração para geração. Desta forma, ao longo do desenvolvimento deste estudo identificaram-se questões que permitiriam o desenvolvimento de novas pesquisas a fim de ampliar o entendimento do fenômeno estudado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. B.; CRISTIANI, C.; COELHO, F. A. A Extração Do Óleo Essencial De Citronela E A Modelagem Matemática Do Processo. 2019.

ALEXANDRE, R.F.; BAGATINI, F.; SIMÕES, C.M.O. Interações entre fármacos e medicamentos fitoterápicos à base de ginkgo ou ginseng. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v.18, n.1, p.117-26, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfar/a/sXZy5GPnJMpChbMBJfyrJmm/abstract/?lang=pt Acesso em: 10. Mar. 2021

ALVES, L. L. Atividade alelopática de extratos aquosos de plantas medicinais na germinação de Lactuca sativa L. e Bidens pilosa L. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v. 13, n. 3, p. 328-336, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpm/a/7KCCVZ7vtCCHXVsPYZ4QJZG/?lang=pt Acesso em: 25. Fev. 2021

BASTOS GM 2007. Uso de Preparações Caseiras de Plantas Medicinais Utilizadas no Tratamento de Doenças Infecciosas. Fortaleza, Ceará, 150 p (**Dissertação de Mestrado**). Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Universidade Federal do Ceará. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4221 Acesso em: 30. Mar. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS 648**, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União. 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf Acesso em: 02. Abr. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Gerência Técnica de Assistência Farmacêutica. Grupo de Estudos de Fitoterápicos. Relação das plantas medicinais de uso tradicional no SUS. Brasília, 2011. 6p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31.pdf Acesso em: 15. Maio. 2021

BRITTO, V.L. M.Q. et al. Plantas medicinais e fitoterápicos no contextoda academia, governo e organizações dasociedade civil: exemplo de iniciativas populares nomunicípio de Uberlândia-MG. **Revista de Educação Popular**, v.6, n.1, p.93-101, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpm/a/NtdTcnFMJcnpxThWFyn7wNr/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 10. Março. 2021

ELISABETSKY, E. Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras. In: RIBEIRO, Darcy(Ed.) **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. v.1. Etnobiologia. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/book/suma-etnologica-brasileira/volume-1-etnobiologia Acesso em: 10. Maio. 2021

FERREIRA, A. G; AQUILA, M. E. A. Alelopatia: uma área emergente da ecofisiologia. **Revista Brasileira de Fisiologia Vegetal**, Campinas, v. 12 (Edição Especial), p. 175-204, 2016. Disponível em:

http://www.lpv.esalq.usp.br/sites/default/files/8%20-%20Semana%204%20-%20Alelopatia%20na%20agricultura%20-%20referencia%20leitura%20-%20referencia%20leitura.pdf Acesso em: 25.Agosto. 2021

FRANÇA, I.S.X. et al. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.61, n.2, p. 201-8, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/dYkMVhNDT7ydC55WTzknHxs/abstract/?lang=pt Acesso em: 10. Mar. 2021

FETROW, C.W.; AVILA, J.R. **Manual de medicina alternativa**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 743p. Disponível em: https://www.indicalivros.com/livros/manual-de-medicina-alternativa-para-o-profissional-juan-r-avila-charles-w-fetrow Acesso em: 08. Set. 2021

GAMA, M.A.X.; SILVA, M.J.P. A utilização da fitoterapia por idosos de um Centro de Saúde em área central da cidade de São Paulo. **Saúde Coletiva**, v.11, n.3, p.79-84, 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/842/84212137004.pdf Acesso em: 20. Set. 2021

HAMILTON, Alan. **Medicinal plants and conservation**: issues and approaches. International Plants Conservation Unit, WWF-UK, 2003. Disponível em: http://www.sciepub.com/reference/328289 Acesso em: 10. Set. 2021

LIMA, L.L. et al. A Prática da fitoterapia a partir do conhecimento popular em três comunidades do valentina, João Pessoa – Paraíba . **Revista Ciência Saúde Nova Esperança**; vol. 11, n. 03, p. 20-31, 2015. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4CCMDPSPROBEX2013507.pdf Acesso em: 30. Set. 2021

LUCENA, B.F.F. et al. Avaliação da atividade antibacteriana e moduladora de aminoglicosídeos do óleo essencial de Cymbopogon citratus (DC.) Stapf. **Acta biol**. Colomb. Vol. 20, n. 01, p.39-45, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-548X2015000100005 Acesso em: 10. Mar. 2021

MARQUES, F.C. Fito 2000 – Lima/ Peru. **Boletim da Associação Catarinense de Plantas Medicinais**, n.2, 2001. Disponível em: https://www1.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Botanica/RBPM-RevistaBrasileiradePlantasMedicinais/artigo7_v8_n2.pdf Acesso em: 20. Out. 2021

MARTINS, L.S. A utilização da Fitoterapia em três comunidades quilombolas da mesorregião do agreste da Paraíba. 2016. 37 f. Trabalho de conclusão de Curso de bacharelado e licenciatura em Enfermagem. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande,Paraíba, 2016. Disponível em: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/780/1/PDF%20-%20Leandro%20de%20Souza%20Martins.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021

MATOS, F. J. A. **Farmácias vivas:** sistema de utilização de plantas medicinais

projetado para pequenas comunidades. 3.ed. Fortaleza: **EUFC**, 2015. 219p. Disponívem em: https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=870928&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22A.%22&qFacets=autoria:%22A.%22&sort=&paginacao=t&paginaAtual=717 Acesso em: 05. Nov. 2021

MEINERZ, C. C. Interferência alelopática na germinação de alface e tomate por derivados de avenca (Adiantum capillus-veneris L.), espinheirasanta (Maytenus ilicifolia R.) e guaco (Mikania glomerata S.). SaBios: **Revista de Saúde e Biologia**, Campo Mourão, v. 10, n. 1, p. 15-22, 2015. Disponível em: http://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/viewFile/1467/955 Acesso em: 20. Nov. 2021

NETO, I.R.S; ALVES, M.G.L.; MARTINS, M.T.C.S. **Utilização de plantas medicinais pelos grupos de idosos e de jovens no municipio de Parari** – PB. **Revista Acadêmico científica**: vol. 07, n. 1 p. 1-15, 2015.Disponível em: http://www.revistascire.com.br/artigo/2015/MAR%C3%87O/UtilizacaoPlantasMedicinais_Inacio_Romao.pdf Acesso em: 15. Nov. 2021

OLIVEIRA, C.J.; ARAUJO, T.L. Plantas medicinais: usos e crenças de idosos portadores de hipertensão arterial. **Revista Eletrônica de Enfermagem**: Vol. 09, n. 01, p. 93-105, 2016. Disponível em : https://www.fen.ufg.br/revista/v9/n1/v9n1a07.htm Acesso em: 20. Out. 2021

DE OLIVEIRA, S. G. Alelopatia de capim-cidreira na germinação, vigor de sementes e no desenvolvimento inicial do tomate-cereja. Caderno de Ciências Agrárias, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 07-12, 2018. Acesso em: 26. Out. 2021
OMS, Organização Mundial De Saúde. (2008b) **Traditional medicine**: definitions. Disponível em: http://www.who. int/medicines/areas/traditional/definitions/en/. Acesso em: 05 mar. 2019

PEIXOTO, M.I. et al**.** Plantas medicinais utilizadas por idosos da zona rural de Fagundes – PB. **Congresso Internacional de envelhecimento Humano**: vol. 02, n. 01, 2015. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV040_MD4_SA3_ID337_27082015172304.pdf Acesso em: 16. Nov. 2021

SANTOS, A. et al. Determinação do rendimento e atividade antimicrobiana do óleo essencial de Cymbopogon citratus (DC.) Stapf em função de sazonalidade e consorciamento**. Revista Brasileira de Farmacognosia**; vol. 19 n. 2ª, p. 436-441, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v19n2a/a17v192a.pdf Acesso em: 19. Out. 2021

SILVA, Diogo Mendes da et al. Levantamento Etnofarmacológico em Comunidades Rurais do Recôncavo da Bahia/BA. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 1, dec. 2017. ISSN 2236-7934. Disponível em: http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/3565. Acesso em: 15. Agosto. 2021.

SILVA, M.I.G. et al. Utilização de fitoterápicos nas unidades básicas de atenção à saúde da família no município de Maracanaú (CE). **Revista Brasileira de**

Farmacognosia, v.16, n.1, p.455-62, 2016. Disponível em: http://co.unicaen.com.br:89/periodicos/index.php/UNICA/article/view/56 Acesso em: 20. Out. 2021

VEIGA JUNIOR, V.F.; PINTO, A.C.; MACIEL, A.M. Plantas medicinais: cura segura? **Química Nova**, v.28, n.3, p.519-28, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/qn/a/CHhqMPvgfDyKcv9XD3HSBsc/?lang=pt Acesso em: 19. Nov. 2021

ZAGO, J.A.A. et al. Sigergismo entre óleos essenciais e drogas antimicrobianas sobre linhagens de *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli* isoladas de casos clínicos humanos. **Revista Brasileira de Farmacognosia:** vol.19, n. 04, p. 828- 833, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v19n4/05.pdf Acesso em: 18. Out. 2021

RISCOS DA AUTOMEDICAÇÃO COM ANTIMICROBIANOS: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Jaqueline de Freitas Silva
Francisco Wanderlei Lima Silva

Discente do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: @hotmail.com
[2]Docente do Curso de Farmácia da Faculdade do Vale do Jaguaribe– FVJ. Mestrado em Farmacologia (UFC); E-mail: wanderlei.lima@fvj.br

RESUMO

A automedicação consiste na utilização de medicamentos sem que haja uma prescrição médica para tratar doenças autolimitadas ou seus sintomas. No Brasil, cerca de 80 milhões de pessoas praticam a automedicação, o risco dessa prática está relacionado ao baixo nível de escolaridade da população e à escassez de informações sobre medicamentos. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo evidenciar o panorama atual da automedicação com antibióticos, a recorrência da automedicação na população. O estudo foi uma revisão integrativa, por meio de pesquisa bibliográfica nas bases de dados: SciELO, LILACS e BVS. Para a busca foram utilizadas palavras-chaves selecionadas mediante consulta aos DeCS da Bireme: Automedicação, Antimicrobianos, Farmacêutico e Saúde. Em relação aos 10 artigos selecionados, foram analisados tópicos relacionados aos resultados de cada publicação escolhida. A automedicação é praticada por 76,4% dos brasileiros, sendo que 32% dos pacientes tem o habito de aumentar as doses dos medicamentos prescritos pelos médicos, afim de aumentar também os efeitos terapêuticos. O farmacêutico tem papel imprescindível, pois o mesmo precisa conhecer as classes, como e onde agem para poder auxiliar da melhor maneira o paciente nesse aspecto. De acordo com os estudos bibliográficos sobre o risco da automedicação com antimicrobianos sabe-se que a automedicação de antimicrobianos é bastante prevalente e incidente em grande parte da população brasileira e o farmacêutico tem papel muito importante no combate a automedicação, bem como no auxílio do paciente na forma de administração, posologia, contraindicações, efeitos colaterais e reações adversas dos medicamentos.

Palavras-chave: Automedicação. Antimicrobianos. Farmacêutico. Saúde.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prática de automedicação consiste na seleção e na utilização de medicamentos sem que haja uma prescrição para tratar doenças autolimitadas ou seus sintomas. A automedicação e a venda livre de medicamentos acarretam, muitas vezes, em um consumo indevido e desnecessário, sendo alvo de muitos acertos, mas também de muitos erros (LIMA et al, 2019).

No Brasil, cerca de 80 milhões de pessoas praticam a automedicação, o risco dessa prática está relacionado ao baixo nível de escolaridade da população e a escassez de informações sobre medicamentos, bem como ao acesso aos medicamentos no sistema de saúde (CRUZ et al, 2014). Além disso, uma das classes que mais se observa o consumismo seria a classe dos antimicrobianos, que são uma das classes bastante abrangentes, tendo como função o combate ou inibição do desenvolvimento de microrganismos que estão causando algum tipo de doença. Os antibióticos estão completamente inseridos nessa categoria, pois são substancias produzidas a partir dos próprios microrganismos como fungos, bactérias ou também na síntese orgânica em laboratórios de ponta, principalmente com a finalidade de erradicar possíveis doenças relacionadas a ação das bactérias (INFARMED, 2012).

Segundo Silva Martins e colaboradores (2015), é importante destacar o uso sistemático e indiscriminados de antimicrobianos, o que acaba ocasionando uma pressão seletiva, selecionando cepas com algum mecanismo de resistência, podendo ser disseminado através do ambiente. Tal seleção tem uma probabilidade de levar ao predomínio de cepas mais sobreviventes, que irão se multiplicar e se tornar a maioria. Diante disso, o surgimento de cepas multirresistentes é um grande problema, principalmente em ambientes hospitalares ou em comunidades que não se tenha um controle adequado. Dessa forma, a resistência bacteriana é um grave problema de saúde pública que pode ser observada tanto a nível hospitalar, como do nosso próprio cotidiano (LENTZ, 2017).

Diante disso, faz-se necessário fomentar a discussão acerca dessa área tão importante, visto que a mesma pode interferir na vida de muitas pessoas, bem como na sociedade como um todo. O estudo teve, portanto, como objetivo evidenciar o panorama atual da automedicação com antibióticos, a recorrência da automedicação na população, suas consequências ao longo do tempo, e quais motivações para o uso indiscriminado de antibióticos, além de quais antimicrobianos mais utilizados.

METODOLOGIA

O trabalho desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa da literatura, que, segundo Gil (2008, p. 50), é desenvolvido a partir de um material já existente, como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, dentre outros.

Os artigos científicos sobre a temática escolhida foram acessados nas bases de dados, levando em consideração a facilidade e a gratuidade do acesso: Scientific Eletronic Library On-line (SciELO); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde. Para a busca dos artigos foram utilizadas palavras-chaves em português selecionadas mediante consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Bireme: Automedicação, Antimicrobianos, Farmacêutico e Saúde.

Para a seleção das fontes, foram elegidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: a fonte esta dentre do período de 2016 a 2021; língua portuguesa; apresentar o risco da automedicação de antimicrobianos dentre as temáticas principais; ser relatos de pesquisa, o formato de artigos, dissertações e teses. Enquanto isso, os critérios de exclusão foram: ser preferencialmente teórico; não apresentar resumos no início das bases de dados e nas bibliotecas pesquisadas, ser artigo de revisão ou relato de caso e apresentar duplicidade.

A coleta dos textos ocorreu durante todo o segundo semestre do ano de 2021. Além disso, o mesmo ocorreu em seis etapas, sendo elas: leitura rápida, que tinha como objetivo consultar se a obra é de interesse para o trabalho, onde acabou selecionando 65 textos; leitura seletiva, onde seria uma leitura mais aprofundada, que acabou excluindo 25 trabalhos por não explicitarem a natureza da pesquisa ou não apresentarem a normatização científica estipulada; na última etapa foram excluídos ainda 20 trabalhos, pois os mesmos apresentaram referência em duplicata. Dessa forma, ao final restaram 20 artigos, onde os mesmos foram analisados. Após análise, 10 artigos não respondiam à pergunta norteadora, sendo os mesmos excluídos, restando 10 artigos no final que foram incluídos na síntese da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A utilização de medicamentos por conta própria ou por indicação de um leigo, sem avaliação de um profissional da área da saúde, é um habito bastante comum entre os brasileiros de todas as idades, sexos e classes sociais. Diante disso, outro habito bastante errado e perigoso é a automedicação, ou seja, utilização de medicamentos por conta própria, principalmente medicamentos controlados com venda e retenção de prescrição médica, como no caso dos antimicrobianos (MIRANDA; VIEIRA, 2019). A automedicação é praticada por 76,4% dos brasileiros, sendo que 32% dos pacientes tem o habito de aumentar as doses dos medicamentos prescritos pelos médicos, afim de aumentar também os efeitos terapêuticos. Homens e mulheres se medicam na mesma proporção, porém o público-alvo é com idade entre 25 e 40 anos, visualizando uma relação que quanto maior a escolaridade e a renda, maior é a incidência do problema (JUNIOR et al., 2018).

De acordo com os estudos bibliográficos sobre o risco da automedicação com antimicrobianos conclui-se que: (a) A automedicação de antimicrobianos é bastante prevalente em grande parte da população brasileira; (b) A automedicação de antimicrobianos também é incidência em indivíduos da área da saúde; (c) O farmacêutico tem papel muito importante no combate a automedicação, bem como no auxílio do paciente na forma de administração, posologia, contraindicações, efeitos colaterais e reações adversas dos medicamentos; (d) Ele também deve fazer com que o paciente se sinta auto independente de forma a facilitar a adesão do mesmo ao medicamento.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, M.J.B.; et al. **Uso de medicamentos em crianças de 0 a 14 anos**: estudo de base populacional. Porto alegre: Jornal de Pediatria, Vol. 90, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572014000600608&lang=pt acesso em 24 de outubro de 2021.

INFARMED. Ministério da Saúde: Prontuário terapêutico. Lisboa.2012; 11(1).

JÚNIOR, J. M. A.; SALVI, J.O. et al. Fatores associados à automedicação em uma farmácia comunitária de ouro preto do Oeste, Rondônia. ACTA Biomedicina Brasileira 2018; 9(2), 107-116.

LENTZ, Silvia Adriana Mayer. Prevalência de genes de resistência em isolados de e. Coli provenientes de frangos de corte. 2017.

MIRANDA, Laura da Conceição Pacheco; VIEIRA, Francisco de Oliveira. RISCO DA AUTOMEDICAÇÃO: INFORMAÇAO EM PROL DA MUDANÇA DE HABITO. **Rev. Ciênciahoje**, Minas Gerais, p. 1-14, maio 2019.

FÁRMACOS FITOTERÁPICOS UTILIZADOS COMO ANSIOLÍTICO NOS JOVENS EM TEMPOS PANDÊMICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Hugo Almeida de Lima[1]
Professor Dr. Rodolfo de Melo Nunes[2]

RESUMO

O artigo exposto aborda de maneira clara e objetiva a atuação dos fármacos fitoterápicos como ansiolíticos voltados para um tratamento benéfico e eficaz contra a ansiedade utilizando como pilar de sustentação a revisão literária cientificam de artigos publicados, ressaltando também interações farmacológicas como o maracujá (*Passiflora incarnata* L.) e como alternativa terapêutica para o tratamento do Transtorno de Ansiedade, agravados em tempos de pandemia. O projeto respalda-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, subsidiado pelas seguintes fontes eletrônicas de pesquisa: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Nacional Library of Medicine* (PUBMED), para consolidação de dados, em um tempo previsto para organização e arquivamento das informações do mês de julho a outubro de 2021, resultando em um aparato teórico de 10 artigos para fundamentação. Constatou-se que os pontos a serem ressaltados da utilização de fitoterápicos estão voltados para custo reduzido, à facilidade de acesso e ao baixo índice de efeitos colaterais e reações contrárias. Foi encontrado um número considerável de informações que demonstraram a utilização e a procura de fitoterápicos à base de *P. Incarnata* para tratar as psicopatologias como a ansiedade.

Palavras-chave: Farmacêutico, Ansiolíticos, Fitoterápicos, Jovens, Pandemia.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo coronavírus – SARS-CoV-2 -, provocou impactos relevantes na vida das pessoas, incluindo crianças, adolescentes e jovens, de uma forma sem precedentes. Uma atitude essencial para prevenção da infecção por COVID-19 foi o isolamento, e as estratégias de distanciamento social, protocolos sanitários rígidos e etiquetas respiratórias para proteger do risco de infecção.

Dessa maneira, jovens podem estar excessivamente expostos a estressores psicossociais, gerados pela pandemia e com imensuráveis reações, uma vez que medidas de contenção da população para reduzir a disseminação do vírus sejam necessárias, eles podem ser potencialmente afetados pela interrupção na rotina. Sem intervenções psicológicas adequadas, a ansiedade entre os jovens muitas vezes persiste na idade adulta e aumentam os fatores de risco de doenças relacionadas à idade. Sendo classificados em transtornos de ansiedade generalizada, transtornos do pânico, fobias específicas e transtornos de ansiedade social (SAÚDE, 2006).

O artigo aqui exposto aborda essa problemática, ruminando a potencialidade e eficácia na utilização dos fármacos fitoterápicos aplicados como ansiolíticos em jovens em tempos pandêmicos, tendo como base uma revisão integrativa, fundamentada por dez artigos que explanam o assunto e que ressalta o sexo feminino como um público mais afetado em uma faixa etária de 15 anos a 19 anos. Levando em consideração a atual situação e a estrutura

[1] Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário Unijaguaribe, Aracati-CE, 2022. E-mail: hugoalmeidadelima@gmail.com.
[2] Professor Doutor do Centro Universitário Unijaguaribe, Aracati-CE, 2022. E-mail: rodolfo.nunes@fvj.br.

de um meio imediatista, consumista e estereotipada na qual se torna propagadora e gatilho para casos de doenças voltadas para ansiedade e suas ramificações (GÁRCIA; SOLÍS, 2007).

2 METODOLOGIA

O artigo exposto trata-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo, com a perspectiva de um trabalho bibliográfico no que tange a interação dos conhecimentos do tema que estão despostos nos achados teóricos, com uma visão crítica e holista acerca dos resultados obtidos, fazendo com que os assuntos pesquisados sejam eficientes para acerca da utilização de fitoterápico em jovens no tratamento da ansiedade na pandemia, esse estudo, é voltado para análise de vertentes como: efeitos colaterais, custo benefício, acessibilidade, impacto do aumento dos casos de ansiedade acarretados pela Covid-19 no Brasil e o uso do medicamento *Passiflora Incarnata*, como um destaque nos fitoterápicos para esse processo.

A análise de informações esteve pautada em um tempo estipulado de julho a outubro de 2021, as principais fontes de obtenção de informações, passaram por critérios de credibilidade proposto e organizado pelo próprio autor do artigo, vinculado a uma organização prioritária de fontes de autoridades confiáveis: Google acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *National Library of Medicine* (PUBMED), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Em termos de critérios de exclusão, destacam-se: Incompatibilidade do assunto em artigos ou publicações, repetições de artigos nas fontes eletrônicas e que não respondiam à pergunta problema, ausência de informações pertinentes acerca do exploratório.

Após a minuciosa análise e levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão, pode-se constatar em um conjunto de 87 artigos que 10 enquadravam-se no padrão esperado no critério de inclusão e na necessidade da pesquisa do artigo em processo.

Para nortear o trabalho foi elaborado um fluxograma com o intuito de esclarecer e organizar as etapas do artigo na proporção em passo a passo, promovendo assim, o fácil entendimento da execução do trabalho evidenciado.

3 RESULTADOS

Da família Passiflorácea e compondo sua origem na América do Sul e do Norte, a *P. Incarnata* é um vegetal que contém folhas simples, essas flores mostram-se perfumadas, largas, com pedúnculos esbranquiçados e pétalas de coloração azul clara, roxa, branca e lavanda. Os frutos, de coloração.

A *P. incarnata* possui alto valor medicinal como antiespasmódico, antiepiléptico, antiasmático, narcótico, anti-histérico, ansiolítico e sedativo, em decorrência da presença de compostos bioativos passiflorina, flavonoides, alcaloides e c-glicosideos utilizados no desenvolvimento de medicamentos auxiliares para o tratamento da ansiedade com atividade sedativa (PEREIRA, SÓNIA MARIA TAVARES, 2021).

Ressaltando o discurso do Pessolato *et al.* (2021), acerca do uso do fitoterápico *Passiflora* , ele deixa bem claro a positividade dos resultados em pacientes com ansiedade , enfatizando o custo que é bem reduzido, as contraindicações que segundo ele são quase nulas, portanto, apesar das limitações na validação das propriedades farmacológicas de plantas medicinais no contexto da saúde mental, a fitoterapia se destaca como uma prática integrativa e complementar, apoiada por evidências científicas, podendo auxiliar na redução de sintomas ansiosos e de insônia.

Em compilação dos dados e estudos obtidos, certificou-se a relevância da representatividade do fitoterápico *Passiflora Incarnata* como sendo um dos mais procurados e com maior resultado acerca da ansiedade no contexto pandêmico em jovens brasileiros e que mesmo com a mitigação do Covid-19 a procura do medicamento não cessou , comprovando a sua credibilidade e ação positiva acerca do tratamento (MENDONÇA *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração toda revisão literária exposta e selecionada por meios de critérios de inclusão e exclusão, foi possível constatar a real eficácia do Fitoterápico *Passiflora Incarnata* nos jovens com ansiedade em tempos pandêmicos, dessa forma, o estudo consolida que os fitoterápicos utilizados da maneira correta tem uma maior probabilidade de minimizar a ansiedade e causar menos transtornos ao paciente, tornando-se, uma efetiva alternativa no tratamento da ansiedade e seus avanços.

A ansiedade em jovens, hoje, no Brasil, acarreta inúmeros problemas para o desenvolvido da sociedade, haja vista a árvore etária brasileira com uma representatividade irrisória voltada para uma população hodierna, em que pese todas essas afirmativas, é que a procura incansável por tratamentos hábeis levaram a estudos esmiuçados por métodos menos evasivos, mais naturais e com custo financeiro reduzido, em suma, mais acessível e com maior credibilidade.

Dessa maneira, a explanação dos dados apresentados do artigo perfaz e constata que os fitoterápicos assumem uma importância imensurável no tratamento de jovens contra a ansiedade.

REFERÊNCIAS

GÁRCIA, Encarna Castillo; SOLÍS, Isabel Martínez. **Manual de Fitoterapia**. 2. ed. Barcelona: Elsevier Masson, 2007.

GOMES, Yana Letícia de Sousa; PINTO Caio Lima da Silva; MIRANDA ,Raimundo Nonato Cardoso Júnior . **Avaliação do tratamento farmacoterapêutico em jovens com transtorno de ansiedade durante a pandemia.** In: Research, Society and Development, v. 10, n. 15, e404101522958, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/CMA/Downloads/22958-Article-274721-1-10-20211122%20(2).pdf . Acesso em: 20 jan. 2022.

MENDONÇA, Neto Justo Ivan et al. **Plantas medicinais e fitoterápicos no cuidado da saúde mental em tempos de pandemia: uma revisão da literatura.** Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/183634. Acesso em: 19 jan.2022

PEREIRA, Sónia Maria Tavares. **O Uso Medicinal da Passiflora incarnata L.** 2021. Acesso em: 19 jan.2022

SAÚDE, Ministério da. **A Fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos.** Brasília: Série B. Textos Básicos de Saúde, 2006. Pgs 7-13.

AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO DE CHUPETAS POR ENTEROPARASITAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Erica Karoline Rodrigues da Silva (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: erica.silva@fvj.br), Orientador: Francisco Wanderlei Lima Silva (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

As infecções por parasitas intestinais representam um problema de saúde pública mundial, de difícil solução. Essas afecções estão correlacionadas com níveis socioeconômicos mais baixos e condições precárias de saneamento. O estudo objetivou discorrer sobre a presença de enteroparasitas em chupetas usadas pelas crianças. Realizou-se uma revisão integrativa por meio das plataformas de base: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), PUBMED, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os descritores “Crianças”, “Chupetas” e “Parasitos”. Foram inclusos artigos escritos em língua vernácula ou inglês; apresentados na íntegra, com temporalidade de 2010 a 2021 e que respondesse ao problema de pesquisa. Como exclusão, compreenderam arquivos em língua estrangeira, que não fossem no inglês, relatos de caso e revisões. O estudo abordou que a maioria das crianças e famílias que sofrem com a questão das parasitas, relacionam-se a indivíduos com condições de vivências abaixo da pobreza e sem qualidade de vida. Isto porque, as localidades onde residem ou onde as crianças estudam são situadas próximas a descartes de dejetos, tornando o solo contaminado. A literatura apresenta que os problemas com a falta de saneamento básico culminam em falta de água tratada para a população, que consequentemente não realiza higiene adequada as chupetas das crianças. Também se enfatiza sobre o pouco estudo dos adultos, o que os levam a deter poucas informações de como se cuidarem em ambientes próprios a parasitas. Por fim, percebe-se a necessidade de políticas públicas mais intensas, visando o cuidado com a população e minimização de doenças parasitárias.

Palavras-chave: contaminação; chupetas; doenças; crianças; parasitas.

INTRODUÇÃO

As infecções por parasitas intestinais representam um problema de saúde pública mundial, de difícil solução. Essas afecções estão correlacionadas com níveis socioeconômicos mais baixos e condições precárias de saneamento básico. As parasitoses são um problema de saúde pública frequentes e consideradas como indicadores de desenvolvimento econômico de um país, tendo como principal foco os jovens, ocasionando problemas intestinais além de baixo rendimento corporal e atraso no desenvolvimento escolar. Essas que por sua vez decorrem da presença de macroparasitas (helmintos) e/ou microparasitas (protozoários) no intestino, comprometem de forma heterogênea cerca de 25% da população mundial. As helmintíases dividem-se em: nematelmintos (vermes de corpo cilíndrico) e platelmintos (vermes de corpo achatado dorso-ventralmente), cestoides (forma de fita e segmentados) ou trematódeos (forma de folha e não segmentados). A prevalência pode variar conforme a região analisada, dependendo dos aspectos climáticos, das características do solo, dos hábitos alimentares e de higiene e condições sanitárias. A invasão do parasita ocorre através da pele (pelo contato direto com o solo contaminado) e/ou pela boca (ingestão de água e/ou alimentos contaminados, fômites, perversão do apetite ou prática sexual). Com os avanços tecnológicos, a globalização e a interface político-econômica mundial contemporânea não evitaram as adversidades relacionadas à precariedade sanitária e pobreza humana. Correlacionada a essa

desigualdade social, perpetuam-se os agravos à saúde capazes de afetar populações vulneráveis que estão às margens de uma visão ainda pautada no modelo biomédico de se fazer saúde. Dessa forma, o objetivo geral do estudo foi discorrer sobre a presença de enteroparasitas em chupetas usadas pelas crianças. Com relação aos objetivos específicos, estes visaram: discutir sobre como deve ocorrer a higienização das chupetas para evitar contaminações; verificar o perfil sociodemográfico das mães mais acometidas com o problema de contaminação em seus bebês; especificar parasitas detectados em chupetas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação mais profunda e com riqueza de detalhes. Como é possível identificar, a revisão é completa, pois compreende passo a passo do estudo. No caso do primeiro passo citado, compreende-se a pergunta de pesquisa, que no caso do estudo vigente está relacionado a entender: quais as parasitas que mais acometem as chupetas de bebês, causando doenças intestinais? Posteriormente, realizou-se os demais processos do estudo, que se atrelaram a seleção dos artigos que foram usados, identificação da qualidade da metodologia das pesquisas, redação e publicação dos resultados. Além disso, tratou-se de um estudo de cunho qualitativo, o qual é responsável por "apresentar um texto capaz de transmitir informações concisas, coerentes e, o mais possível, fidedignas". Para a coleta de dados, usou-se as bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), PUBMED, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A partir destas, foram utilizados os seguintes descritores de busca: "Crianças", "Chupetas" e "Parasitos". Alguns critérios de inclusão e exclusão foram estabelecidos para se chegar a amostra desejada. Os de inclusão foram: ser escrito em língua vernácula ou Inglês; ser apresentado na íntegra, estar na temporalidade de 2010 a 2021 e responder ao problema de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É sabido que para evitar uma contaminação extensa em chupetas, faz-se relevante que a higienização destas aconteça diariamente, visando, sobretudo, o cuidado com relação as doenças que podem surgir a partir da sua introdução na boca dos bebês. Moreira, Vieira e Fernandes (2021) discorrem sobre essa higienização acontecer por meio da utilização de água tratada. Os autores discorrem que não são apenas os alimentos que precisam deste cuidado, mas ainda mais as chupetas, sendo estas responsáveis por passar tempo longo junto aos bebês. Além da higienização das próprias chupetas, os autores enfatizam que as mãos das pessoas que tem contato com o objeto também precisam estar higienizadas. Isto porque as mãos compreendem diversas contaminações, estando entre elas o suor, a oleosidade, e afins. De acordo com os autores, o uso de água hidratada, do sabão e do álcool são fundamentais para esse processo. Reuter *et al*., (2015) enfatizam sobre a relevância de estudar o perfil sociodemográfico das famílias, especificamente das mães que tem bebês acometidos por parasitas, sobretudo, aquelas que fazem uso de chupetas. No estudo do referente autor, ele esclarece que os pais das crianças são indivíduos que possuem ensino médio completo ou ensino fundamental incompleto, o que na visão dos autores aumenta as chances de pouco ou nenhum cuidado com relação a higienização adequada dos espaços onde inserem-se as crianças, sendo que a falta de acesso a informação e a busca por ela pouco se apresenta entre os indivíduos. Reuter *et al*., (2015) ainda apontam sobre as condições de moradia ser ideal para que os parasitas se apresentem, pois tratam-se de moradias de alvenaria e madeira. Neste sentido os autores discorrem que nestes locais surgem diversas parasitas mistas, aumentando os riscos junto aos moradores do local. No estudo, ainda fica evidente a necessidade de auxílio de políticas públicas para melhoria das questões de esgoto a céu aberto, sendo que a população é devidamente exposta. No que tange a questão de saneamento, compreende-se a relevância em destacar que as condições da água do local também precisam ser melhoradas.

No estudo de Alves *et al*., (2014) são apresentados outros parasitas, tal como o *Entamoeba coli,* mas o estudo também aborda a presença do *Ascaris lumbricoides*, corroborando com as informações apresentadas por Costa *et al*., (2022).

CONCLUSÕES

Diante as informações que foram apresentadas, pode-se inferir que a pergunta norteadora da pesquisa foi respondida, já que esta buscava saber quais as parasitas que mais acometem as chupetas de bebês, causando doenças intestinais, e a literatura escolhida enfatiza que estão entre as *biparasitismoEntamoeba, colieGiardia duodenalis, Entamoeba colie Trichuris trichiura, Endolimax nanae Entamoeba colie Giardia duodenalis* e *Endolimax nana,* sendo que aquela que mais se apresenta nos estudos é a Ascaris lumbricoidesl. Também se percebe que os objetivos da pesquisa foram atendidos, sendo que o geral buscava discorrer sobre a presença de enteroparasitas em chupetas usadas pelas crianças e ficou evidente que o fato ocorre devido os problemas da falta de saneamento básico nos espaços onde as crianças se inserem, sejam em suas creches ou mesmo em seus lares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernanda V. *et al*. Aspectos epidemiológicos das enteroparasitoses em crianças domiciliadas em um assentamento rural no nordeste brasileiro. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 6, n. 3, p. 666-676, 2014. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7607. Acesso em: 10 mai. 2022.

COSTA, Milce; DE LIMA, Ludimila Gonçalves; MARTINS, Hellen Kássia Silva. Ocorrência de enteroparasitas em salas de espera e banheiros de unidades básicas de sáude (ubs) no município de Ceres–GO, BRASIL. **Revista Eletrônica da Faculdade de Ceres**, v. 10, n. 1, p. 11-25, 2021. Disponível em: http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/refacer/article/view/587. Acesso em: 12 abr. 2022.

MOREIRA, Evelyn de Sousa; VIEIRA, Pedro Henrique Gomes; DA SILVA FERNANDES, Daniele Regina. Práticas de educação em saúde na escola: prevenção às parasitoses entre crianças do ensino fundamental em uma cidade no interior do Pará. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e5007-e5007, 2021. Disponível em: https://18.231.186.255/index.php/saude/article/view/5007. Acesso em: 01 mai. 2022.

REUTER, Cézane Priscila *et al*. Frequência de parasitoses intestinais: um estudo com crianças de uma creche de Santa Cruz do Sul-RS. **Cinergis**, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/6426. Acesso em: 20 abr. 2022.

Fisioterapia

EVIDÊNCIAS DE CONDUTAS FISIOTERAPEUTICAS NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA*

Tatiany Cristina Viana Santos [1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: tatianycristina.santos@fvj.br).

Claudia Vaz Pupo de Melo [2] (Orientadora Professora do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: claudia.pupo@fvj.br).

RESUMO

Envelhecer faz parte de um processo natural e fisiológico, contudo, a pessoa idosa também fica mais propensa a cair devido as alterações funcionais, visuais e auditivas, o que aumenta também o risco de morte, visto que a queda é o acidente mais comum entre idosos. Sendo assim, o tratamento fisioterapêutico é muito importante pois, através de uma avaliação, podem ser formados protocolos que visam a prevenção de quedas. Refere-se à uma revisão de literatura integrativa em que foi feito um levantamento na bibliografia sobre as abordagens fisioterapêuticas que apresentam melhores evidências para prevenção de quedas em idosos. As bases de dados utilizadas foram PubMed, PEDro e Cochrane na busca de ensaios clínicos randomizados com importância científica dos últimos cinco anos (2016-2021). Foram achados 345 artigos, que, após passarem pelos critérios de inclusão, exclusão e as duas etapas de avaliação, restou um total 5 ensaios clínicos randomizados que foram colocados à disposição de acordo com autores, título, ano de publicação, objetivo geral e principais considerações. O presente estudo revelou que programas de exercícios físico e terapia com sistema de posturografia apresentaram melhores resultados para prevenção e diminuição do risco de quedas em idosos.

Palavras-chave: Idoso; Prevenção de quedas; Fisioterapia; Tratamento.

INTRODUÇÃO

O Estatuto do Idoso, Lei n° 10.741 de 1º de outubro de 2003, define como idoso a pessoa com 60 anos ou mais. (BRASIL, 2003). Envelhecer é um processo natural, fisiológico, progressivo e não patológico, onde há diminuição progressiva da reserva funcional dos indivíduos (senescência) o que, em condições normais, não provoca qualquer problema relacionado à saúde. (XAVIER, et al.,2019). Contudo, devido ao processo de envelhecimento o risco de acidentes se

torna alto, pois ocorrem mudanças na percepção visual e auditiva, diminuição da massa muscular, óssea e força (PHELAN; RITCHEY, 2018). Dentre os acidentes que possam causar lesões, modificar a capacidade de função e mesmo gerar a morte nos idosos, o mais comum é a queda (CHITTRAKUL et al.,2020). Assim, o fisioterapeuta é de grande importância na prevenção de quedas em idosos, sendo assim, capaz de fazer um apanhado da realidade do idoso, e, em seguida, determinar programas aplicáveis aos casos clínicos com efeito específico sobre a prevenção de quedas (COSTA et. Al, 2021; LACH; NOIMONTREE, 2018) Portanto, o objetivo da pesquisa foi realizar um levantamento na literatura sobre as abordagens fisioterapêuticas na prevenção de quedas em idosos que apresentem melhores evidências.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa. A pesquisa foi realizada entre os meses de setembro de 2021 à outubro de 2021, nas bases de dados PubMed, Physiotherapy Evidence Database (PEDro) e Cochrane. Os descritores foram selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), que são: Old Age, Falls, Physical Therapy. O operador booleano utilizado foi do tipo "AND" e as combinações usadas nas bases de dados foram: old age AND falls AND physical therapy. Os critérios de inclusão foram: Ensaios clínicos em inglês. Os critérios de exclusão foram: estudos duplicados, não disponíveis e que não estivessem dentro dos últimos cinco anos. Depois foi realizado duas etapas de avaliação. Na primeira etapa foi feito leitura de: título, palavras – chave, resumo, introdução, objetivos, metodologia, resultados e conclusão, aqueles fora da temática foram excluídos. Na segunda etapa, foi utilizado a escala PEDro, estudos que alcançaram nota menor que 5 foram excluídos. Foram encontrados 236 artigos na PubMed, após a implementado os critérios de exclusão foram excluídos 198 estudos, restando 38 estudos, em seguida foi implementado os critérios de inclusão onde foi excluído um total de 34 periódicos, restando assim 4 estudos. Na base de dados PEDro foram encontrados 6 estudos, após implementado os critérios de exclusão foram excluídos 2 estudos, restando 4 estudos. E na Cochrane foram revelados 103 estudos, após a implementação dos critérios de exclusão, foram excluídos 92 estudos, restando 11 estudos. Esses estudos seguiram para as etapas de avaliação, na primeira etapa, foram excluídos 2 artigos da base de dados PEDro, restando 2 selecionados para a segunda etapa. Na PubMed foram excluídos 3, restando 1 estudo para a segunda etapa e da Cochrane foram excluídos 8 artigos, restando 3 selecionados para a segunda etapa. O motivo desses serem excluídos na primeira

etapa foi porque não obedeceram a temática. Na segunda etapa, não houve estudos excluídos das bases de dados PubMed e Cochrane, pois alcançaram a nota a partir de 5 pela escala PEDro. E 1 estudo foi excluído da base de dados PEDro por não alcançar o score. Totalizando 5 ensaios clínicos presentes nesse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostragem final desta revisão foram 5 ensaios clínicos randomizados dispostos nas bases de dados PubMed, PEDro e Cochrane, que foram selecionados após a implementação dos critérios de inclusão, exclusão e submetidos à duas etapas de avaliação. Cederbom et al. (2019) relata em seu estudo que uma abordagem da medicina comportamental em fisioterapia diminui a incapacidade e à intensidade relacionada a dor, é adequado para serem feitos de forma domiciliar, melhora o grau de atividade física, aumenta a funcionalidade, diminui o risco de quedas em idosos e promove maior qualidade de vida para a população idosa por gerar um envelhecimento ativo. Para Soto-Varela et al (2020) a reabilitação com sistema de posturografia melhora o equilíbrio global, o que contribui para a redução do risco de quedas, e que protocolos de 5 sessões são tão eficazes como protocolos de 10 sessões, o que ajuda na redução de custos para realização do tratamento. Para Siegrist et al (2016) um programa de exercícios para prevenção de quedas em idosos pode diminuir significativamente o risco de cair e consequentemente também reduz o risco de lesão quando comparado aos que recebem cuidados habituais. E que a utilização de uma clínica geral é o lugar ideal para realizar um programa de exercícios para prevenção de quedas. Covill et al. (2017) observou que não houve diferença significativa entre Ai Chi e IBAT para diminuição do risco de quedas e os autores concluíram que se faz necessário mais estudos acerca do assunto. E Sipilä et al (2018) relatou que treino físico + cognitivo vs. treino físico isolado mostrou resultados contraditórios alguns participantes tiveram benefícios com o treinamento físico e não teve com o treino cognitivo, enquanto outros já tiveram benefícios com o treino cognitivo e não teve com treinamento físico. Dessa forma os autores concluem que se faz necessário novas estratégias acerca do assunto.

CONCLUSÃO

O presente estudo considerou-se que protocolos de programas de exercício físico e sistema de posturografia propiciam melhor resultados para a prevenir e diminuir o risco de cair, além de

promover outros benefícios como diminuição do medo de cair, aumento da funcionalidade e qualidade de vida da pessoa idosa. Contudo, a terapia com sistema de posturografia pode ser um desafio em sentido socioeconômico. É importante que mais estudos relacionados a temática sejam realizados.

REFERÊNCIAS

BERGLAND, A.; LEVEILLE, G. S.; CEDERBOM, S. Effects of a behavioral medicine intervention on pain, health, and behavior among communitydwelling older adults: A randomized controlled trial. **Clinical Interventions in Aging**, [*s. l.*], v. 14, p. 1207-1220, 2019. Disponível em: https://www.dovepress.com/getfile.php?fileID=50987. Acesso em: 15 out. 2021.

SOTO-VARELA, A. *et al*. Vestibular rehabilitation using posturographic system in elderly patients with postural instability: Can the number of sessions be reduced? **Clinical Interventions in Aging**, [*s. l.*], v. 15, p. 991-1001, 2020. https://doi.org/10.2147/CIA.S263302. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7326163/. Acesso em: 20 out, 2021.

SIEGRIST, M. *et al*. Originalarbeit: Sturzprävention in Hausarztpraxen: Effekte eines komplexen Trainingsprogramms im Rahmen einer cluster-randomisierten Studie. **Deutsches Arzteblatt International**, [*s. l.*], v. 113, n. 21, p. 365-372, 2016. https://doi.org/10.3238/arztebl.2016.0365. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4908924/ Acesso em: 26 out. 2021.

COVILL, L. G.; UTLEY, C.; HOCHSTEIN, C. (2017). Comparison of Ai Chi and Impairment-Based Aquatic Therapy for Older Adults with Balance Problems: A Clinical Study. **Journal of Geriatric Physical Therapy**, v. 40, n. 4, p. 204-213, 2017. Disponível em: https://journals.lww.com/jgpt/Fulltext/2017/10000/Comparison_of_Ai_Chi_and_Impairment_Based_Aquatic.5.aspx. Acesso em: 26 out. 2021.

SIPILÄ, S. *et al*. Promoting safe WALKING among older people: The effects of a physical and cognitive training intervention vs. physical training alone on mobility and falls among older community-dwelling men and women (the PASSWORD study): Design and methods of a randomized controlled trial. **BMC Geriatrics**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 1-12, 2018. https://doi.org/10.1186/s12877-018-0906-0. Disponível em: https://bmcgeriatr.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12877-018-0906-0 Acesso em: 27 out. 2021.

EXERCÍCIOS NA REABILITAÇÃO DE LESÕES DO MANGUITO ROTADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Sérgio Antônio Silva Catarino Filho[1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, e-mail: sergio.catarino@fvj.br).

Jefferson Pacheco Amaral Fortes[2] (Orientador Professor do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, e-mail: jefferson.fortes@fvj.br).

RESUMO

As alterações presentem no manguito rotador (MR), estão relacionadas de maneira direta com dor e desconforto no ombro. Tais alterações promovem limitações de movimentos, interferem a realização de atividade de vida diárias em indivíduos sintomáticos. Cerca de 70% dos quadros de dores no ombro, são de originados por lesão do MR, apresentando um maior índice em mulheres. Com isso, é importante se fazer análises da literatura para se verificar quais as abordagens terapêuticas levantadas nas variações de tratamento das lesões do ombro. Assim, este estudo como pergunta norteadora: abordagem terapêutica por exercícios apresentam melhora na dor, funcionalidade e amplitude de movimento no processo de reabilitação de lesões do manguito rotador? Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura com busca sistematizada. As pesquisas foram realizadas entre os meses de março e maio de 2022. Sendo utilizadas como recurso para busca dos artigos científicos as bases de dados: Medline, BVS e PEDro. Foram selecionados estudos para investigar os efeitos dos exercícios na reabilitação de lesões no manguito rotador, nos aspectos de dor, funcionalidade e amplitude de movimento. Sendo considerados os estudos que abordavam a temática conforme os descritores citados e os classificados como do tipo ensaio clínico. Utilizando os seguintes critérios de inclusão: ensaios clínicos envolvendo exercícios, artigos publicados em inglês e português, os critérios de exclusão foram: revisões sistemáticas, estudos transversais, estudos voltados para outras patologias, trabalhos de conclusão de curso, integrativas ou narrativas, relatórios técnicos e científicos, artigos duplicados. Sendo assim, o presente estudo pode verificar que exercícios isométricos, isotônicos e isocinéticos, dentro de suas variações, podem apresentar resultados significativos na reabilitação de lesões do manguito rotador nos aspectos de dor, funcionalidade e amplitude de movimento. Porém, são necessários mais estudos subsequentes que demostre um valor maior de especificidade nas abordagens de tratamento usadas nesse estudo.

Palavras-chave: manguito Rotador, Ombro, Terapia Manual, Exercícios.

INTRODUÇÃO

Estudos epidemiológicos relacionam o aumento da frequência das lesões com o avanço da idade. A lesão do MR, é responsável por cerca de 70% dos quadros de dor no ombro. Tendo maior prevalência em mulheres e no lado dominante (ZATORSKI et al. 2020). O seu mecanismo de lesão está descrito por movimentos repetitivos, esforços excessivos além da barreira anatômica da articulação. Podendo ser classificado com traumáticos, aquele que se dá por interferência externa, ou atraumáticos, que não é necessariamente originado por uma força adversa. Em relação ao tratamento conservador, a intervenção da fisioterapia é um dos tratamentos mais corriqueiros nas enfermidades do ombro, considerada como a primeira tentativa de melhora para muitos pacientes. A melhora do equilíbrio muscular, aumento da funcionalidade do membro acometido, retorno às atividades habituais, ganho de força muscular e amplitudes de movimentos com moderação das dores são os objetivos principais no tratamento fisioterapêutico (CESÁRIO; 2017). Com isso, é importante se fazer análises da literatura para se verificar quais as abordagens terapêuticas levantadas nas variações de tratamento das lesões do ombro. Assim, este estudo como pergunta norteadora: abordagem terapêutica por exercícios apresentam melhora na dor, funcionalidade e amplitude de movimento no processo de reabilitação de lesões do manguito rotador?

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura com busca sistematizada. A pesquisa foi realizada entre os meses de março à maio de 2022, nas bases de dados Medline (Serviço Online de Busca e Análise da Literatura Médica), Physiotherapy Evidence Database (PEDro) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores foram selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), que são: Rotador cuff, Shoulder, Exercise, Manual therapy. O operador booleano utilizado foi do tipo “AND” e “OR”. As combinações usadas nas bases de dados foram: rotador cuff AND shoulder AND manual therapy OR exercise. Os critérios de inclusão foram: ensaios clínicos envolvendo exercícios, artigos publicados em português e inglês. Os critérios de exclusão foram: revisões sistemáticas, estudos transversais, estudos voltados para outras patologias, trabalhos de conclusão de curso, integrativas ou narrativas, relatórios técnicos e científicos, artigos duplicados. Depois foi realizado três fases de avaliação. Na primeira fase foi feito uma busca minuciosa através dos descritores e seus respectivos sinônimos nas bases de dados, sendo realizada a coleta de todos os artigos disponíveis alusivos à temática e à categoria de estudo descrito nos critérios de inclusão. Na

segunda fase, nesta fase todos os artigos foram transportados para o Website Rayyan (Intelligent Systematic Review), um revisor realizou de forma independente a busca e a seleção inicial, selecionando através da leitura de títulos e resumos dos estudos nas bases de dados, caso selecionado o artigo era verificado na íntegra, nesta fase foram eleitos periódicos para investigar os efeitos do exercício voltadas para o tratamento para reabilitação de lesões do manguito rotador em que se recorria a exercícios focados no fortalecimento da musculatura do complexo do ombro. Na terceira fase, nestafase foi realizada uma filtragem através de uma leitura na íntegra de caráter investigativo onde foram tidos como critérios o perfil do público incluso no estudo e como foi realizada a abordagem do tratamento sendo selecionados artigos na, qual o tratamento tivesse ênfase na melhora da dor e função, o público alvo fossem mulheres e homens e os grupos fosse descrito da seguinte maneira: os estudos deveram conter no mínimo dois grupos tratamentos, sendo que os exercícios focados na prevenção de lesões da musculatura do complexo do ombro estejam em grupos diferentes, podem também ser incluídos estudos em que façam a combinação dos grupos musculares e no seguinte conter de forma isolada a abordagem de tratamento do grupo muscular do complexo do ombro. Foram encontrados 1.088 na Medline via Pubmed e com a aplicação dos filtros ensaio clinico e texto completo restaram 69 estudos, 13.537 na BVS e com aplicação dos filtros ensaios clínicos randomizados, assunto principal: (manguito rotador; terapia por exercício; ombro), idioma inglês e português, e textos completos restaram 412 e 17 na PEDro após implementado os critérios de exclusão foram excluídos 14 estudos, restando 3. Esses estudos seguiram para nas fases de avaliação, na próxima fase, foram excluídos 460, de forma que 44 foi por serem duplicados, 176 por abordar outras categorias de tratamentos, 132 abordavam outra categoria de estudo, 106 por serem voltados para outras patologias e 2 por serem variáveis erradas. Já na fase seguinte, os artigos selecionados na etapa anterior foram lidos e analisados na íntegra. Como resultado, foram excluídos 14 artigos, sendo que nestes os tratamentos tinham foco apenas em patologias específicas na articulação e/ou musculatura do complexo do ombro, um artigo foi excluído por se encontra em idioma de difícil tradução e outros dois por apresenta-se com objetivo diferença ao desta pesquisa. Sendo assim como resultado da seleção, 10 artigos foram selecionados para compor esta amostra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostragem final desta revisão foram 10 ensaios clínicos randomizados dispostos nas bases de dados PubMed, PEDro e BVS, selecionados após a implementação dos critérios de inclusão, exclusão e submetidos às trêsfases de avaliação. Nos quais os resultados avaliaram variações de exercícios para a reabilitação de lesões do manguito rotador. As intervenções se davam por exercícios de fortalecimento, ganho de amplitudes de movimento e melhora da dor, apresentando um público variado e com média de idade geral que varia entre 18 e 60 anos, promovendo resultados relevantes dentro temática abordada neste estudo.

CONCLUSÃO

Sendo assim, o presente estudo pode verificar que exercícios isométricos, isotônicos e isocinéticos, dentro de suas variações, podem apresentar resultados significativos na reabilitação de lesões do manguito rotador nos aspectos de dor, funcionalidade e amplitude de movimento. Porém, são necessários mais estudos subsequentes que demostre um valor maior de especificidade nas abordagens de tratamento usadas nesse estudo.

REFERÊNCIAS

Aires, S. L. (2018). **Reabilitação fisioterapêutica no pós-operatório imediato e tardio de lesões do manguito rotador.** Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Educação e Meio Ambiente-Faema. Ariquemes, 2018.

ANDRADE RP, CORREA FILHO MRC, QUEIROZ BC. **Lesões do manguito rotador.** Rev Bras Ortop. 2004;39(11/12):.

BENNELL, Kim; WEE, Elin; COBURN, Sally; *et al*. Efficacy of standardised manual therapy and home exercise programme for chronic rotator cuff disease: Randomised placebo controlled trial. **BMJ (Online)**, v. 341, n. 7763, p. c2756, 2010.

BOECK, Rudiel Luciano; DÖHNERT, Marcelo Baptista; PAVÃO, Tiago Sebastiá. Cadeia cinética aberta versus cadeia cinética fechada na reabilitação avançada do manguito rotador. **Fisioterapia em Movimento**, v. 25, n. 2, p. 291–299, 2012.

DÜZGÜN, Irem; BALTACI, Gül; AHMET ATAY, Ö. Comparison of slow and accelerated rehabilitation protocol after arthroscopic rotator cuff repair: Pain and functional activity. **Acta Orthopaedica et Traumatologica Turcica**, v. 45, n. 1, p. 23–33, 2011.

PREVALÊNCIA DE DISFUNÇÕES MUSCULOESQUELÉTICAS NA ARTICULAÇÃO DO JOELHO EM PRATICANTES DE CROSSFIT NO MUNICÍPIO DE RUSSAS - CE

Reniely Tavares Silva[1] (Aluna do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), e-mail: reniely.tavares@fvj.br).
José Ossian Almeida Souza Filho[2] (Orientador, professor do Centro Universitário do Vale Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), e-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

A composição anatômica do joelho é um dos assuntos mais abordados devido a sua formação e complexidade. Essa estrutura apresenta uma instabilidade óssea e recebe uma carga grande quando são realizadas as atividades de vida diária e, até mesmo, nas práticas de atividades físicas, tais como na modalidade esportiva crossfit, que possui exercícios de alta intensidade. O presente trabalho teve como objetivo analisar a prevalência das disfunções musculoesqueléticas na articulação do joelho nos praticantes de crossfit no município de Russas - CE. Trata-se de estudo do tipo transversal, descritivo, observacional com abordagem quantitativa, realizado em uma academia na referida cidade. Foram incluídos na pesquisa indivíduos de 18 a 40 anos, de ambos os sexos, que estavam, pelo menos, há 6 meses frequentando a atividade, e foram excluídos aqueles praticantes que tinham feito cirurgia recente e que já possuíam alguma lesão de joelho, anterior à prática de crossfit. Para obtenção dos resultados, foi aplicado um questionário e foram realizados testes de joelho em 53 participantes, os quais praticavam a modalidade crossfit, sendo 27 do sexo masculino e 26 do feminino, ainda estavam há 6 meses praticando a modalidade 25 pessoas de ambos os sexos. Através dos testes de joelho, foi avaliado que o teste de compressão patelar foi o mais prevalente, apresentando maior resultado positivo. Portanto, é essencial a realização de estudos mais aprofundados sobre a temática, que tenham como objetivo os testes ortopédicos de joelho para praticantes de crossfit, a fim de ratificar a efetividade dos referidos testes.

Palavras-chave: articulação do joelho; treinamento; exercício; luxação do joelho; traumatismos do joelho.

INTRODUÇÃO

Segundo Santos *et al*. (2018), a composição anatômica do joelho é um dos assuntos mais abordados em pesquisas, por conta da sua formação. De acordo com Silva *et al.* (2015), conforme essa estrutura apresente uma instabilidade óssea e receba uma carga grande, quando são realizadas as atividades de vida diária e, até mesmo, nas práticas de atividades físicas, pode haver o rompimento de ligamentos, fraturas e desgaste das cartilagens. A modalidade esportiva crossfit apresenta-se como um tipo de treinamento que aprimora o condicionamento físico, tendo se expandido pelo Brasil e pelo mundo a partir do ano 2000, através do seu criador – Greg Glassman. (XAVIER; LOPES, 2017). Além disso o crossfit vem ganhando mais espaço no mundo de hoje, através de seus inúmeros benefícios e da sua alta intensidade de exercícios. Está se tornou uma atividade que promove a aptidão física, velocidade, capacidade aeróbica e, através de seus exercícios esportivos e funcionais, proporciona uma maior obtenção de resultados, melhorando o condicionamento físico geral (DOMINSKI *et al*., 2018). Contudo, por se tratar de uma atividade de alta intensidade, o risco de lesão é considerável. Tais lesões, relacionadas com o crossfit, podem ser subdivididas em dois fatores: intrínsecos e os extrínsecos. (XAVIER; LOPES, 2017). O presente trabalho tem como objetivo analisar a prevalência das disfunções musculoesqueléticas na articulação do joelho nos praticantes de crossfit no município de Russas - CE.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo do tipo transversal, descritivo, observacional com abordagem quantitativa. Segundo Fronteira (2013), os estudos transversais ou corte transversal são utilizados para a realização de uma análise relacionada à frequência de doença ou alguma situação que tenha outras particularidades. A pesquisa foi realizada na academia Box Calistenio JG, localizada na cidade de Russas - CE. As coletas foram iniciadas no mês de setembro de 2021, e os participantes da pesquisa foram avaliados através de um formulário elaborado pelos autores da pesquisa, intitulado Formulário para os Usuários de Crossfit (FUC). Tal instrumento de coleta foi composto por questões objetivas e subjetivas, tendo como principais questionamentos: idade? Tipo de treino mais utilizado? Treina mais a região do joelho? Qual o tempo de prática de crossfit? Já sofreu alguma lesão antes de praticar tal modalidade? Além disso, foram realizados testes de joelhos, tais como Lachman, MCmurray, Apley, Gaveta anterior e posterior e Stress em valgo e varo. Foram incluídos, na pesquisa, indivíduos de 18 a 40 anos, de ambos os sexos, que estavam, pelo menos, há 6 meses frequentando a atividade, e foram excluídos aqueles praticantes que tinham feito cirurgia recente e que já possuíam alguma lesão de joelho, anterior à prática de crossfit.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da presente pesquisa foi composta por 53 indivíduos, com o número de praticantes da modalidade crossfit do sexo feminino (26 = 49,10%) e masculino (27 = 50,90%) semelhante. A quantidade de indivíduos que praticavam essa modalidade, há menos de 6 meses, representou 47,20% (n=25), enquanto os que praticavam entre 7-12 meses foi de 20,80% (n=11), e os que praticavam há mais de 12 meses eram 32,10% (n=17). As regiões que os praticantes relataram mais dor são: joelho (13 = 24,50%), ombro (11 = 20,80%), lombar (4 = 7,50%). Nos resultados apresentados a partir da escala EVA, 41,50% (n=22) não referiram dor; apenas 11,30% (n=6) referiram dor leve; constaram uma dor moderada 28,30% (n=15); e 18,90% (n=10) referiram uma dor intensa. Ainda, 34% (n=18) afirmaram que a dor estava relacionada ao joelho, enquanto que para 66% (n=35) essa dor não estava relacionada ao referido local. Alves *et al.* (2021) realizaram um questionário para 83 participantes, sendo 55 do sexo feminino e 28 do sexo masculino. Nesse trabalho, foram critérios de inclusão: a idade (igual ou mais de 18 anos), o tempo de prática (6 meses) e a assiduidade (comparecer ao treino de 2 a 3 vezes na semana). A lombar (36,8%) foi a região com mais prevalência de dor, seguida dos joelhos (29,4%) e ombro esquerdo (22,1%). Tais dados assemelham-se aos da presente pesquisa, quanto à idade e ao tempo de prática. Em discordância, Conceição *et al.* (2020), através de pesquisa realizada com 70 participantes, 44% eram do sexo masculino, enquanto 56% do sexo feminino. A entrevista com o sexo feminino teve o maior percentual de queixas em relação a lesões, e a região mais acometida foi o ombro. Contudo, os dados apresentados na pesquisa discordam em relação à prevalência no sexo feminino. Já os dados dos testes ortopédicos de joelho, que forneceram os seguintes dados: de acordo com o teste de Lachman, 96,20% foram negativos e 3,80%, positivos; no teste gaveta anterior e posterior, 90,60% negativos e 9,40% positivos; no teste de McMurray, 94,30% negativos e 5,70% positivos; já o teste Stress valgo e varo apresentou 90,60% negativos e 9,40% positivos; o de Apley, 96,20% negativos e 3,80% positivos; o teste de Tessaly apresentou 79,20% negativos e 20,80% positivos; por fim, o teste de compressão patelar apresentou 49,10% negativos e 50,90% positivos. De acordo com Recalde *et al.* (2019), foram entrevistados 110 praticantes de musculação, em que 60% eram do sexo masculino e o restante do sexo feminino. Pode-se perceber que, nessa outra modalidade, ocorrem as maiores prevalências de lesões, sendo evidenciada uma maior frequência nos joelhos (39,34%) e ombros (36,06%). Como na

pesquisa apresentada, o maior número foi no sexo masculino, em que teve uma prevalência na região do joelho.

CONCLUSÃO

Ficou evidente que o nível de lesão relacionado ao joelho apresentado na pesquisa teve um baixo percentual de incidência. Além disso, a maior prevalência de lesões foi no sexo masculino, com praticantes que estavam há apenas 6 meses na modalidade. Além disso, a maioria dos praticantes apresentou dor de moderada a intensa, sendo que boa parte não possuía um histórico de lesões anteriores. Através dos testes ortopédicos realizados, observou-se que a maior prevalência de dor ocorreu no teste de compressão patelar, o qual que permite avaliar a lesão dos cornos posteriores dos meniscos. Ao referir dor ou crepitação na região, tem-se um indicador de condromalácia, artrose ou instabilidade femoropatelar. Durante a presente pesquisa, ocorreu uma grande parcimônia em relação aos testes realizados.

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Amanda de Sousa Santos. **Prevalência de lesões desportivas em praticantes de crossfit®**. Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências da Saúde Departamento de Educação Física, João Pessoa, p. 1-38. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17197/1/ASSR11122018.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

SANTOS, Josenei Braga dos, et al. Postura de praticantes de CrossFit®. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, [*s. l.*], v. 18, n. 2, p. 91, 19 set. 2019. Disponível em: https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/revistafisiologia/article/view/2895/7611. Acesso em: 25 de mar. 2022.

SILVA, João Manuel Costa e. **Modelo biomecânico do joelho humano**. Dissertação do Miem, Porto, p. 1-100, jun. 2015. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79542/2/35723.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

SOUZA, Mateus Bastos de et al. **Prevalência de lesões musculoesqueléticas em praticantes de CrossFit®:** um estudo transversal**.** Repositório Institucional UFC, Fortaleza, p. 1-12, dez. 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32785. Acesso em: 20 abr. 2022.

TREVIZAM, Lucas Ramos *et al*. **Prevalência de lesões e fatores associados no crossfit.** 2019. 61 f**.** Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento Acadêmico de Educação Física) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/24262/1/CT_COEFI_2019_2_30.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

A CORRELAÇÃO DO USO DO CELULAR E DOR CERVICAL EM INFLUENCER DIGITAL DO LITORAL LESTE DO CEARÁ

Maria Vanessa dos Santos Costa [1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: maria.vanessa@fvj.br).

José Ossian Almeida Souza Filho [2] (Orientador Professor do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: ossian@fvj.br).

RESUMO

Atualmente, existem 3,4 bilhões de usuários de smartphones em todo o mundo. O uso inadequado destes smartphones, por longos períodos, pode provocar problemas posturais, sendo a flexão do pescoço o mais comum. Neste contexto tecnológico surge a figura do digital *influencer* que utiliza a internet para divulgar produtos e serviços, influenciando seguidores ao consumo de uma forma mais natural. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, observacional com abordagem quantitativa, o qual foi realizado nas cidades de Cascavel, Beberibe e Aracati. O Instrumento usado para a coleta dos dados foi o questionário eletrônico NDI, a fim de avaliar a incapacidade funcional dos *influencers*, além da EVA que avalia a intensidade da dor. Com os resultados obtidos ficou evidente que as dores cervicais são incidentes em digitais *influencers*, uma vez que 50% da amostra obtiveram dor cervical associada com dores de cabeça, podendo estas serem correlacionadas ao uso do celular no exercício de tal atividade laboral.

Palavras-Chave: Digital *influencer*. Cervicalgia. Smartphone.

INTRODUÇÃO

Atualmente, existem 3,4 bilhões de usuários de smartphones em todo o mundo. Em relação a telefones em geral, os *smartphones* são bem mais sofisticados, modernos e com um sistema operacional mais avançado, oferecendo várias conveniências e diversos *softwares* e aplicativos. Desse modo, preocupações com distúrbios musculoesqueléticos são, frequentemente, associadas à crescente popularidade desses dispositivos e seu uso intensivo (NAMWONGSA et al., 2017). O uso de smartphones, de forma inadequada e por longos períodos, pode provocar problemas porturais, dentre estas, a flexão do pescoço é a mais comum (LEE; KANG; SHIN,2014). Nesse contexto tecnológico, surge a figura do digital *influencer* alguém que utiliza a internet para divulgar produtos e serviços, capaz de influenciar multidões de seguidores, com objetivo principal de influenciar o consumo de usuários da rede de forma mais natural. Neste ínterim laboral, são comum os quadros, especialmente ao uso exacerbado do smartphones, sendo a dor cervical a principal queixa. Trata-se da quarta principal causa de morbidade e incapacidade global, a qual pode ser atribuída a comportamentos do dia a dia. Além disso, variados são os fatores de risco que estimulam o

desenvolvimento da cervicalgia, incluindo genética, trauma, psicopatologia, posturas viciosas no trabalho e durante práticas de atividade física (POPESCU; LEE,2019). Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo identificar a incidência de dor cervical em digital *influencer* da região do Litoral Leste do Ceará.

METODOLOGIA

Trata se de um estudo transversal, descritivo, observacional com abordagem quantitativa entre digitais influencers da região do Litoral Leste do Ceará, no qual a pesquisa foi realizada durante o mês de abril de 2022 na macrorregião do Litoral Leste do Ceará que é composta por 3 cidades, Cascavel, Beberibe e Aracati. Como critérios de inclusão, era necessário ser digital *influencer* da região leste do Ceará, com 4 mil seguidores ou mais, na rede social Instagram. Por sua vez os critérios de exclusão foram: digitais *influencers* que não tenham um número significativo de engajamento nas redes sociais, aqueles que tenham já sido denunciado por não seguir as regras éticas estabelecidas pela na plataforma Instagram e que não tenham residência na região litoral leste do Ceará. O Instrumento usado para a coleta dos dados foi o questionário eletrônico NDI, a fim de avaliar a incapacidade funcional do *influencers* e a escala EVA que avalia a intensidade da dor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 12 que responderam a pesquisa. Apresentaram idade média e desvio padrão iguais a 24± 5, sendo a maioria do sexo feminino, representando 66,70%. Além disso, dentre os digitais influencers 66,70% dos participantes recebem dinheiro por suas atividades, assim como 83,30% recebem permutas por suas atividades. Assim tais dados são corroborados pelo estudo de Nunes et al. (2021), que teve como objetivo o uso do smartphone e sua relação com as dores cervicais, contou assim 96 indivíduos. Ficou evidente que o publico jovem é o maior usuário do devido equipamento, uma vez que este estudo apresentou uma média de idade e desvio padrão 21±2. Ainda, ficou notório que o público feminino é predominante, sendo 67% da amostra quanto ao uso do smartphone. De modo semelhante à pesquisa, quanto à permuta e recursos pecuniários, foi observado, nos estudos Gonçalves et al (2020), que sua amostra inteira ou recebe permuta ou dinheiro sobre suas atividades em redes sociais, sendo que as permutas foram mais frequentes e em maior porcentagem. Por outo lado, Nunes et al (2021), em sua amostra, é mais evidente a remuneração financeira pelas atividades exercidas no âmbito de redes sociais. Quanto à media

de horas de uso diário do celular, aqueles que utilizaram de 3 a 6 horas por dia representam 16,70% do total; os influenciadores que fazem uso do aparelho cerca de 6 a 12 horas por dia corresponde à maioria do publico participante, com a porcentagem de 75%; e mais de 12 horas que equivale a 8,30%, sendo a menor porcentagem. Quanto aos graus de movimento cervical durante o uso do celular, a posição de 0° e 60° corresponde à porcentagem de 8,30%, 15° representam 16,70% e 30° corresponde 66,70% dos *influencers*. Nesse contexto, Ribeiro et al (2019) contou 25 indivíduos no seu estudo, observaram se o tempo de uso do smartphone tinha relação com aparecimento de dor cervical. De modo análogo aos dados do presente estudo, foi constatado que a maioria da amostra (65%) da amostra utilizava o celular por volta de 5 a 12 horas durante o dia. Já a pesquisa de Karling, El Haijar e Souza (2021) que teve objetivo semelhante e contou uma amostra de 147 indivíduos, mostrou que a minoria da amostra anteriormente citada (19%) faz o uso por mais de 11 horas do equipamento. Em ambos os estudos angulação durante o uso foi de 30°, indo de encontro aos dados da presente pesquisa. Os dados obtidos mediante a escala de dor EVA – escala visual analógica, que consiste em auxiliar na avaliação da intensidade da dor do paciente, apresentaram a média e desvio padrão correspondente a 4.5± 2. Em relação a dor cervical associada, dentre os digitais *influencers* que participaram da pesquisa, 3 participantes (25% da amostra) não têm associação de fator dor; outros 3 participantes sentem dor irradiada para o membro; por outro lado, os resultados revelaram diferença significante, sendo que 50% dos digitais *influencers* (6 dos participantes) relataram a presença de dor cervical, associada com dores de cabeça. Preste et al (2019) realizaram um estudo em crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, com uma amostra de 124 indivíduos, avaliando o uso do celular relacionado à dor. De forma contraria ao visto na tabela 2, a pesquisa apresentou uma média de dor entre os participantes de 7 na escala visual analógica, além disso; 52% da amostra referiu dor cervical associada ao aparecimento de cefaleia, com 32% apresentando assim incapacidade funcional leve quanto avaliado pelo Neck Disability Index.

CONCLUSÃO

Nesse contexto, ficou evidente que as dores cervicais são incidentes em digitais *influencers*, podendo estas estrem correlacionadas ao uso do celular no exercício de tal atividade laboral. Observou-se, ainda, que 50% da amostra apresentaram dor cervical associada com dores de cabeça. Na analise do questionário NDI, 67,70% do publico pesquisado tem capacidade funcional preservada, no entanto na correlação Person entre as variáveis NDI e EVA ficou

evidenciado que não há correlação entre incapacidade e intensidade da dor. Portanto, é de grande importância a realização de novos estudos com o intuito de investigar os fatores que influenciam as dores cervicais no publico pesquisado, o que contribuirá para a prevenção de tal condição, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

NUNES, P. P. B. *et al.* Fatores relacionados à dependência do smartphone em adolescentes de uma região do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 7, p. 2749-2758, jul. 2021. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26n7/2749-2758/pt/. Acesso em: 15 mar. 2022.

GONÇALVES, M. M *et al*. Padrão eletromiografico dos músculos trapézio, paravertebrais e esternocleidomastoideo durante a utilização de smartphone. **Biológicas & Saúde**, [S.L.], v. 10, n. 32, p. 23-35, 19 fev. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Patricia-baracat/publication/339615721_padrao_eletromiografico_dos_musculos_trapezio_paravertebrais_e_esternocleidomastoideo_durante_a_utilizacao_de_smartphone/links/5e651ac24585153fb3cdec03/padrao-eletromiografico-dos-musculos-trapezio-paravertebrais-e-esternocleidomastoideo-durante-a-utilizacao-de-smartphone.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

KARLING, T. P.; EL HAJJAR, N.; SOUZA, I. F. de. Epidemiologia da síndrome do pescoço de texto: um estudo com usuários das redes sociais. **Revista Artigos. Com**, v. 33, p. e9434, 15 dez. 2021. Disponível em: https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/9434. Acesso em: 15 mar. 2022.

PRESTES, S. C. C *et al*. O uso excessivo de smartphones em crianças, adolescentes e jovens: sintomas ostemusculares auto referidos. **J Health Sci Inst**, S.I, v. 3, n. 37, p. 246-255, out. 2019. Disponível em: http://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/2020/12/09V37_n3_2019_p246a250.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

RIBEIRO, P. V. B et al. Análise postural cervical em usuários de telas digitais**. Rev Ciên Saúde**, S.I, v. 29, n. 19, p. 19-29, nov. 2019. Disponível em: https://www.revistaeletronicafunvic.org/index.php/c14ffd10/article/view/155/136. Acesso em: 10 abr. 2022.

ANÁLISE DA INCIDÊNCIA DE LESÃO NA ARTICULAÇÃO DO OMBRO EM ATLETAS DE VOLEIBOL

Lílian Tayná da Silva Raulino [1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: lilian.raulino@fvj.br), Kariza Lopes Barreto [2] (Professora do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

O volleyball é amplamente popular e praticado em todo o mundo, com adeptos de ambos os sexos, diferentes idades e níveis competitivos. É um esporte visto como de grande dificuldade que exige bastante de seus praticantes. Além disso, nota-se que assim como outros esportes que dependem ou exigem fortemente da realização de gestos com os membros superiores, sendo esses gestos os responsáveis pela prevalência de lesão dessa região, tornando o ombro a parte mais acometida, devido seu uso excessivo. Foi realizado um estudo transversal, observacional, descritivo e com método quantitativo com atletas de voleibol com idade igual ou superior à 18 anos de ambos os sexos do município de Limoeiro do Norte no estado do Ceará. Os dados da pesquisa foram coletados através de um questionário eletrônico elaborado pelos pesquisadores e também pelo questionário DASH que consiste em 30 questões e dois módulos opcionais, o mesmo avalia a incapacidade funcional de membros superiores. O surgimento de lesões e limitações no complexo do ombro em atletas praticantes de voleibol estão intimamente ligadas aos gestos esportivos que são feitos repetidamente gerando uma sobrecarga nessa articulação. Além de fatores como idade, sexo e tempo de prática por exemplo influenciarem para a maior incidência de lesão, no entanto não é possível identificar se existe correlação direta com função que é desempenhada em quadra pelo desportista. É explícito o comprometimento da articulação do ombro em atletas dessa modalidade esportiva, ocasionando impactos na capacidade funcional tanto durante a sua prática esportiva quanto nas atividades de vida diária.

Palavras chave: Lesões no ombro. Voleibol. Dor no ombro.

INTRODUÇÃO

O volleyball é amplamente popular e praticado em todo o mundo, com adeptos de ambos os sexos, diferentes idades e níveis competitivos. Diferentemente de outros esportes importantes de prática coletiva, não existe um contato corporal direto entre os praticantes sendo considerado um exercício seguro (BERE *et al.*, 2015; SHIH, WANG, 2019). No entanto, é um esporte visto como de grande dificuldade que exige bastante de seus praticantes, pois irá demandar máximo empenho nos treinamentos e campeonatos, principalmente, para atletas de alto nível para

execução precisa de seus fundamentos que são: recepção, levantamento, saque, ataque e bloqueio, podendo ocasionar assim uma sobrecarga do sistema musculoesquelético e consequentemente lesões (PASTOR *et al.*, 2015). Assim como outros esportes que dependem ou exigem fortemente a realização de gestos com os membros superiores, existe uma prevalência de lesão dessa região, tornando o ombro a parte mais acometida, devido seu uso excessivo. Os indivíduos que desempenham função de atacante em quadra são os mais acometidos por lesões de ombro, como os ponteiros e opostos que realizam inúmeras repetições do ataque que requer uma transmissão de carga pelo ombro do atleta com execução acelerada e incisiva (SKAZALSKI; BAHR; WHITELEY, 2020). Apesar de a prática do volleyball ser bastante popular em todo o mundo, ainda existe carência de estudos que relatem sobre a cinemática desse esporte. No entanto, sabe-se da grande incidência de lesões no ombro, principalmente, devido às adaptações que o ombro do atleta de *overhead sports* possui, sendo um importante fator para o afastamento das atividades ou até mesmo a execução dos treinamentos, ou campeonatos com a presença de dor. Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a incidência de lesões na articulação do ombro em atletas de voleibol.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um estudo transversal, observacional, descritivo e com método quantitativo. A pesquisa foi realizada durante o mês de maio de 2022 com os atletas de voleibol no município de Limoeiro do Norte, sendo esse localizado na região Vale do Jaguaribe no estado do Ceará. O instrumento de coleta de dados deu-se por um questionário eletrônico, através do *Google Forms*, elaborado pelos pesquisadores. Além disso, realizou-se a aplicação do questionário *Disabilities of the arm, shouder and hand* – DASH (2005), cujo objetivo é avaliar a incapacidade funcional e sintomas devido patologia única ou múltiplas dos membros superiores. Esse instrumento consiste em 30 questões e dois módulos opcionais, um para atividades esportivas e musicais e outro para atividades de trabalho. Os itens avaliados devem ter como referência a semana anterior ou estimando qual seria a resposta mais próxima à correta, visando identificar os sintomas e o desempenho para a realização de determinadas habilidades (ORFALE *et al.*, 2005). Após a coleta e observação dos dados, estes foram organizados por tabelas e gráficos realizados no Microsoft Excel para a realização de comparativos de resultados entre os participantes incluídos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa apresentou que dentre os praticantes da modalidade de voleibol as mulheres estarão mais suscetíveis ao aparecimento de dor durante a prática esportiva podendo se perdurar após a prática apontando na amostra da pesquisa escore de média 4±3.6. Quando considerado o questionário DASH e seus domínios esporte e trabalho os maiores escores foram 27±20, 47±32, 24±26, respectivamente e corresponde aos indivíduos que possuem dor e são do sexo feminino. No estudo realizado por SHIH; WANG (2019) com atletas amadores de uma universidade com média de idade 21,8 ± 1,79 anos e o tempo de prática esportiva menor, mostrou que aconteceram principalmente mudanças adaptativas na cinemática do movimento de ataque daqueles atletas que apresentaram dor, podendo assim relacionar essas alterações biomecânicas a lesões no complexo do ombro e ao *overuse*. No entanto, esses estudos mostraram que não conseguem determinar se o fator dor seria o principal agravante para o surgimento das alterações biomecânicas e consequentemente as lesões do complexo do ombro ou se o processo aconteceria de forma inversa.

CONCLUSÃO

O surgimento de lesões e limitações no complexo do ombro em atletas praticantes de voleibol estão ligadas aos gestos esportivos efetuados repetidamente gerando uma sobrecarga nessa articulação. Além de fatores como idade, sexo e tempo de prática, por exemplo, influenciarem para a maior incidência de lesão, no entanto, não é possível identificar se existe relação direta com função desempenhada em quadra pelo desportista. Portanto, ainda é notório a escassez de literatura relacionada a modalidade de voleibol sendo necessário acompanhamento mais próximo para os praticantes dessa modalidade. Pois, é explicito os comprometimentos da articulação do ombro em atletas dessa modalidade esportiva, ocasionando impactos na capacidade funcional tanto durante a sua prática esportiva quanto nas atividades de vida diária.

REFERÊNCIAS

BERE, Tone *et al*. Injury risk is low among world-class volleyball players: 4-year data from the fivb injury surveillance system. **British Journal Of Sports Medicine**, [S.L.], v. 49, n. 17, p. 1132-1137, 20 jul. 2015. BMJ. http://dx.doi.org/10.1136/bjsports-2015-094959. Disponível em: https://bjsm.bmj.com/content/49/17/1132. Acesso em: 27 mar. 2021

ORFALE, A.G. *et al*. Translation into Brazilian Portuguese, cultural adaptation and evaluation of the reliability of the Disabilities of the Arm, Shoulder and Hand Questionnaire. **Brazilian Journal Of Medical And Biological Research**, [S.L.], v. 38, n. 2, p. 293-302, fev. 2005. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0100-879x2005000200018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bjmbr/a/xFQCjvVsQM7WrVqXhsvBmfm/abstract/?lang=en. Acesso em: 28 mar. 2021.

PASTOR, M.F. *et al*. Prospective study of injury in volleyball players: 6 year results. **Technology And Health Care**, [S.L.], v. 23, n. 5, p. 637-643, 22 set. 2015. IOS Press. http://dx.doi.org/10.3233/thc-151009. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26410124/. Acesso em: 01 abr. 2021.

SHIH, Yi-Fen; WANG, Yuan-Ching. Spiking Kinematics in Volleyball Players With Shoulder Pain. **Journal Of Athletic Training**, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 90-98, 1 jan. 2019. Journal of Athletic Training/NATA. http://dx.doi.org/10.4085/1062-6050-216-17. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6410979/. Acesso em: 01 abr. 2021.

SKAZALSKI, Christopher; BAHR, Roald; WHITELEY, Rod. Shoulder complaints more likely in volleyball players with a thickened bursa or supraspinatus tendon neovessels. **Scandinavian Journal Of Medicine & Science In Sports**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 480-488, 8 out. 2020. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/sms.13831. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32965721/. Acesso em: 01 abr. 2021.

TRATAMENTOS MAIS UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM DORES CERVICAIS NO MUNICIPIO DE TABULEIRO DO NORTE-CE

Larissa de Oliveira Mendes[1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: larissa.mendes@fvj.br).
José Ossian Almeida Souza Filho[2] (Orientador Professor do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO

Quadros álgicos relacionados ao pescoço possuem origem musculoesquelética, prejudicando diretamente a musculatura como um todo, afetando a sua força, a amplitude de movimento mioarticular e causando a flacidez. O presente trabalho tem como objetivo analisar os planos de tratamento mais utilizados pelos profissionais de fisioterapia em pacientes com dores cervicais no município de Tabuleiro do Norte-CE. Trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, descritivo, observacional, com abordagem quantitativa. O estudo foi realizado no município de Tabuleiro do Norte-CE, com fisioterapeutas que estão com o cadastro ativo no órgão regulamentador responsável e com profissionais que tenham, no mínimo, 3 meses de experiência profissional. Foram excluídas todas as especialidades de fisioterapia que não sejam traumato-ortopédicas, pois as perguntas são específicas, relacionadas à dor cervical. A coleta dos dados transcorreu através de um questionário denominado de formulário de tratamento cervical – FTC, e a pesquisa contou com 15 fisioterapeutas. Os principais tratamentos utilizados foram: fortalecimento muscular, TENS, liberação muscular, alongamento, manipulação neural e agulhamento. Além disso, também foram utilizados: o teste de Apley, o teste Sprinling e o teste de compreensão cervical, aplicando as escalas EVA e o Neck Disability IndexPode-se observar que tais profissionais utilizam um conjunto de técnicas com evidência científica comprovada, contudo os fisioterapeutas ainda utilizam técnicas que não apresentam respaldo na literatura científica. Há uma necessidade de cursos de qualificação/especialização, de divulgação científica, promovendo, assim, uma melhor capacitação dos profissionais.

Palavras-chave: fisioterapia; dor cervical; tratamento.

INTRODUÇÃO

De modo geral, quadros álgicos relacionados ao pescoço possuem origem musculoesquelética, prejudicando diretamente a musculatura como um todo, afetando a sua força, a amplitude de movimento mioarticular e causando a flacidez, tanto dos músculos flexores quanto dos extensores (SOARES et al., 2012). Ademais, a cervicalgia é uma doença muito recorrente e, quando se apresenta, gera grande desconforto, podendo afetar a qualidade de vida do indivíduo. Geralmente a dor ocorre na região posterior do pescoço, descendo da região cervical para torácica. Os principais fatores que desencadeiam tal quadro são: idade avançada, tabagismo e atividades laborais sem boas condições ergonômicas (ex.: escritório), com maior prevalência no sexo feminino. (SEO, 2019; LANGENFELD, 2015 Desse modo, a cervicalgia pode ser classificada por 4 graus, sendo eles: Grau I – Não tem patologia e não interfere nas atividades diárias; Grau II – sem sinais de patologia, mas já há interferência nas atividades diárias; Grau III – paciente sente dores no pescoço e apresenta sinais e sintomas neurológicos; Grau IV – apresenta dores com sinais de patologia. (LANGENFELD, 2015). Diante disso, a fisioterapia pode atuar, a fim de minimizar tais quadros álgicos, redução da dor do paciente, recuperar mobilidade e fortalecimento muscular. (BORGES, 2013). Pode-se citar, como exemplo, a utilização de laser em pacientes com dor cervical, uma vez que tal técnica proporciona analgesia ao local e ganho de movimentos, melhorando, assim, o quadro

e propiciando mais qualidade às atividades de vida diária do paciente. (PINHEIRO; SILVA; SILVA, 2018). De acordo com Shin et al. (2020), o fortalecimento muscular é um dos principais tratamentos para a dor cervical, pois apresenta muitas evidências, não apenas para melhora deste quadro, mas também para melhor qualidade de vida e funcionalidade. A termoterapia associada ao exercício pode trazer ao paciente muitos benefícios, como a melhoria da circulação sanguínea, ajudando na melhora da fadiga e no relaxamento muscular, entre outros. O objetivo deste trabalho foi analisar os planos de tratamento mais utilizados pelos profissionais de fisioterapia em pacientes com dores cervicais na cidade de Tabuleiro do Norte.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, descritivo, observacional, com abordagem quantitativa. O estudo foi realizado no município de Tabuleiro do Norte-CE, com os fisioterapeutas que tenham o registro ativo perante o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO), da sexta região do Ceará, nos meses de fevereiro a maio de 2022. Segundo os dados do CREFITO a quantidade é de 22 fisioterapeutas. Dessa forma, foram incluídos na pesquisa fisioterapeutas que estão com o cadastro ativo no órgão regulamentador responsável e profissionais que tenham, no mínimo, 3 meses de experiência profissional. Os critérios de exclusão foram: todas as especialidades de fisioterapia que não sejam traumato-ortopédica, pois as perguntas são específicas, relacionadas à dor cervical, sendo assim outra especialização estará fora da sua área de atuação. A coleta dos dados transcorreu através de um questionário elaborado pelos pesquisadores denominados de formulário de tratamento cervical (FTC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra contou com um total de 15 indivíduos, que responderam à pesquisa. De acordo com os dados obtidos, os principais tratamentos utilizados foram o fortalecimento muscular, TENS, liberação muscular, alongamento, manipulação neural e agulhamento. Além disso, também utilizam o teste de Apley, teste Sprinling e o teste de compreensão cervical, aplicando a escalas EVA e o *Neck Disability Index*. A pesquisa de Soares et al. (2012) apresentou que as alterações posturais da cabeça frequentemente estão associadas à ocorrência ou à persistência de dor cervical. Esta teve a intenção de correlacionar a postura da cabeça, a intensidade da dor e o índice de capacidade cervical em mulheres com queixa de dor cervical, na faixa etária de 20 a 50 anos, o que é semelhante à tabela citada. estudos mostram que a manipulação cervical apresenta um resultado moderado, melhorando, assim, a escala analógica visual da dor dos pacientes e, ainda, é capaz de proporcionar um efeito positivo imediato, sendo tal técnica também utilizada pelos participantes da presente pesquisa. (ZHU; WEI; WANG, 2015). A escala EVA é utilizada na maioria dos estudos para avaliar a intensidade da dor, pois traz resultados confiáveis, além de ser uma escala simples e de fácil aplicação (SOARES et al., 2012). Tal escala também foi aplicada pelos participantes do presente estudo. o estudo de Delfino et al. (2012) mostra que a técnica de fortalecimento muscular, associada à manipulação cervical, é capaz de potencializar benefícios, tais como redução da dor, resistência e ganho de amplitude. Os fisioterapeutas do presente estudo também utilizaram tais técnicas. Stieven (2017) realizou um ensaio clínico no qual ficou evidente que o agulhamento a seco, aplicado junto a outras técnicas, como terapia manual ou fortalecimento muscular, não melhora, significativamente, a dor cervical. Alguns participantes da presente pesquisa fazem uso da referida técnica.

Segundo Santos et al. (2018), o uso do ultrassom e do TENS, técnicas essas que tem como objetivo redução da dor, é eficaz para reduzir o quadro álgico na cervicalgia. Com a utilização

da escala EVA, a pontuação de dor, que era 9, caiu para 2 nesses casos, comprovando uma melhora significativa. No presente estudo, ambas as técnicas foram utilizadas.

CONCLUSÃO

Os tratamentos mais utilizados pelos profissionais de fisioterapia participantes da pesquisa, os quais atuam no município de Tabuleiro do Norte, com pacientes com dores cervicais, foram: fortalecimento muscular, TENS, liberação muscular, alongamento, manipulação neural e agulhamento. pode-se observar que tais profissionais utilizam um conjunto de técnicas com evidência científica comprovada. Contudo, pode-se observar que os fisioterapeutas ainda utilizam técnicas que não apresentam respaldo na literatura científica. Portanto, há uma necessidade de cursos de qualificação/especialização, de divulgação científica, a fim de reverter o presente quadro, promovendo, assim, uma melhor capacitação dos profissionais.

REFERÊNCIAS

BINDER, A. I. Cervical spondylosis and neck pain. **BMJ,** [*s. l.*], v. 334, n. 7592, p. 527-531, 8 mar. 2007. http://dx.doi.org/10.1136/bmj.39127.608299.80. Disponível em: https://www.bmj.com/content/334/7592/527.short. Acesso em: 11 mar. 2022.

CARVALHO, E. R.; ROCHA, H. A. L. **Estudos Epidemiológicos**. 2008. Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Ceará. Disponível em: http://www.epidemio.ufc.br/files/05estudosepidemiologicos.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

COHEN, S. P.; HOOTEN, W. M. Advances in the diagnosis and management of neck pain. **BMJ,** [*s. l.*], p. 3221, 14 ago. 2017. Disponível em: https://www.bmj.com/content/358/bmj.j3221. Acesso em: 27 mar. 2022.

DELFINO, P. D. *et al*. Neck pain: rehabilitation. **Acta Fisiátrica**, [*s. l.*], v. 19, n. 2, p. 73-81, 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/103689/102155. Acesso em: 11 maio 2022.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, [*s. l.*], v. 30, n. 1, p. 11-30, abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?lang=pt. Acesso em: 22 mar. 2022.

FORTALECIMENTO DE QUADRIL VERSUS JOELHO NA MELHORA DA DOR E FUNÇÃO EM MULHERES PORTADORES DA SÍNDROME DA DOR PATELOFEMORAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

Jorge Luiz da Silva[1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: jorge.silva@fvj.br), Kariza Lopes Barreto[2] (Orientadora Professora do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: Kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

A síndrome da dor patelofemoral também denominada como dor anterior do joelho, é caracterizada por uma dor na região peripatelar ou retropatelar do joelho provocada durante os movimentos de flexão ou extensão. Este distúrbio musculoesquelético é o mais comumente observado entre a população, com incidência de 9% a 15% em indivíduos ativos e afeta predominantemente adolescentes e adultos jovens, tem prevalência 2,2 vezes maior em mulheres. Por tanto este estudo se faz pela seguinte pergunta norteadora: o fortalecimento combinado da musculatura do joelho e quadril é mais eficaz quando comparado com o fortalecimento isolado da musculatura do joelho e quadril na melhora da dor e função de mulheres portadoras da síndrome da dor patelofemoral? Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura com busca sistematizada. As pesquisas foram realizadas entres os meses de dezembro 2021 e janeiro de 2022. Sendo utilizadas as bases de dados: Medline, BVS, PEDro e COCHRANE. Foram considerados os artigos que abordavam a temática de acordo com os descritores citados e os categorizados como do tipo ensaio clínico. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, revisões sistemáticas, integrativas ou narrativas, estudos transversais, trabalhos de conclusão de curso, relatórios técnicos e científicos, trabalhos incompletos, cartas ao editor. Foi possível observar que tanto a execução do fortalecimento do quadríceps e da musculatura do quadril foram importantes na reabilitação desses indivíduos. Os ganhos nas variáveis dor e função foram totalmente nítidos, mas vale salientar que, aqueles que tiveram seu tratamento com foco no quadril poderão atingir escores mais elevados e por um período maior.

Palavras-chave: Síndrome da dor patelofemoral; Quadril; Força muscular; Exercício;

INTRODUÇÃO

A síndrome da dor patelofemoral é caracterizada por uma dor na região peripatelar ou retropatelar do joelho provocada durante os movimentos de flexão ou extensão e possui exacerbação dos seus sintomas após a exposição a atividades que gerem sobrecarga na articulação patelofemoral. A dor anterior do joelho tem sido associada à redução da área de contato patelofemoral através de desvio

patelar, maior translação patelar lateral, inclinação, spin e desequilíbrios na força e contração muscular (MARTIMBIANCO et al., 2017, EARL-BOEHM et al., 2018, HOTT et al., 2015, LACK et al., 2015). Este distúrbio musculoesquelético é o mais comumente observado entre a população, com incidência de 9% a 15% em indivíduos ativos e afeta predominantemente adolescentes e adultos jovens, tem prevalência 2,2 vezes maior em mulheres. Foi visto que, quando a reabilitação não é realizada, 45% dos portadores de SDPF podem sofrer em idades mais avanças de osteoartrite e 22% dos indivíduos que realizam à artroplastia unicompartimental do joelho relatam história de SDPF em idade mais jovens (SAAD et al., 2018, EARL-BOEHM et al., 2018, MARTIMBIANCO et al., 2017). Estudos recentes relatam que indivíduos com SDPF apresentam não apenas déficit de força do músculo quadríceps más também dos músculos do quadril e isso leva a concluir que terapias que abordem de forma conjunta os fortalecimentos desses grupos musculares podem ser benéficos para a redução dos déficits musculares presentes (DE VASCONCELOS et al., 2021).

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura com busca sistematizada. As pesquisas foram realizadas entres os meses de dezembro e janeiro de 2022. Sendo utilizadas como recurso as bases de dados: Medline, BVS, PEDro e COCHRANE. Os termos descritores utilizados na pesquisa são da plataforma MESH: síndrome da dor femoropatelar; quadril; exercício; força muscular. O operador booleano usado foi AND, gerando as seguintes combinações: síndrome da dor femoropatelar e quadril e força muscular e exercício; síndrome da dor femoropatelar e força muscular e exercício; síndrome da dor femoropatelar e quadril. Sendo aplicada a estratégia de busca sistematizada de alta sensibilidade conforme a plataforma. Foram considerados os artigos que abordavam a temática de acordo com os descritores citados e os categorizados como do tipo ensaio clínico. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, revisões sistemáticas, integrativas ou narrativas, estudos transversais, trabalhos de conclusão de curso, relatórios técnicos e científicos, trabalhos incompletos, cartas ao editor. Na etapa primeira etapa, a estratégia de busca resultou em 247 artigos, sendo 94 na Medline via Pubmed, 63 na Wiley via Cochrane, 37 na BVS e 53 na PEDro. Sendo excluídos na primeira fase 102 artigos e selecionados para próxima fase 145. Já na etapa seguinte foram excluídos 121 e selecionados 24. Na terceira etapa, os artigos que foram selecionados na etapa anterior foram lidos e analisados na íntegra, sendo excluídos 16 artigos, sendo selecionados 8 artigos para compor esta amostra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o estudo realizado por DALOK et al (2011) apontou que mulheres que fortaleceram o quadril tiveram menores escores na dor (2,4 ± 2,0) quando comparado com o grupo que fortaleceu quadríceps (4,1 ± 2,5). E todos os participantes demonstram melhora na função subjetiva e função objetiva. Por sua vez, SAAD et al (2018) demonstrou os resultados positivos na dor e função de 3 programas de tratamento destintos quando comparado com o grupo controle, porém quando os resultados dos grupos foram confrontados entre si, não foi observado diferença significativa. Por conseguinte, RAZEGHI et al (2010) demonstro que exercícios de quadril e os exercícios para músculo quadríceps confere resultados positivos na redução dos parâmetros de dor, sendo resultados mais significativos no grupo quadril. Posteriormente, HAMADA et al (2017) realizou um estudo cruzado, o grupo 1 iniciou com o fortalecimento do quadril e o grupo 2 iniciou com fortalecimento do quadríceps. Como resultado foi observado que, o grupo que iniciou o tratamento com o programa de exercício para fortalecimento da musculatura do quadril obteve melhores parâmetros de função através do questionário. O estudo FUKUDA et al (2010) observou melhoras nos parâmetros de dor ao descer e subir escadas no grupo que realizou o treino adicional de quadril ao treino de joelho, já na função, ambos os grupos alcançaram valores positivos. Mais tarde, FUKUDA et al (2012) realizou um novo estudo fazendo uso do mesmo protocolo de tratamento de seu estudo anterior, e os resultados mostraram que ao teste e salto único e a NPRS durante a subida e descida de escada indicaram que o grupo que fortaleceu joelho e quadril apresentou melhora da função e diminuição da dor no 3, 6 e 12 meses em comparação com a linha de base. Por fim, NAKAGAWA et al (2008) realizou um estudo visando verificar o efeito do fortalecimento adicional dos músculos do quadril junto a exercícios do quadríceps, ao final foi possível concluir que o grupo que realizou junto ao fortalecimento do quadríceps o fortalecimento do quadril obteve melhores resultados para todas as escalas de dor, assim superando o grupo que fortaleceu somente o quadríceps. ŞAHIN et al (2016) apontou que o grupo que fortaleceu quadril e joelho apresentou melhores escores nos parâmetros de dor ao ficar em repouso, em pé, correndo, andando, subindo e descendo rampas e escadas e agachando.

CONCLUSÃO

Foi possível observar que tanto o fortalecimento da musculatura do joelho como quadril, foram importantes na reabilitação de indivíduos do sexo feminino portadores da síndrome da dor patelofemoral. Os ganhos nas variáveis dor e função foram totalmente nítidos, mas vale salientar

que, aqueles que tiveram seu tratamento com foco no quadril poderão atingir escores mais elevados e por um período maior. Pode-se concluir também que ao unir esses dois agrupamentos musculares os escores tendem a ser mais alto quando comparado àquelas que trataram o joelho de forma isolada. Porém, foi possível observar neste levantamento que em alguns destes estudos não se encontra com clareza e detalhamento as técnicas usadas, causando assim confusão e dúvidas na melhor forma de se abordar na prática clínica sendo isso um viés para não representação destes dados. Então, faz-se necessário que estudos futuros apresentem maior especificidade nas técnicas em questão usadas pelo pesquisador.

REFERÊNCIAS

Saad MC, Vasconcelos RA, Mancinelli LVO, Munno MSB, Liporaci RF, Grossi DB. Is hip strengthening the best treatment option for females with patellofemoral pain? A randomized controlled trial of three different types of exercises. **Braz J Phys Ther.** 2018 Sep-Oct;22(5):408-416.

Earl-Boehm JE, Bolgla LA, Emory C, Hamstra-Wright KL, Tarima S, Ferber R. Treatment Success of Hip and Core or Knee Strengthening for Patellofemoral Pain: Development of Clinical Prediction Rules. **J Athl Train.** 2018 Jun;53(6):545-552.

Lack S, Barton C, Sohan O, Crossley K, Morrissey D. Proximal muscle rehabilitation is effective for patellofemoral pain: a systematic review with meta-analysis. **Br J Sports Med.** 2015 Nov;49(21):1365-76.

Hott A, Liavaag S, Juel NG, Brox JI. Study protocol: a randomised controlled trial comparing the long term effects of isolated hip strengthening, quadriceps-based training and free physical activity for patellofemoral pain syndrome (anterior knee pain). **BMC Musculoskelet Disord.** 2015 Feb 25;16:40.

Martimbianco ALC, Torloni MR, Andriolo BN, Porfírio GJ, Riera R. Neuromuscular electrical stimulation (NMES) for patellofemoral pain syndrome. **Cochrane Database Syst Rev.** 2017 Dec 12;12(12):CD011289.

A INCIDÊNCIA DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR*

Giovana Brena da Costa Paz[1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: giovana.paz@fvj.br).

Kariza Lopes Barreto[2] (Orientadora Professora do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, Email: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

A incontinência urinária significa unicamente a perda do controle voluntário da urina. Ela pode ser dividida em até cinco tipos, sendo as mais recorrentes, a incontinência urinária de esforço, a incontinência urinária de urgência e a incontinência urinária mista. Este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo do tipo descritiva, transversal, observacional tendo uma abordagem quantitativa, com estudantes do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, foi composto por 26 estudantes do sexo feminino, sendo jovens adultas na faixa etária de 18 a 30 anos de idade. As estudantes serão avaliadas através de um questionário eletrônico que tem como nome “Formulário do perfil epidemiológico das estudantes”, desenvolvido pelo pesquisador e o Kings health questionnaire-KHQ, validado no Brasil, este avalia desde os impactos da incontinência urinária na qualidade de vida, até os sintomas mais persistentes. Os resultados ficaram distribuídos em gráficos, onde de 1 a 4 se referia à parte sociodemográfica e o 5 e 6 ao questionário KHQ. Observou-se que a incidência de incontinência urinária em jovens/adultas obteve uma porcentagem significativa, mesmo sendo um número pequeno, os fatores mostrados na sintomatologia do questionário KHQ, demonstram um risco desses números aumentarem, é interessante que mais estudos relacionados a está temática sejam realizados.

Palavras-chave: Incontinência urinária. Incidência. Jovens

INTRODUÇÃO

A genitália feminina é formada pela parte interna e externa, na qual a interna é composta pela vagina, útero, tubas uterinas e ovários, já a externa também conhecida como vulva, é composta pelos grandes e pequenos lábios, o monte de vênus,

vestíbulo e clitóris. A cavidade inferior da pelve é coberta pelo períneo, onde está se divide em genital e retal, a constituição do períneo é feita pelos músculos do assoalho pélvico. (MARTINEZ; KRAIEVSKI, 2017) (ALCÂNTARA; BASTOS, 2019). A incontinência urinária significa unicamente a perda do controle voluntário da urina. (BOTELHO; SILVA; CRUZ, 2007). A incontinência urinária pode ser dividida em até cinco tipos, sendo as mais recorrentes, a incontinência urinária de esforço, onde ocorre a perda involuntária de urina durante a prática de atividades que aumentam a pressão abdominal, a incontinência urinária de urgência, que se caracteriza como um forte desejo repentino de urinar e a incontinência urinária mista, que é a combinação das duas. (BOTELHO; SILVA; CRUZ, 2007). Segundo Martinez e Kraievski (2017) O tratamento para incontinência urinária pode ser classificado em cirúrgico ou conservador. Portanto, este trabalho tem como finalidade responder a seguinte, pergunta norteadora: qual a incidência de incontinência urinária em estudantes jovens/adultas do ensino superior?

METODOLOGIA

O presente estudo será do tipo descritivo, transversal, observacional tendo uma abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, no período que se entende entre os meses de final de março à início de maio de 2022, na qual foram tidos como público alvo alunas do curso de fisioterapia, o mesmo é composto por 26 estudantes que se encaixavam nos critérios estabelecidos, sendo eles: alunas do sexo feminino, que esteja na faixa etária de 18 a 30 anos, que aceite participar da pesquisa e que estejam regularmente matriculados no ensino superior do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE no curso de fisioterapia. Serão excluídos do estudo estudantes que tenha algum comprometimento psíquico e que tenham passado por alguma cirurgia pélvica. No primeiro momento foi entregue o termo de anuência a direção da universidade para realizar a assinatura. O TCLE foi enviado juntamente ao instrumento de coleta de dados de forma eletrônica, via Google Forms, inicialmente tinha o questionário sociodemográfico, na qual ficou distribuído em 04 gráficos, mantendo a idade, peso, altura e profissão de forma independente, sem ser em gráficos. Em seguida tinha o Questionário KHQ – Kings Health Questionnaire, onde foi composto pelas figuras 1 e 2, todas as respostas obtidas

pelo KHQ, foram atribuídos valores numéricos que variam de 0 (zero) a 4 (quatro), somados e avaliados por domínio. Gerando um levantamento numérico, que foi posteriormente calculado através de uma fórmula matemática apresentado na figura 3. A figura 4 e 5 mostra o resultado de cada escore que variam de 0 a 100. Assim, considerando que quanto maior o número obtido pior a qualidade de vida. Não havendo, escore geral. Finalizado de forma geral no gráfico 05, classificados como de 0–24 excelente, 25–49 boa, 50–74 ruim, por fim, 75–100 muito ruim. A escala sintomatológica do KHQ, ficou amostra no gráfico 06, onde foi realizado um percentual da população que se encaixava em cada alternativa da escala de sintomas. Este estudo atendeu às normas e parâmetros éticos em estudos com seres humanos, sob o número de CAAE 55311922.5.0000.9431 e com parecer 5.283.067.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa iniciou-se pela coleta das características sociodemográficas, em relação à idade, peso e altura foi estabelecida pela média/desvio padrão, já sobre a profissão todas eram estudantes, na qual 8 delas tinham um emprego. Quanto aos resultados encontrados nas perguntas sobre as características sociodemográficas, foi estabelecido um percentual da população que se encaixa em cada alternativa, onde foi dividido em 4 gráficos, a princípio o gráfico 01 mostra as perguntas que tinha como alternativa sim ou não, onde apenas 6 estudantes responderam já ter tido perca de urina, embora não seja um número significativo, vale ressaltar que segundo Fernandes e Ognibeni (2021), há uma quantidade considerável de mulheres jovens com essa disfunção, ainda que o avanço da idade, seja citado como uma causa de risco relevante. O gráfico 02 se refere as perguntas que tem como alternativas nenhuma e uma, no que diz respeito ao gráfico 03, ele mostra as perguntas que tem como alternativas nenhuma, pouca, moderado ou muito, e no gráfico 04 é exibido 2 perguntas com alternativas distintas, em um apurado geral as estudantes apresentaram alguns fatores de risco que podem desenvolver incontinência urinária, coincidindo com o estudo de (MOURÃO et al., 2017). No que diz respeito ao questionário KHQ, após passar por todos os cálculos apresentados no anexo B, resultou na amostra presente no gráfico 05, na qual a percepção geral da saúde apresentou uma maior porcentagem em qualidade de vida ruim, o impacto da incontinência uma maior porcentagem em excelente,

seguindo esse raciocínio Pitangui, Silva e Araújo (2012), também apresentou uma média da “percepção geral de saúde” superior ao impacto da incontinência, as limitações das atividades diárias e limitações sociais deu-se como 100% excelente, nas limitações físicas, relações pessoais e emocional a maior parte se enquadrou como excelente, sono/disposição mostrou apenas 1 pessoa classificada em ruim, a maioria como excelente e por fim nas medidas de gravidade somente 1 pessoa se classificou como muito ruim, sendo também a maioria como excelente. No que se refere a escala de sintomas urinários do KHQ, ficou amostra no gráfico 06 um percentual da população que se encaixava em cada alternativa da escala de sintomas, sendo os mais recorrentes a frequência, noctúria e urgência, (WINKELMAN et al., 2018), declarou em seu estudo que mulheres com incontinência urinária de urgência tendem a ter uma má qualidade de sono, outro sintoma que também está correlacionado é a noctúria. Apenas 6 estudantes responderam já ter tido perca de urina, sendo a maioria relacionado ao sintoma de urgência miccional.

CONCLUSÃO

Observou-se que a incidência de incontinência urinária em jovens/adultas obteve uma porcentagem significativa, mesmo sendo um número pequeno, os fatores mostrados na sintomatologia do questionário KHQ, demonstram um risco desses números aumentarem. Ficou evidente que apesar da baixa idade do público estudado, as circunstâncias como o alto índice de consumo de cafeína, a falta de exercícios físicos muito presente entre as entrevistadas e principalmente os sintomas existentes com alto percentual, podem levar a episódios de perda de urina. É interessante que mais estudos relacionados a está temática sejam realizados.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, F; SILVA, C; CRUZ, F. Incontinência urinária feminina. **Acta Urológica**, [*s. l*], v. 24, n. 1, p. 79-82, 2007.

FERNANDES, C; OGNIBENI, L. C. R. Prevalência e fatores de risco associados à incontinência urinária em acadêmicas do curso de fisioterapia. **Revista Uningá**, [S.L.], v. 58, p. 1-11, 11 mar. 2021.

MOURÃO, L. F *et al*. Caracterização e fatores de risco de incontinência urinária em mulheres atendidas em uma clínica ginecológica. **Estima**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 82-91, 2017.

PITANGUI, A. C. R; SILVA, R. G. da; ARAðJO, R. C. de. Prevalência e impacto da incontinência urinária na qualidade de vida de idosas institucionalizadas. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, [S.L.], v. 15, n. 4, p. 619-626, dez. 2012.

WINKELMAN, W. D et al. Sleep Quality and Daytime Sleepiness Among Women With Urgency Predominant Urinary Incontinence. **Female Pelvic Medicine & Reconstructive Surgery**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 76-81, 2018.

EFICÁCIA DOS TRATAMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS APLICADOS A EJACULAÇÃO PRECOCE BASEADO EM EVIDÊNCIAS.

Francisco Sonyanderson da Silva [1] (Aluno do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: sonyanderson.silva@fvj.br).

Kariza Lopes Barreto [2] (Orientadora Professora do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

A ejaculação precoce (EP) atinge cerca de 20 a 30% dos indivíduos do sexo masculino, independentemente da idade, em todo o mundo, possuindo registros na literatura popular, científica e religiosa por quase 2.000 anos, particularmente com ênfase na área psicossocial. O objetivo deste trabalho é descrever os tratamentos fisioterapêuticos aplicados a ejaculação precoce, que possuem eficácia no prognóstico do paciente através de uma revisão integrativa da literatura. A amostra foi coletada nas bases de dados: PEDro (Physiotherapy Evidence Database), SciELO (Scientific Electronic Library Online), e PubMed (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica). Com estudos publicados em português, inglês, veiculados no período entre os anos de 2011 a 2021. Incluindo apenas artigos que abordassem o tema proposto, disponíveis na íntegra gratuitamente. Excluindo-se durante a coleta os estudos que não corresponderam aos critérios de inclusão. Encontrou-se 2115 arquivos, desses somente 07 estudos se adequavam aos critérios de inclusão e exclusão, e se qualificaram para serem incluídos na amostra. O estudo evidenciou que a ejaculação precoce afeta a autoestima dos homens e pode acarretar problemas psicológicos e no convívio social. Os resultados obtiveram a indicação que os protocolos foram eficazes em todos os estudos, com taxas de melhora do controle do reflexo ejaculatório. Ressaltando-se a vantagem financeira do tratamento fisioterapêutico em relação ao tratamento medicamentoso. Considerando a carência da literatura sobre essa temática, deve ser enfatizada a importância da criação de novas pesquisas sobre esse tema.

Palavras-chave: Ejaculação precoce. Disfunção. Fisioterapia.

INTRODUÇÃO

A ejaculação precoce (EP) atinge cerca de 20 a 30% dos indivíduos do sexo masculino, independentemente da idade, em todo o mundo, possuindo registros na literatura popular, cientifica e religiosa por quase 2.000 anos, particularmente com ênfase na área psicossocial (GRUENWALD et al., 2017). Com avanço das pesquisas,

surgiram diversos tratamentos para homens com EP, incluindo terapias: psicológicas, farmacológicas, comportamentais e fisioterapêuticas. Tendo em vista que antes de selecionar a intervenção mais eficaz, o médico deve discutir os benefícios e riscos de todas as opções de tratamento. A EP é um distúrbio que não traz risco à vida, o objetivo do tratamento para EP é buscar a satisfação do paciente e do parceiro (SHARLIP, 2006). Apesar de no meio acadêmico ter maior acesso às informações acerca da EP e suas repercussões psicológicas e sociais, existem poucos estudos que tem como foco a sexualidade masculina. O que se torna relevante a concepção de estudos que dissertam acerca da EP, com destaque para as influências na sexualidade dos mesmos, na intenção de maximizar informações sobre a temática proposta e agregar saberes ao campo literário e à ciência, bem como a área urológica e fisioterapêutica. Desse modo, o exposto estudo dispõe como objetivo geral descrever os tratamentos fisioterapêuticos aplicados a ejaculação precoce, que possuem eficácia no prognóstico do paciente através de uma revisão integrativa da literatura.

METODOLOGIA

O presente estudo, trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa com abordagem qualitativa, de teor descritivo e exploratória a partir da busca de artigos que abordassem ejaculação precoce e tratamentos fisioterapêuticos. O levantamento dos acervos científicos ocorreu nos meses de agosto a setembro de 2021, através das plataformas virtuais, nas seguintes bases de dados: PEDro (Physiotherapy Evidence Database), Pubmed (National Library of Medicine) e Scielo (Scientific Electronic Library Online). A pesquisa se deu por meio dos seguintes descritores controlados cadastrados no MeSH (Medical Subject Headings): Premature ejaculation, dysfunction e physiotherapy, incluindo o operador booleano “and”. A pesquisa teve a discussão baseada nos seguintes critérios de inclusão, a saber: textos completos, artigos científicos, guidelines, ensaios clínicos, estudos publicados entre os anos de 2011 a 2021, publicações nos idiomas português e inglês. Como critérios de exclusão estão os textos do tipo: resumo, monografias, editoriais, cartas ao editor e artigos que não venham a responder às questões norteadoras que compõem os objetivos gerais e específicos

do presente estudo. Foram achados 2088 artigos na plataforma na PubMed, 3 na PEDro e 24 na SciELO, dando um total de 2115 artigos encontrados com os descritores e palavra-chave e/ou termo; premature ejaculation, dysfunction, physiotherapy. foram selecionados artigos que se encaixavam no critério de ter sido publicados nos últimos 10 anos e que fosse em inglês ou português, restando: PEDro 3, PubMed 1147 e SciELO 20 artigos, totalizando 1170 artigos, seguindo para a próxima etapa. Na PubMed foi usado o filtro “Texto completo grátis” disponível na própria plataforma onde foram excluídos 716 artigos, logo após foi usado também o filtro “masculino” excluindo então 524 artigos, restando 192 na PubMed e 215 ao todo. Seguindo com os critérios de exclusão, foi feita a leitura de todos os títulos onde se notou que apenas 27 deles condizem com o tema deste estudo, depois foram excluídos 5 estudos duplicados, restando então 22. Na próxima etapa foi feita a leitura dos resumos e foram excluídos 13 artigos por não abordarem o que o tema sugere, restando apenas 9 estudos. Posteriormente verificou-se que todos esses artigos estão disponíveis gratuitamente e completo na íntegra, não sendo necessário descartar nenhuma, logo após concluir todos os critérios de inclusão e exclusão, os artigos foram distribuídos da seguinte forma: PEDro eram 3 artigos e 1 foi incluído; PubMed eram 2088 e restaram apenas 6; SciELO eram 24 e não foram incluídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostragem final desta revisão foram 7 estudos dispostos nas bases de dados PubMed, PEDro, que foram selecionados após a implementação dos critérios de inclusão, exclusão e avaliados. Segundo Althof et al., 2010, a estimulação frequente dos ramos nervosos dorsais da raiz do pênis pode reduzir a sensibilidade peniana e a excitabilidade central até certo ponto, o que pode ajudar a melhorar o limiar de ejaculação e prolongar o período ejaculatório, tratando efetivamente a EP. Toda via Gruenwald et al. 2017, afirma que a estimulação elétrica neuromuscular envolve a aplicação de uma série de estímulos intermitentes para superfície muscular, com o objetivo principal de desencadear contrações musculares devido à ativação dos ramos do nervo intramuscular. LAVOISIER,et al. 2014, apoia a ideia de que a contração dos músculos do assoalho pélvico está envolvida no controle do reflexo ejaculatório e avaliou a reabilitação do assoalho

pélvico como um possível tratamento para EP. Somando-se a esses achados, KILINC et al. 2017, fala que estudos experimentais demonstraram que a atividade física por 30 min, aumenta os níveis do hormônio da serotonina. É relevante enfatizar que, SHARLIP et al. 2011, discute que vários antidepressivos que são conhecidos por retardar a ejaculação - incluindo os SSRIs fluoxetina, paroxetina, sertralina, e o antidepressivo tricíclico clomipramina. Foi observado que esses agentes demonstraram cada um maior benefício quando comparado ao placebo na gestão de EP. Reconhecendo que a terapia farmacológica não cura EP, considerando que a EP geralmente retorna após o tratamento. Dessa forma os autores concluem que se faz necessário novas estratégias acerca do assunto.

CONCLUSÃO

Embora os resultados encontrados tenham sido promissores, ainda são necessários estudos com maior rigor científico e com protocolos padronizados. Sugere-se a construção de novas pesquisas nesse meio, a fim de somar saberes visando uma melhora na qualidade de assistência de profissionais que promovem saúde, melhorando assim o tratamento para os pacientes dessa disfunção e como consequência melhorando sua qualidade de vida, respeitando o indivíduo e seus desejos.

REFERÊNCIAS

ALTHOF, Stanley. The psychology of premature ejaculation: therapies and consequences. The journal of sexual medicine, v. 3, p. 324-331, 2006. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16939477/. Acesso em: 11 mar 2021.

GRUENWALD, Ilan et al. Transcutaneous neuromuscular electrical stimulation may be beneficial in the treatment of premature ejaculation. Medical hypotheses, v. 109, p. 181-183, 2017. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29150283/. Acesso em: 11 mar 2021

JIANG, Mingyang et al. A eficácia da masturbação regular da raiz do pênis, versus o exercício de Kegel no tratamento da ejaculação precoce primária: um estudo controlado quase randomizado. **Andrologia** , v. 52, n. 1, pág. e13473, 2020.

KILINC, M. F. et al. Impact of physical activity on patient self-reported outcomes of lifelong premature ejaculation patients: Results of a prospective, randomised, sham-controlled trial. **Andrologia**, v. 50, n. 1, p. e12799, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24848805/. Acesso em: 11 mar. 2021.

LAVOISIER, Pierre et al. Reabilitação muscular do assoalho pélvico na disfunção erétil e ejaculação precoce. Fisioterapia , v. 94, n. 12, pág. 1731-1743, 2014. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25082919/ Acesso em: 11 mar. 2021.

RODRÍGUEZ, Jesús E.; MARZO, Juan C.; PIQUERAS, José A. Eficácia do Treinamento de Controle Esfincteriano (SCT) no tratamento da ejaculação precoce, uma nova abordagem cognitivo-comportamental: Um estudo controlado randomizado de grupos paralelos. PloS um , v. 14, n. 2, pág. e0212274, 2019. Acesso em: 11 mar 2021.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt. Acesso em 15 mai 2021.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciência & Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/8MGqFCjhjvXKQsq37t6q7PK/abstract/?lang=pt. Acesso em 15 mai 2021.

SHARLIP, Ira D.. Guidelines for the Diagnosis and Management of Premature Ejaculation. **The Journal Of Sexual Medicine**, [S.L.], v. 3, p. 309-317, set. 2006. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1111/j.1743-6109.2006.00306.x. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16939475/. Acesso em: 11 mar. 2021.

URIBE, Olga L. et al. Estimulação elétrica nervosa transcutânea no tratamento de pacientes com ejaculação precoce: ensaio clínico fase II. International Journal of Impotence Research , v. 32, n. 4, pág. 434-439, 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31551577/. Acesso em 11 mar. 2021.

PREVALÊNCIA DO ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO NO MUNICÍPIO DE ITAIÇABA - CE

Ana Luzia Ferreira Amaral [1] (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: luzia.amaral@fvj.br).
José Ossian Almeida Souza Filho [2] (Orientador Professor do Centro Universitário do Vale Jaguaribe, E-mail: ossian@fvj.br).

RESUMO
O Acidente Vascular Encefálico (AVE) deriva de um comprometimento no fluxo sanguíneo do encéfalo, podendo ser categorizado em isquêmico e hemorrágico. Trata-se de uma pesquisa transversal, documental e descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando os prontuários de pacientes acometidos por AVE no município de Itaiçaba, no período de 2011 a 2021. Os dados foram coletados por meio da Ficha de Notificação de AVE – FNAVE. Ainda, foram analisados 74 prontuários e, após passarem pelos critérios de inclusão e exclusão, restaram 36. Com relação aos resultados dos dados coletados, estes foram colocados à disposição por meio de duas tabelas e discutidos na seção resultados e discussões. Por fim, observou-se a prevalência da AVE em 0,4 % da população total do município assim como o perfil epidemiológico desses indivíduos.

Palavras-chave: acidente vascular encefálico; epidemiologia; prevalência.

INTRODUÇÃO
O Acidente Vascular Encefálico (AVE) deriva de um comprometimento no fluxo sanguíneo do encéfalo. Os AVEs podem ser categorizados em isquêmico e hemorrágico (AZEVEDO; ARAÚJO; SOUZA, 2018). Isto posto, pode-se dizer que, no Acidente Vascular Encefálico do tipo isquêmico (AVEi), ocorre uma obstrução dos vasos encefálicos, bloqueando o fluxo de sangue/ oxigênio às células. Já no AVE do tipo hemorrágico (intracerebral ou subaracnóide), há um rompimento dos vasos e extravasamento de sangue, ocasionando, assim, disfunções aos tecidos acometidos (BRASIL, 2015). Existem dois grupos de indivíduos que dispõem de uma maior probabilidade de desenvolver o AVE: os que apresentam fatores modificáveis e os que apresentam fatores não modificáveis. No grupo dos não modificáveis, encontram-se indivíduos com aspectos ligados à idade, ao sexo e à genética; já no grupo dos modificáveis, enquadram-se as pessoas com diabetes mellitus, com hipertensão arterial, as tabagistas, as alcoólatras, as sedentários e as obesas (CAMPBELL *et al*., 2019). No estado do Ceará, prevalecem as patologias de origem circulatórias (AVE, infarto e hipertensão), abrangendo o primeiro lugar no número de mortes. As doenças cerebrovasculares motivaram 30,2% dos óbitos no estado, afetando, principalmente, idosos, em que 82% dos casos acometem ambos os sexos (CEARÁ, 2011). Portanto, o objetivo desta pesquisa foi identificar a prevalência do Acidente Vascular Encefálico no município de Itaiçaba – Ce.

METODOLOGIA
Trata-se de uma pesquisa transversal, documental e descritiva com abordagem quantitativa. O estudo aconteceu no município de Itaiçaba, localizado na mesorregião do Jaguaribe, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de janeiro a maio de 2022. Foram analisados 74 prontuários dos pacientes acometidos por AVE no município de Itaiçaba, no período de 2011 a 2021, presentes no Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiologia do referido município, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde. Os critérios de inclusão foram prontuários completos de pacientes acometidos por AVE nos anos de 2011 a 2021, e os de exclusão foram prontuários de AVE incompletos ou retroativos a 2011. Após passar pelos critérios de exclusão, foram excluídos 38 prontuários, já que 25 se encontravam incompletos e

13 eram retroativos a 2011. Consequentemente a amostra foi composta por 36 prontuários devido ao fato de este ser o número de registros completos, no referido período, relacionados à população acometida por acidente vascular encefálico no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esta pesquisa, foram analisados 36 prontuários de pacientes acometidos por AVE, sendo 25 homens e 11 mulheres. Pode-se perceber que existiu uma predominância dos casos de AVE nos homens, corroborando com os estudos de Polese *et al.* (2008), que, ao avaliarem a funcionalidade de 16 indivíduos acometidos por AVE, que realizavam atendimento em uma clínica-escola de fisioterapia da Faculdade de Passo Fundo – RS, identificaram que 62% dos casos afetavam o sexo masculino. No que se diz respeito à faixa etária, destacaram-se pacientes com idade igual ou superior a 64 anos (58,30%). Mibach *et al*. (2021), ao falarem sobre a caracterização e funcionalidade de indivíduos em uma unidade de AVE, utilizando uma amostra de 44 pacientes, verificaram que 79,5% dos casos acometiam idosos > 61 anos, indo de acordo com os dados desta pesquisa, os quais ratificam que os casos de AVE se sobressaem nos indivíduos com idade igual ou superior a 64 anos. Quanto aos fatores de risco evidenciam-se 30 pacientes acometidos por hipertensão arterial (83,30%). Na pesquisa de Goulard *et al*. (2016), foi constatado que a hipertensão arterial se caracterizava como uma das patologias crônicas mais comuns na população com AVE, indo em concordância com o presente estudo. No tocante aos sinais e sintomas, apresentaram perda de equilíbrio 25 pacientes (69,30%), sendo o sintoma de mais destaque no estudo. Em contrapartida, Moita *et al*. (2021), ao falarem sobre sinais, sintomas e fatores de risco do AVE, por meio de uma revisão integrativa, alegam que a fraqueza ou formigamento na face, braço ou perna foi um dos principais sinais e sintomas do AVE de acordo com 5 dos 9 artigos utilizados. Ainda, analisando a variável dos tipos AVE's, obtivemos um destaque para o AVE do tipo isquêmico (83,90%). Nesse sentido, concordando com tais dados, Sá, Grave e Périco (2014) caracterizaram o perfil dos pacientes com AVE internados no Sistema Único de Saúde (SUS) em um hospital de médio porte do Vale do Taquari/RS. Para isso, avaliaram 125 indivíduos, apontando 98 dos casos como AVE do isquêmico, correspondendo a 78,4% da população avaliada. Quando falamos sobre a incidência de óbitos nos pacientes do estudo, apenas 4 faleceram, assemelhando-se à pesquisa de Branco *et al*. (2022), que, ao falarem sobre o perfil de pacientes com AVE em uma unidade de urgência e emergência e analisarem 186 casos de AVE, consta que apenas 64 vieram a óbito, resultando no regresso ao lar da maioria dos pacientes. Quanto às pessoas que buscaram fisioterapia após o incidente, 50% realizaram fisioterapia, e os outros 50% não buscaram atendimento fisioterapêutico. Ainda sobre estudo de Branco et al. (2022), pode-se observar que 84,95% dos pacientes de AVE, que estiveram na urgência e emergência da unidade, receberam atendimento fisioterapêutico, contra 15,5%, que não receberam nenhum tipo de atendimento nesta área.

CONCLUSÃO

Portanto, observou-se, nesta pesquisa, a prevalência do AVE em 0,4 % da população total do município, tendo predominância em homens, aposentados, com idade igual ou superior a 64 anos, hipertensos e com diabetes mellitus. Dessa forma, poderia ser trabalhada com mais ênfase a conscientização desse público, alertando sobre os principais fatores de risco, sintomas e sequelas da referida doença. Além disso, políticas e ações públicas sobre a importância da fisioterapia no pós-AVE devem ser desenvolvidas a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida e a redução de comprometimento funcional nos pacientes acometidos por essa patologia.

REFERÊNCIAS

BRANCO, C. L. *et al*. Perfil de pacientes internados por Acidente Vascular Cerebral em uma unidade de urgência e emergência em um hospital escola do Oeste do Paraná e a atuação do profissional fisioterapeuta nestes casos. **Research, Society And Development**, [*s. l.*], v. 11, n. 2, p. 1-12, jan. 2022. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25875/22742. Acesso em: 10 maio 2022.

GOULART, B. N. G. de *et al.* Caracterização de acidente vascular cerebral com enfoque em distúrbios da comunicação oral em pacientes de um hospital regional. **Audiology - Communication Research**, [*s. l.*], v. 3, n. 16, p. 01-06, jul. 2016.. Disponível em: https://www.scielo.br/j/acr/a/SShBRdxctfw3xdGbCHyN7Jj/abstract/?lang=pt. Acesso em: 06 maio 2022.

MIBACH, G. S. *et al*. Caracterização e Funcionalidade de Indivíduos Atendidos em uma Unidade de AVC. *In:* JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 15., 2021, Concordia. **Anais** [...]. Concórdia, SC: EMPRABA, 2021. p. 106-107. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/227768/1/JINC-2021.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

MOITA, S. M., *et al*. Reconhecimento dos sinais e sintomas e dos fatores de risco do acidente vascular cerebral por leigos: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development,** v. 10, n.10, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/19340. Acesso em: 05 maio 2022.

SÁ, B. P.; GRAVE, M. T.; PÉRICO, E. Perfil de pacientes internados por Acidente Vascular Cerebral em hospital do Vale do Taquari/RS. **Revista Neurociências**, v. 22, n.3, p. 381–387, 2014.. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8077. Acesso em: 05 maio 2022.

Nutrição

USO DE FITOTERÁPICOS EM PACIENTES COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO

Maria Ivone dos Santos Barros (aluna do curso de Bacharelado em Nutrição do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.ivone@fvj.br), Orientador: Leandro Nascimento Borges (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa trata sobre o uso de medicamentos fitoterápicos realizado por pessoas diagnosticadas com a LES, sendo que existem medicamentos comuns e comprovados para minimizar o desenvolvimento da doença, entretanto estes apresentando efeitos tanto benéficos quanto maléficos. Neste sentido, percebe-se que o uso dos fitoterápicos ou plantas medicinais manipuladas ocorrem na tentativa de minimizar os desafios que o tratamento convencional aponta, estando entre estas, sobretudo, as inflamações, falta de apetite e perda de qualidade de vida e bem estar dos sujeitos. Para que o estudo tivesse êxito, foi realizada uma pesquisa de campo, em ambiente virtual, mais especificamente em grupo de *whatsapp* intitulado como o nome "Borboletas também amam", formado por pacientes com doenças reumáticas autoimunes, que residem em todas as partes do Brasil. Após apresentação dos resultados de um questionário aplicado a 124 participantes do estudo, chegou-se à conclusão de que fitoterápicos como açafrão, Gengibre, Unha de gato e Arnica Montana minimizam os impactos inflamatórios de medicamentos comuns, sendo alguns destes a Hidroxicloroquina, a Cloroquina e o omeprazol. Por fim, percebe-se a necessidade de mais estudos sobre o assunto, sendo que a literatura apresenta escassez neste sentido.

Palavras-chave: Lúpus Eritematoso Sistêmico; Tratamento; Fitoterápicos; Consumo.

INTRODUÇÃO

O sistema imunológico tem o papel de proteger o organismo contra agentes patogênicos e infecciosos. Durante esse processo de defesa, podem ocorrer algumas alterações e falhas. Assim, a autoimunidade acontece porque o sistema imunitário ataca suas próprias células e tecidos por não conseguir diferenciá-los dos seres invasores. Esta pesquisa tem como objeto de estudo o uso dos fitoterápicos como intervenção para pessoas com o Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), que é uma patologia autoimune ocasionada por essa desordem imunológica, que tem por característica a produção de autoanticorpos, que possibilitam o ataque a diversos órgãos e tecidos. Sua causa permanece pouco conhecida, no entanto se sabe que atinge mais mulheres do que homens, por causa de fatores genéticos, hormonais, ambientais e imunológicos, inclusive influenciando seu surgimento. O nome *lúpus* origina-se do latim que significa lobo, em razão do surgimento de uma mancha na face de algumas pessoas com LES assemelhar-se com o que surge na face de alguns tipos de lobos. Eritematoso refere-se ao aspecto avermelhado (eritema=vermelho) e a palavra sistêmico se dá pelo envolvimento de várias partes do corpo e órgãos apresentando sintomas como febre, dor nas articulações, danos ao sistema nervoso central, ao coração e aos rins. No Brasil, estima-se que o acometimento de LES chega em torno de 8,7 por cada 1000,00 indivíduos, sendo que o LES pode acometer pessoas de ambos os sexos, raça e idade, porém, como já mencionado a população feminina é mais afetada, sendo comum também a prevalência em indivíduos afrodescendentes e mestiços. No entanto, no Brasil não há dados precisos de estudos de casos ou de prevalência de LES, mas pesquisadores estimam que cerca de 65.000 pessoas estão convivendo com lúpus, o que é um índice relativamente alto da doença em território brasileiro. Entendendo esse cenário que se apresenta, o estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os

medicamentos fitoterápicos mais utilizados ou recomendados a pacientes com LES? Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa busca descrever os medicamentos fitoterápicos mais utilizados por pacientes diagnosticados com LES. Com relação aos objetivos específicos, estes visam: Discorrer sobre os benefícios e malefícios de medicamentos manipulados com relação a LES; enfatizar os benefícios e malefícios de medicamentos fitoterápicos com relação a LES; comparar o uso de medicamentos manipulados e fitoterápicos para o bem-estar de um paciente com LES.

METODOLOGIA

A pesquisa é ancorada em um estudo de caso, que ajuda o investigador a conhecer mais profundamente um cenário ou objeto estudado, permitindo um conhecimento amplo e detalhado acerca de assuntos específicos. O campo de pesquisa ocorreu no ambiente virtual de apoio e convivência no grupo de *whatsapp* intitulado: "Borboletas também amam", formado por pacientes com doenças reumáticas autoimunes, residentes no Brasil. Entre os indivíduos que participam do grupo estão mães, profissionais e pessoas portadoras da doença, que perceberam a relevância de militar sobre o assunto, buscando meios que possibilitem maior cuidado com a doença. A coleta de dados ocorreu através de um questionário adaptado, segundo o modelo Zarbielli (2018). O questionário foi aplicado na plataforma *Google Forms* e disponibilizado através de endereço eletrônico e na rede social *whtassap*. No formulário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado, e o seu aceite determinou o prosseguimento da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Torres (2020) o problema do lúpus acomete 1 homem a cada dez mulheres diagnosticadas. Importante ainda salientar que estas, na grande maioria das vezes, encontram-se em período fértil, que ocorre entre os 15 e 45 anos de idade. O autor discorre sobre o predomínio, mesmo que de forma leve, relacionar-se as mulheres pretas. Na visão de Rodrigues *et al*., (2011) os medicamentos como Hidroxicloroquina, expostos pelos entrevistados, são abortivos, portanto, é necessária uma melhor abordagem, considerando que as mulheres mais acometidas com a doença encontram-se em período fértil, como mencionado. Conforme apontam Ribeiro *et al*., (2008) com relação a preocupação no que tange ao uso do medicamento Hidroxicloroquina deve-se ainda a quantidade de sua toxidade retiniana, que são os efeitos que o fármaco causa nos olhos. Entretanto, frente aos benefícios, as contrariedades que se apresentam são mínimas. Entendendo os problemas que podem ser causados aos pacientes, com relação aos medicamentos comuns, Chaves (2012) aponta os fitoterápicos como medicamentos relevantes, que passam por processos tecnológicos para adequar as matérias primas vegetais das mesmas e excluem desse conceito qualquer atividade com substâncias isoladas. O autor discorre que assim como os demais medicamentos, estes apresentam tanto efeitos benefícios quanto maléficos, a depender de cada caso, e por isso é importante avaliar a necessidade de paciente a paciente e seu quadro com relação a doença LES, porém, conforme enfatizado pelos pacientes investigados, os benefícios apresentam-se em maior escala, mesmo sendo necessário continuar com medicamentos comuns. Percebe-se que os fitoterápicos se apresentam como mais saudáveis, porém paliativos, sendo que o seu uso não substitui medicamentos comuns, já usados contra a doença.

CONCLUSÕES

Diante das informações que são apresentadas na pesquisa, percebe-se que os objetivos desta foram alcançados, quando evidencia-se que existem alguns medicamentos fitoterápicos são buscados pelos diagnosticados com a doença LES, visando deter uma qualidade de vida e bem estar mais adequados, mesmo utilizando medicamentos comuns que buscam o combate à

doença. Entre estes fitoterápicos apresentados pelos sujeitos participantes da pesquisa estão: o açafrão, Gengibre, Unha de gato e Arnica Montana. Porém, existem outros, que são apresentados pela literatura aqui enfatizada, sendo eles: Ipê Roxo, ora-pro-nóbis e L-canavanine. É evidente também que os objetivos são atendidos quando que os benefícios são preponderantes com relação a estes fitoterápicos, já que os mesmos permitem que as pessoas com a doença recebam vitaminas importantes no corpo, o que garante mais disposição em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

CHAVES, Douglas SA. As Plantas Medicinais Brasileiras são Eficazes no Tratamento do Lúpus Eritematoso Sistêmico? **Revista Fitos**, v. 7, n. 03, 2012. Disponível em: https://revistafitos.far.fiocruz.br/index.php/revista-fitos/article/view/153. Acesso em: 30 mai. 2022.

RIBEIRO, Luiza Helena *et al*. Atualizações no tratamento do lúpus cutâneo. **Revista Brasileira de Reumatologia**, v. 48, p. 283-290, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbr/a/dVPgqtbfFksXh3VBWkw4N8h/abstract/?lang=pt. Acesso em: 01 jun. 2022.

RODRIGUES, Humberto G. *et al*. Efeito embriotóxico, teratogênico e abortivo de plantas medicinais. **Revista brasileira de plantas medicinais**, v. 13, n. 3, p. 359-366, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpm/a/YdJQyFz3tvsrskHgCfVSq9t/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 mai. 2022.

TORRES, Priscila. **Lúpus – Doença acomete dez vezes mais mulheres do que homens.** Artritereumatoide, 2020. Disponível em: https://artritereumatoide.blog.br/lupus-doenca-acomete-dez-vezes-mais-mulheres-do-que-homens/#:~:text=O%20l%C3%BApus%20acomete%20mais%20as,queda%20de%20cabelo%20e%20febre. Acesso em: 25 mai. 2022.

ZARBIELLI, Marcele Grolli. **Estudo sobre os consumidores de suplementos vitamínicos, minerais e óleos essenciais numa drogaria da cidade de Erechim-RS**. 2018. Disponível em: http://repositorio.uricer.edu.br/handle/35974/185. Acesso em:02 fev. 2022

EFEITOS DO TRATAMENTO NÃO MEDICAMENTOSO DA HIPERTENSÃO EM ADULTOS DE MEIA-IDADE E IDOSOS: Uma revisão integrativa

Luiza Kaeline do Nascimento Silva[1] (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (Unijaguaribe)Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: kaeline.silva@fvj.br), Paloma Katlheen Moura Melo[2] (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.melo@fvj.br).

RESUMO

É notório que dentre todas doenças crônicas, a hipertensão é a que mais acometem adultos e idosos, alterando diretamente sua qualidade de vida, sabe-se todos os benefícios do tratamento não medicamentoso tanto solo com um adjuvante do farmacológico, atua na prevenção de outras doenças e agravamentos das mesmas. Essa revisão buscou averiguar os efeitos do tratamento não medicamentoso da hipertensão em adultos com, com ênfase no que diz respeito a alimentação aliada ao exercícios fiscos para esse controle. Trata-se de uma revisão integrativa, com resultados retirados de 4 bases de dados distintas, obtendo a amostra de 6 artigos finais que foram utilizados para construção da mesma. Através de todas as pesquisas foi possível certificar a eficácia do tratamento não farmacológico e seus benefícios refletidos não só no controle da hipertensão, como na prevenção de outras doenças e promoção da saúde como um todo. Então, pode-se concluir alertando sobre a importância controlar a pressão alta devido as comorbidades advindas dela, e a morte. Além disso a realização do tratamento através de alimentação adequada e saudável e exercícios físicos são fundamentais.

Palavras-chave: Saúde do idoso; Hipertensão; Habito alimentar; Exercício físico.

INTRODUÇÃO

Em países que estão em desenvolvimento tendem a mostrar uma taxa de envelhecimento crescente e continuo, é fato que o envelhecimento populacional é incessante, e que esse acontecimento afeta diretamente todas esferas de determinantes populacionais, referentes a saúde. Sabe-se que envelhecimento traz consigo a senilidade, a qual retrata de condições predispostas ao indivíduo relacionadas a mecanismos fisiopatológicos, identificados principalmente em Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (SAAD, 2016). Dentre as DCNT que mais acometem idosos, a Pressão Arterial Sistêmica (HAS) está presente em mais de 60% dos idosos e cerca de 32,5% de adultos Brasileiros (AIOLFI *et al*, 2015); (LEITE *et al*, 2020). A HAS, é uma das principais complicações de saúde pública, sua causa é multifatorial, e sua principal particularidade são os níveis elevados de maneira constante da pressão arterial sistólica superior à 140mmHg ou pressão arterial diastólica superior à 90mmHg (BEZERRA *et al*, 2018). O cuidado nutricional é viável no tratamento da HAS, onde, o mesmo tem como foco modificações em relação a dieta diária e a conversão de hábitos (MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2016). Atividade física e alimentação saudável são os principais fatores do tratamento não medicamentoso da HAS, a atividade física frequente possui propriedades de mudanças sistêmicas que possibilita controlar a pressão arterial, e auxilia na sua prevenção (KÖRBES *et al*, 2020). Assim, o objetivo dessa pesquisa trata-se em verificar os efeitos do tratamento não farmacológico da pressão arterial em adultos de meia-idade e idosos hipertensos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, onde para sua pesquisa optou-se por utilizar 4 bases de dados, as quais são Periódico CAPES, LILACS e MEDLINE via BVS e PUBMED. A busca

foi realizada por descritores encontrados no Medical Subject Headings (MeSH). Foram utilizados descritores em inglês e em português, havendo então duas buscas para cada base de dados, os descritores foram: (Saúde do idoso) AND (hipertensão) AND (habito alimentar) AND (exercício físico), para buscas nos idiomas em inglês e em português e (Health of the elderly) AND (hypertension) AND (dietary habits) AND (physical exercise), para buscas no idioma em inglês. Com o objetivo de nortear o estudo, houve uma questão norteadora de pesquisa construída através do acrônimo PICOS, que tem como significado P= População, I= Intervenção, C=Comparação, O=Desfecho e S=Design dos estudos (SANTOS; PIMENTA; NOBRE, 2007). Então, com a intervenção PICOS, ficou dessa maneira: P= Adultos de meia-idade e idosos, I= Atividade física e redução de sal no consumo diário, C= Ausência de medicações para o tratamento da hipertensão, O= Redução da pressão arterial e S= Estudo experimental; Estudo clinico randomizado; Estudo transversal. A partir disso, foi desenvolvida a seguinte pergunta: Qual a relação entre a reeducação alimentar e exercício físico no tratamento da hipertensão arterial? Por fim, é válido ainda mencionar os critérios de inclusão e exclusão utilizados na pesquisa foram: População de ambos os sexos, adultos e/ou idosos que praticam exercícios físicos e iniciaram uma reeducação alimentar, introdução da dieta hipossódica e hipertensos com controle da PA. A exclusão refere-se a adultos e/ou idosos diabéticos ou com outras patologias, a ausência de exercícios físicos, e referente ao idioma escolhido foram inglês e português, e o período de data desejado foi de 10 anos (2012 à 2022).

RESULTADOS E DISCUSSOES

No início das buscas a quantidade de artigos encontrados ultrapassou 6.000, e após todos os filtros aplicados contou-se com 4.759 pesquisas, optou-se por adicionar mais filtros em relação a exclusão de artigos até a leitura do texto completo, obtendo no valor final 6 artigos de base de 4 bases de dados diferentes, sendo elas, CAPES, LILACS, MEDLINE e PUBMED.

Comprova-se a eficácia de uma alimentação adequada e saudável aliada ao exercício físico para o tratamento de hipertensos, pois com esses dois fatores ativos, irá ocorrer uma redução e peso, a diminuição na ingestão de sódio, um consumo adequado de legumes, verduras e frutas, além da redução de alimentos ricos em gorduras e industrializados (BARRETO; RODRIGUEZ 2013). Na atualidade é visível e comprovado a eficiência de planos alimentares singulares para indivíduos hipertensos, como a Dietary Approaches to Stop Hypertension (DASH), onde, o indivíduo muda totalmente seu estilo alimentar diário, com a inserção de frutas e verduras, aumento do consumo de cálcio, além disso, a mesma é comprovadamente eficaz no que diz respeito a diminuição da pressão arterial sem necessariamente haver uma perda de peso (HINDERLITER *et al*, 2013). Por fim, Os principais fatores para o tratamento da HAS, são uma alimentação adequada e saudável, exercícios físicos, diminuição quanto o uso de tabaco e álcool, porém, é preciso que todos eles aconteçam, FIRMO *et al*, (2019), relata que não há uma comprovação indicando qual é mais viável e possui principal vantagem em diminuir a pressão arterial, logo, pode-se afirmar que todos esses pontos quando se fazem presentes controlam a PA de maneira eficaz.

CONCLUSÃO

Dessa maneira, pode-se afirmar que o tratamento não farmacológico para HAS é eficaz e traz com ele inúmeros fatores colaboradores para a qualidade de vida dos indivíduos. Ainda, é válido mencionar a importância presente na promoção da saúde e prevenção de doenças para evitar o aparecimento de doenças crônicas, e quando as mesmas surgem, é viável realizar o tratamento que além de ajudar no controle da doença, consiga obter uma maior qualidade de vida, e paralelamente a isso evite consequências graves e mortalidade. Esta revisão, trouxe a

importância de realizar o tratamento adequado, e que o mesmo pode acontecer sem o uso de medicamentos anti-hipertensivos, tendo foco principal a execução de hábitos alimentares saudáveis e exercícios físicos continuo.

REFERENCIAS

AIOLFI, Claucia Raquel et al. Adesão ao uso de medicamentos entre idosos hipertensos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 18, p. 397-404, 2015.

BARRETO, V. C. DAS C.; RODRIGUEZ, D. ExercÃcio fÃsico associado a uma orientaÃ§Ã£o nutricional adequada para idosos hipertensos: uma revisÃ£o. **RBPFEX - Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 7, n. 40, 13 out. 2013.

BEZERRA, Álef Lamark Alves et al. Perfil epidemiológico de idosos hipertensos no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista de Medicina**, v. 97, n. 1, p. 103-107, 2018.

FIRMO, Josélia Oliveira Araújo et al. Comportamentos em saúde e o controle da hipertensão arterial: resultados do ELSI-BRASIL. **Cadernos de saude publica**, v. 35, 2019.

HINDERLITER, Alan L. et al. The long-term effects of lifestyle change on blood pressure: One-year follow-up of the ENCORE study. **American journal of hypertension**, v. 27, n. 5, p. 734-741, 2014.

KÖRBES, Andrea Schaefer et al. Relações entre Atividade Física, Hábitos Alimentares e IMC de Hipertensos de uma Unidade Básica de Saúde. **Normalidade Pós-COVID-19 OVID-19■ Aptidão Cardiorrespiratória, Desempenho Miocárdico e Variáveis Metabólicas de Pacientes com Doença Arterial Coronariana Seguidos em Programa de Reabilitação Cardiovascular■ Relações entre Atividade Física, Hábitos Alimentares e IMC de Hipertensos de**, v. 26, n. 2, p. 56, 2020.

LEITE, Chayana et al. EFEITOS AGUDOS E CRÔNICOS DOS TREINAMENTOS AERÓBIO, DE FORÇA E COMBINADO EM AMBIENTE AQUÁTICO NA PRESSÃO ARTERIAL DE ADULTOS DE MEIA IDADE E IDOSOS: uma revisão da literatura. 2020.

MAGALHÃES, Quitéria Vanessa Brito; CAVALCANTE, Jorge Luís Pereira. Dificuldades na adesão ao tratamento nutricional por idosos hipertensos. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 309-320, 2016.

SAAD, Paulo M. Envelhecimento populacional: demandas e possibilidades na área de saúde. **Séries Demográficas**, v. 3, p. 153-166, 2016.

SANTOS, C.; PIMENTA, C.; NOBRE, M. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]., v. 15, n. 3, p. 8-11, 2007. Available from: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/v15n3a23.

Psicologia

AUTOPOIESE E VINCULAÇÃO AFETIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: VIVÊNCIAS EM GRUPOS DE MULHERES

Zilana de Souza Silva Fatuzzo **
Aline Maria Barbosa Domício Sousa***[1]

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar as contribuições dos grupos e vínculos afetivos enquanto dispositivos para a saúde mental das mulheres no período da pandemia da COVID-19. Como metodologia realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, efetuado por meio de uma revisão integrativa da literatura, com uso das bases de dados das plataformas SciELO e LILACS com artigos publicados nos anos compreendidos entre 2012 e 2022. Foram selecionados 13 artigos, empregando a técnica da análise temática e divididos em quatro categorias: (01) - Ansiedade, medo, qualidade de vida e saúde da mulher; (02) - Grupos de mulheres, desigualdades sociais e atuação da psicologia; (03) - Violências contra as mulheres, saúde mental e rede de apoio social; (04) - Grupos LGBTQI+, identidade de gênero e saúde mental na atenção primária. Evidenciou-se que o grupo e os vínculos nele constituídos favorecem o desenvolvimento da autoestima e agem como apoio emocional diante dos desafios causados pela pandemia, além de operar na diminuição dos sintomas da depressão e ansiedade, criando estratégias de enfrentamento a situações de desigualdades sociais e de gênero, violência doméstica, isolamento, medo, angústia, solidão e ansiedades. Conclui-se que o grupo se torna instrumento de construção autopoiética da mulher e ferramenta de trabalho, do ponto de vista psicológico, para enfrentar as consequências da pandemia.

Palavras-chave: Vinculação afetiva; Pandemia COVID-19; Grupos de mulheres; Autopoiese.

INTRODUÇÃO

A temática deste artigo é construída entorno de reflexões e vivências sobre os processos de vinculação afetiva em grupo de mulheres durante a pandemia da COVID-19 na região do litoral leste do Ceará, Brasil. Para esta escrita tem-se como um dos principais referenciais teóricos, os princípios da autopoiese e a psicologia socioambiental, com interface nos processos de vinculação afetiva estabelecidos por mulheres que vivenciam atividades em grupo.

A autopoiese é um termo que deriva do grego (autopoiesis). De forma mais específica, a etimologia do vocábulo vem de "autós" (por si próprio) e "poiesis" (criação, produção). Seu significado literal é autoprodução. Os sistemas autopoiéticos são sistemas abertos ao futuro, ou seja, ou novo. O termo foi introduzido nas Ciências Sociais e Humanas pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela, no ano de 1973, para designar uma organização peculiar a todos os seres vivos "que recriam os próprios componentes necessários para manterem a sua organização."

---

* Artigo apresentado ao curso de psicologia (109) do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em psicologia, Aracati - Ceará, 2022.

** Aluna do curso de psicologia Centro Universitário do Vale do Jaguaribe; E-mail: zilanasilva@gmail.com
*** Orientadora e Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe; e-mail: alinedomicio@fvj.br

(GRANDESSO, 2011, p. 135), que mais tarde foi ampliada por Luhmann aos sistemas sociais.

O presente estudo objetiva identificar correlações entre a perspectiva da autopoiese e a vinculação afetiva em grupos de mulheres, durante o período da COVID-19. Os objetivos específicos são evidenciar, através da literatura sob a ótica da autopoiese, os vínculos afetivos em grupos de mulheres e compreender de que forma essa vinculação ocorre.

MÉTODO:

O método utilizado para a escrita do artigo caracteriza-se em uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, efetuada por meio de uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Scielo e Lilacs, compreendendo artigos publicados nos anos entre 2012 e 2022. A seleção dos artigos, para critérios de inclusão, foi a partir dos descritores: 'vínculo afetivo' AND 'mulheres AND 'covid-19' AND isolamento social' AND 'saúde mental'. Os 13 artigos selecionados foram organizados em uma tabela, empregando a técnica da análise temática. Assim possibilitando a identificação das respectivas categorias apresentadas e discutidas nos resultados e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir da literatura selecionada, os dados foram divididos, na base de analise temática, em quatro categorias: Categoria 01 com 23% - Ansiedade, medo, qualidade de vida e saúde da mulher; Categoria 02 com 23% - Grupos de mulheres, desigualdades sociais e atuação da psicologia; Categoria 03 com 31% - Violências contra as mulheres, saúde mental e rede de apoio social; Categoria 04 com 23% - Grupos LGBTQI+, identidade de gênero e saúde mental na atenção primária. Cada categoria será analisada a partir dos artigos selecionados.

Categoria de Análise Temática 01 - Ansiedade, medo, qualidade de vida e saúde da mulher

Percebe-se nesses resultados, o impacto que o medo e a ansiedade exerceram sobre as gestantes. Outro impacto considerável foram as restrições impostas que, conforme Boeck et al (2019), inviabilizaram a participação dos parceiros afetivos e familiares nas consultas, como relatam as gestantes. Já em relação às mudanças nas rotinas dessas gestantes, os autores encontraram, como principais resultados, a presença do medo, frustração, ansiedade, solidão e desconforto. Ao contrário, o afastamento das atividades profissionais e a mudança para o home-office, foi considerado como um fator protetivo.

Em relação aos vínculos afetivos, foi também apontado o apoio dos parceiros afetivos. Outro aspecto evidenciado pelos autores foi a esperança, enquanto constructo psicológico que possibilitou à essas mulheres, acreditarem em dias melhores e assim superar os inconvenientes e os desafios que a pandemia trouxe.

Categoria de Análise temática 02 - Grupos de mulheres, desigualdades sociais e atuação da psicologia

Lucri e Cordeiro (2020), por sua vez, investigaram as contribuições da psicologia para uma equipe multidisciplinar em um ambulatório de atenção secundária à saúde. Os resultados evidenciaram que a atuação da psicologia possibilitou melhorias na autoimagem e autoestima, autoconhecimento, adesão aos programas de atividades físicas e principalmente a vinculação grupal e as relações interpessoais das mulheres. Dessa forma, de acordo com os autores, o vínculo construído nesse grupo, possibilitou a superações das situações adversas.

Esses resultados destacam a importância do grupo e dos vínculos afetivos e emocionais desenvolvidos nele. O grupo por sua vez, influencia não apenas objetivos, mas também as vivências das mulheres fora do grupo em momentos de instabilidade emocional, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

Categoria de Análise temática 03 - Violências contra as mulheres, saúde mental e rede de apoio social

Nessa categoria, foi possível evidenciar, através do estudo de Hoepers e Tomanik (2019) que o grupo se estabelece enquanto dispositivo potencializador de estratégias no enfrentamento da violência. O estudo foi realizado com 19 mulheres em situação de violência. Foi demonstrado que o grupo possibilitou o que antes era silenciado. No mesmo tempo o grupo infundiu nas participantes um sentimento de pertencimento, negado pelas violências sofridas, relegando-as a solidão.

Ainda de acordo com os autores, o vínculo construído, as escutas, as trocas de experiências possibilitaram o fortalecimento psicológico, a criação de estratégias de enfrentamento, e de laços que se expandiram para além do próprio processo grupal. Ademais, o grupo possibilitou a ressignificação dessas mulheres na superação da experiência e vivência da violência. A construção de uma rede de apoio foi de extrema importância para essas participantes, enquanto dispositivo de atenção à saúde mental.

Categoria de Análise temática 04 - Grupos LGBTQI+, identidade de gênero e saúde mental na atenção primária

Através dessa categoria buscou-se analisar as questões de gênero e a saúde mental na atenção primária. Paveltchuk, Borsa e Damásio (2020) realizaram um estudo com 337 mulheres do grupo LGBT para evidenciar a resiliência e o apoio social nessa população.

Em relação ao bem estar subjetivo, os autores relacionaram que pertencer a um grupo de referência traz benefícios à saúde mental, enquanto possibilidade de identificação e vinculação. No entanto, os resultados evidenciam também como a violência de gênero e a discriminação sejam as principais referências nas patologias derivantes da impactos emocionais.

CONCLUSÕES:

O estudo alcançou o objetivo proposto, uma vez evidenciado que o grupo e o vínculo afetivo funcionam enquanto possibilidade de se ressignificar frente aos impactos no contexto da pandemia COVID-19.

As necessárias medidas de segurança e isolamento social trouxeram transtornos psicológicos e o grupo, com seus pressupostos, auxilia o psicólogo no sentido de poder repensar o papel do vínculo afetivo sob uma nova ótica.

A vida não é uma condição estética, mas um processo contínuo e a psicologia tem uma estreita ligação com o tema. Ao longo da vida estamos em permanente desenvolvimento com um processo de autocriação conhecido como autopoiese.

REFERÊNCIAS

BOECK, Gabriele Avellar et al. Saúde mental e COVID-19: sentimentos vivenciados por gestantes em tempos de pandemia. **Concilium**, v. 19, n. 1, 2019.

GRANDESSO, M. A. **Sobre a reconstrução do significado**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2011.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. Construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.

LUCRI, Jamile Julia; CORDEIRO, Silvia Nogueira. O psicólogo na equipe multiprofissional: relato de experiência de uma intervenção em grupo de mulheres na atenção secundária à saúde. **Vínculo**, v. 17, n. 2, p. 141-162, 2020.

PAVELTCHUK, Fernanda de Oliveira; BORSA, Juliane Callegaro; DAMÁSIO, Bruno Figueiredo. Apoio social, resiliência, estresse de minorias e saúde mental de mulheres lésbicas e bissexuais. **Psico-USF**, v. 25, p. 403-414, 2020.

GRUPOS DE TERCEIRA IDADE: DIÁLOGOS SOBRE A RESSIGNIFICAÇÃO DA VELHICE

Romário Regis da Silva[1] (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: romario.regis@fvj.br), Acy Holanda Mota[2] (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: acy.mota@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem como objeto investigar a relação dos Grupos de Terceira Idade na ressignificação da velhice e do processo de envelhecer. A metodologia deste trabalho é de natureza qualitativa, estruturada a partir de uma revisão bibliográfica exploratória de natureza básica. Na análise dos resultados constata-se o importante papel exercido pelos grupos de idosos na ressignificação da velhice, pois estes permitem que seus participantes possam desconstruir e ressignificar certos valores e preconceitos de sua autoimagem enquanto idoso. Conclui-se que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, pois este estudo permitiu associar o papel dos grupos de terceira idade na ressignificação da velhice. Espera-se que este saber construído na compreensão dos grupos de terceira idade possa servir e auxiliar no planejamento e na concretização de ações voltadas para esse público etário.

Palavras-chave: Velhice; Envelhecimento; Grupos de Terceira Idade.

INTRODUÇÃO

A velhice traz consigo uma nova etapa da vida de um indivíduo, muitas vezes reconhecida por assinalar mudanças que temporalmente ocasiona impactos expressivos na qualidade de vida, dessa maneira, o processo de envelhecer é frequentemente atrelada a uma ideia negativa quase exclusivamente de adoecimento e de perda.

Entre os anos 1950 e 2000, a expectativa de vida da população mundial passou de 41 anos para 65,6 anos, e nos últimos 20 anos estima-se que esse valor tenha aumentado para 72,3 anos; no Brasil, entre os anos 1940 e 2019, essas estimativas subiram de 48 anos para 76,5 anos, além disto, estipula-se um acréscimo nesta projeção para 81,04 anos até em 2060. (IBGE, 2018, 2019; NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Diante desse cenário, acentuado pelo aumento da transição demográfica populacional de pessoas com idades avançadas, percebe-se a necessidade para a construção de ações que promovam o otimismo frente aos desafios do envelhecimento existentes na sociedade. Nisso, destacam-se os Grupos da Terceira Idade para Idosos e sua importância no suporte social e na construção de uma perspectiva positiva para com a longevidade. (GLIDDEN *et al.,* 2019).

Diante do que foi posto, este estudo tem como objeto geral investigar a relação dos Grupos de Terceira Idade na ressignificação da velhice e do processo de envelhecer. E como objetivos específicos, estão: Conhecer o significado do termo velhice e do processo de envelhecer abordando diferentes aspectos culturais, sociais, biológicos e psicológicos; Compreender o que são os Grupos da Terceira Idade; Analisar qual o papel dos Grupos da Terceira Idade na velhice.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para algumas pessoas ser velho significa ser uma pessoa sábia, outras já consideram que é ter menos disposição ou ser menos produtivo na realização de tarefas, e alguns assumem que a velhice é um período de maior risco para o desenvolvimento de doenças e predisposição a morte, significando também a perda da autonomia e sujeitando-se a dependência de familiares para cuidados (FECHINE; TROMPIERI, 2012).

Assim, o início da aposentadoria ainda é um motivo de preocupação e medo, pois é neste momento da vida que se percebe de forma acentuada mudanças nos papéis exercidos na

sociedade ou no declínio das capacidades funcionais. Muitos dos significados atribuídos a essas experiências estão atrelados a estereótipos de perdas e ganhos, nestas representações os ganhos, vistos como positivos, estão a sabedoria e a experiência, já as perdas, concebidas como negativas, referem-se às transformações orgânicas e psicológicas, doenças, solidão e sentimento de incapacidade. (CASTRO; CAMARGO, 2017; TORRES *et al*., 2015).

Aliado a isso, as autoras Silva e Silva (2013) discorrem que essa realidade onde o idoso está inserido, somado aos prejuízos na autoeficiencia, o aparecimento de doenças e as mudanças que aparecem na fisionomia do corpo, desencadeia o surgimento de sentimentos negativos, como desânimo, ansiedades e desgosto para com a própria aparência. Diante disto, as autoras salientam a importância dos grupos da terceira idade para com a redução de fatores de risco que estimulem o adoecimento psíquico e promova também satisfação pessoal, pois os grupos ajudam seus participantes a lidarem com o sofrimento vivenciado e facilitam a construção de novos vínculos afetivos que substituem aqueles sendo perdidos.

Nos grupos o sujeito encontra um espaço de convívio com outras pessoas que vivenciam situações semelhantes, descobrindo um lugar que ressignifique o processo de envelhecimento, as dificuldades enfrentadas, as experiências e sentimentos que são comuns nessa fase da vida, validando, assim, sua existência e reafirmando seu protagonismo enquanto indivíduo ativo na sociedade. (RODRIGUES; GOMES; MARINS, 2019).

METODOLOGIA

Este artigo foi estruturado a partir de uma revisão bibliográfica exploratória de natureza básica voltada a uma abordagem qualitativa. Este estudo tem como embasamento teórico produções de autores que possibilitaram um maior entendimento quanto às representações e significados atribuídos à velhice, assim como os impactos das ações desenvolvidas por grupos de idosos frente a esse fenômeno, entre eles destacam: Bittar e Lima (2011), Bulsing; Jung (2016), Casemiro e Ferreira (2020), Fernandes e Andrade (2016) e Moura e Souza (2015).

A primeira etapa desta pesquisa foi iniciada em abril de 2021. Após a construção do tema e definição dos objetivos do estudo, foram realizadas buscas de produções textuais, como artigos científicos, dissertações, livros, revistas e relatos de experiência. Em suma foram utilizados materiais que se relacionavam com o tema investigado. Inicialmente foram feitas pesquisas em sites como: SciELO, Google, Google Acadêmico e PePSIC. Na pesquisa, foram utilizados os descritores: velhice, envelhecimento, grupos, grupos de idosos, grupos de convivência e grupos de terceira idade.

Em seguida, foi estabelecido os critérios de inclusão e exclusão dos materiais a serem utilizados. Foi realizado uma pré-leitura dos tópicos principais dos textos no reconhecimento de sua relevância e relação com o tema: Grupos de Terceira Idade - Diálogos sobre a ressignificação da velhice. Não foi delimitado períodos de publicação ou de tempo, porém estes precisavam estar preferencialmente no idioma português. Quanto ao critério de exclusão, foram eliminadas produções que não atendiam às exigências estabelecidas. Ao todo foram selecionados 55 textos de autores que abordaram em seus trabalhos a descrição e discussões dos fenômenos investigados pelo presente estudo. Por fim, a pesquisa foi delineada com base nas produções coletadas, realizando-se uma análise crítica dos mesmos na construção de ideias e problemas.

DISCUSSÃO E ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS

O estudo do referencial teórico permitiu entender as percepções dos idosos frente ao processo do envelhecimento, que possibilitou conhecer também os conceitos, significados e representações característicos da imagem que se tem sobre a velhice. Diante disto, constata-se o importante papel exercido pelos grupos de idosos na ressignificação da velhice, pois estes

permitem que seus participantes possam desconstruir e ressignificar certos valores e preconceitos de sua autoimagem enquanto idoso.

Conforme a análise dos estudos, percebe-se que os grupos atuam como um importante suporte social que permite acolher o idoso e suas demandas, pois, ele encontra nesses espaços pessoas que vivenciam situações semelhantes à dele, que reconhecem a sua existência enquanto indivíduo que valoriza suas experiências compartilhadas, das quais são constatadas pelos demais como oportunidades de aprendizado no enfrentamento de seus próprios problemas e dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o estudo realizado, observa-se que o envelhecimento é um tema que necessita ser pensado na construção de estratégias que possam suprir as necessidades do indivíduo que vivencia a senescência e que sofre as consequências deste processo, sejam elas biológicas ou psicossociais. Que conforme o apresentado nesta pesquisa, o aumento demográfico de pessoas mais velhas constatado não apenas no Brasil, mas no mundo todo, gera preocupações e desafios aos sistemas de saúde na atenção voltada ao público idoso.

Por fim, espera-se que este estudo contribua cientificamente e academicamente na compreensão do papel exercido pelos grupos de terceira idade na ressignificação da velhice, e que o saber construído sobre esses grupos possa servir e auxiliar no planejamento e na concretização de ações voltadas para esse público etário, ensinando-os que é possível viver a velhice com satisfação e qualidade.

REFERÊNCIAS

CASTRO, A.; CAMARGO, B. V**.** Representações sociais da velhice e do envelhecimento na era digital: revisão da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 882-900, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v23n3/v23n3a07.pdf . Acesso em: 25 de abril 2021.

FECHINE, B. R. A.; TROMPIERI, N. Processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Revista Científica Internacional**, v. 1, n. 20, p. 106-132, 2012. Disponível em: https://www.fonovim.com.br/arquivos/534ca4b0b3855f1a4003d09b77ee4138-Modifica----es-fisiol--gicas-normais-no-sistema-nervoso-do-idoso.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022.

RODRIGUES, A.; GOMES, D. P.; MARINS, Â. A importância dos grupos na reeducação da velhice. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 132-137, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v27n1/14.pdf. Acesso em: 25 de maio 2022.

TORRES, T. L. *et al.* Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. Representações sociais de idosos sobre velhice. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20 n. 12, dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/zv6MPZmTvygT9vBGsNnBHsB/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 25 de abril 2021.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E FAMÍLIA: OS DESAFIOS DO PÓS DIAGNÓSTICO

Raynara Oliveira do Nascimento[1] (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: raynara.nascimento@fvj.br), Orientadora Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido por prejuízos na comunicação e interação social, como também nos comportamentos que incluem limitação de atividades e interesses, sintomas estes presentes desde a infância que limitam ou prejudicam o funcionamento no cotidiano do indivíduo. A pesquisa se caracteriza como uma revisão de literatura integrativa de natureza qualitativa e exploratória, por meio das bases de dados eletrônicas PePSIC, SciELO, Google Acadêmico, e Biblioteca Virtual em Saúde utilizando-se os descritores: Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Autístico, Família, Diagnóstico. O objetivo deste estudo é destacar a importância do diagnóstico e o momento do pós-diagnóstico, analisar o contexto da revelação do diagnóstico e o impacto deste nas relações familiares. Neste estudo, percebeu-se que a família, ao descobrir esse diagnóstico de TEA, tende a obter informações sobre o diagnóstico estabelecido, assim como a escolha do tratamento adequado. Diante disso, a presença de um profissional de psicologia é de extrema importância nesse momento de pós-diagnóstico, para a melhora da qualidade de vida desse indivíduo com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; autismo; diagnóstico; família.

INTRODUÇÃO

De acordo com Pinto *et al.* (2016) o autismo que atualmente é descrito pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014) como Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado como um Transtorno do Neurodesenvolvimento que pode apresentar prejuízos tanto no desenvolvimento motor quanto no psiconeurológico, que acaba dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da criança. Sua etiologia ainda é desconhecida, porém, o autor menciona que a direção atual é considerá-la como uma síndrome de origem multicausal. Atualmente, dados epidemiológicos mundiais estimam que a prevalência do TEA esteja em torno de 70 casos para cada 10.000 habitantes. Já no Brasil, apesar de poucos estudos epidemiológicos que poderiam ajudar a melhor estimar os dados nacionais, constatou-se em recente pesquisa que os índices de pessoas diagnosticadas com TEA são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes, sendo esses dados, quatro vezes mais frequentes em meninos. De acordo com Pinto *et al.* (2016) a família é o primeiro contato social e afetivo da criança, diante disso, o diagnóstico de TEA poderá provocar alterações significativas na vida dessa família, como mudanças que vão desde aspectos financeiros, até a qualidade de vida física, mental e social. A família normalmente passa por uma sequência de estágios, como o impacto, a negação, o luto, o enfoque externo e encerramento, essas fases estão associadas a sentimentos difíceis e conflituosos.

MARCO TEÓRICO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014), o TEA, é compreendido como um transtorno do neurodesenvolvimento, sendo identificado por meio das dificuldades na comunicação, interação social e no comportamento, onde em alguns casos pode ser apresentado restrição de interesses, padrões repetitivos e estereotipado. Dependendo do grau, essas dificuldades podem prejudicar o desempenho nas áreas sociais, acadêmicas, profissionais e pessoais (LIMA *et al.,* 2021). Segundo Maia *et al.* (2016) embora não exista a cura para o TEA, o diagnóstico precoce e a intervenção imediata podem minimizar os sintomas, e melhorar o desenvolvimento das habilidades comprometidas, que podem ser a comunicação, a interação social e funções motoras, assim podendo ser elaborado o tratamento correto aumentando as possibilidades de evolução do mesmo. Por isso a importância do tratamento ser assistido por uma equipe multiprofissional. Cada indivíduo é único e apresenta um nível de desenvolvimento diferente, em razão disso, alguns tratamentos podem ser mais eficazes para uns e menos para outros. São muitos os métodos encontrados, que visam melhorar a autonomia do indivíduo com TEA. Diante dessas informações, Pinto *et al. (2016),* reconhecem que a revelação do diagnóstico de TEA torna-se um momento complicado e desafiador tanto para a família, quanto para os profissionais responsáveis por esse cargo. Esse diagnóstico acaba influenciando a dinâmica estrutural da família, por esse motivo é muito importante a orientação aos pais ou responsáveis sobre o tratamento, levando em consideração os limites financeiros de cada família. O ambiente físico associado às demais circunstâncias relacionadas à notícia poderá interferir positivamente ou não para a minimização do sofrimento familiar. Nesse cenário delicado, é importante que esse momento da revelação do diagnóstico seja cuidadosamente preparado e planejado, para que seja ofertado um acolhimento adequado aos pais, e assim se tenha uma relação dialógica, possibilitando facilitar as informações de forma que essa família compreenda, assim como oportunizar uma melhor aceitação por parte dessa família. Para que seja formada as melhores estratégias de enfrentamento e permitindo assim uma passagem mais rápida pelos estágios de luto. Passar por essa fase é essencial, para que os pais ou responsáveis por essa criança, percebam as reais capacidades e potencialidades da criança (MAIA *et tal.*, 2016).

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura, de natureza qualitativa do tipo exploratória contendo uma revisão integrativa, no intuito de oportunizar mais compreensão, especificamente, na investigação em relação ao momento do pós-diagnóstico de TEA para a família e a criança. Conforme a revisão integrativa, de acordo com Souza *et al.* (2010, p. 102), essa formulação configura-se como "[...] um método que proporciona a síntese de conhecimentos e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática.". Souza *et al.* (2010) diz ainda que é a mais ampla abordagem metodológica por permitir a inclusão das pesquisas teórica e empírica com diferentes abordagens metodológicas, para que se tenha uma compreensão completa do fenômeno analisado. Sobre os propósitos gerais da pesquisa, de acordo com Gil (2002), a finalidade da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o assunto, caracterizando uma pesquisa muito específica. Com isso, torna-se mais clara, com possibilidades de construir hipóteses. Para o autor a pesquisa bibliográfica é compreendida como leitura, análise e interpretações desse material, que tem uma vantagem, por possuir uma gama de fenômenos muito ampla.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Pinto *et al.*(2016) entendem que é necessário aprimorar e estender as informações, visto que, a aceitação de uma patologia ocorre a partir do conhecimento sobre ela, e suas formas de tratamento. Também se faz importante o estabelecimento de um vínculo entre o paciente-

família e o profissional, para que o momento da revelação do diagnóstico, seja esclarecedor, para que as informações possam repercutir de forma positiva, encorajando-os a enfrentarem as dificuldades vivenciadas. É importante a compreensão sobre as causas do TEA, pois as expectativas positivas ou negativas em relação ao desenvolvimento e futuro do filho podem ser influenciadas pelo entendimento das informações. Para Pinto *et al.* (2016) para o melhor funcionamento e bem estar dessa família devem ocorrer adaptações e a negociação de novos papéis, essa reestruturação fica mais fácil quando a família aceita essa criança e começa a participar do processo do cuidado. Este estudo apresentou como problemática, quais os desafios do pós-diagnóstico de TEA?. A partir dos estudos realizados para este trabalho foi possível compreender que a revelação diagnóstica do TEA motiva importantes efeitos no contexto familiar, principalmente no que refere-se à relação entre os familiares e a ressignificação de papéis.O conhecimento gerado pela presente revisão tem o objetivo de gerar uma maior compreensão por partes dessas famílias atípicas, que tem como um de seus membros uma pessoa portadora do TEA. Ressalto também a importância de novos estudos com intervenções e alternativas que possam ser oferecidas a estes cuidadores para o enfrentamento dessa situação.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. (2002) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas S/A.

LIMA, J. C. *et al.* Luto pelo filho idealizado: pais de crianças com TEA. **Revista Eletrônica da Estácio Recife**, [*s. l.*], v. 7, ed. 3, 2021.

MAIA, F. A. *et al*. Importância do acolhimento de pais que tiveram diagnóstico do transtorno do espectro do autismo de um filho. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 24, ed. 2, p. 228-234, 2016. DOI 10.1590/1414-462201600020282. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2016000200228 & script= sci_abstract & tlng=pt. Acesso em: 3 mar. 2022.

PINTO, R. N. *et al.* Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, [*s. l.*], v. 37, ed. 3, p. 1-9, setembro 2016. DOI https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, ed. 1, p. 102-106, janeiro/março 2010. DOI https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#. Acesso em: 3 abr. 2022.

DESMISTIFICANDO A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL A PARTIR DA ANÁLISE DE SUA ESTRUTURA DE SESSÃO

Lindemberg da Silva Maia [1] (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: lindemberg.maia@fvj.br)
Orientadora Thahyana Mara Valente Lima [2] (Professora Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: thahyana.valente@fvj.br)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a estrutura de sessão da Terapia Cognitivo-Comportamental com intuito de desmistificar mitos em relação à terapia. A pesquisa seguiu os preceitos de estudo exploratório, por meio de um levantamento bibliográfico, do tipo qualitativo. Foram utilizados livros e artigos nacionais disponíveis online em texto completo sobre a temática, acessadas nos indexadores Biblioteca Virtual em Saúde, Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, SciELO e Pepsic publicados nos últimos 12 anos (2010 a 2022). Conclui-se que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) a partir da análise de sua estrutura de sessão é uma abordagem diretiva, estruturada e colaborativa, com foco no aqui e agora, de prazo limitado, porém que leva em consideração as subjetividades de cada paciente com base no pensamento realista, nas emoções de seus pacientes e numa boa relação terapêutica se baseando no plano de tratamento de cada sujeito em específico, desenvolvendo estratégias, avaliando queixas semanais e adaptando o plano de tratamento de acordo com cada história de vida.

Palavras-chave: Terapia Cognitivo-Comportamental. Mitos. Análise. Sessão. Subjetividade.

INTRODUÇÃO

A Terapia Cognitiva Comportamental surgiu nos anos 60 através do psiquiatra Aaron Beck que trouxe grandes transformações, na época, nas áreas da Psiquiatria e Psicologia. Beck, em sua prática clínica atuava como psicanalista mas logo abandonaria essa lente teórica para dedica-se aos estudos da Terapia Cognitiva. (BECK, 2022).

Um dos objetivos principais da TCC é o desenvolvimento de estratégias, sendo elas cognitivas e/ou comportamentais para a correção dos aspectos que estão causando sofrimento. Da mesma forma, objetiva desenvolver no paciente métodos com os quais ele torna-se capaz de enfrentar tais aspectos, conforme (SILVA, 2019 apud OLIVEIRA, 2016).

Destarte, o presente trabalho justifica-se pela importância da temática, uma vez que existem inúmeras ideias errôneas acerca da Terapia Cognitivo-Comportamental, tais como: devido ter um foco no presente, acreditam-se que TCC ignora o passado, sendo muitas vezes rígida (Soares Et al, 2020). Ou então, Baseia-se em desenvolver o "pensamento positivo", serve apenas para pessoas com grau alto grau de instrução, negligencia a relação paciente e terapeuta, trata apenas o sintoma, ignora as emoções, como cita (Knapp, 2004) em seu texto, entre outros mitos.

Ademais, esse artigo também busca analisar a estrutura de sessão da Terapia Cognitivo-Comportamental exemplificando na prática as inverdades sobre a referida abordagem. Pois sabe-se que a TCC embora uma abordagem ativa e diretiva é atualmente uma das principais ciências psicológicas com resultados rápidos baseados em evidências.

MARCO TEÓRICO

A TCC, portanto, se pauta no tratamento das queixas do paciente que são trazidas no momento da procura pelo tratamento. O objetivo da psicoterapia cognitivo-comportamental é auxiliar o cliente no desenvolvimento de novas habilidades comportamentais e a correção

cognitiva, necessárias para compreender e empenhar as mudanças almejadas no seu ambiente. Dessa forma, a TCC é uma abordagem ativa, onde em colaboração paciente com o terapeuta desenvolvem mecanismos, brevemente planejados para a resolução dos problemas concretos (ALVES, 2017).

METODOLOGIA

O método de pesquisa seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir de materiais já elaborados constituídos por livros, revistas e artigos científicos publicados no período de 2004 a 2022. Os textos são baseados na lente teórica das terapias cognitivas, fundada por Aaron Beck.

Desse modo, as pesquisas documentais e a escrita do artigo foram realizadas no período de janeiro a maio de 2022. Os descritores pesquisados para a construção do trabalho foram: "Terapia Cognitivo-Comportamental e subjetividade", "mitos da TCC" e "Estrutura de Sessão da TCC". As plataformas bases para a pesquisa de artigos científicos foram os indexadores Biblioteca Virtual em Saúde, Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, SciELO e Pepsic publicados nos últimos 12 anos (2010 a 2022). Para a construção do artigo foram selecionados e lidos 12 artigos. Como critério de inclusão, foram selecionados documentos escritos na língua portuguesa que estão de acordo com o tema proposto, e para critério de exclusão os textos que não contemplavam o objeto da pesquisa, desta forma foram selecionados seis artigos e oito livros que contemplam a lente teórica de Aaron Beck e seus estudos da Terapia Cognitivo-Comportamental.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Segundo Barreto & Tobias (2014), a Terapia Cognitivo-Comportamental é uma abordagem diretiva, estruturada e colaborativa, com foco no aqui e agora, de prazo limitado. As intervenções cognitivo-comportamentais são baseadas na conceitualização cognitiva, uma técnica utilizada para entender o modo de funcionamento do paciente, contribuindo com a adesão ao tratamento e na escolha de procedimentos eficazes para melhor conduzir as intervenções. (BARRETO & TOBIAS, 2014).

Por ser uma abordagem bastante específica, clara e direta e utilizada para tratar diversos transtornos mentais como a ansiedade e a depressão de forma eficiente, a referida terapia é cercada de estigmas e concepções errôneas em relação a sua estrutura de tratamento.

Segundo Knapp (2004, pág: 37) um dos mitos em relação a Terapia Cognitiva é que esta é baseada no poder do pensamento positivo. Na verdade a TCC é baseada no poder do pensamento realista (Beck et al., 1979 apud Beck 2007). Embora o otimismo seja necessário, um olhar real é imprescindível perante as situações da vida. Um pensamento de que tudo pode ser cor-de-rosa e tudo irá dá certo, não auxilia o paciente a lidar de forma eficaz com os problemas reais encontrados na vida. O objetivo da TCC não é o pensamento positivo, mas a correção dos pensamentos distorcidos ou disfuncionais, promovendo formas mais adaptativas de lidar com os problemas reais. (KNAPP, 2004).

A crença de que a TCC ignora as emoções é muito recorrente. Embora o fator cognitivo seja primordial na TCC, o sucesso do tratamento terapêutico é verificado pela relação correspondente entre emoção e comportamento. No começo de cada sessão é realizado depois dos cumprimentos a avaliação do humor do paciente, conforme (BUENO & CONCEIÇÃO, 2020) avaliar o nível emocional numérico para comparação com as outras sessões é muito importante, além de verificar com o cliente como está o andamento do tratamento: se algo aconteceu que piorou seu humor ou saber se o paciente fez alguma coisa que melhorou seu

humor. Ou seja, a TCC valoriza as emoções de seus clientes, inclusive fazendo intervenções em cada sessão a partir da avaliação do humor. (BUENO & CONCEIÇÃO, 2020).

A relação terapêutica não é importante na TCC. (KNAPP, 2004). A referida abordagem tem um manejo colaborativo, dessa forma é imprescindível uma boa relação terapêutica. Dentre as estratégias utilizadas na sessão está a implementação de resolução de problemas, como por exemplo a utilização de uma planilha de resolução de problemas, como também existe a estratégia da aceitação, o que seria a aplicação da psicoeducação junto a reflexão e/ou mindfulness. (BUENO & CONCEIÇÃO, 2020). Isto é, a relação interpessoal do terapeuta e do paciente é um instrumento de identificação e resolução de problemas interpessoais do paciente, para poder ensinar algo ao paciente, este deve estar seguro nessa relação para que de modo colaborativo possam desenvolver um trabalho de prevenção e conscientização. (ALVES, 2017).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danilo de Freitas. COSTA, Elenkadja Lopes. Efetividade da Terapia Cognitivo-Comportamental on-line no cenário de pandemia da COVID-19: Uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas.** Natal, v.17, nº 2, p. 105-112, jul./dez. 2021. Disponível em: http://www.rbtc.org.br/detalhe_artigo.asp?id=336. Acesso: 20 jan. 2022.

BECK, Judith S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática** [recurso eletrônico] / Judith S. Beck; tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Paulo Knapp. – 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BUENO, Gabriela. CONCEIÇÃO, Jaquelini. **101 Técnicas da terapia cognitivo-comportamental: [recurso eletrônico]** / organização, Jaquelini Conceição, Gabriela Bueno. – Mafra, SC : Ed. da UnC, 2020.

KNAPP, P. **Princípios Fundamentais da Terapia Cognitiva**. In: KNAPP, Paulo. Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Artmed Editora, 2004.

SOARES Et al. Terapia Cognitivo Comportamental: O que Pensam os Estudantes de Psicologia?. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas.** Rio de Janeiro, v.16, nº 2, p. 99-106, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.rbtc.org.br/detalhe_artigo.asp?id=317. Acesso: 20 jan. 2022.

Educação das masculinidades agressivas na Educação Infantil: violência sexual contra crianças e categoria de gênero

Letícia de Freitas Noronha[1] (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: leticia.noronha@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de educação das masculinidades agressivas nas práticas pedagógicas e nas brincadeiras propostas na Educação Infantil e como estas podem contribuir com a violência sexual contra crianças. Trata-se de uma revisão sistemática, de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, que se utiliza de métodos sistemáticos e explícitos para tentar responder a uma questão de pesquisa elaborada, testar hipóteses, fazer buscas nas bases de dados, selecionar, avaliar e fazer síntese de estudos. Aos meninos e às meninas são ensinados, desde cedo, modos de ser e de se comportar segundo modelos culturalmente valorizados de masculinidade e feminilidade por diferentes instituições sociais, como a escola. A educação dada aos meninos para se tornarem homens na sociedade machista e patriarcal legitima a dominação e a exploração diante de crianças e mulheres, podendo produzir a violência sexual contra crianças. O processo de educação das masculinidades agressivas não foi percebido, explicitamente, em práticas pedagógicas e brincadeiras da Educação Infantil através do reforço das características de violência, agressividade e virilidade, apesar da presença do poder, mas, implicitamente, foram observados episódios de privação, exclusão e invisibilização dos meninos que se desviam da norma, podendo contribuir com a violência sexual contra crianças.

Palavras-chave: crianças; meninos; relações de gênero; educação infantil; violência sexual contra crianças.

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças é um grave problema social e de saúde pública caracterizada como atos com ou sem contato físico, em que um indivíduo, detentor de mais poder, impõe à criança práticas de natureza sexual a fim de satisfazer os próprios desejos. Dessa forma, há diferentes maneiras de analisar esse fenômeno, dentre elas, a mais comum é a perspectiva do adultocentrismo, porém, esse fenômeno será analisado, nesta pesquisa, a partir da perspectiva de gênero. O gênero é uma construção sociocultural, histórica e linguística do sexo biológico que acontece, explicitamente ou implicitamente, em diferentes situações assim como em múltiplas instâncias sociais, tais como família, escola, igreja, instituições legais e médicas assim como meios de comunicação em massa são pedagogias de gênero (LOURO, 2008). Neste sentido, buscam-se respostas para a seguinte questão: de que modo o processo de educação das masculinidades agressivas ocorre nas práticas pedagógicas e brincadeiras propostas na Educação Infantil e como estas podem produzir a violência sexual contra crianças? O pressuposto que se parte é de que o enquadramento de meninos e homens na masculinidade hegemônica pela sociedade machista e patriarcal reforça poder, violência, agressividade e virilidade, além de gerar desigualdades de poder entre os gêneros, que podem produzir a violência sexual contra crianças. A justificativa do estudo reside na preocupação com os altos índices de violência sexual contra crianças, formando um número cada vez maior de meninas, as principais vítimas desta agressão, que têm os seus direitos de pessoa em desenvolvimento e condição de dignidade humana violados; e na invisibilização de determinados mecanismos sociais e culturais que atuam na produção e legitimação desta

modalidade de violência, tais como a educação de masculinidades agressivas causada pelo machismo e pelo patriarcado (SPAZIANI, 2020). Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de educação das masculinidades agressivas nas práticas pedagógicas e brincadeiras propostas na Educação Infantil e como estas podem contribuir com a violência sexual contra crianças. Os objetivos específicos são: caracterizar a violência sexual contra crianças, utilizando a perspectiva de gênero; investigar a educação das masculinidades agressivas nas práticas pedagógicas e nas brincadeiras dentro e fora de sala de aula na Educação Infantil; e compreender como o processo de educação das masculinidades agressivas pode contribuir com a violência sexual contra crianças.

MARCO TEÓRICO

Durante a gestação, a família já proporciona diferentes vivências e expectativas sociais para meninos e meninas, constituindo o processo de desenvolvimento de gênero e suas diferenças ao longo do crescimento das crianças (PAPALIA; FELDMAN, 2013). A escola também reproduz as construções sociais e culturais de masculino e feminino com estratégias naturalizadas, sutis e refinadas em seus espaços, discursos, atitudes, práticas pedagógicas, jogos, brincadeiras e brinquedos (GUIZZO, 2013). Estando envolvidas com a constituição das identidades infantis pela formação intelectual e social de meninos e meninas desde os primeiros anos de vida com modos de ser e de se comportar de acordo com modelos enrijecidos e esteriotipados de masculinidade e feminilidade valorizados culturalmente, ligados a um determinismo biológico em função do sexo, como se as características físicas fossem naturais e imutáveis (MORENO, 1999; GUIZZO, 2013). Especialmente, a educação dada aos meninos para tornarem-se homens voltada para o poder, a violência, a agressividade e a virilidade no patriarcado, um sistema que legitima uma hierarquia de poder estruturada através da dominação e exploração masculina, fruto do machismo, fortalecendo a superioridade dos homens diante das crianças e mulheres, que pode produzir a violência sexual contra crianças (SPAZIANI, 2020).

METODOLOGIA

Esta pesquisa será analisada a partir do conceito de gênero da autora Joan Scott, que é considerado uma categoria analítica de fenômenos sociais, culturais e políticos (SPAZIANI, 2020). Em relação ao tipo de revisão de literatura, esta é uma revisão sistemática de caráter descritivo, com abordagem qualitativa, os artigos científicos explorados foram publicados nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (Scielo) e encontrados levando em conta os descritores “Crianças”, “Meninos”, “Gênero”, “Relações de Gênero” e “Educação Infantil”. Esses termos foram empregados como filtro para selecionar 7 artigos através da leitura prévia de títulos, palavras-chave e resumos das produções científicas, assim, primeiramente, foi realizado um exame das produções de todas as áreas de conhecimento para, posteriormente, fazer uma análise crítica das pesquisas vinculadas à área da Educação, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de educação das masculinidades agressivas não ocorreu explicitamente por meio do reforço a violência, agressividade e virilidade em práticas pedagógicas e brincadeiras na Educação Infantil. A única característica manifestada e reforçada nos estudos foi o poder em situações em que a eles era permitido fazer coisas que as meninas não faziam, como exceder os limites da sala de aula, ocupando espaços públicos e externos que faziam parte da instituição escolar, além de que, como observado em uma pesquisa, todas as suas ações eram válidas em sua desorganização, podendo, inclusive, quebrar regras. No entanto, pode vir a se constituir implicitamente em práticas pedagógicas e brincadeiras na Educação Infantil que se

orientam pelo modelo hegemônico de masculinidade ao privar e excluir os meninos de um maior contato, afetividade e vivências significativas, além de invisibilizar os meninos que se desviam da norma, como se houvesse uma única forma de se constituir menino e homem. Todos esses eventos em atividades escolares reforçados por profissionais da educação não determinam esse processo, mas influenciam e podem contribuir com a violência sexual contra crianças. Observar o fenômeno da violência sexual contra crianças a partir dos mecanismos sociais e culturais que o produzem e legitimam demonstram a sua complexidade e as possibilidades de enfrentamento, e invisibilizar esses aspectos é combater essa violação de forma desarticulada. Por isso, a formação de profissionais que atuam na Educação, uma área comprometida com a mudança social, necessita ser mais crítica e contextualizada para não reproduzir as normativas e os estereótipos de gênero sem problematizá-los e ter intervenções que desconstruam as diferenças e desigualdades de gênero. Sugere-se futuras pesquisas em campo para investigar mais profundamente essa relação. Também houve algumas dificuldades, como encontrar artigos científicos atuais que focalizassem a educação das masculinidades nas instituições escolares, uma vez que nenhum problematizou esse ensino como ação que colabora para a violência doméstica e sexual contra crianças e mulheres, sendo mais amplamente estudadas as relações entre os gêneros nas escolas.

REFERÊNCIAS

GUIZZO, Bianca Salazar. Masculinidades e feminilidades em construção na Educação Infantil. *In:* FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada (Orgs.). **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: Editora da ULBRA, 2013. p. 17-28.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?lang=pt. Acesso em: 08 de mar. de 2021.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1999.

SPAZIANI, Raquel Baptista. As dimensões de gênero na produção da violência sexual contra crianças. **Gênero**, Niterói, v. 21, n.1, p. 265-284, out. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46927. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2013.

DIÁLOGO ACERCA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Leiviane Deyna Araújo da Silva[1] (Aluna do curso de psicologia do Centro Universitário do Vale Jaguaribe. E-mail: leiviane.silva@fvj.br). Orientadora Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário do Vale Jaguaribe. E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

O referido trabalho se dá a partir de uma revisão bibliográfica de cunho narrativo, onde busca compreender como se dá a atuação do psicólogo escolar no ensino fundamental, trazendo conceitos do início dessa atuação até os dias atuais. Com métodos a serem seguidos a partir do tema, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão que fazem alusão aos trabalhos estudados. Os critérios de inclusão são: trazer obras que trabalham com o tema ou que façam menções ao tema, obras de 1984 até 2020, já os de exclusão são: obras que fujam do tema, que não estão dentro dos meios de inclusão e trabalhos que não estejam na língua portuguesa. O trabalho busca mostrar em seus resultados a importância de se ter esse profissional da área em constante atuação.

Palavras Chave: Psicólogo; Escola; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho busca mostrar uma melhor compreensão sobre o papel do psicólogo escolar no âmbito do ensino fundamental, trazendo a contextualização desde o surgimento da psicologia no Brasil até como vem acontecendo essa atuação do profissional nos anos atuais. Com o objetivo de informar e trazer compreensão sobre a mesma. O método utilizado para a construção deste trabalho, faz buscas às obras onde retratam o tema citado ou que façam alguma menção em seus trabalhos com: artigos, monografias, livros etc. De acordo com Soccio e Júnior (2015) o início da psicologia no Brasil surgiu como clínica e terapêutica das intervenções que eram realizadas, durante muito tempo o papel do psicólogo era pautado somente em acompanhar crianças com dificuldades de aprendizagem, fazendo a partir de instrumentos psicológicos uma separação entre as crianças, separando os aptos e os não aptos. E em seguida no passar dos anos foram sendo modificadas esse tipo de atuação na escola, não sendo mais utilizado esse método de separação dos alunos, mas fazendo com que houvesse uma interação dos mesmos, no mesmo ambiente escolar e no mesmo método de ensino (SOCCIO e JÚNIOR, 2015).

MARCO TEÓRICO

De acordo com Antunes (2007) nos anos finais do século XIX e começo do século XX, após acontecimentos na sociedade relacionados à conquista da autonomia da psicologia, pode-se perceber a relação entre psicologia e educação especialmente pela pedagogia. Diante da articulação entre a prática pedagógica e saberes teóricos, podemos afirmar que o processo pela qual a psicologia adquiriu sua autonomia como: área de saber e o aumento do debate

pedagógico e educacional, estão diretamente unidas. Veras *et al.* (2018) diz que, ter um profissional da psicologia dentro da escola ajuda a facilitar o trabalho do professor em muitos aspectos, ele dá um apoio no desenvolvimento social e cognitivo do educando, pois é trabalho do psicólogo escolar, ressaltar aos professores que a maneira como eles lidam com seus alunos é muito importante e que a parcialidade deles está em permanente formação em suas inter relações. Assim, se o educando não apresenta uma boa maneira isso não é algo característico dele, mas que isso foi criado em seu contexto histórico. Vebber (2013) traz que existem alguns métodos que podem ser utilizados como atividades, na atuação do psicólogo no ensino fundamental. Elas podem começar com o processo de entrevista de anamnese no período inicial de ingresso na escola, palestras e reunião de pais trazendo temas relacionados ao desenvolvimento infantil, transtornos de aprendizagem, sexualidade etc. Deve acontecer também a participação do mesmo em reuniões pedagógicas, dá suporte aos professores no tratamento de questões emocionais, aprendizagem, convívio escolar e demandas trazidas da sala de aula. Além disso, ocorrem atividades produzidas também com os alunos, como: acompanhamento desse aluno em caso de possíveis dificuldades ajudando-o a superar, trazer oficinas pedagógicas, acompanhar esses alunos em processo de integração, fazer observações e atividades em sala de aula, fazer acompanhamento em caso de aulas em campo, atendimentos as turmas etc.

METODOLOGIA

Esse trabalho se dá em cima de uma revisão literária que tem como objetivo fazer pesquisas a respeito de um determinado assunto, cuja sua finalidade é levantar dados e fazer um resumo das comprovações do assunto a ser trabalhado. Cordeiro *et al.* (2007) relatam que existem tipos de revisões literárias a serem seguidas e uma delas é a revisão narrativa que faz parte de uma temática mais aberta não exigindo um protocolo rígido a ser seguido diante da pesquisa. Assim a pesquisa deste trabalho se deu dessa forma e me fez selecionar pesquisas objetivas sobre o tema. Utilizando palavras chaves como: psicólogo escolar, atuação, surgimento da psicologia escolar, função no meio educacional. E usando fontes confiáveis como: Scientific Electronic Library Online - Scielo, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Google acadêmico, Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia - Pepsic. Foram utilizados critérios de inclusão e exclusão. São critérios de inclusão: trabalhar em cima de artigos, livros, monografias e sites confiáveis, abordando estudos que não fujam do tema. Para critérios de exclusão, foram utilizados os seguintes requisitos: trabalhos não referenciados em alguma publicação, materiais que fogem da linguagem e que não apresentam veracidade em seu conteúdo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Podemos dizer que o psicólogo escolar, busca trabalhar temáticas que possam auxiliar o sujeito em sua formação escolar e também pessoal, assuntos que vão ser construtivos para sua vida atualmente e futuramente. Buscando fazer um trabalho desde os primeiros anos escolares da criança, pois essa criança está em constante desenvolvimento, nos primeiros anos do ensino fundamental a atuação ocorre de maneira mais objetiva no aluno primeiramente, e em seguida com o apoio escolar. Lira (2014) diz que o trabalho do psicólogo escolar traz uma meta principal a ser seguida que é o ajustamento do indivíduo, além disso a prática desse profissional desenvolve ações juntamente com diretores,

professores e pais na busca de trazer condições que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, não se limitando somente a diagnóstico dos mesmos. Por isso a importância da compreensão de todo o ambiente escolar, pois envolve todo o meio dessa criança e não somente ela em si. A partir disso é notório que se faz de grande importância ter um profissional dessa área inserido na escola desde os primeiros anos, para que possa ser feito um trabalho mais dinâmico e com maior desempenho educacional dos alunos e de todos que fazem parte da instituição. Assim, nota-se que o profissional traz benefícios presentes, mas também mostra uma perspectiva de benefícios futuros para esses alunos e todo o meio em que ele está inserido.

REFERÊNCIAS

Ana Cristina Garcia Dias, N. D. **Psicologia escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões**. (janeiro de 2014). Fonte: scielo: https://www.scielo.br/j/pee/a/kFwV6k4ThTqNSNpp6NYmPft/?format=pdf&lang=pt

Antunes, M. A. **Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas**. (2007). Fonte: pepsic: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492007000100 008

Soccio, F. M. (2015). **Psicologia e Escola: a história de uma realidade possível.** Fonte: Departamento de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos – FIO/FEMM : http://www.cic.fio.edu.br/anaisCIC/anais2015/pdf/psi003

Veras. **Revisão sistemática: Aprenda de uma vez sobre esse processo.** (2018). Fonte: Doity Team doity: https://doity.com.br/blog/revisao-sistematica-aprenda-de-uma-vez-sobre-esse-processo/

Vebber, F. C. **Psicologia escolar: relato de uma experiência no ensino fundamental**. (abril de 2013). Fonte: pepsic: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000100 015#:~:text=As%20atividades%20desenvolvidas%20pelo%20psicólogo, como %20limites%2C%20sexualidade%2C%20transtornos%20da

DIÁLOGOS SOBRE A PATOLOGIZAÇÃO DO CORPO GORDO E O PRECONCEITO ACERCA DA OBESIDADE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA INTEGRATIVA

Karolayne Diógenes Negreiros[1] (Aluna do Curso de Psicologia da UniJaguaribe, email: karolaynediogenes@hotmail.com), Márcia Skibick Araújo[2] (Professora da UniJaguaribe, email: marcia.skibick@fvj.br).

RESUMO

Atualmente, a obesidade está sendo colocada no lugar de preocupação e necessidade de erradicação, promovendo uma aversão a sujeitos com sobrepeso ou que não apresentam similaridade ao padrão imposto socialmente. A estigmatização do indivíduo obeso caracteriza-se por condutas estereotipadas e preconceituosas. A compreensão dos aspectos biopsicossociais da obesidade mostra-se essencial para inferir as práticas aversivas e comportamentos gordofóbicos com este público alvo. Objetivou-se compreender a interface entre comportamentos estigmatizantes e a patologização do corpo gordo. Tratou-se de uma revisão integrativa bibliográfica e delineamento qualitativo com estudos indexados na Lilacs, PePSIC e Pubmed. Os descritores usados foram: obesidade, preconceito e fobia. Incluíram-se estudos nacionais, qualitativos, descritivos, exploratórios, entre outros, que abordaram fatores biológicos, sociais e psíquicos, bem como estigmas sociais, patologização do corpo gordo e impactos psicológicos para o sujeito. Excluíram-se teses, fichamentos, monografias e estudos que discutiram obesidade com aspectos ambientais e econômicos. Foram encontrados no total 1469 estudos, todavia apenas 43 artigos compuseram a amostra. Os estudos evidenciaram que as condições genéticas atreladas à obesidade caracterizaram-se por alterações epigenéticas no DNA e órgãos secretores de insulina. Distúrbios no tecido adiposo, biota intestinal, sistema imunológico e circulatório foram fundamentais para a cronicidade da obesidade. Os estereótipos do corpo gordo foram preguiçosos, desmotivados, inseguros, impotentes, ansiosos, depressivos, entre outros, estigmatizando o sujeito na condição de deficiência, incapacidade e patológico. Com isso, os indivíduos apresentam problemas de autoimagem, relações interpessoais, conjugal, vínculos afetivos, entre outras. Conclui-se que os múltiplos aspectos biopsicossociais interferem na perpetuação da obesidade e que as condutas estigmatizantes solidificam a ideia de corpo gordo como algo doentio.

Palavras-chave: Obesidade. Preconceito. Fobia.

INTRODUÇÃO

A Obesidade em si e a existência de corpos gordos são tomadas pela sociedade como uma ideia de doença, deixando de ser exclusivamente um predicado físico no momento em que foi correlacionado ao corpo doentio e não saudável. Observando tal descrição, a hipótese deste estudo partiu da ideia de que a estigmatização do corpo é um termo utilizado para a desvalorização e repressão estrutural e social que acomete a pessoas gordas. Prejulga-se que o corpo gordo é inativo fisicamente, comparando-se a um corpo sedentário, o que acarreta a uma projeção de restrições, culpabilidade e exclusão das pessoas gordas. Esta projeção está tão naturalizada que

a própria pessoa gorda acredita nesses paradigmas e toma para si como uma verdade absoluta. Tratando-se disso, o trabalho teve como ponto de partida responder à seguinte pergunta-norteadora: Como o corpo obeso é retratado socialmente e os dilemas experimentados pelos indivíduos com obesidade? O objetivo geral da revisão foi compreender a interface entre comportamentos estigmatizantes e a patologização do corpo gordo.

MARCO TEÓRICO

A obesidade é deliberada como um distúrbio nutricional e metabólico de procedência multifatorial, uma condição em que a taxa de gordura corporal no indivíduo se encontra alto por causa de um desequilíbrio entre a ingesta e o gasto de energia. Os fatores genéticos, psíquicos e sociais estão intensamente pautados à sua formação ou manutenção (BURGIO; LOPOMO; MIGLIORE, 2015). Dentre os múltiplos aspectos da obesidade, pontua-se que os mecanismos epigenéticos controlam a atividade gênica e o desenvolvimento de um organismo e que as desordens genéticas associadas a fatores metabólicos e inflamatórios podem originar distúrbios, como: obesidade e diabetes mellitus tipo II (AGARDH *et al.,* 2015). O estigma em relação ao sujeito obeso pode se visto como uma aversão à gordura, repúdio ou desconforto; atos que podem caracterizar violência física, mental e assédio moral, bem como pode ocasionar desapontamento, depreciação e baixa autoestima para buscar estilos de vida saudável (BASSO; LAUXEN; BUSNELLO, 2021). Ademais, a apresentação de estilos e estereótipos negativos em relação à obesidade principalmente por parte de médicos e outros profissionais de saúde é bastante acentuada. O estereótipo mais comumente conferido às pessoas com obesidade ou sobrepeso foi “descuidado”, seguido, em ordem decrescente, dos estereótipos “inativos”, “pouco atraentes”, “pouco intelectuais”, “compulsivos”, “desmotivados”, “gulosos”, entre outros (PONTE *et al.,* 2019). Nas últimas duas décadas, evidências estão se acumulando gradualmente sobre a associação entre vários transtornos psiquiátricos e obesidade, particularmente entre aqueles que procuram tratamento para o mesmo (LIMA; OLIVEIRA, 2016).

METODOLOGIA

Designou-se como sendo uma revisão bibliográfica integrativa com delineamento qualitativo, através de estudos indexados nas bases: Lilacs Via BVS, PePSIC e Pubmed, nos últimos 10 (dez) anos utilizando os seguintes descritores: Obesidade, Preconceito e Fobia. Foram incluídos artigos gratuitos, do tipo qualitativo, exploratório, observacional, entre outros, que atendessem ao objetivo e pergunta norteadora. Contudo, excluíram-se monografias, cartas ao editor, artigos incompletos, teses, entre outros. O refinamento dos estudos deu-se através de filtros específicos que norteassem a pesquisa para estudos fundamentados acerca do tema proposto. Os artigos pré-escolhidos foram analisados por meio da leitura do título e resumo, categorizando as informações mais importantes. Após a busca dos estudos, totalizaram-se 1469 referências, das quais, após filtros, somente 43 foram elegíveis para compor a amostra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra final (n = 43) foi composta por artigos que abordaram os seguintes assuntos: Aspectos Hematológicos da Obesidade; Aspectos Metabólicos da Obesidade: microbiota intestinal e enzimas; Aspectos Genéticos e Epigenéticos; Obesos Metabolicamente Saudáveis; Obesidade e Diabetes; Fatores Psicológicos e

Comportamentais envolvendo o Indivíduo Obeso; Ansiedade e Depressão: Sintomas e Fatores de Risco para o Indivíduo Obeso; Obesidade, Estereótipos, Estigmas e Patologização do Corpo Gordo; Autoimagem Corporal e; Preconceito, Representações Sociais e Impactos para o Indivíduo Obeso. Com o processo de codificação e categorização do corpus, estabeleceram-se os seguintes eixos temáticos, que envolveram aspectos biológico, social e psíquico: **1 – Características Biológicas da Obesidade:** marcas epigenéticas; obesidade monogênica e poligênica; expressão gênica e relação com a obesidade e diabetes tipo II; inflamação do tecido adiposo; síndrome metabólica e obesidade; disbiose, obesidade e vias inflamatórias; níveis inflamatórios (IL-6) aumentados; resistência à insulina e inflamação; linfócitos nas respostas inflamatórios do organismo obeso. **2 – Estigmas e Comportamentos Aversivos da Sociedade diante da Obesidade:** implicações sociais da obesidade infantil; estigmas vivenciados por obesos com profissionais de saúde; condutas negativas e estereótipos nos ambientes de saúde: necessidade de estratégias, intervenções e práticas integralistas; estigmatização e descriminação no trabalho, espaços educacionais, entre outros, ocasionando baixa adesão do sujeito obeso aos tratamentos; discursos midiáticos fortalecendo as ações discriminatórias para com o indivíduo obeso; patologização do corpo gordo: não saudável e doentio / representações midiáticas; idolatria do corpo magro; insatisfação de estudantes com a autoimagem corporal; pressão social do corpo esbelto ocasionado a padronização de hábitos rigorosos. **3 – Impactos Psicossociais para o Indivíduo Obeso diante dos Pré-julgamentos e Desvalorização:** sentimentos de remorso, angústia, raiva, inquietação, tristeza, fraqueza e estresse; sentimentos depressivos, de fracasso e frustação por não conseguirem alcançar o "corpo perfeito"; condutas de irritabilidade e estresse emocional nas relações sociais; O estresse traumático em decorrência de comentários maldosos ou situações angustiantes; associação positiva entre sintomas depressivos e obesidade; a chance de ter qualquer distúrbio de personalidade (DP) foi maior entre pessoas obesas; taxas mais alta de DP esquiva e antissocial em mulheres com obesidade grave; a obesidade foi um forte fator de risco para ansiedade e depressão em ambos os sexos. Esta revisão compreendeu os aspectos biológicos, sociais e psicológicos da obesidade, assim como as implicações das práticas estigmatizantes e repercussões emocionais para o indivíduo obeso. Além disso, foi notória a percepção materializada em condutas preconceituosas da sociedade frente à obesidade como uma patologia, justificando a preconização de um corpo ideal magro no contexto social.

REFERÊNCIAS

AGARDH, Elisabet; LUNDSTIG, Annika; PERFILYEV, Alexander; VOLKOV, Petr; FREIBURGHAUS, Tove; LINDHOLM, Eero; RONN, Tina; AGARDH, Carl-David; LING, Charlotte. A análise de todo o genoma da metilação do DNA em indivíduos com diabetes tipo 1 identifica modificações epigenéticas associadas à retinopatia diabética proliferativa. **BMC Med**. Suécia, v. 13, n. 4, p. 182, agos/2015. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26248552/. Acesso em: 30 Abr. 2022 às 22h22.

BASSO, Elisa Regina Buratti; LAUXEN, Estéfani Caroline Petry; BUSNELLO, Maristela Borin. Condutas estigmatizantes dos profissionais da saúde frente às pessoas com obesidade, como rompê-las? **Revista de Nutrição.** Santa Catarina, v. 18, n. 4, p. 27 – 37, 2021. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/20

560. Acesso em: 30 Abr. 2022 às 23h53.

BURGIO, Ernesto; LOPOMO, Angela; MIGLIORE, Lucia. Obesidade e diabetes: da genética à epigenética. **Mol. Biol. Rep**. Bélgica, v. 42, n. 4, p. 799 – 818, abr/2015. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25253098/. Acesso em: 30 Abr. 2022 às 22h08.

LIMA, Ana Carolina Rimoldi; OLIVEIRA, Angélica Borges. Fatores psicológicos da obesidade e alguns apontamentos sobre a terapia cognitivo-comportamental. **Mudanças: Psicologia da Saúde.** Minas Gerais, v. 24, n. 1, p. 1 – 14, jan/jun, 2016. Disponível em: https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/6465. Acesso em: 01 Mai. 2022 às 19h30.

PONTE, Michelle Alves Vasconcelos; FONSECA, Sandra Celina Fernandes; CARVALHAL, Maria Isabel Martins Mourão; FONSECA, João José Saraiva. Autoimagem corporal e prevalência de sobrepeso e obesidade em estudantes universitários. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde.** Portugal, v. 32, p. 85 – 90, 2019. Disponível em: https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/8510/pdf. Acesso em: 02 Mai. 2022 às 01h20.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO PARA A ORGANIZAÇÃO

Juliana Ariel Brígido Ribeiro [1] (Aluna do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Uni Jaguaribe, Aracati-CE, 2022. E-mail: juliana.ribeiro@fvj.br; Acy Mota[2] (Orientadora. Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-Uni Jaguaribe. E-mail: Acy@fvj.br).

RESUMO

A Psicologia Organizacional e do Trabalho ocupa-se da organização do ambiente de trabalho e dos trabalhadores, envolvendo diferentes situações no contexto empresarial. O objetivo principal deste estudo foi analisar, na literatura, as contribuições da atuação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho para as organizações e os objetivos específicos foram: conhecer a evolução histórica da Psicologia Organizacional e do Trabalho; discutir o papel do Psicólogo Organizacional e do Trabalho nas organizações e demonstrar as contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho para a empresa e o funcionário. Tratou-se de uma Pesquisa Bibliográfica, descritivo-exploratória, realizada no período de março a maio de 2022, na Rede Mundial de Computadores com a utilização de livros e artigos científicos publicados em revistas, periódicos eletrônicos e bibliotecas virtuais. Foram pesquisados 33 estudos, publicados a partir da década de 1980, com redação em português, texto completo e gratuito. Os resultados permitiram analisar: a evolução histórica da Psicologia Organizacional e do Trabalho; o papel do Psicólogo Organizacional e do Trabalho nas organizações e as contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho para a empresa e o funcionário. A principal conclusão deste estudo foi a de que a Psicologia Organizacional e do Trabalho contribui, significativamente, para a organização das empresas e bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores, dentro e fora das organizações trabalhistas, através da atuação do psicólogo que se processa nas mais variadas áreas da empresa e junto ao colaborador, mais, diretamente, voltada para a qualidade de vida do trabalhador no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicólogo Organizacional e do Trabalho. Empresas. Qualidade de vida do trabalhador.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), segundo Borges (2010), baseia-se no desenvolvimento e na aplicação de princípios científicos com a finalidade de estudar o comportamento humano no que diz respeito ao ambiente de trabalho e seus problemas capazes de alterar o bem-estar dos trabalhadores. Portanto, a psicologia organizacional trabalha mais com o comportamento humano dentro das organizações, nas quais se ocupa com o comportamento dos trabalhadores no ambiente de trabalho de uma dada empresa, geralmente, por meio de medidas que promovam a qualidade de vida e o bem-estar no trabalho, gestão de conflitos, avaliação de desempenho e performance profissional, melhorias nos processos de recrutamento e seleção, revisão sistemática dos cargos e salários da empresa, entre outras estratégias de atuação enquanto a psicologia do trabalho tem foco nos fenômenos do trabalho, enfatizando a realização pessoal do colaborador no desempenho de suas atividades laborais e produtivas. Esta área da psicologia surgiu no final do século XIX e começo do século XX, em meio à crescente industrialização nos países ocidentais que desejavam melhorar o desempenho e a eficiência na organização empresarial (BORGES, 2010). No contexto atual, a Psicologia Organizacional e do Trabalho vêm trabalhando, conjuntamente, e ocupam-se da prática profissional no que diz respeito tanto ao saber

psicológico quanto à sua aplicação, junto às pessoas que atuam em uma determinada organização (GURKA; NOGUEIRA, 2016). O objetivo geral desta pesquisa foi analisar, na literatura, as contribuições da atuação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho para as organizações.

MARCO TEÓRICO

O termo POT passou a ser utilizado a partir de 1990, propondo-se a atuar na complexa e diversificada abordagem que a própria área traduz, visto que é muito abrangente e relaciona-se às organizações e aos trabalhadores dentro e fora delas (BASTOS, 2003). Surgiu com os objetivos de: dar suporte ao processo de mudança organizacional; atender as novas demandas do mercado, e aprender a lidar com trabalhadores num contexto de diversidade social e pessoal (BENETTI *et al.,* 2016). No Brasil, despontou com a chegada de muitos estrangeiros, no país, durante as duas primeiras décadas do século XX e com a imigração dos lavradores para os centros urbanos, a fim de comporem a mão de obra exigida pela industrialização (ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2014).

METODOLOGIA

Esta foi uma Pesquisa Bibliográfica do tipo descritiva e exploratória. O estudo foi desenvolvido no período de março a maio do ano 2022, na Rede Mundial de Computadores (INTERNET), sendo a coleta das informações realizada em livros e produções científicas publicadas em revistas, Periódico Eletrônico de Psicologia (PEPSIC) e bibliotecas virtuais como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram pesquisados 33 estudos, selecionados de forma intencional, conforme os objetivos da pesquisa. Para inclusão dos estudos, foram utilizados os seguintes critérios: ser livro, ou artigo científico publicados a partir da década de 1980 até os dias atuais; ter redação em português; apresentar texto completo e gratuito. Após a pesquisa inicial, os principais resultados foram sistematizados e sintetizados com base numa leitura geral e, posteriormente, na leitura crítica para a seleção dos aspectos relevantes a cada subtítulo que constituiu o corpus da pesquisa. Os resultados foram apresentados em redação descritiva, respeitado o direito de produção e publicação dos autores.

RESULTADOS

O primeiro aspecto analisado, a evolução histórica da Psicologia Organizacional e do Trabalho, permitiu compreender sobre a sua origem e desenvolvimento até os dias, demarcando com bastante clareza, as fases do seu desenvolvimento. No tocante ao papel do Psicólogo Organizacional e do Trabalho nas organizações, foi possível aprender que este profissional desenvolveu e continua desenvolvendo importante função dentro dessas organizações, atual e genericamente, entendidas como empresas, apresar das diferenças existentes. Papel este que se confunde com a própria função ou contribuição que a POT traz para as organizações e para seus trabalhadores que foi o terceiro aspecto investigado neste estudo, cujos resultados foram demonstrados no campo da atuação profissional do psicólogo tanto para a organização das empresas quanto para o bem-estar e qualidade de vida do trabalhador.

DISCUSSÃO

Os resultados indicaram que a POT tem importância fundamental no contexto das organizações/empresas, bem como para os trabalhadores, desde sua origem que se deu no âmbito da industrialização, em cujos primórdios, atuou mais junto às indústrias com o objetivo de melhorar a produtividade, passando, numa segunda fase, para a atuação mais voltada para o trabalhador e, atualmente, atua na tentativa de equilibrar os interesses empresariais, profissionais e pessoais entre empresas e trabalhadores. Sendo assim, a POT

tanto contribui para com as organizações quanto para com os trabalhadores e, embora o trabalho seja um objeto comum estre a atuação organizacional do psicólogo nas empresas e a atuação junto ao trabalhador, existem diferenças entre os dois campos de ação deste profissional que, de forma geral contribui para as melhorias no mundo do trabalho.

CONCLUSÃO

A psicologia Organizacional e do Trabalho contribui, significativamente, para a organização das empresas e bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores, dentro e fora das organizações trabalhistas, através da atuação do psicólogo que se processa nas mais variadas áreas da empresa e junto ao colaborador, mais, diretamente, voltada para a qualidade de vida do trabalhador no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B. Psicologia organizacional e do trabalho: Que respostas estamos dando aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira? In: YAMAMOTO, O. H.; GOUVEIA, V. V. (Eds.). **Construindo a psicologia brasileira:** Desafios da ciência e da prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 139-166.

BENETTI, I. C. *et al*. Representação Social da Psicologia Organizacional e do Trabalho em Contexto Escolar. **Revista Psicologia e Saúde***,* v. 8, n. 1, p. 52-61, jan./jun. 2016. Disponível em: https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/ view/487. Acesso em: 19 maio 2022.

BORGES, L. O. A. Psicologia do Trabalho e das Organizações no Brasil floresce? **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 3, p. 277-279, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/ j/epsic/a/gPWRJLHsq RHxhDSJjTzN7. Acesso em: 15 maio 2022.

GURKA, D. P. Q.**;** NOGUEIRA, M. S. Psicólogo organizacional: a evolução do saber e da prática dentro da organização. **Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG**, 2016. Disponível em: https://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/ article/view/. Acesso em: 02 maio de 2022.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CONDUÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: O olhar do psicólogo para a qualidade do sono de seus pacientes.

João Ferreira de Souza Silva[1] (Aluno do Curso de psicologia da UniJaguaribe email: Joao.silva@fvj.br), José Ossian Almeida Souza Filho[2] (Professor da UniJaguaribe, email: ossian@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar a conduta psicoterapêutica do psicólogo, quanto a sua prática clínica na identificação da qualidade do sono de seus pacientes, como um fator que pode interferir na condução terapêutica, seja ela no âmbito de redes públicas ou privadas em três cidades do nordeste do Ceará. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem qualitativa. Utilizou-se como instrumento para coleta de dados a entrevista, do tipo semiestruturada, pautada em quatro perguntas subjetivas a 10 psicólogos, atuantes no contexto clínico estando distribuídos em dois na cidade de Fortim-CE, 5 na cidade de Aracati-CE e por fim três na cidade de Fortaleza-CE. Com os resultados obtidos foram possíveis evidenciar fragilidades encontradas por psicólogos na detecção e assistência a pacientes com problemas relacionados ao sono de maneira precoce. Dessa forma, com as análises realizadas, revela que a maior dificuldade é pouca demanda para essa temática, que fazem que os profissionais dediquem pouco tempo ao estudo e na criação de estratégias que contemplem a qualidade da saúde dos sonos das pessoas, viabilizando essas implantações, tirando da teoria e colocando-as em prática.

Palavras-chave: Neurociência. Sono. Cognição. Anamnese.

INTRODUÇÃO

Os distúrbios do ciclo circadiano envolvem a dificuldade na qualidade do sono reparador, sendo também causas constantes de prejuízos associados ao desempenho no trabalho e no trânsito, resultantes da sonolência diurna excessiva que os acompanha. O sono é considerado um processo ativo, caracterizado por modificação do estado de consciência, essencial para equilíbrio homeostático, restauração metabólica, consolidação da memória entre outras (OHAYON et al., 2018).

Por isso, segundo Nunes (2006), a detecção, avaliação e tratamento dos transtornos do sono/vigília tornam-se partes essenciais na avaliação neuropsicológica e psiquiátrica. Para tanto, os profissionais da atualidade devem considerar e questionar a qualidade do sono de seus pacientes em suas anamneses a curto prazo, a fim de considerar o sono como um "sinal vital" na condução terapêutica, exigindo, então, avaliações de rotina e tratamento, quando necessário.

A anamnese em psicologia tem como um de seus fundamentos o alcance de

uma boa relação terapeuta - paciente, que objetiva o vínculo, a adesão do cliente ao tratamento, além de passar confiança e uma maior fidedignidade das informações prestadas pelo sujeito no decorrer do seu tratamento (CUNHA, 2002).

Cada cliente é único em sua maneira de se relacionar com o terapeuta. Uma das tarefas desse profissional é estar atento aos sinais de vinculação e aos sinais do cliente, que vai transmitir suas experiências de vida a cada instante, de forma específica com a qual desempenham seus papéis no contexto psicoterápico (SANTOS et al., 2014).

Destarte, o presente trabalho justifica-se pela importância da temática, uma vez que que o sono participa de processos vitais na vida dos seres humanos. Então, "De que forma o psicólogo, no uso da sua prática clínica, pode contribuir para uma condução terapêutica eficaz, visando o olhar para qualidade do sono de seus pacientes?"

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste trabalho trata-se de um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Segundo Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como seu objetivo principal proporcionar tal familiaridade com o problema, tendo vistas torná-lo mais explícito ou a construir solucionando às hipóteses levantadas pelo autor.

Já estudo de espécie qualitativa corresponde aos problemas particulares, abrangendo as ciências sociais com um grau de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. (MINAYO, 2016).

Para a elaboração do estudo, a população escolhida correspondeu aos profissionais de psicologia que atuam no contexto clínico, sejam eles de órgãos públicos ou privados. A composição amostral foi constituída por 10 profissionais, sendo eles 7 das cidades do interior e outros 3 da cidade de Fortaleza. Desses profissionais 8 entrevistados correspondem ao contexto das clínicas privadas, sendo 2 no contexto público.

RESULTADOS E DISCURSÕES

- **ANAMNESE**

O que você, psicólogo, considera como importante de ser abordado na primeira consulta de anamnese dos seus pacientes?

Os profissionais entrevistados apresentaram, segundo a opinião destes, os pontos mais importantes a serem abordados nas primeiras consultas de anamnese com os seus pacientes. Percebe-se que, na entrevista inicial, tais profissionais dão maior atenção a contextos mais gerais, como mencionado no relato a seguir:

"Nos primeiros encontros costumo perguntar sobre as angústias que levaram o paciente a tomar a decisão de procurar um profissional de psicologia (...). História de vida do cliente para, assim, levantar as primeiras hipóteses diagnósticas." (PSI2).

Os dados revelaram que, por mais que a escuta desses profissionais seja bem cautelosa, a inconsistência de aspectos que mensurem a qualidade do sono dos

clientes desses profissionais se faz presente em sua condução psicoterapêutica.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) entende que, segundo a Resolução CFP nº 07/2003, os resultados das avaliações, após realizada a anamnese dos pacientes, devem ser considerados e analisados os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo. (BRASIL, 2003).

Por isso, percebe-se que a maior dificuldade de profissionais em psicologia, em relação a aspectos relacionados ao sono, é a demora na identificação precoce dos sintomas. Segundo Bacelar et al (2021) pacientes com distúrbios do ciclo circadiano demoram a procurar o atendimento para essa finalidade, assim também como atestam dificuldade no relato do problema.

Caso seu paciente chegue ao consultório com queixas como indisposição física, dificuldade na consolidação de memória e da aprendizagem (...), a que você atribuiria essas queixas?

Na análise amostral da pesquisa foi constatado que a maioria destes profissionais atribuem as queixas desse paciente a possíveis hipóteses diagnósticas, como no caso relatado: "Atribuiria essas queixas a um possível desgaste mental por sobrecarga de atividades rotineiras e investigação de um possível quadro de Síndrome de Burnout." (PSI9).

Segundo Chellappa e Araujo (2007) paralelamente, caracteriza-se como o sono inadequado e/ou não restaurador as consequências diurnas que podem incluir irritabilidade, fadiga, déficit de concentração e de memória, não necessariamente caracterizando uma síndrome ou transtorno. Para que o organismo realize funções necessárias, para melhorar o funcionamento físico e mental do ser humano, é de extrema importância ter um boa noite de sono.

- **CONDUÇÃO PSICOTERAPÊUTICA: ASPECTOS RELACIONADOS AO SONO.**

Existe alguma ferramenta a ser utilizada por você para identificar a possível hipótese diagnóstica do caso relatado a acima?

Frente à análise amostral da pesquisa, foi constatado que a maioria dos profissionais entrevistados não usa outro instrumento de investigação a não ser a entrevista de anamnese e a esculta. "Não utilizo nenhuma ferramenta como testes psicológicos. Busco investigar por meio de questionamentos, que percebo que forem relevantes". (PSI7)

Segundo Affonso (2005) comenta que, após a Resolução CRP no 02/2003 e divulgação da lista dos testes com condições de uso, docentes e profissionais tiveram que rever suas estratégias de diagnóstico e avaliação psicológica. Muitos cursos de Psicologia reduziram a oferta de disciplinas de testes psicológicos e técnicas projetivas e, também, alteraram o seu conteúdo para dar maior ênfase às técnicas de entrevistas, focadas em diagnósticos que já tenham causado um dano ao biopsicossocial do indivíduo.

No seu contexto clínico, para que se tenha uma boa anamnese de seus pacientes, você considera como importante abordar fatores relacionados ao sono dos mesmos? Por que?

Nas informações finais da entrevista, juntamente com as respostas obtidas, foi possível evidenciar que aspectos relacionados ao sono são, sim, levados como importantes pela maioria. “Acredito que o sono seja de extrema importância, pois o sono está relacionado, de forma direta, com a qualidade de vida e bem-estar das pessoas” (PSI5).

No entanto, a equipe de psicologia participante do estudo, através de suas respostas, percebeu não estar preparada para um diagnóstico precoce de distúrbios do sono. Isso se deve ao fato de que a procura única e exclusiva por esse tipo de problema, por parte dos pacientes, é escassa; ainda, lhes falta material e qualificação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O preente trabalho realizou uma reflexão sobre a atuação dos psicólogos em seu contexto clinico, em algumas cidades do estado do Ceará.

Nesse estudo é possível verificar que a prática clínica, através da entrevista de anamnese e condução psicoterapêutica dos profissionais entrevistados, segue, ainda, um modelo padrão tradicional, aprendido nas instituições de ensino ou adquirido nos campos de trabalho. Tal método tem como foco as psicopatologias, não contendo, em seus dados de entrevistas, fatores que mensurem previamente a qualidade do sono de seus clientes.

Um dos pontos que mais chama a atenção e a falta de conhecimento da maioria dos psicólogos entrevistados, sobre a importância de conter em suas entrevistas iniciais de anamnese, tópicos e ações que possam prever possíveis agravos, que possa surgir a partir de distúrbios do ciclo cicardiano se faz presente.

Destarte, com os achados do trabalho, pode-se considerar, também, que a procura a respeito da temática discutida (sono) é insatisfatória e pouco explorada no dia a dia desses profissionais. Diante disso, ressalta-se a necessidade de pesquisas que versem sobre a atuação do profissional psicólogo na assistência ao paciente com distúrbios do sono. Para isso, faz-se necessário demonstrar a importância da criação de recursos que apoiem, capacitem e treinem os profissionais para uma comunicação mais assertiva e eficaz para os seus clientes.

REFERÊNCIAS:

AFFONSO, Rosa Maria Lopes. A importância da epistemologia no ensino da avaliação psicológica no processo psicodiagnóstico. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 183 -193, nov. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712005000200009&lng=pt&nrm=iso. acessos em: 21 abr. 2022.

BACELAR, Andrea. *et al*. **Insônia do diagnóstico ao tratamento**: III Consenso Brasileiro de Insônia 2021. Associação Brasileira do Sono. 1ª ed. São Paulo, 2021: p. 83. Disponível em: https://absono.com.br/wpcontent/uploads/2021/03/consenso_insonia_sono_diagnostico_tratamento.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **n° 007/2003 Junho/2003.** Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

CUNHA, Jurema Alcides. **Bender na Criança e no Adolescente.** Psicodiagnóstico-V. 5ª ed. revisada e ampliada. Porto Alegre: Artes Médicas. 2002. p. 295-316. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/D4Ss3R4qgRqY8vXPxGrFCwH/?lang=pt. Acesso em: 20 abr 2022.

CHELLAPPA, Sarah Laxhmi; ARAÚJO, John Fontenele. Excessive daytime sleepiness in patients with depressive disorder. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, n. 2, p.126-130. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/MzCmzkpbz3PYNxzRtSkHZ8S/?lang=en. Acesso em: 10 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil como elaborar projeto de pesquisa.pdf. Acesso em: 20 maio. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. [S.L.] 2016. p. 95. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047761. Acesso em: 09 maio. 2022.

NUNES, Magda Lahorgue. *et al*. Avaliação psicológica e indicação de psicoterapia psicanalítica para crianças. In: Werlang, B.; Oliveira, M. (Orgs.). **Temas em Psicologia Clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/Qqxqm6BgFrwtsxnmGwmsVft/?lang=pt. Acesso em: 20 maio. 2022.

OHAYON, Maurice. *et al.* A provisional tool for the measurement of sleep satisfaction. **Sleep Health**, v. 4, p. 6-12. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.sleh.2017.11.002. Acesso em: 17 abr. 2021.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE NAS ORGANIZAÇÕES: OS DESAFIOS DA APLICAÇÃO DA TEORIA NAS EMPRESAS *

Arthur Mikael Bessa Nunes ** (Aluno do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE em Aracati/CE email: arthurrbessa@gmail.com); Acy Holanda Mota *** (Orientadora. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE em Aracati/CE. E-mail: acy.mota@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho busca contextualizar a psicologia organizacional e do trabalho, assim como as contribuições da teoria psicanalítica, analisando como a psicanálise trabalha as questões relacionadas ao ambiente de trabalho, saúde mental do trabalhador e o bem-estar da organização. Assim, no primeiro momento será apresentado a história da psicologia organizacional e seus conceitos, posteriormente será abordado o papel do psicólogo nesse campo de acordo com cada época, e por fim, o uso da psicanálise nas organizações. Toda essa compreensão é pautada em revisão bibliográfica, retirada de artigos, livros, dissertações e teses, tendo como objetivo principal o entendimento de como a psicanálise atua dentro das organizações. Conclui-se que a psicanálise atua dentro das organizações através da escuta desse sujeito, utilizando-se não somente do *setting* terapêutico, mas também através de outros métodos que contribuem para essa análise.

Palavras chave: Psicologia Organizacional e do Trabalho. Papel do psicólogo. Psicanálise nas organizações.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a Psicologia Organizacional e do Trabalho sofreu diversas alterações, inclusive na forma na qual é denominada; passando de Psicologia Industrial para nomenclatura que conhecemos hoje, e que, devido essas mudanças constantes, onde o mercado exigia sempre cada vez mais, passou a ter um caráter voltado para o estudo dos fenômenos cognitivos, comportamentais e subjetivos dos indivíduos presentes nas organizações, buscando promover uma melhoria na saúde do trabalhador e na sua satisfação com a empresa (BORGES; OLIVEIRA; MORAES, 2005, p. 8). Dentro de tais mudanças sofridas pela, diversos autores passaram a propor uma metodologia pautada na psicanálise, percebendo no trabalhador um ser dotado de desejo que precisa ser ouvido, assim contribuindo para entender as causa do sofrimento desse trabalhador, acolhendo para que possa melhorar sua qualidade de vida, e consequentemente na sua rotina de trabalho, por isso a importância da escuta dessa subjetividade nesse ambiente (MUELLER, 2018).

*Resumo expandido do trabalho de conclusão de curso apresentado como pré-requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE (2022).

**Aluno do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE em Aracati/CE. e-mail: arthurrbessa@gmail.com

***Orientadora. Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE em Aracati/CE. E-mail: acy.mota@fvj.br

REFERENCIAL TEÓRICO

A psicologia organizacional e do trabalho tem como principais características a criação de ações e desenvolvimento de estratégias em organizações, melhorando a qualidade de vida do trabalhador e o ambiente de trabalho, proporcionando assim o bem-estar, participando de processos de seleção de pessoas, dinâmicas em grupo, treinamentos para melhoria e desenvolvimento de aptidões, além da resolução de conflitos no trabalho e mediação de diálogos (SCHEIN, 1982).

Dentro desse contexto é dever do psicólogo que atua nesse campo buscar o bem-estar desse trabalhador em prol da organização. É papel deste profissional atuar nas políticas de recursos humanos da organizações; planejamento ambiental; ações de avaliação; formação e reciclagem dos empregados; controle da vida funcional do trabalhador; implementação de programas voltados para saúde e satisfação; garantia de bens e serviços (BASTOS; MARTINS, 1990).

O trabalhador não é mais visto apenas como um ser rígido e imutável, mas sim como um ser dotado de desejo, onde deve ser abordado o sofrimento humano dentro do contexto organizacional, assim, a psicanálise passa a ser utilizada nas organizações, considerando questões de poder, conflitos, significação de trabalho e seus reguladores (DEJOURS, 1994). Dejours (1994) contempla através da psicopatologia do trabalho e da psicodinâmica do trabalho, as dimensões do homem, avaliando o quanto as organizações influenciam na saúde, podendo ocorrer vivências de prazer e sofrimento, relacionadas com a profissão e estrutura de realidade, onde cada um reage de forma diferente de acordo com sua personalidade, história de vida, estrutura emocional, sendo todos levados para o ambiente de trabalho.

Trabalhar a coletividade e não os indivíduos, é a principal forma de atuação da psicanálise no ambiente organizacional, de acordo com a psicodinâmica do trabalho, que investiga os mecanismos de defesa usados pelos trabalhadores frente às causas de sofrimento advindas do trabalho. A psicodinâmica do trabalho de Dejours é a principal linha psicanalítica dentro das organizações, visando o trabalho com o coletivo (DEJOURS, 1994).

Almeida (2011) coloca que através do uso de ferramentas apropriadas na área, como recrutamento e seleção de pessoas; avaliação de desempenho; treinamentos ou mesmo em entrevistas de desligamento, a psicanálise pode fornecer hipóteses a partir do posicionamento do trabalhador nessas variáveis onde ele está submetido, não importando se as palavras vêm maquiadas com mentiras ou silêncio, pois são portas que abrem o levantamento de hipóteses e interpretação, desde que haja um profissional atento para tal.

METODOLOGIA

Esse trabalho busca contextualizar a psicologia organizacional e do trabalho, bem como a psicanálise atua dentro desse contexto, suas influências e contribuições. Para a construção do mesmo, houve como base uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, por meio de revisão bibliográfica.

Buscou-se os seguintes indexadores para a construção do mesmo: psicologia organizacional e do trabalho; papel do psicólogo organizacional e do trabalho, e psicanálise nas organizações, nas plataformas google acadêmico, scielo e pepsic, com um período de avaliação dos anos de 1982 a 2022. Como critério de inclusão, o material deveria conter informações acerca do período histórico da psicologia organizacional e do trabalho, desde seu começo aos dias atuais, papel do psicólogo organizacional e do trabalho, e informações sobre a psicanálise nas

organizações, materiais que não continham essas informações ou não traziam aspectos relevantes para essa construção foram descartados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da revisão feita, pode-se considerar a importância do uso da psicanálise nas organizações como forma de auxiliar as empresas e os seus colaboradores.

Pode-se constatar que diversos autores concordam que a psicanálise contribui para o campo organizacional, não ficando somente restrita a clínica, que com ela, a qualidade de vida do trabalhador e a saúde das empresas tem uma melhoria significativa, sendo fundamental para que se alcance os resultados desejados, assim, auxiliando na preservação do sujeito e de sua subjetividade buscando diminuir os problemas psíquicos advindos do trabalho.

CONCLUSÃO

Mediante a revisão bibliográfica feita para a construção desse trabalho, pode-se observar como se dá o uso da psicanálise dentro das organizações, que, embora ainda pouco praticada, muito se tem a contribuir para o campo organizacional.

Seu modo de aplicação dentro das empresas buscando as causas do sofrimento do trabalhador, e como o mesmo pode lidar com tais questões, nos ajuda a entender um pouco sobre a neurose empresarial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C. S. **Recursos Humanos à luz da psicanálise** - uma reflexão possível. Universidade Veiga de Almeida, programa de pós-graduação *stricto sensu,* tese de mestrado profissional em psicanálise, saúde e sociedade, Rio de Janeiro, 2011.

BASTOS, A. V. B.; MARTINS, Galvão, A. H. C. O que pode fazer o psicólogo organizacional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 10, n. 1, p. 10-18, 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/Ywjt5fTcGdxRkzKJrmswHZg/?lang=pt. Acesso em: 01/05/2022

BORGES, L. O.; OLIVEIRA, A. C. F.; MORAIS, T. W. A. O exercício do papel profissional na psicologia organizacional e do trabalho. **Rev. Psicol Organ**. Trab., Florianópolis, v.5, n. 2, p. 101-139, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572005000200005. Acesso em: 03/05/2022

DEJOUROS, C. (1994). **Psicodinâmica do trabalho:** contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 1ª ed. São Paulo: Atlas.

SCHEIN, E. H. (1982). **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil.

O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR SOFRIDA POR ADOLESCENTES E AS CONDICIONALIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Angela Maria da Silva (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe,
e-mail:angela.silva@fvj.br)
Aline Maria Barbosa Domício (Professora Centro Universitário do Vale do Jaguaribe,
email:alinedomicio@fvj.br)

RESUMO

Estudo sistematiza literaturas sobre Violência intrafamiliar sofrida por adolescentes e incentiva planejamento familiar como política pública. Objetivo: refletir sobre violência intrafamiliar com adolescentes; conhecer ações das equipes multiprofissionais envolvidas.. Método: revisão bibliográfica nas plataformas SCIELO e LILACS. Coleta: entre abril e maio de 2022. Resultados e discussões: a violência intrafamiliar é naturalizada pelos adolescentes, eles residem nas periferias; As políticas públicas buscam enfrentamento, e profissionais têm dificuldades de lidar com a problemática. A psicologia busca assegurar qualidade de vida sem vulnerabilidades dentro do contexto social.

Palavras-chave: Adolescentes. Violência infrafamiliar. Planejamento familiar. Psicologia

INTRODUÇÃO

Revisão bibliográfica objetiva refletir sobre diversos tipos de violências que adolescentes sofrem dentro do convívio familiar e comunitário, como também quais significados eles conseguem produzir em relação ao presente para gerar perspectiva sobre o futuro. Considerando o desenvolvimento humano ser um processo contínuo e que muitos jovens vivem situações de vulnerabilidades psicossociais;. Também gerar reflexões e contribuições para o trabalho do psicólogo e demais profissionais que atuam com o público juvenil.

Jovens de classes sociais mais baixas, vivenciam situações que fragilizam seu processo identitário, tornando-os estigmatizados pela sociedade, assim como suas famílias. Sendo a pessoa jovem aquela que vive o processo de transformações de desenvolvimento físico e psicológico que variam conforme grupos sociais, regiões geográficas e classes sociais, culturais e de gênero.

O interesse em fazer pesquisas sobre violências intrafamiliar com adolescentes surgiu quando a presente pesquisadora estagiou em cidade de Jaguaruana- Ceará, e em visitas às famílias na presença do psicólogo, encontramos a família violando os direitos dos adolescentes, constatando: trabalho infantil, abandono escolar, abuso sexual, violência física/psicológica, gravidez na adolescência, prostituição, fome, venda e uso de drogas/álcool.

O ECA enfatiza que cabe à família "(...) colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (ECA, 2005), assim questiona-se: essas famílias estão exercendo, cumprindo com seus deveres e obrigações de cuidar dos adolescentes?

Em Jaguaruana registros de violências chamam atenção e, criando então o Decreto Municipal Nº 039/2019, que dispõe sobre o serviço de Escuta Especializada para atender crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências.

A problemática da violência intrafamiliar tem grande índices de denúncias.

Violências sofridas por adolescentes é,uma questão de saúde pública. O Planejamento Familiar como intervenção educativa deve ser visto como meio para reduzir a pobreza e amenizar os ciclos de violências em gerações futuras.

Nesse estudo, intenta-se conhecer as demandas dos jovens juntamente com equipes multidisciplinares com função de escutar, orientar e intervir para a não naturalização da violência; além de incentivar o planejamento familiar a partir de visitas domiciliares, nas escolas, postos de saúde, entre outros e, principalmente estimular a oferta de orientações aos pais sobre a importância do cuidar e zelar a vida dos seus filhos.

METODOLOGIA

Revisão bibliográfica integrativa e qualitativa, O interesse desse estudo não é explicar a origem das violências e, sim, explicar como os adolescentes se veem enquanto vítimas para agregar reflexões e contribuições na prática dos profissionais de psicologia a fim de intervir, amenizar ou solucionar casos de violência.

As pesquisas foram feitas nas plataformas (SciELO) e (LILACS) com filtragens delimitando critérios de inclusão como: artigos; ano de publicação entre 2012 a 2021; Idioma Brasil; área temática: Saúde e Humanas. Foram excluídos: teses, revistas, livros, monografias, e publicações antes de 2012, e/ou que não estivessem no idioma Brasil.

A coleta de dados foi nos meses de abril a maio de 2022. Todos os artigos lidos eram fichados numa tabela Excel, finalizando a análise temática e a construção das categorias.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Estudo tem intenção de ampliar discussões e reflexões em profissionais quanto à temática de violência contra adolescentes. Defende também que adolescentes sejam capazes de ressignificar suas vidas, com medidas protetivas urgentes, porque o enfrentamento se faz lento. A inquietação da pesquisadora foi perceber que os processos morosos pareciam ser naturalizado pelos profissionais e, ao terminar o estágio, teve conhecimento de poucas intervenções "resolvidas".

Diante da complexidade sobre adolescentes, resolveu-se dividir os estudos em três categorias.

4.1 Categoria 01 - Violências intrafamiliares e Atenção Básica à saúde do adolescente em situação de vulnerabilidade psicossocial

Violência intrafamiliar é problema de saúde pública, no entanto, falta preparação para atender a variância de demandas. Mesmo assim, órgãos apostam em medidas junto às famílias, dentro da escola e comunidade, promovendo espaços de reflexão, identificação dos agravos , contudo, profissionais alegam não ter garantia de apoio da rede; alguns territórios existem relações de poder que são intrínsecas àquela população, onde traficantes tomam para si as vidas dos adolescentes, fazendo com que profissionais temam envolvimento com familiares.

O contexto de desigualdade social tem suas raízes como: desemprego, exclusão social, cultural e moral que acarretam consequências física, sexual, psicológica e

abandono; o gênero feminino sofre mais violências sexuais e o masculino sofrem mais agressões físicas, envolvendo drogas, armas e crimes.

4.2 Categoria 02 - Sistema de justiça, Assistência Social em defesa do adolescente em situação de vulnerabilidade

Verificou-se que profissionais do direito reconhecem que a formação do judiciário é pautada por normativas sistematizadas e que juízes não têm preparo para lidar com adolescentes. Eles esperam que a rede de apoio atue junto a jurisprudência ajudando nas decisões dos casos. Segundo Roque *et al.* (2014), os profissionais da saúde não se apropriam da violência secundária dentro dos tribunais, e as vítimas revivem sua história de dor e angustia várias vezes.

Estudos apontam os fatores mais propensos a vitimização e incidência da violência como: renda familiar baixa; mães com pouca escolaridade; sem companheiros; mães na adolescência, sendo necessário pensar em políticas de prevenção, vigilância, detecção e controle com participação ativa da rede.

4.3 Categoria 03 - Psicologia, Assistência Social e políticas públicas de saúde do adolescente

Nessa categoria, profissionais de psicologia, ao intervir com adolescentes, atuam de maneira técnica, numa perspectiva crítica, reflexiva e investigativa dentro das escolas, famílias e comunidade com ações educativas, e palestras informativas com função de acolher e escutar as partes envolvidas.

Como a adolescência, é marcada por um período de transição universal e inevitável com influências da cultura e conflitos internos e externos, com papéis antagônicos: agressor, vítima, incluído, excluído com impulsos biológicos, sexuais, agressivos, marcado por revolta emocional da puberdade necessários para construção da personalidade e papel social. (Senna,2012), e esses fatores os tornam vulneráveis, trazendo riscos a vida social como, gravidez na adolescência, prostituição, exploração sexual, doenças, evasão escolar e envolvimentos com drogas, crimes; devido as políticas se apresentarem escassas sobre a violência, estudos apontam para discussões no campo da bioética para que o planejamento familiar seja hegemônico e viável. a fim de evitar o aumento de gravidez indesejada, aborto ilegal, doenças sexualmente transmissíveis, pobreza e, conseguinte, a violência.

A pesquisadora desconhecia essas dificuldades enfrentadas por profissionais quando, fez juízo de valor ao pensar que o profissional que visitava as casas naturalizava as situações, contudo, possivelmente, também tinha limitações; em busca de melhorias, políticas públicas constroem constantemente medidas interventivas a fim de encontrar o caminho certo a seguir e o psicólogo deve buscar, a ampliação de serviços para atuação massiva dentro do SUS, Educação e Justiça, tendo em vista a grande demanda e a pouca oferta de profissionais por parte do serviço público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo foi possível identificar que a violência intrafamiliar é um problema grave, que famílias não têm consciência dos agravos que deixam na vida dos seus filhos e que, quanto mais pobreza, menos educação e mais adolescentes são violentados. Também que violência é de responsabilidade das políticas públicas. Também que práticas profissionais necessitam ser modificadas para dar segurança a adolescentes. Verificou-se reducionismo na resolução dos casos ao transferir os casos numa tentativa se livrar daquela questão, possivelmente por falta de formação ou medo de se envolver e sofrer retaliações.

Acredita-se que essa pesquisa gere direcionamentos a profissionais. A psicologia pode intervir nesses casos de violência (SUAS, 2005), todavia, existe carência de psicólogos dentro das escolas e da jurisdição. Defende-se a mobilização dos conselhos para ampliar o assistencialismo; com o fortalecimento das redes, profissionais terão mais agilidade nos processos contribuindo, assim, com a proteção, educação e envolvimento com familiares para que, menos adolescentes sejam vítimas de seus próprios familiares.

REFERÊNCIAS

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em: 15 mai. 2022.

ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira *et al.* Sistemas de justiça e a vitimização secundária de crianças e ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar. **Saúde e Sociedade** [online]. 2014, v. 23, n. 3, pp. 801-813. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300006. ISSN 1984-0470. https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000300006. Acesso em: 15 mai. 2022.

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência**. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2012, v. 28, n. 1, pp. 101-108. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013. Epub 16 Abr 2012. ISSN 1806-3446. https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013. Acesso em: 15 mai. 2022.

SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ana Paula Padrão Queiroz e Silva[1] (Aluna do curso de psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ana.silva@fvj.br.
Thahyana Mara Valente Lima (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender as necessidades e estratégias de cuidado em saúde mental para os profissionais que estiveram na linha de frente do combate ao COVID-19 . Para tanto, foi utilizado como método coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativo. A partir disso, foram utilizados artigos científicos, das fontes *Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde)* e *Pubmed (National Library of Medicine,* e Scielo . Os descritores usados foram: *Depressão, Pandemia, Covid-19 e Profissionais de Saúde*, disponível nos Descritores em Ciências da Saúde (DECs), (2020 a 2022). Neste artigo é abordado os principais desafios que os profissionais enfrentaram, tanto com relação a escassez de recurso humanos como a carência de suporte psicológico, diante do cenário conturbado da pandemia. Dessa forma, foi possível concluir que existe uma necessidade de apoio psicológico para essa categoria de profissionais. Além disso, foi possível inferir que dentre os principais desafios dessa classe, deveu-se ao fato de que as regras de isolamento social que visaram proteger a saúde não se aplicam aos mesmos.

Palavras-chave: depressão; pandemia; Covid-19; profissionais de saúde.

1 INTRODUÇÃO

A China informou à Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019 sobre o surto de um novo vírus corona (n-CoV) causando pneumonia em adultos na cidade de Wuhan, na província de Hubei. Desde então, o vírus se espalhou para vários países do mundo, incluindo a Índia e a OMS declarou a doença como uma pandemia controlável. O vírus identificado foi denominado SARS-CoV-2 e, a doença causada pelo vírus foi classificada como doença do vírus corona 2019 (COVID-19). (YIN *et al.,* 2020).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 4 de abril de 2020, mais de 1 milhão de casos de COVID-19 foram detectados no mundo, assim um aumento de mais de dez vezes em menos de um mês (WHO,2020). Por seguinte em 15 de outubro de 2020, a Organização Mundial da Saúde publicou os primeiros indícios com relação à eficácia de medicamentos utilizados para a COVID-19, esse fato foi um avanço positivo para a saúde dos brasileiros. Já em janeiro de 2021, foram efetivadas iniciativas globais a fim de assegurar a disponibilidades de vacinas contra o coronavírus para todos os países. Ademais, a OMS divulgou a assinatura do compromisso de comprar antecipadamente até 40 milhões de doses da vacina Pfizer-BioNTech. (WHO,2020).

A partir disso, surgiram os principais impactos emocionais e psicológicos, especialmente para os profissionais de saúde. Sendo assim, Tella *et al.* (2020) evidenciaram que os profissionais de saúde que trabalham em contato próximo com pacientes com COVID-19 ficarm vulneráveis a consequências adversas para a saúde mental. Pesquisas realizadas durante epidemias passadas descobriram que o aumento da carga de trabalho, medo de infecção, frustração, exaustão física e equipamentos pessoais inadequados tiveram um impacto substancial na saúde mental dos profissionais de saúde, com funcionários em contato com os afetados pacientes que apresentam níveis mais altos de estresse agudo ou pós-traumático e sofrimento psicológico em comparação com controles de menor risco.

2 MARCO TEÓRICO

Na luta contra o surgimento repentino da síndrome respiratória aguda grave (SARS), o sofrimento psicológico entre a equipe médica apareceu gradualmente: o medo e a ansiedade apareceram imediatamente e diminuíram nos estágios iniciais da epidemia, mas a depressão, os sintomas psicofisiológicos e os sintomas de estresse pós-traumático apareceram mais tarde e duraram por muito tempo, levando a impactos profundos. Estar isolado, trabalhar em posições de alto risco e ter contato com pessoas infectadas são causas comuns de trauma. Esses fatores podem ter impactado a equipe médica e de enfermagem em Wuhan, levando a problemas de saúde mental. (KANG *et al.,* 2020).

Lai *et al.* (2020) enfatizam que o número cada vez maior de casos confirmados e suspeitos, sobrecarga de trabalho, esgotamento de equipamentos de proteção individual, ampla cobertura da mídia, falta de medicamentos específicos e sentimentos de apoio inadequado podem contribuir para o fardo mental dos profissionais de saúde. Estudos mostraram que esses profissionais de saúde temiam o contágio e infecção de seus familiares, amigos e colegas, sentiam incerteza e relataram relutância em trabalhar ou pensar em pedir demissão, e relataram altos níveis de estresse, ansiedade e depressão sintomas, que podem ter implicações psicológicas de longo prazo. Preocupações semelhantes sobre a saúde mental, o ajuste psicológico e a recuperação dos profissionais de saúde que tratam e cuidam de pacientes com COVID-19 estão surgindo.

Por essa razão, os serviços de assistência psicológica, incluindo aconselhamento ou intervenção por telefone, internet e aplicativos, foram amplamente implantados por instituições de saúde mental na esfera local e nacional em resposta ao surto de COVID-19. Em 2 de fevereiro de 2020, o Conselho de Estado da China anunciou que estava criando linhas diretas de assistência psicológica em todo o país para ajudar durante a situação epidêmica. No entanto, avaliações baseadas em evidências e intervenções de saúde mental direcionadas aos profissionais de saúde da linha de frente são relativamente escassas. (ROTHE *et al.,* 2020).

Diante das informações expostas, mostram-se necessários estudos que compreendam as implicações emocionais da pandemia para os profissionais da saúde, principalmente transtornos depressivos, reduzindo a qualidade de vida do indivíduo e assim, afastamento das funções que exercem nos equipamentos de saúde e diminuição dos serviços de saúde prestados.

3 MATERIAIS E METODOS

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura com caráter exploratório, descritivo e desenho qualitativo. O ponto de partida incidiu sobre a questão norteadora para o estudo: Quais as evidências científicas no período de 2020 a 2022 que explanem acerca da Depressão em profissionais da saúde em decorrência da pandemia de Covid-19.

O ano de publicação dos artigos foi escolhido que fossem dos últimos dois anos, devido ser um tema recente e pela necessidade de um resgate histórico sobre a pesquisa que se refere ao sofrimento psíquico vivenciado pelos profissionais da saúde durante a pandemia de COVID-19.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos em português ou inglês publicados nos anos 2020 a 2022, estudos sistemáticos, metanaliticos, texto gratuitos e disponíveis integralmente e estudos transversais. Já os critérios de exclusão foram: monografias; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; estudos duplicados e; teses de dissertação de mestrado e doutorado.

A coleta dos dados da pesquisa seguiu uma leitura de caráter exploratório através da titulação do artigo e uma análise completa do resumo. Em seguida, foi realizada uma leitura de enfoque seletivo debruçando-se profundamente sobre o acervo que se mostrou importante para a elaboração do trabalho. A partir daí, prosseguiu-se com a análise da fundamentação teórica dos estudos, bem como a observação das características gerais dos artigos, tais como ano de publicação e língua, seguido de seus objetivos. Por fim, realizou-se a apreciação da metodologia aplicada, resultados obtidos e discussão.

Os 24 (vinte e quatro) estudos foram analisados pela leitura do título. Destes, 10 (dez) estudos foram escolhidos. Os demais artigos foram excluídos, pois abordavam sofrimento psicológico em gestantes, luto, saúde sexual e pandemia e dilemas éticos compreendendo a pandemia de Covid-19.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os estudos utilizados para a concepção deste trabalho, foram elaboradas 02 categorias temáticas na intenção de estabelecer pontos semelhantes e distintos entre os autores. Assim sendo, segue a categoria temática 1 – Implicações Psicológicas da Pandemia de Covid-19 para Profissionais da Saúde: Sintomas e Fatores de Risco, com 12 (doze) estudos e; 2 – Depressão em Profissionais da Saúde na Pandemia de Covid-19: distúrbios associados e prevalência, total de 16 (dezesseis) artigos.

REFERÊNCIAS

KANG, Lijun; MA, Simeng; CHEN, Min; YANG, Jun; WANG, Ying. Impacto na saúde mental e percepções de cuidados psicológicos entre a equipe médica e de enfermagem em Wuhan durante o novo surto de doença por coronavírus de 2019: um estudo transversal. **Cérebro, comportamento e imunidade.** China, v. 87, p. 11-17, jul. 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32240764/. Acesso em: 25 maio. 2022.

ROTHE, Camilla; SCHUNK, Mirjam; SOTHMANN, Peter; BRETZEL, Gisela; FROESCHL, Guenter. Transmissão da infecção 2019-nCoV de um contato assintomático na Alemanha. **N. Engl. J. Med.** Alemanha, v. 382, n. 10, p. 970-971, mar. 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32003551/. Acesso em: 25 maio 2022.

WU, Tianchen; JIA, Xiaoqian; SHI, Huifeng; NIU, Jieqiong; YIN, Xiaohan; XIE, Jialei; WANG, Xiaoli. Prevalência de problemas de saúde mental durante a pandemia de Covid-19. **J. Afeto Distúrbio.** China, v. 30, n. 281, p. 91-98, fev. 2021. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33310451/. Acesso em: 25 maio. 2022.

TELLA, Maria Laura Di; ROMEU, Annuziata; BENFANTE, Ágata; CASTELLI, Lorys. Saúde mental dos profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19 na Itália. **Prática J. Eval. Clin.** Itália, v. 26, n. 6, p. 1583-1587, dez. 2020. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32710481/. Acesso em: 25 maio 2022.

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DE CUIDADORES DE INDIVÍDUOS DIAGNOSTICADOS COM ESQUIZOFRENIA ATENDIDOS PELO CAPS DE PALHANO-CE

Aires Késsia da Silva Costa[1] (Aluna do curso de psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail aires.kessia@fvj.br), Thahyana Mara Valente Lima[2] (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@fvj.br).

RESUMO

O presente artigo buscou compreender os aspectos psicossociais do familiar/cuidador de indivíduos diagnosticados com esquizofrenia. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória com caráter qualitativo, aliada à pesquisa de campo. Foram utilizados artigos da SciELO e PePSIC publicados nos últimos 18 anos (2004 a 2022). A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas semiestruturadas de caráter individual, no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Palhano/CE. Os resultados obtidos ressaltaram que os cuidadores de pessoas com esquizofrenia sofrem desgastes físicos e psicológicos. O estudo aponta a relevância do CAPS para auxílio a estas pessoas e famílias. Apesar do progresso na saúde mental, ainda se encontram falhas na gestão dos recursos financeiros do SUAS e do CAPS, fato este que prejudica na qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave: esquizofrenia; cuidador; sobrecarga.

INTRODUÇÃO

No século XVIII as pessoas que eram acometidas com algum tipo de transtorno mental eram consideradas inferiores e possuíam baixa qualidade vida. Motivo este que ocasionaram para as mesmas situações de discriminação e negligência. Na década de 1960, iniciou-se na Itália uma mobilização a favor de uma psiquiatria democrática. Tal movimento tinha como premissa a valorização dos direitos dos pacientes e melhores condições de saúde.

No ano de 1978 surgiu outro marco importante para a saúde mental, conhecida como Reforma Psiquiatra, que tinha como objetivo humanização do atendimento na saúde mental. A partir desses avanços foi possível construir um novo sistema de práticas em saúde, dentre eles pode-se citar o Sistema Único em Saúde (SUS) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Além dos avanços na saúde, foi possível desenvolver serviços de assistência social para a população, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (CORREIA; JUNIOR, 2020).

É importante ressaltar que apesar das mudanças que ocorreram ao longo dos anos em relação a maneira que compreendemos o adoecimento mental, é notório salientar a sobrecarga emocional dos cuidadores dos indivíduos diagnosticados com esquizofrenia. Uma vez que, esse transtorno é considerado severo e necessita de acompanhamento multiprofissional. Partindo dessas questões apresentadas, esse estudo explana o seguinte problema: Como os cuidadores de indivíduos diagnosticados com esquizofrenia são afetados em seus aspectos psicossociais?

Conforme esse questionamento, o presente trabalho busca destacar que a esquizofrenia é um transtorno mental grave e que afeta tanto a pessoa acometida, como também o seu cuidador. Isso acontece já que este último assume responsabilidades e possui funções importantes para manter o bem estar do outro. Por isso, o objetivo geral desse estudo é compreender os aspectos psicossociais do familiar/cuidador de indivíduos diagnosticados com esquizofrenia. Em relação aos específicos, escolheu-se discutir a importância da atividade desempenhada pelo cuidador, realizar uma análise baseada na literatura selecionada e os desafios enfrentados pelo cuidador no cotidiano, bem como discorrer sobre as contribuições da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) para os cuidadores de indivíduos com diagnóstico de

esquizofrenia. Por fim, será objeto demonstrar como cuidadores de esquizofrênicos são afetados em seus aspectos psicossociais.

MARCO TEÓRICO

A esquizofrenia é considerada um transtorno severo, uma vez que o indivíduo pode sofrer mudanças nas funções cognitivas, como por exemplo: déficits de atenção, de memória e dificuldade na aprendizagem. Esse transtorno pode afetar homens e mulheres e pode desencadear a partir de um surto psicótico. As suas manifestações são divididas em sintomas positivos, que estão relacionadas aos delírios e a comportamentos impulsivos. Já os sintomas negativos dizem respeito ao sentimento de desinteresse para realizar as tarefas do cotidiano, tristeza profunda e indisposição (GIRALDI; CAMPOLIM, 2014).

Com base nisso, pode-se ressaltar que a esquizofrenia afeta os aspectos cognitivos e comportamentais dos indivíduos, provocando nos mesmos sentimentos de fragilidade. Devido ser um transtorno persistente, os indivíduos diagnosticados com esquizofrenia necessitam fazer usos de medicamentos antipsicóticos. Este fator os deixa mais dependentes e ocasiona para os cuidadores sobrecarga, pois são eles que dedicam maior parte do seu tempo para auxiliar os pacientes.

De acordo com Nascimento *et al*. (2017), conviver com uma pessoa que foi diagnosticada com esquizofrenia requer que o cuidador tenha suas habilidades socioemocionais desenvolvidas. Visto que, não é uma tarefa fácil administrar várias funções ao mesmo tempo. Caso o cuidador não tenha inteligência emocional para distinguir suas demandas e a do outro, o mesmo pode acabar acarretando conflitos psicoemocionais.

METODOLOGIA

O presente estudo teve como método uma pesquisa exploratória com caráter qualitativo. O procedimento técnico aplicado foi uma pesquisa de campo, que tem como objetivo analisar uma realidade específica (GIL, 2017)**.** A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Palhano-CE, no CAPS Marden Pedro da Silva. A mesma realizou-se no período de 15 a 16 março de 2022 e participaram cinco cuidadores de indivíduos diagnosticados com esquizofrenia.

Os critérios de inclusão para a escolha dos participantes foram: (a) ter um membro diagnosticado com esquizofrenia; (b) ter auxiliado o paciente no seu período de adoecimento; (c) o cuidador deve ou não residir no mesmo domicílio. Os critérios de exclusão foram: (a) o cuidador ter deixado de auxiliar o paciente no seu processo de tratamento e; (b) não ter cuidado do mesmo no período inferior a três (03) meses.

As entrevistas aconteceram de maneira individual e foram gravadas em (áudio), mediante a autorização dos participantes. Para esse trabalho utilizou-se uma entrevista semiestruturada, constituída por cinco perguntas diretivas. As análises dos dados aconteceram no período de 24 a 26 de março e para a compreensão dos dados aplicamos à metodologia da análise de conteúdo. Em relação a preservar o anonimato das pessoas, os mesmos foram nomeados pela palavra “Entrevistado” e enumerados de acordo com a ordem das entrevistas, como por exemplo: Entrevistado: 01. Ademais, foram utilizados artigos da PePSIC e SciELO, publicados nos últimos 18 anos (2004 a 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas entrevistas realizadas pode-se compreender que a jornada exaustiva dos cuidadores em certos momentos os deixa com algumas sequelas na saúde, visto que a maioria deles não tem tempo para cuidar de si mesmo. Dentre essas consequências pode-se citar: ansiedade, medo, problemas cardíacos e isolamento social. Tais experiências foram relatas pela participante desse estudo:

> Entrevistado 02: "(...) Eu fiquei com um problema de pressão alta, também fiquei muito nervosa e ansiosa. Eu me sinto muito estressada de tanto cuidar dele, as vezes sinto que preciso tomar remédio controlado. Não vou mais ao médico, só procuro mais para ele. Eu nem cuido de mim, eu vivo mais em função dele. O meu tempo é pouco só dar para ele mesmo" (sic).

Assim, pode-se analisar que o trabalho desempenhado pelo familiar/cuidador gera algumas situações de sobrecarga e desgaste emocional. Dado que, ainda não tem serviços de saúde suficientes em prol do cuidador. Outro assunto que se apresentou nas entrevistas foi a falta de esclarecimento sobre o transtorno, pois alguns dos cuidadores não sabem lidar em certos momentos de crises.

Posto isso, o presente trabalho mostra a importância de os equipamentos de saúde garantir ações voltadas para o bem estar dos cuidadores, já que são eles que auxiliam no processo de tratamento da doença. De acordo Zanardo, Bianchessi e Rocha (2018), a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem uma importante contribuição para o crescimento de uma atenção voltada para os indivíduos que precisam de apoio na saúde mental. Um dos equipamentos que fazem parte da RAPS e auxilia em uma melhor perspectiva de vida para as pessoas em constante sofrimento psíquico, é o Centro de Atenção de Psicossocial (CAPS). Entretanto, apesar dos avanços na saúde mental, ainda se encontram lacunas na gestão dos recursos financeiros do SUS e do CAPS.

CONCLUSÃO

O presente estudo propiciou compreender como cuidadores de indivíduos diagnosticados com esquizofrenia enfrentam os desafios que surgem ao longo do tempo. Ademais, foi possível analisar como os cuidadores são afetados nos aspectos psicossociais. Diante dos resultados obtidos, percebeu-se que é necessário dedicar atenção e orientação aos cuidadores. Com base nisso, conclui-se que ainda falta investimento no setor da saúde mental, em razão de fortalecer estratégias que sirvam de suporte para as pessoas que necessita de amparo.

REFERÊNCIAS

CORREIA, Ludmila Cerqueira; JUNIOR, José Geraldo de Sousa. O Movimento Antimanicomial como sujeito coletivo de direito. **Revista direito e praxis**, v. 11, n. 3, p. 1624-1653, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/QVyGbx9Q7K8vwD6HtyWcNSv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 06 mar. 2022, 10:00.

GIRALDI, A.; CAMPOLIM, S. **Novas abordagens para esquizofrenia**. Cienc. Cult. [online]. São Paulo, vol.66, n.2, p.6-8, jun. 2014. Disponível em:http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n2/v66n2a03.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 192 p.

NASCIMENTO, Maria Luana Alves do *et al*. Vivências de cuidadores de portadores de esquizofrenia. **Revista Saúde Pública**, Santa Catarina- Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 22-37, ago. 2017. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/11/1128723/vivencias-de-cuidadores-de-portadores-de-esquizofrenia.pdf. Acesso em: 17 maio 2022, 18:00.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho; BIANCHESSI, Desirée Luzardo Cardozo; ROCHA, Kátia Bones. Dispositivos e conexões da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de Porto Alegre- RS. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 3, p. 80-101, dez. 2018. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2236640720180003000006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2022, 19:00.

A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA SISTEMÁTICA

Maria Geyse Silva Costa[1] (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: maria.geyse@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa trata da temática da saúde mental dos profissionais da saúde durante a pandemia, tendo em vista a situação atual mundial, sinalizada por sérias crises na saúde pública com a pandemia provocada pela COVID-19. O objetivo deste artigo foi mostrar o impacto da pandemia na saúde mental dos profissionais da saúde, respondendo a seguinte pergunta: como a pandemia afetou a saúde mental dos profissionais da saúde? Por meio da revisão sistemática de literatura que se propõe a responder uma pergunta específica de forma objetiva e imparcial. Nas pesquisas, percebeu-se que no período pandêmico (2020 e 2021) os profissionais de saúde que trabalharam na linha de frente assistencial ao combate do coronavírus, foram afetados de modo negativo de várias formas em sua saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Profissionais de Saúde; Pandemia; Ansiedade.

INTRODUÇÃO

A raça humana tem vivenciado uma crise séria, com consequências mais sérias ainda, com impactos econômicos, sociais, políticos e, na saúde da população. A população humana foi surpreendida com um inimigo invisível que repentinamente obrigou a ficar dentro das suas casas fazendo-os experimentar uma experiência sem antecedentes, melhor dizendo, isolamento social, cujo objetivo principal é as estratégias de proteção e sobrevivência. Este isolamento trouxe sérios impactos que ainda precisam ser interpretados e estudados segundo o contexto social o qual os seres humanos nesse período estão vivenciando. No contexto de pandemia merecia uma maior atenção ao trabalhador de saúde, principalmente aos aspectos que envolve a sua saúde mental, pois há relato de aumento dos sintomas de ansiedade, depressão, perda da qualidade do sono, aumento do uso de drogas, sintomas psicossomáticos e medo de se infectar ou transmitir a infecção aos membros da família foi um relato frequente. Em consequência do avançamento da pandemia, ocorreu uma sobrecarga nos serviços de saúde em detrimento de casos suspeitos e confirmados da Covid-19 e, afetou a coletividade, até os profissionais de saúde, que sentiram todos os dias o desgaste emocional por terem de lidar com fatores estressores no ambiente de trabalho (SILVA, et al., 2020).

MARCO TEÓRICO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou a eclosão de uma nova doença causada pelo coronavírus – (2019-nCov), a COVID-19, que segundo a OMS (2020) é uma crise emergencial mundial, vista como um problema de saúde pública internacional. A pandemia da COVID-19, gerou incertezas, medo, insegurança, em todos os aspectos da vida, pressões e cobranças que dominam a vida das pessoas. De acordo com Faro et al., (2020) na saúde mental, as sequelas deixadas pela pandemia foram superiores ao número de mortes. A influência do contexto pandêmico no desenvolvimento e agravo de transtornos psicológicos, em especial, os transtornos ansiosos são inegáveis. No decorrer do surto de COVID-19, foi percebido um pânico generalizado e estresse na saúde mental na sociedade sendo de modo mais evidente nos profissionais de saúde que estavam na linha de frente no enfrentamento a COVID-19 (LIPP; LIPP, 2020). Esse fato era evidenciado em médicos e enfermeiros que

vivenciavam situações de ansiedade e estresse diariamente, reforçando ainda mais a necessidade de cuidados. A pandemia também é geradora de uma crise socioeconômica (BENTIVI; CARNEIRO PEIXOTO, 2020).

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa virtual nas plataformas *Medical Literature Analysis and Retrieval Sistem on-line* (Medline), *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS),documentos e revistas comprometidas com a promoção de saúde, foram encontrados 60 artigos na plataforma Scielo 40 sendo selecionados dentro desse resultado 20 artigos da Scielo e 15 da Pepsic, 10 Lilacs, 10 BVS, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Por meio da revisão sistemática de literatura que se propôs a responder uma pergunta específica de forma objetiva e imparcial. O desenvolvimento da revisão sistemática deu-se por meio de etapas distintas. Inicialmente, foi feita a identificação do tema, objetivos e investigação para a elaboração do estudo. Depois caracterizou-se os critérios de inclusão e exclusão para desenvolvimento da pesquisa, tal como a conceituação do conhecimento a ser retirado dos estudos escolhidos e classificação dos mesmos. Posteriormente, foi realizada a avaliação das pesquisas adicionadas na revisão sistemática, e também a interpretação dos resultados

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Percebeu-se que no período pandêmico (2020 e 2021) os profissionais de saúde que trabalharam na linha de frente assistencial ao combate do coronavírus, foram afetados de modo negativo de várias formas em sua saúde mental. Estudos revelaram o aumento da ocorrência de ansiedade, depressão, estresse e pânico nos profissionais da saúde. Serafim et. al., (2020) deixam bem explícito que o cuidado em saúde mental e o bem-estar psicossocial assim como programas que consideram possível traumatização indireta são necessários para mitigar seu impacto na saúde mental, como para responder ao aumento da procura de cuidados durante este surto. Considera-se que os desafios relacionados à Saúde Mental persistem e requerem, das autoridades sanitárias no Brasil, a devida importância. A pesquisa mostrou que houve um maior prevalecimento de ansiedade e esgotamento físico em profissionais que estavam na linha de frente durante a pandemia. Serafim et al., (2020) indica de que forma as pandemias influenciam a saúde física e comprometem a integridade psicossocial, resultando em altos níveis de sofrimento para a sociedade. A COVID-19 trouxe sérias ameaças à saúde e à vida das pessoas, também desencadeou uma grande variedade de problemas psicológicos e transtornos mentais, dentre eles, transtorno do pânico, de ansiedade e depressão. Esse fato era evidenciado em médicos e enfermeiros que vivenciavam situações de ansiedade e estresse diariamente, reforçando ainda mais a necessidade de cuidados. A pandemia também é geradora de uma crise socioeconômica (BENTIVI; CARNEIRO PEIXOTO, 2020). Durante a pandemia de COVID-19, os profissionais de saúde ficaram muito expostos à contaminação pelo vírus, além de sofrerem os impactos psicossociais consequentes dessa situação. Estes de um modo geral, ficaram mais sujeitos aos impactos de um cenário pandêmico, devido a excessiva demanda de trabalho, jornadas de trabalho mais longas, sofrimento psíquico, fadiga, estigmatização, violências, preocupações, estresse e outras condições que impactam a saúde mental. Contudo, esses profissionais da área de saúde são dignos de respeito e notoriedade por se lançarem apesar dos sentimentos de medo na linha de frente, dedicando-se na assistência direta às vítimas da COVID-19. Percebeu-se que há necessidade de estudos para verificar os impactos da pandemia da COVID-19 para que surjam estratégias eficazes na saúde pública e coletiva capazes de combater mais velozmente e de um modo mais assertivo. Verificou-se que estes profissionais tiveram maior prevalência de

ansiedade, depressão e estresse, uma vez que estavam mais expostos, e preocupados com a pandemia, logo sofreram uma impactação psicológica e a níveis elevadíssimos de ansiedade e depressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTIVI, D. R. C.; CARNEIRO, L. L.; PEIXOTO, A. L. A. **Trabalhadores em Arranjos Alternativos de Trabalho diante da COVID-19.** In: MORAES, M. M. O trabalho e as medidas de contenção da COVID-19: contribuições da Psicologia Organizacional e do Trabalho: os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho. Volume 2. Porto Alegre: Artmed, 2020. p.15-22.

FARO, A., et. al.**COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado.** Estudos de Psicologia Campinas, 2020.

LIPP, M.E.N; LIPP, L.M.N. **Stress e transtornos mentais durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.** Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, Brasil - V. 40, nº99, p. 180 – 191, 2020,

SERAFIM, A.P, et al. ***The impact of COVID-19 on Brazilian mental health through vicarious traumatization*** . Braz J Psychiatry. 2020.

SILVA, DPRO, et. al. **Prevalência de ansiedade em profissionais da saúde em tempos de COVID-19: revisão sistemática com metanálise**. Ciência & Saúde Coletiva, 26(2):693-710, 2021.

ISOLAMENTO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA PARA O AUMENTO NOS NÚMEROS DE CASOS DE ANSIEDADE

Felipe Sousa Lima[1] (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: felipe.sousa@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A COVID-19 trouxe diversos impactos significativos para a vida das pessoas, que vão além dos problemas de saúde causados pela doença em si. Como medida preventiva, diversos países adotaram o isolamento social como uma das formas de evitar a disseminação do vírus entre as pessoas, porém com o isolamento foram surgindo outras problemáticas junto com a pandemia, relacionadas à saúde mental das pessoas, entre elas o crescimento nos casos de ansiedade. O objetivo geral do trabalho foi analisar a relação entre o isolamento social com o aumento no número de casos de ansiedade. Se trata de uma revisão bibliográfica narrativa na qual se utilizou de estudos presentes no banco de dados do Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (Scielo), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), além de portais da saúde. Foram incluídos artigos que apresentavam expressões ao se pesquisar as palavras chaves ou o título do trabalho. Foram excluídos os artigos que não continham informações necessárias para o enriquecimento do estudo, não apresentando o critério de inclusão utilizado no trabalho. Com os estudos foi possível observar que houve uma crescente nos casos de ansiedade, a partir do momento em que se começaram as quarentenas, trazendo grandes prejuízos para a saúde mental de diversas pessoas, além de observar os fatores gerados no isolamento que ocasionaram esse crescimento nos casos de ansiedade. O estudo também mostrou que durante o período da pandemia, mesmo com o aumento nos casos de ansiedade, não houve crescimento nos recursos investidos para melhorias na área voltada ao cuidado com a saúde mental.

Palavras-chave: Ansiedade. Isolamento social. COVID-19. Saúde mental.

INTRODUÇÃO

A temática foi escolhida devido a importância de se buscar informações sobre quais as complicações que a pandemia vem ocasionando para a saúde mental das pessoas, relacionadas ao aumento no número de casos de ansiedade e quais medidas poderiam ser tomadas para diminuir esse aumento. A problemática envolvida no caso proporcionou que fossem realizadas pesquisas para que se pudesse entender quais os aspectos que foram motivadores para que houvesse um aumento nos números de casos de ansiedade e como os órgãos responsáveis estavam lidando com essa situação. Para se entender os motivos desse aumento nos números de casos de ansiedade durante a pandemia foram realizados estudos que comprovem essa associação, se utilizando de fatores comportamentais, neurais e hormonais que sofreram influência durante esse período. O objetivo geral da revisão foi compreender como o isolamento social estaria relacionado com o aumento nos números de casos de ansiedade.

MARCO TEÓRICO

A COVID-19 é uma doença causada por uma infecção respiratória que é provocada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2). Foi identificada pela

primeira vez em dezembro de 2019, logo após um surto de pneumonia entre as pessoas do mercado de frutos do mar de na cidade de Wuhan, na China (RODRIGUES, 2020, apud PEREIRA et al., 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020 a COVID-19 como uma pandemia (SCHMIDT et al., 2020, apud PEREIRA et al., 2020). O que gerou uma onda de medos e receios entre as pessoas, por conta de todo o impacto que a pandemia iria trazer para a vida de todos. Já foram mais de 180 países que registraram a doença no mundo, com o avanço alarmante da doença, as autoridades responsáveis buscaram diversas alternativas que buscassem diminuir a progressão da doença. A COVID-19 é transmitida de pessoa para pessoa, por gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, acompanhada por contato pela boca, nariz ou olhos, ou até mesmo, por meio de objetos e superfícies contaminadas (PEREIRA et al, 2020). De acordo com o DSM-5 ansiedade como patologia é um transtorno mental, ou seja, uma doença. A ansiedade está relacionada ao medo elevado, perturbações comportamentais. O medo na qual a pessoa sente, pode estar relacionado a diversos como fatores, como a uma experiência traumática na qual a pessoa venha a ter vivenciado ou tenha sido mencionada a ele, podendo ser esse medo real ou irreal (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, apud ROLIM, 2020). São várias as maneiras na qual a ansiedade pode aparecer, vindo a depender da situação na qual a pessoa foi exposta, como: fatores ambientais, predisposição genética e histórico familiar (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, apud ROLIM, 2020). Segundo artigo publicado na OMS no dia 02 de Março de 2022, houve um aumento de 25% na prevalência global de ansiedade e depressão durante o primeiro ano de pandemia. O que levou a 90% dos países que fizeram parte da pesquisa a incluir nas medidas de proteção contra a COVID-19, investimentos na saúde mental e no apoio psicossocial. (OMS, 2022 apud OPAS, 2022). A saúde mental é diretamente afetada pelo isolamento social devido a algumas consequências ocasionadas por essa medida, uma dessas consequências é afetar diretamente a vida social das pessoas. As interações sociais são reguladas pelos mecanismos comportamentais, hormonais e neurais, diante disso o isolamento social pode afetar diretamente esses fatores. As modificações da rotina, o medo, a tristeza e fatores secundários como problemas econômicos e o medo de contrair o vírus, estão ligados ao aumento do número de pessoas com transtornos ansiosos (CUNHA, 2021).

METODOLOGIA

O estudo se trata de uma revisão narrativa que buscou através da literatura informações referentes a temática, dentro do material bibliográfico disponível, principalmente dos últimos 2 (dois) anos, devido ser ainda um tema recente. Para análise do tema foram utilizados estudos armazenados no banco de dados do Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e o portal da saúde (coronavírus Brasil), se utilizando dos descritores: ansiedade, isolamento social, COVID-19 e saúde mental. Foram usados como critérios de inclusão artigos que apresentavam expressões ao se pesquisar as palavras chaves ou o título do trabalho, além de trabalhos que apresentavam informações relacionadas ao aumento no número de casos de ansiedade na pandemia, bem como as motivações desse aumento. Foram excluídos os artigos que não continham informações necessárias para o enriquecimento do estudo, não apresentando o critério de inclusão utilizado no trabalho. Foram escolhidas 16 (dezesseis) referências para fomentar o estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com a OMS (2020), o Brasil é o país com a maior taxa de pessoas com transtorno de ansiedade no mundo, onde sua prevalência é de cerca de 10 a 20% em sua população total, associados principalmente ao medo, mal-estar, inquietação, palpitações e fadiga (SILVA, 2020, apud PEREIRA, 2021). Durante o período da pandemia, houve um aumento significativo na quantidade de pessoas que se queixavam de crises de ansiedade. Alguns artigos selecionados durante a pesquisa foram importantes para fundamentar essa questão, como uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), durante os meses de maio, junho e julho de 2020, que mostrou que durante o período da pandemia, 80% da população brasileira estava com ansiedade (GOULART, 2021). A partir dos estudos realizados por meio dos trabalhos pesquisados, pode-se verificar que diante dos dados apresentados, existe uma ligação entre o aumento nos casos de ansiedade e o isolamento social realizado para diminuir a disseminação do vírus.Vale ressaltar que a pesquisa não teve como objetivo ser contrário ao isolamento social como medida protetiva diante da COVID-19, mas sim alertar sobre as outras problemáticas que são geradas a partir dessa medida, que no caso específico foi a ansiedade. A partir de uma visão mais ampla, pode-se buscar possíveis soluções para esse problema que ficou em evidência durante o período de pandemia, buscando amenizar as consequências que essa demanda pode trazer na vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

CUNHA, E. X. C. *et al*. ***Isolamento social e ansiedade durante a pandemia da COVID-19: uma análise psicossocial.*** Revista Brasileira de Saúde. Vol. 4. Curitiba. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/28615/22602>. Acesso em: 21 de Jan. de 2021.

GOULARTE, J. F, *et al*. ***COVID-19 e saúde mental no Brasil: sintomas psiquiátricos na população em geral.*** Journal of Psychiatric Research. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33038563/> acesso em: 17 de Out. de 2021.

OPAS. ***Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo.*** paho.org**,** 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em: 11 de Abr. de 2022.

PEREIRA, M.D, *et al.* ***A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa.*** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , *[S. l.]* , v. 9, n. 7, pág. e652974548, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4548. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4548. Acesso em: 12 maio. 2022.

ROLIM, J. A. ***Manejo da Ansiedade no Enfrentamento da Covid-19*** Rev Enfermagem e Saúde Coletiva, Faculdade São Paulo – FSP, p. 64-74, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Josiane-Rolim/publication/343678426_Manejo_da_Ansiedade_no_Enfrentamento_da_Covid-19_Managing_Anxiety_in_Coping_with_Covid-19/links/5f3827be299bf13404c8490a/Manejo-da-Ansiedade-no-Enfrentamento-da-Covid-19-Managing-Anxiety-in-Coping-with-Covid-19.pdf> Acesso em: 19 de Jan. de 2022.

INSERÇÃO DE PSICÓLOGOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM FAZER NECESSÁRIO

Luana Fernandes de Mesquita[1] (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, email: luana.mesquita@fvj.br), Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

O Sistema Único de Saúde é movido pelos preceitos de universalidade, integralidade e equidade, compreendendo três domínios de atenção. A atividade psicológica no âmbito da Atenção Primária à Saúde sucedeu mediante transposição do modelo biomédico de atuação convencional. Neste setor, o psicólogo realiza múltiplas ações focando na prevenção, tratamento e promoção da saúde. Contudo, a prática profissional possui limitações e desafios a serem enfrentados. O objetivo geral foi compreender a inserção do Psicólogo nos setores de Atenção Básica de Saúde, os desafios encontrados e a prática clínica. Tratou-se de um estudo narrativo com desenho qualitativo com estudos indexados na Scielo, Lilacs e PePSIC. Incluíram-se estudos qualitativos, revisão sistemática, relato de caso, estudo bibliográfico. Eliminaram-se teses, dissertações, fichamentos, estudos duplicados. Foram encontrados 667 referências, mas somente 15 foram elegíveis. Os estudos mostraram que o psicólogo é um sujeito essencial na atenção básica de saúde, solidificando a prática da psicologia no SUS como um indicativo de que aspectos subjetivos, psíquicos, sociais, culturais, políticos e históricos necessitam ser investigados como determinantes de saúde. O psicólogo promove atividades coletivas e individuais focadas na integralidade do paciente, desmitificando tabus, orientando sobre diversas áreas do saber, bem como empreende ações intersetoriais, melhorando, portanto, a qualidade de vida dos usuários. Os principais obstáculos vivenciados foram instáveis condições institucionais, a deficiência no estabelecimento de vínculos interdisciplinares, a baixa formação acadêmica no setor básico, a debilidade das condições trabalhistas e a presença ainda de um atendimento hegemônico atrelado ao modelo biomédico.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Psicólogo; Sistema Único de Saúde; Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

O assunto escolhido se justificou pela necessidade de identificar as ações empreendidas pelo Psicólogo na esfera de Atenção Primária à Saúde, sua relevância econômica, social e clínica, como também especificar os desafios encontrados pelos profissionais de Psicologia para a concepção de uma consulta eficiente e que considere os aspectos biopsicossociais dos pacientes e seus familiares. A problemática estabelecida nesta levou conhecimento a diversas áreas do saber e usuários dos setores de saúde sobre a necessidade de inserir os Psicólogos no setor primário de saúde, como a Estratégia Saúde da Família – ESF –, bem como elencar os principais obstáculos vivenciados por essa classe e, deste modo, estruturar mecanismos que possibilitem a maximização da prática psicológica qualificada nos setores básicos de saúde. Tornou-se meritória a elaboração de estudos que discutiram sobre as vantagens terapêuticas da Psicologia como ciência que analisa a subjetividade humana, promove qualidade de vida a pacientes com condições patológicas mentais e que possui um caráter preventivo na minimização de sequelas e danos emocionais. Ademais, pesquisas científicas bem construídas contribuirão para a compreensão da conduta psicoterapêutica dentro do nível primário de

saúde e os percalços experimentados no dia-a-dia pelas. O objetivo geral da revisão foi compreender a inserção do Psicólogo nos setores de Atenção Básica de Saúde, os desafios encontrados e a prática clínica.

MARCO TEÓRICO

Atenção Primária à Saúde (APS) corresponde aos cuidados essenciais à saúde, fazendo uso de tecnologias acessíveis e que leve os serviços de saúde o mais próximo à vida e trabalho das pessoas, sendo considerado o primeiro nível de contato com o sistema de saúde (FACCHINI; TOMASI; DILÉLIO, 2018). Na Atenção Primária, a principal finalidade do espaço estratégico da saúde mental nos NASF é desenvolver e qualificar o cuidado aos sujeitos com desordens mentais considerando o território, refletindo, por sua vez, uma modificação no modelo de atenção à saúde. O cuidado deve ser proporcionado na contextura familiar, social e cultural do indivíduo, de modo que os conhecimentos e práticas se associem à constituição de um processo de valorização da individualidade humana (WENCESLAU; ORTEGA, 2015). Neste aspecto, a maneira de atuação do psicólogo no contexto básico da atenção é notada por Tesser (2017) como impotente, do ângulo de um trabalho continuado, atendendo o alto número de setores de Saúde da Família (SF) a serem atendidos pelo psicólogo da equipe NASF, o que acaba por transformá-lo num especialista de referência. Nessa circunstância, o psicólogo se afasta constantemente da probabilidade de inclusão ativa nas equipes mínimas de saúde. Entretanto, os percalços atribuídos à atuação do psicólogo na esfera de saúde pública são distribuídos entre coordenação do sistema de saúde, aspectos político-ideológicos existentes e a deficiente formação universitária para atividade com as políticas públicas de saúde (KLEIN; D'OLIVEIRA, 2017).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão narrativa que investigou profundamente a literatura sobre a temática exposta por meio de um levantamento bibliográfico dos últimos 10 (dez) anos. As bases de dados foram: Scielo, Lilacs via BVS e PePSIC, utilizando os descritores: Atenção Primária à Saúde, Psicólogo, Sistema Único de Saúde e Assistência à Saúde Mental, com o uso do booleano AND. Dentre os critérios de inclusão, destacou-se: expressões usadas nas buscas do título e palavras-chave e textos relacionados à psicologia, atenção primária e desafios na prática profissional. Eliminaram-se teses, cartas ao editor, monografias, estudos duplicados, entre outros. O caráter de análise e seleção dos estudos se deu através da leitura do título e resumo. Identificaram-se no total 677 artigos, contudo, após filtros específicos, restaram 15 estudos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os estudos (n = 15) abordaram: Psicologia: ESF e caminhos percorridos; Ações e reflexões da Psicologia na Atenção Básica; Processo grupal e atuação do Psicólogo na APS; O Psicólogo como apoiador matricial; Psicologia na APS: violência conjugal e saúde mental; Psicólogo no NASF: potencialidades e desafios encontrados; Percepções da equipe multiprofissional sobre o trabalho do Psicólogo na UBS; Psicólogo atuante na clínica e territorialização; Psicólogo e Organização do trabalho no NASF. Elaboraram-se duas categorias temáticas com o objetivo de discorrer os pontos importantes sobre a temática, estabelecer relações entre os autores, como também elucidar as práticas do psicólogo na atenção básica de saúde e os obstáculos experimentados na vivência diária. Segue a titulação das categorias: 1 – Prática Profissional do Psicólogo na Atenção Primária à Saúde: diagnóstico institucional, orientações diversas,

estratégias facilitadoras, cooperador matricial, O cuidado psicológico à mulher vítima de violência conjugal / consultas de demanda livre, direcionamentos de autocuidado, retornos de atendimentos e encaminhamentos, configuração interdisciplinar. 2 – Desafios Vivenciados na Prática do Psicólogo na Atenção Primária à Saúde: necessidade de aperfeiçoar o relacionamento entre a Psicologia e as políticas públicas, abandono ao serviço e atrasos, relações verticalizadas e a centralidade no modelo biomédico, baixa formação acadêmica para ação com as políticas públicas de saúde, deficiência na coordenação da rede de atenção à saúde, escassez de recursos institucionais, a precariedade do ambiente de trabalho, desconhecimento inicial acerca do fazer. Deste modo, constatou-se que o psicólogo apresenta-se como um sujeito essencial na atenção básica de saúde embora os desafios sejam múltiplos. Contudo, na APS, o psicólogo promove atividades coletivas e individuais focadas na integralidade do paciente, desmitificando tabus, orientando sobre diversas áreas do saber, bem como empreende ações intersetoriais, melhorando, portanto, a qualidade de vida dos usuários.

REFERÊNCIAS

FACCHINI, Luiz Augusto; TOMASI, Elaine; DILÉLIO, Aliteia Santiago. Qualidade da atenção primária à saúde no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. **Saúde e Debate**. Rio de Janeiro/RJ, v. 42, n. 1, p. 208 – 223, set/2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/TmzJ4T4MkCxFxbxpxTFXJsd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 Out. 2021 às 20h50.

KLEIN, Ana Paula; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. O "cabo de força" da assistência: concepção e prática de psicólogos sobre o Apoio Matricial no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. **Cadernos de Saúde Pública**. São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1 – 10, 2017. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csp/2017.v33n1/e00158815/pt. Acesso em: 10 Out. 2021 às 21h41.

TESSER, Charles Dalcanale. Núcleos de Apoio à Saúde da Família, seus potenciais e entraves: uma intepretação a partir da atenção primária à saúde. **Interface**. Botucatu/SP, v. 21, n. 62, p. 565 – 578, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/zBhWdfDtYq67F3874K6KY8F/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 Out. 2021 às 20h41.

WENCESLAU, Leandro David; ORTEGA, Francisco. Saúde mental na atenção primária e saúde mental global: perspectivas internacionais e cenário brasileiro. **Interface**. Botucatu/SP, v. 19, n. 55, p. 1121 – 1132, 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/icse/2015.v19n55/1121-1132/. Acesso em: 10 Out. 2021 às 21h23.

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DA MULHER SOLTEIRA E DE SEU PODER DE ESCOLHA DIANTE DA SOCIEDADE

Maria Natália Alves Queiroz[1] (Aluna do Curso de Bacharelado em Psicologia Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: natalia.queiroz@fvj.br.), Mayra Serley Barreto de Oliveira[2] (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@fvj.br.).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo sobre o papel da mulher solteira na contemporaneidade, pois ela é conhecida pelos canais de comunicação como a "mulher moderna" que conquistou a sua liberdade de expressão, a independência financeira e, de modo geral, a sua autonomia. O presente estudo é uma revisão integrativa. A escolha das hipóteses foi separada por três tópicos, sendo a mudança do papel social da mulher ao longo dos séculos; a mulher e os relacionamentos amorosos ao longo dos séculos; e a mulher solteira contemporânea. O processo de transformação do papel da mulher vem sendo modificado durante os séculos. No século XIX, a mulher aceitou o papel de boa mãe, dedicada em tempo integral, responsável pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família. Nos meados do século XX, as mudanças sobre as funções das mulheres diante da sociedade ganha novas conquistas, pois nesse período elas obtêm uma autonomia sobre suas vidas. No século XXI, elas têm liberdade de escolher em ficar solteira ou de se casar, ainda um crescimento satisfatório no mercado de trabalho, nas universidades e academias. Em vista dos argumentos apresentados, o casamento para o mundo feminino, passou de uma obrigação há um direito de escolha, hoje é visto como um "complemento" para a sua felicidade. Conclui que, em vista dos argumentos apresentados, o casamento para o mundo feminino, passou de uma obrigação há um direito de escolha, o que antes era idealizado na sua infância, hoje é visto como um "complemento" para a sua felicidade.

Palavras-chave: Psicologia; Mulher solteira; Representação social; Sociedade.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido surgiu com a finalidade de fazer uma análise das relações afetivas da mulher contemporânea, de sua evolução de empoderamento, de se sentir bem consigo mesma sem se preocupar muito em ter um parceiro. O artigo tem o intuito de aproximar-se de pontos como mulheres solteiras do século XXI, de que modo às redes sociais impactam na vida das solteiras, das facilidades e dificuldades de se relacionar e o papel da mulher nos contextos afetivos. A visão da sociedade no século XIX enxergava uma mulher dedicada para servir seu marido e seus filhos, já no século XX essa mudança vinha acontecendo, pois a mulher começou a ganhar direitos, como voto, divórcio, escolhas de maternidade e sua independência financeira, consequentemente com os vestígios dos séculos anterior onde o ser solteira era vista com maus olhos. Com esse avanço as mulheres foram cada vez mais ocupando espaços e conseguindo crescer em diversos meios de trabalho, estudos e relações sociais e afetivas. Na atualidade a mulher contemporânea progrediu muito, diante de todo o seu caminhar até o século XXI, mas isso não tira o fato que ainda se tem muito a conquistar.

MARCO TÉORICO

A mulher solteira do século XIX, segundo Maia (2007), não tinha voz ativa sobre sua própria vida e seu corpo. Sua dessemelhança em relação às mulheres casadas era sua liberdade de poder ter a possibilidade de executar uma profissão dentro dos padrões esperados, crescer como um ser único, não absolutamente ligado aos papéis de mãe e esposa. Os relacionamentos amorosos no final do século XX para o começo do século XXI ganham formas diferentes, o casamento já não é visto como uma obrigação ou condição social para as

mulheres. Del Priore (2012) descreveu que, de meados do século passado até o início deste século, houve um aumento da liberdade feminina para iniciar um relacionamento, bem como para eleger quais critérios elas consideram relevantes para a decisão de manter ou encerrar a mesma relação. O poder que a mulher tem hoje de escolher estar "só" ou não, vem pelo fato que elas estão bem sucedidas, inteligentes, estudadas, viajadas, corpo malhado, liberdade de fazer extremante tudo, entre outras, isso acaba influenciando buscar parceiro a sua altura com mesmos objetivos que o seu (GONÇALVES, 2018).

METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão integrativa, que permite a interação do conhecimento de um tema pré-estabelecido, desenvolvendo novos estudos que possibilitem achados e novas informações, permitindo preencher espaços, capazes de apresentar suporte para a tomada de decisões de forma crítica, implementando evidências e avaliando os resultados obtidos (SOARES et al., 2014). A seleção dos estudos decorreu no período de setembro a novembro de 2021, para embasamento da revisão integrativa, deu-se através da busca online na literatura utilizando as bases de dados, Revista Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e National Library of Medicine (PubMed), empregando os descritores: Psicologia, Mulher solteira, Representação social, e Sociedade.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O processo de transformação do papel da mulher vem sendo modificado durante os séculos, a pluralidade de funções como trabalhar, estudar, ser mãe, esposa e ter uma vida social ativa com festas e amigos gera repercussões, e essas mudanças interferem nas vidas das mulheres. Segundo Orsolin (2002), foram atribuídas essas funções pelo fato da mulher ter conseguido se desprender do que era imposto a elas dentro de casa, e se notar como sujeitos que têm suas próprias escolhas e desejos. De acordo com Braga e Amazonas (2005), no século XIX, a mulher aceitou o papel de boa mãe, dedicada em tempo integral, responsável pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família. Esse comportamento era imposto a elas desde pequenas no qual se diferenciava a criação feminina e masculina, segundo Prehn (1999), enquanto as mulheres serviam biologicamente a gerar filhos e se tornar verdadeiras donas de casa os homens eram ensinados a caçar e exercer deveres de força e velocidade. Nos meados do século XX, as mudanças sobre as funções das mulheres diante da sociedade ganham novas conquistas, pois nesse período elas obtêm uma autonomia sobre suas vidas. O poder de escolha sobre gerar ou não filhos, segundo Ceccarelli (2007), ganha modificações com a chegada dos anticoncepcionais, e a família tradicional passa por algumas mudanças, que para muitos isso declarava o fim de alguns princípios e comportamentos. É necessário destacar que ao longo dos séculos as mulheres solteiras sofriam preconceito e discriminação, isso mudou bastante no século XXI, elas têm liberdade de escolher em ficar solteira ou de se casar, tiveram um crescimento satisfatório no mercado de trabalho, nas universidades e academias. Segundo Gonçalves (2007), a mulher moderna está colhendo os frutos do progresso que elas tiveram ao longo do tempo. Apesar disso, com as conquistas, evoluções e avanços o ser solteira ainda é questionado pela sociedade e também no âmbito familiar, as mulheres continuam a ser pressionadas arrumar um namorado ou se casar. Desse modo, o artigo possui uma importância para a classe feminina, pois pode ajudá-las a entenderem um pouco sobre sua história e a visão da sociedade diante da mulher solteira. O trabalho apresentado possui pesquisas básicas sobre a evolução das mulheres que hoje são mais "livres" para escolherem com quem e o que querem fazer. Sendo assim, para um estudo aprofundado sobre o tema existem alguns artigos que se encontram nas minhas referências e em plataformas digitais. Sugere-se para futuras pesquisas, que haja mais questionamentos e estudos a respeito do assunto, sobre a evolução e como as mulheres solteiras eram vistas na sociedade ao longo dos séculos, seja na sua vida profissional, nos relacionamentos e no seu

cotidiano. As limitações que apresentaram no artigo foram as dificuldades e escassez de achar pesquisas relacionadas com o tema.

REFERÊNCIAS

BERNARDI, Denise. Transformações na trajetória da mulher contemporânea. Rio de Janeiro. **FAE- Anais Simpósio de Pesquisa e Seminário de Iniciação Científica.** 2019, v.1, n°. 4, p. 70-81. Disponível: https://sppaic.fae.edu/sppaic/article/view/58/61. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

BORSA, Juliane Callegaro; FEIL, Cristiane Friedrich. O papel da mulher no contexto familiar: uma breve reflexão. Goiás. **Psicologia.com. PT- O portal dos Psicólogos**. Junho de 2008, p. 1-12. Disponível: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0419.pdf. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

GONÇALVES, Eliane. Nem só nem acompanhada: reinterpretando a "solidão" das "solteiras" na contemporaneidade. Campinas. **Horizontes Antropológicos.** Dezembro de 2009, 15 (32). Disponível: https://doi.org/10.1590/S0104-71832009000200009. Acesso em: 02 de outubro de 2021.

SANTOS, Ingrid Cristina Lúcio dos. "Antes só do que mal (ou bem) acompanhada": um estado sobre a representação social da mulher solteira no mundo feminino. Rio de Janeiro. **Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Centro de Educação e Humanidades Instituto de Psicologia.** 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Disponível: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15310. Acesso em: 12 de outubro de 2021.

SILVA, Simone Maria de Sousa. Destino social das mulheres e o lugar das mulheres solteiras. São Leopoldo. **Revista de Estudos Feministas em Tecnologia e Religião- Coisas do Gênero.** Jan/Jun. 2018, v. 4, n. 1, p. 86- 101. Disponível: http://periodicos.est.edu.br. Acesso em: 14 de outubro de 2021.

Centro de Humanidades

Direito

Serviço Social

Direito

RESUMO EXPANDIDO

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: RESSOCIALIZAÇÃO E IMPUNIDADE EM PARADIGMA

Vagner da Silva Maia (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: vagner.maia@fvj.br); Orientador: **Jackeline Ribeiro e Sousa** (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo principal de analisar a eficácia dos presídios em participação público-privado no processo de ressocialização do apenado, visto que fornece melhores condições estruturais e adequa, no processo de execução penal, o direito assistencial ao preso previsto na Lei de Execuções Penais, lei n° 7210/84. A necessidade em debater o assunto tem fundamento nas adversidades enfrentadas no sistema prisional brasileiro, com constantes afrontes ao princípio da dignidade da pessoa humana e de normas internacionais de direitos humanos, diante da ausência de garantias ao preso, obstando a sua reintegração em sociedade. Nesse sentido, expondo a necessidade de o processo de execução penal brasileiro fundamentar-se na ressocialização do preso e não em uma política criminal exclusivamente punitiva. A abordagem será fundamentada em análise de dispositivos legais e na experiência brasileira de privatização de unidades prisionais como meio de atenuar os problemas enfrentados em cárcere ensejando a correta aplicação da Lei de Execuções Penais, efetivando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Ressocialização. Sistema prisional brasileiro. Direitos Humanos. Parceria Público Privada.

INTRODUÇÃO

Primitivamente a prisão foi conhecido como um instituto puramente punitivo, entendendo a sociedade, por um longo período, que a execução penal deveria estar baseada em um castigo, não em política de melhoramento do apenado, posto que se caracterizava como antecipação de pena. A sociedade percebeu que não era maneira eficaz, principalmente após os eventos do século XVIII, marco temporal para mudanças significativas nos moldes de Estado, que levou ao reconhecimento de direitos dos presos. Ocorre que não pode ser o apenado considerado como um degredado, sendo um sujeito de direitos. O sistema prisional brasileiro enfrenta adversidades, principalmente quanto a condições estruturais e ausência da garantia de proteção e zelo pelo apenado, que acaba por provocar outras situações problema. A Lei de Execuções penais fundamenta a proteção especial devida ao apenado, consubstanciando preceitos assistenciais ao preso como meio de o reinserir em sociedade. Analisando os princípios constitucionais a luz da execução penal, a constituição da república elege o princípio da dignidade da pessoa humana como valor essencial, agindo como super princípio fundamentando o direito interno e internacional, como afirma Piovesan (2013), e o respeito a referido princípio é base do Estado Democrático de Direito, dessa maneira, não se pode olvidar em permitir que a ausência de fiscalização do Estado seja empecilho para a reintegração do apenado em sociedade, por estar frente a uma situação contra a própria Constituição. A ressocialização dos presos, por assim sendo, é ato que efetiva as disposições constitucionais em cárcere. Além disso, promove meios para que a Lei de Execuções Penais seja efetivada, profissionalizando e educando o apenado para que esteja apto para as mais variadas situações em sociedade, dando-lhe oportunidade para ingresso no mercado de trabalho e em instituições acadêmicas. A problemática em torno da estrutura das penitenciárias, além da negativa de

direitos aos presos, é evidenciada por Nilander (2011), Assis (2008), De Aquino Rodrigues e Dos Reis Fernandes (2020).

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica parte de bibliografia e pesquisas realizadas em cárcere. São os autores indicados Carvalho (2022), Nilander (2011), Assis (2008), Garutti e Oliveira (2012), Da Silva (2014), Greco (2016), Piovesan (2013), Silva (2014), Osterne e Da Silva Miranda (2014) e Santos (2014) dando base e desenvolvendo a pesquisa bibliográfica, tratando de conceitos legais e doutrinários. Ainda assim, pesquisas feitas em cárcere como a da Pastoral Carcerária (2018) e Depen (2019) são fundamentais para comprovar questões tratadas na presente pesquisa, quanto a adversidade enfrentada pelo sistema prisional brasileiro quanto ao oferecimento de garantias ao preso, destacando a eficácia das penitenciárias em regime de Parceria Público-Privada em garantir melhores estruturas e assegurar o direito assistencial ao preso, previsto na Lei de Execuções Penais.

METODOLOGIA

Na construção da pesquisa foram empregadas duas formas de pesquisa metodológica: a bibliográfico e documental. Por meio bibliográfico foi prestado a análise por meio de artigos, teses de dissertação e doutrinas. Ainda assim, como meio documental, através do estudo a priori da Constituição Federal de 1988, da Lei de Execuções Penais n° 7.210/84 ao compreender os direitos garantidos ao preso na execução penal, além, fundamentalmente, da Lei de Participação Público-Privado n° 11.079/04 para demonstrar o meio que são justificadas as parcerias privadas nos presídios.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As adversidades enfrentadas em cárcere, principalmente pelas evidências de negativa de direitos, além de casos que demonstram desrespeito a normas de direitos humanos, fundamentam o necessário diálogo sobre como o poder público administra as unidades prisionais do país. O princípio da dignidade da pessoa humana, além de tudo, é super princípio a assentar a necessidade urgente de garantir a completa integridade do preso, além de prestar-lhe ambiente favorável para sua ressocialização. Métodos empregados como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, instituto privado, que foca na integralização do apenado em sociedade por meio de atividades, como incentivo a educação, trabalho, religiosos etc., demonstram eficácia. Ainda no mesmo sentido, a experiência de privatização de unidades prisionais no país demonstra, também, resultados satisfatórios perante a correta execução dos preceitos disciplinados pela Lei de Execuções Penais n° 7210/84, permanecendo com o Estado todo o processo de execução penal, estando responsável o ente privado pela administração do cárcere e cuidado pelo preso. No entanto, o problema entorno da ausência de garantis do preso tem outro cunho, que são as ideias disseminadas em sociedade com fundamentos obscuros, ensejando a compreensão de que penas mais severas, piores condições de cárcere e negativa de direitos ao apenado, são eficientes contra o aumento da taxa de criminalidade, no tratamento do preso, tratando os direitos humanos como algo desnecessário e maléfico. Nesse sentido, urge demonstrar que a adversidade que cobre a questão na negativa assistencial ao preso, baseado na Constituição, na Lei de Execuções Penais e tratados de direitos humanos, está além da discussão legal, já que o país conta com arcabouço jurídico com a finalidade de proteção do apenado. Neste sentido, não intenta a presente pesquisa achar uma solução para o referido problema, mas dialogar e tecer considerações com o intuito de contribuir no diálogo acadêmico quanto a temas que tratem da proteção e necessidade de ressocialização do preso.

REFERÊNCIAS

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 14. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva. 2013.

MAURICIO, Célia Regina Nilander et al. **A privatização do sistema prisional**. 2011.

ASSIS, Rafael Damaceno de. **A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro**. **Revista CEJ**, p. 74-78, 2008.

De Aquino Rodrigues, Gleisson; Dos Reis Fernandes, Ivens. **Reincidência criminal no Brasil criminal recidivism In Brazil.**

GARUTTI, Selson; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. **Universidade Estadual de Maringá**, v. 7, 2012.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 10. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: JusPODIVM, 2022.

SANTOS, Jeferson Alves dos et al. **A Utilização das parcerias público-privadas na consecução de serviços carcerários: um estudo do Complexo Penitenciário PPP na cidade de Ribeirão da Neves-MG**. 2014.

GRECO, Rogério. **Sistema Prisional – Colapso atual e Soluções Alternativas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; DA SILVA MIRANDA, Fábio**. Análise dos Modelos de Gestao Adotados no Instituto Presidio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO-II) na Gestao Compartilhada e Pelo Estado do Ceara**. Revista Meta: Avaliação, v. 6, n. 16, p. 1-28, 2014.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Tortura em tempos de encarceramento em massa São Paulo**: Pastoral Carcerária/CNBB, 2018.

Departamento Penitenciário Nacional. **ESTUDO PRELIMINAR: A metodologia APAC e a criação de vagas no sistema prisional a a partir de implantação de centros de reintegração social**. Julho de 2019. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/ouvidoria/EstudoPreliminarAMetodologiaAPACeaCriacaodevagasnoSistemaPrisionalapartirdaImplantacaodeCentrosdeReintegracaoSocialSITE.pdf> Acesso em 8 de maio de 2022.

RESUMO EXPANDIDO

A Sub-Representação Feminina na politica como perpetuação do Machismo Estrutural

Thaynnan Lima do Nascimento (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: thaynnan.nascimento@fvj.br); Orientadora: **Arielle Ary Carvalho** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a representatividade feminina na esfera política brasileira nos dias atuais. As mulheres, embora amparadas pela legislação, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988, que adota em seu art. 5º, caput, o princípio da igualdade, ainda representam minoria nesse âmbito, pois enfrentam uma série de dificuldades para ocuparem um cargo político, inclusive, no próprio processo de candidatura. A pesquisa além de analisar a participação feminina na política brasileira, aborda os efeitos causados pela baixa representatividade da mulher neste meio. Expõe as consequências de se manter uma sociedade de natureza patriarcal a que se pode denominar de machismo estrutural. Indaga-se os possíveis motivos pelos quais o sexo feminino apresenta um índice de baixa representatividade na política brasileira, configurando-se a sub-representatividade. A metodologia da pesquisa assenta-se em estudo descritivo analítico, de natureza qualitativa e teórica, desenvolvida por meio de estudo bibliográfico e documental. Como resultado, infere-se que, diante da baixa representatividade da mulher na política, o Estado brasileiro com o seu dever de promover a proteção social, deve implementar medidas a fim de modificar esse cenário. A fiscalização da legislação eleitoral no tocante ao sistema de cotas, políticas públicas de incentivo à participação feminina na política, mas, sobretudo, a conscientização por parte da população acerca da importância da mulher no seio político são exemplos de medidas que podem contribuir para o alcance da igualdade na ocupação dos cargos políticos, pautados em um ideal de igualdade e de justiça social fundamentado em realizações.

Palavras-chave: Política brasileira. Mulheres. Igualdade. Sub-Representação feminina. Machismo Estrutural.

INTRODUÇÃO

A política vem sendo transformada na medida em que a sociedade evolui, de modo que, verificam-se mudanças em relação à inserção da mulher nessa esfera. Historicamente, a mulher perdurou anos submissa a figura masculina, sem gozar de direitos, sendo tratada como incapazes diante de um contexto de ignorância intelectual e política, o que ensejou o enraizamento de um machismo, que se tornou estrutural. A presente discussão torna-se imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa solidária e equilibrada, onde os direitos realmente sejam acessível a todos, pautados em um ideal de justiça social focada em realizações. Além disso, a discussão contribui para a disseminação da temática com a finalidade de promover informações a população acerca da importância da participação da mulher na política, objetivando equilibrar os índices, conforme o preceito da igualdade adotado pelo Estado Democrático de Direito. Com efeito, busca-se no trabalho apontar a realidade da mulher brasileira na política, desde a sua candidatura, a sua posse no cargo público político, bem como, de demonstrar o desenvolvimento histórico da participação feminina no âmbito político com o predomínio masculino, que se configura como uma espécie de machismo estrutural. Nesse sentido, objetiva-se a responder o seguinte questionamento: Quais os possíveis motivos relacionados ao baixo índice de mulheres na esfera política, os quais denotam a sub-representatividade feminina? Para o desenvolvimento da pesquisa, aborda-se no primeiro capítulo o contexto histórico da mulher na política brasileira, da conquista do direito de votar e

de ser votada, além de expor sobre o modo em que se deu a inserção feminina como parlamentar. Expõe-se os paradigmas da sociedade em relação ao tema, analisa-se as Constituições com o objetivo de apresentar de forma mais clara, a evolução legislativa sobre a participação feminina na política.
No segundo capítulo, avalia-se a relação mulher e política com a finalidade de demonstrar, de forma clara e concisa, o desenvolvimento feminino em relação ao tema, bem como, as dificuldades enfrentadas na luta pela igualdade política. Explana-se o conceito de machismo estrutural e a forma como ele atua no sentido de contribuir para uma massiva participação de maioria masculina no plenário.
No terceiro capítulo serão apresentadas as cotas de gênero, implementadas pelo Estado brasileiro, conceituando-as, classificando-as e demonstrando a importância de sua aplicação. Além disso, elenca-se as dificuldades encontradas pelas candidatas nas eleições partidárias, mesmo com o auxílio da política de cotas estabelecida por lei, bem como, as fraudes, o não repasse de verba e o não cumprimento do mínimo exigido por lei de participação feminina. Nesse contexto, o capítulo esclarece quais são as formas de proteção e as medidas necessárias para se combater a sub-representatividade feminina no cenário político, sob o viés da igualdade.
Por fim, apresentam-se soluções que podem ser tomadas para a resolução da problemática, no sentido de combater o machismo estrutural que se encontra imbuído na sociedade brasileira. A finalidade é buscar um ideal de justiça social focado em realizações, para que a mulher que pretenda ocupar cargo político alcance uma posição de igualdade em relação aos homens, exercendo o que ela almeja.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: AVEÇAR (2007), ALVARES (2011) e NASCIMENTO (2020) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a divergência doutrinária quanto a sub-representatividade feminina na politica, e destacando os impactos da sua ausência na politica, na sociedade

METODOLOGIA

A metodologia assenta-se em estudo descritivo-analítico, de natureza teórica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em que foram utilizados livros de autores que estudam sobre o tema, dentre eles, Álvaro Fernandes Martins. A pesquisa se deu, ainda, por meio de sites oficiais, monografias e artigos científicos que versam sobre a temática, bem como, consulta à legislação anterior e vigente no país.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa tem importância na medida em que abordou uma problemática que viola o direito fundamental de igualdade no tocante à representatividade da mulher na política brasileira. Demonstrou-se uma série de dificuldade por elas enfrentadas, desde o momento de sua candidatura, ensejando a predominância do sexo masculino nesse âmbito.
Mesmo com os avanços legislativos e os direitos conquistados pelo sexo feminino, a igualdade entre ambos é uma realidade distante, tendo em vista que ainda nos dias atuais, ainda há o cultivo da cultura machista que pode-se dizer estrutural, eis que vem se mantendo ao longo da evolução da sociedade brasileira. Os efeitos de uma sociedade machista refletem em várias áreas, sobretudo, na política brasileira, ensejando-se a sub-representatividade feminina, diante do baixo índice de mulheres na política do país. A política brasileira, conforme demonstrado no trabalho, tem uma história marcada pelo patriarcado, causando consequências negativas na vida feminina, refletindo nos dias atuais. Dessa maneira, constatou-se por meio da pesquisa que

a política brasileira, apesar de grandes e necessários avanços é uma área fortemente ocupada pelo sexo masculino.

Para que essa situação seja revertida são necessárias mudanças, sobretudo, na mentalidade na população, a fim de que ela se alimente de conhecimento e entenda que a representatividade feminina não é somente importante, mas necessária para um desenvolvimento do próprio país por meio da voz feminina. Ressalta-se que é dever do Estado promover a proteção social, que se faz por meio da implementação de políticas públicas para efetivar direitos.

As mudanças devem ser implementadas nesse sentido, por meio de destinação orçamentária e de políticas públicas com a finalidade de desmistificar a ideia de fragilidade da mulher, de que o seu lugar é no âmbito doméstico, de fiscalizar se a legislação específica relacionada ao sistema de cotas medidas está sendo cumprida, bem como, de incentivar a população a população feminina às candidaturas.

O feminismo surgiu como um viés de inclusão social. A mulher exerce um papel essencial no meio parlamentar, porém, ela se depara com fortes resistências contra sua participação na política, diante da ausência de funcionalidade de ações afirmativas com o intuito de inseri-las no meio político. Mesmo existindo o sistema de cotas, criado com o objetivo de aumentar o número de mulheres candidatas a cargos públicos políticos, fazendo com que 30% (trinta por cento) das vagas de cada partido sejam destinadas a elas, existem manobras com a finalidade de burlá-la, conforme foi exposto no trabalho.

No sentido de resolver a problemática, são necessárias, ainda, mudanças legislativas com a finalidade de prevê sanções mais gravosas aos partidos políticos, obrigando-os a lançarem candidaturas reais, impossibilitando-os a burla à legislação, pois as manobras realizadas pelos partidos para suprimirem as candidaturas femininas dificultam o alcance da representatividade feminina em um viés de igualdade.

Por fim, conclui-se que, diante da sub-representatividade feminina na política brasileira, ações são necessárias por parte do Estado na implementação de políticas públicas de educação para a população, inclusão feminina e de mudança legislativa, mas, sobretudo, a conscientização da população em geral acerca da importância da mulher na política.

A finalidade é a de que o número ainda baixo de mulheres eleitas a cargo político, venha a aumentar, pois sem medidas, a história continuará a se repetir e o machismo estrutural não cessará. Tratar a mulher de forma desigual e manter o cenário exposto neste trabalho é negar-lhe o constitucionalismo brasileiro, que adota o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da igualdade como fundamentos reitores, na busca de uma sociedade livre, justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AVEÇAR, Cintra (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução.** Editora Unesp.2007**.**

ALVARES, Maria Luzia Miranda et.al. **Mulher Política e Poder. Editora Canone.** 1ª Edição, 2011.

Nascimento, Maria márcia Siqueira. **Mulheres no poder: um estudo sobre a participação das mulheres nas secretarias dos municípios.** Sumé.2020.

RESUMO EXPANDIDO

O abandono afetivo paterno-filial e a reparação civil por parte dos pais ausentes

Nara Kamelly da Silva Ribeiro (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: nara.ribeiro@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar o abandono afetivo cometido pela figura dos pais, resultante da inobservância do princípio da dignidade da pessoa humana e da afetividade, bem como, estudar a possibilidade de aplicação do instituto da responsabilidade civil e os seus elementos caracterizadores como meio de atribuir uma sanção ao agente causador deste ato ilícito. Na busca de responder a seguinte problemática: Há amparo jurídico para a responsabilização do pai que se ausenta da vida do filho? Desse modo, serão abordados a *priori* sobre as mudanças ocorridas no instituto familiar, os fundamentos principiológicos que embasam o direito ao afeto nas relações familiares e norteiam o tema. Sendo também objeto de exame uma breve abordagem dos danos psicológicos no desenvolvimento da criança e do adolescente advindos do abandono afetivo. Averiguando como tem se dado os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito do estabelecimento de um quantum indenizatório frente aos danos perpetrados ao infante. A presente pesquisa terá o caráter exploratório, uma vez que buscará através da pesquisa bibliográfica e documental um aprofundamento no estudo da temática através de livros, artigos científicos, doutrina, jurisprudência e nas normas vigentes no país.

Palavras-chave: Abandono afetivo. Dano moral. Dever de cuidado. Família. Responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, novos arranjos familiares foram se formando a partir das evoluções sociais. Para se adaptar a essas mudanças e conferir proteção jurídica e social a essas famílias, tanto o seu conceito quanto as normas jurídicas foram se modificando e uma dessas tranformações se deu com a percepção de novos institutos familiares, construídos através de uma relação afetiva regida por meio do principio da dignidade da pessoa humana encontrado no art. 1º, III, da CRFB/88 e pelo principio da afetividade.

A partir disso, foram surgindo também novas situações que dispõem de uma importância e delicadeza em sua abordagem no ambito jurídico. Este é o caso do abandono afetivo configurado pela não prestação dos deveres de amparo, cuidado e afeto concernentes ao poder familiar gerado pelo distanciamento de um dos pais na vida de seus filhos.

A relevância desse estudo se dá em razão da situação de desamparo enfrentado pelo infante que tem seus laços afetivos com seu pai cortados pela mera escolha deste em manter a ausência, não havendo respaldo normativo, ou seja, uma lei exclusiva que trate do assunto. Sendo ainda objeto de dissensões na jurisprudência e na doutrina e por não ter uma ampla divulgação midiática, roubando muitas vezes das vítimas do abandono afetivo a compreensão de seus direitos e do apoio do Poder Judiciário. Fazendo-se pertinente o esclarecimento dos pontos que se divergem acerca da aplicação de um quantum indenizatório por abandono afetivo.

Com isso, o texto monográfico foi dividido em três capítulos de forma a facilitar a compreensão de todos os aspectos que fundamentam a temática. Então, o primeiro capitulo foi destinado a narrar sobre os principais pontos da modernidade que contribuíram para a construção familiar e seu fundamento no afeto e não mais em um modelo patriarcal através da abordagem de como era o instituto familiar no Código Civil de 1916 e o seu novo regramento definido pela

Constituição Federal de 1988. Logo em seguida, foi discorrido também sobre a base principiologica constitucional que norteia a família e a relação entre pais e filhos .
Já o segundo capítulo, foi desenvolvido almejando demonstrar uma breve análise do instituto reparatório no âmbito familiar, exibindo os pressupostos que o caracterizam e as funções que tem quando aplicado, com a finalidade de estabelecer as características primordiais para o seu reconhecimento nos casos de abandono afetivo.
Por último, o terceiro capitulo abordou sobre o conceito e as caracteristicas do abandono afetivo paterno-filial sendo estudado sobre a função que tem a responsabilidade civil nos casos em que o abandono afetivo é cometido, bem como os danos que são gerados por ele na vida do infante e que trazem impactos que refletem na vida adulta e como tem sido o posicionamento vislumbrando pela doutrina e jurisprudência sobre a aplicabilidade do instrumento reparatório ante o dano moral vivenciado pela criança e o adolescente.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2021), Tartuce (2021), Gagliano e Pamplona Filho (2019), Madaleno (2020) e Pereira(2021) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para divergência doutrinária quanto o abandono afetivo, e destacando sobre a aplicabilidade do instrumento reparatório em face dos danos perpetrados ao infante.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção desse trabalho foram por meio da pesquisa bibliográfica e documental com caráter exploratório em livros, artigos científicos, doutrina, leis, bem como em posicionamentos jurisprudenciais. Assim, com a finalidade de se obter um aprofundamento nos conhecimentos sobre a temática e sua importância para o corpo social e o meio acadêmico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho possibilitou a compreensão amplificada sobre o abandono afetivo nas relações paterno-filiais, principalmente em relação aos danos que esse problema ocasiona e se refletem na vida dos filhos. Sendo um assunto corrente nas relações familiares, determinado pela ausência resultante de uma omissão no dever de cuidado e atenção, expressado pelo afastamento e não interação entre pai e filho, vislumbrado muitas vezes quando há o rompimento do relacionamento que uniam os genitores.
Com isso, a tentativa de discernimento se o instituto reparatório pode ser aplicado em relação a essas sequelas perpetradas por essa ausência foi o maior foco da presente pesquisa, com o intuito de entender se este encaixa-se nos pressupostos que são primordiais para a aplicação da reparação civil no caso concreto, tais como: conduta, culpa, nexo e dano.
No decorrer da pesquisa foi vislumbrado que o cometimento de ato ilícito é um dos requisitos para que seja estipulado o dever indenizatório, então como uma forma de demonstração deste no caso proposto foram mencionadas as leis que garantem a proteção do infante e que respaldam o dever dos pais, em especial a CRFB/88 e o ECA. Sendo então demonstrado a base principiológica que embasa a relação dos pais e norteiam a família. Afinal, a ilicitude se configura quando se viola um dever imposto de forma legal e dessa violação é ocasionado um dano. Isto posto, discutiu-se como o tema central desta pesquisa é observado na jurisprudência. Destaca-se que há diferentes posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários, sendo que alguns autores são contrários a pretensão indenizatória sob o argumento de que esta dificultaria ainda mais uma aproximação afetiva dos pais com os filhos, não sendo possível dar um preço ao afeto, já outros que são favoráveis sob o argumento de que o pleito da reparação nestes casos não visa

atribuir um valor pecuniário ao afeto, mas sim uma reparação que vise compensar as sequelas ocasionadas no infante.

Em face do exposto, restou evidenciado que atualmente a doutrina e a jurisprudência tem cada vez mais um entendimento e uma inclinação relacionada a possibilidade de ser aplicado um quantum indenizatório pelos danos morais vivenciados pelas vítimas desse abandono. Atentou-se também no presente trabalho que a rejeição, a negligência e o desprezo são aspectos que servem como parâmetro para identificar a prática desse tipo de abandono que vai além do âmbito material, violando o princípio moral da dignidade. Razão pelo qual atinge a personalidade do infante gerando muitas vezes consequências irreversíveis que se perpetuam por uma vida inteira, atrapalhando a vida da criança e do adolescente.

Diante dessas consequências é que os tribunais devem proferir decisões positivas, considerando ser possível a indenização por abandono afetivo para que esta reparação sirva como um meio de compensar a vítima do abandono através de uma sanção ao pai ausente para que sirva como uma forma de prevenir que tais condutas continuem sendo cometidas e também como um meio de alerta social, já que os atos ilícitos devem ser punidos.

Por fim, evidencia-se que a pesquisa foi, fundamentalmente, importante para consolidar os conhecimentos sobre a temática e trazer reflexões a respeito do abandono afetivo cometido por parte dos pais ausentes, embora seja um assunto atual, sem respaldo em uma lei especifica e conflitante nas jurisprudências, está muito recorrente no corpo social, ocasionando danos irreparáveis e prejudicando o desenvolvimento presente e futuro das vítimas, que são expostas a omissão no cuidado.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**: responsabilidade civil. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil:** volume único. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021.

O EMPODERAMENTO FEMININO COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Nadablo Guedes de Lima (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: nadablo.lima@fvj.br), Orientadora: Arielle Arry Carvalho (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar o empoderamento feminino na sociedade brasileira. Em que pese a mulher ter conquistado direitos ao longo das transformações sociais, sobretudo, o direito à igualdade, este conquistado no Brasil com o advento da Constituição Federal de 1988, elas ainda enfrentam dificuldades para ocuparem o seu espaço na sociedade, mormente, em relação ao mercado de trabalho, à ocupação de cargos públicos e políticos, bem como, ainda se encontram sujeitas a um ideal machista que, infelizmente, ainda persiste na sociedade brasileira. O estudo tem por objetivo discorrer acerca do empoderamento como forma de concretização dos direitos femininos no Brasil. Apresentam-se exemplos de personalidade femininas que enfrentaram problemas para exercerem suas atividades, sobretudo, em decorrência de serem do sexo feminino, dentre elas, Maria da Penha, Marielle Franco, Dilma Rousseff, Cora Coralina e Dandara dos Santos. Cabe saber que o estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, documental e de natureza teórica

Palavras-chave: Direitos da Mulher; Empoderamento feminino; Princípio da Igualdade; Sociedade brasileira.

INTRODUÇÃO

A figura feminina há tempos busca ocupar um espaço na sociedade com atividades diversas daquelas relacionadas às tarefas domésticas, entretanto, encontram uma série de dificuldades nesse percurso. Em que pese a mulher ter adquirido igualdade de direitos com o advento da Constituição Federal de 1988, essa igualdade não se afigura no âmbito social. É importante mencionar que apesar de o princípio da igualdade nortear o Estado Democrático de Direito, há tempos as mulheres tentam gozar de seu direito de igualdade em relação aos homens. Sabe-se que, a sociedade brasileira ainda é tida, em diversos momentos, como patriarcal. Antigamente, o dever das mulheres envolvia o cuidado de seus lares, de seus maridos e da educação de seus filhos. A figura feminina, era usada em diversos momentos da história, como moeda de troca entre os homens da família, já que elas saíam da casa dos pais para contraírem matrimônio e ocupar um espaço de donas de casa. Neste sentido, percebe-se que para minimizar esse contexto que se apresenta ao longo da história, faz-se necessário que as mulheres ocupem mais espaços sociais com a finalidade de fazer com que a representatividade feminina minimize o cenário exposto. Dessa forma, surge a problemática da pesquisa, e por meio dela, busca-se responder ao seguinte questionamento: Qual a contribuição do fato social empoderamento na manutenção do Estado Democrático de Direito para a mulher brasileira? Assim, o objetivo geral da pesquisa é discorrer sobre o empoderamento como forma de concretização do direito feminino no Brasil. Com relação aos objetivos específicos, visam-se a apresentar as concepções históricas da trajetória subjugada da mulher na sociedade; enaltecer o empoderamento como voz de liberdade e enfatizar as personalidades de empoderamento feminino brasileiro nos espaços jurídicos, políticos, históricos e de diversidade sexual.

METODOLOGIA

Para que a pesquisa obtenha êxito, realiza-se uma pesquisa bibliográfica, sendo esta responsável por apresentar situações históricas já discorridas acerca do empoderamento feminino e suas especificações. Sabe-se que esse tipo de pesquisa "é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2002, p. 44), como também se utilizando de arquivos digitais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ser mulher, por si e só, faz com que a sobrevivência se torne ainda mais difícil do que de fato é. Isso porque, constantemente, a voz do gênero feminino foi e ainda é silenciada apenas por se tratar de uma figura que, por muito tempo, foi considerada o sexo frágil. Cabe salientar que a mulher em si, em nenhum momento da história, se coloca em lugar de fragilidade. Entretanto, existe uma dominância, sobretudo, no que tange à força física, detido pelo gênero masculino, se fazendo predominante e consequentemente colocando a mulher nesse lugar. A princípio, cabe salientar que essa fragilidade se torna presente não apenas nos ditames sociais, mas, sobretudo, nos jurídicos, sendo que aqueles que fazem as leis deveriam ser os responsáveis por retirar o gênero feminino do contexto de inferioridade, por meio da apresentação e igualdade entre os gêneros. Conforme aponta Bonetti e Abreu (2011), desde o século XVI, as mulheres são colocadas em papel secundário, ou seja, surgiam apenas como apoio ao protagonismo masculino, sendo ele pai, esposo, filho, entre outros. O autor ainda discorre que isso ocorre, sobretudo, porque nas escrituras cristãs o papel da mulher aparece como apenas procriadora, deixando-a, portanto, sob a condição de um indivíduo submisso ao poder do homem, considerado aquele que tem responsabilidade de manter financeiramente sua família e, consequentemente, de conquistar cenários sociais. Sabe-se que a figura da mulher tem um padrão desenhado pela sociedade, já que aquela que não consegue cuidar do lar, do filho, do marido, ficar em forma física, ser excelente profissional e ainda ter vida social, é considerada desleixada e antissocial por muitas pessoas, o que consequentemente, demandam relações extraconjugais por parte de seus esposos. Por mais que a própria lei brasileira enfatize que homens e mulheres têm igualdade em seus direitos e deveres, a sociedade ainda cultiva raízes de um patriarcado existente, mais ferozmente, algumas décadas atrás. Portanto, a mulher ainda se sente obrigada a ser aquele que indivíduo que não erra, que está sempre pronta para atender aos desejos do público masculino, seja em casa ou mesmo em ambientes de trabalho, facilitando a vida dos homens. (BRASIL, 2018). O termo empoderamento é de origem inglesa *empowerment*, e salienta-se a partir da década de 1960, por meio do Civil *Rights Movement* nos Estados Unidos. Vale ressaltar que apenas na década de 80 é que os grupos passaram a se conscientização da necessidade de apresentar o poder feminino em âmbito social, o que efetivou-se durante a 2ª onda feminista ocidental. Sendo assim, é possível dizer que empoderamento feminino se trata de enaltecer as qualidades das mulheres no que tange a situações voltadas a educação, a conscientização e a alfabetização. (SÁ, 2019). As mulheres, com o passar dos tempos, tiveram que se adaptar às questões que envolviam o calar de sua voz, visando minimizar os impactos que esse contexto apresentava a elas. Isto porque o calar permitiu séculos sem acesso ao trabalho, à dignidade e acima de tudo, à liberdade. A Lei Maria da Penha, como é conhecida, carrega o nome daquela que conseguiu, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, colocar em vigor, a necessidade de cuidado com a mulher, sobretudo, no que tange às questões patriarcais, levando em consideração, situações de violência física, moral, patrimonial e psicológico. Apesar de histórias distintas, é possível observar a relevância da figura feminina no poder. Estas histórias permitem identificar o quanto as mulheres precisam abdicar para alcançarem posições de destaque, permitindo que outras mulheres sintam-se encorajadas a vencer as barreiras que se apresentam numa sociedade patriarcal, seja em um cenário de representação física, psíquica, moral ou mesmo psicológica.

CONCLUSÕES

Destaca-se que é preciso representar situações para que a vivencia em sociedade seja mais justa, entre homens e mulheres, conferindo a efetividade do princípio da igualdade. Por fim, ressalta-se que a pesquisa não se encerra com esse estudo, pois medidas relacionadas ao empoderamento feminino sempre serão necessárias de acordo com a evolução da sociedade. A finalidade é empreender uma sociedade mais justa e igualitária, para que as mulheres ocupem uma posição que elas próprias almejam. É preciso romper com um ideal de sociedade imersa no machismo estrutural. A mulher tem vez e voz. Negar-lhes a igualdade de direitos é negar-lhes o constitucionalismo dirigente fazendo que com que as leis brasileiras não passem de uma mera folha de papel.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (orgs.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. **Conselho Nacional do Ministério Público**. Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2018. 244 p. il. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/FEMINICIDIO_WEB_1_1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Cecília Gomes de. **Direito e empoderamento coletivo**: uma crítica aos pressupostos individualistas de projetos de lei e de políticas públicas do Banco Mundial dirigidos às mulheres. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em:https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34993. Acesso em: 20 mai. 2022.

RESUMO EXPANDIDO

INSTITUCIONALIZAÇÃO E ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Maria Juliana Alves Freitas (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: maria.juliana@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O tema escolhido faz referência ao processo de adoção e institucionalização de crianças e adolescentes que são vítimas da desproteção dos seus responsáveis. Buscou-se, como principal objetivo, apresentar como funciona o processo visando o cadastro de crianças e adolescentes para a adoção e como se conduzir nesse caminho, analisando o papel do Estado, do Poder Judiciário, da Família e da Sociedade, como sujeitos do sistema de garantia de direitos. Nessa perspectiva, o ponto de partida corresponde a analise substancial da proteção de crianças e adolescentes na realidade, ponderando se de fato as legislações vigentes são aplicadas com efeito. Destarte, a proteção de crianças e adolescentes, corresponde de fato as legislações vigentes?

Palavras-chave: Adoção; Desproteção; Institucionalização.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta discutir a institucionalização e adoção de crianças e adolescentes, enfatizando as etapas que são necessárias até a inclusão em uma família substituta ou ao retorno para a família natural. A proposta principal é discutir a institucionalização e adoção, bem como os densos caminhos percorridos até a adoção, ou reintegração familiar, trazendo, nessa perspectiva, o estudo do processo judicial, o processo de acolhimento e suas fases, bem como o papel do Estado da Sociedade e da Família como atuantes no sistema de garantia de direitos.

Conforme dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, indicam que cerca de 30 (trinta) mil crianças e adolescentes estão em situação de acolhimento, sendo que apenas 5.154 mil estão aptas a serem adotadas. A medida protetiva de acolhimento acontece quando crianças e adolescentes são expostos em situações de riscos, como abandono, negligência, maus-tratos, entre outras situações que violão seus direitos. O acolhimento tem caráter temporário, tendo como principal objetivo o interesse da criança e do adolescente. Conforme o Estatuto da Crianças e do Adolescentes – ECA o acolhimento não pode ser superior a 18 (dezoito) meses.

Outro ponto analisado corresponde aos fatores que levam a entrega de um filho a adoção, a demora do Poder Judiciário nas decisões, a falta de estrutura material, profissional e o mais doloroso o sofrimento emocional dos que vivem em situação de acolhimento.

MARCO TEÓRICO

Para fundamentar a pesquisa serão analisados os trabalhos de Venâncio (1999), Coulanges (2009), Motta (2008), Damasceno (2020), Dias (2020), Ferreira (2018), Camargo (2012).

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado corresponde a análise documental, realizada a partir de documentos, contemporâneos e/ou retrospectivos considerados de relevância para o presente trabalho, pesquisa bibliográfica, a partir de materiais publicados em livros, teses e artigos, no entanto todo conteúdo foi analisado e organizado de forma clara e objetiva.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa tem como principal objetivo acompanhar o processo de adoção e de institucionalização, compreender as formas e as fases que são estabelecidas, assim como refletir sobre a história da desproteção de crianças e adolescentes, enfatizando as principais situações que permaneceram por séculos, como a falta de proteção e a ausência de direitos.

Atualmente, a adoção é um assunto comum na sociedade que, por vez fica esquecido entre os estudos e principalmente nos centros acadêmicos e nas formações profissionais. No entanto é um tema que deve ser explorado e a cada dia deve ser um assunto refletido e discutido em todas as esferas, levando em consideração que se trata de vidas, de crianças e adolescentes em desenvolvimento, de seres humanos que sofrem com a ausência de uma família de um lar.

Dessa forma, nessa esteira da normatização que hoje o tema adoção se enquadra, muitos prejuízos são acumulados, sendo fundamental compreender que muitas situações inerentes a crianças e adolescentes previstas nas legislações, não são de fato executadas, a morosidade nos processos, a ausência de esquipes especializadas para auxiliar as decisões, a demora na inclusão no cadastro de adoção, entre outros fatores refletidos no decorrer do trabalho ora apresentado.

No decorrer deste trabalho muitas leis foram abordadas, fazendo referência aos direitos e a sua aplicação, foi enfatizado de forma breve a história da desproteção o enjeitamento e as cruéis situações que por séculos crianças e adolescente estavam expostas. Um outro ponto discutido foi sobre a cultura da adoção que permeia a nossa sociedade que mais estigmatiza do que protege.

Dentre os objetivos específicos propostos, damos relevo ao estudo do processo judicial, o processo de acolhimento e suas fases, bem como o papel do Estado da Sociedade e da Família como atuantes no sistema de garantia de direitos.

Mediante o exposto, foi analisado também o perfil das crianças com mais facilidade para serem adotadas, enquanto outras tem essa possibilidade bem mais estreita, esse perfil está relacionado a idade, a cor a condição física e psíquica, bem como a história de vida dessa criança e adolescente.

Sabemos que vários avanços foram alcançados, todavia ainda existem preconceitos velados que seleciona e exclui direitos e valores. Portanto, ainda temos um caminho árduo a ser percorrido e descontruído, sendo assim o tema adoção de suma importância para todos.

Em continuidade, ao participar de uma troca de experiência que ocorreu em uma casa de acolhimento que terá seu nome preservado, tive a oportunidade de relacionar os fatos reais com as legislações, ou seja, a teoria com a pratica. Durante todo trabalho ficou claro que a teoria por vez se dissocia da pratica, as dificuldades encontradas pelas equipes técnicas das casas de acolhimento no que se refere ao poder judiciário são inúmeras, a

ausência de respostas, a demora na avaliação de cada caso específico, ausência de audiências, a cansativa demora que já relatada diversas vezes nos processos são a realidade, a permanência de crianças e adolescentes na casa extrapolando o previsto no ECA, a ausência de políticas públicas para adolescentes que já se aproximam da maior idade e não foram adotados, são temas esquecidos.

Dessa forma, ao chegar ao final desta pesquisa, que trata de um tema tão delicado e apaixonante que é a adoção, percebe-se que as legislações vigentes precisam ser de fato efetivadas, posto que crianças e adolescentes negligenciados por seus familiares e/ou responsáveis precisam de proteção e de celeridade nos seus processos, seja de retorno à família natural, ingresso na família extensa, colocação em família substituta ou, por fim, incluídos para adoção.

Portanto, se faz necessário disseminar este tema inserindo nas formações acadêmicas e demais espaços de construção da sociedade, com o objetivo de fortalecer as legislações de proteção e sua execução, não basta criar leis, é necessário a aplicação dessas leis dentro da realidade de várias crianças e adolescentes que sofrem por falta de audiências, pela ausência de equipes especializadas que auxiliem de forma técnica e segura o contexto de cada um, pela morosidade dos processos que acabam por negligenciar ainda mais crianças e/ou adolescentes, que na busca por uma proteção encontram a desproteção por parte do sistema de garantia de direitos, tornando assim um sistema contrário, que ao invés de proteger, desprotege.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Brasília, 2019.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção: vivências de parentalidade e filiação de adultos adotados.** Curitiba: Juruá, 2012.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma. III. Série. São Paulo: Martin Claret, 2009.

NOTICIAS CNJ. **Agência CNJ de Notícias.** 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/mais-de-5-mil-criancas-estao-disponiveis-para-adocao-no-brasil/. Acesso em: 28 de fev. 2022.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: Assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Séculos XVIII e XIX.** Campinas, SP: Paripus, 1999.

DIREITOS TRABALHISTAS: MUDANÇAS TEMPORÁRIAS PERANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Magnun Xavier Gomes[1] (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), e-mail: magnunxg@gmail.br; Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno[2] (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente projeto de pesquisa então fala sobre as mudanças no direito trabalhista ocasionadas pela pandemia do COVID-19, apontando quais ajustes foram necessários para o enfrentamento da situação vivenciada de isolamento social, para a preservação da vida e diminuição do contágio, todavia mantendo-se o equilíbrio econômico. Diante da crise vivida em muitos Países devido a pandemia do COVID-19, o atual presidente da república do Brasil Jair Messias Bolsonaro, expedi-o medidas provisorias com intuito de conter o avanço do vírus. O Estado, portanto, como poder maior de uma nação, deve ser o primeiro a garantir os direitos trabalhistas protegendo sempre o mais frágil nessa relação de emprego que é o trabalhador, de eventuais riscos futuros ocasionados por acontecimentos imprevisíveis, como foi o da pandemia do COVID-19. Desta forma é imprescindível que o Poder Público atue de forma emergencial, podendo assim serem feitas mudanças temporárias nas leis, porém preservando os direitos adquiridos.

Palavras-chave: Adaptações Trabalhistas; Desemprego; Mudanças Temporárias; Pandemia COVID-19.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar as mudanças temporárias na lei trabalhista ocasionada pela pandemia do COVID-19, os impactos causados na vida dos trabalhadores e a atuação emergencial do poder público para suprir as necessidades da população que se encontrava em estado de isolamento diante das medidas protetivas para conter o avanço e propagação do vírus. Como forma de atingir uma compreensão total dos fatos afim de se ter uma análise da real situação enfrentada pelo país, foram aqui apresentadas informações confiáveis aferidas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, portal da economia, dados epidemiológicos dentre outros. Dado o exposto, a presente pesquisa se propôs a entender sobre as mudanças temporárias que ocorreram no Direito do trabalho nos anos de 2019 a 2021, diante do enfretamento da pandemia do COVID-19. Desta forma buscou-se primordialmente analisar como estas medidas adotadas pelo Poder Público vieram repercutir na vida do trabalhador. O presente trabalho levanta dados colhidos de fontes confiáveis de diferentes fontes de pesquisa para que se tenha uma visão da magnitude da situação faz uma reflexão na dignidade da pessoa humana, tendo em vista o desenvolvimento de limitações e interferência na qualidade de vida do indivíduo diante das medidas tomadas pelo atual Governo.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Pena (2022), Ribas (2021), Santos (2020), Sousa (2019), Sampaio (2020), Vieira (2021), Belmonte (2020) e Marchesini (2020) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas sobre as mudanças temporárias ao logo dos anos no direito trabalhista e mudanças temporárias ocasionadas pela pandemia que se início na China no ano 2019 atingindo diversos pais.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: o bibliográfico, por meio de doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, inclusive online que tratam sobre a temática no Brasil e em outros países, a exemplo da China. Da mesma maneira, que documental, através do estudo da Constituição Federal de 1988, Consolidação dos Direitos trabalhista lei nº 5.452/1943, 6.514/1977 e dentre outras, dos projetos de lei, a exemplo da Reforma Trabalhista de nº 13.467, 4847/2012, da Suspenção do Contrato de Trabalho de Nº 14.020/2020, Lei que impôs medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus que é responsável pelo surto de 2019. 13.979/202, que demonstram a preocupação do legislador e a necessidade de regulamentação do tema no Brasil devido o impacto negativo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Dado o exposto, a presente pesquisa se propôs a entender sobre as mudanças temporárias que ocorreram no Direito do trabalho nos anos de 2019 a 2021, diante do enfretamento da pandemia do COVID-19. Desta forma buscou-se primordialmente analisar como estas medidas adotadas pelo Poder Público vieram repercutir na vida do trabalhador. Devido o isolamento social dificultar a propagação do vírus, foi necessário criar o toque de recolher e proibir o funcionamento de lugares abertos que não seria essencial seu funcionamento, como por exemplo restaurantes, barzinhos, casas de shows, academias, áreas de lazer como praias, rios e outros mais que pudessem gerar aglomerações de pessoas esta era a única maneira de tentar diminuir o contágio do vírus. Já os serviços essenciais, em um total de 53 (cinquenta e três) modalidades diferentes, não paralisaram suas atividades. A exemplo do mencionado, tem-se as atividades de hospitais, postos de saúde, assistência social que prestam atendimento à população em estado de vulnerabilidade, supermercados, postos de combustível, atividades de segurança pública e privada, incluindo a vigilância, a guarda e custódia de presos, geração, transmissão de distribuição de energia elétrica, trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros e outros mais. Uma alternativa encontrada pelas empresas foi a possibilidade de adesão às modalidades de teletrabalho ou *home office.* No entanto, foram necessárias mudanças temporárias na lei trabalhista. Conforme o artigo 75-C da (CLT) que determina que o empregador poderá alterar seu regime de trabalho passando de presencial para forma de teletrabalho ou remoto. A pesar da (OMS) ter emitido o mais alto nível de alerta internacional, o Presidente da República em seus pronunciamentos públicos tentava a todo momento minimizar a gravidade da pandemia, chamando-a diversas vezes de “gripezinha”, gerando assim dúvidas para a população sobre o grau de importância da doença somente no dia 27 de abril de 2021 a medida provisória 1045/21, trazia a redução ou suspensão de salários e jornada de trabalho com o pagamento de um benefício emergencial aos trabalhadores. Conclui-se que as medidas adotadas pelo Governo Federal visavam a manutenção do emprego e da renda, sendo que as mesmas não foram suficientes para garantir a estabilidade do trabalhador a saúde tanto do trabalhador quanto de sua família, diante do senário de fragilidade em que o país se encontrava e que desde o início não foi levada a sério pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

O GLOBO, Política. **Bolsonaro Volta a Minimizar Pandemia e Chama COVID-19 de Gripezinha.** Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-covid-19-de-gripezinha-1-24319177. Acesso em: 24 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde divulga dados epidemiológicos da covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-divulga-dados-epidemiologicos-da-covid-19-no-brasil-3. Acesso em:19 maio 2022.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS **–** Trabalho, Previdência e Assistência. **Medida provisória retoma acordos para redução salarial ou suspensão de contratos** Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/751704-medida-provisoria-retoma-acordos-para-reducao-salarial-ou-suspensao-de-contratos. Acesso em: 24 maio 2022**.**

CEEN. **Os 6 maiores desafios que a saúde pública do Brasil vêm enfrentando**. Disponível em: https://www.ceen.com.br/os-6-maiores-desafios-que-a-saude-publica-do-brasil-vem-enfrentando/. Acesso em: 27 maio 2022.

MARTINS, Maria Martins. **Impacto da Fome.** BBC News Brasil.
Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-57055627
Acesso em: 10 maio 2022.

Violência Doméstica: uma análise da violência psicológica nos termos da Lei Maria da Penha

Lycya Rejane Moreira Nunes (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lycya.rejane@fvj.br), Orientador: Esp. Jéfter de Oliveira (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter08@gmail.com).

RESUMO

A presente pesquisa retrata a importância do posicionamento do Estado junto a seu ordenamento jurídico em busca do devido cuidado com os casos de violência contra a mulher no Brasil. O texto retrata sobre as melhorias desse contexto a partir do surgimento da Lei Maria da Penha, sendo que a Lei destaca sobre os tipos de violência doméstica existentes e quais as penalidades aos agressores. Um desses tipos se sobressai neste estudo, por ser considerada silenciosa e necessitar de mais discussão sobre os aspectos, sendo ela a violência psicológica. Para que o estudo obtivesse êxito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fazendo uso de revistas, livros, jurisprudências e leis que retratam sobre o assunto. Ao longo da análise documental, percebe-se que muito já se tem feito para minimizar os problemas com violência doméstica, porém percebe-se que ainda não é o cenário ideal, já que o Brasil é um dos países que mais compreende casos de feminicídio, sendo que são os companheiros os mais identificados como agressores. Conclui-se sobre a importância de buscar relatos de mulheres que sofrem ou sofreram violência psicológica em próximos estudos, visando que outras mulheres se identifiquem com o contexto e saibam quais medidas tomarem para sair de um relacionamento tóxico.

Palavras-chave: Aviso prévio. Direito. Estabilidade provisória. Empregada.

INTRODUÇÃO

A violência doméstica não se trata de um problema iniciado no século XXI, pelo contrário, ele perpassa o tempo histórico da figura feminina, sendo que esta, sempre se encontrou numa posição desprivilegiada frente a situação do homem, que por sua condição de gênero, e por ser representado socialmente em larga escala, encontra-se numa posição de poder e dominação. A violência de gênero, como é amplamente conhecida, apresenta múltiplas formas de manifestação e faz parte da evolução histórica. Algumas evidências comprovam a estrutura de poder e subjugamento do sexo feminino desde os períodos feudais e da Santa Inquisição. (OLIVEIRA, 2018). Porém a chave fundamental para o início da desconstrução desse contexto, nacionalmente falando, ou seja, chegando às famílias de cidades grandes e pequenas, ocorre por meio da Lei nº 11.340/2006, alcançada pela luta de uma mulher chamada Maria da Penha Maia Fernandes, que enfrentou a violência doméstica, em seu mais elevado nível, quase chegando ao óbito. A Lei nº 11.340/2006 consegue alcançar os mais diversos tipos de violência de gênero, não se limitando apenas a problemática física, sendo esta a mais palpável. Seus ditames falam sobre violência patrimonial, psicológica, física, sexual e moral. Cada uma refletindo uma penalidade diversa, e se comprometendo ao auxílio as vítimas que buscam, na justiça, meios para se libertar da condição em que se encontram. (BRASIL, 2006). Entendendo esse cenário, surge o seguinte problema que sugere esta pesquisa: quais são as dificuldades psicológicas ocasionadas pela violência doméstica que busca minimizar ou evitar por intermédio dos termos da Lei Maria da Penha? Dessa forma, o objetivo geral do estudo busca investigar a tutela da violência psicológica no Ordenamento Jurídico Brasileiro, sobretudo nos tratos da legislação especial, na Lei Maria da Penha. Com relação aos objetivos específicos, estes visam: apresentar jurisprudências que auxiliam na defesa da mulher que sofre violência doméstica; destacar os tipos de violência doméstica que

se apresentam na Lei nº 11.340/2006, relevando quais medidas são tomadas nos casos denunciados e; discorrer sobre casos emblemáticos da violência psicológica.

METODOLOGIA

Para se alcançar o intento do estudo, realiza-se uma pesquisa bibliográfica, pois apresenta autores diversos discorrendo sobre o problema da violência doméstica, sobretudo no Brasil, por meio dos termos da Lei nº 11.340/2006. Para conseguir coletar os dados necessários, os arquivos são buscados nas bases de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), Google Acadêmico e Jus Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paulo (2021) ainda enfatiza quem são os agressores, destacando que a maioria se insere dentro dos lares, sendo estes representados por pais, maridos, filhos, irmãos e afins. Levando em consideração o contexto de pandemia vivenciado, a figura 2 apresenta a crescente dos casos, entre os anos de 2019 e 2021, salientando quem são esses agressores. Fonseca (2011) afirma que a mulher passou definitivamente a ter direitos com relação a sua saúde, quando esta entra no mercado de trabalho, depois da revolução industrial e meados da segunda guerra mundial, quando os homens vão lutar e elas precisam sustentar os filhos, e também os maridos, quando eles voltam doentes ou deficientes. A lei Maria da Penha, mais especificamente a Lei nº 11.340/2006 surge para auxiliar na coibição dos problemas que as mulheres enfrentam no ambiente doméstico, entretanto, cabe discorrer que em outros cenários também a lei também se efetiva. Cabe saber que para que a lei viesse a ser aceita pelo Congresso Nacional sofreu diversas barreiras, sobretudo, porque este contexto de cuidado com a mulher e sua integridade física culmina-se de representatividade patriarcal, o que permanece até o momento e o que fez a Lei se tornar irrelevante para a sociedade, de certa forma, porém importante destacar que houve a votação. A violência física é visível, na maioria dos casos, sendo possível que familiares e amigos entendam a situação, e busquem, junto às leis existentes, meios para ajudar a mulher que sofre com abusos, entretanto, existe uma violência mais complexa, e que minimiza as possibilidades de atuação, que é chamada de silenciosa, mais especificamente a violência psicológica. Mulheres acometidas pela violência psicológica são afetadas por acontecimentos fortes e cruéis que danificam suas vidas, sua autoestima e seu bem-estar. As mulheres que sofreram violência psicológica, geralmente, passam por dois tipos de traumas, o trauma que é realizado através de acontecimentos ímpares, e, em sua grande maioria, essas mulheres se recuperam quase que completamente, principalmente quando elas possuem uma boa e sólida rede de apoio, seja de familiares ou de amigos (PIMENTEL, 2021).

CONCLUSÕES

Diante das informações que se apresentam ao longo do estudo, pode-se entender que os objetivos da pesquisa foram amplamente atendidos. Esse cenário fica evidente quando se percebe que apesar das mulheres terem acesso de proteção junto ao Ordenamento Jurídico Brasileiro quanto aos casos de violência doméstica, esse ainda não é devidamente eficaz, já que o Brasil é um dos países com maiores problemas com relação à violência contra a mulher, em contexto físicos, psicológicos, moral e patrimonial. Ainda, é possível enfatizar que houve o alcance aos objetivos traçados, sendo eles apresentar jurisprudências que auxiliam na defesa da mulher que sofre violência doméstica; destacar os tipos de violência doméstica que se apresentam na Lei nº 11.340/2006, relevando quais medidas são tomadas nos casos denunciados e; discorrer sobre casos emblemáticos da violência psicológica. Isto quando se percebe que os tipos de violência apresentados na Lei Maria da Penha são fundamentais para que a sociedade identifique os diversos conflitos que as mulheres vivenciam em um país ainda patriarcal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 mai. 2022.

FONSECA, Paula Martinez da; LUCAS, Taiane Nascimento Souza. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. 2006. 21 f. Monografia (Curso de Graduação em Psicologia). Salvador/BA: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, 2006.

OLIVEIRA, Brígida de Souza. **Herdeiras da inquisição**: uma análise da violência contra a mulher no desenvolvimento do capitalismo. 26f. Monografia (licenciada em História), 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5015. Acesso em: 10 mar. 2022.

PAULO, Paula Paiva. **Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa**. G1 SP, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violência-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml. Acesso em: 02 mar. 2022.

PIMENTEL, Adelma. Violência psicológica nas relações conjugais: Pesquisa e intervenção clínica. **Summus Editorial**, 2021.

RESUMO EXPANDIDO

Tráfico Internacional de Crianças Para Adoção Ilegal

Luciana Viana de Almeida (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UniJaguaribe e-mail: luciana.almeida@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A adoção internacional é tratada pela Lei 8.069/90 como a última tentativa de inserir as crianças brasileiras em famílias substitutas. Todavia quando ocorre de forma legalizada alcança crianças mais velhas e com deficiências que são as menos procuradas por casais na adoção nacional. No presente trabalho procedeu-se a análise documental e estudo de campo a respeito do instituto da adoção e do processo para a adoção internacional que é difícil do início ao fim, não que seja dispensável o acompanhamento do Estado brasileiro, mas poderia ser humanizado no relacionamento entre as crianças e possíveis pais adotantes. Abordando a abrangência das legislações vigentes, percebeu-se o endurecimento para a efetivação do procedimento. Contudo surgiu um questionamento: as leis vigentes nacionais e internacionais de proteção das crianças são suficientes para combater o tráfico internacional de crianças para a adoção ilegal? Por conseguinte, buscou-se o depoimento de uma vítima do tráfico internacional de crianças para adoção ilegal a fim de que se tenha a mínima ideia da abrangência dos transtornos que as vítimas enfrentam ao descobrirem que foram traficadas. Diante da importância desse depoimento surgiu novo questionamento: o amparo Estatal brasileiro disponibilizado às vítimas do tráfico internacional de crianças para adoção ilegal tem sido eficaz? Salientou-se a importância de políticas públicas eficientes no combate e acolhimento de vítimas do tráfico internacional de crianças para adoção ilegal.

Palavras-chave: Adoção ilegal; Adoção internacional; Direitos e garantias constitucionais; Estatuto da criança e do adolescente (ECA); Tráfico de Crianças.

INTRODUÇÃO

O papel social da família é de extrema relevância para o convívio saudável em sociedade. É através da família que valores como honestidade, moralidade e respeito são disseminados. Quando a família é marginalizada os valores da sociedade começam a ruir. Com o avanço da miséria sobre a população mais pobre, os poucos recursos financeiros e desespero dos pais para criar os filhos abriu uma lacuna onde as políticas públicas não conseguem atingir, mas são alcançadas por organizações criminosas internacionais que visam a venda de crianças para alimentar o mercado da adoção ilegal.

O assunto abordado é de extrema relevância para a sociedade, tornando-se assim objeto integrador entre estudantes do direito e a sociedade. O tráfico internacional de crianças marginaliza cruelmente uma parcela da população, muitos nunca saberão sua verdadeira origem, direito esse garantido no art. 48 do ECA, quiçá descobrirão que foram vítimas de tráfico de pessoas, poucos conseguem denunciar após superar o dilema da gratidão por terem sido adotados, colocando em risco os vínculos familiares que construíram com a família que os acolheu.

Na perspectiva da relevância do tráfico de crianças para a adoção internacional, o presente estudo estruturou-se em 03 (três) capítulos, todos buscando diligentemente abordar a

importância do instituto adoção legalizada para atender ao interesse do princípio da proteção integral da criança.
No capítulo 2 intitulado “Família a luz da legislação e doutrina brasileira”, direciona-se a esclarecer o que é família e a importância dessa instituição para o bem estar da criança. Percorrendo desde o que se entende por família biológica, esclarecendo a possibilidade de afastamento da criança de sua família biológica para garantir a proteção integral da mesma até a relevante possibilidade de retorno dessa criança ao convívio com sua família natural.
O capitulo 3 aborda o “Possível conceito de adoção”, inseriu-se a importância da adoção, instituto que ampara crianças vítimas do abandono e maus tratos possando a terem seus direitos resguardados, coordenado e acompanhado pelo Estado para que essas crianças tenham uma nova família.
Já no capitulo 4 expõe-se a legislação atual de combate ao tráfico de crianças e a abrangência da organização criminosa, além de inserir o caso real de uma das vítimas de tráfico internacional para adoção ilegal, onde será analisado do ponto de vista da vítima as dificuldades enfrentadas, a dor vivida, e as incertezas jurídicas, uma vez que por não existir o tipo penal de tráfico de crianças para adoção ilegal há época dos fatos os seus algozes não responderam por este crime. Além de uma breve reflexão sobre as dificuldades que qualquer cidadão se encontrando no estrangeiro e sendo vítima de tráfico de pessoas para adoção ilegal, enfrenta diante da burocracia no atendimento online ou presencial do Governo Brasileiro.

MARCO TEÓRICO

Com relação à pesquisa, foi exploratória, focada no estudo bibliográfico de alguns importantes doutrinadores como Dias (2021), Gonçalves (2020), Lôbo (2018) além de periódicos do Ministério da Justiça entre outros. Para humanizar a pesquisa foi realizado trabalho de campo através de entrevista de forma virtual, via aplicativo Zoom, com uma das vítimas do tráfico internacional de crianças para a adoção ilegal, traficada durante a década de 80.

METODOLOGIA

A abordagem foi qualitativa, com pesquisa descritiva que utilizou exemplos reais colhidos por meio de jornais e periódicos, pesquisas bibliográficas e eletrônicas, a fim de apontar possíveis vulnerabilidades e ilegalidades no trajeto entre o desejo de adotar e a conquista de um filho adotado por um casal estrangeiro.
Importante salientar que as informações de cunho vivencial serão resultado de entrevista com uma das sobreviventes desse inescrupuloso crime.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considerando a análise do tema explorado, percebe-se que a adoção é sem dúvida alguma um gesto de amor, rompe com todas as barreiras dos pressupostos sociais que mergulham crianças num oceano marcado pelo dissabor do abandono, rejeição e maus tratos.
A psicologia já conseguiu demonstrar cientificamente os malefícios do abandono, da incerteza, do desalento. Traumas que refletem nas atividades rotineiras de quem os sofre. Um inocente abraço pode desencadear sentimentos incompreensíveis e dolorosos demasiadamente.
Algumas crianças esperam anos na fila da adoção, visitadas por vários pais adotantes que não se identificam com elas, ocasionando assim o grande número de crianças depois dos dois anos que ainda esperam por uma família. A adoção internacional vem como um refrigério para essas crianças que somente poderão ser adotadas na modalidade internacional quando não lhes restar nenhuma opção de convívio seja com sua família biológica seja por uma família nacional adotiva.
Essa predileção já não acontece na adoção ilegal. Consta em diversas denúncias que pais adotivos pagam altos valores por crianças recém nascidas, muitos custeiam toda a gestação,

alguns chegam inclusive a visitar a família que doará a criança sem saber que o agenciador cobrou para intermediar a doação daquela criança.
Aquele que foi vítima de tráfico de crianças para a adoção ilegal, sofre com a incapacidade de saber o que realmente aconteceu, muitos não conseguirão retornar as suas famílias, outros não gozarão do abraço materno que sempre sentiram falta, alguns não conseguiram desenvolver laços duradouros com outras pessoas.
Pouco debatido pela doutrina o tráfico internacional de crianças para adoção ilegal também não é levado a debate pela sociedade. Essa modalidade de tráfico só foi considerada crime em 2016, ocorre que já era cometido em solo brasileiro a muito tempo. Algumas mães se arrependem e não aceitam entregar seus filhos, são ameaçadas e acabam de braços vazios. O medo de denunciar impede a atuação rápida da polícia na apreensão das crianças e posteriormente a entrega ao poder judiciário que julgará quem terá condições de oferecer uma vida digna para aquela criança.
A adoção ilegal oferece risco a sociedade brasileira. Casais que esperam há anos na fila da adoção ficam desassistidos, é desleal pagar por um filho. Negar-lhe o conhecimento às suas raízes, sua história. A vítima só descobre muito tempo depois do início do cometimento do crime, muitas das vezes o crime já prescreveu, deixando o sentimento de incapacidade nas vítimas.
Apesar de existir previsão legal para acolhimento dessas vítimas, muitas relatam que não conseguem sequer acompanhamento de profissionais da área psicológica, sem contar na burocracia para emitir documentos, acesso ao judiciário para fazer exames de DNA afim de comprovar vínculos biológicos. Ainda não existe um banco de dados com DNA de famílias vítimas do tráfico de crianças.
O combate e educação contra a prática desse crime é menosprezada pelo Estado, raramente se vê iniciativa governamental para elucidar a sociedade a respeito, afinal de contas são os cidadãos que estão a par de tudo o que acontece no convívio social. Muitos nem sabem que se trata de um crime, vez que parte da estratégia dos criminosos se confunde com alguns tipos de adoção, como a intuito personae e a adoção a brasileira.
Enquanto a sociedade não debater a questão da adoção e suas vertentes, não conseguiremos combater efetivamente esse crime cruel, que reduz o valor de um ser humano a algumas cifras.
A adoção ilegal oferece risco a sociedade brasileira. Casais que esperam há anos na fila da adoção ficam desassistidos, é desleal pagar por um filho. Negar-lhe o conhecimento às suas raízes, sua história. A vítima só descobre muito tempo depois do início do cometimento do crime, muitas das vezes o crime já prescreveu, deixando o sentimento de incapacidade nas vítimas.
Apesar de existir previsão legal para acolhimento dessas vítimas, muitas relatam que não conseguem sequer acompanhamento de profissionais da área psicológica, sem contar na burocracia para emitir documentos, acesso ao judiciário para fazer exames de DNA afim de comprovar vínculos biológicos. Ainda não existe um banco de dados com DNA de famílias vítimas do tráfico de crianças.
O combate e educação contra a prática desse crime é menosprezada pelo Estado, raramente se vê iniciativa governamental para elucidar a sociedade a respeito, afinal de contas são os cidadãos que estão a par de tudo o que acontece no convívio social. Muitos nem sabem que se trata de um crime, vez que parte da estratégia dos criminosos se confunde com alguns tipos de adoção, como a intuito personae e a adoção a brasileira.
Enquanto a sociedade não debater a questão da adoção e suas vertentes, não conseguiremos combater efetivamente esse crime cruel, que reduz o valor de um ser humano a algumas cifras.
Entretanto, essa modalidade penal ainda não consegue abranger as vítimas antigas que continuam a serem vistas como as culpadas por não terem denunciado o crime quando descobriram evitando assim a prescrição. O legislador não levou em consideração a situação

psicológica vivida pelas vítimas. Aqueles que sabem que são adotados não imaginam que foram comprados. Como podem denunciar? Como comprovar já que documentos desse tipo são descartados para encobrir o crime?

Embora alguns saibam da sua condição adotiva, só descobrem que a documentação pessoal oriunda do processo de adoção é fraudulenta quando recorrem a embaixada para a emissão de passaporte. É na embaixada brasileira no país onde reside, que a vítima deve procurar, que será dado início ao procedimento de reconhecimento do crime de tráfico internacional para adoção ilegal.

Com a descoberta da falsidade documental passam por um período de incertezas, dependendo do país em que foram criados e registrados pelos pais adotivos, caso denunciem a falsidade na documentação original que corroborou a adoção, sua família adotiva pode sofrer sansões como a prisão e a vítima como filho pode ficar desassistido da condição de sucessor hereditário.

Durante os questionamentos pessoais, algumas vítimas podem levar anos até se posicionarem a favor da denúncia do crime de tráfico de crianças para a adoção internacional. Esse tempo pode significar a perda do poder de punir estatal, contudo essa vítima terá que buscar o judiciário para comprovar que realmente nasceu em solo brasileiro sendo traficada ainda bebê, somente assim após a localização da família biológica poderá pleitear o direito ao reconhecimento familiar.

A investigação em busca da família biológica não é feita pelo Estado e sim pela vítima que procura as pistas deixadas pelos traficantes, muitos não conseguiram encontrar suas famílias biológicas, principalmente aqueles que nasceram nas casas dos supostos bem feitores, em cidades ermas, jogados na profunda miséria.

É um crime complexo e cheio de ramificações. Alguns criminosos foram descobertos, mas todos responderam em liberdade, alguns sequer responderam pelo crime já que a lei não existia há época dos fatos, e não retroage para punir o réu, apenas para beneficia-lo.

REFERÊNCIAS

_____. Fernanda Alves dos Anjos. Ministério da Justiça (org.). **Tráfico de Pessoas:** uma abordagem para os direitos humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 2013. 580 p. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Tr%C3%A1fico-de-pessoas_uma_abordadem_direitos_humanos.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14. ed. rev. ampl. e atual, Salvador: Juspodivm, 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito de família**: direito civil brasileiro. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 6 v.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: famílias. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 5 v.

RESUMO EXPANDIDO

A Perda do Poder Familiar em decorrência da Alienação Parental

Lívia Maria da Rocha Correia (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: livia.correia@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno** (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A Alienação Parental é configurada por condutada depreciativa de um dos pais para com o que não detém a guarda do menor, resulta no emprego inadequado de mecanismos com a finalidade de romper laços familiares do genitor que não possui a guarda. A presente pesquisa resulta na análise bibliográfica, com estudo do posicionamento de doutrinadores acerca da alienação parental. Será analisada a intensificação da alienação parental no âmbito familiar e quais as consequências que esse desafeto pode trazer. Diante das consequências, será possível reverter os transtornos causados pelo alienador? É uma abordagem que apresentou movimento a partir de pesquisas feitas por Richard Gardner em 1985. A pesquisa irá mostrar três capítulos, o primeiro apresentará o poder familiar, aspectos relacionados a guarda. No segundo, serão elucidadas questões acerca da alienação parental, bem como, vítima, alienado e alienador. E no último capítulo, serão apresentadas as penalidades insculpidas na lei 12.318/2010, para quem prática estes atos, além das consequências da alienação parental para a vida deste menor. Por fim, conclui-se dando ênfase na Guarda Compartilhada como uma alternativa apta para combater os atos de Alienação Parental.

Palavras-chave: Alienação Parental. Crianças e adolescentes. Guarda Compartilhada. Perda. Poder familiar. Transtornos.

INTRODUÇÃO

A entidade familiar sofreu, no decorrer dos tempos, transformações significativas, dando, atualmente, ensejo à igualdade de equilíbrio entre os casais no que compete o poder familiar. Abarcado pelo sistema normativo brasileiro, o instituto do poder familiar nos acomete a implicações inerentes aos direitos e deveres dos genitores em função dos filhos comuns. Elevados ao patamar de sujeitos de direito à criança e ao adolescente necessitam de cuidados especiais para seu pleno desenvolvimento, sendo responsáveis, o Estado, a sociedade e a família.

A alienação parental vem ganhando destaque no ambiente jurídico através do direito de família, onde vem mudando seus paradigmas de forma a fazer com que os juristas nacionais se defrontem com novos desafios. Jurisprudências, em função da proteção integral e prioridade absoluta inerente às crianças e aos adolescentes, plenamente previstos na nossa atual legislação, vem despontando trazendo em seu corpo, o alerta sobre este fenômeno que se perfaz como mais uma forma de violência impregnada no ambiente familiar. Nesse contexto, fez-se necessário pesquisar e identificar a alienação parental acerca da entidade familiar e suas relações, analisar suas consequências psicológicas nos entes envolvidos e, sobretudo, investigar a possibilidade da perda do poder familiar em decorrência da alienação parental.

No início da pesquisa, buscou-se abordar os aspectos relacionados a guarda. Logo mais no segundo, foram abordadas as questões acerca da alienação parental, bem como, vítima,

alienado e alienador. Contudo, no terceiro capítulo, foram apresentadas as penalidades insculpidas na lei 12.318/2010, para quem prática estes atos, além das consequências da alienação parental para a vida deste menor.
Deste modo, foi tratado no presente trabalho, a perda do Poder familiar em decorrência da alienação parental, uma vez que, essas rupturas ocorrem de maneira conflituosa, onde os filhos são alvos de disputa, sendo utilizados como objeto de vingança.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Dias (2021), Diniz (2019), Tartuce (2021), Gonçalves (2020), Madaleno (2015), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, constituído principalmente pela Lei que dispõe sobre alienação parental.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho foram através da pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e com caráter descritivo. Buscando-se em teses, livros, artigos científicos, legislação vigente no país, conteúdos publicados em sites, bem como entendimentos jurisprudenciais. Assim, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e a importância que o mesmo tem para o Direito de Família.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A alienação parental se trata de um dos problemas mais graves enfrentados pelo direito de família. As campanhas de descrédito e os atos que visam denegrir a imagem do alienado podem ser silenciosas e trazer danos irreversíveis para a vida de crianças e adolescentes. É um problema que se encontra revestido no seio da sociedade, passando muitas vezes despercebido aos olhos do poder judiciário, mas que precisa ser combatido rapidamente. Ademais, verificou-se que, perante a complexidade da matéria, o legislador brasileiro editou a Lei n° 12.318/10, tipificando a alienação parental, além de delimitar como seria o ajuizamento e o processo das ações judiciárias que visam a declaração da alienação parental. Além disso, a referida lei reconheceu que poder judiciário não seria capaz de reconhecer sozinho a ocorrência de atos de alienação parental, dispondo acerca da necessidade de realização de perícia multidisciplinar nesses casos.
Os ex-cônjuges ainda não se conscientizaram que o poder familiar deve ser praticado de forma igualitária, visto que, em tais circunstâncias, os direitos e deveres não são cessados, pelo menos até a maioridade da prole, onde os vínculos afetivos de seus filhos necessitam ser conversados com ambos os gerados em função do seu próprio bem-estar e do seu pleno desenvolvimento. É necessário que se conscientizem, pois na função de ex-casal, não existe ex-pai ou ex-mãe.
Discussões feitas através da mídia, doutrinadores e Congresso Nacional, por meio dos projetos de lei, sendo reconhecida por jurisprudências, foi constatado que cabe ao Estado tomar providências pertinentes em casos decorrentes da Alienação Parental.
Com tantas demandas apresentadas ao sistema judiciário nas varas de família, houve a necessidade de legislar sobre a Alienação Parental com o objetivo de minimizar os efeitos que podem ser gerados, a fim de proteger o menor, então foi criada a Lei nº 12.318/2010 com medidas de prevenção e repressão à essas condutas. Contudo, a inserção das medidas da referida Lei ainda sofre alguns problemas para ser devidamente aplicada, visto que não é tão fácil identificar a existência ou não de atos de Alienação Parental. Por tais razões, os profissionais que lidam com a Alienação Parental precisam estar mais bem informados para agir de maneira correta na aplicabilidade da Lei.

Em face ao exposto, conforme trata a própria Constituição Federal, o dever da família é assegurar os direitos fundamentais da criança, os quais sugerem a ideia de limitação e controle de abusos cometidos até mesmo pelo Estado. Entretanto, observou-se que os pais estão contribuindo para o desequilíbrio emocional dos filhos, tratando-os como objetos e ferramentas de vingança após o fim do relacionamento.

Entende-se, que crianças e adolescentes não devem ficar expostas a incidências de práticas danosas constatadas no convívio familiar. Diante disso, fica evidente que a alienação parental é reconhecida como a implantação de falsas memorias, inclusive, em relação ao abuso do poder familiar e descumprimento aos direitos de personalidade da criança e adolescente.

No decorrer da pesquisa foi possível observar que a criminalização da alienação parental não é a melhor solução para o problema, pois trata-se de um distúrbio psicológico e uma condenação pode gerar problemas mais gravosos na sociedade, sendo assim, são necessários o aprimoramento e a capacitação dos operadores do direito, bem como dos profissionais da área da psicologia e assistência social que lidam com o tema.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. (14ª. ed.) rev. ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 33ª. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, Direito de Família.** (18ª. ed.). São Paulo: Saraiva Jur, 2021.

MADALENO, Rolfi. **Guarda Compartilhada**. Revista Atualizada. 2ª. Ed. Ed. Método. São Paulo: 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito de Família**. 14 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RESUMO EXPANDIDO

Virtualização do Judiciário e os impactos para o acesso à justiça dos idosos.

Lívia Costa Porto (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, e-mail: livia.c.p@hotmail.com); Orientadora: **Natallie Alves de Almeida (**professora-mestra do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, e-mail: natalliealmeida@yahoo.com).

RESUMO

A presente pesquisa tratou do tema da virtualização e seus reflexos para o acesso à justiça dos idosos, tendo como parâmetro o período de pandemia de Covid-19, no qual o isolamento social forçou o Judiciário a realizar suas atividades de forma remota e totalmente virtual. A escolha do tema se propôs a alertar sobre as dificuldades encontradas pelos idosos diante da necessidade de fazerem uso dessas novas ferramentas para o acesso à justiça. Considerando a vulnerabilidade desse público, investigaram-se os impactos da virtualização para o acesso à justiça por parte dos idosos. Para isso, fez-se um breve histórico da virtualização e foram debatidos os seus principais objetivos que são a celeridade processual e o acesso à justiça. Também buscou apresentar o conceito de idoso, sua caracterização como vulnerável e a síntese das normas a ele referentes, além de analisar o seu nível de inclusão digital. Por fim, elencaram-se as principais vantagens e desvantagens percebidas pelas pessoas que utilizam esse recurso. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de autores como Pierre Levy, Cappelleti e Garth, aliada à pesquisa documental em leis e outras normas correlatas. Constatou-se que a virtualização trouxe benefícios como a redução de custos, celeridade processual e melhoria do acesso à justiça em alguns aspectos. No entanto, ainda existem óbices a serem superados e que fragilizam esse acesso, tais como o analfabetismo, a falta de acesso à internet e a exclusão digital. O que para ser superado depende da cooperação do Estado, sociedade e família, conforme determina a legislação.

Palavras-chave: Virtualização; Acesso à Justiça; Direito dos Idosos; Poder Judiciário.

INTRODUÇÃO

A virtualização foi uma estratégia adotada pelo Judiciário brasileiro para acompanhar a tendência global de adoção de ferramentas tecnológicas com a finalidade de trazer às suas atividades benefícios como celeridade, modernização e melhoria no acesso à justiça. Partindo do pressuposto de que o período de isolamento social da pandemia de Covid-19 serviu como simulação de como seria o Judiciário com a virtualização sendo a única forma de acesso à justiça, reflete-se quais os impactos dessas mudanças para os idosos, pessoas biologicamente, social e economicamente mais vulneráveis. A pesquisa se justifica por alavancar o debate acerca do fenômeno da virtualização do Judiciário, algo que, uma vez iniciado, seguirá a tendência de progresso e ampliação de seu raio de extensão, a fim de investigar sua repercussão prática, identificar vantagens e limitações a sererm superadas de modo a garantir o efetivo acesso à justiça. Para tanto, fez-se uma revisão bibliográfica a fim de identificar os principais estudos acerca do tema da virtualização do Judiciário, do princípio constitucional do acesso à justiça, as previsões normativas para a tutela dos idosos e o nível de sua inclusão digital, constantes em livros, mas, sobretudo em artigos, monografias, na legislação brasileira e em relatórios do Conselho Nacional de Justiça, por se tratar de um tema bastante atual.

MARCO TEÓRICO

Para o presente estudo, utilizou-se como fundamentação teórica os autores: Pierre Lévy (1996), Cappeletti e Garth (1988), Kim Economides (1999), Freitas e Mesquita (2021), Lago e Worm (2021), Oliveira *et al* (2021), Mattar *et al* (2019), Franco *et al* (2021), Santo e Pomin (2021), Netto, Hippertt e Garcel (2022), Moreira e Santos (2020) a fim de embasar e valorar a pesquisa bibliográfica. Desse modo, foram expostos os marcos históricos, conceituais e aspectos pertinentes à virtualização, acesso à justiça, exclusão digital, os idosos e sua vulnerabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa se realizou a partir de duas modalidades de pesquisa: a bibliográfica, a partir de doutrinas, artigos, artigos, monografias, inclusive online, que abordam a temática da virtualização do Judiciário; e a pesquisa documental, norteada pelo conteúdo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, das leis nº 11.419/2006, 11280/2006, 8.245/1991, 9.800/1999, 8842/1994, 10741/2003, além dos Projetos de Lei nº 5628/2019, 2792/2015, 5510/2013, 5628/2019, apontando para a necessidade de melhorias legais, e do relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa se dispôs a investigar os impactos da virtualização do Judiciário para o acesso à justiça dos idosos e, por seu caráter acadêmico, não apresenta uma conclusão, mas traz considerações obtidas a partir do estudo realizado. Percebe-se que, em que pese o fim do isolamento social motivado pela pandemia de Covid-19, com o gradual retorno à presencialidade nos atendimentos, a virtualização segue em tendência de expansão em todo o país. Acerca das vantagens, identificam-se a maior celeridade no desenvolvimento da prestação jurisdicional, maior economia em relação aos gastos com material de expediente e com deslocamento. Entre os aspectos negativos, aponta-se a disparidade de armas decorrente da exclusão digital, a barreira econômica que os impede de acessar às reuniões virtuais pela falta de acesso à internet ou a dificuldade de adquirir um aparelho eletrônico como *smartphone*, computador ou notebook. Acerca da virtualização, registra-se que ela tem como objetivos básicos alcançar a celeridade processual e melhorar o acesso à justiça, e é uma reposta à exigência de modernização proposta pela Emenda Constitucional nº 45/2004 e tem como marco legal a Lei 11.419 que trata da informatização do processo judicial. Embora exista um conceito de idoso como a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos, constata-se entre as normas infraconstitucionais a variação na idade para a concessão de direitos. Percebe-se ainda a tendência de envelhecimento da população até 2060, o que implica a necessidade de maior atenção do Estado à qualidade de vida dos idosos e seu acesso à justiça, hoje fragilizado por questões sociais, econômicas e biológicas, além da inobservância de preceitos legais como a criação de varas exclusivas e especializadas e a prioridade processual, o que motivou a propositura de vários projetos legislativos nesse sentido. Sobre os impactos da virtualização, constata-se que ela trouxe vantagens como a celeridade, superação de barreiras geográficas, desburocratização do processo e redução de custos. Ao tempo em que se identifica a redução do número de novos processos, dificuldades de acesso, falta de padronização dos sistemas, riscos de violação aos direitos fundamentais e a falta de capacitação para os usuários do sistema. Pensar novas formas de atuação dos tribunais é uma necessidade latente e as tecnologias se mostram importantes aliadas nessa tarefa. Mas para que haja a real inclusão dos idosos, precisa-se de atenção às suas particularidades, pois eles possuem plasticidade neural e, com os estímulos adequados,

são capazes de desenvolver novas habilidades como a adaptação ao ambiente virtual. A superação dos obstáculos identificados exige ações como a constante avaliação das estratégias adotadas, a adequação dos sistemas às especificidades do público idoso, a capacitação de todos os envolvidos para uso adequado das ferramentas disponíveis, além da superação de demandas estruturais, como a necessidade de alfabetização e o acesso à internet. Há que se pensar numa tutela jurídica que vá além do seu aspecto formal e possibilite um efetivo acesso à justiça àqueles que cresceram sem o uso de sistemas virtuais, sem prejuízo da relevante contribuição de outros atores envolvidos como os advogados e a família, de maneira que se auxilie sem podar o protagonismo desses idosos no exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº 10.741/2003**. Estatuto do Idoso. Brasília: DF, Outubro de 2003.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. 168 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2020**: ano-base 2019. Brasília: CNJ, 2020. Anual. 236 p

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996. 160 p. Tradução Paulo Neves.

RESUMO EXPANDIDO

Análise do Tráfico Internacional de Pessoas para fins de Exploração Sexual.

Liliane Lima Pinheiro (aluna do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: liliane.pinheiro@fvj.br); Orientadora: **Arielle Ary Carvalho** (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaribe, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil, que representa um crime transnacional com fins rentáveis. Em que pese à exploração sexual ser tipificada como crime no ordenamento jurídico brasileiro, o país é considerado um dos maiores polos exportadores de mulheres. Trata-se de um crime que viola direitos fundamentais, tendo em vista que expõe as vítimas a condições desumanas quando chegam no país de destino. O crime decorre de um contexto social imerso na desigualdade socioeconômica em que a busca por melhores condições de vida, faz com que várias pessoas se tornem vítimas desse crime. Assim, são ludibriadas quanto ao salário e às condições de vidas a que ficarão sujeitas caso deixem o país. Dessa forma, aborda-se no trabalho a legislação existente no país, assim como, os instrumentos internacionais, dentre eles, o Protocolo de Palermo, do qual o Estado brasileiro é signatário. Expõe-se acerca da operacionalidade do crime, analisam-se os tipos de tráfico de pessoas, bem como, avalia-se as medidas já existentes com a finalidade de combater o crime. A metodologia da pesquisa assenta-se em um estudo descritivo-analítico, de cunho bibliográfico e documental e de natureza teórica. Infere-se que o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ainda é bastante presente na sociedade brasileira, mesmo diante da ampla legislação nacional e os instrumentos internacionais existentes e que, com a finalidade de dar efetividade aos preceitos constitucionais, sobretudo, o da dignidade da pessoa humana, medidas efetivas são necessárias por parte do Estado brasileiro objetivando combatê-lo.

Palavras-chave: Tráfico de pessoas; Exploração sexual; Estado brasileiro; Violação dos Direitos Humanos; Possíveis soluções.

INTRODUÇÃO

O tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é um crime que existe desde a época da escravidão, o qual foi evoluindo até chegar aos moldes de tráfico de pessoas como conhecemos atualmente, sendo um dos mais rentáveis do mundo, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sabendo que não é uma modalidade recente, é inadmissível que a sociedade brasileira ainda seja vítima desse crime em pleno século XXI.

Dessa forma, o tráfico de pessoas apresenta-se com finalidades diversas, pois além da exploração sexual (objeto de estudo desse trabalho), há também a exploração para fins de trabalhos forçados, remoção de órgãos, adoção ilegal, todos sob as piores condições de vida. Ainda que esse assunto esteja em pauta tanto no âmbito internacional quanto no nacional há algum tempo, é possível perceber uma certa dificuldade em delimitar suas principais características. Com base nisso, será traçado um panorama histórico do tráfico de pessoas, começando com a escravidão

negra, em seguida com o tráfico de escravas brancas, até chegarmos no modelo de tráfico conhecido hoje, analisando principalmente a atuação do nosso ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse sentido, a legislação brasileira será analisada de forma a entender como o Brasil vem tratando esse crime desde a adesão do Protocolo de Palermo em 2004 até agora, sobretudo, no tocante ao artigo 149-A do Código Penal que o tipifica como crime, bem como, expõe os projetos de prevenção utilizados para combater o tráfico de pessoas; todos inseridos após a entrada da Lei do Tráfico de Pessoas entrar em vigor no ano de 2016 (Lei nº 13.344 de 06 de outubro de 2016).

Percebe-se que por mais que haja previsão legal tipificando-a como crime, a falta de informações é uma das principais aliadas para o cometimento desse delito. Apesar da sociedade brasileira estar imersa na tecnologia, pouco se sabe sobre esse assunto, o que favorece o aumento de organizações criminosas nesse sentido. Assim, é de suma importância a propagação desse tema no sentido de informar as pessoas sob como os criminosos agem e escolhem seus alvos a fim de atentar para não serem vítimas de tal atrocidade. Fica o questionamento: Em que medida o Estado brasileiro deve atuar no combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual?

A metodologia assenta-se em estudo descritivo-analítico, de natureza teórica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em que foram utilizadas obras de autores que abordam a temática, dentre eles, a autora Thaís Camargo de Rodrigues baseada em sua obra “Tráfico Internacional de Pessoas para Fins de Exploração Sexual”, assim como, consultas às legislações vigentes, documentos que abordam o assunto, dentre eles, a Cartilha expedida pela Secretária Nacional de Justiça (SNJ) sobre o tráfico internacional, o Protocolo das Nações Unidas e ainda, o posicionamento dos Superiores Tribunais brasileiros.

Para o desenvolvimento do trabalho, serão abordados no primeiro capítulo, os aspectos históricos do tráfico internacional de pessoas, as modalidades do tráfico e noções iniciais relacionadas ao tráfico para fins de exploração sexual. No segundo capítulo, far-se-á uma análise acerca da diferenciação entre tráfico internacional de pessoas e imigração ilegal e expõe-se sobre os princípios fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro, dentre eles, a dignidade da pessoa humana.

Serão discutidos, ainda, os perfis das vítimas e como esses traficantes escolhem os seus alvos, tal como analisam-se os elementos que contribuem para a dinâmica do tráfico e os métodos de aliciamentos exercidos por esses indivíduos. No terceiro capítulo serão avaliadas as políticas públicas implementadas para o combate ao tráfico de pessoas, bem como, as medidas efetivas pelas quais o Estado brasileiro com o seu dever de proteção social deve implementar com a finalidade de combater esse tipo de crime.

Por fim, conclui-se que, em que pese a existência de legislações tipificando o tráfico de pessoas como crime, a prática voltada para fins de exploração sexual ainda representa uma realidade na sociedade brasileira. Nesse sentido, o Estado brasileiro diante do seu dever de promover a proteção social, deve combatê-lo com sanções mais gravosas, bem como, implementar políticas públicas, sobretudo, relacionadas à educação e à informação para a sociedade. O objeto é erradicar o referido crime, fazendo com que os preceitos do Estado democrático de direito tenham efetividade, sobretudo, respeitando a dignidade da pessoa humana.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: RODRIGUES (2013), NUCCI (2017), além das legislações acerca do tema para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para à análise do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, destacando os impactos desse crime na sociedade.

METODOLOGIA

A metodologia assenta-se em estudo descritivo-analítico, de natureza teórica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, em que foram utilizados livros de autores que estudam sobre o tema, dentre eles, Thaís de Camargo Rodrigues. A pesquisa se deu, ainda, por meio de sites oficiais, monografias e artigos científicos que versam sobre a temática, bem como, consulta à legislação anterior e atual vigente no país.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa analisou o crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Abordou-se no primeiro capítulo os aspectos históricos do tráfico internacional de pessoas, englobando conceito, modalidades do tráfico de pessoas e especificamente, o tráfico para fins de exploração sexual. No segundo capítulo, analisou-se a legislação nacionais e os instrumentos internacionais dos quais o Estado brasileiro é signatário, dentre eles, o protocolo de Palermo, bem como, a operacionalidade do crime e os problemas enfrentados pelas vítimas quando deixam o país.

No terceiro capítulo realizou-se uma visão crítica acerca da atuação do Estado brasileiro no combate ao crime, expondo as políticas públicas já existentes e quais medidas ainda precisam ser implementadas para a erradicação do crime no país. Em virtude de todos os fatos narrados e expostos ao longo da pesquisa, deduz-se que o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual não é uma ação recente, pois há relatos de sua existência por toda a história, fazendo vítimas diferentes ao longo de todos esses anos.

Dessa forma, por se tratar de um crime que exija uma organização bem articulada, possuindo um caráter transnacional e de alta rentabilidade, percebe-se que a sua erradicação ainda é medida distante. Ressalta-se que mesmo que o Estado brasileiro tenha se submetido a uma cooperação maior entre os órgãos nacionais e internacionais na tentativa de prevenir e reprimir esse crime, ele ainda se faz presente na sociedade brasileira, classificado como um dos países em que há mais tráfico de pessoas para fins de exploração sexual.

Sabe-se que o tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual viola os direitos fundamentais, sobretudo, o da dignidade da pessoa humana, pois as vítimas são submetidas a condições degradantes, desumanas. O Estado brasileiro na sua função de promover a proteção social, deve implementar medidas efetivas que combata o crime. Políticas públicas de prevenção, campanhas educacionais, debates sobre o tema, fiscalização em aeroportos, exposição dos métodos de aliciamento com a finalidade de propagar para a sociedade a existência do crime, são possíveis medidas entre as quais o país pode efetivar com o intuito de evitar que jovens, crianças, mulheres, travestis e homens sejam novas vítimas desse crime.

REFERÊNCIAS

NUCCI, Guilherme de Sousa. **Curso de Direito Penal –** parte geral. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. Disponível em: http: //www.ilo.org/wcmsps/groups/publication/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia-documents/publication/wcms-233892.pdf. Acesso em: 15 abril 2022.

RODRIGUES, Thaís de Camargo. **Tráfico Internacional de Pessoas para Fins de Exploração Sexual**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2013.

Uma análise das medidas restritivas à liberdade de culto durante a pandemia da COVID-19 no Estado do Ceará à luz de pressupostos constitucionais, da jurisprudência do STF e do direito comparado

Leandro Gomes da Rocha (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: leandrogmrc@gmail.com), Orientador: **Alfredo Narciso da Costa Neto** (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO
O presente trabalho é desenvolvido sob a temática das restrições à liberdade de culto durante a Pandemia da COVID-19 no Ceará. Justifica-se o presente tema escolhido, tendo em vista que os direitos fundamentais são fundamentais ao Estado Democrático de Direito. A forma como um Estado-Nação trata as garantias fundamentais será a medida de verificação se de fato esse Estado é uma Democracia. Nesse sentido a liberdade de culto, decorrente da liberdade religiosa, que é um direito fundamental, deve ser tratada com a devida precaução, sob pena de violação. Logo, analisar como se comportaram as medias restritivas ao direito aludido contribui para a melhor compreensão da democracia, ao passo que pode prevenir eventuais violações. Afinal, foram constitucionais as medidas restritivas totais à liberdade de culto no Estado do Ceará à luz de pressupostos constitucionais como a laicidade colaborativa brasileira, a proporcionalidade e de precedentes nacionais e estrangeiros? São estas as questões que o presente trabalho visa responder. A pesquisa é dividida em três momentos. Inicialmente, é abordada a contextualização, a conceituação dos direitos fundamentais, a liberdade religiosa e a liberdade de culto. Mostra-se o contexto pandêmico e as restrições no âmbito do Estado do Ceará. Logo em seguida, é analisado se as medidas de restrições à liberdade de culto permanecem diante do confronto com a laicidade colaborativa brasileira, a proporcionalidade e os precedentes nacionais e estrangeiros. A metodologia é descritivo-analítica, do tipo bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, posto que foca em compreender o assunto abordado e suas motivações. Têm-se como resultados esperados a contribuição para o debate sobre os direitos fundamentais no âmbito do Estado do Ceará e que as restrições totais à liberdade de culto, embora válidas sob a ótica da ADPF 811 SP, são controversas e problemáticas à luz dos outros referenciais, merecendo a crítica feita.

Palavras-chave: Direitos fundamentais. Laicidade. Liberdade de Culto. Liberdade Religiosa. Proporcionalidade.

INTRODUÇÃO

No fim do ano de 2019 para o início do ano de 2020, uma pandemia de proporções comparáveis à gripe espanhola (1918-1919) se espalhou pelo mundo. Em todo mundo foram tomadas medidas drásticas para o controle do famigerado novo coronavírus, que foi denominado SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Países começaram a se fechar logo que em seus territórios pululavam os casos da nova doença. As medidas restritivas adotadas afetaram uma enorme cadeia de serviços e a própria normalidade da vida, sequer pouparam os direitos humanos fundamentais. Assim que chegou ao Brasil, a nova doença despertou atenção dos governos e poderes da nação e assim que surgiram os primeiros casos confirmados as autoridades brasileiras mimetizaram os governos e poderes de outros países e também adotaram medidas severas de combate à COVID-19. No Estado do Ceará, a partir de março de 2020 o cerco aos direitos fundamentais começou a se fechar com a proibição ou suspensão total das atividades religiosas, leia-se: liberdade de culto. Nesse contexto, o presente trabalho traz uma análise das medidas que restringiram o direito à liberdade de culto

no âmbito do Estado do Ceará, tomando como base os decretos estaduais expedidos, a partir de pressupostos constitucionalmente previstos, explícita ou implicitamente, bem como a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de precedentes alienígenas que tangenciaram nos seus respectivos países o direito à liberdade de culto, a fim de esclarecer a (in) constitucionalidade das mencionadas restrições.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Vieira e Regina (2021), Vieira e Regina (2020), Moraes (2003, p. 19), Moraes (2020), Silva (2016), Mendes (2021), Campos e Nancy Andrighi (2021), Alexy (2015), Sarlet (2011) e Sarlet e Neto (2020) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Foram também bastante exploradas diversas jurisprudências do STF que tangenciaram os direitos discutidos no trabalho, além de dois precedentes estrangeiros fundamentais para o debate que foi feito na pesquisa.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, a pesquisa é qualificada como descritivo-analítica, do tipo bibliográfica e documental. A abordagem é qualitativa, posto que foca em compreender o assunto abordado e suas motivações, ao passo que busca responder à pergunta problema. Desta feita, a pesquisa foi construída mediante o suporte de obras doutrinárias, legislação brasileira, artigos científicos e jurisprudências sobre a temática.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os direitos fundamentais constituem-se, inequivocamente, como as bases dos estados democráticos de direito. Alexandre de Moraes (2003, p. 19) vaticina que a ideia por trás do que se denomina direitos fundamentais é a necessária limitação e controle dos abusos de poder pelo Estado. Nesse contexto, o direito à liberdade de culto, que decorre do direito à liberdade religiosa, que por sua vez decorre do direito à liberdade em si mesmo, é um direito fundamental.

Acerca da liberdade religiosa, Thiago Rafael Vieira e Jean Marques Regina (2020, p. 89) argumentam de forma muito acertada, que esta é uma das formadoras das instituições democráticas, e somente pode ter eficácia em um Estado Constitucional. Já sobre a liberdade de culto, asseveram Vieira e Regina (2021, p. 89 e 90) que a mesma constitui a base de qualquer Estado Democrático Constitucional, tendo grande importância para a democracia, por conta da nuclear pluralidade de ideias e pensamentos contidas em tal expressão da liberdade religiosa.

Posto isso, a liberdade de culto, no âmbito do Estado do Ceará sofreu grandes restrições. Os decretos estaduais expedidos pelo Poder Executivo do Estado do Ceará tiveram o efeito prático de abolir o direito à liberdade de culto por 130 (cento e trinta) dias ao todo. Isso se deu por conta de precedentes do Supremo Tribunal Federal que deram bastante autonomia à estados e municípios para que estes pudesse estabelecer medidas de combate à COVID-19.

No entanto, essas medidas restritivas que suprimiram a liberdade de culto são problemáticas e controversas à luz dos pressupostos constitucionais da laicidade colaborativa brasileira e da proporcionalidade. Sobre a laicidade colaborativa brasileira, afirmam Vieira e Regina, (2021, p. 191 e 192) que a mesma não tem o condão de expulsar da esfera pública a manifestação religiosa, mas traz uma abordagem de colaboração e proteção à liberdade religiosa, bem como um tratamento igualitário. Não se comporta o Brasil como um país que possui uma laicidade de combate ou de negação, que visam menosprezar a fé e considerar a mesma um bem menor. À luz de tal conceito, soa estranho a total e completa restrição do direito à liberdade de culto.

No tocante ao pressuposto constitucional da proporcionalidade, implícito na Lei Maior do país, as medidas restritivas impostas à liberdade de culto no Ceará desobedecem os

subprincípios da necessidade e da adequação, posto que foram medidas que sacrificaram um direito fundamental visando à saúde pública, quando seria possível a coexistência de tais direitos.

Por fim, quando do pronunciamento do STF acerca da controvérsia tema do trabalho em destaque, no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 811 SP, as medidas restritivas totais à liberdade de culto ganharam sobrevida, pelo que podem, na perspectiva do ordenamento jurídico nacional, serem consideradas constitucionais. Tal raciocínio, no entanto, cai por terra diante do Direito Comparado. Pelos julgados da Suprema Corte dos Estado Unidos e do Conselho de Estado da República da França as medidas restritivas que suspenderam à liberdade de culto no âmbito do Estado do Ceará padecem de completa inconstitucionalidade, posto que desproporcionais, haja vista que sacrificam o direito à liberdade de culto e desconsideram medidas menos danosas a outros direitos fundamentais, para a preservação do direito à saúde.

Sendo assim, compreende-se que as restrições totais à liberdade de culto no Estado do Ceará, que perduraram por exatos 130 (cento e trinta) dias, com o objetivo de garantir à saúde pública, estão asseguradas pelo ato de soberania política que foi a Decisão do STF na ADPF nº 811 SP, portanto, as mesmas gozam de validade. Entretanto, quando submetidas ao pressuposto da laicidade colaborativa brasileira, ao princípio da proporcionalidade e à precedentes estrangeiros que cuidaram no tema nos seus respectivos países, as restrições supramencionadas tornam-se totalmente controversas, não podendo subsistir à melhor técnica.

REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil Doutrina e Jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Thiago Rafael; REGINA, Jean Marques. **A laicidade colaborativa brasileira: da aurora da civilização à Constituição brasileira de 1988.** São Paulo: Vida Nova, 2021.

VIEIRA, Thiago Rafael; REGINA, Jean Marques. **Direito Religioso: questões práticas e teóricas.** 3. ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Vida Nova, 2020.

RESUMO EXPANDIDO

A punibilidade dos casos de violência obstétrica no âmbito do Direito Penal brasileiro

Julia Emilly da Silva Falcão (aluna do curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE Centro Universitário, e-mail: julia.emily@fvj.br); Orientador: **Jackeline Ribeiro e Sousa** (professora-mestra do Curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE Centro Universitário, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso que ora se apresenta à UniJaguaribe Centro Universitário está inserido na área de Direito Penal e adere à linha de pesquisa em Criminologia Social. O estudo é desenvolvido sob a temática da punibilidade dos casos de violência obstétrica no âmbito do Direito Penal brasileiro, tendo em vista que, devido à inexistência de lei específica brasileira que trate sobre o assunto, são realizadas, atualmente, correspondências penais entre os crimes já tipificados em lei e as ocorrências de violência contra a parturiente. Como objetivo geral, a pesquisa busca analisar acerca da eficácia da legislação penal brasileira no combate à violência obstétrica. Para atingir o objetivo geral, têm-se como objetivos específicos: examinar a violência obstétrica como uma espécie de violência contra o sexo feminino, que compromete o bem estar geral das vítimas, identificando os casos mais comuns de violência obstétrica e as formas como se manifesta; averiguar a repercussão do assunto no âmbito internacional, explanando os países que já inseriram penalidades específicas ao assunto em seus dispositivos normativos; verificar como o ordenamento jurídico brasileiro vem atuando no combate à violência obstétrica no território nacional. A pesquisa é dividida em três momentos. Inicialmente, são abordadas as definições dos termos violência obstétrica e violência de gênero, estabelecendo uma correlação entre estes. Mostra-se as principais características que definem a violência obstétrica, suas formas e os casos mais recorrentes. Logo em seguida, analisa-se o tema à nível internacional, ao realizar uma abordagem detalhada dos tratados internacionais elaborados com o intuito de defender o sexo feminino diante dos casos de violência contra às mulheres a nível mundial, além de explanar os países pioneiros a inserir o tema em seus dispositivos normativos. Por fim, objetiva-se analisar a posição do Direito Penal brasileiro perante a violência obstétrica, ao tratar sobre as violações aos direitos humanos resultantes da violência contra a gestante, os correspondentes penais presentes no ordenamento jurídico pátrio, as leis federais em curso, e enfim, discutir a necessidade de criação de lei específica que trate sobre violência obstétrica. A metodologia é descritivo-analítica, do tipo bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, posto que foca em compreender o assunto abordado e suas motivações. Têm-se como resultados esperados a contribuição para o conhecimento das punibilidades aplicadas atualmente aos que cometem violência obstétrica, além de verificar se há a necessidade de criação de lei específica que possua a finalidade de criminalizar tal espécie de violência e penalizar os causadores.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Violência de gênero. Direito Penal. Criminalização. Dignidade da pessoa humana. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Atualmente, no território nacional, as principais causas de mortalidade neonatal são as falhas na atenção adequada à mulher durante a gestação e o parto, bem como ao recém-nascido. Apesar da existência de garantias previstas na Constituição Federal e nos tratados internacionais que preconizam a proteção ao gênero feminino, o Brasil carece de legislação específica para coibir a violência obstétrica em seu ordenamento jurídico. Diante desse cenário, o presente trabalho visa analisar os casos de violência obstétrica praticados por médicos e profissionais da saúde dentro dos ambientes

hospitalares, verificando a punibilidade imposta a esses atos pelas normas de Direito Penal utilizadas por países ao redor do mundo, incluindo o Direito Penal brasileiro. Além disso, tem como objetivo geral analisar a eficácia da legislação penal brasileira no combate à violência obstétrica. Como objetivos específicos, o presente trabalho busca examinar a violência obstétrica como uma espécie de violência contra o sexo feminino, que compromete o bem-estar geral das vítimas. Ademais, visa averiguar a repercussão do assunto no âmbito internacional, explanando os países que já inseriram penalidades específicas ao assunto em seus dispositivos normativos. Por fim, procura verificar como o ordenamento jurídico brasileiro vem atuando no combate à violência obstétrica no território nacional. A pesquisa é dividida em três capítulos. Primeiramente, são abordadas as definições dos termos violência obstétrica e violência de gênero, estabelecendo uma correlação entre estes. Logo em seguida, analisa-se o tema à nível internacional. Faz-se uma abordagem detalhada dos tratados internacionais elaborados com o intuito de defender o sexo feminino diante dos casos de violência contra às mulheres em escala mundial. Ainda, faz-se uma explanação acerca de países latino-americanos considerados pioneiros em tratar sobre o tema da violência obstétrica em seus dispositivos normativos internos. Por fim, objetiva-se analisar a posição do ordenamento jurídico brasileiro perante a violência obstétrica.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Amorim; Katz (2010), Diniz (2015), Jansen (2019), Kyrillos (2016), Lange (2015), Sarlet (2002), Sens; Stamm (2019) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a discussão doutrinária quanto a classificação da violência obstétrica como violência de gênero.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: o bibliográfico, por meio de doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, inclusive online que tratam sobre a temática no Brasil e em outros países, a exemplo da Argentina e Venezuela. Da mesma maneira, que documental, através do estudo da Constituição Federal de 1988, do Código Penal de 1940, do decreto nº 4.377/2022, da lei nº 11.108/2005 e dentre outras, dos projetos de lei, a exemplo das iniciativas de nº 7.633/2014, 7.867/2017 e 8.219/2017, que demonstram a preocupação do legislador e a necessidade de regulamentação do tema no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao tratar da violência obstétrica como violência de gênero, observou-se que essa vem a ser considerada como tal devido ao estado de vulnerabilidade em que a mulher gestante se encontra. Constatou-se que o conceito de violência obstétrica segue tão desconhecido e banalizado, que muitas mulheres não conseguem visualizar os maus-tratos sofridos. Além disso, há resistência por parte dos profissionais da saúde em aderir ao termo, o que continua sendo um impasse para que a problemática da violência obstétrica se torne discutida e veiculada com a seriedade que necessita. Por meio de uma explanação dos procedimentos violentos realizados e de suas consequências à integridade da mulher, conclui-se que a parturiente possui o pleno direito de ter conhecimento sobre os procedimentos a serem realizados e sobre suas devidas justificativas. Ao analisar o combate à violência obstétrica no âmbito internacional, percebeu-se que países latino-americanos como Argentina e Venezuela se destacam no tocante à disseminação do conceito discutido. Uma vez abordado o tratamento do ordenamento jurídico brasileiro perante a violência obstétrica, foi possível examinar que o direito brasileiro tem avançado de modo significativo quando se trata dos direitos da mulher. Entretanto, ainda não há uma legislação ou lei específica que tipifique a violência obstétrica como crime na seara

penal. Percebeu-se que, por mais que exista a responsabilização criminal dos infratores a partir de uma correspondência entre as características do ato de V.O. e os crimes tipificados no Código Penal, a ausência de uma lei específica que trate do assunto revela um considerável retrocesso após tantos anos de luta pela conquista dos direitos femininos. Por fim, apurou-se que há urgência no tocante à promulgação de lei federal específica que criminalize a violência obstétrica, a fim de que seja proporcionado às mulheres gestantes um amparo legislativo antes, durante e após o parto, bem como, sejam definidas punições aos infratores.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Melania Maria Ramos de; KATZ, Leila. **O papel da episiotomia na obstetrícia moderna**. Femina, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 47-54, 2008.

DINIZ, Simone Grilo et al. **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil**: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. Journal of Human Growth and Development, v. 25, n. 3, 2015. p. 1-8. DOI: http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.106080. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v25n3/pt_19.pdf. Acesso em: 11 mai. 2022.

JANSEN, Mariana. **Violência Obstétrica**: por que devemos falar sobre? 2019. Disponível em: https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/. Acesso em: 11 de mai de 2022

KYRILLOS, Gabriela. **Os direitos das mulheres no sistema internacional de direitos humanos**. Captura Críptica: direito, política, atualidade, 5(1), 57-79. 2016. Disponível em: Os direitos das mulheres no sistema internacional de direitos humanos / Women's rights in the international human rights system | Kyrillos | Captura Críptica: direito, política, atualidade (ufsc.br). Acesso em: 22 mar. 2022.

LANGE, Melissa. **Outras dores além do parto**: um estudo de caso com mulheres vítima da violência obstétrica. Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/10270. Acesso em: 05 mar. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição da República de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 22. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13488/13488_3.PDF. Acesso em: 13 abr. 2022.

SENS, Maristela Muller; STAMM, Ana Maria Nunes de Faria. **A percepção dos médicos sobre as dimensões da violência obstétrica e/ou institucional**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 23, p. e170915, 2019. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/icse/2019.v23/e170915/pt. Acesso em: 24 mar. 2022.

RESUMO EXPANDIDO

Nova Lei de Licitações: Um estudo acerca do procedimento auxiliar de pré-qualificação de bens como marco na história das aquisições públicas

José Estelita de Aquino Filho (aluno do curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE, e-mail: jose.filho@fvj.br); Orientador: **Francisco das Chagas da Silva** (professor-Especialista do Curso de Bacharelado em Direito da UNIJAGUARIBE, e-mail: francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa denominado “nova lei de licitações: um estudo acerca do procedimento auxiliar de pré-qualificação de bens como marco na história das aquisições públicas”, tem como principal objetivo aferir se a utilização do procedimento auxiliar de pré-qualificação de bens poderá impactar positivamente no processo de aquisições públicas, no que diz respeito a qualidade dos produtos, a celeridade e economicidade nos procedimentos, bem como atender ao princípio da eficiência na Administração Pública. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de finalidade básica estratégica, de objetivo descritivo, sob o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa e realizada com escopo bibliográfico e documental. Utilizando-se de análises preexistentes acerca do tema, elaboradas a partir da antiga lei de licitações e contratos e do regime diferenciado de contratações, foi possível traçar o perfil de como se comportará a utilização do instituto. Ao final, a hipótese foi confirmada, indicando que o procedimento auxiliar de pré-qualificação de bens será um importante e revolucionário instrumento de eficiência na história das licitações públicas.

Palavras-chave: Nova Lei de Licitações. Procedimentos Auxiliares. Pré-qualificação de Bens.

INTRODUÇÃO

O artigo 78 da Nova Lei de Licitações e Contratos expõe um rol de procedimentos auxiliares administrativos de diferentes naturezas e finalidades, voltados, conforme o caso, à seleção de potenciais contratados, à estruturação de soluções inovadoras para a Administração Pública e à veiculação de regimes procedimentais de contratação.

Tais institutos reúnem diversos procedimentos administrativos autônomos, que nada têm a ver com uma licitação específica, e seus resultados podem ser utilizados para um número indeterminado de contratos, o que é favorável à padronização, economia e racionalização das atividades administrativas. (MARÇAL, 2021).

Segundo a lei, são procedimentos auxiliares: (1) o credenciamento, (2) a pré-qualificação, (3) o procedimento de manifestação de interesse, (4) o sistema de registro de preços, e (5) o registro cadastral.

Dentre os procedimentos auxiliares disponíveis, a pré-qualificação chama-nos bastante a atenção, posto que traz consigo um vislumbre da possibilidade de indicação de marcas para as licitações futuras sem, no entanto, conflitar com o princípio da isonomia, a restrição da competitividade e o livre comércio.

A premissa deste trabalho surgiu ao vivenciar o dia-a-dia dos setores de compras públicas e constatar a dificuldade enfrentada pelas equipes, em adquirir produtos de boa qualidade e durabilidade, estando restritas a detalhamentos de requisitos técnicos do objeto genéricos e compelidas a comprar pelo critério de menor preço.

O Tribunal de Contas da União, tem refutado a utilização de marcas em licitações, exceto em raríssimos casos, devidamente justificados, visando a manutenção da padronização (TCU, 2012).

Nessa perspectiva, a popularização da pré-qualificação de bens poderá se tornar um marco na história das aquisições públicas, conferindo a administração produtos de qualidade aprovada e comprovada, bem como maior celeridade nos procedimentos licitatórios, posto que o instituto poderá servir a um número indeterminado de licitações.

Assim, considerando os principais elementos do cenário até aqui apresentados, indaga-se: o procedimento auxiliar de pré-qualificação de bens terá efeito positivo nas contratações da Administração Pública?

Parte-se da hipótese de que o procedimento de pré-qualificação constante da NLL, possibilitará a administração pública contratar bens com delimitação previa de marca e modelo, nesta circunstância tal procedimento, inquestionavelmente, terá como resultado o produto que melhor atende as necessidades do ente público, em relação aos padrões técnicos e de qualidade desejados.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica básica utilizada para o presente trabalho são dos autores indicados: Carvalho (2020), Di Pietro (2021), Fassio e Nóbrega (2021), Heinen (2021), Justen Filho (2021), Mazza (2019), Meirelles e Burle Filho (2016) e Torres (2021), utilizada para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Desta feita, foi apresentado as principais discussões conceituais e principiológicas sobre o tema estudado, traçando um paralelo entre a nova lei de licitações e a legislação esparsa existente, que trata da pré-qualificação de bens.

METODOLOGIA

Para a presente pesquisa foi desenvolvida uma pesquisa de finalidade básica estratégica, de objetivo descritivo, sob o método hipotético-dedutivo, com abordagem qualitativa e realizada com escopo bibliográfico e documental, visando demonstrar que o instituto da pré-qualificação objetiva, será um grande marco para as contratações públicas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a presente pesquisa, buscou-se apresentar o procedimento auxiliar de pré-qualificação de bens, sob a perspectiva do novo regulamento geral das licitações e contratos públicos, a Lei nº 14.133/2021. Para tanto, foi realizada pesquisa doutrinária e jurisprudencial acerca do tema, utilizando-se de referências pré-existentes no mundo jurídico, recortadas das práticas de utilização do instrumento no campo do regime diferenciado de contratações e da antiga lei geral de licitações e contratos - Lei 8.666/93.

Acerca do tema, foi possível traçar um panorama histórico sobre as licitações, sua origem e regramento legal, oportunidade na qual apresentamos um pouco sobre as modalidades existentes na legislação esparsa, bem como as provenientes da NLL. Também foi possível proceder com uma breve analise de todos os instrumentos auxiliares às licitações relacionados na NLL.

Dentre os instrumentos auxiliares existentes, demos destaque a pré-qualificação objetiva, ou pré-qualificação de bens. Na pesquisa realizada, foi possível verificar alguns de seus objetivos, os procedimentos que o administrador deverá observar em sua aplicação e quais os benefícios em utilizar o instituto.

No que diz respeito a hipótese levantada, acerca da possibilidade da indicação de marcas em licitações advindas dos procedimentos auxiliares de pré-qualificação, sem, no entanto, ferir princípios basilares que a Administração Pública está subordinada, em especial o da igualdade e da isonomia, restou evidenciado que é plenamente possível, desde que tal indicação esteja atrelada única e exclusivamente no interesse público.

Evidente que, por se tratar de regulamento recente, atravessando um período de transição, em que boa parte dos órgãos públicos não estão capacitados para o pelo vigor da legislação, ainda não é foi possível identificar casos concretos para subsidiar a presente pesquisa, porém ficamos bastante entusiasmados com o resultado dos estudos, pois se todo o exposto se mostrar viável, o ente estatal terá uma importante ferramenta para o aperfeiçoamento das compras públicas, empregando maior eficiência e economicidade aos gastos públicos.

Destarte, o presente estudo mostrou-se importante para a comunidade jurídica, posto que foi possível ter um vislumbre, a partir da constatação de experiência na utilização do instituto de pré-qualificação em outras modalidades, que sua aplicação trará maior eficiência para as contratações públicas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Mateus. Manual de direito administrativo. 7. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Estrutura geral da nova lei: abrangência, objetivos e princípios. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (Org.) et al. Licitações e contratos administrativos: inovações da Lei 14.133/21. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

FASSIO, Rafael Carvalho de; NÓBREGA, Marcos. Procedimentos auxiliares na Nova Lei de Licitações: o Rating de fornecedores no registro cadastral e o procedimento de manifestação de interesse. Disponível em: www.licitacaoecontrato.com.br. Acesso em: 05 out. 2021.

HEINEN, J. Pré-qualificação no regime diferenciado de contratações. Revista Digital de Direito Administrativo, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 392-408, 2014. DOI: 10.11606/issn.2319-0558.v1i2p392-408. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/76204. Acesso em: 18 ago. 2021.

JUSTEN FILHO, Marçal. A pré-qualificação como procedimento auxiliar das licitações do RDC (Lei 12.462/2011). Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini, Curitiba, nº 56, outubro de 2011. Disponível em <https://www.justen.com.br/pdfs/IE56/IE56-marcal_rdc.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 9. ed. rev. e atual - São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes e BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. Atualizada até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

TORRES, Rony Charles Lopes de. Lei de Licitações Públicas Comentada. 12. ed. rev., ampli. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2021.

ANÁLISE JURÍDICA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL

Isabella Vieira De Lima1 (Aluna do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: isabella.vieira@fvj.br), **Jackeline Ribeiro e Sousa2** (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Orientadora da pesquisa. E-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A violência obstétrica é complexa e no Brasil já é bem discutida. É uma violência silenciada qualificada como uma manifestação da violência de gênero por ter as mulheres no período de gestação como o alvo principal. O estudo ora apresentado tem como objetivo analisar como o sistema jurídico brasileiro trata acerca da violência obstétrica, como objetivos específicos: analisar a violência obstétrica como forma de violência de gênero, fazer uma análise acerca da violência obstétrica no Brasil como uma prática violadora dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988. A violência obstétrica contra as mulheres, em relação ao parto demanda esforços da sociedade para compreender e reconhecer os direitos legitimados. Reconhece-se que a violência obstétrica é uma forma de violação dos direitos da mulher e necessita de atenção nas ações de saúde, na humanização, mudança de cenário urgente e a celeridade da lei.

Palavras–chave: Violência Obstétrica. Violência de Gênero. Sistema Jurídico.

INTRODUÇÃO

A gestação é considerada um dos momentos mais intensos vividos pela mulher no qual ocorre diversas transformações em seu corpo, entre elas, fisiológicas, sociais e psicológicas. A orientação dos profissionais é de suma importância em relação aos exames que devem ser realizados, consultas e seus principais direitos que devem ser respeitados desde à concepção do feto ao puerpério. No entanto, em alguns casos ocorre o contrário e a mulher é violentada pela sua condição feminina. A violência obstétrica é um termo que ganhou maior repercussão a partir dos movimentos sociais em prol do parto humanizado no Brasil, para designar intervenções dentro dos sistemas de saúde e do atendimento às gestantes durante todo o ciclo gravídico-puerperal, incluindo os casos de abortamento. No país, uma em cada quatro mulheres sofrem com a violência durante o parto com condutas que desrespeitam o direito do nascimento de seus filhos. O surgimento da violência obstétrica no Brasil, já se acha há muitos anos e tem vitimado muitas mulheres que desconhecem que são desrespeitadas, sofrem por serem expostas a situações que abrangem a tortura física ou emocional, por não receberem a devida atenção ao parto humanizado, sendo negado aos filhos o direito de nascer de um jeito natural, tranquilo e feliz. A violência obstétrica pode ser exercida no pré-parto, durante o parto ou no pós-parto. Para a mulher o parto é um momento significativo, portanto, a preparação (pré-parto), a realização e a pós realização, devem ser regadas de cuidado, respeito e atenção, salvaguardando a garantia da integridade física e psíquica da gestante, tendo em vista a dignidade da pessoa humana. A violência obstétrica pode ser física e/ou psicológica e pode deixar sequelas.

MARCO TEÓRICO

O termo "violência obstétrica" surgiu na América Latina em 2000, juntamente com o surgimento dos movimentos sociais em defesa do nascimento humanizado. O termo, é usado para descrever desde a assistência ao parto, até a violência física contra a parturiente (ZANARDO et al.,2017). A violência obstétrica tem um conceito abrangente e busca caracterizar todos as expressões, físicas, psicológicas, verbais ou até mesmo sexual, explicitas ou ocultas, de caráter violento que foi feito contra a mulher grávida e sua família, por

profissionais em instituições de saúde, seja, no tempo do pré-natal, do parto, pós-parto ou do aborto (DUTRA, 2017). A violência obstétrica tem consequências dolorosas que as gestantes carregam por longos anos, como uma marca da vida e de uma gravidez assinalada pela dor, abuso e desinformação. Dionisio e Barbosa (2020, p. 4). Destacam que a "prática de qualquer ato violento mais grave pode ensejar a mortalidade materna e infantil". A violência contra a mulher apresenta-se em diferentes formas e contextos. Pode ser conceituada como sendo um ato ou uma conduta baseada no gênero, que seja capaz de ocasionar morte, dano ou sofrimento de ordem física, sexual ou psicológico, seja de competência pública ou competência privada (MAGALHÃES, 2019). A violência obstétrica é uma questão que já está sendo discutida e difundida no Brasil, mesmo que a grande maioria da população desconheça seu conceito e, até, já tenha sido vítima e não tenha conhecimento deste fato (SPACOV; SILVA, 2019). Esse tipo de violência se efetiva em todos os atos abusivos dirigidos às gestantes, parturientes e puérperas, que são processados por profissionais da área da saúde, ou em âmbitos hospitalares públicos ou privados (CHINELATO; PERROTA, 2019).

METODOLOGIA

A partir da pesquisa bibliográfica e exploratória de natureza qualitativa, contendo uma revisão sistematica foi realizado esse estudo, limitando-se a análise da violência obstétrica no Brasil.. Realizou-se uma pesquisa virtual nas plataformas *Eletronic Library Online* (SciELO) e Google acadêmicos, buscou-se como fontes os artigos disponibilizados na Internet, matérias publicadas em sites oficiais, artigos acadêmicos e monografias, assim como em revistas especializadas, livros e Constituição Federal de 1988, o Código Penal Brasileiro e a legislação vigente no país. Através da revisão sistemática desenvolvimento da revisão sistemática deu-se por meio de etapas distintas, a identificação do tema, objetivos e investigação para a elaboração do estudo, a avaliação das pesquisas adicionadas na revisão sistemática, e também a interpretação dos resultados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Violência Obstétrica configura-se como obstáculo para a efetivação constrangidos pelo abuso obstétrico, isto porque não, a mulher. O poder de decisão, o respeito a individualidade e a autonomia da mulher como sujeito não tem em contas. A violência de gênero é um fenômeno que está implantado na cultura dos povos e que encontra-se presente na sociedade moderna. Analisa-se que os estudos realizados acerca da violência contra a mulher no Brasil têm constituído relevantes contribuições empíricas e teóricas para a percepção e a compreensão do fenômeno. Estudos teórico e prático devem ser desenvolvidos inclusive porque no que se refere ao conhecimento e a aplicação, sobre essa problemática ainda são tímidos, principalmente como forma de transmitir novos conhecimentos e experiências que consigam ajudar de modo positivo a dizimar a violência contra a mulher, de modo exclusivo, a violência obstétrica. Nesse sentido, faz-se necessário a construção de entendimentos novos, pois o que se espera no processo de defesa dos direitos da mulher e aqui trata da mulher grávida, que ela seja respeitada na sua gestação, desde a atenção no pré-natal, puerpério e neonatal, também em situações de complicações e até mesmo de abortamento. Pois, o que é percebido é que cada vez mais a mulher sofre no atendimento e tratamento pela falta de atenção a sua saúde e ado recém-nascido. A violência obstétrica, mesmo sendo um tema que hoje alcança uma maior visibilidade, ainda constrói dia a dia vítimas, e assim sendo, o país no que tange a legislação a nível federal continua carente de aprimoramento para embasar a defesa das vítimas, mesmo que tais direitos já estejam garantidos na Constituição Federal. Reconhece-se que esse tipo de violência necessita ser enfrentada de forma direta e rígida, porque a violência obstétrica é uma forma de violação dos direitos da mulher e necessita de atenção nas ações de saúde, na humanização,

mudança de cenário urgente e a celeridade da lei. Contudo, vê-se falta de informação e orientação, da sociedade, ainda por cima, a ausência de Lei que tipifique de modo especifico a prática violenta, para permitir e garantir uma penalidade própria aos agentes da coação, considerando que a opção de recorrer por leis esparsas não responsabiliza, devidamente, o agressor, ficando a mulher frustrada, já que teve seu direito infringido e a dignidade humana violada. Enfim, que a violência obstétrica seja erradicada e a legislação assegure os diretos da mulher na gestação, durante parto, puerpério e do recém-nascido, visto que a população que conhece a violência obstétrica espera que as práticas obstétricas não fiquem impunes e que o operador do direito aplique o que está disponível hoje, no ordenamento jurídico, com celeridade, pois os crimes cometidos contra mulher não podem continuar sendo silenciados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHINELATO, D. C PERROTA, R. P. C. **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO, 2019.** Disponível em: http://hdl.handle.net/123456789/2628

DIONISIO, E. N; BARBOSA I. dos S. **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO ÂMBITO JURÍDICO.** Revista Eletrônica da ESA/RO, 2022.

DUTRA, J. C. **Violência Obstétrica: mais um exemplo de violação aos Direitos das Mulheres**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Ciências Jurídicas, Santa Rita, 2017.

MAGALHÃES, R C de M. **Violência obstétrica no contexto da violência feminina. 2020.** Tese (Doutorado em Direito) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

ZANARDO, G. L. de P et al. **Violência obstétrica no brasil:** Uma Revisão Narrativa. Revista Psicol. Soc., Belo Horizonte, v.29, jul. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822017000100218&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 07 abr. 2022

A PRIMAZIA DA GUARDA COMPARTILHADA EM RELAÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Hellen Ketlen Silva Carvalho (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: hellen_ketlen@hotmail.com), Orientadora: Arielle Arry Carvalho (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

A vigente pesquisa trata sobre os casos de alienação parental, sendo que um dos cônjuges sempre coloca os filhos contra um de seus genitores, discorrendo para eles situações que são inverídicas. O texto apresenta como uma das maiores causas para esse cenário, o fato dos cônjuges terminarem seus casamentos com brigas, sendo que um dos sujeitos sempre tem mais mágoas que o outro e usa de artifícios com o/os filhos para efetivar problemas entre crianças e genitores. Cabe saber que a presente pesquisa tem o objetivo refletir sobre a guarda compartilhada e a possibilidade desta eliminar a situação da alienação parental. Para que o estudo alcance seu intento é efetivada uma pesquisa de cunho bibliográfico, sendo este preponderante para a apresentação de dados relevantes acerca da alienação parental. Chega-se à percepção de que a guarda compartilhada é um meio encontrado pelo Estado para que ambos os pais participem do crescimento de seus filhos de forma ativa, sendo que ambos são responsáveis por todas as questões que se voltam as crianças. Ainda, fica evidente que a justiça não intervém nos casos para favorecer aos adultos, mas para apresentar a estes que o que precisa ser discutido é o bem estar dos menores. Conclui-se que a pesquisa não se encerra com esse estudo, já que constantemente as decisões judiciais mudam nesse contexto, fazendo-se necessário repensar as informações anteriormente a ela discutidas.

Palavras-chave: Alienação Parental; Cônjuges; Guarda Compartilhada; Poder Judiciário; Separação.

INTRODUÇÃO

A guarda compartilhada decorre do poder familiar, do dever dos pais de promover a criação dos filhos. A guarda compartilhada é a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto. Quando um casal dissolve a sociedade conjugal por meio do divórcio, por exemplo, se faz necessário decidir acerca da guarda dos filhos menores de idade. Isso faz com que ambos os genitores não percam o acesso a estes e possam exercer os direitos e deveres que decorrem do Direito de Família. A guarda compartilhada entrou em vigor no país por meio da lei nº 11.698 de 13 de junho de 2008. A finalidade da referida legislação é a de minimizar os impactos sentidos por crianças e adolescentes quando seus genitores dissolvem o vínculo conjugal ou quando têm filhos fora do casamento. Cabe ressaltar que o resguardo aos interesses do menor não ocorre apenas por meio da legislação acima mencionada, já que a Lei n. 13.058/14 aprofunda a discussão acerca de como deve ocorrer o processo de guarda compartilhada, levando-se em consideração sempre os interesses e direitos dos menores. Acerca da Lei, importa mencionar que ela altera os dispositivos do Código Civil (CC) de 2002, pois este evidenciava que a guarda compartilhada representava uma exceção e não uma obrigatoriedade. Neste sentido, é importante compreender que, por muito tempo, apenas a mulher possuía obrigação no tocante ao cuidado com os filhos, ficando o genitor apenas com a obrigatoriedade de pagar a pensão. Porém o cenário se modificou ao longo de tempo, no sentido de readequar-se as necessidades sociais. A guarda compartilhada passou a ser a regra no ordenamento jurídico brasileiro e a finalidade demanda a tentativa de minimizar as dificuldades sentidas no contexto de um divórcio dos pais. Um outro

objetivo seria amenizar os efeitos do instituto da Alienação Parental, que se apresenta na vivência de homens e mulheres que ficam com a guarda de seus filhos e tentam eliminar o contato das crianças com o outro genitor. A escolha da temática se deu em razão de ser comum identificar em telejornais, problemas relacionados à guarda compartilhada de crianças e adolescentes, que, em diversas situações, ficam sem contato com o pai, a mãe ou outros familiares diante de discussões entre o casal, mas que podem ser amenizadas por meio da guarda compartilhada.

METODOLOGIA

No tocante à metodologia aplicada no estudo, é desenvolvida sob um aspecto bibliográfico, pois faz uso de diversas obras desenvolvidas por outros autores acerca do assunto tratado. Aponta-se a pesquisa bibliográfica, que usa arquivos como livros, dissertações, monografias e afins para fundamentar o estudo e responder a problemática da pesquisa, assim como atender aos seus objetivos traçados. Para expor sobre a temática, usa-se o estudo do autor Sousa (2017), que em seu estudo expõe a necessidade de compreender os direitos e os deveres dos genitores, previstos na Lei 13.058 de 22 de dezembro de 2014, indagando-se de que forma a guarda compartilhada pode contribuir para prevenir os casos de alienação parental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o ano de 2008, diante de uma dissolução conjugal, a figura materna ficava responsável guarda unilateral dos filhos, enquanto incumbia ao genitor a obrigação financeira. Porém, como o advento da Lei nº 11.698/08 a guarda unilateral deixou de ser regra no ordenamento jurídico brasileiro, de modo que, ambos os genitores passaram a exercê-la de forma compartilhada. A adoção da guarda compartilhada como regra tem sua importância porque minimiza diversos problemas, dentre eles, o distanciamento dos filhos com os pais, já que há a possibilidade de convivência diária com esses, permitindo que ambos continuem exercendo os deveres inerentes ao poder familiar, ainda que residindo em locais diversos. Entretanto, na prática, esse cenário não ocorre de forma simples, pois, muitas vezes, um dos cônjuges, geralmente aquele insatisfeito no término da relação passa a incutir na mente dos filhos sentimentos negativos sobre o outro, alimentando na mesma uma figura negativa. (SOUSA, 2017). A guarda compartilhada permite que mães e pais, quando em condição de divorciados, consigam ter acesso aos filhos, sobretudo, crianças e adolescentes, sem necessariamente de se submeterem a um pedido de autorização de uma das partes. Esse cenário faz com que ambos, pais e mães, sejam responsáveis por educação, alimentação, lazer e demais necessidades dos filhos. Staudt e Wagner (2020) discorrem sobre a importância acerca da guarda compartilhada, pois esta permite que ambos os pais sejam capazes de identificar as dificuldades nos cuidados com crianças e adolescentes. É relevante destacar essa importância, pois por muito tempo as crianças ficaram com a guarda apenas das mães, fazendo com que os pais não sentissem o peso dessa responsabilidade, ficando a cargo apenas da pensão alimentícia. Ou seja, nenhuma situação vivenciada pelos pais de uma criança ou adolescente deve ser responsável por retirar suas responsabilidades. A Alienação Parental ocorre de diversas formas e níveis. Pode ser moderada, leve e grave. Os pais, ao praticarem atos de alienação, podem ser multados, interditados ou até mesmos limitados no contato com os indivíduos menores de idade. Primeiramente é importante que os pais estejam atentos aos sinais, sobretudo, quando a criança expressa receio, medo ou angústia acerca de um contexto. Na maioria das vezes quando não existe um motivo aparente para a criança se isolar e não querer contato com um dos genitores se faz necessária empreender uma investigação acerca dos sintomas. Além disso, quando identificado o problema, é relevante que um profissional acompanhe essa criança, para que ela entenda que não tem culpa da separação dos pais e, portanto, não cabe a ela tomar uma atitude de escolher um dos lados. Palmeira (2018) destaca que a Alienação Parental tende a causar processo de destruição, já que

compreende desmoralização e descredito de um sujeito para com sua ex-parceiro. Destaca-se ainda que é considerada uma "lavagem cerebral", realizada junto ao filho do ex-casal, em busca de mudar as situações que verdadeiramente acontecerem entre o genitor e seu filho, querendo que o mesmo sinta desprezo pelo contexto e aquele que surge em suas lembranças apenas com situações que o desagradam.

CONCLUSÕES

Fica evidente ainda quanto a historicidade temporal do contexto familiar, o que permite entender porque, em muitos casos a criança fica apenas com a mãe. Esclarece-se que por muito tempo o casamento fez a mulher refém para o cuidado com seus filhos, pois se decidisse separar-se quase sempre não ficavam com a guarda dos filhos, cabendo ao pai os cuidados, sobretudo, financeiros, o que foi mudando com o passar dos anos. Por fim, é notório a necessidade da guarda compartilhada, sendo que ambos os pais têm responsabilidade junto as crianças, e não apenas um, e por essa razão é necessário que os cônjuges acompanhem o crescimento das crianças, nos sentidos físicos, alimentícios, psicológicos e, sobretudo, educativos.

REFERÊNCIAS

PALMEIRA, Beatriz Soares. **Alienação parental e a relação familiar:** consequências jurídicas. 2018.

SOUSA, Deisiane Araújo de *et al*. **A eficácia da guarda compartilhada na diminuição dos casos de alienação parental**. 2017. Disponível em: http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/410/1/DEISIANE%20ARAUJO%20DE%20SOUSA.pdf. Acesso em: 02 out.2021.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. A experiência da guarda compartilhada dos filhos: uma revisão integrativa. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 64, n. 3, p. 107-132, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/65531. Acesso em: 01 mar. 2022.

RESUMO EXPANDIDO

Aspectos jurídicos da alienação parental: proteção às crianças e adolescentes e as medidas aplicadas ao alienante.

Francisco Weverton Lima Sousa (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: weverton.sousa@fvj.br); Orientadora: Natallie Alves de Almeida (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: natallie.almeida@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa acadêmica em epígrafe teve por objetivo principal analisar o fenômeno da alienação parental no brasil, principalmente no que se refere às consequências que esta prática proporciona às crianças e adolescentes, bem como aos genitores ou ainda à terceiros. Busca-se desenvolver um raciocínio acerca do desenvolvimento histórico da família no decorrer dos anos, abordando os seus modelos diversos, apresentando-se as inúmeras estruturas familiares existentes atualmente, além dos princípios que atuam como alicerce, orientando e sustentando as relações familiares. Passando a análise da alienação parental, será apresentado o seu conceito e o que pode favorecer o surgimento desta prática que constantemente afeta o convívio entre crianças e adolescentes, e o seu genitor que se encontra destituído da guarda do infante. As condutas alienatórias afetam e causam transtornos ao menor e ao genitor (a) não guardião, tendo em vista que parcela das famílias não coíbem estas ações, e acabam por considerarem essas práticas normais. Importante destacar, que a alienação parental pode afetar também, a autoridade parental exercida por parte do genitor não guardião. Nesse sentido, é necessário que seja realizada uma explanação no que concerne a diferença entre alienação parental e Síndrome da Alienação Parental, e a sua ocorrência em tempos de pandemia da covid-19. Embora a alienação parental seja um problema recorrente nas famílias, cumpre destacar a importância da Lei da Alienação Parental, legislação que tem por finalidade assegurar o convívio da criança ou do adolescente, com o (a) genitor (a), aplicando as medidas constantes do seu texto, em face do alienador. De suma relevância apreciar à atuação do Poder Legislativo face a esta lei, quando da elaboração de Projetos de Lei que visam alterar ou revogar a Lei nº. 12.318, de 26 de agosto de 2010. Por fim, será apresentado o Projeto de Lei elaborado com o intuito de criminalizar a prática da alienação parental, como forma de garantir o convívio do menor com o (a) seu (a) genitor (a), punindo de forma acentuada aquele que vier a exercer algumas das condutas consideradas como alienação parental.

Palavras-chave: alienação parental; adolescente; criança; família; genitor.

INTRODUÇÃO

No Brasil, incialmente, destacava-se a família patriarcal, a qual prevalecia a figura paterna, que era responsável por comandar a família, principalmente nas questões econômicas e sociais nas quais os seus comandados estivessem envolvidos. Neste período, a figura materna pouco tinha influência sobre o núcleo familiar, estando a ela incumbida o dever de criar a prole. O afeto contribuiu de forma significativa para o que hoje entende-se por família, uma vez que passou-se a admitir a criação de agrupamentos familiares que não necessariamente são compostos por indivíduos unidos por laços sanguíneos. A Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002, foram cruciais para que surgissem novos núcleos familiares, que poderiam ser formados por indivíduos de sexo distinto. Nesse sentido, normalmente espera-se que as relações

familiares sejam duradouras. Entretanto, quando a sociedade matrimonial vem a se dissolver, o sentimento de rancor pode incidir sobre um ou outro genitor. A partir disso, um dos genitores atua de forma a colocar o filho ou o adolescente, contra o outro genitor, fazendo com que aquele repudie-o, tornando possível o surgimento da alienação parental. Neste cenário, é imprescindível que haja medidas destinadas a proteção da criança e do adolescente, garantindo o convívio deste com o seu genitor. Para isso, foi implementado no ordenamento jurídico brasileiro, a Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, que além de salvaguardar os direitos dos menores, aplicam medidas destinadas a coibir a prática da alienação. Em que pese seja alvo de críticas, a lei é de grande valia quando destinada a proteção do menor.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica do presente trabalho, teve por base os autores Figueiredo e Alexandridis (2020), Madaleno e Madaleno (2021), Pereira (2017), Venosa (2017), e Coelho (2020). Por meio destes doutrinadores, fora apresentado discussões históricas e principiológicas em relação ao tema proposto, sobretudo no que se refere às estruturas familiares existentes no Brasil, os aspectos conceituais e jurídicos da alienação parental, a prática desta conduta em tempos de pandemia da Covid-19, outras modalidades de alienação parental, e a atuação do Poder Legislativo.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente trabalho, fora utilizada a pesquisa metodológica, que possui natureza qualitativa, e pesquisa documental. Para a estruturação do trabalho, foram utilizadas doutrinas, monografia, site, artigo científico, e legislações, como a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 1916, o Código Civil de 2002, a Lei 12.318/2010, e Projetos de Lei que visam revogar ou reformar a Lei da Alienação Parental, como por exemplo, o Projeto de Lei nº. 10.712 de, o Projeto de Lei nº. 10.639 de 2016. Cite-se também, o Projeto de Lei nº. 4.488 de 2018, que tramitava no Poder Legislativo, e que possuía como função criminalizar as condutas alienatórias, evidenciando a preocupação do legislador no tocante à proteção de crianças e adolescentes em relação a alienação parental.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir da análise da temática proposta, constatou-se que a alienação parental é um problema enfrentado por grande parcela das famílias brasileiras, e que se não encarada por aqueles que à presenciam, pode possibilitar o surgimento da Síndrome da Alienação Parental. É imprescindível que se proceda a uma análise comportamental da criança ou adolescente, a fim de que se identifique prematuramente a prática da alienação parental, para que desta forma, possam ser tomadas as medidas necessárias para garantir a integridade psicológica da criança ou do adolescente, bem como proporcionar que o menor conviva, mantenha fortificados os laços com aquele genitor vítima da alienação parental, e que encontra-se privado de qualquer tipo de contato com a prole. A alienação parental geralmente inicia-se quando o genitor, mas não se limitando apenas a este, diligencia no sentido de fazer com que a criança ou o adolescente, repudie o seu genitor ou um terceiro. A Lei da Alienação Parental é um instrumento indispensável para evitar este repudio. A implementação de Projetos de Lei que visem reformar a Lei nº. 12.318/2010, se mostra de grande valia, quando destinado a reforçar os institutos que asseguram o direito do menor, de conviver com o (a) seu (a) genitor (a).

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental**. 3. ed. São Paulo: Thomsom Reuters Revista dos Tribunais, 2020. 208 p.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Alienação Parental: importância da detecção aspectos legais e processuais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2021. 204 p.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: direito de família**. 26. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2017. 518 p. Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/1684-Instituicoes-de-Direito-Civil-Familia-Caio-Mario-da-Silva-Pereira-2018.pdf. Acesso em: 29 fev. 2022.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: família**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 518 p. Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/1435-Direito-Civil-Famlia-Vol5-2017-Slvio-de-Salvo-Venosa.pdf. Acesso em: 26 fev. 2022.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: família e sucessões**. 9. ed. São Paulo: Thomsom Reuters Revista dos Tribunais, 2020. 5 p. Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/43882/3689-Curso-de-Direito-Civil-V-Fbio-Ulhoa-2020.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

RESUMO
EXPANDIDO

Tráfico de Órgãos: Análise dos Impactos Sociais e Legislativos no Brasil

Francisco Ivan Silvério da Costa Júnior (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ivanjuniorsilverio@hotmail.com); Orientadora: **Jackeline Ribeiro e Sousa**(professora-mestra do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso que ora se apresenta ao Centro Universitário do Vale do Jaguaribe está inserido na área de Direito Penal e adere à linha de pesquisa Criminologia social. O estudo tem enfoque em demonstrar os impactos sociais e legislativos que o tráfico de órgãos e tecidos fez em território brasileiro. Ao longo do documento, procura-se responder a seguinte pergunta: Como a legislação brasileira contempla a conduta do tráfico de órgãos? Como fator justificante tem-se a opacidade pela qual o assunto é tratado a nível nacional, no qual rebaixa o tema ao patamar de lendas locais e facilita a atuação de grupos de traficantes de órgãos. Como objetivo geral, a pesquisa busca explanar como o Brasil trata do tema tráfico de órgãos e tecidos e como os brasileiros observam o mercado ilegal de órgãos e a legislação sobre o tema, além disso, como objetivos específicos têm-se: observar a atuação do comércio ilegal de órgãos em escala global; analisar a evolução da legislação brasileira no combate ao tráfico de órgãos e, por fim, compreender como o Brasil enfrenta a relação entre a pobreza e o tráfico de órgãos e como o sistema de transplante nacional é afetado neste embate. A pesquisa é dividida em três capítulos: primeiro, a compreensão do assunto à nível global, bem como a relação do tráfico de órgãos e o princípio da dignidade da pessoa humana; segundo, o estudo da legislação brasileira que trata acerca do tema, entendendo as minúcias dos textos e os impactos sociais ocasionados por estas leis e, por fim, a relação entre pobreza, legislação e tráfico de órgãos no Brasil, a compreensão da importância da lista única de espera na luta contra esse mercado ilícito e os principais obstáculos na captação de efetivos doadores de órgãos, que acabam por fomentar o comércio de órgãos em território nacional. A metodologia utilizada é a descritiva-analítica, do tipo bibliográfica e documental. O resultado esperado é cooperar para que o tema seja, de fato, entendido pela sociedade, consequentemente resultando em uma luta eficaz contra o tráfico de órgãos e tecidos.

Palavras-chave: dignidade corporal; legislação; tráfico de órgãos.; transplante de órgãos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, tem como enfoque explanar como o Brasil trata do tema tráfico de órgãos e tecidos e como a sociedade brasileira observa e entende a legislação nacional que tenta coibir, direta e indiretamente, a atuação do comércio ilegal de órgãos e tecidos. Procura-se também, observar, inicialmente, a atuação do tráfico de órgãos em escala internacional, bem como a atuação de países do globo na luta contra este mercado.

Opta-se, ademais, com um enfoque Penal e como objetivo geral, explanar como o Brasil trata do tema tráfico de órgãos e tecidos e como os brasileiros observam o mercado ilegal de órgãos, assim como a legislação sobre o tema, de maneira a detalhar os principais pontos desde a primeira legislação vigente acerca dos transplantes de órgãos, bem como os impactos sociais que seus artigos causaram ao longo desses quase 60 anos de história legislativa.

Como objetivos a serem tratados especificamente têm-se: no primeiro capítulo, observar a atuação do comércio ilegal de órgãos em escala global; no segundo capítulo, analisar a evolução legislativa brasileira no combate ao tráfico de órgãos e, por fim, no terceiro capítulo,

compreender como o Brasil enfrenta a relação entre a pobreza e o tráfico de órgãos e como o sistema de transplante nacional é afetado neste embate.

Como problema central, observou-se três fatores impulsionadores: o misticismo e a tenebrosidade que o assunto é tratado; a nebulosidade dos casos em face da invisibilidade social pela qual as vítimas se encontram e a divergência de informações que a própria mídia passa – importante salientar, de logo, que não foram abordados casos concretos, com o fito de evitar os contos fantasiosos vinculados pelos meios de comunicação.

O tema, não só com enfoque acadêmico, mas também a título de conhecimento, é de grande valia, haja vista que, diante de uma problemática há muito esquecida, os casos conhecidos são duvidosos, as informações são escassas e a ação das quadrilhas de tráfico de órgãos e tecidos é taciturna, atuando até mesmo dentro de hospitais, o que dificulta, inclusive, todo o método de pesquisa documental aplicado no decorrer da composição.

Como metodologia de pesquisa, utiliza-se pesquisas documentais, iniciando com os conceitos bases e entendendo como a dignidade corporal é tencionada nesta cadeia ilegal, além de analisar como os países agem no combate ao tráfico de órgãos, com protocolos e declarações. Após, estreitando a área de pesquisa, busca-se expor especificamente as diretrizes abordadas pelas leis responsáveis por reger os transplantes de órgãos no Brasil e, por fim, explanar acerca dos aspectos sociais brasileiros que alimentam o mercado de órgãos, bem como a importância da lista única de transplantes na luta nacional contra o comércio de órgãos e os principais obstáculos que o sistema unificado de transplante enfrenta o que, consequentemente, fortalece o tráfico de órgãos e tecidos.

MARCO TEÓRICO

Nesta etapa, foram estudados, especialmente, trabalhos como os de autoria Taciana Palmeira Andrade (2009),Samuel Miranda Arruda (2004), Hind Alnour (2021), Gustavo Henrique Coelho e Alcino Eduardo Bonella (2019), Mariana Freire de Sá (2017), Javier Fernandez (2021), Rogério Greco (2015), Edson Namba (2015), Leocir Pessini e Christian Barchifontaine (2014), Nancy Scheper-Hughes (2005) que já se detiveram à análise do tema objeto deste trabalho, para fundamentar e enriquecer a presente obra. Desse modo, trazendo um pouco dos conceitos indispensáveis, o início da legislação internacional sobre o tema e as perpectivas e influências em território nacional, como a lista única de transplante, as mudanças legislativas e a luta contra o mercado ilegal de órgãos em solo brasileiro.

METODOLOGIA

O presente estudo baseia-se em pesquisas bibliográficas e documentais, qualitativas, tendo como condão inicial o estudo do surgimento do tráfico de órgãos a nível global e quais os métodos aplicados para confrontar os aliciadores de órgãos. Por meio das do estudo das mudanças legislativas (fonte primária) no Brasil, buscou-se compreender como o tráfico de órgãos foi combatido em território nacional e como os brasileiros entenderam toda a problemática. Além disso, como fontes secundárias foram utilizados livros e demais documentos a fim de enriquecer a obra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A legislação brasileira sobre o tema passou por diversas mudanças desde 1963, entretanto, apenas em 1997 apresentou uma correta tipificação acerca das práticas que circundam o tráfico de órgãos; o Brasil, por possuir elevado índice de pessoas em situação de miséria, é mundialmente conhecido como um dos maiores vetores de venda de órgãos para o mercado do tráfico de órgãos; a sociedade brasiliera não está preparada para políticas ostentivas contra o mercado ilegal de órgãos e tecidos, o que resulta em um efeito negativo no combate a esta prática; a falta de informações, unida a crenças religiosas, desconfianças e medos, elevam a família como maior entrave na doação de

órgãos, que finda no foralecimento do mercado clandestino; a legislação brasileira possui tipificação penal idêntica tanto para o vendedor, quanto para o comprador (art. 15 da Lei 9.434/97), sem observar o patamar de vulnerabilidade pelo qual se encontra o vendedor, ora vítima.

Por conta do desenfreado crescimento do tráfico de órgãos em território nacional, o Brasil viu-se na obrigação de lapidar-se legislativamente, fator que gerou a tipificação penal de cada um dos atos que permeiam essa prática ilegal. Porém, percebe-se que a complexidade que necessitou guiar a legislação vigente deu um caráter ríspido e burocrático ao tema na qual dificultou a disseminação de uma informação clara e precisa, o que resultou em uma população desinformada, amedrontada e propícia a submeter-se ao mercado ilegal de órgãos.

Por fim, com a legislação que trata os atos do tráfico de órgãos, entende-se que a repreensão penal deveria recair no receptor e no aliciador, mas não no vendedor, que ora se enquadra como vítima.

REFERÊNCIAS

ALNOUR, Hind *et al*. **Global practices and policies of organ transplantation and organ trafficking**. Experimental and clinical transplantation, 2021.

BERLINGUER, Giovani; GARRAFA, Volnei. **A mercadoria final: a comercialização de parte do corpo humano**. Tradução de Isabel Regina Augusto. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

COELHO, Gustavo Henrique de Freitas; BONELLA, Alcino Eduardo. **Doação de órgãos e tecidos humanos: a transplantação na Espanha e no Brasil**. Revista Bioética, v. 27, p. 419-429, 2019.

DE SÁ, Maria de Fátima Freire; DE OLIVEIRA, Lucas Costa. **Mercado regulado de órgãos: uma possibilidade contra o tráfico?** REVISTA QUAESTIO IURIS, v. 10, n. 1, p. 434-453, 2017.

NAMBA, Edison Tetsuzo. **Manual de Bioética e Biodireito**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RESUMO EXPANDIDO

Ressocialização: desafios da reinserção social no cotidiano do apenado

Francisca Mariana de Oliveira[1] (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, (e-mail:marianaeclebson@gmail.com) Orientador: **Francisco das Chagas da Silva**[2] (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Unijaguaribe, e-mail: francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho investigativo traz uma abordagem acerca da ressocialização de apenados e os desafios da reinserção social em seu cotidiano. Muito se tem discutido sobre a questão de ressocialização no Brasil, como acontece a reinserção dos apenados na sociedade com retratos positivos e também negativos, seguidos de consequências. Este trabalho tem como objetivo geral analisar as dificuldades enfrentadas pelos cativos, tais como, perda da identidade, desconfiança e estigmas como consequência da pena, e quais opções o Estado oferece para um recomeço sem que este volte a transgredir. Será exposto o que diz as leis que regem quanto o assunto abordado e como garantem a efetivação dos direitos que não foram atingidos pela pena. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, realizada através de leitura e análise de trabalhos escritos anteriormente, com fontes bibliográficas referentes a temática abordada, e realizou-se estudo aprofundado do assunto exposto neste trabalho para embasamento teórico.

Palavras-chave: Direito Penal. Sistema prisional. Lei de execução penal. Apenado. Ressocialização.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investigativo aborda sobre a ressocialização dos apenados e os desafios da reinserção social em seu cotidiano. Muito se tem discutido sobre a questão de ressocialização no Brasil, como acontece a reinserção dos apenados na sociedade com retratos positivos e também negativos, seguidos de consequências.

Por compreender que o homem, um ser social que vive em sociedade e que precisa realizar ações no cotidiano através da interação com o outro, nota-se que existe restrições aos que necessitam dessa convivência após sofrer pena por ações inadequadas que fere os princípios da Constituição Federal.

O processo de punição se dar de diversas formas obedecendo os códigos da legislação baseado em variados crimes. O que diz a Lei de Execução Penal? O que orienta o referido documento de nº 7.210 de 1984, perante as pessoas que tem a oportunidade de serem reinseridas na sociedade e que por motivos diversos acabam retornando ao mundo do crime? Que tipo de assistência é dada aos apenados que procura mudar sua realidade?
O trabalho monográfico teve como objetivo analisar questões de ressocialização, os desafios da reinserção social no cotidiano do apenado.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Capez (2006) a dignidade da pessoa humana é a base para a criação de todos os princípios por orientar e limitar o direito penal. Na década de 1980, houve um aumento significativo na violência em decorrência da desigualdade social, não obstante na mesma década surgiu a Lei de Execução Penal que trazia uma norma voltada para a efetivação da sentença criminal e tornou-se um marco para o Direito Penal Brasileiro (FONSECA, RODRIGUES, 2017).
No ano de 1983 foi aprovado o projeto de lei do Ministro da Justiça Ibrahim Abi Hackel, que em seguida se converteu na Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, a Lei de Execução Penal, até hoje vigente no país, com objetivo principal de garantir a efetivação da sentença aplicada e a reeducação e readaptação do condenado.
Na visão de Cesare Beccaria (2001, p.71) "para não ser um ato de violência contra o cidadão, a pena deve ser essencialmente pública, pronta, necessária, a menor das penas aplicáveis nas circunstâncias dadas, proporcionada ao delito e determinada pela lei"

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, realizada através de leitura e análise de trabalhos escritos anteriormente, com fontes bibliográficas referentes a temática abordada, e realizou-se estudo aprofundado do assunto exposto neste trabalho para embasamento teórico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A história do Direito Penal no Brasil inicia-se no período colonial, quando na oportunidade estiveram em vigor as ordenações Afonsinas e Manielinas que posteriormente foram substituídas pelo código de D. Sebastião, e consequentemente aconteceu as ordenações Filipinas que influenciaram o direito penal, já nos tempos medievais.

Ressalta-se que o primeiro Código Penal brasileiro foi denominado de Código Filipino, inspirados em conceitos religiosos, os quais consideravam crimes como uma ofensa moral e entendidos como pecados e desta forma, as penas aplicadas foram consideradas cruéis e severas.

Destaca-se que a dignidade humana é estabelecida como pilar fundamental do Estado democrático de direito, registrado na Constituição Federal e desta forma, a posição de cidadão é dotada de direitos e violar o princípio da dignidade é antes tudo ferir um direito

constitucional. O referido princípio é considerado a base de todos os princípios constitucionais penais e nenhuma ordem jurídica pode contrariá-lo.

A Lei de Execução Penal(LEP), Lei nº 7.210, de 1984, tornou-se um marco na área do Direito Penal, vigente até os dias atuais, tem como objetivo principal garantir a efetivação da sentença aplicada e a reeducação e readaptação do condenado. Menciona-se que a pessoa na condição de preso, tem direito a um tratamento digno humano no período de permanência de regime fechado.

Os direitos dos apenados estão fundamentados no disposto do art.41 da LEP, com a finalidade de que o preso volte ao convívio social sem que suas integridades física e psíquica tenham sido afetadas. Assim, evidencia-se o princípio da dignidade humana como princípio norteador do ordenamento jurídico nacional e a humanidade da pena como princípio da execução penal.

Constata-se que essa integridade direcionada ao apenado é afetada pelas falhas encontradas no sistema carcerário brasileiro, pela superlotação de aprisionados, prevalência de rebeliões, índice elevado de suicídio na celas, fatores estruturais, má ou pouca alimentação, dentre outros aspectos. De certa forma, acarreta consequências como o sedentarismo, ociosidade, falta de higiene, violência, aspectos entendidos como um fracasso do próprio Estado.

No entanto, constata-se que após o cumprimento da pena a oportunidade de recomeçar, carrega a sensação de liberdade e esta é confundida com o sentimento de exclusão. Com esse processo de pós prisão, o indivíduo perde suas características físicas ou morais e passa a ser reconhecido por sua pena cumprida.

Compreende-se que esse estigma surge de uma sociedade preconceituosa que não acredita na recuperação de alguém que descumpriu a lei. E assim, acarreta diversos problemas que afetam um ex-apenado, dificuldade para trabalhar, desconfiança, humilhações e preconceito são apenas alguns desses problemas.

Verifica-se que a Lei de Execução Penal, em seus artigos 4º e 61, inciso VII apresenta a função ressocializadora da execução penal, promovendo ao apenado condições básicas de se estruturar, voltar a conviver em sociedade, podendo contar com o Estado, a família e sociedade civil através de programas específicos envolvendo educação, capacitação profissional e o trabalho.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas: São Paulo: Martin Claret, 2001.
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal Parte Geral.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Lei Federal n. 7.210/1984. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm>. Acesso em 20 maio 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

RESUMO EXPANDIDO

Cannabis no Brasil: da evolução do proibicionismo ao debate constitucional vigente

Fernando Antônio Costa Oliveira Filho (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-Unijaguaribe, e-mail: fernando.filho@fvj.br); Orientador: **Jaks Douglas Uchôa Damasceno**(professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade do do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-Unijaguaribe, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a proibição da cannabis no Brasil. A criminalização é medida eficaz no combate ao consumo de *cannabis*? Diante da dramaticidade das consequências da guerra às drogas a sociedade brasileira deve insistir numa política pública que não funciona?. Com o fito de entender as motivações dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira atualmente o trabalho caminha numa linha cronológica, a partir das origens do proibicionismo brasileiro, considerando os ambientes político e sociais, bem como elementos históricos, morais e preconceituosos que integram o início das primeiras leis antidrogas no Brasil, que encontrou, durante a ditadura militar brasileira, a sua mais agressiva repressão penal. Tem-se por objetivo fomentar o debate acadêmico a respeito de alternativas ao controle penal sobre o consumo de *cannabis*. Além da análise histórica e social caminha-se para um levantamento sobre os avanços e retrocessos da política de drogas brasileiras, no que tange à cannabis, marcado por um confronto direto entre a legislação de drogas e direitos fundamentais dos cidadãos tais como saúde, liberdade religiosa, autonomia da vontade, liberdade de escolha e dignidade da pessoa humana. A metodologia utilizada se dá através da análise bibliográfica da doutrina jurídica e de ciências sociais no Brasil aliada ao andamento do debate constitucional traçado dentro e fora do Supremo Tribunal Federal bem como as demais jurisprudências fixadas fora da corte para garantir o direito à saúde aos cidadãos que necessitam de tratamentos a base de princípios ativos da *cannabis*.

Palavras-chave: *Cannabis*; Descriminalização; Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

A presente monografia se propõe a estudar o tema da Guerra às Drogas. Esta temática, submetida ao controle penal, perpassa diversos aspectos sociais que ditam comportamentos, ideologias, moral e culturas no Brasil e no resto do mundo. A partir das grandes navegações, houve a formação de um forte intercâmbio cultural que alcança, praticamente, todas as estratificações sociais, através do comércio, exploração, consolidação do mercantilismo, estabelecimento de rotas comerciais globais, acesso a

novos mercados, produtos e especiarias. Entre as novas realidades trazidas e intercambiadas estão as plantas que se tornarão conhecidas pelo termo drogas ao longo da história como o tabaco, a *cannabis índica e sativa,* a papoula etc. Diante da dramática realidade atual envolvendo as questões de drogas no Brasil, o presente estudo tem o objetivo geral de analisar e discutir o controle penal do consumo de *cannabis* no Brasil das suas origens aos dias atuais, verificando os avanços e retrocessos do tratamento criminal imposto aos consumidores e quais são os prejuízos que a guerra às drogas acarreta àqueles que se utilizam da *cannabis* para quaisquer fins, seja de saúde, religioso ou meramente recreativo. Em linhas específicas, o presente trabalho busca debater os problemas ocasionados pela proibição do consumo de drogas, analisar a experiência brasileira no controle penal sobre esse consumo e fazer um apanhado analítico do recrudescimento crescente da repressão jurídica ao longo das décadas da ditadura militar brasileira. Por fim busca-se analisar o debate constitucional vigente envolvendo a Lei 11.343/06 e a análise da jurisprudência mais atualizada sobre o tema para demonstrar a primazia do direito à saúde através dos entendimentos do Poder Judiciário afastando tipicidades e concedendo *habeas corpus* de salvo conduto.

MARCO TEÓRICO

Foram estudados os autores Luis Carlos Valois (2021),Luciana Figueiredo de Rodrigues Boiteux (2006), Salo de Carvalho (2016), Tarso Araújo (2014), Silvio Luis de Almeida (2021) que já se detiveram à análise do tema objeto deste trabalho, para fundamentá-lo. Desse modo, trazendo um pouco dos conceitos de Guerra às Drogas, Controle Penal Sobre Drogas, Racismo Estrutural, e as leis 11.343/06, Lei 6365/76, e a jurisprudencia do Recurso Especial 635.659 que falam sobre o tema.

METODOLOGIA

No que se refere à metodologia, foram considerados os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Com o objetivo de desenvolver a discussão aqui tratada fora utilizada larga pesquisa bibliográfica no campo da história, sociologia, jurisprudência e doutrina do direito através de autores que se debruçam sobre o tema do controle penal sobre a *cannabis* no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa buscou responder questões a respeito da proibição da *cannabis* no Brasil, seu histórico e os efeitos dirigidos àqueles cidadãos que a consomem. Além disso, analisou o debate constitucional atual que rege a discussão jurisprudencial e doutrinária do tema dentro e fora da suprema corte. Ao analisar brevemente o histórico das

primeiras proibições de drogas no mundo verificou-se o efeito agravador que o controle penal sobre substâncias e escolhas pessoais de cidadãos acarreta às sociedades, uma vez que é auferível, diante da análise histórica e doutrinária, que em nenhum lugar a proibição fora elemento ensejador de erradicação ou diminuição do consumo. Para além das primeiras décadas do século passado, verificou-se que, durante breve momento, houve uma descriminalização pontual do consumo através da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal à época. verificou-se ainda que, à sombra da ditadura militar brasileira, todos os avanços envolvendo a questão do uso como escolha pessoal foram alvos de profundo retrocessos, uma vez que consumidores tiveram suas condutas tipificadas no mesmo patamar de penas que traficantes, desrespeitando diversos princípios do direito penal, entres estes a proporcionalidade. Com a consolidação da Lei de Drogas, o ordenamento jurídico brasileiro avançou em muito com o reconhecimento legal do usuário como um cidadão que está em condição de vulnerabilidade em relação à sua saúde, posto que a Lei de Drogas cria regimes jurídicos diversos entre usuários e traficantes, com o fim de proteger o usuário, como alguém doente. Para além da questão do usuário em si, há, no Brasil, um debate mais urgente envolvendo o plantio e consumo de maconha para fins de tratamento médico, bem como para fins religiosos. Contudo, o maior foco é no primeiro aspecto apresentado. Analisando julgado recente proferido pelo Tribunal de Justiça do Ceará, Estado em que está sendo realizado este trabalho, percebe-se a construção de um entendimento jurisdicional no sentido de dirimir a tipicidade da Lei de Drogas, quando esta põe em risco o próprio bem jurídico que visa defender a saúde pública, visto que, devido a ausência de regulamentação estatal, aqueles que dependem de tratamentos provenientes dos compostos *cannabis* estão criminalizados quando produzem a planta para consumo, excetuando-se quando protegidos por tutela jurisdicional. Através da análise do debate constitucional, no Supremo Tribunal Federal, através do Recurso Especial 635.659, verifica-se que, à luz do direito constitucional moderno, há entendimento preponderante no sentido de a partir do ponto de vista do direito constitucional o cidadão que busca na *cannabis* prazer, satisfação ou quaisquer outros benefícios que lhe aprouver, o faz de forma pessoal, privada e não afeta a saúde pública. Em profunda análise dos direitos fundamentais quando postos confronto com a Lei de Drogas o debate nos revela que não há lógica que defenda a política pública de criminalização da *cannabis* uma vez que não há lesividade a bem jurídico, menos ainda à saúde pública a não ser num sentido muito remoto e abstrato. Enquanto a proibição cobra um custo social imenso em troca de benefícios praticamente irrelevantes a criminalização não é a forma ideal de lidar com o problema do ponto de vista jurídico na medida que o cidadão tem o direito à privacidade

e suas escolhas de vida, bem como o a possibilidade de buscar na *cannabis* quaisquer benefícios que lhe aprouver.

REFERÊNCIAS

BOITEUX, Luciana Figueiredo de Rodrigues. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade.** 2006, 273 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito. Área de Concentração: Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em <https://cetadobserva.ufba.br/sites/cetadobserva.ufba.br/files/355.pdf>

CEARÁ, Tribunal de Justiça do Estado do Ceará Jurisprudência nº 0050154-56.2021.8.06.0062, Relatora Desembargadora Marlúcia de Araújo Bezerra, Data de Julgamento: 29 de março de 2021).

HUNGRIA, Nélson**. Comentários ao Código Penal, vol. 09**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

LUNARDON, Jonas Araújo. **Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social.** Porto Alegre, Set. 2015. Disponível em <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/LUNARDON-J.-Maconha-Capoeira-e-Samba-a-construção-do-proibicionismo-como-uma-política-de-criminalização-social.pdf

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas.** 4 ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.

VIDAL, Sergio. Da diamba à maconha: usos e abusos da Cannabis sativa e da sua proibição no Brasil. Boletim Drogas e Violência no Campo. Ano 4 nº 11, (2008). Disponível em: Disponível em: http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=304

AUDIÊNCIA VIRTUAL TRABALHISTA À LUZ DO PRINCÍPIO DO ACESSO A JUSTIÇA DURANTE A PANDEMIA

Erasmo Xavier Gomes[1] (Aluno do curso de Graduação em Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: erasmo.gomes@fvj.br), Orientador: Francisco[2] (Professor Orientador da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ – E-mail: francisco.silva@fvj.br)

RESUMO

O direito ao longo da história da humanidade sofreu grandes mudanças, transformações estas alcançadas ao longo de duras batalhas travadas por décadas. No entanto, o direito à justiça é uma premissa resguardada pela Constituição Federal e validada pela Corte maior do Brasil. Por consequência desse direito, devido à paralização dos trabalhos da maioria dos setores que prestam serviços públicos, a Justiça brasileira nas suas diversas esferas precisou adotar e se adaptar às novas metodologias de trabalho, no caso, as audiências virtuais, para que os processos não parassem. O presente estudo tem como objetivo Analisar quais os principais impactos causados pelas audiências telepresenciais na justiça do trabalho aos jurisdicionados durante a pandemia do covid-19. Na oportunidade buscou-se realizar levantamento documental e construir a fundamentação teórica desta monografia; conhecer a história do direito penal no Brasil; pesquisar e produzir materiais que discorressem sobre o acesso à justiça; abordar as contribuições das tecnologias na celeridade processual trabalhista; elencar os desafios e as vantagens que as partes do processo encontram nas audiências virtuais. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem de cunho qualitativo. Os dados foram coletados indiretamente por intermédio de fontes como: sites institucionais e especializados, artigos científicos e trabalhos e pesquisas acadêmicas. A cerca dos resultados, aponta-se que os estudos encontrados no tocante ao tema proposto mostraram que o período da pandemia da SARS-Cov-2 (COVID-19) deixaram muitas lacunas nos serviços prestados durante o período de trabalho remoto. Deste modo, vale salientar que a justiça trabalhista, embora tenha procurado de todas as formas manter os judiciários e tribunais em funcionamento, e para isso adotou medidas necessárias para aquele momento, ainda assim, o sistema judiciário tem muitas lacunas que precisam ser preenchidas, como: o acesso à justiça para todos e de forma igualitária e a maior transparência nos processos.

INTRODUÇÃO

É fato que, o direito ao longo da história da humanidade sofreu grandes mudanças, transformações estas alcançadas ao longo de duras batalhas travadas por décadas. No entanto, o direito à justiça é uma premissa resguardada pela Constituição Federal e validada pela Corte maior do Brasil. Destaca-se que o acesso à justiça é um direito essencial à humanidade, consolidado nos documentos oficiais e que mediante as muitas lutas e conquistas, hoje consegue-se chegar de forma mais rápida e igualitária a todos.

Por consequência desse direito, devido à paralização dos trabalhos da maioria dos setores que prestam serviços públicos, a Justiça brasileira nas suas diversas esferas precisou adotar e se adaptar às novas metodologias de trabalho, no caso, as audiências virtuais, para que os processos não parassem.

O home office e as audiências virtuais passaram a ser uma saída para que não ocorresse a total paralisação do judiciário, que acarretaria uma maior morosidade e acúmulo de processos. Dessa

maneira, as audiências virtuais passaram a ser vistas por muitos como a solução para este problema. Entretanto, com a progressiva utilização desta, alguns problemas foram sendo visualizados no tocante à formalidade do processo, além de trazer implicações no que tange ao acesso à justiça, o qual pressupõe um efetivo e democrático Sistema de Justiça (AZEVEDO, 2020).

No entanto, por força da pandemia da SARS-Cov-2, conhecida popularmente por Covid-19, a videoconferência tem sido a principal ferramenta eletrônica de trabalho utilizada por magistrados para condução de audiências e outros atos judiciais, garantindo o direito de acesso à justiça ao adotar novos paradigmas para a obtenção de celeridade e eficiência, sem descuidar das garantias de ampla defesa e do contraditório (FONSECA-JUNIOR, 2021).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O acesso à justiça desempenha uma função importante na concretização de outros direitos. [...] A concretização do mínimo existencial tem especial relevância para toda a sociedade, pois, ao relacionar-se ao princípio da dignidade da pessoa humana, tem como escopo assegurar uma vida digna. No entanto, infelizmente, muitas das vezes esses direitos não são assegurados no caso concreto (PAREDES; ESTEVÃO, 2021.p.1).

Kozyreff e Bega (2021. p. 208) menciona que o Estado atua como um garantidor de direitos sociais provoca a indução de comportamentos que devem visar ao bem-estar e isso faz com que haja um progresso efetivo das relações e da evolução em conceitos importantes da vida como trabalho, saúde, educação e previdência.

(SCHIAVI, 2021, p. 97) discorre que devido à observância dessa garantia, os tribunais não pararam seus trabalhos durante o período da Pandemia da SARS-Cov-2 (COVID-19), uma vez que os magistrados, seus assessores, advogados e funcionários dos tribunais foram "obrigados" a se isolarem em suas casas para evitar a contaminação e a proliferação deste vírus.

A Justiça brasileira adotou os serviços tecnológicos e passaram a realizar as audiências de forma virtual seguindo todos os rituais que o jurídico exige e os protocolos de segurança que foram exigidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De modo que o acesso formal à justiça, no seu aspecto negativo, representa a garantia de que o percurso até o Judiciário não seja obstado. Neste caso, a eficácia do direito é não só vertical, em relação ao Estado, mas também horizontal, dirigindo-se aos particulares. No âmbito trabalhista, o empregador, por exemplo, não pode impedir o acesso à justiça do trabalhador, tampouco adotar medidas para constranger o seu exercício (PEREIRA, 2021).

A implementação e consolidação do acesso qualificado à justiça passa por uma reforma estrutural, exigindo mudanças de cultura e mentalidade, principalmente por parte dos atores do Estado. Trata-se de medida constitucional necessária, com potencial a ser mais explorado, sobretudo em períodos de estagnação, ou até retrocesso, no processo de constitucionalização do direito (PEREIRA, 2021).

O acesso à justiça, em sentido amplo, abrange a assistência jurídica em juízo e fora dele, incluindo os serviços de informação e orientação, além de um estudo crítico do ordenamento jurídico existente na busca de soluções para sua aplicação mais justa. O acesso à justiça não está restrito apenas ao acesso ao Poder Judiciário e suas instituições, mas a uma ordem de valores e direitos fundamentais para o ser humano, uma vez que, constitui a principal garantia dos direitos subjetivos, devendo ser compreendido como fenômeno social (DALLEFI; SILVA, 2018).

Em um mundo globalizado e altamente conectado, os países não conseguiram unir esforços para controlar a COVID-19 e, alguns deles, nem conseguiram seguir estratégias coerentes e unificadas dentro do seu próprio território (SILVA et al., 2020).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem de cunho qualitativo. De acordo com Gil (2002, p. 3), [...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.
Os dados foram coletados indiretamente por intermédio de fontes como: sites institucionais e especializados, artigos científicos e trabalhos e pesquisas acadêmicas.
Assim, foram empregados mecanismo de busca Google Acadêmico, em bases de dados tais como Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos CAPES e repositórios institucionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pandemia da SARS-Cov-2 pegou a população mundial desprevenida e ao mesmo tempo mostrou as muitas fragilidades que o sistema judiciário enfrenta, principalmente no tocante ao uso de meios tecnológicos.
Ao longo deste trabalho percebeu-se que as audiências virtuais deixaram muito a desejar em vários sentidos, principalmente em questão de acesso, haja vista que nem todas as partes envolvidas nos processos dispõem das mesmas condições, portanto, alguns autores abordaram esse ponto.
Outro destaque que damos nesse trabalho versa sobre as fragilidades que as audiências virtuais estão sujeitas a sofrerem durante o ato processual, visto que muitos são os fatores que podem surgir. Fatores como: interferência nos sinais de internet, interrupção nos áudios, corte de sinais, dentre outros fatores.
O acesso à justiça ainda é uma questão que precisa ser clarificada, principalmente para as camadas menos esclarecidas. Vale ressaltar que a referida pesquisa mostrou os desafios que a população enfrenta diariamente para conseguir ter acesso de qualidade à justiça brasileira.
A justiça brasileira nas suas diversas esferas, inclusive a Justiça do Trabalho procurou meios legais para que os tribunais não parassem seus trabalhos e desta forma dessem continuidade e celeridade aos serviços prestados à população.
Mesmo de forma remota os tribunais continuaram com as audiências, e nesse sentido, foi necessário experimentar nossas metodologias que até então não eram adotadas de forma corriqueira pelas cortes.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

DALLEFI, Nayara Maria Silvério da Costa; SILVA, Daiane Cristina Teixeira da. Do acesso à justiça para os deficientes físicos: pontuações sobre as modificações no direito pátrio em nome da segurança jurídica e dignidade da pessoa humana. **V SEMANA DO CONHECIMENTO DO UNIVEM**, RJLB, Ano 4, 2018, nº 2. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/2/2018_02_0127_0153.pdf Acesso em: 10 Jun. 2022.

LIBER, Gabriel Henrique Araújo; RAINHO, Murilo Teixeira. Audiências virtuais na pandemia do coronavírus e seus reflexos no âmbito dos juizados especiais cíveis. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**-ISSN 21-76-8498, v. 16, n. 16, 2020. Disponível em: http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/8554 Acesso em: 12 Mai. 2022.

MORAES, Camila Miranda de; GAIA, Fausto Siqueira; SILVA, Karla Yacy Carlos da. Audiências por

videoconferência na justiça do trabalho. **Direito UNIFACS–Debate Virtual**, n. 239, 2020. Disponível em: https://abre.ai/eB6v Acesso em: 10 Mai. 2022.

PEREIRA, Ricardo José Macedo de Britto. Acesso qualificado à justiça do trabalho: inclusão social pela tutela coletiva. **Revista Cidadania e Acesso à Justiça.** |e-ISSN: 2526-026X| Encontro Virtual | v. 7 | n. 1 | p. 83 – 101 | Jan/Jul. 2021. Disponível em: https://abre.ai/eB5R Acesso em: 05 Mai. 2022.

SILVA, Cleyton M. da. [et al.] A Pandemia de COVID-19: **Vivendo no Antropoceno**. **Rev. Virtual Quim.** Vol. 12. Nº. 4.1001-1016. 2021. Disponível em: http://static.sites.sbq.org.br/rvq.sbq.org.br/pdf/v12n4a09.pdf Acesso em: 18 Mai. 2022.

RESUMO EXPANDIDO

Prática abusiva das instituições financeiras: envio de cartão de crédito sem solicitação prévia e a repercussão na jurisprudência brasileira

Dayana Darling Rebouças do Nascimento[1] (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: dayana.nascimento@fvj.br); Orientadora: **Natallie Alves de Almeida**[2] (professora-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: natallie.almeida@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa acadêmica em epígrafe teve como principal objetivo analisar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor diante das práticas abusivas por parte das instituições financeiras. Ante a vulnerabilidade do consumidor, necessário que haja a proibição de condutas que venham a lesar os seus direitos. Assim, o consumidor possui ferramentas para se proteger contra o envio de cartão de crédito, sem a sua solicitação, que constitui uma prática comercial abusiva, expressamente vedada no CDC. No que diz respeito à metodologia, utilizou-se de fontes documentais, desenvolvidas com base em livros, artigos e monografias. Importante destacar, ainda, o uso da legislação vigente no país, como a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, assim como Súmula específica do Superior Tribunal de Justiça, que serão utilizados para dar suporte jurídico à pesquisa. Identificou-se a atuação do Poder Judiciário na resolução de demandas na seara consumerista, em razão da abusividade por parte das instituições financeiras. Verificou-se, ainda, que o entendimento jurisprudencial está em conformidade com a previsão da Legislação Consumerista, vez que é essencial coibir condutas que possam causar abusos nas relações de consumo. Desta feita, o consumo deve ocorrer sem abusividade, daí a importância do consumidor saber quais são seus direitos e como proceder nos casos em que eles forem violados, com o respaldo jurisprudencial.

Palavras-chave: cartão de crédito; instituição financeira; prática comercial abusiva; relação de consumo; Superior Tribunal de Justiça.

INTRODUÇÃO

A proteção do consumidor pode ser identificada desde a Idade Antiga, no Código de Hamurabi, editado no Império Babilônico e também na Lei das XII tábuas, vigente no Império Romano. São legislações antigas que já previam sanções para aqueles que agiam de má-fé nas relações de consumo, protegendo os direitos dos consumidores.

Nos Estados Unidos da América a proteção ao consumidor começou em 1890 com a Lei Shermann. Mas a importância devida da defesa do consumidor começou de fato na segunda metade do século XX, vez que se notou a necessidade de proteger a parte mais vulnerável, frente a esse tipo de conduta por parte dos fornecedores.

Já no Brasil, a defesa do consumidor está consagrada no art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, sendo um dever do Estado e um direito fundamental dos cidadãos, reconhecendo-se, ainda, como um dos princípios norteadores da ordem econômica, conforme o texto constitucional (art. 170, V). Também há a previsão do artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determinou a elaboração do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo esse código um instrumento na busca para obter-se equilíbrio na relação entre consumidor e fornecedor, protegendo principalmente os direitos da parte mais vulnerável, o CDC veda ao fornecedor enviar ou entregar qualquer produto ou fornecer serviços, sem a solicitação prévia do consumidor. Essa prática é amplamente utilizada por instituições financeiras que enviam, sem qualquer solicitação, cartão de crédito para a casa de

consumidores, e, posteriormente, efetuam a cobrança da anuidade. O Superior Tribunal de Justiça - STJ já sumulou entendimento acerca dessa vedação.
Assim, com base nos estudos realizados para a presente pesquisa, será discutida a importância de ser um consumidor consciente, que conhece seus direitos e seu papel na sociedade, para que se possam evitar possíveis abusos nas relações consumeristas, em especial nas relações bancárias. Dessa forma, não basta existir o direito tutelado, é necessário que o consumidor saiba quais são esses direitos protegidos e como agir nas situações que eles forem violados.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Benjamin; Marques e Bessa (2021), Nunes (2018) e Miragem (2016), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando que o fornecimento não solicitado é uma prática corriqueira e abusiva do mercado e que a norma é taxativa em proibir o envio ou a entrega ao consumidor sem que este tenha previamente solicitado qualquer produto ou serviço.

METODOLOGIA

Com o propósito de desenvolver a discussão a respeito do tema proposto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente de doutrinas, artigos e monografias. Assim, a pesquisa em questão será descritiva, reunindo as informações obtidas no material estudado. Da mesma maneira, a pesquisa metodológica também será documental, por meio do estudo da Constituição Federal de 1988, do Código de Defesa do Consumidor, e dentre outras, do projeto de lei nº 4.557/2008, que demonstra a preocupação do legislador em vedar de forma mais específica a prática abusiva de envio de cartões de crédito sem anuência do consumidor. Além disso, serão analisados dados de processos ingressados no Poder Judiciário no âmbito do Direito do Consumidor e como a jurisprudência brasileira tem se pronunciado ante as práticas comerciais abusivas, correlacionando as informações obtidas na pesquisa bibliográfica com os dados analisados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante de todo o exposto, a presente pesquisa buscou responder ao questionamento acerca da aplicação efetiva do Código de Defesa do Consumidor, frente às condutas abusivas praticadas pelos fornecedores. Agregado a isso, tem-se a Súmula do STJ, que veda a prática de enviar cartão de crédito ao consumidor sem a sua solicitação, em consonância com a previsão legal do CDC. Buscou-se analisar qual a posição do Poder Judiciário quanto à aplicação dessas normas de proteção ao consumidor.
Ao analisar a evolução histórica da defesa ao consumidor, identifica-se que tal proteção surgiu em virtude das desigualdades existentes nas relações consumeristas. Dessa forma, era necessário que fossem criados instrumentos normativos específicos, que evitassem e punissem os excessos cometidos pelo fornecedor, reconhecendo o consumidor como a parte mais vulnerável.
Analisou-se alguns dispositivos da legislação consumerista, em especial os que tratam dos direitos básicos do consumidor, além das práticas e cláusulas contratuais abusivas que são vedadas ao fornecedor de produtos ou serviços, verificando, assim, que o Código de Defesa do Consumidor tem por objetivo principal proteger e defender o consumidor de possíveis abusos, determinando normas de ordem pública e de interesse social, estabelecendo valores básicos e fundamentais nas relações de consumo, de forma a garantir o interesse da coletividade.
Investigou-se ainda se as instituições financeiras seriam fornecedoras para fins de aplicação da legislação consumerista. E, diante da ADI 2.591, o STF ratificou o entendimento do STJ

no sentido de que são aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras. Apesar da tentativa de se afirmar o contrário, verifica-se que esse entendimento é predominante tanto na jurisprudência, quanto na doutrina.

Observou-se ainda que as instituições financeiras seguem praticando condutas abusivas. O envio de cartão de crédito, sem pedido prévio e expresso do consumidor, caracteriza uma dessas práticas. E, devido à abusividade por parte dos bancos, os consumidores buscaram auxílio junto ao Poder Judiciário. Em razão disso, os Tribunais Estaduais e o STJ vêm decidindo em conformidade com o CDC, visando a punição das instituições financeiras para que não voltem a praticar atos ilícitos na relação consumerista.

Destarte, analisando o entendimento jurisprudencial, diante de vários precedentes, o STJ editou Súmula reconhecendo como prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa requisição do consumidor. E, devido ao seu caráter mais restritivo, está em tramitação o PL nº 4.557/08, que define como prática abusiva a entrega de cartão de crédito ao consumidor sem solicitação prévia.

Diante disso, é essencial a aplicação do CDC nas relações de consumo, de modo que possa se evitar, ou até mesmo punir, a abusividade das instituições financeiras, que insistem em enviar cartão sem solicitação dos consumidores, gerando cobranças indevidas e inúmeros danos.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de Direito do Consumidor**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de Direito do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA EM CRIMES AMBIENTAIS

Crisanto Souza Damasceno Júnior[1] (Aluna do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: junior.damasceno@fvj.br), Me. Francisco das Chagas da Silva[2](Orientador do curso de Bacharelado em Direito do pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: francisco.silva@fvj.br).

RESUMO

Responsabilidade penal da pessoa jurídica é um assunto que evolui constantemente. No Brasil, a Constituição de 1988 e a Lei nº 9.605/98, contempla a responsabilidade penal da pessoa jurídica. O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais, como objetivos específicos: mostrar um pouco da sua história e também a grande relevância deste tema para a sociedade bem como o que tem mudado nos últimos tempos, falar da importância de ter cada vez mais uma lei combatente a essas empresas que tanto destroem o meio ambiente. A Constituição Federal e a Lei de Crimes Ambientais responsabilizam a pessoa jurídica que pratica crime, seja qual for o crime contra o meio ambiente, aqui não apenas a pessoa jurídica é responsável como também os sócios proprietários. Analisa-se que o Direito Penal deve estar agregado às transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, requerendo tratamento atualizado, legais e conceitos jurídicos pertinentes à realidade.

Palavras –chave: Responsabilidade Penal. Pessoa Jurídica. Crimes Ambientais.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade penal para crimes contra o meio ambiente surgiu no primeiro Código Penal Brasileiro em 1830, mas, de maneira tímida, pois apenas dois dispositivos tratavam desse tema, os quais puniam aqueles que cortassem ilegalmente árvores, assim como aqueles que danificassem o patrimônio cultural (MILARÉ, 2011). A importância da proteção jurídica do meio ambiente se deu por grande evolução até que a sociedade reconhecesse esse último como bem jurídico digno de tutela autônoma, levando à sua proteção pela Constituição Federal em 1988 (BASTOS, 2020). A responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais surgiu no com a edição da Lei 9605/98, especificamente, no artigo 3º, assim como na própria Constituição Federal, em seu art. 225, §3°, buscando unir os crimes e as infrações administrativas cometidas contra o meio ambiente, instituindo então, a pessoa jurídica como sujeito ativo desses delitos, permitindo sua responsabilização independente da pessoa física, como os sócios da empresa (BASTOS, 2020). A responsabilidade penal da pessoa jurídica é corretamente possível no Direito penal que tem por função a prevenção geral da sociedade. O direito de equilibrar o meio ambiente, descrito no art. 225 da CF, é o princípio matriz do direito ambiental, sendo importante corolário do direito à vida, principal direito fundamental de nossa ordem jurídica.

MARCO TEÓRICO

O avanço tecnológico e industrial, o processo de mundialização da economia veloz acarretou a degradação do meio ambiente. Numerosos acontecimentos e catástrofes naturais vêm acontecendo ao redor do globo terrestre, até mesmo no Brasil, as quais

deixam estragos significativos para as populações habitante do local, além dos danos muitas vezes irreparáveis e irreversíveis ao meio ambiente. Buscando evitar e encerrar os diversos avanços que a humanidade investe contra a natureza, os ordenamentos de diversos países vêm concentrando esforços no sentido de tipificação de condutas danosas contra o meio ambiente. A partir disso, os brasileiros fizeram com que a proteção ambiental viesse a ser consagrada na Constituição Federal de 1988.O Direito Ambiental faz parte de um ramo do direito relativamente recente, que busca disciplinar as relações entre o meio ambiente e a ação humana, se relacionando a outras áreas de conhecimento, como: a engenharia florestal, a biologia e, o Direito Penal. Reconhece-se o meio ambiente como direito fundamental, relacionado ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana, que a tutela ambiental ganha contornos definidos e maior âmbito de abrangência, conforme será desenvolvido nos seguintes tópicos. Responsabilidade penal ambiental é a imposição do Estado, por intermédio do Poder Judiciário, de uma sanção penal ao infrator da lei incriminadora ambiental (OLIVEIRA, 2018). A proteção ao meio ambiente é estabelecida na Constituição Federal no artigo 225, que preceituou a tríplice responsabilidade do poluidor, dentre elas a responsabilidade administrativa. Como no direito ambiental, há outros meios de se responsabilizar o dano ambiental de forma administrativa e civil, o âmbito penal seria dispensável e descabido. O sistema jurídico brasileiro é responsável por determinar, instruir e afirmar para toda a população as penas, punições ou condenações em consequências de cada atividade que seja causada por pessoas físicas ou jurídicas (RAMOS, 2014). Os crimes ambientais se encontram determinados na lei 9.605/98, que trata das sanções penais e administrativas advindas de atos que sejam nocivos ao meio ambiente. O Brasil antes da Constituição Federal de 1988, já tinha a legislação apropriada à proteção ambiental. Trata-se da Lei 5.197/67, de proteção à fauna; Lei 6.453/77, sobre a responsabilidade por danos nucleares; a Lei 6.938/81, sobre Política Nacional do Meio Ambiente. Com a introdução da possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica para os crimes ambientais e contra a ordem econômica e financeira, foi uma novidade. A considerada Constituição Cidadã de 1988, ligada à tendência mundial de se instituir mecanismos aptos a coibir a neo-criminalidade e as violações aos direitos pertencentes à coletividade, inovou o sistema de responsabilização penal que até agora vigente no Brasil e ainda possibilitou a responsabilização penal da pessoa jurídica, em matéria ambiental (MIRANDA, 2019).

METODOLOGIA

A partir da pesquisa bibliográfica e exploratória de natureza qualitativa, contendo uma revisão integrativa foi realizado esse estudo. Buscou-se como fontes os artigos disponibilizados na Internet, matérias publicadas em sites oficiais, artigos acadêmicos e monografias, assim como em revistas especializadas, livros e a legislação vigente no país.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A responsabilidade da pessoa jurídica, no direito ambiental é uma questão de relevância mundial, não importa a causa. Se hoje dá-se pela inversão do pensamento quanto a responsabilidade da pessoa jurídica, ou da evolução dos direitos ambientais, o que compreende-se é que não há como permitir a ação desmedida ou irresponsável das organizações empresarias que exploram os recurso naturais e aproveitam como instrumento de suas atividades. Na realidade os crimes ambientais são praticados em razão do interesse e benefício das pessoas jurídicas que muitas vezes privilegiam

apenas o lucro, e isso não podem permanecer sem que assumam as responsabilidades perante a lei. A forma da Responsabilidade penal da pessoa jurídica se apresenta como inovação do ordenamento jurídico brasileiro, visto que, a pessoa jurídica, comete o crime ambiental e, pode ser responsabilizada criminalmente pelo seu representante, ou seja, o que causou o ato danoso. A Lei n° 9.605.98, de crimes ambientais estabelece que o representante da pessoa jurídica evite que a mesma não cause danos ao meio ambiente para que não venha ser penalizado pessoalmente pelas violações. Cabe ao direito penal se empenhar em defender as condutas de pessoas físicas ou pessoas jurídicas que constituem risco ou ameaça real e potencial para os seres humanos. Enfim, a Constituição Federal é muito direta e concludente no que se refere à responsabilidade de qualquer pessoa, seja física ou jurídica ao causar danos ambientais devendo, portanto, ser responsabilizada civil, administrativa e penalmente. Deve-se lembrar que o meio ambiente é responsabilidade dos Estados e da coletividade tido como direito difuso, além de direito fundamental o seu equilíbrio. A Constituição Federal e a Lei de Crimes Ambientais responsabilizam a pessoa jurídica que pratica crime, seja qual for o crime contra o meio ambiente, aqui não apenas a pessoa jurídica é responsável como também os sócios proprietários. As penas podem incorrer em crime ambiental e variar de uma simples multa e serviços à comunidade podendo ainda importar até a uma pena restritiva de direito de suspensão total das atividades da empresa. Compreende-se que no entendimento dos Tribunais Superiores já vêm adotando a desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica responsabilizada criminalmente, e que isso não afronta o princípio da intranscendência das penas acautelado na Constituição Federal de 1988. Espera-se que este trabalho contribua para que de certa forma responsáveis pela pessoa jurídica tomem consciência de suas responsabilidades assim como assim como, do cuidado e da manutenção do meio ambiente, e preservação uma vez que os empreendimentos são os que mais degradam o ambiente.

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. N. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais na sociedade de risco**. 2020. 49 p. Projeto de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) –Faculdade de Direito de Vitória, Espirito Santo, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei de Crimes Ambientais.** Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 22 de março de 2022.

MILARÉ, É, **Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em foco: Doutrina, Jurisprudência**, Glossário. In: _____. A Base Constitucional da Proteção do Ambiente 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 20112011

RAMOS, R.R.P. **Responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais**. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito, Curso de Direito, Fortaleza, 2014.

A ABORDAGEM POLICIAL E OS ABUSOS DE AUTORIDADE: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

Camilo Jovelino Teobaldo (aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: camilo.jovelino@fvj.br), Orientadora: Jackeline Ribeiro e Sousa (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jackeline.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa trata sobre as dificuldades vivenciadas pela sociedade com relação aos abusos de poder, sobretudo, na conjuntura das ações policiais. Compreende-se que esse estudo é relevante porque dia após morem pessoas inocentes em abordagens policiais despreparados para lidar com as situações, culminando em tragédias sem precedentes, tanto para o poder judiciário, que precisa responder a esses cenários quanto para a sociedade que precisa lidar com o medo frente a aqueles que deveriam defender a população. Para que a pesquisa obtivesse êxito foi realizada uma análise de conteúdo, sendo que foram usados livros, jurisprudências, artigos e afins para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos do estudo. Com relação ao objetivo geral desta pesquisa, salienta-se que busca discutir o motivo pelo qual a sociedade enxerga a polícia como inimigo interno da população e como apresentam os aspecto jurídicos na defesa desse profissional. Como resultados fica evidente que o abuso de poder busca ser amplamente minimizado e evitado junto ao poder judiciário, sobretudo, porque fere princípios garantindo na CF/88. Fica perceptível ainda que esse problema de abuso de poder é complexo devido as questões de corrupção envoltas nas questões públicas, sendo necessário rever essa questão. Conclui-se, por fim que são necessárias mais pesquisas abordando esse cenário, visando que constantemente as leis em defesa da sociedade e dos policias surgem, o que culmina em necessárias novas discussões. Assim, o objetivo geral do estudo é discutir o motivo pelo qual a sociedade enxerga a polícia como inimigo interno da população e como apresentam os aspecto jurídicos na defesa desse profissional.

Palavras-chave: Atividade Policial. Legislação. Alterações. Violência. Processo Penal. Direito Penal.

INTRODUÇÃO

A questão principal que norteia a proposta de pesquisa é a abordagem policial no Brasil, no que tange a seus benefícios e dificuldades para que os agentes efetuem suas atividades sem que a sociedade os considere como “inimigos internos”. Contexto refletivo por cenários conflitantes que envolve os profissionais e, sobretudo, as comunidades mais carentes. Compreende-se como maior entrave o trabalho exercido na linha de frente de combate ao crime, pois levando em consideração a preparação e a capacitação de armazenamento de armas dos criminosos recorrentemente os conflitos terminam em graves infrações das leis existentes, com relação, por exemplo, ao princípio da dignidade da pessoa humana, que é um dos princípios basilares do ordenamento brasileiro. Neste sentido, percebe-se a necessidade de se construir um novo caminho, junto a sociedade, para que a atuação policial ocorra de forma mais tranquila e sem perdas desnecessárias, como acontece com crianças, idosos, pais de família e afins. É preciso entender que a corporação policial existe para demandar segurança à população e não medo, como vem amplamente sendo apresentado por meio de telejornais, redes sociais e afins. Apenas no primeiro semestre do ano de 2020, 103 policiais foram mortos em suas abordagens, sendo que em 2019, ano anterior, foram 83, um aumento de 24%. Sendo assim, fica evidente o seu crescimento de casos, o que culmina na necessidade de

novos direcionamentos ao que tange ao confronto com os criminosos, de tal maneira que as dificuldades sejam sanadas e os profissionais não temam pela sua vida, e consequentemente não findem com a vida de pessoas inocentes. Dessa forma, a motivação que leva ao estudo desse assunto, é a identificação de que a falta de investimento no setor de segurança pública permite que os profissionais policiais assim como a própria população sofra consequências irreversíveis, fazendo-se necessário políticas públicas que visem o melhor cuidado com ambos os contextos citados.

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida sob um aspecto bibliográfico, sendo que faz uso de narrativas que já foram desenvolvidas acerca do assunto tratado. Entre as bases de dados que foram usadas para localizar os arquivos estão: SCIELO, LILACS e Google Acadêmico. Dentre os materiais selecionados, é possível mencionar: jurisprudências, artigos, monografias, revistas e afins.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os avanços na política de segurança pública em todo o país incluem a expressão da capacidade de usar o poder do Estado, bem como as forças de mobilização e cooperação existentes na sociedade civil, para engajar a sociedade mais diretamente nessa atividade, entender que a polícia trabalha melhor, para quebrar o paradigma que cerca esta instituição é que eles agem contra a sociedade e não para a sociedade. É perceptível ainda um certo distanciamento da população em relação a polícia, o que contribui para o aumento do descrédito nas instituições, levando assim os indivíduos a criarem seus próprios mecanismos de pacificação social, aos quais podem ou não ser violentos, onde apresentam-se com maior destaque a mediação, a conciliação e a arbitragem. Cabe ainda salientar que pacificar, significa: “Restabelecer a paz; apaziguar; serenar, tranquilizar, acalmar, abrandar; Voltar à paz; tranquilizar-se, serenar-se, acalmar-se” (FERREIRA, 1995, p. 473). Para que a sociedade e a polícia entrem em consenso acerca de quais abordagens são fundamentais para segurança da sociedade é preciso parceria entre ambos, o que apenas acontecerá por meio da presença recorrente desse profissional nas comunidades. Entretanto, é importante considerar que “os órgãos policiais (militar e civil) estão constantemente, de uma forma ou de outra, fazendo parte do nosso cotidiano, seja na promoção de algum evento de grande proporcionalidade, em grandes tragédias, seja em crimes e delitos cometidos pela sociedade em geral” (TERRES, 2016, p. 41), sendo também necessário esse reconhecimento, a fim de que a credibilidade de suas ações permita passem a ser efetivadas. Compreende-se que o Estado é que deve prover recursos que permita essa aproximação dos policiais com a sociedade, afinal este tem tido cenários em que é obrigado a reparação de danos, gerado pelos problemas de insegurança sentidos pela sociedade. A Lei nº 13.869 em questão, mais conhecida como Lei de Abuso de Autoridade, volta-se a penalidades efetivadas contra os servidores que venham a ter atitudes de abuso de poder, e compreendendo sobre as modalidades das penas, cabe destacar cada uma delas visa identificar quais as dificuldades sentidas pelos profissionais que trabalham com a Segurança Pública Nacional. A profissão policial possui diferentes complexidades, e estas são visualizadas com seriedade e dificuldade, pois, exigem do policial uma aptidão e a capacidade de julgar, todavia, essas particularidades não são consideradas, tanto para recrutar quanto para formar. Existem avanços dentro da polícia no quesito de formação, porém, ela continua centrada na força e na repressão (VEIGA; SOUZA, 2018). De toda forma, os policiais passam por um recrutamento, depois há um treinamento, por fim, são supervisionados. A polícia militar no Brasil é uma instituição que possui hierarquias e é embasada pela disciplina e organização, ela é constituída por um sistema de ensino onde os conteúdos técnicos são priorizados, contemplando de maneira simples as relações humanas dentro de uma conjuntura democrática. O abuso de autoridade ocorre quando um profissional executa medidas além das

que deveria ou poderia para exercer sua atividade. É importante frisar sobre quem são as autoridades que são acompanhadas quanto a esse quesito, porque acredita-se amplamente que apenas aqueles que efetivam suas demandas a nível federal podem sofrer com o problema, o que de fato não é verdade. É notório que a corrupção é um dos maiores entraves brasileiros, em meio a qualquer setor público, e não é diferente nas corporações policiais. Essa cultura desmistifica um cenário que deveria ser seguro, mas passa a ser fomentado pela ideia de que sem os desvios financeiros não é possível sobreviver no país. Isto porque, apesar de lidar com cenários conflituosos, os policiais recebem salário desproporcional ao contexto que atuam, o que culmina em diversos problemas, incluindo os corruptivos.

CONCLUSÕES

Nota-se que é preciso ter mais cautela, por parte da gestão da polícia no que tange a captação desses indivíduos para atuar com armamento, sendo que lidar com as abordagens policiais não se trata de um cenário fácil, sendo necessário que os sujeitos tenham capacidade psicológica, entre outros quesitos. Salienta-se ainda sobre o último objetivo específico, quando ele também é atendido, no quesito de que apresenta-se que o cenário político e de segurança pública compreendem diversos problemas com o cuidado com a população porque existe má gerência com relação aos recursos financeiros e físicos do contexto nacional. Ficando evidente que determinados abusos de autoridade acontecem porque as pessoas estão habituadas a utilizar de corrupção para conseguir melhorar suas conjunturas sociais, sobretudo, porque seus cargos não possibilitam segurança, física e financeira, para eles e seus familiares.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. SÃO PAULO: Folha de São Paulo, 1995.

TERRES, Maikeli Moreira. **Mediação de conflitos e segurança pública**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em:https://core.ac.uk/download/pdf/84399439.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

VEIGA, Celia Cristina Pereira; SOUZA, José. A produção científica sobre formação dos policiais militares no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 12, n. 1, p. 50-70, 2018.

O ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SOCIEDADE MODERNA PERANTE A INÉRCIA DO CONGRESSO NACIONAL

Caio Ponciano Bento (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Centro Universitário da Vale do Jaguaribe, e-mail: poncianocaio@gmail.com), Orientador: Alfredo Narciso Costa Neto (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com).

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo geral demostrar porquê o ativismo judicial realmente acontece no Brasil e qual o real motivo do Supremo ter que agir através muitas vezes decisões fundadas em legislações margeadas das querelas existentes ao invés deixar sucumbir clamores de minorias. Ao longo do texto, identifica-se que o ativismo judicial se faz presente no contexto brasileiro porque existe uma inércia singular no Congresso Nacional junto aos nossos presentes, escolhidos por voto democrático. Para conseguir chegar ao resultado almejado, utilizou-se de um estudo descritivo-analítico, visando alcançar fundamentações teóricas que tornassem possível responder aos diversos questionamentos realizados ao início da pesquisa, sendo estas: qual a real atuação do Congresso Nacional (CN) e dos diversos tribunais, em especial ao Supremo Tribunal Federal (STF), na construção de normas infraconstitucionais alheias aos ditames constitucionais? O que o Congresso Nacional tem feito para que as "minorias" sejam totalmente ou até mesmo parcialmente amparadas por nossa Constituição? São questões como essa que acabam sendo levadas a nos perguntarmos será que o "Eu" eleitor estou mesmo sendo bem representado? E por que o político que está me representando não corresponde as expectativas que tanto almejava na hora do sufrágio? Percebeu-se que os questionamentos foram respondidos, ao passo que percebe-se que o ativismo judicial é devidamente relevante para a sociedade brasileira, visando esse cenário evidente durante as medidas tomadas junto ao problema do COVID-19.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Congresso Nacional. Inércia. Sociedade Moderna.

INTRODUÇÃO

O Brasil é formado de diferentes povos com culturas, raças e credos distintos, além do mais é considerado um país continental, por sua extensão territorial, motivo esse que deve ser levado em consideração por tamanha discrepância no que concerne à divisão percapta. Com uma sociedade pluricultural e a necessidade de se normatizar a estrutura de uma nação através de uma lei maior e rígida que consiga abranger as diversas formas de assimilação de contexto de um país tão vasto como o nosso, entende-se a colcha de retalhos que vem sendo feita pela inércia dos poderes legislativos brasileiros. Os aspectos que permeiam o ativismo judicial no STF e seus impactos na sociedade moderna, advém do resultado da inércia do Congresso Nacional, que por terem seus pares elementos diversos de ideologias e fundações conceituais distintas acabam por travar pautas essenciais, que são constantemente conclamadas pela população que os elegeu. O que permite que o povo judicialize lides de preceitos não fundamentadas através de normas inexistentes sendo estas recorríveis até a consolidação do ativismo do STF se sobrepondo as leis ainda não votadas e muitas vezes nem discutidas pelos parlamentares. Ato contínuo, o presente trabalho irá demonstrar de onde parte a ruptura que acaba por desencadear falhas no sistema constitucional até chegar de maneira preponderante no ativismo do Supremo Tribunal Federal e suas decisões. A necessidade de análise para uma

melhor compreensão de onde surge a ruptura entre a necessidade de surgimento do ativismo judicial do STF e a inépcia do poder legislativo se fez necessário o presente estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa é qualificada como descritivo-analítica, do tipo bibliográfica e documental. A abordagem é qualitativa, posto que foca em compreender o assunto abordado e suas motivações, ao passo que busca responder as problemáticas apontadas nesse estudo. Desta feita, a pesquisa é construída mediante o suporte de obras doutrinárias, legislação brasileira, artigos científicos e dissertações sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se tratar do tema Ativismo Judicial praticado no Brasil, é importante proceder a uma análise das bases que sustentam tal postura, presente em nosso país a partir da Constituição de 1988, que serviu de instrumento para redemocratização do Brasil, portanto nada mais justo que iniciarmos esse trabalho relatando o ambiente político que surgiu a Carta Magna. A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foi sem dúvida um dos marcos na história da redemocratização do Brasil. Sendo assim, em 1º de fevereiro de 1987, os Deputados Federais e Senadores reuniram-se unicameralmente, em ANC, sendo esta composta por 559 constituintes, com o intuito de ouvir as vozes e o clamor da população, recém saída de um regime ditatorial, e que levantava-se para o surgimento de uma nova Carta Magna que poria um fim, de forma definitiva, aos ditames que exacerbavam os direitos da população. Sabendo que as normas constitucionais fazem com que o parlamento brasileiro se torne moroso em suas decisões, o que muitas vezes dificulta a tomada de decisões importantes para a sociedade, busca-se alternativas para melhorar sua celeridade. Isso porque é evidente que esse processo de morosidade permite que criminosos, por exemplo, fiquem no poder por tempo em excesso, devido a sua condição de privilégio. Vale salientar que existem instrumentos de combate à morosidade de um dos poderes existentes, sendo ele o Poder Legislativo, tratando-se do "Mandado de Injunção, previsto no art. 5°, LXXXI, da CF, e regulamentado pela Lei nº 13.300/16 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade, com previsão no art. 103 e regulamentação na Lei nº 9.868/99" (SEIXAS; THAMAY, p. 12), sendo viável que ambos sejam aplicados sempre que necessário para auxiliar quem precise. Conforme aponta Alexandre Aragão (2021), um dos maiores problemas com relação ao STF e o então presidente, atualmente, relaciona-se aos constantes ataques que Jair tem realizado contra o sistema eleitoral, enfatizando acerca de fraudes nas urnas. Cabe ressaltar a relevância da interferência do STF neste caso, quando claramente o poder judiciário está devidamente atrelado aos riscos que o presidente tem exposto o Brasil, dentre as quais estão o Inquérito das Fake News, as rachadinhas de Flávio Bolsonaro (filho do presidente), e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia e desdobramentos no STF. Ou seja, o STF constantemente precisa identificar as faltas com relação as garantias dos princípios constitucionais, a fim de que o executivo, sobretudo, não ponha em risco a soberania e estabilidade do povo brasileiro. Frente as informações que ora foram apresentadas, é que se perceber a inércia do Congresso Nacional quando são necessárias tomadas de decisão especificas para a sociedade, sendo necessário o então ativismo judicial; Antônio Henrique Graciano Suxberger e José Wilson Ferreira Lima (2019) discorrem sobre o ativismo judicial surgir para minimizar os impactos da inercia do Congresso Nacional frente as necessárias tomadas de decisão que não ocorrem efetivamente.

CONCLUSÕES

Sendo assim, compreende-se que o ativismo judicial tem papel singular junto a sociedade, já que auxilia a minimizar os problemas sentidos pelas minorias brasileiras e dar celeridade em

tomadas de decisões que precisam ser exercidas pelo Congresso Nacional (CN), mas nem sempre acontece, devido a sua inercia frente a alguns fato. Percebe-se que grande parte desse problema ocorre porque os políticos escolhidos pelo povo para os representar, são direcionados para o Congresso como um meio de garantir necessidades particulares, ou seja, em questões amplas, estes tendem a se abster na tomada de decisão. Considerando esse contexto, percebe-se a necessidade de encaminhar mais pluralidade ao Congresso Nacional, visando que as diversas necessidades do povo sem amplamente asseguradas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. **Bolsonaro x STF**: 5 pontos de atenção. Do Supremo, 2021. Disponível em:https://www.jota.info/stf/do-supremo/bolsonaro-stf-5-pontos-relacao-poderes-06082021. Acesso em: 12 abr. 2022.

SEIXAS, B. S; THAMAY, R. F. K. **A decisão judicial na ado nº 26 e o mi nº 4.733 e a supressão da omissão inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.** Disponível em:http://seer.unirio.br/cdpp/article/view/10094. Acesso em: 06 mai. 2022.

SUXBERGER, A. H. G; LIMA, J. W. F. Análise comparativa do processo de construção da política criminal no Brasil e em Portugal. **Revista Quaestio Iuris**, v. 12, n. 3, p. 588-611, 2019.

PUBLICIDADE INFANTIL NO ÂMBITO DAS REDES SOCIAIS E A VIOLAÇÃO DO DIREITO DE PERSONALIDADE: UMA ANÁLISE ACERCA DA PRÁTICA DO SHARENTING.

ALLYNI OLIVEIRA LIMA (ALUNA DO CURSO DE DIREITO DA FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE, E-MAIL: (ALLYNI.LIMA@FVJ.BR), ORIENTADORA 2 DA PROFESSORA ARIELLE ARRY CARVALHO DA FACULDADE VALE DO JAGUARIBE (UNIJAGUARIBE), E-MAIL: (ARIELLE.CARVALHO@FVJ.BR).

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de explanar acerca da publicidade infantil no âmbito das redes sociais e a violação do direito da personalidade. Analisa-se os aspectos que levam a prática do sharenting, termo que surgiu no ano de 2010, nos Estados Unidos, que significa a partilha (sharing) de dados, sobretudo, fotografias dos filhos por parte dos pais (parenting), através da Internet. Nesse sentido busca-se responder o seguinte questionamento: Em que medida o sharenting viola o direito de personalidade das crianças e dos adolescentes? Na presente pesquisa serão analisados fatos, jurisprudências e argumentos de acordo com a legislação e doutrinadores que estudam a temática. Percebe-se que mesmo com a garantia de proteção às crianças, há situações em que os pais ou os responsáveis expõem de forma demasiada a imagem de crianças e adolescentes nas redes sociais, violando os direitos da personalidade. Para elaboração deste trabalho será feito um estudo por meio de pesquisa bibliográfica, científica e documental, de natureza teórica.

Palavras-chave: Sharenting. Publicidade Infantil. Direitos de Personalidade. Redes Sociais. Crianças e Adolescentes

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de abordar acerca da publicidade infantil no âmbito das redes sociais e a violação do direito da personalidade, com o objetivo de demostrar que estes foram, paulatinamente, sendo conquistados e resguardados em normas nacionais e internacionais, a exemplo da Constituição Federal de, 05 de outubro de 1988, a Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, e a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Todavia, em que pese a ampla proteção relacionada à criança e ao adolescente, os direitos de personalidade desta são, muitas vezes, violados devido à exposição de seus filhos de forma demasiada nas redes sociais, fenômeno conhecido como sharenting. Sharenting é uma expressão oriunda da Língua Inglesa formada pela junção das palavras

“share” (compartilhar) e “parenting” (cuidar, no sentindo de exercer o cuidado parental em relação à prole).

Assim, a prática habitual de postar informações dos menores nas redes sociais decorre da nova forma de relacionamento via redes sociais na atualidade e é realizado no âmbito do legítimo interesse dos pais de mostrar o dia a dia das crianças, suas histórias de vida, conquistas e informações pessoais a respeito dos menores. A pesquisa tem importante na medida que busca demonstrar com clareza as consequências da prática relacionada ao sharenting.

MARCO TEÓRICO

Por ser muito discutido entre a sociedade e juridicamente, o tema é de suma importância na medida que busca demonstrar com clareza as consequências da prática relacionada ao sharenting. Onde a relevância social dessa questão é visível, porque muitas vezes as vítimas são crianças, e muitos dos autores dessas divulgações são os próprios pais, que muitas vezes descaradamente compartilham fotos e vídeos de seus filhos na internet, e quando continuadamente o referido evento ocorre, realiza-se o chamado sharenting. Onde a prática habitual de postar informações dos menores nas redes sociais decorre da nova forma de relacionamento via redes sociais na atualidade e é realizado no âmbito do legítimo interesse dos pais de mostrar o dia a dia das crianças, suas histórias de vida, conquistas e informações pessoais a respeito dos menores. A pesquisa tem importante na medida que busca demonstrar com clareza as consequências da prática relacionada ao sharenting.

METODOLOGIA

O método utilizado foi o indutivo, com a utilização das técnicas que englobam jurisprudência, legislação, fichamento e revisão bibliográfica. Quanto à abordagem a pesquisa é qualitativa, pois enfatiza a compreensão e a interpretação do tema, atribuindo significado aos dados e informações coletadas. Para promover a melhor compreensão do tema, a estrutura do presente trabalho foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo visa abordar historicamente a evolução e o momento em que surgiram os direitos da personalidade, além de expor acerca do direto à imagem, o direito à honra e os princípios constitucionais norteadores dos direitos da personalidade. Pois o termo personalidade é definido como a

capacidade de um indivíduo desenvolver direitos, deveres e obrigações, adquiridos por meio da participação na condução da vida cívica, seja em nome próprio ou não.

O segundo capítulo destina-se a abordar a exposição infantil nas mídias sociais, além de trazer à baila o fenômeno Sharenting, bem como, exemplos de casos concretos sobre a prática deste ato, e o terceiro capítulo apresenta os limites da liberdade de expressão, a responsabilidade parental e as medidas as quais o Estado brasileiro deve implementar no sentido de combater a prática do sharenting.

Diante dessa circunstância, medidas eficazes são necessárias por parte do Estado brasileiro com a finalidade de conscientizar os pais acerca dos riscos que isso pode causar nos filhos menores, bem como, de puni-los em caso de reiterações. Pode-se observar um cenário complexo de fiscalização das redes sociais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Percebe-se que o resultado e a conclusão deste trabalho de termino do curso é bastante atual e ainda possui muitas analises a serem realizadas. É notório a violação dos direitos de personalidade ao percebemos a prática do sharenting na sociedade atual, tal como podemos visualizar a necessidade de invenção estatal em alguns casos a fim de que esses direitos sejam cumpridos.

No qual concluiu-se que os direitos não são absolutos e, em ordenamentos dotados de direitos fundamentais, pois há sempre a colisão desses direitos, devendo prevalecer aquele que melhor se adequa ao caso concreto. Na pesquisa, infere-se que os direitos da personalidade do menor prevalecem, diante da doutrina da 41 proteção integral, da prioridade absoluta e do melhor interesse do menor e, face do direito à liberdade de expressão dos pais.

Medidas que devem ser tomadas pelo Estado brasileiro com a finalidade de conscientizar os pais, informando-os dos riscos e submetendo-os à sanções mais gravosas, inclusive, da perda do poder familiar, e pôr Limites nas publicações de imagens das redes sociais, fiscalizações e campanhas publicitárias no sentido de propagar informações acerca do sharenting também são possíveis medidas eficazes para o combate dessas práticas, em prol da proteção aos direitos da personalidade das crianças e dos adolescentes.

Onde o poder familiar e a responsabilidade parental que devem ser pautadas no dever de proteção e cuidado relacionados ao melhor interesse da criança, cujo conteúdo deverá ser construído considerando a autonomia do menor.

Enfim, neste sentido é possível perceber que a criança e o adolescente são indivíduos que necessitam de proteção, uma vez que estão em período de desenvolvimento e que esta exposição pode ser prejudicial. É necessário que seja realizada uma fiscalização por parte dos pais, da sociedade e do Estado para que as atitudes que os envolvem, devem ser tomadas a favor do seu melhor interesse e não contra seus direitos.

Serviço Social

AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS TERAPÊUTICOS PARA O TRATAMENTO DA SAÚDE MENTAL DOS INDIVÍDUOS SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Silva Braga Mendonça

RESUMO

Este trabalho visa estudar o papel dos Grupos Terapêuticos que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para com tratamento da saúde mental dos indivíduos, a partir da perspectiva do Serviço Social. A pergunta que move está pesquisa, constitui em conhecer qual o papel dos Grupos Terapêuticos que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para com tratamento da saúde mental dos indivíduos, a partir da perspectiva do Serviço Social? Em termos metodológicos, a pesquisa de natureza qualitativa apoia-se das ferramentas bibliográficas e teóricas, como também realizaremos um levantamento de fontes documentais. O método qualitativo busca utiliza-se de estudos que focam especificamente na temática que se estuda sob um olhar crítico-reflexivo e central. O suporte teórico encontra-se fundamentado em autores que realizaram um estudo sobre as categorias: Grupos Terapêuticos, Serviço Social, CAPS, Reforma Psiquiátrica, Saúde Mental. Assim, nós apoiamos em autores como Heberle e Oliveira (2016), Benevides (2010), Bechelli e Santos (2005), dentre outros. Desta forma, está pesquisa justifica-se pela necessidade de compreendermos a importância do serviço social como área do conhecimento que atuar para melhoria da vida dos sujeitos sociais. Em síntese, percebemos que os grupos terapêuticos que atuam nos diversos espaços a qual o serviço social desenvolve suas ações como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tornou-se ferramenta indispensável para com tratamento da saúde mental dos indivíduos a partir de uma perspectiva humanizadora.

Palavras–Chave: Serviços Social. Grupos Terapêuticos. CAPS.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel dos Grupos Terapêuticos que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e desenvolvem o tratamento da saúde mental dos indivíduos, a partir da perspectiva do Serviço Social. A pergunta que move está pesquisa apresenta-se da seguinte forma: qual o papel dos Grupos Terapêuticos que atuam nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que colaboram com o tratamento da saúde mental dos indivíduos, a partir da perspectiva do Serviço Social?

A pesquisa justifica-se pela necessidade de se compreender a importância do serviço social como área do conhecimento que atua para a melhoria da vida dos sujeitos sociais. Ademais, é obrigação da Universidade desenvolver pesquisas sob um olhar para a realidade de forma reflexiva e crítica, mostrando assim, sua importância enquanto instituição social. Uma outra questão a ser debatido no presente trabalho, está ligada ao elemento pessoal, posto que, a autora realizou estágio no CAPS, em Jaguaruna – Ceará. Nesse sentido, foi percebido a importância desse espaço para o

tratamento da saúde mental dos indivíduos.

MARCO TEÓRICO

Os Grupos terapêuticos, são responsáveis por uma série de ações práticas e teóricas para além do tratamento hospitalar, estas direcionadas para o cuidar dos indivíduos. Benevides (2010, p.02), afirma que, "O grupo terapêutico potencializa as trocas dialógicas, o compartilhamento de experiências e a melhoria na adaptação ao modo de vida individual e coletivo".

Para Heberle e Oliveira (2016, p. 02), os grupos terapêuticos desenvolvem a psicoterapia, ação que, [...] vem se tornando uma prática cada vez mais frequente na metodologia empregada dentro dos serviços de atenção psicossocial, por tratar-se de uma estratégia de baixo custo e que não demanda grande quantitativo de insumos físicos para seu desenvolvimento.

Por este caminho para, Bechelli e Santos (2005), a prática dos trabalhos realizados em grupo dentro do CAPS, oportuniza o protagonismo e a autoavaliação dos indivíduos, o que contribui para a construção da própria identidade. Nesta esteira, para Heberle e Oliveira (2016, p. 12) "O processo terapêutico grupal permite aos participantes a chamada reação espelho, na qual observando os demais é possível compreender e até mesmo buscar a transformação do sofrimento, das angústias e a forma como são encaradas as situações diárias, em um processo de ressignificação".

Sobre a operacionalidade dos grupos terapêuticos dentro dos CAPS, Heberle e Oliveira (2016, p. 15), destacam que:

> [...] elas podem ser de cunho educativo, de expressão, de geração de renda ou de superação de dificuldades, entre outras. Para cada tarefa proposta existe uma finalidade e/ou objetivos bem sinalizados, e sua escolha é feita de acordo com as características do grupo e das dificuldades que estão mais visualizadas neste. Essas atividades priorizam sobretudo, dar o norte aos pacientes, auxiliando-os no enfrentamento de seus problemas de forma a resolvê-los quando possível.

Os grupos terapêuticos visam a todo um trabalho educativo de estudos, aprendizagem, de geração de renda para que o indivíduo quando estiver em recuperação ou tratado posso retomar sua vida cotidiana. O serviço social tem a função de compreender o ser em sua totalidade, deve partir das mediações que compõem o ser, a sociedade, a cultura, a história de vida de cada membro, as relações de poder, as econômicas, as condições sociais, pois é desta forma que se pode construir verdadeiramente um processo de humanização, sem pré-julgamento.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa de natureza qualitativa apoiou-se em ferramentas bibliográficas, como também de fontes documentais. O método

qualitativo utiliza-se de estudos que focam especificamente na temática que se estuda sob um olhar crítico-reflexivo e central. Quanto ao suporte bibliográfico, essa ferramenta possibilita termos acesso a um vasto campo de conhecimento de estudos já realizados sobre a temática da pesquisa.

Desta forma, foi realizado um levantamento de trabalhos acadêmicos a respeito do tema tais como: artigos, monografias, dissertações, teses, como também o estudo bibliográfico de livros que tratam a respeito de diversos aspectos da temática abordada. O suporte teórico encontra-se fundamentado em autores que realizaram um estudo sobre as temáticas: Grupos Terapêuticos, Serviço Social, CAPS, Saúde Mental. São eles: Heberle e Oliveira (2016), Benevides (2010), Bechelli e Santos (2005), dentre outros.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No desenvolvimento da pesquisa e a partir do marco teórico estudado, percebe-se que os grupos terapêuticos condicionam uma aliança entre os indivíduos em tratamento e a ação realizada, sendo ofertado acolhimento, interação individual e coletiva, desenvolvimento da auto formação, levando a possibilidade de melhoria do ser.

Como proposta de atuação do serviço social, é notório que a função desse campo se configura na busca constante de ajudar a todos que se encontram em condições de necessidade. Essa busca deve promover o bem estar coletivo, traçar estratégias de intervenção, pois numa sociedade tão desigual como a brasileira, o serviço social deve agir na construção de um mundo mais justo.

Outro elemento abordado que possibilitou a criação de um elo entre instituição pública e população em estado de necessidade de atendimento foi a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que institui todo um conjunto de ações e profissionais capacitados para tratar a saúde mental da população. Desta forma, confirma-se o contexto histórico que possibilitou a criação dos CAPS e sua proposta de atuação, estrutura de atendimento e profissionais envolvidos, configurando-se numa rede de proteção que trabalha focada em diversos casos, desde aqueles ligados à saúde mental, até os que se encontram em dependência química.

Os grupos terapêuticos têm desenvolvido suas ações através de um processo de interação social que valoriza o trabalho em grupo, dando atenção à saúde dos indivíduos, promovendo trabalho educativo, assistencial e reflexivo. O próprio nome grupo designa um conjunto de preceitos que envolve uma relação coletiva entre indivíduos, demandando formas de interação social pelo bem de todos.

Isto posto, as análises realizadas no trabalho focaram na compreensão sobre o papel dos grupos terapêuticos que atuam nos CAPS em prol do tratamento da saúde mental dos usuários. Conclui-se, que os grupos terapêuticos elevam as formas de tratamento para além dos métodos tradicionais, pois passam a colocar os sujeitos com protagonistas de suas histórias, mostrando-lhes os caminhos de superação através de atividades humanizadoras.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Daisyanne Soares *et al*. Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde. Interface (Botucatu), Botucatu, v.14, n.32, p.127-138, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000100011&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BECHELLI, Luiz Paulo de C; SANTOS, Manoel Antônio dos. O paciente na psicoterapia de grupo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. São Paulo, vol.13, n.1, p. 118-125, fev. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692005000100019 &script=sci_a bstract&tlng=pt Acesso em: 21 abr. 2022.

HEBERLE, Andréia Yess; OLIVEIRA, Lisandra Antunes. Grupos terapêuticos em saúde mental – uma modalidade na prática dos serviços de atenção à saúde mental. 2016. Disponível em: http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/unoesc-ANDR%C3%89IA-YESS-HEBERLE.pdf Acesso em, 02 abr. 2022.

OS DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SETOR HOSPITALAR, DIANTE DO ABANDONO FAMILIAR NA TERCEIRA IDADE

Sivone Maria Melo Pascoal[1] (Aluna do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sivonepascoal@gmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho tem como tema analisar os desafios da atuação do assistente social hospitalar, diante ao abandono familiar na terceira idade. O objetivo geral busca conhecer o papel do assistente social na defesa dos direitos dos idosos, nos casos de abandono identificados no Hospital Nossa Senhora da Expectação. Vale ressaltar que a metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, realizando um resgate histórico e pesquisa de campo no hospital. A atuação do assistente social no combate ao abandono do idoso no ambiente hospitalar é realizado através de notificação no SINAM (Ficha de notificação de violência) apresentado na Secretaria de Saúde; elaboração de relatório social e encaminhamento ao CREAS para que seja realizado visita domiciliar, além de averiguar a situação daquele idoso; contato com o conselho de idoso para dar ciência do acontecido. A atuação do Assistente Social é de suma importância nos diversos espaços, em especial na saúde onde vai viabilizar os direitos aos idosos que necessitam urgente desse serviço, além da proteção diante do abandono familiar.

Palavras-chave: Assistente Social. Abandono familiar. Velhice. SUS.

INTRODUÇÃO

A população idosa brasileira tem crescido nos últimos anos e junto amplia as dificuldades que o idoso enfrenta para lidar com as situações de saúde, condições econômicas e sociais, além da discriminação e abandono e outros aspectos relevantes à sua vida.

No decorrer do processo de envelhecimento, surge as dificuldades de locomoção, visão, problemas ocasionados pelo cansaço físico da trajetória de trabalho, demência mental, estilo de vida menos ativo que consequentemente necessitará de uma assistência.

Embora, de acordo com Palácios (2004), considerar que o envelhecimento não é um processo unitário, não acontece de modo simultâneo em todo o organismo nem está associado à existência de uma doença. No entanto, muitos idosos são acometidos por doenças crônicas, em estado permanente que interferem na qualidade de vida, incapacidade com idade avançada, que necessitarão de acompanhamento com frequência. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os desafios da atuação do assistente social hospitalar, diante ao abandono familiar na terceira idade.

MARCO TEÓRICO

O envelhecimento é compreendido de formas diferentes, entendido como processo natural, diminuição de funcionalidade, condições mínimas de realização de tarefas, facilidade à condições patológicas, dentre outros aspectos considerados características desta etapa de vida do ser humano.

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), a velhice é definida como “um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte”.

Nesta perspectiva, percebe-se vários casos no dia a dia, de situações de velhice envolvendo situações diversas, inclusive no que diz respeito aos aspectos citados anteriormente. O aumento de possibilidade à morte pode ser associados a um desses fatores mencionados.

O Serviço Social do HMNSE, visa oferecer aos usuários da instituição um atendimento sócio hospitalar com maior significado humano, social e integral, favorecendo o exercício da cidadania no processo de acesso aos direitos e assumindo diversos desafios junto à equipe multidisciplinar de saúde da instituição.

O assistente social desenvolve sua capacidade crítica, teórica e reflexiva vai modificando e transformando a realidade social, alterando assim o cotidiano profissional, dando instrumentalidade às suas ações. Através da lei de regulamentação e do código de ética a Assistente Social do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, realiza seus atendimentos visando as legislações sempre tendo um perfil profissional contemporâneo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação no município de Jaguaruana. Participaram da pesquisa, duas assistentes sociais que atuam em regime de plantão, dando todo suporte aos usuários do serviço. Vale mencionar que elas receberam nomes fictícios, sendo chamadas de LUA e FLOR.

A pesquisa nos proporciona uma maior aproximação com a realidade, com ela conseguimos compreender e desvendar os segredos a partir de uma aproximação mais intima. Minayo (2002, p. 17), entende a pesquisa como, [...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Para Yolanda Guerra (2009), a pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimento que são procedimentais. A pesquisa é, portanto, "um processo sistemático de ações, visando investigar /interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental (GUERRA, 2009, p. 8).

Para Gil (2008), o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, permitindo a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Diante a determinação e a vontade de conhecer sobre o assunto escolhido, a pesquisa qualitativa é o método que ajuda a ter uma maior aproximação com a realidade e responde com maior eficácia a perguntas e hipóteses que foram levantadas, utilizando-se da pesquisa de campo para o alcance dos resultados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na pesquisa realizada com intuito de analisar os desafios da atuação do assistente social hospitalar, diante ao abandono familiar na terceira idade, foi possível conhecer as políticas voltadas para os idosos.

Na oportunidade constatou-se os casos de atendimentos com internações de idosos no período de fevereiro a maio do ano corrente, por diversos motivos como comorbidades (diabetes), colicistite, doença pulmonar obstrutiva crônica, AVC, pneumonia, tentativa de suicídio, câncer, DPOC, dermatite crônica, fratura de fêmur e cuidados paliativos. Os atendidos foram homens e mulheres na faixa etária de 62 a 80 anos, variando entre solteiros, casados, separados e viúvos residentes na zona rural e urbana.

As assistentes sociais atuam no combate ao abandono do idoso no ambiente hospitalar e realizam intervenções através de notificação no SINAM (Ficha de notificação de violência), apresentado na Secretaria de Saúde); elaboração de relatório social e encaminhamento ao CREAS para que seja realizado visita domiciliar, se averiguar a situação daquele idoso; contato com o conselho de idoso para dar ciência do acontecido.

Importante destacar a luta pelo constante conhecimento intelectual, trabalhando sempre na

perspectiva da defesa dos direitos dos usuários da saúde, embasadas pelos Parâmetros de atuação do assistente social na saúde e do Código de Ética da Profissão.

Em suma, cabe ao profissional ir além das fronteiras do imediatismo, com distanciamento necessário das funções pontuais, repetitivas e burocráticas. Cabe um constante investimento no processo de apreensão da realidade concreta e das mudanças sociais em movimento, para identificar novas possibilidades de intervenção profissional, por meio de qualificação continuada para desenvolvimento de novas competências e habilidades para atender as novas demandas postas à profissão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto do idoso:** lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CRESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília, Mar, 2009.

DUNDES, Fernanda. et al. **Cidadania na terceira idade.** 2006. 90f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Presidente Prudente, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Neri, A. L., & Freire, S. A. (Orgs.). (2000). **E por falar em boa velhice.** Campinas: Papirus.

ACESSIBILIDADE PARA O IDOSO NAS RUAS DE JAGUARUANA

Roselane Maria Pascoal Rodrigues Caminha[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: roselanepascoal@gmail.com), orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O estudo busca realizar uma análise sobre acessibilidade do idoso em Jaguaruana, com objetivo de identificar problemas de acessibilidade urbana, e com base nesses resultados, propor soluções que promovam a inclusão de todo cidadão, mais precisamente, os que apresentam alguma deficiência ou mobilidade reduzida, ou seja, as pessoas idosas, população de interesse do presente trabalho, O estudo se justifica mediante a necessidade de conhecimento da população e as possíveis contribuições que possam ser apresentadas como solução para os problemas identificados na acessibilidade para os idosos, além da apropriação de conhecimentos que levem a busca de novas fundamentações. Para que se tornasse possível o estudo, foram realizadas pesquisas de artigos e periódicos nas bases de dados da Scielo e bibliotecas virtuais das universidades, de modo que as fundamentações foram subsidiadas por leis, normas e teóricos que discutem a acessibilidade urbana. Dessa forma o estudo contribuiu para uma análise reflexiva sobre as barreiras arquitetônicas predominantes na cidade, a partir da percepção dos idosos que circulam constantemente nas referidas vias públicas de Jaguaruana. Em detrimento a implantação da política de sinalização do trânsito na cidade e os desafios no acesso do idoso no centro da cidade, se faz necessário e urgente uma campanha de informação à população acerca do direito a acessibilidade, bem como, ações promovidas pelo governo local em parceria com as instituições educacionais nos três níveis de esferas.

Palavras-Chave: Idoso. Acessibilidade. Barreiras Arquitetônicas. Leis.

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu a partir da observação e análise acerca da mobilidade e o uso do espaço urbano pelo idoso. No cotidiano, registra-se o aumento acelerado do número de pessoas com mais de 60 anos de idade. Com o referido contingente de idosos, tornou-se cada vez mais urgente a preocupação de todas as esferas, políticas, como também da população em geral, em busca de suprir as necessidades básicas. (CAMARANO, 2006).

Trata-se de uma problemática generalizada, pois os idosos são hipossuficientes e cheios de limitações de ordem física e psicológica.

Diante desse contexto deve se perguntar: O que melhorar na arquitetura urbana para aumentar a qualidade de vida dos idosos nesses espaços?

Dessa forma, o estudo discute no primeiro momento os desafios que encontram as pessoas, em particular, os idosos em ambientes que apresentam obstáculos e dificultam a circulação destes de maneira segura.

Para finalizar a pesquisa utilizou-se de uma exposição analítica do olhar da população sobre o espaço urbano no município de Jaguaruana, a partir dos idosos que encontram maiores desafios para a livre circulação em praças, calçadas e comércios.

MARCO TEORICO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial relevante no contexto atual. Os países desenvolvidos, bem como China, Japão, países Europeus e da América do Norte, há algum tempo já vem convivendo esse contingente de idosos e todos os desafios associados a qualidade de vida dessa população (CAMARANO et al, 2004).

No que se refere aos países subdesenvolvidos, o processo de envelhecimento ocorreu de forma muita rápida e em poucas décadas, como foi no Brasil. A população brasileira maior de 60 anos passou de 4% em 1940 para 10,8% em 2010. Em 1940, a população era de 1,7 milhões e, em 2010, a população já era de 20.590.599 milhões. Os estudos apontavam uma projeção para 2020, um número de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas com mais de 60 anos (CAMARANO et al, 2004; IBGE, 2010; MAFRA, 2011).

No que se refere o aspecto biológico e funcional, o envelhecimento está relacionado às mudanças biológicas e físicas do indivíduo, no entanto, podem variar de pessoa para pessoa, depende das condições físicas e do meio ambiente no qual o sujeito está inserido

De acordo com Ferreira (2000), no processo de envelhecimento, o idoso tem necessidades especiais que devem ser consideradas para uma habitação mais acessível. Uns dos pontos a serem considerados é que este ambiente deve estar livre de barreiras arquitetônicas.

A evolução do Brasil na implementação de Políticas Públicas acerca da acessibilidade urbana tem se destacando a cada gradativamente a década, conforme a sanção de leis e normas que regulamentam e promovem a garantia de acessibilidade as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Mais precisamente no dia 19 de dezembro de 2000, sancionou-se a Lei Federal nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No que se refere as legislações municipais, estas são responsáveis por o Código de Postura, Lei nº 1086/94 e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, instituído pela Lei Complementar nº 009, de 31 de dezembro de 2007, o último destaca algumas estratégias relacionadas à acessibilidade, a serem empregadas no perímetro urbano.

No que diz respeito aos espaços e equipamento urbanos, as normas especificam critérios necessários para a locomoção autônoma no passeio público de forma universal com mobilidade urbana para todos, sem restrição.

No município de Jaguaruana, consideram-se barreiras arquitetônicas impostas às pessoas com limitações temporárias, aos idosos e aos portadores de deficiência, todas e qualquer construções urbanas ou às edificações, bem como, escadas, degraus altos, banheiros não adaptados, transporte público inadequado, buracos nas vias públicas. Dessa forma, elas impedem o exercício do mais básico dos direitos de qualquer cidadão, o de deslocar-se livremente.

Todavia, são muitos os problemas encontrados pelas pessoas em relação às boas condições de acessibilidade aos prédios públicos, como ainda a outros pontos de atendimento a população. No caso das ruas e avenidas planejadas com altos relevos, além de calçadas construídas fora dos padrões, apresentando desníveis em todos os seus aspectos físicos.

Percebem-se na área urbana de Jaguaruana, as construções com acessibilidade comprometida, mesmo as mais recentes e projetadas para o atendimento da população por não garantir o livre acesso às pessoas idosas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o estudo do tema em questão traz a realização de uma pesquisa qualitativa com os moradores da cidade de Jaguaruana, visando a obtenção de dados e opiniões destes, além de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de analisar e estudar mais sobre os problemas com a acessibilidade urbana.

Através da pesquisa realizada, foi possível observar que a acessibilidade urbana é um grande entrave no município, principalmente para os idosos, pessoas com mais de 60 anos, dificultando a livre circulação em praças, calçadas e comércios.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A presente pesquisa demonstrou que o processo de envelhecimento pode trazer mudanças e limitações que variam de pessoa para pessoa e modificam a relação do idoso com o ambiente doméstico. Em vista disso, a moradia deve passar por ajustes e adaptações, como forma de eliminar barreiras arquitetônicas, como escadas muito íngremes, para proporcionar ao idoso um ambiente mais acessível e livre de riscos.

Um ambiente mais ergonômico possibilita aos idosos um acesso aos ambientes da habitação livre de barreiras e quaisquer riscos de acidentes, além de proporcionar a realização das tarefas cotidianas com mais autonomia e independência, podendo promover uma melhor qualidade de vida, uma vez que, a habitação deve prover proteção e abrigo para o idoso.

Baseado nas respostas dos idosos entrevistados, a acessibilidade urbana no município é deficitária e provoca desconfortos na população, até mesmo aos mais jovens que circulam pelo centro da cidade, pois se deparam com calçadas em desnível, com ausência de facilidades. Ainda flagrou o escasso conhecimento acerca da acessibilidade dos idosos por parte da população.

O poder público municipal deve garantir a função social da cidade, e a acessibilidade urbana, especialmente a de idosos, deve ter espaço garantido nas discussões e agendas das políticas públicas, buscando amenizar as desigualdades sociais e restabelecer a justiça social e a qualidade de vida urbana.

A política de urbanização é composta por normas e leis que regulamentam as construções, edificações e uso da área urbana, com o objetivo de garantir à população em geral as condições adequadas e segura para a livre circulação da sociedade.

No entanto, embora já sendo percebível alguns ajustes, o estudo aponta a necessidade de se ampliar os meios de informações para conhecimento da sociedade acerca do direito à acessibilidade e a partir de então, exigir do poder público o cumprimento de tais normas e regulamentações para as construções presentes e futuras no espaço urbano do município de Jaguaruana. Para a realização desse ajuste ou reformas, a NBR 9050, traz várias sugestões para serem usados na modificação do espaço para o idoso.

Espera-se que este estudo possa servir de referência para futuras negociações com o poder público e a sociedade civil, por melhores condições de acessibilidade a todos, mas principalmente aos idosos, atores principais deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República; 2000.

CAMARANO AA. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. In: Freitas EV, Py L, Cançado FAX, Doll J, Gorzoni ML, organizadores. Tratado de geriatria e gerontologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara- Koogan; 2006. p. 88-105.

CAMARANO, A A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: Freitas EV, Py L, Cançado FAX, Doll J, Gorzoni ML, organizadores. Tratado de geriatria e gerontologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2006. p. 88-105.

CAMARANO, A A . KANSO, S, MELLO, JL. Como vive o idoso brasileiro? In. Camarano A A: Os novos idosos brasileiros muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p 25-73

FERREIRA, E F. Identificação de barreiras arquitetônicas na percepção de idosos [dissertação]. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa;2000.
GRAY JAJA, ZIMMERMAN JLJL, RIMMER JHJH. Built environment instruments for walkability, bikeability, and recreation: disability and universal design relevant? **Disability & Health Journal**. v.5, n.2, p.:87-101; 2012.

CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍCULOS DO IDOSO A PARTIR DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DO CRAS, EM JAGUARUANA-CE

Renata Bezerra Moreira[1] (Acadêmica do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail:) Yara Ketlin Silva Lima de Freitas[2] Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: yara.freitas@fvj.br)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo: analisar a relevância do convívio social e familiar no processo de envelhecimento para os/as idosos/as participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS do município de Jaguaruana. Para maior compreensão do assunto pesquisado, e temáticas relacionadas ao processo de envelhecimento, foram realizadas pesquisas na área de gerontologia, além de temas como: grupos de convivência; as mudanças no que diz respeito a proteção social básica (PSB); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; entre outras questões. Adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa (MINAYO 2003). No que concerne o método de procedimento primou-se pelo estudo de caso (TRIVIÑOS, 2011) e para a coleta dos dados adotou-se a entrevista semiestruturada. A pesquisa foi realizada com a equipe técnica do CRAS e os/as idosos/as que participam das atividades do Serviço de Convivência. A partir das entrevistas e conversas informais, verificou-se que os/as mesmos/as avaliam sua participação no Grupo como positivas e que contribuiu para o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares. Após os resultados, verifica-se que apesar da participação dos/as idosos/as nas ações realizadas, os processos relacionados a cidadania efetiva ainda é uma realidade muito distante, haja vista que os serviços públicos (saúde e educação) deficitário, afetam o empoderamento do/a idosa/a.

Palavras-chave: Envelhecimento. Idoso. Grupos de Convivência. Convívio social.

INTRODUÇÃO

Em pesquisas realizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que em 2025 o Brasil caminha para tornar-se o sexto lugar no ranking mundial de pessoas com mais de 60 anos. O envelhecimento da população brasileira segundo estimativa do IBGE diz que até 2060, o percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 9,2% para 25,5%,ou seja, 1 em cada 4 brasileiros será idoso (IBGE,2018).

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS no cotidiano apresenta uma nova configuração nos serviços socioassistenciais. Contudo, indica para qual direção os usuários da assistência devem ser atendidos, uma vez que os mesmos, não só são seres de direitos, mas que possuem possibilidades e potencialidades que devem ser desenvolvidas (BRASIL, 2004).

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, tem como objetivo gerir as ações socioassistenciais em todo o território nacional. Nesse viés do macrossistema se insere o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (MDS, 2015), que na atual nomenclatura aponta que o mesmo deve está fixado no contexto territorial das famílias em situação de vulnerabilidade social, fazendo funcionar o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, no qual o objetivo é potencializar a família como unidade de referência e fortalecer os vínculos internos e externos.

O estudo busca verificar a relevância do convívio social e familiar no processo de envelhecimento para os idosos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS do município de Jaguaruana e propõe-se identificar os impactos provocados pelas ações socioeducativas realizadas pelos técnicos do referido equipamento.

.

A POPULAÇÃO IDOSA NO COTIDINO BRASILEIRO

Ministério da Saúde (MS), em 2016 o Brasil tinha a quinta maior população idosa do mundo e, de acordo com as estimativas para 2030, o número de idosos será maior que o total de crianças entre zero e 14 anos. O resultado evidencia o aumento na perspectiva de vida dos brasileiros, de forma que as políticas públicas tornam-se mais visíveis, além do fortalecimento dos mecanismos que atuam na defesa dos direitos não apenas dos idosos, mas da nação brasileira.

O crescimento do número de idosos não veio acompanhado de melhorias do bem-estar dessa população porque o acesso aos equipamentos públicos, bem como, transporte, lazer, saúde, educação, etc., não atende as necessidades do idoso. Por outro lado, a aposentadoria, o benefício ou a pensão inviabiliza a sua reprodução social. Tais rendimentos são a única fonte de renda da unidade familiar como aponta os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A velhice não está associada apenas a idade cronológica, ou seja, a quantidade de anos vividos, porém o envelhecimento perpassa também pelos elementos do seu meio histórico, cultural e social.

Beauvoir (apud PESSOA, 2009, p.37) ressalta que, [a velhice] é um fenômeno biológico [...] acarreta consequências biológicas [...]. [e], tem uma dimensão existencial [...] [que] , modifica a relação do indivíduo com o tempo [...], com o mundo e com a própria historia [...] O que torna [esta] questão complexa é a estreita interdependência desse diferentes ponto[...].

A Constituição Federal e o Estatuto do Idoso garante a esse público o direito a convivência social e familiar, já que se entende a necessidade dessas instituições no processo de envelhecimento e na garantia de uma vida mais digna, ou seja, contribuição com o sentimento de pertencimento, minimizando o isolamento social do idoso e, ou a sua institucionalização.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma proposta de políticas públicas do Governo federal, sobre a responsabilidade Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desenvolvido em caráter nacional com execução prática nas unidades do CRAS, que por sua vez oferta aos idosos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de campo, fundamentada em estudos bibliográficos, o que levou a necessidade de uma sondagem de referências bibliográficas para a composição do referencial teórico e aprofundamento do tema através de artigos científicos, sítios eletrônicos, entre outros. A pesquisa de campo materializou-se nas entrevistas semiestruturadas que foram realizadas junto a equipe técnica do CRAS e idosos participantes do Serviços de Convivência e fortalecimento de vínculos.

As informações obtidas foram catalogadas e apresentadas na seção a seguir. Vale ressaltar que respostas prestadas pelas entrevistadas foram devidamente regularizadas e autorizadas pelas mesmas, com assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido enviados para ambas, juntamente com o questionário.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

O CRAS oferta serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. Este programa é uma estratégia do SUAS num intento de integração dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda.

Na proteção social básica existem três serviços, ou seja, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço, visto que as ações não devem possuir caráter terapêutico.

O trabalho social no serviço mencionado assume caráter de proteção social proativa; Acolhida; Visita familiar; Escuta; Encaminhamento para cadastramento socioeconômico; Orientação e encaminhamentos; Orientação sociofamiliar; Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; Inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas; Informação, comunicação e defesa de direitos; Fortalecimento da função protetiva da família; Elaboração de instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário; Mobilização para a cidadania; Documentação pessoal.

. Para os idosos a convivência e grupo através do CRAS possibilitaram mudanças significantes na vida deles, bem como, interesse e disposição para não apenas se fazer presente nas reuniões e encontros, mas participar, danças, conversar e realizar as atividades físicas semanalmente.

No entanto, o estudo deixa evidente a importância das ações coletivas realizadas pelo CRAS na vida da população idosa, mas também pontua desafios encontrados pelos profissionais pra lidar com as situações limites existente em cada grupo de convivência. Assim, o estudo fomenta a busca de novas pesquisas com a intenção de melhor contribuir para com a qualidade de vida do idoso.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M.L. **cadernos de Assistência Social:** trabalhador**.** Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

BATTINI, O. **Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social na contemporaneidade**. Palestra ministrada para os alunos do Mestrado em Serviço Social e Política Social, 2008, mimeo.

BELO, A.Z.; GAIO, R.**Dança para Idosos**: Resgate da Cultura e da Vida. Disponível em;https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/saude_coletiva_cap17.pdf. Acesso: 04.Mai.2022.

BEHRING. E. **Brasil em contra-reforma-desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEZERRA, A. C. de A.; SILVA, S. A do. **Políticas sociais e famílias**: **um resgate da proteção social em relação à família.** CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12°, Foz de Iguaçu, PR: CFESS, 2007. 1 CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social. **Implicações do SUAS e da Gestão descentralizada na atuação dos Conselhos de Assistência Social.** 2006. Módulo 2.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**.NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Conselho Nacional de Assistência Social Resolução n° 130 –, Brasília, 2005.

BRASIL . Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito Revista Serviço Social & Saúde.**Brasília (DF):Conanda, 2006.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. POLíTICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Resolução n° 145 Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Social –PNAS**.Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da resolução nº145,de 15 de outubro de 2004 e publicada no Diário Oficial da União –DOU de 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Disponível em www.cfess.org.br, acesso em: 11 setembro de 2013, 20:31.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: RT, 2008.
BRAZ, M. O Governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

CFESS**. Código de Ética do Assistente Social.** Resolução CFESS 273/1993. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2013.

EVOLUÇÃO DO SIMBOLISMO FEMININO E SEU PAPEL DESENVOLVIDO NA FAMÍLIA E NA SOCIEDADE

Paula Milena Oliveira Fernandes[1] (Aluna do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe),email:paula.milena@fvj.br, Orientador: Ms. Fabrício José de Holanda(Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: fabricio@fvj.br.)

RESUMO

O papel da mulher na família e na sociedade passou por mudanças significativas ao longo dos anos. O presente estudo tem como objetivo promover a reflexão sobre a evolução do simbolismo feminino e a importância da mulher nos âmbitos familiares e sociais. Enfatizando os múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres diariamente. Portanto se faz necessário discutir sobre o tema para que cada vez mais mulheres conheçam sua força e empodere-se dela.

Palavras-chave: Mulher. Sociedade. Luta. Resistência.

INTRODUÇÃO

A família é considerada a instituição social mais antiga do ser humano segundo a bíblia e suas escrituras. É explicito em suas páginas que Deus criou o homem e a mulher e ali foi constituído a primeira ideia de família. Entretanto, o termo família surgiu apenas na Roma antiga para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sob todos eles, as famílias eram tidas apenas com o objetivo de procriar, sendo o homem único possuidor de direitos, enquanto a mulher exercia o papel de reprodução e criação dos filhos.

Segundo Cunha (2010), na idade média a família é um grupo social formado pela união de duas pessoas do sexo oposto, através de cerimônias religiosas solenes e da linhagem direta do casal. A função principal da família para a igreja católica era gerar e educar de acordo com os valores cristãos. Essa definição de família perpassou por milhares de anos e continua até hoje.

Pode-se observar a constante evolução da família, e todo o seu processo de mudança, mas em todas as fases existe uma coisa em comum, a submissão da mulher para com o homem; as mulheres são ensinadas desde crianças que existe um modelo de mulher ideal a ser seguido. São aspectos que envolvem comportamentos, como se vestir, para que assim quando ela crescer possa encontrar o "príncipe encantado" e, enfim, construir uma família e para se sentirem completas e realizadas. Contudo é interessante pensar cada mulher tem a sua singularidade, e é sabível que o sonho de casar e construir família é o sonho de muitas de mulheres, mas é necessário entender que não é o pensamento de todas.

O presente trabalho trará essa reflexão para pensar a mulher como um ser singular e individual e que pode sim sentir-se livre para ter ou não o sonho de viver um conto de fadas. E pretende responder ao seguinte questionamento: Por que mulheres dentro ou fora do contexto familiar com todos os seus percalços e tendo que exercer múltiplas funções diariamente ainda são vistas como o "sexo frágil"?

O trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da mulher na família e na sociedade, sob a perspectiva da sociedade ainda atrelada ao patriarcado. Os objetivos específicos são: a) Conscientizar mulheres da sua força e empondera-las; e b) Destacar o papel da mulher no âmbito familiar e social, antes e hoje;

MARCO TEÓRICO

Durante toda a história da humanidade aconteceram diversas mudanças no papel da mulher no âmbito familiar e social. Tais mudanças se deram por diversos fatores, mudanças essas que inevitavelmente acabam influenciando a vida das pessoas ao seu redor e até mesmo da sociedade em geral. Durante séculos, a mulher-mãe ficou incumbida de formar o caráter, os valores e os princípios da educação dos filhos e, portanto, da sociedade. Contudo seria impossível que as mudanças na vida das mulheres, nas funções e papéis que desempenhavam, não atingissem as configurações de famílias.

Para Braga e Amazonas (2005) a instituição familiar é uma manifestação que segue as mudanças culturais e históricas de cada período. Com isso o modelo de família nuclear que ainda é predominante nos dias atuais, surgiu com o crescimento do interesse da sociedade pela criança, que estava submetida a péssimas condições na infância.

Rodrigues (2002) destaca que "a família evolui à medida que a sociedade muda e cria novas estruturas adaptadas às novas necessidades, decorrentes de novas realidades sociais, políticas e econômicas." Diante de tantas mudanças sociais e culturais, acaba surgindo vários tipos de familias em seus mais diversos arranjos, os mais comuns são as famílias monoparentais, famílias reconstituidas e familias homoafetivas.

Assim com as mudanças nas configurações familiares e com o modo de lidar entre seus membros, também vai se modificando com o passar do tempo os papéis desempenhados pela mulher. Para que se possa entender os papéis hoje desempenhados pelas mulheres, é necessário recordar como era antes e acompanhar como se deram essas mudanças ao longo do tempo.

METODOLOGIA

O metódo utilizado para execução do trabalho é a pesquisa bibliográfica, que basea-se em diversos autores que abordam o tema escolhido. Utilizando artigos cientificos, livros, entre outros, foi possivel encontrar nesta pesquisa os desafios enfretados por mulhures desde o inicio dos séculos, as mudanças nos papéis desempenhados por elas e as conquistas ao longo dos anos.

Tomando como ponto de partida o objetivo desta pesquisa que é refletir sobre o papel da mulher nos âmbitos familiar e social, foi decidido adotar o metódo de pesquisa qualitativa de caráter descritivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher da contemporâneidade continua lutando por seus direitos e enfrentando diversos desafios, os reflexos de uma sociedade estruturalmente patriarcal impactam até hoje a vida das mulheres e de como a sociedade as veem. No entanto, nenhum desses percalços é capaz de fazer com que a mulher desista de lutar e de resistir pois elas seguem acreditando que é possivel conquistar o que quiser, pois encontram força na luta das que vieram antes.

Contudo atravez desse trabalho é possivel afirmar que ser mulher é um ato de resistência, é se reinventar diariamente e entender que a sua força não é só sua, é de milhões de mulheres que lutam juntas para construir um mundo mais justo e igualitario, onde as que irão vir, possam andar na rua sem medo, possam ganhar salários justos e que acima de tudo sejam livres, pois a sociedade não esta pronta para lidar com mulheres livres. Parafraseando Erasmo Carlos "dizem que mulher é o sexo frágil, mas que mentira absurda... sei que a força está com elas".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. DE. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, v. 19, n. 2, p. 411–422, dez. 2007.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O Que é Feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017. 73 p.

BEAUVOIR, Simone de.**O segundo sexo - vol 1**: fatos e mitos. 4. ed. [*s. l.*]: difel Difusão europeia do livro, s/d. 314 p.

ENGELS, Friedrich (org.). **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 2005. 192 p.

AS CONTRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA PACIENTE COM TRANSTORNO AUTISTA

Maria Erenilda da Silva [1] (Aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email:) Professora Especialista Yara Ketlin Silva Lima de Freitas [2](, email: @fvj.br).

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), tem se tornado uma temática frequente em discussões de diversos ambientes, nos entornos da educação, saúde, meio social nos quais as crianças enquanto cidadã, provém de direitos garantidos por lei. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições do assistente social na garantia dos direitos das crianças pacientes com Espectro Transtorno Autista no HMNSE. Como objetivos específicos pretende-se a) fazer um estudo sobre o TEA; b) compreender os direitos da criança com TEA garantidos por lei; c) verificar como são realizados os atendimentos às crianças autistas no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação e c) verificar a atuação do assistente social no setor hospitalar no HMNSE. A pesquisa de cunho qualitativo com abordagem descritiva. O estudo foi realizado através da revisão bibliográfica que permite um amplo conhecimento e fundamento teórico do assunto abordado e na pesquisa de campo, realizado no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, no município de Jaguaruana. Constata-se que assistentes sociais realizam orientações relacionadas aos direitos, benefícios, encaminhamentos ao setor de regulação para atendimento especializado. Por meio da informação e sensibilização da família a buscar o que por lei foi conquistado, orientando quanto ao acompanhamento com profissionais especializados, e os que não no município acesso ao transporte disponibilizado pela Secretaria de Saúde, para levá-los para o acompanhamento em Fortaleza.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Direitos da Criança. SUS. Criança com TEA.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho monográfico aborda a temática sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que tem se tornado frequente em discussões de diversos ambientes, nos entornos da educação, saúde, meio social nos quais as crianças enquanto cidadã, provém de direitos garantidos por lei.

Estudos e experimentos foram realizados sobre a causa e comportamento suspeita de Transtorno do autismo, por vários pesquisadores que no decorrer deste trabalho será mencionado questões acerca do transtorno especificado. As crianças com TEA e familiares têm encarado os desafios mediante uma sociedade de culturas diferentes que

luta em prol do bem-estar, por melhores condições de vida, sobressaindo dos pré-conceitos enraizados e de descriminações diversas.

Diante as situações relacionadas a esse contexto, cabe reflexões e desta forma, indaga-se: como a assistente social atua no atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação e quais intervenções são realizadas para combater a discriminação e preconceito ao paciente autista?

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições do assistente social na garantia dos direitos das crianças pacientes com Espectro Transtorno Autista no HMNSE.Para alcançar o objetivo geral buscou-se: a) fazer um estudo sobre o TEA; b) compreender os direitos da criança com TEA garantidos por lei; c) verificar como são realizados os atendimentos às crianças autistas no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação e c) verificar a atuação do assistente social no setor hospitalar no HMNSE.

MARCO TEÓRICO

Segundo, Oliveira et al. (2014), o autismo é considerado uma patologia que se caracteriza por uma perturbação do neurodesenvolvimento determinado por um comprometimento acentuado em distintas áreas. Investigações são feitas com intuito de verificar situações comportamentais que provocam desconforto no indivíduo que são identificados ou não com a síndrome mencionada.

Para (SCHMIDT, 2013, p. 13), "[...] o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental".

Torna-se compreensível a importância desses estudos realizados nesse período mencionado em que foram realizadas as pesquisas para entender as situações vivenciadas de um tempo não muito distante e também na atualidade envolvendo casos com características do Transtorno do Espetro Autista.

De acordo com a APA (2014), os sintomas apresentados na fase infantil, dificulta uma vida considerada normal, causa interferência em algumas atividades como na interação com o outro e comunicar-se, são consideradas características que causam limitações e conflitos em situações de convivência.

Segundo a APA (2014, p. 42), é preciso compreender que "os sintomas desses transtornos representam um contínuo único de prejuízos com intensidades que vão de leve a grave nos domínios de comunicação social e de comportamentos restritivos e repetitivos em vez de constituir transtornos distintos".

METODOLOGIA

A pesquisa é cunho qualitativo com abordagem descritiva. O estudo foi realizado através da revisão bibliográfica que permite um amplo conhecimento e fundamento

teórico do assunto abordado. Desta forma, buscou-se um estudo sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), conceito, sinais e sintomas do autismo e diagnóstico, das políticas de amparo às crianças com TEA, a Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A pesquisa de campo foi realizado no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, no município de Jaguaruana, mais especificamente no setor de trabalho do assistente social.

Durante a pesquisa foram feitas várias observações a respeito do atendimento ao público. Na oportunidade foi verificado o diagnóstico institucional construído coletivamente no período do Estágio Supervisionado, contendo várias informações da instituição hospitalar e do serviço de desempenhado pelo assistente social.

Para compreender melhor a atuação da assistente social em defesa foi realizado diálogo com uma profissional assistente e na oportunidade foi feito questionado a existência de casos de preconceito à criança com TEA no contexto hospitalar, quais intervenções realizadas pelo assistente social no atendimento de crianças com TEA no HMNSE e como acontece a atuação do assistente social na defesa ao Direito da Criança e do Adolescente, paciente com TEA.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Constata-se que a atuação das assistentes sociais no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação acontece de maneira atenciosa através de acolhimento aos usuários, ao realizar transferências para outros hospitais há uma comunicação entre o profissional e familiares, em caso de necessidade. A comunicação efetiva também acontece entre os hospitais, na tentativa de manter uma informação precisa e junto aos postos de saúde, quando há encaminhamentos.

Destaca-se, o cuidado que o referido hospital tem em obedecer à lei nº 12.764, sancionada no dia 27 de dezembro de 2012, destinada à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, garantindo o direito ao acesso e a prestação de serviços. Essa atenção dada aos pacientes com TEA, inicia-se com um diagnóstico e procedimentos necessário a cada caso.

As crianças atendidas diagnosticas com TEA atendidas no referido ambiente hospitalar, são orientadas pelos assistentes sociais com encaminhamentos direcionados ao atendimento especializado e as famílias é dada também as orientações devidas quantos aos direitos e benefícios garantidos em lei.

Mesmo com todo empenho dos profissionais do serviço social, os assistentes sociais estão expostos aos desafio que surgem durante a jornada de trabalho, foi mencionado que estariam de prontidão para lutar por seu espaço e que desenvolvem o trabalho direcionado com compromisso, responsabilidade pautado na ética.

Destaca-se que não foi constatado nenhum caso de preconceito à criança com transtorno do Espectro do Autismo na unidade investigada. Segundo a assistente social, a falta de conhecimento e informações sobre o referido transtorno pode ocasionar dúvidas àqueles que tentam burlar o direito do outro. Porém, foi relatado a disponibilidade da profissional para prestar esclarecimento e intervir perante as situações desconfortáveis.

Outro fator relevante é o acolhimento dados aos pacientes, um tratamento adequado ao indivíduo, a agilidade na transferência quando necessário a outros hospitais em outras cidades, a boa comunicação entre os hospitais e familiares, a otimização do tempo, enfim, a prontidão na realização dos serviços prestados à população local.

REFERÊNCIAS

APA. American Psychiatric Association. DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

OLIVEIRA, D., et al. (2014). Interação vincular de pais com filhos autistas. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 5, 103-113.

SCHMIDT, Carlo. Autismo, educação e transdisciplinaridade. In: SCHMIDT, C (org) Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Papirus, 2013.

O PERFIL DO IDOSO DOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS, NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CE

Maria do Socorro da Silva[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da Unijaguaribe Centro Universitáario, e-mail: socorro.silva.200798@gmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista da Unijaguaribe Centro Universitário, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo que tem como estudo o idoso dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS, no Município de Jaguaruana-CE, tem a finalidade de discutir a importância do trabalho realizado nos grupos de convivência, do referido equipamento e tem como objetivo analisar as contribuições que as atividades realizadas nos grupos trazem para a vida dos idosos. O estudo se justifica mediante sua contribuição para o conhecimento da realidade a que vivem os idosos e os subsídios que apontam o estudo como significantes para a mudança na qualidade de vida deste público, além de instigar a apropriação dos conhecimentos acerca da política de assistência social para a pessoa idosa. Para que se tornasse possível o estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas de artigos e periódicos nas bibliotecas virtuais das universidades brasileiras, de forma, o estudo foi subsidiado por Guedes (2001), Brasil (2009), Menezes (2009), dentre outros mais. Dessa forma o estudo contribuiu para uma reflexão acerca da pessoa idosa, mediante o contexto sociocultural e político que emergem as políticas de defesa dos direitos dos mesmos, bem como, a oferta de serviços e benefícios que o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, reflete na vida dos idosos da cidade de Jaguaruana.

Palavras-chave: Violência doméstica. Medidas protetivas. Lei Maria da Penha. Serviço Social

INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico visa contribuir para com a análise do perfil do idoso participante dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no município de Jaguaruana-CE, e possibilitará ampliar o leque de pesquisas para a realização de ações que visem melhorar o índice de participação dos idosos. Levando em consideração que os idosos constituem a parcela da população que mais cresce em todo o mundo.

De acordo com o aumento populacional de idosos no país, as políticas sociais dão conta

de uma possível necessidade de ampliação de serviços que venham a contribuir para a melhoria da qualidade desse público, não só no aspecto familiar, como social, através dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Pessoa Idosa – SCFVPI.

Dessa forma, esta pesquisa representa uma contribuição significante para a leitura da realidade sociopolítica e cultural dos idosos no município de Jaguaruana, possibilitando ainda, a identificação de atividades socioeducativas apropriada aos grupos de idosos participantes dos grupos de convivência do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, no município de Jaguaruana. Surge a seguinte questão norteadora: *Qual o perfil dos idosos acompanhados no CRAS?*

MARCO TEÓRICO

O envelhecimento é um processo natural que ao longo da vida vai refletindo nas limitações físicas e sociais, dentre outras mais, o que leva a desencadear nessa fase da vida inúmeros problemas, em geral, de saúde. Contudo, a referida situação quando analisada, Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico a partir de livros, artigos, documentos e periódicos disponíveis na internet, para leitura e seleção do conteúdo pertinente a referida pesquisa; a segunda etapa foi destinada. A elaboração dos instrumentais de coletas de dados, bem como, questionários semiabertos para 20 idosos participantes dos grupos e uma entrevista estruturada a 02 Assistentes sociais, 01psicóloga e 02 orientadores sociais, ambos responsáveis pelo funcionamento do Grupo de Convivência do CRAS.

Na terceira etapa o estudo se voltou à realização das discussões e conclusões obtidas a partir da análise dos dados, conceitos, definições e realidades detectadas através dos meios de coletas de informações, leituras e análise dos dados coletados através dos questionários e entrevista. Vale salientar que a análise dos dados dar-se-á de forma crítico-reflexivo, a partir da identificação do perfil dos idosos e os benefícios e serviços prestados aos idosos por meio da política de seguridade e assistência social.possibilita intervenções que no contexto atual, se faz presente na política de assistência dos CRAS.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS teve início no ano de 2006, em sede alugada, no Centro da Cidade de Jaguaruana. Com uma estrutura física inadequada ao desenvolvimento das atividades socioassistenciais, um ano depois foi transferido para outra instalação física que ainda não correspondia às necessidades dos programas desenvolvidos no referido equipamento.

Com as políticas de fortalecimento das ações dos CRAS, em todo o estado do Ceará, a cidade de Jaguaruana, através de sua equipe de trabalho na Secretaria da Assistência Social,

através das orientações da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS converge às ações dos dois equipamentos um único local, ou seja, desloca a equipe técnica e os orientadores para o Polo de Atendimento, transformando em um CRAS de médio porte, atendendo a todo o município de Jaguaruana.

Não resta dúvida de que o envelhecimento é entendido como parte integrante e fundamental no curso de vida de cada indivíduo. É nessa fase que emergem experiências e características próprias e peculiares, resultantes da trajetória de vida, na qual umas têm maior dimensão e complexidade que outras, integrando assim a formação do indivíduo idoso.

Os centros de convivência são identificados por Menezes (2009), como ambientes designados a realização de atividades física, socioeducativa, artística, cultural e de lazer. No entanto, os idosos inseridos nesses espaços vivenciam a velhice com autonomia, de maneira ativa e saudável, com prevenção do isolamento social. Dessa forma, a convivência em grupo facilita a expressão, proporciona o exercício físico e estimula a criatividade das pessoas idosas, atuando como instrumento positivo para o desenvolvimento da realização pessoal, da autoestima e a reconquista de um lugar social na comunidade, bem como a manutenção da capacidade funcional

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o estudo do tema foi baseado em analises dos impactos socioculturais projetados na vida dos idosos, que contou inicialmente com a realização de um levantamento bibliografico a aprtir de livros, artigos, documentos e periodocis disponiveis na internet.

As informações foram obtidas atraves da elaboração de instrumentais de coletas de dados, bem como questionários semiabertos para 20 idosos participantes dos grupos e uma entrevista estruturada a 02 assistentes sociais, 01 psicologa e 02 orientadores sociais, ambos responsaveis pelo funcionamento do Grupo de Convivência do CRAS.

Ao final o estudo se voltou à realização das discussões e conclusões obtidas a partir da análise dos dados, conceitos, definições e realidades detectadas através dos meios de coletas de informações, leituras e análise dos dados coletados através dos questionários e entrevista.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao buscar analisar como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa, contribui para a melhoria da qualidade de vida dos idosos que participam dos referidos serviços, na cidade de Jaguaruana, foi possível através do estudo, concluir que a partir dos anos 60, ainda de forma sucinta deu-se início no Brasil, os trabalhos voltados aos grupos de convivências com idosos e a partir daí foram se efetivando em todos os recantos do país, pequenas ações, desenvolvidas com idosos, por meio das associações comunitárias.

De acordo com a percepção dos idosos fica evidente nas falas dos mesmos que as alegrias, afetos, amor, tristezas e conhecimentos são os elementos básicos a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, já que tais elementos propiciam o suporte emocional e motivador de objetivos na vida, não só do idoso, mas para todo e qualquer ser que venha a participar do grupo.

Neste estudo, verificou-se que a maioria dos integrantes dos grupos é do sexo feminino. Isto talvez se deva ao fato de que há uma predominância de mulheres idosas com relação aos homens. Também, porque se convive em comunidades em que os homens resistem a participar de momentos sociais e culturais. A maioria dos grupos de convivência possui como finalidade a realização de atividades artísticas e culturais, além dos momentos de realização de educação física apropriada para idosos.

A valorização da pessoa idosa, que participa dos grupos de convivência, como cidadão, com direito, deveres os torna capazes de realizar múltiplas atividades, a ponto de torná-los responsáveis por diversas tarefas e assim, se eleva a autoestima destes, contribuindo para sua melhora de qualidade de vida e proporcionando a inclusão no espaço social onde vivem.

REFERÊNCIAS

BORGES, PLC, et al. Perfil dos idosos freqüentadores de grupos de convivência em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad Saúde Pública.** [Internet]. 2008 Jan

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sóciodemográficos e de Saúde no Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.ibge. gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indicsaude.pdf>. Acesso em: 5 Mar. 2022.

CAPITANINI MES. Solidão na velhice: realidade ou mito? In: Neri AL, Freire AS, organizadoras. E por falar em boa velhice. Campinas (SP): Papirus Editora; 2000. p. 69- 80.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA

Maria das Graças Oliveira Barbosa[1] (Aluna do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: graca.oliveira.1949@hotmail.com), Orientador[2] Fabrício José Costa de Holanda (Professor Mestre do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabricio@fvj.br).

RESUMO

O profissional Assistente Social cumpre um importante papel juntos aos demais profissionais de saúde, para atender os interesses daqueles que buscam atendimentos nos espaços da área da saúde. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação do Assistente Social no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jaguaruana. A metodologia utilizada tem o intuito de enriquecer e respaldar o trabalho, através da pesquisa bibliográfica, explanada sobre o lócus do estágio realizado, para compreender a dinâmica da instituição. Na tentativa de solucionar os problemas existentes no âmbito da Secretaria de Saúde, a Assistente Social realiza o atendimento aos usuários, através da acolhida e escuta qualificada, contribuindo com respostas às demandas identificadas no cotidiano do trabalho. Procura, expressar a totalidade das ações que são desenvolvidas pelo assistente social na secretaria de saúde através das referências nas diretrizes e leis nacionais e a superação da lógica presente na gestão das políticas sociais. Diante das demandas expostas, tornam-se de suma importância as ações profissionais do serviço Social na secretaria de saúde do município de Jaguaruana, viabilizando direitos que são garantidos a população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS nos marcos legais.

Palavras-chave: Serviço Social. Cotidiano e Instrumentalidade. Política de Saúde.

INTRODUÇÃO

Ser contemplado com as políticas públicas de saúde garantidas por lei é uma luta constante do cidadão brasileiro em busca dos seus direitos nas unidades de serviço de saúde. Neste caso, o Assistente Social cumpre um importante papel juntos aos demais profissionais de saúde para atender os interesses daqueles que buscar atendimentos nos espaços destinados à saúde.

Em muitos casos esses interesses não são atendidos, reivindicações diversas são solicitadas diante situações inerentes à saúde e bem-estar do ser humano, propício às doenças desencadeadas no corpo e na mente, com sintomas e características e que precisa da assistência voltada à sua saúde.

A saúde é considerada um direito de todos e dever do estado, garantida perante as políticas sociais e econômicas que almeja reduzir os riscos de doenças e ter acesso universal e igualitário diante aos serviços, promoção, proteção e recuperação, de acordo com a Constituição Federal de 1988, mencionado no art.196.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação do Assistente Social no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jaguaruana. Na oportunidade, pretende-se verificar as principais ações realizadas pelo Assistente Social na unidade de saúde; identificar as demandas diárias do profissional; verificar como é realizado os atendimentos aos usuários, identificar as estratégicas utilizadas para resolver os conflitos no âmbito da Secretaria de Saúde.

Este trabalho está dividido por partes: introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados e considerações finais.

MARCO TEÓRICO

A saúde foi uma das áreas em que os avanços constitucionais foram mais significativos. O Sistema Único de Saúde (SUS), integrante da Seguridade Social e uma das proposições do Projeto de Reforma Sanitária, foi regulamentado, em 1990, pela Lei Orgânica da Saúde (LOS). Ao compreender o SUS como uma estratégia, o Projeto de Reforma Sanitária tem como base o Estado democrático de direito, responsável pelas políticas sociais e, consequentemente, pela saúde.

Com o SUS a saúde passou para um modelo de proteção social, percebida, primeiro como um direito, em seguida suas ações ampliaram-se para serviços de saúde voltados a prevenção de doenças, ao controle de riscos e a promoção de saúde.

Segundo Bravo e Matos (2000, p. 196), as décadas de 1930 a 1945 foram marcadas pelo início da profissão de Serviço Social no Brasil. Durante todos esses anos, se manifestava um serviço social caridoso, tendo seu norte teórico inspirado na doutrina social da Igreja Católica e nas suas encíclicas, bem como numa forte influência europeia.

A partir da década de 1980 o serviço social, caminhou como profissão na tentativa de ruptura com seu conservadorismo, através do movimento de reconceituação e na área da saúde baseado na teoria marxista, passou a ter um viés mais crítico, contribuindo no processo de ruptura teórica e prática profissional.

O assistente social desempenha um trabalho importante em sua área na garantia do cuidado ao indivíduo, como cidadão de direitos, presando pelo bem-estar em várias dimensões, incluindo saúde, estado físico e psicológico, em questões particulares, individuais e ambientes sociais.

Antes da existência da lei, os casos de violência não só intrafamiliar, mas as violências contra as mulheres em um modo geral, era tratado na justiça como crimes de menor relevância e muitas penas eram simples, como simplesmente pagar um número x de cestas básicas, fazer trabalhos comunitários, entre outras penas que eram realizadas de forma simbólica, assim, contribuíam para que o criminoso se sentisse impune diante do crime cometido, causando inúmeros outros.

De acordo com o CFESS, durante os últimos anos, tem-se aumentado a aparente indefinição do que é e o que faz o serviço social na saúde, e que isso se dá devido à forma mediatizada de como seu exercício se realiza na dinâmica do cotidiano, de maneira heterogênea, plural e desarticulada com a teoria.

Os Assistentes Sociais têm como compromisso a defesa do SUS, de forma a representar, de maneira significativa, sua contribuição em torno da conquista de saúde como bem público. Com relação à intervenção e os procedimentos, têm sua prática junto aos usuários, e sua atuação voltada ao acolhimento, um espaço de trocas entre o profissional e o usuário, identificando as necessidades e demandas do usuário e sua família, produzindo um vínculo entre ambos.

METODOLOGIA

A pesquisa proposta pretendeu estudar a sobre a atuação do Assistente Social na Política de Saúde, em especial na secretaria de saúde de Jaguaruana, o trabalho foi desenvolvido a partir da metodologia de pesquisa qualitativa.

Minayo (2009, p. 16) entende por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diariamente são realizados atendimentos de vários tipos de demandas, relatórios sociais e encaminhamentos. Os encaminhamentos são enviados para setores responsáveis como o CREAS, CRAS, Bolsa Família, hospital municipal, NASF, Conselho Tutelar, Sistema de Atendimento Domiciliar (SAD). Desta forma, o profissional consegue realizar todos os encaminhamentos para os setores que irão conseguir dar um retorno ao usuário, reforçando que é necessário o feedback das unidades para a assistente social da secretaria de saúde, onde a mesma dará continuidade a evolução dos casos.

As atividades diárias acontecem através de atendimento ao público, solicitação de ligações para hospitais, INSS, dentre outros. São realizados pedidos de doações de medicamentos, fraldas, insumos, recebimento e entrega de ordens judiciais e visitas domiciliares.

Todas as ações realizadas no âmbito da Secretaria de Saúde são importantes desde o acolhimento, orientações, prestação de serviços, monitoramento e desempenho de atividades.

A relação dos assistentes sociais com os usuários é um ponto positivo na realização de atendimentos realizados de forma presencial no próprio ambiente ou através das visitas domiciliares. Outra maneira de manter contato é via telefone com ligações direta, SMS e whatsapp.

O assistente social da secretaria de saúde de Jaguaruana dispõe de compromisso ético-político com a população, dentro das suas atribuições e competências a serem realizadas na garantia dos direitos sociais dos usuários. As ações da profissional respondem as demandas apresentadas, embora muitas vezes, como percebemos no contexto acima, não depende somente da área da saúde, sendo necessário a parceria com a rede de proteção para alcançar a integralidade do sujeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 8.080/90.** Brasília: Diário Oficial da União, 1990a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

_____, M. I. S.; MATOS, M. C. de. **Projeto ético-político do serviço social e sua relação com a reforma sanitária:** elementos para o debate. In Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 197.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, org. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ, Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CADASTRO ÚNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA

Maria das Graças Damasceno da Silva[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fifiadamasceno@hotmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

A unidade de atendimento do programa Cadastro Único é a principal ferramenta de acesso da população mais carente que vive na pobreza ou na extrema pobreza, e o principal instrumento de inclusão socioeconômica do Estado brasileiro. É por meio deste canal e sob a orientação do Serviço Social que muitas famílias que vivem em situações de extrema pobreza, utilizam as instituições de políticas públicas de superação da pobreza extrema, do combate as violências sociais, da fome e do abandono do Estado às populações de menor poder político e econômico. Nesse contexto, destaca-se o trabalho articulado do assistente social que, atuando na unidade de atendimento do CadÚnico/PAB no município de Jaguaruana-CE, vem desenvolvendo um importante trabalho junto às famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda como o Auxílio Brasil, bem como o acompanhamento de famílias que vivenciam o descumprimento das condicionalidades da educação e saúde, além de dar o suporte técnico para os profissionais que atuam na inclusão de famílias no cadastro único, por meio de avaliações do perfil socioeconômico. Desta forma, o desenvolvimento desta pesquisa tem por objetivo analisar a importância do trabalho desenvolvido pela assistente social na unidade de atendimento do CadÚnico/PAB, seja acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do programa Auxílio Brasil ou nas demais atividades de sua competência. Estruturada dento do campo da pesquisa social, tomou como caminho metodológico da pesquisa a revisão bibliográfica, realizada por meio da catalogação de livros, teses, dissertações e artigos publicados em sites de cunho científico, revistas e estudos sobre o tema, na perspectiva de conhecer e compreender como a temática é percebida pelos teóricos.

Palavras-Chave: Assistente Social. Acompanhamento cadastral. Auxílio Brasil. Família

INTRODUÇÃO

O cenário de exclusão social, político e econômico em que viviam a maior parcela da população e diante das lutas de classes que reivindicavam melhores condições de vida e de dignidade humana contribuíram para que a assistência social ganhasse o protagonismo institucional como agente de construção de políticas públicas revestidas de projetos e programas, com objetivo de estabelecer a superação da extrema pobreza e de violência social.

Este estudo foi estruturado dentro do campo da pesquisa social, onde

percorreu como caminho metodológico a revisão bibliográfica, realizada por meio da catalogação de livros, teses, dissertações e artigos publicados em sites de cunho científico, revistas e estudos sobre o tema, na perspectiva de conhecer e compreender como a temática é percebida pelos teóricos.

Portanto, descrevemos o trabalho desenvolvido pela assistente social na unidade de atendimento do Cadastro Único/Auxílio Brasil, no município de Jaguaruana-CE, destacando a importância de suas intervenções junto as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, bem como apresentando seu espaço de trabalho, a dinâmica dos atendimentos, e o reflexo deste trabalho na continuidade dos usuários na base do cadastro.

MARCO TEÓRICO

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, denominada como "Constituição Cidadã", teve como principal premissa corrigir um modelo elitizado e excludente que serviu de pilares para a formação da sociedade brasileira, onde, uma pequena elite, detentora do poder econômico e político dominaram o modo de produção e determinaram, por séculos, os padrões sociais e culturais do Brasil.

O processo de inclusão estabelecido pelas políticas públicas na assistência social vai de encontro às necessidades a uma massa de famílias carentes, que viviam em situações de pobreza extrema, subtraídas do contexto econômico e sem acesso aos principais meios de desenvolvimento humano, como a educação, a saúde e o trabalho.

Outro aspecto de extrema relevância para a assistência social após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi a aprovação pelo CNAS da Norma Operacional Básica, conhecida como NOB em 1998. Esse fato definiu um conjunto de ações para legalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estruturado no tripé LOAS, PNAS e NOB.

Instituído pelo Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, esta ferramenta instrumentalizou o Estado para ter o registro de informações sobre a população mais carente socioeconomicamente e que se encontra em situações de vulnerabilidades.

Criado pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ele institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil e define metas para taxas de pobreza. Esses programas projetam ações que tem como objetivo o combate à pobreza por meio da distribuição de renda para as famílias em situações de vulnerabilidade socioeconômica e de violências, na perspectiva de possibilitar um ambiente familiar pautado no parâmetro da dignidade social.

É importante destacar que, todo o trabalho da assistente social no CadÚnico/PAB é regido pela legislação vigente e, portanto, essa profissional atua em constante conflito de interesse entre os cidadãos e usuários que requerem acessos aos sistemas de benefícios e as normas que norteiam suas atividades.

METODOLOGIA

O objeto de pesquisa do presente trabalho consiste na leitura realizada do

trabalho da assistente social no espaço de atendimento do Programa Cadastro Único/ Auxílio Brasil no município de Jaguaruana -CE. A pesquisa tem uma perspectiva de compreender a dinâmica de trabalho deste profissional, que tem função específica nesse ambiente e, todas as suas intervenções impactam direta ou indiretamente na vida dos usuários desses sistemas.

Portanto, apenas a pesquisa bibliografia pode não ser suficiente para o desenrolamento de uma temática trabalhada em uma pesquisa acadêmica, por tanto, o apuramento de dados de campo na maioria das vezes é essencial para uma articulação entre teoria e prática com levantamento de dados realizados a partir do estudo teórico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O trabalho da assistente social, nesse contexto, obtém as informações e promove as análises das realidades em que vivem as famílias assistidas pelo programa Bolsa Auxílio Brasil e, desenvolver ações que as ajudem a superar os momentos de dualidades em que elas se encontram, utilizando para isso, as ferramentas disponíveis no CRAS. Contudo, esse importante equipamento para o desenvolvimento social das famílias nem sempre está estruturado para prestar serviços adequados aos usuários, aspecto que culmina por levar a assistente social a adaptar às suas atividades, o que limita o exercício de suas funções.

Evidencia-se, assim, o caráter obrigatório contido na condicionalidade e que reforça, significativamente, as ações voltadas para proporcionar, mediante ao incentivo da disponibilização dos benefícios do Auxílio Brasil, um incentivo às famílias carentes de matricular e acompanhar o desenvolvimento de seus filhos na educação.

O programa Auxílio Brasil temuma grande contribuição na melhora do processo de ensino e da aprendizagem, consiste em impor as famílias a assumir a responsabilidade de educar seus filhos, gerando um compromisso de proporcionar a eles a oportunidade de ter um futuro melhor e com mais possibilidade de conquistar espaços no mercado de trabalho rompendo com o ciclo do assistencialismo

Ao longo dessa pesquisa, observou-se o quanto é intenso e importante as intervenções da assistente social no equipamento do Cadúnico, pois a grande maioria dos atendimentos estão voltados para sua análise, seja de perfil socioeconômico, seja de acompanhamento das condicionalidades, seja para emissão de pareceres interventivos a respeito de determinados procedimentos. Suas ações garantem um atendimento seguro e justo aos usuários do sistema CadÚnico, principalmente no acompanhamento e encaminhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do PAB.

A contribuição que a Assistente Social dar no âmbito do acompanhamento das famílias beneficiárias dos programas sociais reflete além dos procedimentos e preenchimento de relatórios, pois visam contribuir com a melhoria de vida, das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 6.135, de 26 de junho de 2007** - Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Brasília-DF, 2007. Disponível: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Coletanea_LegislacaoBasica.pdf.

BRASIL. Casa Civil**. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília-DF, 1995. Disponível: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei14284-29-dezembro-2021-792178-publicacaooriginal-164249-pl.html.

NOBRE, Edna Luiza. DIREITOS HUMANOS E A INCLUSÃO SOCIAL: o resgate da cidadania através da assistência social – acertos e desacertos. **Rev. Fac. Dir. Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 27, n. 1: 21-58, jan./jun. 2011. Disponível: https://www.fdsm.edu.br/adm/artigos/43fa143cd6eadafce211b9cdc814cf1d.pdf

NORA, Naraiana Inez; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **A condicionalidade da educação para acesso à renda mínima: nova política e velhos valores.** IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em educação da região Sul, 2012. Disponível: http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2930/170.

NEGLIGÊNCIA CONTRA O IDOSO: UM ESTUDO REALIZADO NA CIDADE DE JAGUARUANA-CE

Maria da Conceição Coelho de Holanda[1] (Acadêmica do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail: gilcalimacoelho@hotmail.com) Yara Ketlin Silva Lima de Freitas[2] Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: yara.freitas@fvj.br)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a situação de negligência como expressão da violência com o idoso no Município de Jaguaruana, ainda busca identificar os fatores que influenciam nessa negligência para com a pessoa idosa, assim como, analisar a compreensão que têm assistente social, psicólogo e advogado da equipe multiprofissional do CREAS. A pesquisa é de fundamental contribuição para os profissionais da Assistência Social no sentido de possibilitar o acesso a novas percepções teóricas que contribuem para uma prática voltado a utilização dos referidos conhecimentos a serviço do combate a negligência às pessoas idosas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e busca explorar a temática de estudo pesquisada por estudiosos da área da Assistência Social. O estudo ainda é subsidiado por uma pesquisa de campo embasada no uso de entrevista semiestruturada com psicólogo, assistente social e advogado da equipe técnica do CREAS do referido município. Através, das leituras e interpretação das entrevistas percebe-se que as a negligência é uma expressão das diversas formas de violência a que está submetido uma maioria dos idosos na cidade, pois se trata de uma violência intrafamiliar o que dificulta a identificação da referida violência e a posterior dificuldade para a intervenção através de instituições protetivas. No entanto, as discussões foram norteadas a partir de alguns teóricos que pesquisam sobre a temática. Como resultados percebe-se que o papel da equipe técnica no CREAS não implica apenas na identificação dos casos de negligência e, ou violência com o idoso, mas com todas as violações de direitos ocorridas com as minorias. É um trabalho de fundamental importância, uma vez que possibilita construir a leitura de uma realidade que se configura na exclusão dos idosos por meio da situação de negligência que expressa o abandono, os maus tratos, a violência física e a psicológica. Se faz necessário mais estudos sobre a temática, ampliando as discussões e bibliografia sobre o assunto como forma de reconstruir uma nova realidade para a pessoa idosa.

Palavras Chave: Negligência. Violência. Idoso. CREAS.

INTRODUÇÃO

O estudo foi realizado no município de Jaguaruana, no Ceará, visando analisar a situação dos idosos no município. Teve como objetivo analisar a situação de negligência como expressão da violência com o idoso no Município de Jaguaruana e busca identificar os fatores que influenciam a negligência para com a pessoa idosa, assim como, analisar a compreensão que têm assistente social, psicólogo e advogado da equipe multiprofissional do CREAS, acerca da realidade que se encontram a maioria dos idosos no município de Jaguaruana.

O envelhecer passou a ser visto pela juventude como sendo um processo que acarreta vulnerabilidade física, psicológica e social, o que proporcionou-se usar tal situação como fatores de influência a crescente negligência para com os idosos.

O estudo parte de um contexto no qual a situação de negligência como expressão da violência para com o idoso no município de Jaguaruana, ocupou a segunda colocação no diagnóstico socioterritorial, quando a população idosa representava aproximadamente 3% da população geral do município.

A VELHICE COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O envelhecimento é um processo natural, cronológico e subjetivo. O homem e o tempo estão em contínua inter-relação, tendo como um dos efeitos a velhice. Mesmo diante da consciência da temporalidade o ser humano muitas vezes possui aversão à condição de velhice, associando-a a perdas psicomotoras, sociais e culturais gerando assim um preconceito.

A velhice é uma condição biológica que resulta em alterações morfológicas e funcionais no organismo do ser vivo que acarretam limitações na forma com que o individuo realiza algumas atividades e se relaciona com o mundo, necessitando assim de amparo social e familiar.

Alguns consideram a velhice como o ciclo final da vida, independente das condições de saúde, envoltos pelos hábitos de vida, pois depende de um processo individual que para alguns podem apresentar perdas psicomotoras, sociais, culturais e etc, enquanto para outros não.

O termo idoso nos remetemos ao fato de ser todo indivíduo acima de 60 anos de idade. Para Peixoto (1988) definição foi designada na França em 1962 em lugar da utilização do termo “velho”, e adotado no Brasil tempos depois. O idoso é o sujeito do envelhecimento e a terceira idade, constrói a ideia de uma fase entre o envelhecimento e a aposentadoria e traz em seu contexto as demandas de cuidado a saúde de forma integral.

A violência é um ato que se reflete diante de uma postura irracional na qual, a espécie humana parece perder a razão diante de situações que o provocam e colocam em situação de desequilíbrio emocional, quando são contrariadas, ou ainda, quando não conseguem manter o domínio sobre seu próximo, por meio da comunicação saudável. (BERGER; CARDOZO 2013)

. A violência não escolhe idade, sexo, religião, raça, opção sexual, ela poderá acontecer a qualquer pessoa, principalmente os mais frágeis e menos favorecidos, como é o caso dos idosos, que apesar de estar ganhando representatividade através do aumento da expectativa de vida e consequentemente o aumento da população, com ela cresce um grande índice de violência, não somente a violência física, mas também a violência psicológica, econômica, sexual, negligência, entre outras.

Mesmo sendo o idoso um sujeito de direitos e com deveres como qualquer outro ser e ainda ocupar papeis importantes na sociedade, seus direitos garantidos não são respeitados, foto evidente nos casos de desrespeitados, maus tratos, além de serem vistos como incapazes e inúteis.

No aspecto macro, os maus tratos atinge percentual de 65% na população idosa e se reproduz através do preconceito para com os idosos por parte da sociedade como as baixas aposentadorias, desrespeitos em transporte público e a falta de leitos hospitalares para idosos. Quando levado para a percepção a nível

micro, a questão é relatada como abandono quando parte do tratamento das famílias (FREITAS et al. 2006).

Por ser o Estado garantidor do cumprimento dos direitos e responsáveis pela formulação das políticas públicas, Vieira (2004, p. 59) salienta: “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto”.

.

PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada para o estudo do tema inicialmente foi a bibliográfica, por meio da seleção de artigos e periódicos nas bibliotecas virtuais para a realização de leituras exploratórias acerca da compreensão sobre “velhice”, “Inserção do idoso no mercado de trabalho” e “Violência contra o idoso”.

Utilizou-se no decorrer do estudo uma abordagem qualitativa do método, de forma que se primou pela importância das informações através percepção crítica e cuidadosa acerca das fontes.

Adotou-se para a leitura da realidade social a pesquisa documental, visto que a mesma utilizada de forma indireta proporciona a análise das diversas formas de documentos produzidos. Vale salientar que a disponibilidade de documentos nos meios eletrônicos a partir dos anos de 2004, proporcionou a satisfação quanto ao conhecimento abstraído acerca das políticas de assistência social.

As informações obtidas foram transcritas e expostas na secção a seguir. Vale ressaltar que respostas prestadas pelas entrevistadas foram devidamente regularizadas e autorizadas pelas mesmas, com assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido enviados para ambas, juntamente com o questionário.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Enquanto expressão da violência a negligência para com o idoso tem se tornado evidente tanto nos serviços institucionais quanto, dentro da própria família, o que torna mais complexo lidar com o agressor e a vítima, já que ambos apresentam resistência em reconhecer tais atos como violação de direito.

A negligência para com a pessoa idosa, é a porta de entrada para todas as formas de violências que poderão vir a acontecer a essa pessoa idosa, caso não seja logo detectada e tomada as providências necessárias a fim de cessar essa violência, com o acolhimento da vítima e a punição do agressor..

A violência implica em uma relação desigual de poder, refletindo na negação do outro, da diferença, da tolerância e das oportunidades, assim se efetiva em prejuízo, dano ou sofrimento e se contrapõe a convivência saudável, de garantia de direitos e de modo civilizatório fundado nos direitos humanos..

Verifica-se que existem inúmeras fatores pelos quais os idosos se tornam vulneráveis a negligência, entre os quais se destaca a condição de dependência a que fica submetida à população após os 65 anos de idade. Constata-se que os idosos convivem em geral, com familiares que se colocam no papel de cuidadores, porém na maioria das vezes negligenciam o cuidado em geral, com o mesmo.

As pessoas idosas ao serem atendidas e acompanhadas pelo CREAS, resgatam sua vaidade, o prazer, a satisfação e alegria de poder estar na companhia

de outras pessoas que apresentam responsabilidade e comprometimento com o cuidado dos mesmos. Além de ainda tornar-se um espaço, no qual se realiza escutas pessoal, orientações, conversas informais com os cuidadores, além de se estimular a participação dos mesmos em atividades socioeducativas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), proporcionando ao mesmo tempo para conversar, sorrir, dançar, fortalecer laços e fazer novas amizades..

No entanto, dos idosos que vem sendo acompanhado pela equipe do CREAS, dentre tantas mudanças se destaca a melhoria do aspecto físico, social e cultural, além do cuidado as manifestações clínicas, resultantes de doenças patológicas crônicas que eram acometidos, favorecendo a melhoria da qualidade de vida destes.

.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**, Resolução n.º 109, de 11/11/2009.

_____, **Política Nacional do Idoso**, lei nº 8.842, de janeiro de 2004.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**, Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.

_____, Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. Série E. Legislação de Saúde.1.ª edição; Brasília; 2003.

_____, **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível Prevenir. É possível superar. Brasília; DF; 2013.

COUTO, B; et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRAIMAN, Ana Perwin. **Coisas da Idade.** 4ª edição. São Paulo: Gente, 1995.

FREITAS, Elizabete Viana de; Ligia Py; Flávio Aluizio Xavier Cançado; Johannes Doll; Milton Luiz Gorzoni; **Tratado de geriatria e gerontologia.** 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara & Koogan, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche; capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA; Ana Elizabete.et al. O Sistema Único de Assistência Social e a Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade** n.87. São Paulo: Cortez, 2006.

PEIXOTO C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: Barros MML de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV; 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social na perspectiva dos direitos — crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

A POLÍTICA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: ANÁLISE DA AFETIVIDADE NA CONVIVÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS.

Geovânia Maria Valente Maia[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: geovaniavalente14@gmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O acolhimento institucional é considerado uma medida protetiva, mais excepcional e provisória, que é direcionada a crianças e adolescentes que se encontram em condição de vulnerabilidade. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirma que o objetivo principal dos serviços de acolhimento deve ser a preservação e o fortalecimento dos vínculos afetivos familiares. Pensando nesta questão a presente monografia objetiva realizar uma análise da política de acolhimento e dos reflexos da afetividade no cotidiano de crianças e adolescentes atendidos pelo sistema. O método utilizado é o estudo de referencial bibliográfico diverso acerca da temática. A análise é qualitativa. Ela iniciará através de um relato histórico e contemporâneo a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seguida, avançaremos pelos princípios básicos que norteiam a política e por fim, faremos uma análise mais aprofundada da afetividade e seus impactos no respectivo processo. Com base no estudo verificou-se que, apesar de toda legislação que norteia os procedimentos de acolhimento ainda não se alcançou a excelência na oferta da política que deve ser implementada a fim de atender as reais necessidades dos que dela fazem uso: crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Política, Acolhimento, Afetividade, Criança e Adolescente.

INTRODUÇÃO

O referido estudo versa sobre a Política do Acolhimento Institucional e a afetividade: uma perspectiva histórica e uma análise contemporânea a luz da afetividade, na convivência de crianças e adolescentes atendidos pela política no Brasil, onde, através de levantamentos de referenciais bibliográficos nesta respectiva área de estudo, iremos propor uma análise sobre como a afetividade reflete nos sujeitos atendidos pela respectiva política no Brasil.

A relevância do tema explorado baseia-se na importância de conhecer e analisar os princípios básicos que permeiam a política do acolhimento institucional no Brasil, bem como se apropriar de conceitos legalistas que conduzem a mesma e, ainda, adentrar no campo da afetividade, com o intuito de compreender os reflexos deste domínio socioemocional para o convívio nas casas de acolhimento.

O objeto desta pesquisa é então refletir se existe a possibilidade da construção de novos vínculos dentro do serviço de acolhimento institucional. Este questionamento norteará todo o estudo e nos levará ao final a compreender este de que forma a afetividade se faz relevante dentro deste processo.

MARCO TEÓRICO

A política de acolhimento institucional que vem sendo implantada em nosso país a partir das alterações introduzidas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pela Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009, conhecida como Nova Lei de Adoção. Tal política se propõe alterar a forma como as instituições de acolhimento institucional, os assim chamados abrigos, atendem crianças e adolescentes que são colocados sob sua guarda. (Brasil, 2005);

As Casas de Acolhimento Institucional funcionam, de fato, como residência provisória, na qual as crianças permanecem até o retorno ao seu lar de origem ou em caso de impossibilidade, até serem colocadas em família substituta (Silva, 2004); neste contexto, os abrigos devem ser vistos "como uma medida provisória e excepcional, portanto, uma opção extrema, embora imprescindível, por ser uma retaguarda para a devida aplicação das medidas. (Cury, 2005);

Diante deste desafio que é conduzir esta importante política de atenção e proteção à criança e ao adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente atua no sentido de criar condições de exigibilidade para o cumprimento dos direitos destes sujeitos, rompendo assim com a visão clientelista e repressora vigente em toda a legislação que antecedeu em nosso país; artigos 227 e 2281 da Constituição Federal. Esta lei tem como alicerce a Doutrina da Proteção Integral, considerada como a primeira legislação infanto-juvenil da América Latina adequada aos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. (Torres; 2004);

Estes lares devem acolher esses menores de forma provisória, pois entende-se que a família é o lugar apropriado para eles. Assim, "os elos essenciais para o pleno desenvolvimento da criança acontecem por meio da convivência familiar e comunitária, bem como a responsabilidade primordial dos pais no cuidado dos filhos, cabendo ao Estado prover apoio quando necessário, no sentido de garantir os direitos e a devida proteção ao infante. (Rizzini, 2004);

O abrigo pode ser um ambiente convidativo ao desenvolvimento das relações e deve promover um acolhimento afetivo, baseado no desenvolvimento do sujeito, ou seja, embora o abrigo seja uma casa provisória, o desenvolvimento da afetividade nas relações institucionais, tendem a tornar o período em que o menor está distante do seio familiar menos traumático e que pode, inclusive trazer a construção de relações significativas, embasadas em sentimentos que vão além da afetividade. (Rosa, Santos, Melo e Souza, 2010).

METODOLOGIA

Optou-se por realizar uma revisão bibliográfica sobre a afetividade e a política do acolhimento institucional: uma perspectiva histórica e uma análise contemporânea a luz da afetividade na convivência de crianças e adolescentes atendidos pela política no Brasil, de modo em que se analisou um vasto acervo sobre a temática, a partir de referenciais teóricos publicados em livros, revistas, periódicos.

Nesse contexto, após definido o método a ser utilizado e a temática, buscou-se delimitá-la, tendo em vista a amplitude da mesma. Assim, iniciou-se a trilhar os caminhos para desenvolvimento deste estudo, a fim de se chegar ao a conclusão do objeto proposto.

De início foram feitas pesquisas diversas do material específico, que contemplassem e contribuíssem na investigação do problema proposto na pesquisa. Em seguida, iniciaram-se as leituras para seleção do material específico, de modo que atendesse a expectativa da temática e respondesse aos questionamentos que foram propostos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É de fundamental importância para a criança e adolescente um ambiente receptivo e afetivo que possa de fato colaborar para que o momento do acolhimento, bem como este período de permanência no abrigo propicie experiências de aprendizagem, socio afetividade e a construção de novos vínculos afetivos.

Com base na literatura estudada, as casas de acolhimento, apesar de serem distintas de acordo com as realidades locais, fica evidente que elas necessitam de medidas e pessoas comprometidas, de seres humanos mais sensíveis, de pessoas menos egoístas, de indivíduos capazes de amar a todos sem distinção, sem discriminação, ou seja, a urgência da manutenção dos vínculos afetivos com foco na melhor adaptação e qualidade de vida dos sujeitos.

Dessa forma, a política do acolhimento no Brasil ainda requer muitas modificações. Faz-se necessária uma mudança cultural, que, neste sentido, sabe-se que ela não acontece de imediato, que é um trabalho que demanda tempo e, como esta política acontece de forma protocolada e sistematizada pelo sistema legalista, essas mudanças são perceptíveis ainda de forma muito lenta e, por isso, muitas vezes, elas demandam um certo tempo até serem mensuradas na prática.

Conclui-se, diante do que foi pesquisado, foi percebido que afetividade deve ser um fator primordial a ser adotado em todas as metodologias desenvolvidas nas etapas do acolhimento. O Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que cumprido e bem aplicado, com cuidado humanizado pode-se tornar ainda mais eficaz. Acredita-se ainda que o efetivo cumprimento da política pública do acolhimento, se bem conduzido, é capaz de minimizar os efeitos psicológicos provocados pelas inúmeras situações de violência que culminam na internação de crianças e adolescentes nas casas de acolhimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (2006). *Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Brasília,DF.

CURY, Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROSA, Edinete Maria et al . Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. Estud. psicol. (Natal), Natal , v. 15, n. 3, p. 233- 241, Dec. 2010.

RIZZINI, Irma. 2004; Siqueira & Dell´Aglio. O código de menores. São Paulo: Cortez.

TORRES, Leonor, L. Cultura Organizacional no Contexto Escolar: o regresso a escola como desafio na construção de um modelo teórico. Ensaio: aval. Pol. Public. Educ, Rio de Janeiro, v. 13, n.49, 2004.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ÀS MULHERES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Geana Carla Maia Rocha[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email:geana) Fabrício José Costa Holanda[2](Professor Mestre da Faculdade Vale do Jaguaribe, email: fabricio@fvj.br).

RESUMO

O fenômeno denominado violência é pauta de diversos diálogos ocorridos em espaços públicos e privados do cenário mundial, durante muitos anos e na atualidade, a realidade não é diferente. No caso de violência contra mulher, envolvendo, agressões de parceiros, maus tratos, tortura, características diversas permeadas em diferentes locais, requer uma atenção do Estado ao garantir a dignidade humana, a vida e aos indivíduos de uma sociedade que luta por direitos, garantido pelos por princípios básicos de sobrevivência. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação do assistente social na assistência hospitalar às mulheres vítimas da violência doméstica atendidas no Hospital Nossa Senhora da Expectação no município de Jaguaruana, Ceará. A pesquisa qualitativa e abordagem descritiva com estudo do fundamento teórico através da revisão bibliográfica que permite obter um melhor conhecimento do assunto abordado e uma pesquisa de campo, realizado no Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, no município de Jaguaruana. O resultado constatou-se que em casos de violência contra mulher, a vítima é encaminhada à sala do serviço social com a notificação preenchida pelo médico ou enfermeiro e a partir desse momento é feita uma escuta inicial, acolhedora e em seguida a profissional orienta a paciente a comparecer à delegacia. As assistentes sociais colaboram efetivamente e facilita o acesso e atendimento ao usuário aos serviços do SUS, realizam encaminhamentos para rede socioassistencial e também realizam encaminhamentos para órgãos de defesa e direitos como o Conselho Tutelar e defensoria pública.

Palavras-chave: Assistente Social. HMNSE. SUS. Violência contra mulher

INTRODUÇÃO

O fenômeno denominado violência é pauta de diversos diálogos ocorridos em espaços públicos e privados do cenário mundial. E, com o passar das décadas até os atuais, a realidade da violência mudou muito pouco e até agravou em outras dimensões. Uma dessas dimensões é a violência interpessoal que ultrapassa ambientes familiares que tem como "pano de fundo" a questão social que abrangem aspectos de: idade, gênero, local e outras variáveis.

No caso de violência contra mulher, envolvendo, agressões de parceiros, maus tratos, tortura, características diversas permeadas em diferentes locais, requer uma atenção do Estado ao garantir a dignidade humana, a vida e aos indivíduos de uma sociedade que luta por direitos, garantido pelos por princípios básicos de sobrevivência.

Diante o exposto, o presente trabalho buscar responder o seguinte questionamento: como o assistente social no ambiente da unidade de saúde Hospital e Maternidade atua frente o problema de violência contra às mulheres vítimas da violência?

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação do assistente social na assistência hospitalar às mulheres vítimas da violência doméstica atendidas no Hospital Nossa Senhora da Expectação no município de Jaguaruana, Ceará.

MARCO TEÓRICO

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), define a violência interpessoal "uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação".

Saffioti (1999a) discorre sobre a necessidade de ampliar a compreensão acerca da violência em sua relação com os direitos humanos. Para o autor, apesar da importância das definições legais sobre violência, para melhor compreensão e intervenção na questão, é essencial manter a perspectiva da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos. Tais direitos são resultados de importantes conquistas políticas das lutas históricas em defesa, principalmente às mulheres.

A Lei Maria da Penha, lei nº 11.340, promulgada em 2006, é consequência dos resultados dos desafios, das mobilizações em favor das mulheres no Brasil. O referido documento propõe criar mecanismos jurídicos para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340, 2006). Além da Lei Maria da Penha e programas de assistência e outros programas, tem como objetivo o atendimento às pessoas em situação de violência, numa abordagem biopsicossocial e interdisciplinar, a articulação com a rede de atendimento, os encaminhamentos institucionais e intersetoriais, a promoção da cultura de paz e a vigilância dos casos de violência (BRASIL, 2012).

Mulheres vítimas de violência apresentam elevado índice de transtornos emocionais, destacando a depressão, a ansiedade e os transtornos de estresse pós-traumático, sejam em vítimas criminais ou em vítimas da relação conjugal (ROVINSKI, 2004).

METODOLOGIA

A pesquisa escolhida foi qualitativa e com abordagem descritiva. Inicialmente foi realizada uma revisão da bibliografia acerca do tema abordado, buscou-se embasamento em leis e outros documentos oficiais em vigência. De acordo com Creswel (2007, p. 186) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos.

Em seguida foi realizado um estudo aprofundado sobre violência, também sobre a Lei Maria da Penha**,** Lei n. 11.340, sancionada em 2006 e outros documentos da legislação brasileira para obtenção de conhecimento e embasamento teórico.

Com relação à pesquisa de campo, o local escolhido foi o Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, no município de Jaguaruana, ambiente já frequentado no período do Estagio Supervisionado no setor de trabalho do assistente social.

Durante o estágio mencionado, com a carga hora de 30 horas, foi construído um diagnóstico institucional da unidade hospitalar que foi utilizado como fonte de informações para esta monografia. Neste documento consta várias informações referente a parte estrutural e outras informações referentes ao local da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As assistentes Sociais do HMNSE, através da sua atuação profissional, encaminham para as demais instituições da Assistência Social os casos que necessitam de uma intervenção mais detalhada para que aja a garantia de que o serviço ao usuário será completo. O HMNSE atende os casos de urgência e emergência, pois, neste equipamento público existe o profissional do assistente Social que detecta as demandas e encaminha para as outras instituições.

Verificou-se que em casos de violência contra mulher, a vítima é encaminhada à sala do serviço social com a notificação preenchida pelo médico ou enfermeiro e a partir desse momento é feita uma escuta inicial, acolhedora e em seguida a profissional orienta a paciente a comparecer à delegacia.

É inegável que as assistentes sociais colaboram efetivamente e facilitam o acesso e atendimento aos usuários e aos serviços do SUS. São realizados encaminhamentos para rede sócio assistencial e também são efetivados encaminhamentos para órgãos de defesa e direitos como o Conselho Tutelar e defensoria pública.

Desta forma, comprova-se a extrema relevância que os assistentes sociais realizam suas intervenções no atendimento às mulheres vítimas de violência, pois, estes profissionais agem como operadores de direitos. Eles orientam e esclarecem à mulher agredida sobre cada tipo de violência através de ameaça, calúnia, agressão física e outras ações. As vítimas também são informadas das punições que os agressores estão passiveis de sofrer e orientam as vítimas a denunciar a não ficarem em silêncio. Ao contrário, é imprescindível prestar queixa na delegacia de polícia mais próxima, para se inicie um processo criminal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 141 de 17 de julho de 2012. (2012). Brasília, DF.

_____. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Dano Psíquico em Mulheres Vítimas de Violência. **Rio de Janeiro: Editora Lúmen, 2004.**

SAFFIOTI, H. (1999a). Já se mete a colher em briga de marido emulher. São Paulo em Perspectiva - Revista da Fundação seade, 13(4), 82-91

A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NA VISÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO HOSPITALAR

Fernanda Lúcia Oliveira Abreu[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email:) Professora Especialista Yara Ketlin Silva Lima de Freitas [2](, email: @fvj.br).

RESUMO

O tema violência tem repercutido em diversos setores, são discussões cada vez mais atuais, em instituições públicas e particulares de âmbito educacional, cultural, religioso e outros. Tratando-se de violência contra o idoso no setor hospitalar, esse contexto é considerado preocupante por sua complexidade e pelos desafios enfrentados pelos usuários. Este trabalho tem como objetivo geral analisar a violência contra a pessoa idosa na visão do assistente social no contexto hospitalar a Unidade de saúde Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, localizado no município de Jaguaruana. O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva, realizada através de revisão bibliográfica, com aprofundamento de embasamento teórico do tema em discussão e uma pesquisa de campo ocorrida no referido hospital. Na oportunidade foi realizada observações e utilização de questionário para coleta de informações. Verificou-se que dentro da visão da assistente social, a rede de proteção a violência contra a pessoa idosa existente no município é morosa, não tem acompanhamento pós-violência, como também o Conselho do Idoso, na maioria das vezes os casos existentes não contam com a atuação e fiscalização aos direitos dos idosos. Para a assistente social que atua dentro do espaço hospitalar, a única maneira de contribuir para minimizar essas situações é observando atentamente como esse idoso está sendo cuidado e se houver a suspeita de qualquer forma de violência, denunciar o caso aos órgãos competentes.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social. Estatuto do idoso. SUS. Violência contra pessoa idosa.

INTRODUÇÃO

O tema violência tem repercutido em diversos setores, são discussões cada vez mais atuais em diversas instituições. Tratando-se de violência contra o idoso no setor hospitalar, esse contexto é considerado preocupante por sua complexidade e pelos desafios enfrentados pelos usuários.

Vários autores conceituam esse fenômeno chamado “violência” e nos remete a reflexões dos ocorridos violentos contra os idosos, objeto de pesquisa aqui realizado. Situações envolvendo este contexto, são marcadas em diversos espaços da sociedade com suas causas e consequências.

Desta forma, questiona-se como a assistente social ver o problema da violência contra a pessoa idosa no ambiente de saúde, Hospital e Maternidade nossa Senhora da Expectação?

No entanto, este trabalho tem como objetivo geral analisar a violência contra a pessoa idosa na visão do assistente social no contexto hospitalar a Unidade de Saúde Nossa Senhora da Expectação, localizado no município de Jaguaruana. Como objetivos específicos traçou-se: conhecer as aspectos relacionados à violência; compreender o que contempla a política Nacional do Idoso, verificar a existência de casos de violência contra a pessoa idosa no contexto hospitalar e verificar a atuação assistente social frente à violência contra a pessoa idosa no contexto hospitalar.

MARCO TEÓRICO

A violência foi definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) como o "uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações".

De acordo com Anjos (2003), para compreender a violência, da forma como ela se apresenta na atualidade, é necessário superar visões tradicionais das Ciências Sociais que buscam causalidades únicas e lineares aos fenômenos. Os fatores sociais, a cultura de um povo, o meio em sua complexidade explica as transformações e olhares diferentes dos aspectos sociais.

Os olhares diferentes de ver aspectos relacionados à violência, pode ser associado à percepção de normalidade, maneira de convivência social, tornando despercebida algumas situações que envolve à prática de violência no dia a dia, influencia, muitas vezes pelo contexto social e cultural.

Freud (1933/2006), destaca que "não há maneira de eliminar totalmente os impulsos agressivos do homem; pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra" (p. 205), e essa é uma das dimensões que precisamos compreender acerca da questão da violência.

Minayo(2003, p.20).O autor destaca "geralmente a natureza dos atos violentos pode ser reconhecida em quatro modalidades de expressão, também denominadas de abusos ou maus-tratos: física, psicológica, sexual e envolvendo negligência, abandono ou privação de cuidados".

METODOLOGIA

O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e descritiva, realizada através de revisão bibliográfica, com aprofundamento de embasamento teórico do tema em discussão e uma pesquisa de campo. Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Para compreender melhor sobre o assunto, tratou-se um embasamento teórico sobre violência, Política Nacional para os idosos, Estatuto do Idoso e as garantias do direito à saúde dispostas no Sistema Único de Saúde.

Com relação à pesquisa de campo, ocorreu no setor do Serviço Social do Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Expectação, no município de Jaguaruana, no mesmo local em que foi realizado o Estágio Supervisionado.

Durante o período do referido estágio foi construído coletivamente um documento de diagnóstico institucional, feito através das observações realizadas no ambiente que serviu de base com informações fundamentais sobre o ambiente de saúde e o trabalho do assistente social para produção textual desta monografia.

Na pesquisa de campo buscou-se verificar o funcionamento da sala do assistente social, acompanhar as atividades realizadas no dia a dia e para entender a atuação do referido profissional na defesa da violência contra os idosos, traçou-se as questões direcionadas a assistente social.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os direitos sociais dos idosos é fruto da Política Nacional do Idoso, amparados em lei, é uma luta de um povo, de reinvindicações, discussões para efetivação da construção do referido documento.

Destaca-se que o assistente social ao desempenhar suas atividades laborais no HMNSE, enfrenta desafios do dia a dia como por exemplo aspectos relacionados à violência contra pessoa idosa. Diante esses casos, é feito registro através de notificação de uma ficha específica e posteriormente apresentada à Secretaria de Saúde que fará o procedimento seguindo as orientações destinadas a cada caso.

De acordo com profissional investigada, no seu ponto de vista há falha na prontidão da rede de proteção aos idosos do município, merecendo um melhor acompanhamento e fiscalização por parte dos órgãos de defesa ao idoso, em especial ao Conselho do Idoso.Menciona-se a importância da atuação do assistente social no ambiente hospitalar que age no combate a contra esse público, com atenção e fazendo denúncias quando necessário.

Os resultados da investigação são oportunos à reflexões sobre a abordagem em destaque nesse trabalho sobre os casos de violência contra o idoso que muitas vezes são ignorados, nos contextos sociais, havendo necessidade de um olhar especial para as realidades ocorridas no território brasileiro.

Cabe mencionar que outras ações articuladas a diversos setores envolvendo a equipe de trabalho, parceiros como a Secretaria de Ação Social e Centro de Apoio Psicossocial, órgão competentes que assegura os direitos e proteção ao idosos, dentre outros podem colaborar em favor da pessoa idosa.

A realização de encontros para discutir esse tipo de situação é fundamental, pois ações como esta, é considerada uma das atribuições e competências do assistente social no campo da saúde, seguindo as orientações dos documentos vigentes.

Como menciona os Parâmetros de Atuação do Assistente Social na área da Saúde, os atendimentos aos usuários devem acontecer desde aos serviços de atenção básica até aos que se destaca como média ou alta complexidade, ou considerado de urgência ou emergência.

Apesar dos desafios diários, estratégias de intervenções pode ser compostas por atividades traçadas por um plano de ação envolvendo ações, responsáveis dispostas a execução, análise e avaliação dos objetivos traçados no desempenho de suas funções no setor de serviço social.

REFERÊNCIAS

Anjos, E. E. (2003). A banalização da violência e a contemporaneidade. In T. Camacho (Ed.), ensaios sobre violência (pp. 61-82). Vitória: Edufes.

Freud, S. (2006). porque a guerra? (Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1933)

MINAYO, M.C.S. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. Cad. Saude Publica, v.19, n.3, p.783-91, 2003.

NEGLIGÊNCIA E ABANDONO DE IDOSOS: OBSERVAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS

Charlene Mara Melo Barroso[1] (Aluna do Curso de Serviço Social da faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: charlenemara1271@gmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo apresenta um tema presente e crescente na sociedade contemporânea: a violenta realidade de negligência e abandono contra os idosos. Sabemos que este contexto de violência de direitos não configura uma vertente atual, tendo em vista que a temática da negligência e desrespeito contra idosos perfaz um caminho historicamente antigo. Os idosos que fazem parte desta realidade vivem sem o mínimo de zelo, proteção, alimentação e manutenção de laços afetivos, assim como vivenciam também agressões verbais e físicas, além do abandono material, apropriação indevida de bens, coações, ameaças, culminando até em morte. O método utilizado é o estudo de referencial bibliográfico diverso acerca da temática. A análise é qualitativa. Dessa forma, devido o aumento excessivo de casos de negligências sofridas pelos idosos, propusemo-nos a produzir este artigo, a fim de proporcionar a sociedade uma visão mais ampla das consequências devastadoras para a saúde física e psicológica já então fragilizada desse sujeito, a partir da reflexão sobre os impactos que a negligência e abandono trazem para a vida deles. Apresentaremos ainda a sistematização das ações desenvolvidas no estágio proposto no curso de Serviço Social, realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social — CREAS, a partir da realidade equipamento do município de Jaguaruana, Ceará.

PALAVRAS-CHAVE: Negligência, abandono, idosos, CREAS.

INTRODUÇÃO

A sociedade está se distanciando das pessoas idosas, no entanto, este grupo de pessoas deveriam ser abraçadas para um cuidado, já que são, um grande presente para humanidade. Porém, com a realidade atual, se faz cada vez mais desafiador administrar as muitas dificuldades para sobreviver, especialmente no tocante a manutenção de vínculos de um grupo específico, seus familiares, onde há um processo de ruptura de laços, implicando diretamente em aspectos essenciais como a qualidade de vida, a manutenção da dignidade e o envelhecimento com sabedoria e proteção.

O prolongamento da expectativa de vida da população mundial também está relacionado aos avanços tecnológicos, médicos e descobertas de novos métodos diagnósticos e terapêuticos. Para além das medidas preventivas e de melhores condições de vida, pode também estar relacionado com o envelhecimento (Silva, 2016). Em outras palavras, "quando a mortalidade inicial é alta, seu declínio torna a população mais jovem e, quando a mortalidade é baixa, declínios adicionais tornam a população mais velha" (Mesquita, 2014).

Diante disso, o trabalho aqui exposto busca analisar, a partir da observação da rotina dos atendimentos do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o crescente número de casos de negligência dos idosos no município de Jaguaruana. Faremos ainda uma análise contemporânea sobre a problemática no Brasil, a luz do conhecimento de um vasto referencial teórico, bem como irá referenciar nossa análise e fortalecer nossa compreensão acerca da temática. A pergunta norteadora é: *O que ocorre para esse crescente número de idosos violados?* A análise bibliográfica específica e a observação do cotidiano do CREAS serão material importante para as conclusões finais.

MARCO TEÓRICO

Os equipamentos da política pública da Assistência Social trabalham de formas interligadas para atender as demandas do nosso munícipio. Desta maneira a articulação existe entre o Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS, Centro de Referência da Assistência Social -CRAS e o Ministério Público – MP, ambos precisam atuar com responsabilidade e realizar todos os procedimentos embasados na teoria ética-política, para que esse idoso tenha seus direitos preservados.

O que se evidencia é que o idoso por ter seus direitos violados dentro do convívio familiar, acabam se reprimindo quando ao relato dos casos, não conseguindo assim relatarem a situação de negligência ao qual vem passando. Na maioria dos casos, os atos de violência são praticados por parentes de primeiro grau, dentro da casa do idoso, que por isso fica com medo de denunciar, tendo em vista que em casos comuns de denúncias, eles acabam sendo hostilizados pelos demais entes familiares e, em muitos casos, essa decisão culmina em perca total do apoio familiar.

Os maus tratos na terceira idade pode ser definidos por Espindola (2007), "como ato único ou repetido, ou ação inapropriada que cause danos, sofrimento ou angústia e que ocorrem dentro de um relacionamento de confiança, ou seja, a própria família". Neste conceito, percebe-se que a violência quando familiar, configura um ato ainda mais grave, sendo que neste seio, o idoso deveria ser protegido tendo em base a relação parental que, automaticamente sugere uma relação de respeito e auto confiança. Quanto a negligência contra o idoso, ela se configura como a forma de violência mais recorrente e se caracteriza pela omissão dos familiares e instituições com os cuidados básicos para a população com mais de 60 anos, que incluem o desenvolvimento físico, emocional e social.

Para Pasinato, Camarano e Machado (2006) citado por Barcelos e Madureira (2009, p.142), "muitas vezes os maus tratos físicos e psicológicos ocorrem simultaneamente aos maus tratos financeiros e materiais". Assim, além de ser violentado de forma psíquica, emocional e física, ainda ocorre uma violência muito comum e que, de tão comum, parece algo natural entre famílias com idosos: o abuso financeiro, ou seja, a apropriação indevida de recursos financeiros e de bens patrimoniais.

Programas que reintegram o idoso ao convívio social e que fortaleça os vínculos afetivos através de grupos de convívios são exemplos de políticas que conseguem alcançar resultados satisfatórios, pois eles agem diretamente na autoestima do idoso, revalorizando e o inserindo como agente funcional na sociedade, pois um fator que compromete a saúde mental do idoso está diretamente ligado ao aspecto emocional do mesmo, que se julga sem serventia para o grupo

em que vive e, que inclusive, em muitos casos, ele tem esta ideia potencializada pelo familiar que o classifica como inútil ou como alguém que não agrega mais benefício a célula em que vive.

METODOLOGIA

O estudo se desenvolve em torno do crescente número de casos de negligência e abandono de idosos no município de Jaguaruana, Ceará, mensurando este fenômeno a partir da observação do cotidiano institucional do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, com foco nos atendimentos, acompanhamentos e instrumentais utilizados para a realização das demandas.

Nesse sentido, após definido o método a ser utilizado para discutir a temática, buscou-se delimitá-la, para que ela pudesse responder a questão: O que ocorre para esse crescente número de idosos isolados? Assim, iniciou-se o trajeto para desenvolvimento deste estudo, a fim de se chegar ao a conclusão do objeto proposto.

De início foram feitas pesquisas diversas do material específico, que contemplasse e contribuísse na investigação do problema proposto na pesquisa. Após este apanhado, dispusemo-nos a leitura a fim de seleção de material, concomitante a isso aconteciam os estágios para observação dos atendimentos que, foram essenciais para a conclusão da proposta deste estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente estudo viabilizou o entendimento de que existem várias nuances de negligência e abandono contra a pessoa idosa e que existem várias políticas públicas para mudar essa perspectiva, mas ficam somente no papel, sendo colocada em prática somente por uma minoria. O que se percebe, infelizmente, é um total descaso com o idoso, tanto a nível familiar como governamental.

Toda sociedade tem que ter consciência que a população mundial está vivendo cada vez mais, logo o envelhecimento tem que ser encarado como algo natural, e o idoso têm que ter a oportunidade de ter seu lugar nessa sociedade, sendo útil, com todos os seus direitos respeitados, sem ser considerado como um problema, mas sim como um grande prêmio que a humanidade conquistou, pois o maior presente que nos foi dado é a vida, então vamos respeitá-la e vivê-la em toda sua plenitude.

Assim, a partir da experiência de estágio no CREAS foi possível a proximidade e o convívio de várias demandas envolvendo esse segmento populacional. Uma delas diz respeito à violação de seus direitos, que ocorre muitas vezes por familiares bem próximos. Foi a partir dessa realidade que buscamos desenvolver um projeto de intervenção junto a equipe multidisciplinar do CREAS, que propõe uma reflexão da importância do Estatuto do Idoso. Esta proposta foi estendida para todo o quadro funcional que compõe o referido Centro: desde recepcionistas, educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, que em conjunto, tratariam de levar aos atores deste processo – idosos/família/cuidadores, informação relevantes sobre os seus direitos, como forma de socializar os princípios e promover o pleno conhecimento do documento.

Conclui-se que é perceptível o quanto é necessário socializar com mais ênfase os direitos dos idosos entre os próprios idosos, pois muitos dos temas abordados nas reuniões não eram do seu conhecimento. Sendo assim, o assistente social pode contribuir de forma relevante nesse

processo juntamente com outros profissionais que atuam nas redes específicas de atendimento ao idoso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELOS.E.M;MADUREIRA.M.D. S.Violência contra o idoso in CHAIMOWICZ. F et

Espíndola, C. R., & Blay, S. L. (2007). Prevalência de maus-tratos na terceira idade: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública* , 41(2),301-306. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489102007000200020&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 de junho de 2013, doi: 10.1590/S0034-89102007000200020. [Links]

Lei Federal Nº 10.741 de 1° de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 30/05/ 2022.

Mesquita, R. A. (2014). Envelhecimento e longevidade. Em: P. Papp (Org.) *Tecnologia e Saúde: Debates Interdisciplinares*. (pp. 123-156). Maringá: Unicesumar.

PASINATO, M. T et al. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In.: CAMARANO, A. A. (Org.). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

Silva, M. R. F. (2016). Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. *Serviço Social & Sociedade*, 126, 215-23.

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA ASSISTENTE SOCIAL NA ESTRUTURA FUNCIONAL DO CONSELHO TUTELAR.

Ana Priscilla Gomes[1] (Aluna do curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: priscillagomes2010@gmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O Conselho Tutelar é a principal ferramenta de proteção de crianças e adolescentes que vivenciam situações de violação de direitos. Destaca-se que a estrutura funcional composta apenas pelos cinco conselheiros tutelares não atende à demanda de ocorrências registradas cotidianamente no órgão, por não conter em seu quadro de servidores os profissionais necessários para realizar com eficácia, comprometendo significativamente os acompanhamentos e encaminhamentos a serem realizados para resolver os problemas e conflitos existentes que envolvem os menores infratores ou vítimas de violências. Nesse sentido, evidencia-se que, por ter o conhecimento técnico, jurídico, procedimental e político na área de atuação do conselho tutelar é a assistente social, tanto por sua formação acadêmica, quanto por suas habilidades no desenvolvimento de atividades inerentes as ações protetivas para com crianças e adolescentes em estágio de vulnerabilidade. A assistente social também pode contribuir para as atividades de gerenciamento dos espaços administrativos do Conselho Tutelar, bem como no assessoramento aos conselheiros tutelares, orientado em ações e elaborando projetos e planos de ações e de intervenções em parcerias com o Ministério público e demais instituições. Foi utilizada na metodologia a pesquisa bibliográfica, buscando compreender como a literatura científica aborda a temática e qual a importância do trabalho desenvolvido pela assistente social no espaço de Conselho Tutelar.

Palavra-Chave: Assistente Social. Conselho Tutelar. ECA. Proteção Social. Crianças e Adolescentes.

INTRODUÇÃO

É através do Conselho Tutelar que as políticas protetivas para crianças e adolescentes são instituídas, produzindo uma rede de proteção constituída por instituições como Educação, Saúde, Cultura, Ministério Público, ONGs e sociedade civil. Dessa forma, compreende-se que o Conselho Tutelar desenvolve uma função extremamente importante que transcende o caráter fiscalizador e executor de ações e medidas de proteção às crianças e adolescentes, pois a ele cabe a responsabilidade de mediar os conflitos e harmonizar os espaços em que se encontram menores em estágio de vulnerabilidade social.

Porém, observa-se que a estrutura funcional composta apenas pelos cinco conselheiros tutelares não atende à demanda de ocorrências registradas cotidianamente no órgão, por não conter em seu quadro de servidores os profissionais necessários para realizar com eficácia, comprometendo significativamente os acompanhamentos e encaminhamentos a serem realizados para resolver os problemas e conflitos existentes que envolvem os menores infratores ou vítimas de violências.

Desta forma, compreende-se que a inclusão de uma assistente social como membro efetiva desta instituição qualificaria ainda mais o trabalho desenvolvido pelos conselheiros tutelares e promoveria uma maior eficácia às ações, programas e projetos necessários para a inclusão de menores vítimas de violências sociais. Também poderia

reestruturar o campo político e administrativo da instituição, por meio de assessoramento aos conselheiros tutelares, oportunizando a disseminação de informações e a fundamentação legal para os procedimentos realizados em decorrências de ocorrências ou mandados judiciais.

MARCO TEÓRICO

A lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco no campo da proteção social, pois a mesma transcende o aspecto puramente disciplinar para crimes cometidos por crianças e adolescentes, projetando-se como um instituto que acolhe todas as questões presentes no contexto do menor.

O instituto da cidadania, instituído sobre os pilares do exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, permitiu ao cidadão participar efetivamente dos movimentos e das decisões que convergem para a normatização do Estado e da sociedade. Desta forma, o exercício da cidadania passou a ser um grande chavão proclamado como meio imediato da participação popular nos mais diversos espaços políticos do país.

A política de Assistência Social tem em sua estrutura institucional diversos equipamentos que são utilizados para propiciar a população o acesso às políticas públicas que o Estado promove para proporcionar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos. Todos os equipamentos da Assistência Social têm como propósito cumprir os preceitos constitucionais, focando principalmente serviços que promova a inclusão em programas sociais, a proteção ao idoso, o amparo aos deficientes, a assistência às mães, às crianças em situação de exploração ou vulnerabilidade.

O assistente social é o profissional que mais contribui para a inclusão de pessoas em estágio de pobreza e extrema pobreza, ou em situação de violência, negligência familiar, exploração, dentre outros problemas que agrava a dignidade da pessoa humana. O caráter protetivo presente no trabalho da assistente social concilia com o que norteia o Conselho Tutelar para o desenvolvimento de suas ações.

A composição do quadro funcional do espaço do Conselho Tutelar, com a profissional do Serviço Social, embora pareça ser extremamente importante e funcional, pois enquadra um profissional com formação e especialidade que auxiliaria no gerenciamento e na qualidade do atendimento, na realização dos encaminhamento e acolhimento das crianças e adolescentes.

Nesse sentido, não seria improvável que os conselheiros se manifestassem contrário a inclusão do assistente social em sua estrutura de trabalho, pois haveria uma tentativa de alterar os preceitos legais, bem como de incluir uma pessoa para realizar uma espécie de gerenciamento na condução das ações e demandas dos conselheiros e um controle institucional.

Desta forma, respalda-se e fundamenta-se a inclusão do Assistente Social no organograma funcional do Conselho Tutelar, com espaço de trabalho e atividades múltiplas, transcendendo a dimensão de apoio, pois sua capacidade técnica lhe dar condições de desenvolver a condução e o acompanhamento a todos os procedimentos deste órgão, bem como o assessoramento aos conselheiros tutelares, na perspectiva de qualificar e melhorar o nível de desempenhos destes.

METODOLOGIA

O estudo aporta na linha metodológica da pesquisa bibliográfica tomando como parâmetro uma abordagem qualitativa exploratória, onde será adotado no primeiro

momento, como procedimento metodológico, a pesquisa de artigos, trabalhos monográficos, teses, livros e revistas científicas, publicados em plataformas científicas, bem como a legislação que ampara a temática em estudo, nas plataformas oficiais, que serão utilizados como fontes bibliográficas na fundamentação teórica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O percurso percorrido ao longo desta pesquisa possibilitou absorver e ampliar significativamente os conhecimentos e as dinâmicas que permeiam a estruturação e o funcionamento da instituição Conselho Tutelar. Embora ele esteja construído sob estigmas negativos perante muitos segmentos da sociedade, observa-se que muitas das concepções internalizadas são fundamentadas pelo senso comum e advindas de grupos sociais ou pessoas que não conhecem suas funções e as atribuições dos conselheiros tutelares.

É notório que o Conselho Tutelar é o órgão que tem como premissa executar ações que possibilite a proteção das crianças e adolescentes, priorizando o público que vivem em condições mais vulneráveis. Nesse campo destacam-se as vítimas de abandonos, exploração de trabalho infantil, abuso sexual, maus tratos, dentre tantas outras situações que impossibilitam seus direitos constitucionais garantidos.

Destaca-se, nesse contexto, os mecanismos que estruturam e fundamentam o funcionamento do Conselho Tutelar e dos Conselheiros tutelares, como a ECA e demais legislações. Evidenciou-se uma lacuna, principalmente do ECA, em seu artigo 132, que aos estabelecer como componente do Conselho Tutelar apenas os cinco membros, eleito em pleito eleitoral específico, inviabilizou a possibilidade de incluir outros segmentos profissionais que poderia qualificar e dar maior eficiência ao funcionamento e aos atendimentos realizados por este órgão.

Diante destes dilemas, e pela inercia de uma legislação que não contribuem para o aperfeiçoamento da estrutura pessoal e administrativa deste importante órgão junto a população local e, principalmente para a garantia do cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, observa-se que, o Conselho Tutelar permanecerá deficiente na forma de existir e de servir bem a população.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de. (Org.), et al. **Teoria e Prática dos Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação à Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009 Disponível em: https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolescente/curso_conselho_tutelar.pdf. Acesso: abril 2022

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Casa Civil – Brasília-DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: abril 2022

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Casa Civil – Brasília-DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso: abril 2022

SANTOS, Roberta Rodrigues dos. **SERVIÇO SOCIAL E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA:**
conselho tutelar como espaço político de participação e controle social. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/6a88107d062cca40844dRoberta_Rodrigues.pdf

MOREIRA, Ingrid Adame; ABREU, Caroline do Nascimento de; OLIVEIRA, Denise Gonzaga Cardozo de. **Assessoria do serviço social junto aos conselhos tutelares**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3de novembro de 2019. Disponível: https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/938/914

CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NO CREAS DE ARACATI-CE

Ana Paula Bezerra da Silva (Aluna do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: anap6014@gmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O estudo objetivou dialogar sobre a incidência de casos de violência e abuso sexual na cidade de Aracati, CE. Na pesquisa, foi também dialogado sobre a proteção integral da criança e do adolescente no Brasil por meio de uma perspectiva histórica que aborda o desenvolvimento da políticas públicas e legislação que visam o combate a este tipo de crime, trazendo para a discussão o Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste texto foi abordado sobre as diversas formas de violência à integridade da criança e do adolescente, abordando a violência física e psicológica, bem como a violência, o abuso e a exploração sexual, trazendo dados estatísticos sobre denúncias e casos ocorridos no território brasileiro; e realizada pesquisa de campo no CREAS localizado em Aracati, Ceará, onde casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram acompanhados durante a realização do estágio pela autora-pesquisadora. Ao final, foi possível concluir que os dados estatísticos apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos são consistentes se comparados aos relatos de experiência, bem como é presumido que é necessário assegurar os direitos estabelecidos por meio das leis para crianças e adolescentes no Brasil.

Palavras-chave: Violência sexual. Abuso sexual. Criança. Adolescente. Aracati.

INTRODUÇÃO

Destarte, durante a realização do estágio, parte componente do curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), observaram-se muitos casos e incidências de violência e abuso sexual cometidos contra as crianças atendidas por uma das unidades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Aracati, estado do Ceará.

Tais observações foram razão da motivação para a realização desta pesquisa, a qual teve por objetivo geral dialogar sobre a incidência de casos de violência e abuso sexual na cidade de Aracati, CE. Portanto, questiona-se: Qual as intervenções realizadas nos casos de abuso e exploração sexual no CREAS? Assim, o estudo tencionou ainda dissertar sobre a proteção integral da criança e do adolescente no Brasil por meio de uma perspectiva histórica que aborda o desenvolvimento da políticas públicas e legislação que visam o combate a este tipo de crime, o que traz para a discussão, de forma imprescindível, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesta pesquisa é também dialogado sobre as diversas formas de violência à integridade da criança e do adolescente, apresentando ao leitor o que é a violência física e psicológica, bem como o que é a violência, o abuso e a exploração sexual, sendo explanado ainda no texto dados estatísticos sobre denúncias e casos ocorridos no território brasileiro.

MARCO TEÓRICO

A violência sexual, de acordo com Vicinguera (2019, p. 16), pode ser configurada como qualquer ato que exponha a criança ou o adolescente na "vivência direta ou indireta de conjunção carnal, ou qualquer outro ato libidinoso, que aconteça de modo presencial ou por

meio eletrônico". De acordo com a autora, dentre as formas de violência sexual, destacam-se: abuso sexual, exploração sexual comercial e tráfico de pessoas.

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), muitos autores explanam que o "abuso sexual" é uma forma de violência que ocorre no ambiente intrafamiliar ou fora dele, mas esquecem de denotar a exploração sexual como vertente da violência sexual. Para o MMFDH, o agressor pode ser uma pessoa conhecida ou desconhecida da vítima, o que retrata a necessidade de destacar-se também a exploração sexual nesse discurso.

A violência sexual pode ser entendida como uma relação adultocêntrica, demarcada por uma relação desigual de poder, ou seja, condição em que o agressor (pais, responsáveis legais, pessoas conhecidas ou desconhecidas) domina a criança/adolescente, anulando seus direitos, integridade e segurança, desconsiderando-os enquanto sujeitos de direitos e tratando-os como objetos de prazer e alívio sexual (BRASIL, 2021).

De acordo com o MMFDH, existem duas modalidades de abuso sexual contra crianças e adolescentes, sendo elas: intrafamiliar e extrafamiliar. Os abusos intrafamiliares acontecem diante da consanguinidade (pais, irmãos, avós, tios etc.); afinidade (padrasto, madrasta, cunhado etc.); ou responsabilidade (guarda, tutela, adoção etc.). Já os abusos extrafamiliares acontecem quando o agressor é uma pessoa conhecida (ou desconhecida) da criança e adolescente vítimas e que tenta vantagens psicoemocionais diante deles. Estes podem ter como exemplos: amigos, vizinhos, profissionais conhecidos (médicos, líderes religiosos, professores etc.) ou pessoas desconhecidas.

Para Azevedo e Guerra (2000), bem como para Kornfield (2000), é preciso levar em consideração todos os relatos expostos por crianças e adolescentes quando o assunto é a violência sexual. Ao menor sinal, deve-se investigar, buscar ajuda e denunciar, fazendo valer o direito dessa população de fato. Nesse ponto, acrescenta-se ainda que, de acordo com Kornfield (2000), a criança e ao adolescente que forem vitimizados sexualmente devem receber ajuda psicológica e/ou terapêutica, visando ajudá-los no enfrentamento dessa situação traumática.

De acordo com o MMFDH, os métodos que são utilizados pelos agressores para induzir a vítima a participar do ato são: o sadismo, a ameaça e a indução da vontade. Nas ocasiões em que ocorrem sadismo, o agressor necessita provar dores na vítima, sendo que essas dores podem ser físicas ou emocionais. O agressor ao usar de sadismo, o faz para se satisfazer sexualmente, ou seja, o agressor sente "prazer" em ver a vítima sentindo dores. As dores físicas consistem em espancamento, queimaduras etc., enquanto que as dores emocionais consistem em humilhações, insultos etc. Destaca-se ainda que o sadismo possui vários níveis, que vão desde uma simples fantasia à flagelação bárbara da vítima (BRASIL, 2021).

Outro método utilizado pelo agressor é a ameaça a vítima. Nessa situação, não há usos de força física, sendo o sofrimento psicológico o recurso utilizado pelo agressor em detrimento da vítima. De acordo com o MMFDH, "as ameaças são feitas contra a pessoa da vítima ou alguém que ela ama". O Ministério informa ainda que quanto menor for a vítima, mais haverá efeito da ameaça na vida dela, condicionando-a a situações contínuas de violência sexual (BRASIL, 2021).

O terceiro método utilizado pelos agressores consiste na indução da vontade. Nesse caso, não são utilizados força física ou ameaças para fazer com que a vítima a participe do ato erótico/sexual, mas sim a indução da vontade da vítima por meio de recursos como: presentes, promessas e concessões de privilégios. O MMFDH alerta que, embora não seja usada a força física, a violência psicológica subsiste nessa situação, pois podem ocorrer casos de vulnerabilidade alimentar ou econômica, por exemplo, em que o agressor faz uso de tal situação para a indução do ato erótico/sexual (BRASIL, 2021).

Segundo o MMFDH, entre os 6 e 12 anos idade, geralmente, iniciam os abusos sexuais contra as crianças, sendo que entre os 8 e 12 anos há maior frequência de abusos por parte dos

agressores, sendo considerado ainda que em mais de 1/3 das notificações de abuso sexual, as crianças tinham apenas 5 anos ou menos de idade (BRASIL, 2021).

O Relatório do Disque 100, publicado em 2019, informa que a violência sexual contra crianças e adolescentes é a quarta maior causa de denúncias registradas no serviço e que na grande maioria as vítimas estão ligadas a pessoas conhecidas, do contexto intrafamiliar (72%), e que, uma minoria trata-se de agressores com distúrbios psiquiátricos.

Segundo dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), de 2011 a 2019, foram registrados mais de 200 mil casos/denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por meio do Disque 100. O MMFDH relata que pesquisas afirmam que apenas 10% dos casos são notificados no Brasil, o que aponta para um impressionante número de casos que pode chegar à casa de 2 milhões no território brasileiro de 2011 a 2019.

Em síntese, é evidente que é preciso buscar e somar forças no combate à violência contra crianças e adolescentes, utilizando-se dos canais que dispõem os órgãos competentes. O Disque 100 tem sido um importante mecanismo nesse contexto, pois aproxima a vítima das autoridades públicas. Além do Disque 100, com funcionamento de 24h por dia, o MMFDH também dispõe de site, aplicativo (Direitos Humanos Brasil), WhatsApp (61-99656-5008) e Telegram (digitar na busca "Direitoshumanosbrasilbot"), os quais oferecem serviços de escuta qualificada. Há ainda o Aplicativo Sabe – Conhecer, Aprender e Proteger, o qual pode ser utilizado por crianças e adolescentes para registrar denúncias.

METODOLOGIA

Para complementação do estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, trazendo dados e informações coletadas no CREAS onde o estágio foi realizado. Para tal, foi contactada a orientadora social do referido aparelho público para maiores esclarecimentos, bem como são expostos alguns relatos de experiências vivenciadas pela autora-pesquisadora.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os casos de violência sexual chegavam ao equipamento de várias formas: pelo Ministério Público por meio de denúncias realizadas pelo Disque 100 ou pelo Conselho Tutelar, o qual recebe os casos por meio de familiares ou alguém próximo, só após, o Conselho encaminha a demanda para o CREAS acompanhar e realizar os devidos encaminhamentos.

A equipe do CREAS realiza a análise da denúncia, realizando visitas domiciliares para compreender o contexto no qual aquela família se encontra, suas condições econômicas, sua estrutura, analisar as relações entre os seus membros etc.

Nessas visitas domiciliares, é importante ressaltar que os membros da equipe do CREAS precisam estar atentos a todo contexto, pois precisam ser sensíveis e terem um olhar aguçado para tudo que ali está envolvido, já que estão buscando informações sobre casos de violência sexual, sendo necessário estabelecer estratégias para a resolução dos casos.

Muitas vezes, a própria criança vítima tinha de sair do seio da família para ser protegida da reincidência dos abusos sexuais. Todas essas questões eram analisadas pelos profissionais que assumiam cada caso destes, sejam eles conselheiros tutelares, assistentes sociais, psicólogos etc.

As vítimas são sempre levadas e orientadas a realizarem acompanhamento psicológico na busca de amenizar as lembranças em torno das ocorrências de abuso e/ou violência sexual, bem como para realizar terapias, tratamentos e cuidados que competem ao profissional desta área. Já os agressores eram encaminhados aos órgãos competentes para os devidos procedimentos, investigação e, com a acusação confirmada, para os processos em torno da

justiça, o que culmina na criminalização do sujeito e indução a cumprimento das devidas penas asseguradas na forma da lei.

Segundo a Orientadora Social do CREAS, *essas crianças chegam ao órgão geralmente depois de algumas etapas que os profissionais realizam, entre eles o atendimento psicológico e social. Antes disso, os assistentes sociais e os psicólogos averiguavam as denúncias para ver a questão econômica e social da família, quem eram os responsáveis pela criança, se era a mãe, pai, avós ou tios. Destacando os seguintes quesitos: Como era a relação com os familiares, como a criança se comportava mediante a certas situações? Como a família observou essa violência sexual ocorrendo? Como acariciamento, por exemplo, sem penetração ou o próprio estupro? se foi no banho ou por meio de relatos das crianças por dores ou vermelhidões e machucados nas partes intimas. As crianças, quando comprovadas essas situações iniciavam o atendimento psicológico.*

De acordo com o que foi possível analisar durante o período das vivências no CREAS, as situações de abuso sexual aconteciam, muitas vezes, de familiares ou amigos/conhecidos da criança ou de seus familiares. Pessoas que, certamente, os responsáveis pelas crianças não suspeitariam.

É notório que desde a primeira situação em que as crianças atendidas pelo CREAS sofriam abusos sexuais elas já apresentavam traumas, revoltas e medos. Algumas delas representando situações desafiadoras para os profissionais do órgão, pois apresentavam comportamentos adversos e instáveis, tudo em decorrência das experiências ruins que passaram.

É necessário refletir sobre tal situação, visto que cada criança dessa que passa por tal situação irá carregar por muito tempo ou por toda a vida as sequelas de situações em que tiveram sua integridade, sua inocência e sua vida atravessa por atitudes criminosas como é o caso da violência e do abuso sexual.

Segundo a Orientadora do CREAS, *os acompanhamentos ocorrem por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), onde as crianças são direcionadas para a rede de saúde e passam por diversos procedimentos, consultas e tratamentos clínicos.*

No próprio CREAS, são ofertados serviços que preveem a manutenção da convivência familiar saudável, acesso a outras políticas públicas como educação, lazer, esporte ou necessidade de renda, sendo encaminhadas para cadastramento de benefícios sociais/assistenciais.

Toda e qualquer relação de violência sexual é constituída de crime contra a integridade, a segurança e aos direitos da criança e do adolescentes promulgados em lei por meio do ECA, da CF88, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como esses contextos ferem direitos instituídos em outros instrumentos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) etc.

Assim, pode-se refletir sobre a questão social em torno da violência e abuso sexual sofrido pelas crianças e adolescentes em diversos contextos, fazendo com que novos e outros olhares sejam lançados para esta realidade incumbidos pelo desejo de garantir a segurança da integridade desses sujeitos.

Em suma, se pode afirmar que esta pesquisa tem grande relevância no meio acadêmico e social por trazer uma discussão que não é nova, mas que será sempre necessária diante da realidade que as crianças brasileiras são submetidas nos mais diversos lugares deste país.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amelia Nogueira de. GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes.** São Paulo: Lacri/USP, 2000.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes:** abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf. Publicado em 2021. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa.** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa. Publicado em 14/07/2021. Acesso em: 28 mai. 2022.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Denúncias de violência sexual são maioria contra crianças e adolescentes.** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/denuncias-de-violencia-sexual-sao-maioria-contra-criancas-e-adolescentes#:~:text=Em%202021%2C%2048%2C4%25,do%20Disque%20100%20foram%20an%C3%B4nimas. Publicado em 04/05/2022. Acesso em: 28 mai. 2022.

KORNFIELD, Débora. **Vítima, Sobrevivente, Vencedor!** São Paulo: Sepal, 2000.

VICINGUERA, Bruna Carla Fidel. **Violência sexual contra crianças e adolescentes:** uma violação de direitos humanos. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH): Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/5090/TCC%20Bruna%20Carla%20Fidel%20Vicinguera.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 abr. 2022.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Ana Maria Gonçalves Pereira [1] (Aluna do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: anamaria_babi@hotmail.com), Orientadora[2] Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário Unijaguaribe, email: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a atuação do assistente social no acompanhamento aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs). O trabalho monográfico é de cunho qualitativo e abordagem descritiva. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre Saúde Mental, embasamento teórico amparado nos documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Portaria nº 336/GM de 19 de fevereiro de 2001 e considerando o que dispõe a Lei 10.216, de 06/04/01. Em seguida buscou-se verificar os documentos existentes no campo de pesquisa realizado no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Jaguaruana. Após as observações realizadas, foi feita a análise documental e questionamentos sobre a atuação do assistente social referente ao acompanhamento dos usuários do CAPs. Um dos documentos utilizado para análise foi o diagnóstico institucional construído durante o estágio supervisionado na referida instituição. Constata-se o bom relacionamento da Assistente social com os usuários por meio do atendimento das demandas que são apresentadas pela população do município ao qual o centro está localizado, realizando com essas demandas projetos terapêuticos singulares, de forma individual e em grupos de reflexão.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente social. CAPS. Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

A saúde mental no Brasil é assunto discutido há bastante tempo, foi alvo de lutas sociais, porém somente em 2001 foi aprovada uma lei n. 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

O Serviço Social dos CAPS conta com o trabalho colaborativo da Assistente Social nos respectivos centros e desta forma, este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral analisar a atuação do assistente social no acompanhamento aos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de Jaguaruana. Na oportunidade buscou-se conhecer os documentos de amparo legal, a evolução da luta dos direitos garantidos em prol da saúde mental, verificar os documentos existentes sobre o CAPS, incluindo o diagnóstico institucional.

Nesta perspectiva, qual o trabalho desempenhado pelo Assistente Social no ambiente laboral do Centro de Atenção Psicossocial em relação aos atendimentos dos usuários?

MARCO TEÓRICO

O Ministério da Saúde, alerta sobre a intenção da criação dos CAPs, uma vez que foram criados para ser um substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos, onde o tratamento da "loucura" era realizado com acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao lazer, trabalho, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários (Amarante, 2007).

Na história da saúde mental no Brasil, em 1987, aconteceu a I Conferência Nacional de Saúde Mental, propondo a exigência de uma Reforma Psiquiátrica, pelos motivos elevados pelas denúncias de maus-tratos e violência contra os pacientes nos ambientes de internamentos. Com o reconhecimento do direito à saúde, sendo o Estado como responsável maior, esse aspecto esteve com amparo legal.

Durante essa trajetória, foi aprovada e sancionada no ano de 2001, a Lei n. 10.216/2001,que direciona e redireciona a Atenção à Saúde Mental, regulamenta a não internação dos indivíduos que têm transtorno mental; consiste também em um novo modelo de assistência psiquiátrica na internação social do usuário com transtorno mental, bem como a implantação de Residências Terapêuticas e Centros de Atenção Psicossocial e direitos colocado pelo Estado para os usuários com transtorno mental (CAPS) (Vasconcelos, 2008).

Essa nova concepção de saúde mental, que teve a intenção de priorizar o indivíduo e não a doença, através de tratamento humanizado e de qualidade, resultou na criação de novos mecanismos e espaços de tratamento que provocam para a necessidade de uma ação intersetorial com as demais políticas sociais e de um trabalho pautado no fortalecimento e atuação em rede, que possibilite uma intervenção integrada, visando à integralidade no atendimento ao usuário. (Bredow e Dravanz, 2010, p. 232)

A atenção à saúde mental no Brasil perpassa por vários desafios de confronto de ideias, reformas psiquiátricas, mudanças, conquistas e desta forma, o Ministério da Saúde Institui através da Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Esta lei cria a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

METODOLOGIA

O trabalho investigativo é de cunho qualitativo, com abordagem descritiva. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre Saúde Mental, embasamento teórico amparado nos documentos legais. Para Richardson (1999), a pesquisa qualitativa é especialmente válida em situações em que se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por

outros métodos, devido à complexidade que encerram (por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores).

Em seguida buscou-se verificar os documentos existentes no campo de pesquisa realizado no Centro de Assistência Psicossocial (CAPs) do município de Jaguaruna. O local da pesquisa escolhido foi o mesmo onde foi realizado o Estágio Supervisionado.

Durante a pesquisa foram realizadas observações e registradas com a finalidade de analisar e refletir sobre as situações existentes no ambiente interno do CAPS e também serem inseridas neste trabalho monográfico.

Logo após esse momento, foi feita a análise documental e questionamentos sobre a atuação do assistente social em prol do atendimento aos usuários com problemas de saúde mental através de quatro perguntas.

Um dos documentos utilizado para análise foi o diagnóstico institucional construído durante o estágio supervisionado na referida instituição, constando informações sobre a estrutura física e outras detalhes pertinentes ao serviço social.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Centro de Atenção Psicossocial de Jaguaruana é uma instituição que tem a funcionalidade de atender pessoas que estão passando por algum tipo de transtorno mental. Nesta instituição é fornecido tratamento psiquiátrico gratuito pela rede pública de saúde.

Durante a pesquisa foi possível verificar os documentos existentes no campo de pesquisa realizado no Centro de Assistência Psicossocial (CAPs) do município de Jaguaruna, como o diagnóstico institucional, o fluxo de atendimento mensal e registros dos atendimentos realizado mensalmente.

Verificou-se que o CAPS realiza atendimento aos pacientes com transtorno mental através de uma equipe especializada e treinada. Com atenção ao profissional assistente social, que tem objetivo de promover a qualidade de vida dos beneficiários.

De acordo com os protocolos de atendimento no CAPS os usuário são encaminhados aos Postos de Saúde da Família (PSF) ou pelo o hospital municipal, uma prática seguindo as normas institucionais. Na recepção do paciente é feita uma triagem para posteriormente ser encaminhado ao setor específico dependendo do caso.

O cotidiano da assistente social é desenvolvida várias atividades no campo laboral com procedimentos burocráticos dentro do ambiente interno e também através de visitas domiciliares. O relacionamento entre a assistente social e os usuários do CAPS baseado na ética e no regimento da unidade, sendo um serviço individual ou coletivo, registrados através de relatórios e com a atenção devida.

Essa pesquisa colabora com informações sobre o CAPS de Jaguaruana e principalmente destaca qual a importância do Assistente Social dentro desse contexto, sendo assim, os resultados possibilitam reflexões sobre a atuação da Assistente social no CAPS em prol dos usuários que sofrem algum transtorno, sempre visando a garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Saúde Mental e Atenção Psicossocial Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BREDOW, Suleima Gomes; DRAVANZ, Glória Maria. Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 229-243, ago./dez. 2010.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

VASCONCELOS, Eduardo Morão. *Saúde mental e Serviço Social*: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.